HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 9

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
— 1881 —

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General-de-Divisão VALENTIN BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército Editora
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 21) 2519-5707 – Fax (55 21) 2519-5569
DDG: 0800 238 365
Endereço Telegráfico "BIBLIEX"
E-mail: bibliex@ism.com.br
Homepage: www.bibliex.eb.br

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o “Plano de Entrevista”, que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No “Encerramento do Plano”, incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

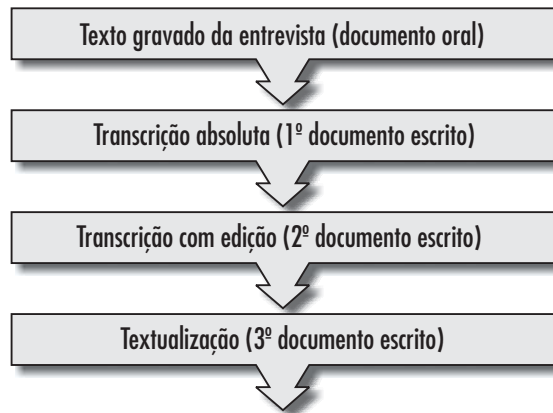
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

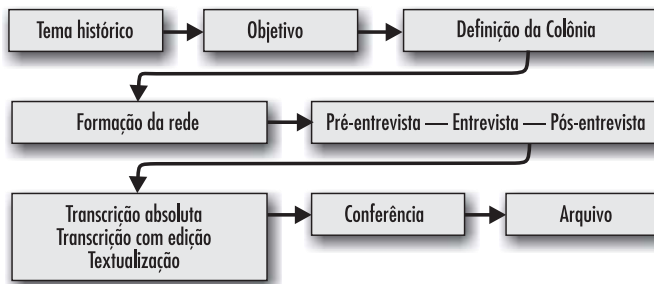
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Jonas de Morais Correia Neto

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ. Radicado no Rio Grande do Sul.
- Exerceu as funções de Instrutor e Conferencista no Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Aeronáutica (ECEMAR), na Escola de Guerra Naval (EGN), na Escola Superior de Guerra (ESG) e em cursos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).
- Dentre outros cargos, foi Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, Chefe de Divisão de Ensino da ESG, Diretor de Especialização e Extensão e Secretário-Geral do Exército.
- Comandou o Colégio Militar de Porto Alegre, a Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército, a 6ª Divisão de Exército e o Comando Militar do Sudeste.
- Foi Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- Além de todos os cursos regulares do Exército, possui o de Guerra Química, na Escola de Instrução Especializada, com estágio na Chemical Corps School (Maryland, EUA), o Especial de Equitação e os cursos da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, no posto de Major, era Instrutor da EsAO, quando da eclosão da Revolução.

Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2001.

Estou muito distinguido pelo convite que recebi e por achar esta tarefa, que vocês estão conduzindo, formidável na atualidade brasileira, em que as coisas são tão deturpadas em detrimento das Forças Armadas e da verdade histórica.

Tenho a convicção de que o trabalho que está sendo aqui realizado, em termos de verdade, seja um trabalho altamente produtivo e a colaboração que eu puder lhes trazer trarei com grande satisfação, porque, entre outras coisas, gabo-me de ter participado da Revolução de 31 de Março de 1964, desde a sua fase preparatória, consciente de ter trabalhado por ela e de continuar acreditando naqueles valores pelos quais ela foi feita. E não é muita vantagem essa "gabolice", porque, às vezes, ela é considerada negativa, em termos nacionais.

Depois desse preâmbulo objetivo, perguntamos ao General Jonas que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A gente não deve falar muito na primeira pessoa, mas existem situações em que é obrigado, porque é a gente mesmo. Então, nos pródromos da Revolução, servi principalmente em dois lugares, em que estive não sozinho, mas junto com o grupo que exercia uma determinada atuação.

Primeiro, no Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana, onde eu era Oficial de Operações, em 1961, quando houve a crise do Jânio, mas, sobretudo, em 1962, em que atuamos sob a batuta do nosso comandante – o General José Horácio da Cunha Garcia – para fazer o preparo psicológico e a conscientização da tropa, a nosso comando, a respeito do perigo que se avizinhava do País e que já se infiltrava nas Forças Armadas, inclusive no nosso Exército.

Dentro do quadro de ação de comando, elaborávamos documentos que eram usados pelos respectivos comandantes, para agir junto à sua tropa. Fazíamos documentos de variada natureza, assim como palestras, conferências, falando não só para oficiais, mas para a tropa de uma maneira geral, dando-lhes elementos para que, por sua vez, pudessem chegar até os soldados, através dos sargentos também.

Lembro-me, dessa ocasião, de um fato que eu até agora não vi relatado em parte alguma. É uma experiência vivida por mim em particular e pelo quartel-general da 2ª DC, de Uruguaiana.

No dia 25 de agosto de 1962, um sábado, o meu comandante, General José Horácio e o Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, Coronel Carlos Alberto da Fontoura, que depois foi General e chefe do Serviço Nacional de Informações, estavam em Porto Alegre, aonde tinham ido para a promoção na Ordem do Mérito Militar. Era, então, como hoje, centralizada nos comandos de área a entrega da condecoração.

Nesse mesmo dia, bateu na minha casa uma figura bombachuda, com traje típico gaúcho, que estava num *jeep* descaracterizado. Era o Major Paulo Lacerda Braga, apelidado Paulo de Lapa, porque eles eram da Lapa, no Paraná (ele era irmão do Ney Braga). Vinha conversar comigo e com o Jaime Ellers, que era o E2 da 2ª DC e não estava em Uruguaiana, por ter saído da cidade no fim de semana. O Paulo de Lapa, que vinha por ordem do General Mourão – o mesmo Mourão de 31 de março que, naquele momento, era o comandante da 3ª DI, em Santa Maria – chegou para tratar da situação. Esperava-se uma evolução dos acontecimentos, que estavam em ebulição, com o brizolismo. O parlamentarismo vigente estava sendo discutido em nível nacional. Havia crise, ainda remanescente no Exército, por causa daquela quase cisão que tinha havido em 1961, quando da Campanha da Legalidade.

Então, tudo isso gerava uma ebulição muito grande e, conforme o andar da carruagem, o General Mourão pretendia partir com a 3ª DI, hoje 3ª Divisão de Exército, no rumo norte, para decidir "o caroço", como se costuma dizer. E queria saber se a 2ª DC estava de acordo, e se, num primeiro tempo, estaria disposta a dar cobertura a oeste, em face da 1ª DC, cujo comandante era o General Oromar Ozório, sabidamente do outro lado. Mourão partiria pelo eixo central, pela Coxilha Grande, no rumo do norte, demandando inicialmente a fronteira do Rio Grande com Santa Catarina.

Minha resposta ao Major Paulo foi que, pelo que eu conhecia do meu comandante, das nossas posições, o General Mourão podia contar com a 2ª DC. E que eu, como E3, já iria para dentro do QG iniciar o planejamento para uma cobertura, inicialmente no Rio Ibicuí.

Esbocei o trabalho e, na volta do General José Horácio e do Coronel Fontoura, nos reunimos imediatamente, quando participei o fato a eles. O General, de indiscutível capacidade de decisão, franziu um pouco os olhos e disse: "Ih!!! o Mourão é um camarada meio complicado, a gente pode se arriscar, mas vamos nessa". O Mourão era meio de rompante. O Coronel Carlos Alberto da Fontoura reuniu o Estado-Maior, pegou as bases do trabalhinho que eu já tinha iniciado e fomos para o corte do Ibicuí, fazer o primeiro reconhecimento no terreno.

Acabou não havendo nada nesse sentido, até porque, pouco depois, saiu aquele célebre telegrama do General Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, dizendo, de caso pensado, que não tinha condições de manter a ordem na sua área, que englobava a região Sul do País. Recebeu de todos os comandantes de grandes unidades, inclusive do meu (eu participei da redação) a resposta dizendo: "Na nossa área, nós manteremos a ordem". E o General Jair ficou "sem a escada".

Por causa disso, ele levou uma "bordoada" do então Ministro da Guerra, General Segadas Viana, e, com esta bordoada, ele meio que "enfiou a viola no saco".

A situação não se agravou a ponto de se justificar a partida do General Mourão, que, de certa forma, se tivesse havido, dependendo, claro, do desenvolvimento, poderia ter sido, com certeza, prematura; mas poderia ter sido o começo da Revolução, vamos chamar assim, da "Revolução Redentora". Então, esta é uma primeira lembrança de experiência pessoal relacionada aos pródromos.

No começo do ano de 1963, vim a ser instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais no chamado CCAS – Curso de Cooperação das Armas e Serviços – onde ministrava aulas de Artilharia e Guerra Revolucionária. Neste ano, iniciamos uma ação muito ativa. O Major Everaldo de Oliveira Reis era Instrutor do Curso de Artilharia; trabalhamos juntos, e nos propusemos a abordar, em linguagem clara para os capitães, em termos de Guerra Revolucionária, a escalada, que acontecia no País, da guerra subversiva, uma ameaça cada vez mais presente para a democracia.

Ocorreu comigo. Num determinado momento do mês de outubro ou mais para o fim do ano, eu estava dando instrução desse assunto para a turma de Infantaria, cem alunos, sobre o desenvolvimento da guerra revolucionária, estava terminando a apresentação de todas aquelas etapas...

As cinco fases.

Dávamos em cinco fases. Havia documentação que falava em três fases, mas, na EsAO, dividíamos nas já doutrinárias cinco fases. Havia uma recomendação do comando da Escola, já era o General Canavarro Pereira, o subcomandante era o Coronel Viana Moog, que tinham feito a seguinte recomendação: "Cuidado com a maneira de falar, para não darmos armas aos nossos inimigos, para fazer qualquer interferência no ensino da Escola". Ficava todo mundo "pisando em ovos", pois certas coisas, que nós queríamos dizer, tínhamos que apenas dar a entender.

Nessa ocasião, levantou-se um capitão e disse: "Major, diante de tudo isso que o senhor acabou de dizer, em que etapa o senhor enquadraria a atual situação do Brasil?" Eu pensei: "é agora ou nunca" e fui contundente. A pergunta não me deixava outra alternativa. Respondi: "Vou responder, mas esta resposta não é do seu instrutor, quem vai responder é o Major Jonas. Estamos na quarta fase, passando para quinta fase, que é a de guerra no campo, guerra na cidade, ações armadas, por isto assim, assim, assim".

Quando terminei, começaram a aplaudir, aos poucos o aplauso foi crescendo, levantaram-se todos e bateram palmas, deixando-me até arrepiado. Depois que se sentaram, levantou-se um capitão chamado Capitão Mussoline, um gordo pára-quedista, que disse: "Major, com licença, eu queria em nome da turma me congratular com o senhor e lamentar a sua próxima saída da EsAO". Eu disse: "Pela

primeira parte, muito obrigado capitão. Quanto à segunda parte, o senhor está me dando a notícia em primeira mão, eu não sabia".

E ele disse o seguinte: "Depois do que o senhor acabou de dizer, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) não vai permitir que o senhor continue como instrutor dos capitães da EsAO". Vejam o clima que havia: "O CGT não vai permitir". Aí encerramos a aula. Era fim de ano e acho que o CGT bobeou, resultado é que eu continuei lá.

Contei isso para mostrar como era a coisa. Nesta época e desde que voltei de Uruguaiana, o meu comandante General José Horácio veio para cá, meio escanteado, para ser Diretor de Remonta e Veterinária, uma diretoriazinha fraca em termos de capacidade de atuação. De dez em dez dias ou de duas em duas semanas, eu ia ao QG para conversarmos e vermos com quem falaríamos. O General José Horácio tinha um livro, que ainda existe hoje, um livreto com a listagem de oficiais-generais, onde ele, mediante uma simbologia, que acho que só nós dois conhecíamos, anotava os generais com quem havia conversado diretamente, por telefone ou nos passadiços do quartel-general no Rio, e a posição de cada um. Então, as posições eram conhecidas por meio de quatro símbolos: "do nosso lado, praticamente podemos contar, está em cima do muro ou é do outro lado"...

Infelizmente, não consegui recuperar este livro; deve ter se perdido depois que ele morreu, porque seria historicamente um livro interessantíssimo para se ver quem era quem naquela época. Alguns não me lembro os nomes, mas outros me surpreenderam por estarem "em cima do muro".

Havia um clima no Exército e, naturalmente, nas outras Forças e nos diferentes setores de atividades, para se fazer a revolução. Nessa fase conspiratória, participei principalmente com o General José Horácio. Participei também de uma série de conversas. Recebia emissários de São Paulo. Lembro-me bem de um major (Biar) que eu não conhecia e foi à minha casa levado pelo Capitão Manso, que era aluno do Curso de Artilharia. Ele vinha com várias mensagens para saber se eu poderia colaborar nisso, naquilo ou naquilo outro. Sempre tive uma certa cautela, porque, nestas coisas, a gente tem que saber exatamente com quem está tratando e quem está querendo o quê, porque havia muitos grupos e nem todos pensando exatamente da mesma maneira, o que é natural, vamos dizer, nos pródromos.

Na eclosão, eu estava na EsAO. Era uma massa de oficiais fantásticos, que poderia ter sido utilizada, inclusive, para alguma ação planejada, ação de força, tipo batalhão sagrado. Não foi feito. Acho indesculpável! Não houve nenhum planejamento nesse sentido.

O resultado é que, quando estourou a Revolução, aqueles, como eu e outros, que tinham ligação com alguns grupos de capitães-alunos, mais alunos que instru-

tores, passamos a coordenar ações. Coordenei as ações de dois ou três grupos. Um deles foi muito interessante, porque o líder era um Capitão de Cavalaria Saraiva, pára-quedista, que depois serviu comigo como tenente-coronel. Era animadíssimo e vinha receber as ordens todo equipado e com as granadas penduradas.

Vejam como a coisa estava desatrelada; uma bela hora, ele entrou na EsAO me procurou e disse: "Major temos um problema! Vim aqui saber o que é que o senhor determina. Minha equipe, de meia dúzia de capitães todos aguerridos, está na Rádio Nacional, na Avenida Brasil, mas diante da Rádio há uns carros-de-combate que descobrimos que pertencem ao 1º BCC".

Então o que fazer? Eu lhe disse: "A primeira coisa é vocês desencadearem uma busca de informes para saber de que lado estão esses carros, porque nós não podemos nos arriscar numa briga de irmãos nessa altura". Ele fez isso, Papai do céu ajudou porque os carros eram nossos – era um Esquadrão do 1º BCC, comandado pelo sogro do Manso, e parece que o comandante do Esquadrão era o Capitão Lavra Pinto que, muitos anos depois, viria a ser meu consogro, meu grande amigo. E, conversando, ele me disse: "Fiz isso..., botei os carros... e aí fechamos o acesso onde era necessário..." São fatos inesquecíveis que mostram o entusiasmo com que estávamos agindo, mas não havia nenhuma coordenação, não se tinha previsto a possibilidade de fazer aquilo, foi tudo arrumado na hora, e graças a Deus deu certo com a ação de uma turma preparada, motivada. Então, isto é um caso.

Mas, no primeiro dia da Revolução, no dia 31 de março, houve um fato também muito interessante. Aí, não vou usar a palavra eu, mas vou dizer que fiz parte de um grupo que resolveu partir para Minas Gerais por um itinerário, escolhido pelo Tenente-Coronel Murgel, Chefe da Seção de Cooperação de Armas e Serviços (CAS), que era mineiro e depois foi Secretário de Segurança de Minas Gerais. O Murgel selecionou o itinerário para irmos pela manhã do dia 2 de abril, e nos reunimos no relógio da Via Dutra. Mas, ao chegar lá, todos nós, que vínhamos ouvindo notícias pelo rádio, confabulamos, antes de iniciar propriamente a marcha, concluindo que não mais valia a pena irmos, porque a tropa de Minas estava realmente vitoriosa, marchando, em boas condições, sobre o Rio e o melhor era recebê-los aqui do que chegarmos lá para virmos juntos, o que poderia parecer que estávamos tirando proveito da situação favorável.

Fomos para a EsAO, onde ficamos surpreendidos com a decisão do nosso Comandante de mandar todo mundo passar 48 horas em suas casas, para depois decidir o que se ia fazer, ou seja, o Comando da EsAO abriu mão de dispor daquela reserva tática de alto nível e mandou todo mundo embora. A maioria não foi, buscou fazer exatamente ações como aquela que descrevi.

E como, nessa ocasião, várias unidades do Rio estavam fora da cidade, e certos órgãos, alguns deles recém-formados, como os Órgãos de Informações e o Conselho de Segurança Nacional, começaram a pedir gente e, como o pessoal da ECEME e da EsAO era uma massa confiável e disponível, começaram a se valer do pessoal dessas Escolas.

Era um grupo muito bom para cumprir missão. Isto foi o que aconteceu. Logo em seguida, fiquei como Chefe do CAS, por antigüidade, e tive o encargo de coordenar o emprego dessa gente.

Uns dois ou três dias depois, entrei em contato com o General José Horácio Garcia, nomeado comandante da Divisão Blindada. Ele passou na EsAO para me buscar para irmos assumir o comando de todas as organizações militares daquela Divisão. No carro dele, ia o Ajudante-de-Ordens, Capitão Fidelis Chaves da Silveira, que era meu velho amigo de Cavalaria, do Rio Grande, o qual foi, depois, General, e dois Coronéis, que eu conheci naquele dia, Sílvio Couto Coelho da Frota e Clovis Bandeira Brasil – ambos seriam Chefes do Gabinete do Ministro da Guerra e ambos seriam generais. O Clovis Brasil foi, depois, Prefeito de Santos e o General Frota teve uma série de cargos até chegar a Ministro do Exército. Nós cinco fomos a cada unidade da DB, onde o General José Horácio, que não esperava para falar, dirigia-se à tropa. Numa das unidades, não me lembro bem qual foi, ele até deu posse ao novo comandante, porque o anterior tinha sido afastado. E, assim, assumimos a Divisão Blindada.

Depois, o General José Horácio, em conversa com o General Canavarro, disse que estava saindo muita gente da EsAO. E me falou: "Você é mais importante na EsAO do que na DB". Embora preferisse ter ficado na DB, nessa coisa não se discute, eu não disse uma nem duas, a não ser: "Sim, senhor". E, de volta, fui me apresentar à EsAO, voltando a ser instrutor.

Por escolha minha, iria para o Estado-Maior do Exército; mas, convidado para o Gabinete do Ministro, aceitei. Houve muitas idas e voltas, eu ia trabalhar, inicialmente, com o Coronel Lauro Alves Pinto, com o qual me dava bem. Ele mandou me convidar para integrar a 2ª Seção e eu disse que aceitava. Cuidaram disso os Majores Fajardo e Everaldo.

Até que um dia, o Everaldo me telefona: "Jonas sabe que o negócio pifou, porque o General Costa e Silva disse que já tem artilheiro demais no gabinete dele". Eu disse: "Everaldo eu não pedi, gostaria de ir, mas não pedi e estou muito satisfeito aqui onde continuo". Uns dez dias depois, telefonaram-me: "A coisa virou, de novo, você topa vir?" E eu disse: "Não, muito obrigado, agora eu já reengajei na minha tarefa de instrutor. Agradeço, mas não quero ir". Não foi nada por picuinha não, mas cada coisa tem o seu momento.

General, no seu entender onde estão as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

A gente poderia encontrar várias raízes, dependendo do que chamemos de raízes. Acho que as raízes da Revolução estão na intentona comunista de 1935. Porque foi ali que se firmou no Brasil o entendimento de um perigo comunista atuante e belicoso. E, a partir daí, começamos, nas Forças Armadas, a conhecer o problema e a sermos alertados para ele e, portanto, a ser motivados a atuar contra ele, quando houvesse necessidade.

E a guerra fria, Pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Teve, porque foi o conjunto de ações do lado de lá, dentro da chamada guerra fria, que mais acirrou o ambiente, inclusive através de apoio explícito, apoio psicológico, apoio em pessoal experimentado, apoio em cursos, apoio em dinheiro. Foi o lado de lá que gerou situações espúrias, conflituosas, que culminaram na exigência de que se desse um basta àquele estado de coisas.

É claro que aparece nisso também, nem podia deixar de ser assim, como líder do bloco de lá, a União Soviética, e o líder do lado de cá, os Estados Unidos da América, com todos os defeitos que já demonstrava. Inegavelmente, os Estados Unidos da América, de certo modo, capitaneavam as ações defensivas contra a guerra revolucionária, em nível continental.

O que o senhor gostaria de dizer a respeito do panorama político brasileiro anterior a 31 de março? Como vivia o Brasil, fundamentalmente de 1961 a 1964?

A crise é uma coisa que se sucede. Há crise de crises. Mas, no meu modo de ver, a crise tornou-se aguda a partir daquela surpreendente renúncia de Jânio Quadros e das conseqüências imediatas que ela trouxe, das quais a principal foi a ação do Governador Brizola, do Rio Grande do Sul, com a Campanha da Legalidade.

Quero dizer, aqui, que faço uma distinção em relação aos momentos – o de 1961 e o de 1964. Por exemplo, em 1961, eu estava no Rio Grande e era da 3ª Seção da 2ª DC. Fiquei, com todo o Estado-Maior da 2ª DC, ao lado da tropa do Rio Grande, porque não aceitei, e, até hoje, não aceito a posição dos três ministros militares que, podendo evitar que o senhor João Goulart tivesse sido Vice-Presidente da República e, portanto, um dia, Presidente, deixaram passar para ver o que acontecia e nos jogaram naquela crise. Naquele tempo, as Forças Armadas tinham muita força e botavam a "espada na balança".

Achei e acho que deveríamos mesmo ter aceitado o Jango e ter pago para ver. Se ele pusesse "as unhas de fora", como botou, teríamos os argumentos para

depô-lo. Caso contrário, tudo quanto fizéssemos poderia ser considerado um mero golpe militar para impedir a posse do vice-presidente. Esta é a minha opinião pessoal e faço questão de dizê-la aqui.

Foi a partir dessa crise que praticamente começou o problema. Tivemos dois anos, que chamo "anos cinzentos" de 1962 e 1963, em que havia desafios aos mantenedores da ordem. Havia apelos claros a mudanças radicais do regime vigente no País, havia violência generalizada nos campos e nas cidades, havia indisciplina militar até incentivada pelo próprio governo e uma crescente inquietação da população.

Ficava evidente que estávamos enfrentando no Brasil uma típica guerra revolucionária comunista, segundo os cânones do que ela seja, obedecendo às concepções e diretrizes do Movimento Comunista Internacional. Em 1962 e 1963, vimos ir evoluindo, gradativamente, as ações subversivas de certas entidades representativas, como CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes), PUA (Pacto de Unidade e Ação) e todas aquelas diferentes siglas ligadas à subversão.

No ensino dos primeiro e segundo graus, havia a conquista das mentes, por intermédio de mensagens simples, que levavam os jovens e as crianças para o outro lado; no setor universitário e no setor cultural – uma penetração marxista inteligente, aliciadora e patrulhadora. Até hoje, observamos o mesmo patrulhamento que tínhamos naquele tempo... No ano crítico de 1963, vimos a colocação de conhecidos esquerdistas, alguns deles militares, militares manjados, por nós plotados, em posições-chave, nos Correios e Telégrafos, Petrobras, Rede Ferroviária etc.

Em 1963, a coisa vinha se agravando, mas, no primeiro trimestre de 1964, podemos dizer que iriam surgir as causas imediatas, a motivação da qual não se podia fugir, pois, do contrário, seria se render. Era motivação, no primeiro trimestre, o recrudescimento das campanhas pelas reformas agrária e eleitoral "na lei ou na marra", como frisavam os agitadores. Isso se deu naturalmente em termos marxistas. O Governo do Rio Grande do Sul denunciou o movimento subversivo que lá estava para explodir. Em janeiro, 400 professores universitários, entre eles a figura respeitável de Sobral Pinto, que depois ficou contra nós, por causa da nossa posição em algumas situações, foram signatários de um manifesto criticando a atitude complacente, com relação aos fatos descabidos de todos conhecidos, atitude complacente entre aspas, na verdade total omissão diante da anarquia e da comunização do País. Não fomos nós que dissemos, foram os professores.

Um cardeal do Rio de Janeiro também alertara, o que já havia acontecido antes, para a possível eclosão de uma revolução popular comunista pela crescente

influência de Prestes no Governo. O Deputado Bilac Pinto estava sempre falando sobre a guerra revolucionária no Brasil, inclusive publicou um livrinho, que tenho até hoje, com um dossiê enorme sobre isso. E vieram os comícios do Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que invadiam as propriedades privadas, como age o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atualmente, ao arrepio da lei. Naquela época, a reação veio; hoje, nada se faz.

Duas coisas importantes destaco na área militar. No dia 14 de fevereiro de 1964, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a aula inaugural do General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército. Nessa aula inaugural, ele deu uma insofismável orientação à oficialidade e, ao mesmo tempo, forneceu verdadeiro bálsamo para atenuar aquela tensão em que vivíamos e que levava muita gente a dizer que os nossos chefes estavam inertes. A palavra do General Castello Branco trouxe-nos a força de que precisávamos naquele momento.

Uma semana depois, houve um almoço festivo no Regimento-Escola de Infantaria, com a presença de Jango, que foi homenageado, ganhando até toque de piano, ato de cortesia feito pelo Comandante do Regimento. Com o advento da Revolução, ele foi merecidamente cassado. O General Jair, Ministro do Exército, na época Ministro da Guerra, recomendou a todos os oficiais que não fossem ao Monumento aos Mortos e, sim, à Vila Militar, participar do almoço com Jango. Mas era uma tradição que, neste dia, os generais, sobretudo os principais chefes, comparecessem ao Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial para homenagear os pracinhas que tombaram na Campanha da Itália.

Castello Branco, tentou convencer Jair de que isso não podia deixar de ser feito. Pelo menos, que ele dividisse as comitivas; Jair disse que não, que queria todos na Vila. E o Castello disse que ele, Chefe do Estado-Maior do Exército, iria sozinho ao Monumento dos Pracinhas – e foi.

No mês de março, no dia 13, uma sexta-feira, houve o comício na Central do Brasil, com a presença dos ministros militares. Não vou entrar em detalhes sobre o que foi esse comício, mas é muito sabido pela História, está em filmes etc. A barbaridade que foi em termos de propaganda comunista ostensiva, inclusive com bandeiras vermelhas com a foice e o martelo, e a PE (Polícia do Exército) dando segurança à realização desse comício. Só que, na mesma hora, a mulher brasileira do Rio acendia velas nas suas janelas, num silencioso protesto contra tal atentado à democracia, verdadeira quebra moral do País.

No dia 16, o CGT, aquele que ia me tirar da EsAO... deu um ultimato ao Congresso Nacional. Isto parece mentira, mas aconteceu. Pergunto: que democracia é esta, que admite uma organização de trabalhadores dar um ultimato ao

Congresso? Deu um ultimato: "Tem trinta dias para fazer a reforma da Constituição ou, então, nós vamos tomar medidas concretas". E, aí, surgiu a célebre expressão "na lei ou na marra", dita pelo CGT, através de seus principais dirigentes, os pelegos Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco, Clodsmith Riani e aquela gente toda, especializada em baderna e ameaças.

No dia 18, o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, mandava uma dura circular a todos os governadores, exceto dois: Roberto Silveira, do Estado do Rio de Janeiro, – cujo filho, se não me engano, que é Prefeito de Niterói, está inaugurando a estátua do Luís Carlos Prestes – e Miguel Arraes, de Pernambuco. Por quê? Porque "não adianta malhar em ferro frio".

O prefeito de Niterói é Jorge Roberto Silveira.

Exatamente, é esse, grande admirador de Luís Carlos Prestes.

No dia 19, em São Paulo, deu-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, então foram se casando, ao mesmo tempo, as agressões e as tomadas de posição em defesa do País. Interessante observar que estava marcada no Rio uma marcha semelhante à de São Paulo para o dia 2 de abril. Com a Revolução, essa marcha que seria de protesto acabou sendo uma marcha de graças a Deus.

Ficou batizada como a Marcha da Vitória.

Uma Marcha da Vitória mesmo. Mas, no dia 20 de março, dia seguinte à Marcha de São Paulo, houve a grande crise na Marinha, com o caso da rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, com a saída do Ministro da Marinha, Sílvio Mota e a nomeação daquele ministro Paulo Mário, que era do Tribunal Marítimo, e uma série de episódios lamentáveis, conseqüentes da forma insana com que o problema foi conduzido, desmoralizando o comando da Marinha de Guerra.

Ainda no dia 20 de março, de novo, o General Humberto Castello Branco, baixava uma Nota reservada aos generais e a todos os seus subordinados do Estado-Maior do Exército, comentando a situação do País e a situação do Exército e orientando sobre os procedimentos a serem adotados para que a posição militar fosse democrática e patriótica, de defesa da Pátria, da soberania nacional, e não de governos ou de plataformas políticas.

É a célebre Nota reservada do General Castello Branco que, assim, cumpria o seu dever. No dia 14, ele falava na EsAO e, no dia 20, baixava essa Nota, que nós lemos, com toda a atenção, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. E, aí, aquela barbaridade de 30 de março, uma segunda-feira à noite, a reunião no Automóvel Clube do Brasil, com os sargentos confraternizando com o Presidente da República no clima de "já ganhamos". E, graças a Deus, depois chegou o dia 31 de março, veio o "basta" àquele descalabro. É o que eu podia dizer sobre esses antecedentes imediatos da Revolução.

O clima de insatisfação da maioria do povo brasileiro contra o governo deposto era uma verdade?

Era uma verdade. Havia insatisfação, sem dúvida.

E a posição da Igreja naquela época? O senhor se lembra da posição da Igreja com relação ao governo deposto?

Lembro-me sim, inclusive porque as chefias militares, nos diversos escalões, onde era cabível, trabalhavam no sentido não de conspiração, e, sim, no sentido de estabelecer barreiras às ações comunistas, junto com a Igreja, em particular, com a Igreja Católica. Eu digo em particular, não querendo desfazer das outras, mas porque é aquela que, pela importância oficial que tinha, acabava sendo mais ligada a nós. A posição da Igreja era de franco aborrecimento contra a maneira como estavam sendo encaminhadas as questões no País e como o senhor João Goulart vinha se conduzindo no Governo.

Demonstrada inclusive na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Exatamente, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que tinha à sua frente padres, freiras, irmãs etc. E depois por que é que virou? Virou por vários motivos, sendo um deles pelo fato, ocorrido um pouco mais tarde, de ascensão a posições de mando, na cúpula da Igreja, de figuras que foram especialmente preparadas, desde a sua entrada nos seminários, para mudar os rumos ideológicos das religiões. Assim como nos partidos comunistas, orientado pelo PCUS – Partido Comunista da União Soviética. Esta realidade é contada, de maneira maravilhosa, num grande livro, que para mim ainda é o "grande manual", escrito pela socialista francesa, falecida há alguns anos, Suzane Labin, chamado "Em Cima da Hora", onde ela, com conhecimento de causa, mostra a forma de atuarem os comunistas.

Além disso, General, introduziram, no Brasil, muitos padres estrangeiros que vinham já com essa formação.

Exatamente, vinham com missões definidas a cumprir no Brasil, voltadas, fundamentalmente, para o questionamento da Revolução, através de ações planejadas para anulá-la.

Sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze" o senhor gostaria de destacar mais alguma coisa? O senhor já falou no Francisco Julião, já falou no Brizola...

Não tive, nem por função, em nenhum momento, contato com estas organizações nem com "grupos dos onze", nem com as "Ligas Camponesas". Então, o que eu sei é aquilo que me foi dito. Na profissão, você sempre troca idéias e procura estudar sempre, sobretudo para ficar conhecendo bem o que é necessário.

Então, não tenho dúvida de que as "Ligas Camponesas" nunca foram mais do que frentes guerrilheiras, preparadas para agir, sob o comando de Francisco Julião, no momento em que o Movimento Comunista Internacional (MCI) julgasse oportuno. Quem o conheceu pessoalmente diz que era um indivíduo interessantíssimo, aliciante, agradável, com boa capacidade de decisão e de uma tranqüilidade enorme. Daquele tipo que te "fuzila pedindo desculpas" e dizendo que gosta de ti. Então, este era o homem que assumiria na hora.

Os "grupos dos onze" foram uma criação tardia do Brizola, um cara irrequieto e ambicioso, para se opor àqueles que se contrapunham à revolução dele, revolução que iniciou em 1961 e está fazendo até hoje, que se chama revolução pró-Brizola... Um homem que fez um mal enorme ao meu Rio Grande, ao Rio de Janeiro e ao Brasil.

Acabou favelizando o Rio de Janeiro e permitindo que o crime organizado fincasse o pé em todos os morros da cidade.

Ele faz qualquer coisa para criar uma situação caótica de onde ele possa emergir como um salvador. Para tanto, mente que é uma barbaridade.

O Movimento Comunista Internacional, como o senhor bem disse, trabalhou bastante para criar cisões nas três Forças Armadas.

Depois do choque relacionado com a posse de Jango, por pouco não houve dentro das Forças Armadas e, em particular, no Exército, brigas internas provocadas de fora, o que seria uma coisa horrível por todos os motivos. Mas o ambiente militar, nessa época, acabou gerando uma vantagem no meio do grave problema – permitiu que houvesse definições: "Estou de um lado, estou do outro, ou estou contra isso, estou contra aquilo". Ao permitir definições, ficamos sabendo quem era quem, pelo menos entre os oficiais. A situação, as provocações, as ofensas das quais éramos alvo, quase que exigiam que se tomasse uma posição comum, facilitando, sob esse aspecto, a união para o bem coletivo. Isso foi favorável, embora gerasse também um clima de desconfiança recíproca e esse clima, num meio como o nosso, é sempre pavoroso. Precisa e deve ser sempre evitado.

Lembro que, em Santana do Livramento, fomos a uma reunião desportiva da 2ª Divisão de Cavalaria, que era a Divisão Charrua, e, depois, havia um congraçamento geral entre oficiais, sargentos e famílias. Não me recordo o motivo, mas foi permitido que um sargento falasse em nome dos graduados da guarnição. Iniciou a sua alocação dizendo o seguinte: "Nós, da classe dos sargentos,..." e o General José Horácio imediatamente bateu na mesa e disse: "Não continue, não há classe dos sargentos, há classe dos militares, que é uma só e nós não podemos aceitar qualquer fracionamento desta classe". Encerrou o assunto ali. Ninguém falou mais nada. Isso mostra que estávamos atuando, sim, mas também mostra

que qualquer coisa deixava os nervos à flor da pele, porque havia um clima muito difícil, habilmente criado pelos inimigos da hierarquia e da disciplina.

Noutra oportunidade, o irmão do General José Horácio, que fora o Comandante anterior da 2ª Divisão de Cavalaria, General Enio da Cunha Garcia, Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, foi ao Rio Grande; em Santana do Livramento, num almoço, houve uma discussão tão grande entre os dois irmãos que ficamos preocupados que o General Horácio tivesse um "troço". O Enio, como estava fazendo parte daquele Governo, não aceitava qualquer incriminação de infiltração comunista no mesmo. E nós estávamos afirmando, em texto claro, aos nossos comandados, que havia essa infiltração. Os dois acabaram se levantando e cada um foi para um lado. Um voltou para Uruguaiana e outro pegou um avião e foi-se embora.

Outro fato interessante desse ambiente militar, também se passou comigo. Estavam dando aula de Guerra Revolucionária no Curso de Intendência da EsAO, e de maneira incisiva mostrei aos capitães que usávamos armas e que essas armas não eram enfeites. Que essas armas eram para serem usadas e que, dependendo da evolução das coisas, poderíamos ser chamados a usá-las. Tínhamos que ter muito critério, muita capacidade de decisão para, no momento oportuno, cumprirmos a nossa missão.

Já em 1964 ou 1963?

Foi na turma de 1964, imediatamente antes da Revolução, mas não tenho certeza absoluta – pode ter sido no fim de 1963 ou no começo de 1964, seguramente antes da Revolução. Então, um capitão levantou-se, ele era muito manjado na turma, e começou a questionar. Aí, a onda dos colegas: "Major não dá bola para ele não, esse cara é do outro lado..." Meio na brincadeira, mas mostrando logo quem ele era. Eu, como instrutor, tinha que ouvi-lo. Eu já tinha dito a eles: "Não estamos discutindo que haja miséria no Brasil, estamos discutindo que precisamos corrigir isto, discutindo a maneira como isso pode ser explorado para uma virada a favor dos outros que, nas suas terras, como na União Soviética, fazem pior. É isso que estamos discutindo".

Disse aquele capitão intendente: "O senhor não acha que, se usarmos armas contra os nossos companheiros e contra os brasileiros que não pensam como nós, não ficará bem para nós..." Quando ele terminou, eu disse: "Não acho não, capitão, acho que temos que cumprir a nossa missão quando chegar a hora e acho que aqueles que tiverem dúvida sobre se vão cumprir a sua missão ou não, devem, desde de já, tirar a farda e ir-se embora, até porque o senhor não é obrigado a estar aqui".

Todo mundo: "Boa! Boa! Ele mereceu ouvir isso". Esse cara era nitidamente do outro lado e não foi cassado pela Revolução. É uma coisa interessante isso.

Continuou tranqüilamente e acabou saindo do Exército, porque não queria nada com nada; acabou levando um tiro no traseiro, quando fugia de um quartel onde estava preso por desonestidade.

Mas o fato é que ele não foi cassado, o que não é o único caso. Muita gente diz: "As cassações fizeram muita injustiça, teve muita gente cassada que não tinha nada com isso". Até reconheço que houve alguns casos, sim, em que o camarada foi "no bolo..." foi envolvido e acabou se dando mal. Mas reconheço, também, que o inverso é verdadeiro, havendo muita gente que devia ter sido punida, porque se pudesse tinha até acabado conosco, e que não sofreu nenhuma sanção. Então, fica zero a zero...

Qual o comportamento do Congresso quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

Isto eu acompanhei, como todos nós acompanhamos, pelas notícias da televisão, dos jornais e pelas informações que recebíamos, levando-nos a formar uma idéia. A gente se lembra sempre daquele fato histórico do Antônio Carlos de Andrada e Silva cumprimentando o canhão.

A Revolução estava vitoriosa, não havia como virar a situação, ou se acomodavam ou iam acabar criando uma situação insuportável, que levaria ao fechamento definitivo ou por longo tempo do Congresso. Porque a ninguém interessava isso, nem a nós, nem a eles, tanto que mantivemos. Assim, pode-se dizer que a maioria conformou-se; vários, mais do que se conformaram, procuraram urgentemente apoiar, mostrando-se de pleno acordo, e houve um certo número que ficou contra, e que se tornou uma exceção.

Desses, alguns são dignos de respeito, tomaram uma posição contrária por questão de convicção. Outros, não, que ficaram contra apenas porque tinham tido, desde muito antes, uma posição subversiva, que indicava que não iriam continuar, como não continuaram, congressistas. O fato é que o Congresso, como Congresso, durou todos os anos em que a Revolução comandou o País funcionando normalmente, exceto por alguns dias, que marcaram a assinatura do AI-5 pelo Presidente Costa e Silva.

General, como é que se portaram aquelas entidades tachadas de esquerdistas, tipo CGT, UNE, CNTI, PUA, logo após o início da Revolução?

Pelo que pude acompanhar, eles perceberam que a época das suas ameaças e das suas palavras de ordem havia acabado, tinham perdido e isso esgotou, até bem depressa, a capacidade de reação dessas entidades, cujas lideranças sumiram, fugiram, desapareceram, exceto alguns poucos, porque foram presos a tempo.

Mais tarde, depois de um ano, um ano e meio, de 1966 até 1968, foram aos poucos reaparecendo e tentando se reorganizar, mas nunca chegaram ao ponto em que estavam antes da Revolução.

Que lideranças o senhor gostaria de destacar na Revolução de 1964?

Há diferentes tipos de liderança, em se tratando da Revolução de 1964. Este assunto é muito delicado. Vou dar uma resposta em três partes. A primeira é quanto ao convencimento, quanto à necessidade da reação que se consubstanciou na Revolução. Destaco, aí, o General Castello Branco com um discurso, ao qual já me referi, aos capitães da EsAO, na aula inaugural de 14 de fevereiro de 1964, e com a Nota Reservada de 20 de março, do Estado-Maior do Exército, aos oficiais-generais. Ele foi uma liderança extraordinária. Sentimos que ele nos deu "a bóia para que não afundássemos". Aliás, foi um homem que mostrou sempre sua liderança, inclusive durante a Campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial.

O outro nível é o operacional, onde aparece a liderança do General Mourão, o que não impede que, ao lado dele, houvesse outros chefes que também foram líderes no seu escalão, como o General Carlos Guedes, em Belo Horizonte. Mas o General Mourão foi o líder comandante, revoltando a tropa da 4ª Região Militar e marchando sobre o Rio, correndo todos os riscos pessoais e de sua carreira. É o líder maior do movimento armado.

A terceira liderança ocorreu na área política, que foi a de Carlos Lacerda. Desde o começo, estava na tribuna, sendo ameaçado, mas sempre disposto a tudo e sempre à testa dos acontecimentos. Traduziu o livro "Em Cima da Hora", da Suzane Labin. Assim, em termos de liderança, destaquei três aspectos que chamei do convencimento, da operacionalidade e da área política e destaquei três líderes, creio que com toda justiça.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo dos Estados Unidos? Como é que o senhor vê esse aspecto?

Fui revolucionário antigo e, dentro de certos limites, conspirei. Participei da Revolução, inclusive no Gabinete do Ministro, nos primeiros tempos. Nunca ouvi nada que desse a entender a existência de qualquer tipo de orientação estrangeira. Digo, em particular, dos Estados Unidos, que era o líder do bloco e, como líder, até se admite que houvesse uma influência, considerando que nós cursávamos escolas americanas, "trocando figurinhas" para saber o que estava acontecendo aqui e ali. Todavia, por tudo que sei, por tudo que li e pesquisei, não houve nenhuma participação do exterior em nossa Revolução.

No preparo da Revolução, no que tange a dinheiro, armamento e munição, equipamentos especiais, em nada disso recebemos qualquer ajuda externa, nem havia previsão de recebê-la.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal esquema militar que o Presidente Goulart apregoava?

Só desmorona o que existe e, na verdade, havia um esquema. A questão é saber se esse esquema era bem estruturado e forte como diziam ou se era apenas um "castelo de cartas". Eu não tenho condições de fazer uma análise minuciosa disso, mas estou convencido: se havia uma coisa bem organizada, eles foram incapazes de utilizá-la, talvez por excesso de confiança.

Eles achavam que a desorganização real da reação por parte nossa nos inibiria de agir, assim como a obediência, muito forte entre militares, com relação a determinados princípios, como o respeito à legalidade, personalizado na figura do General Castello Branco. Eles, entretanto, se esqueceram de que há, para nós, uma força muito mais importante do que isso, que é a soberania do País. Então, eles acreditaram que permaneceríamos inertes, ignorando completamente a possibilidade de que "a casa podia desabar", com as afrontas constantes que deles partiam.

Como o senhor viu o desempenho profissional das tropas que fizeram a Revolução?

Sobre o desempenho dos militares que deram início à Revolução, em particular dos que vieram sob o comando do General Mourão, devo destacar a sua elevada capacidade de decisão, iniciativa, coragem, competência profissional, espírito militar e um grande desprendimento. Eles não sabiam o que os esperava, nem se iam voltar, porque teriam pela frente as tropas do Rio de Janeiro, muito superiores em meios, sobretudo em termos de poderio bélico e disponibilidade de munição. Mas vieram...

Quanto ao II Exército, as tropas partiram com retardo, porque as ordens do seu Comandante demoraram a ser dadas. Mesmo assim, marcharam contra o Rio de Janeiro a ponto de influir no jogo da guerra. Confesso que a posição do II Exército sempre foi uma grande dúvida para mim, pelos laços que uniam o General Kruel a João Goulart. Nesse conjunto todo, não tenho condições de realizar uma análise mais profunda. As tropas da Guanabara, em geral, com algumas exceções importantes, configuradas no Regimento Sampaio (na frente mineira) e no Grupo-Escola – o GEsA – no Vale do Paraíba, que tiveram papel destacado, estavam sem uma organização efetiva no sentido revolucionário ou mesmo contra-revolucionário.

A impressão que ficou é de que estavam funcionando sem convicções, para o cumprimento da missão que viesse.

Não dava para medir liderança. Em princípio, no meio militar, um comandante, por definição, é o líder do pessoal; se ele tiver pouca capacidade de liderança, estará prejudicando o seu próprio comando. Mas isso não é como no meio civil, em que excepcionalmente se pode ter, numa organização, o chefe da organização e um outro, que lidera, por baixo, tudo. No meio militar, isto é inadmissível, uma vez que o comandante é o líder do seu pessoal, obtendo mais ou menos estima e admiração dos seus subordinados, o que distingue as lideranças entre si.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN em favor da Revolução foi correto em seu entendimento? Como viu a decisão do nosso General Médici colocando os cadetes em posição no Vale do Paraíba?

Sim, foi, mas vou explicar, porque considero um assunto também muito delicado e este caso me fez pensar bastante. Lembrei-me do que ocorreu com a Escola Militar da Rússia, que foi imolada – em condições diferentes, é verdade. Lá, eles enfrentaram guerrilheiros sanguinários, dispostos a tudo para subverter o regime. Aqui, eram irmãos contra irmãos, uma outra ética. Mas, mesmo assim, era muito delicado.

Praticamente, não houve conseqüências desse emprego dos cadetes, porque não houve combate; mas o combate era possível. E se os revolucionários tivessem sido derrotados? A AMAN teria sido derrotada, os cadetes teriam sido vencidos. É uma coisa para se pensar. Os cadetes, que estavam começando a vida militar, que iam ser os oficiais de amanhã, já começariam vencidos em batalha campal.

E se tivessem morrido alguns cadetes? Que armas isso daria à contra-Revolução? Acho que a decisão foi correta e ela tinha que ser rápida e o General Médici, que era um senhor chefe, que sustentou a Revolução num momento crítico, tomou a decisão que a meu ver foi a decisão certa, inclusive porque estava em jogo a sobrevivência da democracia em nosso País.

Primeiro, seria muito difícil justificar, naquela altura dos acontecimentos, que aquela tropa de elite, elite intelectual, elite física, elite pelo material de que dispunha, ficasse de fora, estando dentro da zona de combate.

Segundo, já que havia esta crise local, surgia uma ótima oportunidade de dar aos jovens cadetes uma lição prática de determinação diante de uma exigência e, até, de espírito de sacrifício. Foi uma lição prática. E eles saíram vitoriosos e a AMAN participou da vitória. Enfim, foi bom que eles estivessem do lado vencedor, mas não nego a preocupação com a hipótese de que o contrário pudesse acontecer.

Vou me permitir apresentar mais uma idéia aqui sobre esse aspecto, General, para o senhor comentar em seguida. A tropa do II Exército que marchava na direção do Rio de Janeiro...

Pelo eixo da Dutra.

Exatamente, cumprindo ordens do General Kruel, vinha correndo, porque saiu atrasada, tendo na sua cabeça o pensamento dominante de como se daria o provável encontro com a tropa do Rio de Janeiro, muito bem equipada e municiada, com gente muito bem preparada profissionalmente, como sempre foi o famoso Grupamento das Unidades-Escolas (GUEs). Estou dizendo isso, porque eu fazia parte dessa tropa, integrando o I Grupo do 2º RO105. Então, vinha com isso na cabeça o tempo todo...

E é verdade.

"Como nós vamos agir?", era a pergunta que fazia a mim mesmo, a todo momento, sobretudo porque eu não via, à minha frente, a Infantaria. Como disseram, inicialmente, que nós íamos apoiar o 4º RI, depois o 6º, e nós não vimos nem o 4º nem o 6º, o que aumentava a ansiedade. Onde estão os Regimentos? Depois, soubemos que o General Zerbine não deixou sair parte dessas tropas do quartel. Sobre o 5º RI, nada sabíamos. Então, na verdade, a Infantaria e a Artilharia não marchavam como um binômio; isso eu quero destacar porque trazia intranqüilidade à oficialidade...

É importante você dizer isso, inclusive porque você está falando de uma tropa de Artilharia...

De Artilharia que vinha com os seus obuses...

Vieram descobertos!

Descobertos, e para emprego imediato, o problema estava na carência de munição porque Itu não podia competir, nesse aspecto, com a Vila Militar, melhor aquinhoada por causa do apoio à EsAO.

Exatamente. Na Vila Militar e em Deodoro estavam os grandes depósitos de munição, apoiados pelo B D Mun (Batalhão Depósito de Munição), de Paracambi.

Então, General, quando nós soubemos que a Academia estava em posição, o senhor não pode acreditar o que isso significou em termos de satisfação pessoal, de tranqüilidade para quem vem numa situação completamente incerta e comandando jovens soldados que se deslocavam alegres e inocentes, sem noção da ameaça que teríamos pela frente. Os sargentos perguntando: "Para onde vamos? O Grupo vai até aonde?" Estamos cumprindo ordens do General Kruel, vamos encontrar o 6º, o Regimento de Caçapava, era o que eu respondia.

Quem era o comandante do Grupo?

O Comandante do Grupo era o nosso estimado Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida.

"Bené Malandragem". Estavam muito bem comandados.

Estou abordando esses aspectos, porque a minha Bateria se deslocou na ponta, então, nós viemos antes do Grupo que marchava com um hiato de cerca de quatro ou cinco horas em relação à Bateria Vanguarda.

Você era Comandante da Bateria?

Não, o Comandante era o Capitão Dario Scoralick, que havia sido meu Instrutor na AMAN, eu era o Linha de Fogo.

Este seu depoimento é excelente vou até anotar esse aspecto de que você tratou, porque isso é muito importante. Você vê como este trabalho que estamos aqui realizando gera coisa nova, novos conhecimentos, que ficarão.

Tudo isso mostrou a enorme importância da decisão do General Médici, pela força moral que trouxe à nossa tropa.

Ele transmitiu essa força toda sem ter programado. Isso é formidável!

General, o Movimento de 31 de Março contribuiu para união e coesão das Forças Armadas?

Acho que sim, e isso porque a Revolução foi feita visando a objetivos muito elevados. O maior objetivo era a recuperação política e social e até moral do País. Mas havia um outro objetivo estratégico, vamos dizer, imediato, que era ocupar o Rio de Janeiro que, naquela época, ainda era o centro nervoso do País, não há dúvida nenhuma.

Esses objetivos, a serem colimados com aquela vitória espetacular obtida pela Revolução, nos ajudaram a nos manter mais aglutinados. Vitória surpreendente até para os próprios revolucionários, não é? Por outro lado, a necessidade de "se aproveitar o êxito", que é uma expressão militar, nos levava ainda mais a buscar a união e a coesão.

Nós, militares, compreendemos que, nos primeiros tempos da Revolução, que duraram um ano e meio a dois anos, houve uma divisão, um pouquinho forçada por alguns, entre o que se chamaria os "castellistas" e os "costistas" – Castello Branco e Costa e Silva. Eu digo que a divisão foi forçada porque 90% dos militares, inclusive dos revolucionários, e eu me incluo nesse grupo, 90% não estávamos preocupados em saber se vai ser fulano ou beltrano. Estávamos preocupados era em ter um chefe à altura e que logo assumisse a chefia, para não ficarmos acéfalos depois de ter vencido.

Mas houve algumas ameaças, tentativas de virar a mesa. Assisti, não quando estava na EsAO, mas quando fui para o Estado-Maior do Exército, no começo de

1965, ocasião em que tive algumas discussões com alguns colegas que diziam: "Não é possível continuar assim, o Castello está cedendo tudo", o que não correspondia à verdade! Foi um governo de uma habilidade enorme. E continuavam: "Castello está cedendo a tudo, assim nós vamos ter que virar a mesa!" E eu retrucava: "Quer dizer, então, que você vai virar a mesa contra nós todos".

Isto reflete não uma cisão, nem falta de coesão, mas reflete quistos; desejavam que tudo fosse mais depressa estirpado e a verdade é que, com a eleição do Costa e Silva, que todos aceitamos, a coisa morreu...

Quando Costa e Silva foi eleito, a coisa acabou, porque o grupo chamado "castellista" queria que houvesse logo um bom timoneiro à frente do processo. Na verdade, não era um grupo, eram apenas aqueles que muito admiravam o Castello, que era, a bem da verdade, uma figura notável.

No seu conjunto, durante esses vinte anos, o senhor acha que a união e a coesão preponderaram dentro das Forças Armadas?

Eu acho que sim, apesar de que houve, durante esses anos todos, e tinha que haver, muitas concessões que nós, militares, preferiríamos que não tivessem havido. Muitos acordos com que nós não concordamos, mas que fazem parte do processo político.

Houve apoio ostensivo a determinadas pessoas ou a determinadas facções que estavam no nosso índex, por procedimentos inconvenientes ou por serem inimigos da Revolução, mas que acabaram sendo beneficiadas por certos expedientes, com os quais não concordávamos.

Tudo isso, no correr daqueles anos, foi aos poucos arranhando um pouquinho a nossa imagem. É inegável que trouxe reflexos negativos para a coesão militar. Se foram maiores ou menores, isso depende muito do ponto de vista de cada um e das áreas onde isso ocorreu, que são áreas diferentes.

Certos fatos, por exemplo, ocorridos no Rio Grande do Sul, têm conseqüências e reflexos diferentes dos mesmos fatos acontecidos na Paraíba, por causa do tipo de cultura que impera, cultura inclusive no sentido social e econômico. Então, a gente nunca pode generalizar.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

É outra pergunta que é muito curiosa. O senhor deve ter lido trabalhos do General Meira Mattos sobre isso. Então eu diria o seguinte: nós não tínhamos uma ideologia definida, no sentido revolucionário, tínhamos algumas idéias-força. Do meu ponto de vista, a principal idéia-força era o anticomunismo. Por quê? Porque

era o comunismo o principal inimigo que se apresentava diante de nós e o mais capaz, o mais forte. Portanto, essa era a principal idéia-força.

O General Meira Mattos toca muito inteligentemente no antijanguismo, como uma idéia temporária. Acho que o antijanguismo se insere no quadro do anticomunismo. Em outras palavras, se o Jango não tivesse assumido um compromisso com os elementos comunistas que o cercavam, podíamos até achar que ele era só incapaz, despreparado para o cargo de presidente da República. De fato, era um pobre coitado, mas nós não seríamos inimigos do Jango. Levado pelas circunstâncias, optou por abrigar em seu governo e apoiar as figuras mais representativas do comunismo, passando a ser uma ameaça permanente para a democracia.

Nós éramos levados a ver, com extrema preocupação, a escalada dessa ameaça. O anticomunismo, para a preservação do regime democrático em nosso País, era uma posição, sob todos os aspectos, patriótica. Então, se um dia jurei defender a Pátria, não podia ver desinteressadamente a maneira como a Pátria estava sendo ameaçada. Isto não é lirismo. Isto é uma realidade e a palavra Pátria tem que ser usada; do contrário, perderíamos a razão de lutar, ficariam descaracterizados os nossos objetivos maiores.

Tínhamos, no nosso espírito revolucionário, bem presentes, os princípios que se traduziam, nitidamente, nos Objetivos Nacionais Permanentes, preconizados na doutrina da Escola Superior de Guerra.

Quais são esses objetivos? Primeiro, e que muita gente inimiga pode até não entender, é a democracia representativa. Queríamos uma verdadeira democracia, que não estávamos tendo e, se o regime comunista tomasse conta do País, ia desaparecer completamente, como nas nações dominadas pelo marxismo.

Então, queríamos uma democracia representativa, queríamos como idéia fundamental a integração nacional, tanto física como cultural. Queríamos que isto fosse uma realidade. Nós achávamos que era preciso fortalecer essa integração.

Queríamos manter a nossa integridade patrimonial, é claro, e não ceder nada do nosso território. Queríamos a paz social, que envolveria, inclusive, medidas enérgicas nas áreas política e social, para tirar o País das greves constantes, que comprometiam a produção, contribuindo para a miséria, para o sofrimento, para as injustiças. Queríamos acabar com a luta de classes e com a corrupção. Isso é paz social.

Queríamos a soberania, ou seja, "o que é nosso ninguém toca" e não vamos admitir que certas coisas sejam feitas contra o Brasil, contra o povo brasileiro, contra o território brasileiro, contra a imagem brasileira; e queríamos ter progresso, o que pode ser associado ao desenvolvimento. Transparece aquele binômio segurança e desenvolvimento. Acho que aí está um ideário bonito, compatível

com a grandeza territorial e populacional do Brasil, que preserva, em resumo, os valores físicos, morais e espirituais da Nação.

General, no seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março?

Discute-se muito isso, de uma maneira muito semântica, mas acho que está correto. Gosto sempre de colocar depois da Revolução o nome Revolução democrática. Por quê? Porque, na verdade, fizemos uma contra-revolução, pois a revolução era deles e, para não haver confusão, porque a deles não era democrática prefiro chamar a nossa de Revolução democrática.

Foi um movimento civil – militar, que preservou a democracia e salvou o País, que ia aceleradamente para um comunismo institucional. Coisa que, na época, até se disse muito e hoje está totalmente esquecido, criminosamente esquecido, é que atrás do Brasil iria o continente americano, pelo menos a América Central e a América do Sul.

Que benefícios a Revolução de 31 de Março trouxe para o País?

Eu não tenho dúvida de que a Revolução foi muito benéfica ao País. Primeiro deteve o ataque comunista, que estava caminhando com sucesso. Restaurou o princípio da autoridade, sem o qual não se comanda nada, nem o país nem o próprio local de trabalho.

A Revolução, através dos seus governos, desenvolveu políticas corretas em todos os campos do Poder Nacional. Fez, por exemplo, a Reforma Administrativa, que todo mundo queria há séculos e não se fazia – Decreto-Lei 200 e Decreto-Lei 900. Reforçou a área sindical, reformando-a devidamente. Castello Branco impulsionou grandemente a reforma agrária, coisa que até hoje está se discutindo.

A nossa política externa ganhou credibilidade, respaldada por um poder militar que infundia respeito, pelo que foi capaz de fazer e fez, projetando o País para a frente. Além de atuar em vários setores tecnológicos, na área das telecomunicações foi paradigmática.

Construíram-se estradas à beça, usinas geradoras de energia, e se fez o que se pôde para estar presente nas fronteiras e nas áreas críticas, como na Amazônia, buscando integrá-la na medida do possível. Dizem que a Amazônia foi descoberta agora, mas a verdade é outra, uma vez que lá estamos desde o século passado, o XIX, com as colônias militares.

O Presidente Médici, apesar de tudo que realizou, teve a coragem que o atual presidente não teve, nem a humildade nem a honestidade de reconhecer

que o nosso povo ainda vai mal, não está bem. Esse é um aspecto importante, abordado por um presidente militar, que apesar de ter, em quatro anos, mudado completamente a vida do brasileiro para melhor, reconhecer que muito ainda faltava realizar.

Um presidente que era querido pelo povo.

Exatamente, querido pelo povo.

General, os sucessos econômicos obtidos pela Revolução têm levado professores eminentes, inclusive professores civis, a dizerem, na ESG, por exemplo, "que a década de 1970 foi a maior em termos econômicos da História do Brasil". Por que isso não é divulgado? Como o senhor vê os motivos determinantes desse quadro?

Bem, na época em que tivemos esse destaque – fomos a 8ª economia mundial – até então nunca tínhamos alcançado uma meta como essa.

Éramos a 48ª, antes da Revolução, e, hoje, somos a 12ª, infelizmente.

Hoje, nada de nada que coloque bem as Forças Armadas, e o Exército em particular, que é o mais poderoso, merece divulgação; e a respeito da Revolução, de que somos, afinal de contas, os principais responsáveis, nenhuma realização é divulgada. Não interessa aos dirigentes do País, em todos os níveis – presidentes, prefeitos, governadores –, não interessa à mídia reconhecer que tenha havido qualquer valor no período por eles chamado "tempo da ditadura", quando sabemos que o AI-5, que caracterizou o período ditatorial, só foi editado em dezembro de 1968 e não vigorou no Governo Figueiredo (1979-1985).

Acontece, às vezes, até um fato interessante: um articulista ou repórter deixa escapar alguma coisa que nos é favorável. Depois, o camarada tem que se explicar porque deixou escapar.

O patrulhamento rigoroso impede qualquer divulgação. A imprensa, já faz alguns anos, vem adotando uma política contra as Forças Armadas, que é terrível. É a "política do silêncio", ou seja, não se noticia nada de positivo sobre as Forças Armadas. Por exemplo: vai haver um exercício com tiro real, não se dá notícia.

Agora, se, neste tiro, morrer alguém ou se matar um boi da Dona Zezinha, seja onde for, então se publica a manchete, faz-se a maior divulgação possível, acusando o Exército pelo acidente. Fora disso, é silêncio. Você, às vezes, abre o jornal e vê assim: "Assumiu a chefia do setor tal da subdiretoria de águas não sei de que o Doutor fulano". Mas um General assume o Comando Militar do Leste, área que envolve Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, uma força poderosa, nem uma linha é escrita; o povo não fica sabendo que o general comandante da área é esse ou aquele – silencia a mídia, para que o fato e a pessoa sejam desco-

nhecidos, ignorados e, portanto, inexistentes para todos. É a pior campanha que se pode fazer e eles sabem disso e por isso fazem. É isso a mídia.

General, a batalha da Comunicação Social, então, foi perdida pelos militares ou nós não quisemos nos engajar nessa luta quando estávamos no Poder?

A meu ver este foi outro grave erro da Revolução. A Revolução silenciou, calou, não contou, não divulgou, não soltou foguetes em relação a coisas que deviam ter sido ditas. Até vou usar a palavra confessar determinadas coisas, confessar claramente, porque aí "tiraria a escada do inimigo"... mas não o fizemos.

A verdade é que, durante todo o tempo da Revolução, até o público interno vivia desinformado.

Vou contar dois casos de desinformação. Eu era oficial do Gabinete do Ministro, Tenente-Coronel da 3ª Divisão, e dávamos serviços periódicos. Numa noite, eu estava de serviço e chegou um telefonema de São Paulo que eu mesmo atendi: "Oficial do Gabinete do Ministro, Coronel Jonas, falando". Responderam: "Queria que o senhor anotasse uma mensagem urgente: "O 4º RI acabou de se deslocar ponto tal para ponto tal, devendo atingir região prevista em tanto de tanto". Fiquei pensando: "O que é isso?" Liguei para o, hoje, General Pedro Luís de Araújo Braga, na época, Tenente-Coronel, servindo na 2ª Seção do Gabinete do Ministro – que, naquele tempo, já tinha acabado de se transformar ou estava se transformando em Centro de Informações do Exército (CIE), não tenho certeza.

Eu disse: "Braga, recebi um telefonema assim, assim..." Ele me disse: "Pára! Pára! Já estou indo para aí". Ele era o Oficial de Permanência da 2ª Seção. Ele chegou e disse: "Cadê o negócio?" Braga era meu querido amigo e colega de turma desde o Colégio Militar.

Eu disse ao Braga: "Mas que 'troço' é esse que eu não posso nem comentar". Ele disse: "Esse 'troço' é um movimento de tropa verdadeiro". No dia seguinte, quando o expediente começou, fui falar com o Subchefe do Gabinete do Ministro, meu chefe, portanto, que era o Coronel José Fragomeni e disse: "Coronel, ao lhe dar conta do serviço, venho lhe dizer que recebi um telefonema assim, assim, assim e estou muito chateado, porque eu sou um Tenente-Coronel do Exército, sirvo no Gabinete do Ministro e não tenho a menor noção do que está se passando. Recebi uma mensagem e tive que retransmiti-la sem saber do que se trata. Acho que isso não pode ocorrer".

Ele disse para mim: "espera um pouquinho que vou falar com o General Frota"... Em seguida, ele me transmitiu o seguinte: "Jonas, este assunto não pode ser realmente discutido, mas digo, como satisfação a você, eu que sou o Subchefe

do Gabinete também não sei de nada. Era o Coronel José Fragomeni, um nome dentro do Exército. Eu lhe disse: "Sim senhor". Isso me fez fazer continência e pedir licença para sair! O que havia naquela ocasião? A guerrilha do Vale do Ribeira, isso foi 1969, se não me engano.

Passaram-se os anos, em 1976, eu era do Corpo Permanente da ESG, Coronel antigo e meu filho era cadete do quarto ano da AMAN e foi passar um fim de semana em casa. Hoje, ele é coronel comandante do 2º R C Mec, de São Borja. Eu disse: "Como é que foi essa semana, meu filho?" Ele disse: "Ih!!! Papai, essa semana tivemos uma conferência notável, todos nós vibramos, pelo General Miltinho, que comandou o II Exército de São Paulo, a respeito de Xambioá". Eu fui ficando pequenininho, porque nunca tinha ouvido falar em Xambioá. Então, no dia seguinte, fui ao meu Comandante e disse: "General venho aqui para lhe contar um caso e fazer um protesto. Não admito que eu, um Coronel da ativa, do Corpo Permanente desta Escola, não saiba de nada a respeito de um enfrentamento, por parte do Exército, de uma guerrilha que atua no País". Resultado: 15 dias depois estava na ESG, para ministrar conferência sobre a Guerrilha do Araguaia, o Coronel Cineli, da Arma de Engenharia.

Reuniram o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas – CEMCFA – e os militares do Corpo Permanente, não os do Curso Superior. Nessa época, o Coronel servia no Centro de Informações do Exército (CIE), mas parece que tinha estado lá no Araguaia, vindo para nos dar a conhecer o que era a Guerrilha do Araguaia (Xambioá) e aquela coisa toda. Então, isso mostra como o Exército (não sei na Marinha e na Aeronáutica) falhou, no âmbito interno, em manter o seu pessoal informado, o que, a meu ver, é indispensável, até para que se tivesse, todos nós tivéssemos, argumentos para se contrapor a alguém que dissesse alguma coisa mentirosa a esse respeito. Se isso acontecia internamente, imagine no exterior!...

Assim, quando se fala da "Volta aos Quartéis", o que se tem a dizer é que nós nunca saímos dos quartéis a não ser antes da Revolução – a gente saía porque tinha que fazer patrulhas, tinha que tomar conta das estações de trem, tinha que fazer face às greves, tinha que distribuir gêneros alimentícios ao povo. Depois da Revolução, a gente não podia falar nada e vivíamos dentro dos quartéis, não éramos chamados para coisa alguma. Mas há um livro, inclusive de história oral, da Fundação Getúlio Vargas, intitulado "A Volta aos Quartéis", quando essa volta se deu dois, três dias, após o 31 de março e nunca mais saímos dos quartéis.

Vejo a maldosa referência, em parte como uma força de expressão: esta "volta aos quartéis" é no sentido de dizer que, a partir daquele ponto, não tivemos mais nenhuma interferência na condução do País. Para eles, até aquele momento, as Forças Armadas conduziram a política nacional.

Embora o senhor já tenha falado alguma coisa a respeito, quais foram os principais erros da Revolução?

Acho que a Revolução evidentemente cometeu erros mas quero logo dizer que cometeu muito mais acertos do que erros. Um dos erros foi que nós tínhamos tanto desejo de obter um congraçamento nacional que para esta finalidade fizemos uma porção de concessões que alcançaram inclusive pessoas que queriam exatamente não fazer o congraçamento conosco e se aproveitaram disso para nos prejudicar.

Acho que atuamos pouco e mal na área da Educação. Nós não conseguimos agir para trazer a juventude estudantil para o nosso lado. Uma das razões foi que utilizamos muita gente, inclusive militares da reserva, que não estavam preparados para dialogar com os estudantes. Isso prejudicou bastante a nossa imagem. Depois que foram criadas aquelas cadeiras de Educação Moral e Cívica e OSPB, começaram a achar que todo militar, por ter algum estudo de história, era capaz de ensiná-la. Grande engano, em primeiro lugar porque isso tinha que ser preparado de uma forma metodológica, mas nem todos, para isso, estavam capacitados. Depois, nem todo mundo nasceu para ser professor e foi uma massa de professores improvisados dando aula por aí. Isso redundou em erro grave nosso.

Na área da Justiça, afinal de contas não chegamos a entrar, lamentavelmente. Começamos com o erro de levar o senhor José Maria Alkimin para Vice-Presidente de uma República que começava querendo ser saneadora. Da mais tradicional esperteza mineira, daquele mineirismo que deixa para depois etc.

Tivemos dois militares como Ministro da Educação, duas grandes figuras: Jarbas Passarinho e Rubem Ludwig – o Rubão. Embora pudessem até estar preparados para o alto cargo, as nomeações não foram recebidas com simpatia e boa vontade pelos profissionais da área, o que não deixou dúvida para ninguém. Eles eram vistos como olheiros em um setor onde eram considerados estranhos.

Entre os erros cometidos, julgo que a Revolução se demorou demais no Poder. Ela devia ter se desengajado mais cedo, quem sabe no fim do Governo Médici. Por que no fim do Governo Médici? Por duas razões: primeiro, porque foi um governo sob todos os aspectos vitorioso, inclusive nas ações contra as guerrilhas urbana e rural, derrotando a luta armada e trazendo novamente a paz em todo o território nacional. Por outro lado, foi o Governo que transformou o Brasil na oitava economia mundial, período em que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi superior a 10% durante todos os anos, Governo do milagre econômico, nunca igualado em toda a história econômica deste país. Foi um Governo simpático, bem visto pelo povo.

Talvez aquela fosse a hora do desengajamento. Mas isso só poderia ser feito se tudo tivesse sido preparado para desengajar. Não podia sair de repente: "Vamos embo-

ra para casa, agora tomem conta...” Porque havia, inclusive, perigo do retorno da subversão e da luta armada que acabava de ser derrotada.

No meu julgamento, o Presidente Médici poderia ter encerrado o ciclo revolucionário, sem dúvida nenhuma.

Mas quem substituiu o Presidente Médici? Foi o General Ernesto Geisel que deu os primeiros passos para fazer isso, só que o General Geisel nunca pensaria em fazer logo no fim do Governo Médici, nem em curto prazo, porque não ia perder a oportunidade de passar cinco anos como Presidente da República. Ele achava que tinha condições de ser Presidente e de fazer um bom governo. Na verdade, tinha condições. Se fez um bom governo, o julgamento é de cada um.

Toda revolução se esgota e ela acabou chegando ao ponto de esgotamento. É verdade que os vinte anos da Revolução não podem ser medidos por um só molde. Nós diríamos que, até o fim do Governo Médici, tivemos a Revolução, a sua consolidação, o retrocesso do AI-5 para enfrentarmos as guerrilhas e o terrorismo e fizemos tudo muito bem, comportamo-nos muitíssimo bem.

Os Governos Geisel e Figueiredo desencadearam a abertura, que foi lenta, gradual, mas não tão segura quanto seria de se desejar. Pelo contrário, certas coisas foram atabalhoadas e deram armas aos nossos inimigos. E as coisas foram ficando cada vez mais difíceis.

Ainda durante o desengajamento, os militares começaram a ser apresentados à Nação, de maneira negativa, por uma mídia que estava liberada e era manipulada pelos revanchistas, todos esses que viram e vêem os militares como a barreira principal para o avanço comunista por eles chamado de socialista. Cândido Mendes de Almeida tem dito que: “O socialismo é uma etapa na marcha para o comunismo”.

E as ações de guerrilha e o terrorismo, como o seqüestro de embaixadores, assaltos a bancos, como é que o senhor viu isso tudo praticado pelos extremistas de esquerda?

Houve muitos casos, alguns maiores, como a guerrilha do Vale do Ribeira e a do Araguaia. Houve outros, um pouco menores, mais limitados. Na parte urbana, houve muita luta, além dos seqüestros, muita luta urbana que nem se sabia que estava ocorrendo.

Um rapaz que foi meu aluno no Colégio Militar, quando eu era capitão, ficou inutilizado, ficou com uma perna praticamente estraçalhada numa perseguição no Aterro, em Botafogo. Morreu há pouco tempo, o Coronel Perdigão.

Então, havia estas coisas danadas, que maltrataram muita gente, ceifaram muitas vidas. Não acompanhei de perto todos os casos. Acho o seguinte: os sub-

versivos estavam no papel deles, em fazer o que faziam e nós tínhamos que fazer o nosso, que era não deixar que eles fizessem e não deixar que nos vencessem.

Mas o que está ocorrendo agora é que tudo que eles fizeram é justificado pelo lado deles. Dizem: "Fizeram, porque a Revolução os pressionava". Ora!!! Nós os pressionávamos porque, se os deixássemos soltos, eles iriam tentar nos derrubar e entre eles e nós... claro, nós e não eles, é uma questão de preferência. A verdade é que a repressão de nossa parte aconteceu como uma resposta à ação subversiva conduzida por eles.

Há coisas curiosas: em janeiro de 1997 veio ao Brasil, com viagem paga, hotel pago etc., uma filha do Embaixador Elbrik. Tenho uma vaga idéia de que ela veio para alguma comemoração ou qualquer coisa ligada a esse livro "O Que É Isso Companheiro", do Gabeira. Parece que foi para qualquer coisa assim. Quem pagou? Não sei, talvez até tenha sido divulgado, não me lembro. Os jornais e as revistas publicaram que esta mulher, cujo pai já morreu, afirmou em público e a imprensa registrou, rapidamente, que o pai dela, que foi seqüestrado, apanhou, mataram o motorista dele, e teria dito, no fim da vida, "que entendia perfeitamente os seqüestradores, simpatizava com a causa deles e sinceramente desejava até que eles tivessem tido êxito". Se o sujeito a quem eles arrebentaram e que era um embaixador do país que, no mundo, dirigia a luta anticomunista, anti-subversiva, se esse embaixador, segundo a filha, teria dito isso, de duas uma: ou é verdade que ele tivesse dito e ele nunca teria tido condições de ser embaixador no Brasil, ou é mentira, ela é uma mulher mentirosa, mas que, de alguma forma, foi levada a dizer isso para que pudesse ser explorado. O fato é que ninguém tira mais, de Gabeira e dessa súcia, a homenagem do embaixador que eles seqüestraram, feita por meio de sua filha.

O senhor vê que, na verdade, isso está na contramão, porque o americano não deixa nem o tal Gabeira entrar lá, quer dizer, em termos de Estados Unidos, ele é um inimigo até hoje.

Só que esse raciocínio que você está fazendo, que é um raciocínio lógico, quando chega na hora de aproveitá-lo contra as esquerdas, ele não aparece. Somente desponta aquela parte que lhes interessa, que são as palavras da moça.

Quanto ao Gabeira, aproveitam para dizer que ele era, na época, imaturo, inclusive o Antônio Carlos Magalhães, que o defendeu, dizendo: "Era muito jovem, por isso cometeu o erro".

O Antônio Carlos Magalhães diz qualquer coisa...

É verdade, que vale é que o Brasil parece que sabe disso.

Não sei se sabe. Eu sei.

General, como o senhor viu a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI)?

O SNI eu acho que foi bem criado. Está provado que nenhum governo, que se preze, pode prescindir de um órgão de informações, seja qual for o nome que se lhe dê, sobretudo nos escalões mais altos, para que tenham um número razoável de informações, atualizadas e corretas, sobre como vão indo as políticas e estratégias do governo. Toda administração, em qualquer esfera, precisa de informações confiáveis para a tomada de decisões.

A meu ver, o que ocorreu com o SNI foi uma luta entre a revolução e a contra-revolução. Houve um desvio das finalidades principais do SNI e ele acabou se engolfando demasiadamente nas atividades de defesa e reação contra as ações subversivas. Isto gerou, depois de um certo tempo, uma utilização deturpada da capacidade do SNI.

A Lei de Segurança Nacional foi mudada. Era uma lei antiga do tempo do Getúlio. Naquela época, também houve mais de uma e, aos poucos, leis desse tipo, ao sabor das provocações, vão sendo ora mais agudas, ora mais abrandadas.

Quanto aos DOI/CODI, lembramos que foram os elementos que permitiram uma coordenação de ações militares-civis que, de outro modo, seria dificílimo conseguir. Militares das três Forças Armadas, mais Polícia Civil, mais Polícias Militares, mais Departamento da Polícia Federal, mais isso, mais aquilo. Ficaria muito difícil, se não houvesse um elemento capaz de juntar tudo para obter determinado efeito. Eles foram muito bem-sucedidos, eliminando o terrorismo e a guerrilha em nosso País.

Muitas vezes se excederam, extrapolaram, mas isso foi culpa dos encarregados do seu controle e do seu acionamento, não culpa da sua concepção, que foi muito boa. Hoje, tudo isso está sendo confundido, está sendo posto na mesma "marmita", aquilo que se criou para fazer uma determinada coisa com aquilo que algumas vezes, nem sempre, se fez e que pode ser considerado errado ou malfeito, sem dúvida nenhuma. Só um fato para dar o exemplo. Estive à frente do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, palco da conhecida operação OBan – Operação Bandeirante, que, inclusive, gerou aquele caso todo da exoneração do General Ednardo D'Avila Mello. Um santo homem, um homem formidável, digno, distinto, incapaz de fazer uma safadeza...

Comandei uma área em que encontrei os resquícios de uma dura luta, com muitos civis participando do nosso lado, inclusive em operações. Encontrei, ainda, na minha área de informações, um núcleo funcionando. Lá encontrei figuras

remanescentes daquelas lutas campais, uma delas era meu motorista que tinha as pernas bem esburacadas, feridas por tiros de metralhadora dos subversivos.

Então, o que eu fiz: perguntei a eles "O que vocês ganharam com tudo isso?" Não tinham recebido nenhuma condecoração. Eu condecorei a todos, eram seis ou sete. Tive uma troca de idéias muito interessante com o Ministro do Exército, meu amigo, General Leônidas, que foi sensível com relação a isso e lhes concedeu a Medalha do Pacificador, com Palma. Eu os condecorei, um deles era mulher, na célebre Rua Tutóia.

Esse depoimento é muito importante por mostrar a luta e o sofrimento de nossa gente para fazer valer a lei e a ordem.

Exato! A lei e a ordem.

General, as Forças Armadas tiraram algum proveito, auferiram alguma vantagem, de qualquer ordem, na época dos governos revolucionários?

Acho que não, muito pelo contrário. Os militares não auferiram vantagens nem de ordem institucional, como Forças Armadas, nem de ordem pessoal. Basta comparar os presidentes militares e os grandes chefes militares que apareceram na oportunidade do período revolucionário, com os civis, antes e depois de sua participação no governo. Veja a modéstia da vida dos nossos militares que ocuparam grandes cargos.

E dos seus patrimônios.

Pois é! Dos seus patrimônios individuais modestíssimos, impressionantemente modestos, voltaram para a sua posição após a passagem, pelos altos cargos de modo muito diferente dos civis após ocuparem cargos semelhantes. E quanto às Forças Armadas, elas se autolimitaram em termos de apoio, participação, aceitando abrir mão de receber investimentos que poderiam alçá-las a um nível excelente de adestramento e de capacidade bélica. Mas sempre abrindo mão. Alias, é conhecida a célebre frase do General Geisel, que dizia assim: "Conseguir o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança necessária". Em resumo, segurança, só aquilo que for estritamente necessário...

Assim, as nossas Forças Armadas continuaram modestas, foram-se tornando até obsoletas em inúmeros itens, como o próprio material de nossa Artilharia. E os militares nada reclamavam para si, exatamente para não parecerem aproveitadores. E, na verdade, não fomos.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

A verdade é que a imagem da Revolução já vinha se desgastando. Exatamente pelas razões e circunstâncias que eu disse anteriormente. A abertura que foi feita, ao mesmo tempo social e política, decorrente da distensão, foi como se nós "abríssemos as comportas". Só que, ao abrir as comportas, nós ficamos debaixo d'água. Então, tudo que representasse o processo revolucionário foi violentamente agredido.

O processo revolucionário, já se encontrava em fase final e, portanto, com dificuldade para se defender e reagir. É verdade que houve casos como o do General Nilton Cruz e aquela exploração toda que fizeram. É bem o gênio do meu amigo Nini: batendo de rebenque no automóvel, uma bobeada que foi explorada. Ficou com a imagem desgastada e infelizmente acabou sacrificado.

Outro caso foi o do Riocentro, que contribuiu bastante para a queda da nossa imagem. Não há dúvida nenhuma de que deveria ter sido exemplarmente citado, explicado e punido quem quer que fosse o responsável, doesse a quem doesse e, no entanto, nós procuramos "tapar o sol com a peneira". Aquela idéia de que você morre na posição do lado dos seus.

Quando eu comandava a AD/3, protegi um juiz que corria risco de vida, mandando o Exército tirá-lo da sua cidade e trazê-lo para Cruz Alta para não o matarem. Ele me era grato por isso. Porém, se deu o desplante de escrever, num jornal, que o Exército era o culpado pelo caso do Riocentro, numa hora em que ninguém ainda sabia exatamente o que tinha ocorrido. Ele já estava condenando o Exército, o que me obrigou, na hora, a preparar uma nota para o jornal dizendo que o comando da AD/3 não permitiria que houvesse especulações através de jornais, deixando em dúvida a lisura do comportamento do Exército etc. Isso em 1980, ou começo de 1981, não me lembro bem. Telefonei para o meu comandante, em Santa Maria, que era o General Sebastião Ramos de Castro, que me disse: "Espera que há uma ordem do Walter Pires para ninguém tratar na imprensa de assunto político e isto é assunto político". Eu lhe disse: "Diga ao General Walter Pires que já mandei a nota para o jornal". Então, como quem diz: "Se alguém tiver que sair não é a nota, é o comandante da AD".

Fiquei junto do telefone durante dez minutos e ele me telefonou: "O Walter Pires mandou dizer que fez muito bem e que ele aprova a nota". Essa nota está aí e tenho cópia dela. Desgastei-me numa coisa que não era bem assim; o que fiz, um general naquele tempo ainda podia fazer, mas se fosse hoje, estaria impedido de fazê-lo. Quantas vezes se ataca as Forças Armadas dizendo que não têm mais líderes, mas não é nada disso, o que acontece é que os líderes estão impedidos de tomar certas atitudes pelas circunstâncias atuais que, hoje, são diferentes de 20

anos atrás. Por outro lado, esta ação da mídia, do silêncio a que já me referi, faz com que os chefes militares por mais que façam, que dêem verdadeiras demonstrações de liderança, até às vezes num discurso, em palavras duras e incisivas, como isso não é divulgado de propósito, o subordinado dele não fica conhecendo a sua atuação. Então, é levado a achar que lhe falta liderança.

Existe, a partir do momento em que a Revolução deixou o Poder, o chamado "revanchismo" por parte de políticos, autoridades em geral, bem como da mídia em relação aos militares?

Não há a menor dúvida. Vem havendo há muito tempo um "revanchismo" e o adjetivo para ele é violento, é um "revanchismo" agressivo, é um "revanchismo" que nos agride. Acomodam-se a ele todos os que querem ficar bem com estes novos tempos. Por isso, a toda hora se lêem referências, às vezes sem coerência nenhuma, ao tempo da ditadura e a coisas correlatas.

Às vezes, estou lendo no jornal uma notícia cultural, como, por exemplo, "foi lançado o livro tal, aliás o seu autor, no tempo da ditadura,..." Não tem nada uma coisa com outra.

Só para poder voltar ao tema.

Então, a mídia, ajudada por artistas, pelos ditos intelectuais e pelos tais cineastas, daqueles de filmes que só denigrem o Brasil, simplesmente não permite que a sociedade esqueça que houve uma "ditadura militar" e que essa "ditadura" fez tudo de mal – censura e tortura – e nada de bom. Eles se deliciam com essa cantilena permanente, sem haver um porquê.

Quanto à anistia, na prática, ela funciona como uma desculpa, não como uma anistia no sentido geral, no sentido de acalmar os ânimos, ela é apenas um meio de se desculpar e de compensar até financeiramente aqueles que a Revolução venceu; e ao mesmo tempo de não desculpar nada daqueles que foram os vencedores e que salvaram o Brasil em 1964 e, depois, de 1965 a 1973. É engraçado isso, mas é a realidade.

Depois da queda do Muro de Berlim, o comunismo acabou? Como o senhor vê o comunismo no Brasil de hoje?

O comunismo não acabou e o radicalismo ideológico, de parte a parte, continua, provocado, entretanto, pela expansão do comunismo como uma permanente e agressiva ameaça à liberdade dos povos. Dizer, como vem sendo dito, que o comunismo acabou, no meu ponto de vista é uma deslavada mentira e uma grosseira bobagem. Por quê? Como é que acabou, se existem filiados a partidos comunistas?

Existem os partidos, existem os partidários, existem os que defendem o comunismo. A toda hora, você vê: "PCB – Partido Comunista Brasileiro, PC do B - Partido Comunista do Brasil", movimentos da nova esquerda, todos eles com nomes marxistas, trotskistas etc. Sem falar nos tais partidos socialistas, como o tal PPS (Partido Popular Socialista) que é o Partido Comunista (dito Partidão) com outro nome.

Os Monumentos a comunistas são outra prova cabal de que o comunismo não acabou. O que acabou foi a União Soviética. O que acabou foi uma cabeça poderosa, cabeça no sentido de centro de dominação. Uma cabeça poderosa, tanto no sentido filosófico, como no sentido de poder físico, dinheiro, Forças Armadas etc. Mantinha através do Pacto de Varsóvia, um grupo que, em conjunto, era tão forte e numeroso que exportava a revolução e patrocinava, com recursos de toda natureza, a revolução.

Isso acabou. Mas o comunismo não; e por que não acabou o comunismo? Entre outras razões, porque o comunismo é uma ideologia. O comunismo é uma ideologia que se baseia no marxismo. O marxismo é a doutrina, apresentada de forma a impressionar os incautos, os desavisados. O leninismo é a forma prática de conduzir a revolução marxista; daí se falar em marxismo-leninismo, combinação da doutrina com a prática.

Sou um homem educado por outro que, quando eu era jovem, me deu para ler o *ABC do comunismo* e me deu para ler livros do Karl Marx. Porque eu li tudo isso, tornei-me frontalmente contrário. Vi que aquilo era utopia e na prática uma mentira. Basta ver a União Soviética, Cuba, Iugoslávia, Albânia, China, Coréia do Norte... Basta ver o desastre social e econômico que representou o comunismo para todos esses países.

Então, não tenho dúvida, tal como antes, há, agora, um plano comunista em marcha para o Brasil. O que me preocupa neste plano é que, ao contrário de quarenta anos atrás, a evolução do plano nos encontra enfraquecidos, em termos ideológicos, em termos de civismo, em termos de preocupação com a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Por uma questão de lógica falsa, o que eles dizem: "Se a revolução era contra o comunismo e eu sou contra a revolução, porque acho que ela não foi boa para o Brasil, logo, se ela foi contra o comunismo, o comunismo é bom para o Brasil". Esta lógica é terrível, mas funciona.

General, apesar desse "revanchismo" todo, dessa diuturna propaganda contra a Revolução e contra os seus líderes e os seus princípios, como é que o senhor vê o fato

de as pesquisas mostrarem que as Forças Armadas têm um elevado índice de aceitação, prestigiadas por mais de 80% do povo brasileiro?

Vejo isto encantado, já há vários anos e crescendo o percentual de aceitação. Isto a meu ver indica que, apesar de haver uma porção de esforços em contrário, as Forças Armadas e o Exército, em particular, têm sabido se conservar como instituições respeitáveis, mostrando ao povo que não faltarão a ele, sempre que chamadas. Mas é preciso ver quais fatores levam a isso. Alinhei alguns. Em primeiro lugar, a seleção para os quadros do Exército – nós selecionamos muito bem, em todos os níveis, aqueles que vêm ser os nossos profissionais. Em segundo, o valor fantástico das nossas escolas e dos nossos cursos, aos quais atribuo grau 10. São formidáveis e o pessoal que lá trabalha é espetacular, todos do mais alto nível. Em terceiro lugar, as exigências, em todos os sentidos, no trabalho nas casernas. E, finalmente, a preservação das nossas tradições.

Tudo isso aglutina e transmite alguma coisa forte, em termos de imagem. Poderia juntar várias outras coisas, como, ainda, a escolha dos chefes, no caso particular a seleção de generais; todos a meu ver são excelentes.

Pode-se até dizer: "Eu preferiria o fulano, eu preferiria o cicrano". Então, a dificuldade nessa escolha vem do alto grau do universo em que se dará a escolha. A correta atuação que eles têm tido, enfrentando problemas que, às vezes, são dificílimos, merece ser ressaltada.

O que me preocupa é que, diante do quadro atual de ataques à Revolução, de ligação feita das Forças Armadas com a Revolução, o ataque a um alcança o outro; silêncio em torno das coisas boas e divulgação das ruins, por mais simples que sejam. Que, aos poucos, isto vá divorciando o povo das suas Forças Armadas, não por má vontade, mas por desconhecimento decorrente da falsa imagem. Esse é o meu receio, principalmente com o silêncio, que é a pior coisa para que se perca a expressão.

Fica aqui uma pergunta: Como poderemos nos defender dessa forma solerte de tratamento, se não temos nenhuma imprensa?

Como nos defendermos? Só a chamada Ação Cívico Social, as visitas de escolares aos quartéis, a distribuição de cestas básicas, de pintar e conservar escolas, só isto será suficiente ?

Embora o Exército tenha muito o que fazer como Exército, isto é, como força militar se preparando para defender o País, interna e externamente, deve, hoje mais do que ontem, perseguir uma estreita integração com o mundo civil, com o nosso povo, em geral, principalmente o mais necessitado.

A inexistência de uma Imprensa com a qual possamos contar torna o quadro atual mais difícil do que o de 1964. É uma ilação preocupante, mas realista.

Eu até diria, quem sabe esse silêncio, esse maldoso silêncio, possa levar mesmo os elementos das Forças Armadas, por exemplo, militares da reserva, à impressão de que as Forças Armadas não estão trabalhando na sua atividade-fim, o que é uma mentira, porque, dentro de todas as limitações, as Forças Armadas estão trabalhando na sua atividade-fim, estão realizando exercícios, estão fazendo manobras, estão fazendo campanhas de tiro, com grandes limitações, mas estão fazendo. Estão fazendo em todas as partes do Brasil, estão fazendo e eu sou testemunha, por circunstâncias até de família, pois tenho um filho, que hoje é Comandante de Unidade e tem participado de manobras, no interior do Rio Grande, este ano e também no ano passado, embora não se dê uma notícia na imprensa a respeito.

Há alguns anos, o Exército em manobras era manchete de jornal e notícia de televisão. Já hoje...

Hoje, nem o 7 de Setembro, aniversário da Pátria, em que todos os brasileiros são anfitriões e convidados, é mais notícia!

Nem o 7 de Setembro, a não ser que caia o soldado que vai a cavalo; aí, fotografam e publicam foto do soldado que caiu do cavalo...

Ou, então, o garotinho com aquela metralhadora de brinquedo, desfilando tão bem e disseram que ele estava dando mau exemplo a outros jovens, recriminando o pai que permitiu, o qual, aturdido com a carga recebida, chegou a desculpar-se pelo crime de deixar o menino desfilar armado. Veja o absurdo a que chegamos!...

Mas os garotinhos que vão com o MST, levando bandeirinhas vermelhas para enfrentamento, aí pode, não há problema algum!...

General, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, para as gerações de hoje e as gerações futuras.

Creio que já abordei o que achei mais interessante, o principal, inclusive com alguns casos que me ocorreram, o que, do meu ponto de vista, poderá servir como uma defesa da Revolução, para o futuro. Os eventuais pesquisadores que vão usar este material, quem sabe daqui a vinte ou trinta anos, já virão com espírito mais aberto para aceitar a verdade, reagindo às deturpações dos fatos e às inverdades que os contrários à Revolução inculcam na população, valendo-se da parcialidade da Imprensa.

Está aí o que eu reputo a minha verdade, isto é, não sofismei, procurei ser o mais sincero possível. Vejo receoso o atual ambiente brasileiro, descambando para um quadro de ameaças, muito parecidas ao que antecedeu à Revolução de 1964, sem que estejamos tão bem armados, em termos de preparo psicológico, como estávamos naquele tempo e, portanto, mais atentos.

Depois, há, hoje, aspectos terríveis. Vou insistir, por exemplo, no silêncio da mídia, de um modo geral, em torno das coisas boas das Forças Armadas...

Outro perigo está no entendimento de que o comunismo acabou, porque acabou a União Soviética. Trata-se de um grande equívoco, que vem sendo repetido pelos incautos, pelos inocentes-úteis, pelos mal-informados. Esquecem que, lá mesmo na Rússia, está se tornando cada vez mais forte a ação comunista, querendo reavivar o poderio daquele tempo. Eles têm capacidade para isso e outros países também.

Ainda temos um enclave, que é Cuba, aqui na América. Todo mundo, hoje, ataca o que chamam de ditadura, ataca a tortura, ataca a violência em toda parte, procurando, inclusive, atingir a Revolução de 1964, que, ao ser agredida, não teve outro remédio senão o de revidar; não poderia ser de outra forma. Atacam a todos, mas defendem Cuba, acham que tudo isso – as agressões, a crueldade, a mortalidade – lá é válido e bom.

São dois pesos e duas medidas. Só é bom quando é para aliado deles, quando é para o outro lado, não presta. Então, isto tudo me causa apreensão e receio.

O General Pinochet é ditador; Fidel Castro é o presidente, é o comandante. Tudo isso é insuportável!...

O Olavo de Carvalho tem escrito muito bem sobre isso. Há revoluções de tal maneira violentas, como a Revolução Francesa, que surgiu em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade, que o que mais fizeram foi matar e decapitar gente inocente.

A verdade é que não dá para comparar Pinochet com Fidel Castro, pois este último mandou 17 mil cubanos para o paredão e continua matando, até hoje, pobres coitados, que tentaram deixar a ilha em busca de liberdade.

Como mensagem final, gostaria de deixar registrado apenas uma mensagem de esperança. A minha mensagem de esperança é no sentido de que, se essas coisas continuarem, cada vez mais graves e se houver, um dia, um enfrentamento, o meu Exército, o nosso Exército, as Forças Armadas, enfim, o povo brasileiro, tal como ocorreu em 1964, sejam capazes de ver o problema, de reconhecê-lo e reagir à altura, para que o Brasil não venha nunca a naufragar, porque a volta à tona poderá ser muito difícil e demorada.

Tenente-General Vernon Anthony Walters

- Natural da Cidade de Nova York, Estados Unidos da América.
- Foi Ajudante-de-Ordens do General Mark Clark, quando Comandante do V Exército norte-americano, ao qual a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ficou subordinada no Teatro de Operações da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.
- Foi designado, em agosto de 1944, Oficial-de-Ligação do V Exército junto à FEB.
- Exerceu o cargo de Adido Militar na Itália e França.
- De 1964 a 1967, desempenhou as funções de Adido Militar junto à Embaixada americana no Brasil, período em que foi promovido a General.
- Era Assistente Especial do General Eisenhower, no Quartel-General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), quando ele se elegeu Presidente dos Estados Unidos.
- De 1972 a 1976, foi Vice-Diretor da Agência Central de Informações – CIA, período que se deu a sua promoção a Tenente-General.
- Foi Embaixador do Governo dos Estados Unidos junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Alemanha, após ter deixado o serviço ativo do Exército.

Entrevista realizada em 21 de março de 2001.

Sou muito agradecido por esta oportunidade que nenhum outro americano teve.

Quando acabo de ver o Brasil, como vi agora, em 2001, nas minhas andanças por Salvador, Fortaleza e Manaus, começo a conjecturar: Como isso é possível? Os senhores não se dão conta do surto de progresso que essas cidades experimentaram. É impensável – para quem as conheceu – como eu, no período entre 1945 e 1947, quando servi, pela primeira vez, na Aditância Militar da Embaixada americana no Brasil.

Retornei ao Rio de Janeiro encantado com tudo que vi nessas três cidades tão empolgantes. Em Fortaleza, fui visitar o Castello Branco.

General, o senhor não achou o lugar um pouco abandonado pela Prefeitura de Fortaleza que, em última análise, caberia manter aquele logradouro à altura?

Eu coloquei flores na tumba dele e na tumba da mulher, Dona Argentina, que conheci bem, porque ela era muito amiga de minha mãe que, também, gostava demais do casal.

Tinha ouvido isso a que o senhor se referiu e fiquei preocupado. Realmente, pude observar que aquele local público, aquele panteon onde se encontram, não está bonito, como antes. Lembro-me de que, a última vez que por ali passei, estava bem, muito bem.

General Vernon Walters, gostaríamos agora de conversar com Vossa Excelência a respeito dos fatos ocorridos no Brasil no período conturbado de nossa vida política que ensejou o Movimento revolucionário de 1964. O senhor viveu os pródromos do Movimento, a sua eclosão e as suas conseqüências. Por isso, lhe perguntamos se a Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo de qualquer ordem, em especial dos Estados Unidos?

Absolutamente não, não há maneira melhor de fazer-se inimigos num país do que se inserir nos assuntos internos desse país. O que estávamos um pouco preocupados é se haveria um movimento qualquer no Brasil, em que os soviéticos mandariam ajuda para um dos lados. Para evitar isso, havia um plano, mas somente no caso de eles mandarem navios. Não tínhamos, portanto, o menor interesse em intervir num conflito interno no Brasil.

No entanto, General Vernon Walters, a esquerda acusa Vossa Excelência de ter participado do Movimento pelas suas ligações fraternas com o General Castello Branco desde a Segunda Guerra Mundial na Itália. O que o senhor tem a dizer a esse respeito?

Primeiro, se eu ousasse falar sobre a situação interna no Brasil com Castello Branco, a nossa amizade teria terminado. Ele teria dito: "Walters você pode deixar

isso comigo, não é assunto seu". Sabendo disso, nunca me atrevi a falar com ele sobre o Brasil. Falava sobre a França, sobre a Segunda Guerra, sobre os Estados Unidos, mas nunca sobre assuntos internos brasileiros, porque eu sabia que a melhor maneira de destruir a nossa amizade era fazer alguma referência à situação interna brasileira. Ele nunca me falou sobre isso, mas tenho a certeza de que, se eu tivesse feito qualquer pergunta nesse sentido, teria terminado a nossa amizade.

Como foi construída essa amizade com Castello Branco?

Para falar sobre ela, temos que voltar aos tempos da Segunda Guerra Mundial. Foi quando o conheci.

No início da década de 1940, eu servia no Centro de Treinamento de Informações Militares em Camp Ritchie, Maryland. Já havia cumprido missão de interrogatório de prisioneiros de guerra no Norte da África. Um dia, em abril de 1943, recebi uma missão do Pentágono, junto à delegação portuguesa em visita de dois meses aos Estados Unidos. Ordenaram-me que eu comparecesse às 9h da manhã, do dia seguinte, para acompanhar aquele grupo de oficiais portugueses. Acreditei que fosse um mal-entendido, pelo fato de não falar português. O Coronel argumentou que por eu ter conhecimento da língua espanhola, italiana, francesa e outras, teria sido o escolhido e que, portanto, eu estivesse pronto, ali, às 9h, para o início da missão.

Conforme determinado, acompanhei os portugueses durante dois meses e percebi que realmente a diferença das línguas não é tão grande, porque 80% das palavras são identificadas por quem conhece espanhol.

Concluída minha missão com os portugueses, retornei a Camp Ritchie. Os portugueses tinham escrito uma carta muito carinhosa, relatando que eu havia falado bem o português corrente. Em decorrência desse fato, não houve discussão sobre quem seria esse novo "Camões" do Exército americano: Tenente Walters. Dentro de um mês, fui designado novamente para missão similar, desta feita, acompanhando o Ministro da Aeronáutica brasileiro, Pedro Salgado Filho. O Ministro desembarcou em Miami, onde fui recebê-lo. Ele vinha visitar as bases aéreas americanas.

Não muito tempo depois, fui novamente convocado, desta vez para acompanhar o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, em visita aos Estados Unidos.

Vivia procurando um jeito de escapar de Camp Ritchie, até que consegui ir para Fort Leavenworth, com um pequeno grupo de praças que falavam português, a fim de montar um curso para oficiais brasileiros.

Nessa oportunidade, conheci muitos daqueles que se tornariam meus amigos íntimos na Itália, com a Força Expedicionária Brasileira. Travei conhecimento com

o Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco, que viria a ser o Oficial de Operações da Divisão brasileira na Itália e, anos mais tarde, Presidente da República.

Ainda em Leavenworth, de repente, recebi ordem de seguir para o Rio de Janeiro, a fim de acompanhar o futuro Comandante da FEB em uma visita de reconhecimento no Mediterrâneo.

No Teatro de Operações, tive contato com várias personalidades que acompanharam a Missão Militar Brasileira de Observação. Primeiro, Eisenhower, em Argel, que era o Comandante-em-Chefe do Teatro. Fiquei muito impressionado pela confiança e sensação de poder e competência que ele irradiava. Depois o General Mark Clark, na Itália, Comandante do V Exército, Grande Comando ao qual a FEB se integrou. Era uma figura imponente, sua presença despertava atenção. Oficial muito competente, combatera e fora ferido na Primeira Guerra Mundial. Sempre exigiu, e geralmente obteve, o máximo daqueles que serviam sob seu comando. Trabalhar com ele representou uma nova dimensão em minha carreira.

Aprendi muita coisa durante o tempo em que servi com o General Mark Clark. Até então, não tinha experiência no tratamento com oficiais de patente elevada, mas em virtude de minhas funções, inevitavelmente, entrei em contato com toda a espécie de autoridades.

Apesar de ser o Ajudante-de-Ordens do Comandante-em-Chefe, tive algumas vezes dificuldades, pois minhas funções estavam longe de ser fáceis, porque o General era um homem que dificilmente se satisfazia. Qualquer resultado que não fosse 100% perfeito provocava nele comentários azedos ou irônicos. Hoje, estou certo de que me tornei muito mais atento aos detalhes e muito mais eficiente depois daquele período.

Quando o General Mascarenhas chegou à Itália, abordei-o e lhe disse que precisaria de alguém que soubesse informá-lo sobre aquilo que desejasse. Posteriormente, tomei conhecimento de uma carta do General Mascarenhas ao General Clark, solicitando que eu fosse designado Oficial-de-Ligação junto à Divisão brasileira, em virtude de meus conhecimentos de português e da minha experiência no V Exército, acrescentando que tal designação permitiria resolver muitos problemas dos brasileiros.

Minha transferência foi efetivada em 21 de agosto de 1944 e permaneci com a Divisão brasileira até o fim da guerra.

A 20 de setembro de 1944, o General Clark veio inspecionar a FEB e, antes de regressar, falou a um numeroso grupo de brasileiros. Disse-lhes da magnitude da tarefa que tinham pela frente e agradeceu-lhes por terem vindo participar da luta comum. Durante o discurso, o General fazia algumas pausas, dando-me tempo

para a tradução, e terminou com as seguintes palavras: "Tenho ainda uma coisa a acrescentar: promovi o Capitão Walters ao posto de Major".

Os brasileiros consideraram a promoção como uma atenção do General Clark para com eles. Quanto a mim, mal acreditava que, em pouco mais de dois anos, pudesse subir de Segundo-Tenente para Major.

Os comandos aliados no Teatro de Operações italiano não sabiam o que esperar de uma tropa desconhecida pertencente a um Exército sul-americano, porque o Brasil foi o único País na história da América Latina a mandar gente para combater fora do continente; jamais houve outro país que tivesse adotado tal procedimento. O Brasil queria mandar três divisões, porém não havia meios de transporte suficientes para fazer o desembarque na Normandia, então em planejamento, e transportar as referidas divisões. Dessa maneira, a contribuição brasileira limitou-se a uma Divisão de Infantaria e mais alguns homens do recompletamento, cerca de 25 mil e ainda um Esquadrão da Força Aérea Brasileira.

Minha função com os brasileiros era teoricamente de Oficial-de-Ligação, porém o General Mascarenhas me utilizava como outro Assistente da Seção de Operações, cuja chefia pertencia ao Castello Branco. Certa noite de dezembro, durante um dos bombardeios, foram atingidas diversas instalações brasileiras em Porreta Terme. Cada vez que caía uma dessas enormes granadas de 170mm mandavam um oficial no lugar para ver o que tinha acontecido. Nesse dia, faltaram oficiais. Tantas foram as instalações bombardeadas, que o General Mascarenhas me pediu para ir até lá. Ao retornar, fazia o relatório com o número de mortos e feridos. Acompanhava, também, todas as reuniões com chefes americanos.

O Coronel Castello Branco, além de ser amigo, era meu chefe imediato. Ele tinha quatro oficiais brasileiros Adjuntos da Seção de Operações e, de fato, eu era utilizado como se fosse o quinto. Se havia alguma coisa a fazer com os americanos, eu fazia; normalmente, realizava as chamadas telefônicas para o IV Corpo ou para o V Exército. Eu trabalhava todos os dias, como qualquer um.

Quanto ao Coronel Castello Branco, era uma pessoa extraordinária, a tal ponto que o General Mascarenhas pediu ao Presidente Vargas a promoção excepcional a Coronel; era um dos oficiais mais inteligentes que conheci na minha vida e também um homem de grande energia.

Havia em Castello Branco uma profunda dose de crença espiritual. Durante mais de um ano de convivência diária, sob a tensão dos combates ou nos contatos com norte-americanos, britânicos ou italianos, nunca vi Castello ter uma atitude menos digna ou proferir uma palavra chula. A integridade moral desse homem pairava acima de qualquer provocação. Em meio ao perigo, ele demonstrava clara-

mente que, como todos nós, sentia medo, mas a férrea autodisciplina, que sempre mantinha, assegurava sua calma imperturbável e a exigia dos demais.

Cerca das duas horas de uma gelada noite de dezembro, acordei com o estrondo da Artilharia brasileira, cujos tiros estavam caindo muito próximo das primeiras linhas. Preocupado, continuei dentro de meu saco de dormir, relutando em levantar, ainda que consciente de que deveria fazê-lo. Finalmente, saltei da cama e fui bater à porta do quarto de Castello Branco, mas ele não estava. Desci até a 3ª Seção e o encontrei vestindo pesado capote e visivelmente preparado para sair.

Perguntei-lhe o que estava acontecendo. Respondeu-me que não sabia, mas algo estranho provavelmente ocorrera na Ponte de Silla, cerca de três quilômetros ao norte. A seguir, perguntou-me se o acompanharia, pois o IV Corpo certamente não demoraria em me chamar, em busca de informações. Nessa altura, não tive dúvidas de que os alemães estavam em Ponte de Silla e lá seríamos recebidos por eles, mas concordei em ir.

Tentando esconder meu 1,90m atrás de seu 1,67m, saí com ele, sentei-me no banco de trás do jipe e rumamos para a Ponte de Silla, enquanto o bombardeio prosseguia. Chegando à ponte, encontramos um tenente com um grupo de soldados brasileiros. Castello interpelou asperamente o Tenente, perguntando quem era ele e o que estava fazendo ali. O oficial, em posição de sentido, informou que foram atacados por centenas de alemães altos, loiros, de olhos azuis, gritando: "Heil Hitler". Castello Branco questionou o fato de ser meia-noite e o alemão usar sempre capacete. De que maneira poderiam então ver a cor dos olhos e dos cabelos? Castello Branco encarou o Tenente e disse que não havia milhares de alemães naquela frente e que, desde a Tunísia, ninguém mais gritava "Heil Hitler". O Tenente, ainda muito nervoso, insistiu em sua versão.

Castello Branco ordenou que voltasse para a posição imediatamente, e o Tenente assumiu uma atitude meio heróica, afirmando que estava disposto a morrer pelo Brasil, mas não queria que o seu filho ficasse órfão inutilmente. Castello passou a mão no coldre do revólver e falou: "Tenente, volte já para a sua posição ou seu filho será de fato um órfão antes que amanheça". O Oficial percebeu que a ameaça não era em vão e, visivelmente impressionado pela frieza das palavras de Castello Branco, bateu os calcanhares, fez continência e, seguido por seus homens, desapareceu em silêncio em direção a seu posto. Seis semanas depois, esse mesmo Tenente foi condecorado por bravura.

É muito difícil programar as pessoas e dizer-lhes como se comportar. Naquela noite, aquele Tenente se comportou como um covarde e, seis semanas depois, como um herói.

Castello era extremamente severo, porém sua calma e energia fizeram com que o Oficial e seus homens compreendessem que deveriam comportar-se como

soldados do Brasil. Em nenhuma ocasião, perdeu o humor e a sagacidade. Dotado de inteligência brilhante, impacientava-se com a incompetência e não tolerava a fraqueza e a mentira. Nunca hesitou em expressar seus pontos de vista, quer aos superiores hierárquicos, quer aos oficiais norte-americanos. Jamais o vi embaraçado, arrogante ou servil.

Montese, na minha opinião, foi o combate mais sério que travou a FEB. Em 14 de abril de 1945, começou a grande Ofensiva da Primavera do V Exército, com os brasileiros em linha para desempenharem seu papel, começando com o ataque à Cidade de Montese. Na noite do ataque à cidade, dois terços dos tiros de toda a Artilharia alemã caíram na nossa frente. Quando a Infantaria brasileira e os carros norte-americanos que a apoiavam alcançaram a orla de Montese, percebi, do Posto de Observação, em Sassomolare, onde me encontrava com o General Mascarenhas e o Castello, que era notório que, na frente, o pessoal não se entendia sobre o que iria fazer.

O General Mascarenhas, desejando ocupar Montese antes que escurecesse, voltou-se para o Coronel Castello Branco e ordenou-lhe que fosse até lá e providenciasse, para que a Infantaria e os blindados retomassem o avanço. Castello me fez um sinal e deixamos o posto de observação, indo até o jipe, que se encontrava atrás da colina e, daí, para uma encruzilhada a meio caminho entre o cemitério e a orla da cidade, onde tivemos de descer, pois o veículo era um alvo muito visível. Caminhando cautelosamente, passamos pelos sapadores do Coronel Machado Lopes, que estavam limpando um campo de minas e, correndo de um abrigo para outro, chegamos ao cemitério na orla oeste de Montese.

Nesse ponto, deparamo-nos com uma evidente desavença entre os comandantes das duas unidades atacantes. Rapidamente, Castello Branco explicou, eu servindo de intérprete, o que eles deveriam fazer: avançar para Montese imediatamente, ocupar a cidade antes da noite e estabelecer postos avançados ao norte e a oeste. Os infantes brasileiros se amontoaram sobre os blindados e as duas unidades conquistaram Montese, apesar do intenso fogo de Artilharia que varria a cidade e seus arredores. Por esta ação, Castello Branco foi agraciado com a Cruz de Combate, Primeira Classe, o único oficial do Estado-Maior da Divisão que a recebeu.

Castello Branco já havia deixado a Presidência quando compareceu ao meu embarque no Cais do Porto. Foi um homem que me lembrava muito o General Marshall, não queria nada para si. Absolutamente sem egoísmos; era duro, forte, como naquela história que contei do tenente, lá na Ponte de Silla, por isso ele não teria tolerado qualquer interferência estrangeira nos assuntos internos brasileiros.

Recordo-me de quando ele mandou tropas para a República Dominicana. Ele me disse: “Walters, não estou fazendo isso para agradar aos americanos; estou

fazendo isso porque a República Dominicana é um país irmão que está ameaçado de perder a sua liberdade, por isso estou mandando tropas brasileiras".

A nossa amizade, iniciada e cultivada em plena guerra, iria perdurar até o falecimento de Castello Branco. Sempre me empenhei em mantê-la por tudo que ele representava para mim.

Mascarenhas de Moraes – que sempre fora, durante toda a sua longa carreira, um legalista – em 1964, posicionou-se ao lado da Revolução de 31 de Março, por entender que o Governo João Goulart tornara-se ilegítimo, colocando-se na ilegalidade, pelos seus próprios desatinos. Cordeiro de Farias destacou-se por ter participado ativamente da preparação do Movimento Armado de 1964, podendo ser considerado um dos seus principais articuladores durante toda a fase conspiratória. Zenóbio da Costa não estava mais entre nós quando da eclosão da Revolução.

General Walters, gostaria de ouvir uma palavra sua sobre o desempenho destes nossos generais, assim como de oficiais, graduados e pracinhas no Teatro de Operações na Itália.

Houve um episódio que trouxe um grande impacto aos americanos. Eles sabiam que o Posto de Comando brasileiro, por estar bem à frente, era muito bombardeado pelos alemães – que se valiam de um canhão muito pesado, 170mm, cuja granada tinha mais de um metro e meio de altura. O Comandante do IV Corpo de Exército, General Crittenberger, na intenção de deixar claro ao General Mascarenhas que não havia objeções quanto à transferência para outro local, disse: "Sei que o funcionamento do seu Quartel-General está sendo muito mais difícil por causa desses bombardeios; caso queira, tem toda a minha licença de deslocar-se para trás, fora da zona bombardeada". O General Mascarenhas replicou, pausadamente: "General, o senhor é americano, e os americanos têm muitos comandos na Itália que podem se deslocar para frente ou para trás, e ninguém notará. Este aqui, sendo o único brasileiro, quando deslocar vai ser sempre para frente e não para trás". Esse acontecimento causou uma excelente impressão.

Uma fase da guerra ficou restrita a golpes de patrulha. Mais tarde, quando o avanço foi retomado, foram encontradas três sepulturas juntas, com a seguinte inscrição em alemão: "Três bravos." O General Mascarenhas quase chorou, soldado não chora mas as lágrimas vieram aos seus olhos; aliás de todos. Quem traduziu a inscrição para ele fui eu. A palavra alemão TAPFERE quer dizer, realmente, heróico. Era uma patrulha brasileira que tinha caído em uma emboscada e não se rendeu, combateu até o último soldado.

Falar de Mascarenhas de Moraes é realmente um privilégio.

A primeira tropa brasileira a entrar em linha foi um grupamento tático regimental, sob a direção do General Zenóbio da Costa, Comandante da Infantaria Divisionária, tendo sido empenhado no Vale do Rio Serchio, para adquirir gradualmente experiência de combate.

O General Zenóbio era um soldado excepcionalmente corajoso, um dos poucos homens em quem jamais percebi qualquer demonstração de medo. Certa vez, eu estava em pé junto a ele, perto de uma ponte, quando fomos surpreendidos por pesado fogo de Artilharia. Seu genro e Ajudante-de-Ordens, Capitão Rubens Vasconcellos, achava-se conosco. Parecendo ignorar as granadas que rebentavam nas proximidades, Zenóbio deu ao genro uma ordem qualquer, com a evidente intenção de afastá-lo da ponte. Certamente, não queria que ele e o genro morressem juntos. Como não fui mandado para lugar algum, fiquei na ponte com ele.

O Presidente Vargas fez uma escolha muito boa entre a calma e o bom senso do Mascarenhas, a fogosidade do Zenóbio e a ponderação do Cordeiro de Farias que comandava com desenvoltura a Artilharia Divisionária.

Os oficiais e graduados, assim como o pracinha brasileiro eram profissionais que estavam à altura de qualquer outro no mundo inteiro. O pracinha, ainda que não acostumado à neve e à montanha, portou-se fabulosamente bem.

Embora o frio constituísse uma novidade para quase todos os soldados brasileiros, a maioria provinha de zonas rurais, habituada com trabalho rude. Ao contrário do que ocorria em geral nas divisões norte-americanas, não se registraram, na Divisão brasileira, casos de doenças nos pés, ou seja, nenhum caso de pé-de-trincheira, a doença do inverno. Lembro-me de que os médicos americanos quando a examinavam, surpresos disseram: "Isso é tropa de Quartel-General". Interrompi dizendo: "Coronel, não diga isso em voz alta, esta Unidade saiu de linha depois de 47 dias de combate".

Há algo singular a que se pode destacar, é que a única Divisão alemã que se rendeu na Itália, o fez diante dos brasileiros, e isso deve ter custado muito aos alemães.

O que mais me impressionou na campanha da FEB foi o fato daqueles soldados tão longe de seu país, sem que existisse realmente uma ameaça de invasão para o Brasil, estivessem ali combatendo pelos outros e com os outros. Foi um esforço colossal, foi o primeiro passo do Brasil no cenário mundial, foi o primeiro gesto brasileiro como grande potência mundial.

Veja que continuo rememorando aqueles tempos, ainda debaixo de forte emoção. Vivi ao lado dos brasileiros episódios inesquecíveis.

General Walters, o senhor poderia dizer por que foi solicitada uma audiência ao General Costa e Silva pelo Embaixador Lincoln Gordon. O que se tratou naquela oportunidade?

Foi muito engraçado, ocorreu alguns dias depois da Revolução. O Embaixador Gordon me chamou e disse que tinha uma instrução do Departamento de Estado para ir falar com o Ministro da Guerra, General Costa e Silva, e expressar o interesse dos Estados Unidos que não houvesse derramamento de sangue nem execuções. Ah, eu disse ao embaixador não invejo o senhor e ele me disse não se preocupe porque você vai acompanhar-me e fomos ao General Costa e Silva. O Costa e Silva escutou tudo e disse: "Execuções! Quem está falando em execuções? A última pena capital no Brasil foi em 1863. Esses, que estavam ao lado do governo deposto, são nossos companheiros de turma, moramos nos mesmos edifícios, discutimos na mesma sorveteria; não, não, isso não é Brasil, o senhor está confundindo o Brasil com outro país. Isso não existe no Brasil, não se preocupe, embaixador".

General Walters, o senhor teve alguma interferência junto ao General Médici para que não houvesse a cassação do ex-Presidente Juscelino Kubitschek?

É a única ingerência nos assuntos internos do Brasil que eu confesso. Fiz, porque sabia que, se ele fosse cassado, iria como dizem os brasileiros, dar bolo no exterior. O Presidente Juscelino, por bem ou por mal, era muito popular no mundo inteiro.

A construção de Brasília havia empolgado a todos, e ele, realmente, não havia tomado parte nas coisas que levaram à Revolução, na minha visão. O General Médici, que era então Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), veio almoçar comigo e conversamos muito. Eu lhe disse: "General, gosto muito do Brasil, acompanhei brasileiros quando estavam morrendo pela liberdade na guerra; estou preocupado de estar falando na cassação do Presidente Juscelino, mas se ela for consumada vai dar rolo no mundo inteiro". Ele me disse: "Infelizmente, já está assinada". Foi a única ingerência que eu confesso e não obtive êxito.

Além do mais, nós, nos Estados Unidos, temos uma lei da liberdade de informação que, depois de 12 anos, não há mais segredos. Todos que pensam que tive alguma participação nisso, podem pedir ao Pentágono os telegramas que mandei durante aquela época. Eu era bem informado, mas entre informado e participante há um mundo de distância.

O senhor conhece os militares brasileiros e, por isso, sabe como teria sido a reação deles com relação a um estrangeiro que dissesse: "Vocês devem fazer isso ou não devem fazer aquilo. Por isso, fui muito cuidadoso falando com o General Médici sobre a cassação do Juscelino".

General Walters, finalmente, o que gostaria de aduzir mais acerca da Revolução de Março de 1964 para ficar aqui registrado por meio do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Acho que quem pensa que a Revolução foi um golpe fascista dos militares precisa ver as fotografias que foram tiradas, diante deste edifício, do Comício – se não me engano, do dia 13 de março – das bandeiras vermelhas, das palavras de ordem, dos cartazes expostos, tudo publicado também nos jornais e nas revistas da época. Só isso bastaria para saber se havia perigo dos comunistas tomarem o Poder. O povo sentiu isso, foi para as ruas, estimulou os militares, que viam os acontecimentos com preocupação, impacientes...

Mas me lembro, uma vez, em que eu estava no pátio aqui assistindo ao 7 de Setembro ao lado do embaixador soviético e ele disse: "Vocês, americanos, não têm dom para línguas estrangeiras; vocês sempre exigem que a gente fale inglês com vocês". Embora pudesse haver um pouco de verdade nisso, eu lhe disse: "Embaixador, estranho muito – falei em russo – estranho muito que um homem como o senhor, que tem vivido tanto tempo fora da União Soviética, ainda acredite nesses contos de fada da propaganda comunista". Aí, ele me disse: "Walters, você pode ser um bom soldado, mas diplomata você não o é".

A verdade é que qualquer bom ou mau diplomata percebe claramente que não há o menor nexo achar possível que brasileiros estivessem dispostos a ouvir estrangeiros, americanos, a dar palpite aqui dentro sobre revolução. Acresce que os americanos não tem nada a opinar e muito menos a ensinar para brasileiros em termos de revolução! Há, aí, uma ignorância enorme a respeito do Brasil para pensar que estrangeiros pudessem fazer isso, mesmo que nada entendessem de diplomacia! É isto que tinha a dizer. Obrigado.

General, em nome do Projeto de História Oral do Exército, muito lhe agradecemos pela importante participação para que conhecêssemos, na visão do Oficial-de-Ligação do V Exército americano junto à FEB, o desempenho do Exército Brasileiro e de alguns de seus oficiais na Segunda Guerra Mundial, o seu trabalho e as suas vitórias em proveito das armas do Brasil, mas também pelo valioso depoimento no que concerne à Revolução Democrática de 1964 que, na verdade, visou dar um basta a uma outra revolução, de natureza comunista, que desejava cercear a liberdade dentro do Brasil. General Walters, muito obrigado.

Muito obrigado aos senhores e tudo de bom para o seu grande e heróico País.

Para o seu país também, é o que desejamos.

General-de-Divisão Tasso Villar de Aquino

- Natural da Cidade de Campina Grande, Paraíba.
- Foi Chefe do Gabinete do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército e Comandante da Escola de Instrução Especializada.
- Dentre as funções exercidas como General, destacamos as de Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria/RS, da Divisão Blindada/RJ e da 9ª Região Militar/MS, bem como as de Vice-Chefe e Chefe do DEP.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os de Cavalaria, do Exército dos Estados Unidos da América, Fort Riley/Kansas, e de Guerra na Selva, do Exército dos Estados Unidos da América, Fort Shermann – Canal do Panamá/Panamá.
- Em 1964, no posto de Coronel, servia no Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 24 de janeiro de 2001.

Aqui estou, com muita satisfação, para falar sobre assuntos ligados à Revolução de Março de 1964, nos quais, em muitos deles, tive participação ativa.

Procurarei responder as perguntas de maneira concisa, racional e convincente.

Qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Minha participação na eclosão foi muito pequena, quase nenhuma. Não estava em Unidade de tropa. Servia no Estado-Maior do Exército, no Palácio Duque de Caxias, na Cidade do Rio de Janeiro.

Confabulei muito, procurando, inclusive, convencer os companheiros indecisos a aderirem à Revolução.

Nos antecedentes da Revolução, tive algumas missões importantes levadas a bom termo. Em 1961, assumi o comando da guarnição de Goiânia, por ordem do Ministro do Exército, na ocasião em que me encontrava agregado, por estar na chefia do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com o encargo de enfrentar e anular a chamada, por eles, "Cadeia da Legalidade" entre Mauro Borges, então Governador de Goiás, e Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul.

Na ocasião, de acordo com as ordens recebidas, impedi o pouso irregular – sem Plano de Vôo aprovado – do avião que trazia o Vice-Presidente João Goulart de volta da sua viagem à China. Vivia-se o episódio da renúncia do Presidente Jânio Quadros, e o projeto de Mauro Borges e correligionários da esquerda era o de levar Goulart, em "carreata triunfal", de Goiânia a Brasília. Teve de entrar no Brasil pela porta da frente, o Aeroporto de Brasília, e sem explorações políticas indesejadas e inadmissíveis.

Durante o período da Revolução, fui encarregado do IPM (Inquérito Policial Militar) sobre o seqüestro do embaixador Charles Burke Ellbrick, dos Estados Unidos da América (EUA) – primeiro seqüestro de embaixador no mundo, efetuado pelas organizações terroristas Dissidência da Guanabara e Ação Libertadora Nacional.

General, o senhor poderia nos dizer quais os principais elementos que compunham essas duas organizações terroristas?

Dissidência da Guanabara

– Franklin de Souza Martins, codinome Waldir;
– Daniel Aarão Reis Filho, codinome Plínio;
– João Lopes Salgado, codinome Dino;
– Fernando Paulo Nagle Gabeira, muito conhecido, codinomes Honório e Mateus;
– Cláudio Torres da Silva, codinome Geraldo;

– Cid de Queiroz Benjamim, codinome Vítor;
– João Sebastião Rios de Moura, codinome Aníbal;
– Sérgio Rubens de Araújo Torres;
– Vera Sílvia Araújo Torres, codinome Marta;
– Helena Bocayuva Kharin;
– Francisco Nelson Lopes de Oliveira;
– João Roberto Spiegner;
– Antonio de Freitas Silva, codinomes Baiano e Pedro.

Ação Libertadora Nacional
– Joaquim Câmara Ferreira, codinomes Toledo e Velho;
– Virgílio Lopes da Silva, codinome Borges;
– Paulo de Tarso Venceslau, codinome Rodrigo;
– Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, codinome Francisco.

Qual a sua ligação com a Comissão Geral de Investigação criada pela Revolução?

Fui Chefe de Gabinete do Marechal Estevão Taurino de Rezende Netto, Chefe da Comissão Geral de Investigação (CGI), criada logo após a Revolução.

Com muito critério, essa Comissão procedeu aos levantamentos para identificar, em todo o País, as pessoas envolvidas em subversão e corrupção, ações deletérias e lesivas ao interesse nacional, a fim de enquadrá-las nas penas da lei revolucionária. Instruiu, pois, os necessários processos de cassação dos direitos políticos, sem prejuízo das demais sanções da legislação penal, para serem levados à apreciação do Presidente da República.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

As raízes do Movimento revolucionário de 1964 estavam no clima anárquico existente, sobretudo no período situado entre janeiro de 1963, quando se deu o retorno ao regime presidencialista através de plebiscito, e 30 de março de 1964, data da reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, quando a baderna janguista atingiu o seu ponto máximo, com discursos voltados para a destruição da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, sendo o mais desrespeitoso proferido pelo próprio Presidente da República.

Esse evento, ocorrido na Cinelândia, foi a gota d'água para a eclosão da Revolução que se opôs ao clima de subversão instalado em todo território nacional e à tentativa de sindicalização do País.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964?

O Brasil inclinava-se para o comunismo, sob a direção de um Presidente totalmente despreparado para tal missão, como era João Goulart. Daí a intervenção, quase obrigatória, das Forças Armadas, como tem acontecido em todos os momentos difíceis da Nação, atendendo, em todos os casos, aos anseios do nosso povo.

Estamos em condições semelhantes atualmente, quiçá até mais graves, pela ausência de reação.

As greves e a anarquia eram constantes, no período de 1961 a 1964?

Constantes e todas com origem comunista. São exemplos os "grupos dos onze" e as "Ligas Camponesas", estas no Nordeste principalmente.

Qual era, de um modo geral, a posição da maioria do povo brasileiro com relação ao governo deposto em 1964?

A Revolução foi feita pelas Forças Armadas com a participação do povo brasileiro, contra aquele governo nefasto, degradado e desmoralizado. O povo entendeu que era impossível a continuação daquela situação caótica num país opulento e desejoso de continuar democrático como o Brasil.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Absolutamente relevante, decisiva, com a participação destacada da mulher brasileira, que saiu às ruas de terço nas mãos, inteiramente convicta da importância de sua clara e oportuna definição. A mulher brasileira deu partida à Revolução de 31 de Março de 1964, com sua fibra, seu vigor, na defesa intransigente da família, da fé e dos melhores valores e tradições do Brasil.

Qual era, de um modo geral, a posição da Igreja, com relação ao Governo deposto?

Inicialmente, apresentou ressalvas, mostrando-se, de certa forma, perplexa, mas, em 1964, aderiu por inteiro, colocando-se ao lado do povo contra aquele governo desclassificado, inclusive nas Marchas a que já nos referimos.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?

No meio militar, o clima era de união, tanto que a Revolução teve aceitação total.

As tentativas de cisão foram poucas, sem conteúdo e logo dominadas.

O ambiente na maioria absoluta dos quartéis era de companheirismo, tranqüilidade e confiança nos chefes.

Como exemplos de tentativas de cisões, citamos:

– a ação de Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul, visando lançar os sargentos contra os oficiais;

– o movimento dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília, sem conseqüências, logo neutralizado.

Embora o senhor já tenha falado sobre o tema, eu lhe pergunto quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

O desastrado e incompetente Governo João Goulart, como um todo; o caos político, administrativo, econômico, social e moral em que havia mergulhado o Brasil; e os fatos já conhecidos do comício da Central do Brasil, da rebelião dos marinheiros, também no Rio – uma afronta à hierarquia e à disciplina – e da reunião no Automóvel Clube do Brasil, da qual já falamos.

A esse trágico comício e a essa fatídica reunião, compareceram o Presidente da República – o principal arquiteto do caos – e o próprio Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que se prestou a esse papel grotesco, lamentável sob todos os aspectos, sobretudo pelas suas responsabilidades à frente do Exército.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim, fora de qualquer dúvida. Não só interpretaram a vontade da Nação, como contaram com a participação do povo, o que enfatizo mais uma vez.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Sim, sem a menor dúvida. Estava em marcha um movimento comunista para criar a República Sindicalista. O apoio estava nesses "grupos dos onze", nas "Ligas Camponesas" etc. Havia um movimento nitidamente comunista, atrás disso.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc.) logo após o início da Revolução?

Encolheram-se, à espera de uma oportunidade favorável para tentar desmoralizar a Revolução.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 1964?

Magalhães Pinto, grande líder civil. Militares: Generais Costa e Silva, Olympio Mourão Filho e Meira Mattos.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Para mim, foi de preparação interna, exclusivamente nacional, com a simpatia dos EUA.

A que o senhor atribui o incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Atribuo à falta de apoio da opinião pública nacional. O General Assis Brasil não era militar de valor; nunca foi considerado como chefe. A opinião pública estava toda a favor das Forças Armadas e, portanto, contra essa minoria inexpressiva.

Qual a sua opinião quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Opinião favorável. Foram exemplares, demonstrando muita coerência e compreensão. O Movimento foi executado com coordenação. Todos os generais não subordinados ao populismo esquerdista de Goulart revelaram alto grau de liderança, principalmente o General Emílio Médici, Comandante da AMAN.

O emprego operacional dos Cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 31 de Março de 1964, foi correto em seu entendimento? Por quê?

Sim, a juventude brasileira, notadamente a juventude militar, que se prepara para defender o Brasil com sacrifício da própria vida, não poderia ficar indiferente, omissa a um movimento de tal expressão nacional como a Revolução de 31 de Março de 1964.

A participação da AMAN teve muita importância. A atitude corajosa do General Emílio Médici, colocando os cadetes em posição de combate, foi correta. A nossa juventude não poderia ficar de fora.

Essa atitude evitou o ataque das tropas legais à Academia e levou o I Exército, sediado no Rio de Janeiro, a aderir à Revolução. Nenhum chefe militar atacaria a "alma-mater" do Exército.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964?

Sim, sem dúvida, porque restabeleceram a ordem e o respeito à autoridade, proporcionando ambiente para o trabalho sério e produtivo, robusteceram o primado da hierarquia e da disciplina em suas fileiras e a confiança nos comandantes e chefes corajosos, que não se omitiram.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não, foi um movimento improvisado, sem qualquer preparação prévia, devido ao agravamento da situação, com séria ameaça ao regime democrático. Visava o bem-comum. Foi contra o comunismo e a subversão e pela eliminação da corrupção.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento?

Assim como a Igreja, desde os pródromos do Movimento, ficou solidária. Na eclosão e durante muito tempo, apoiou inteiramente.

Em seu entender, como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Foi uma contra-revolução, abortando a revolução em pleno andamento pelos comunistas.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

As Forças Armadas jamais interferiram nos governos. Eles fizeram o que quiseram e acertaram.

Quais foram as acertos da Revolução de 31 de Março de 1964?

Primeiro, a organização do País, que estava um caos. Depois, retomou o princípio da autoridade, da hierarquia. Enfim, trouxe ordem e progresso para o País.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março cometeu erros?

O primeiro foi considerar todos os opositores como inimigos, adversários. Se a Revolução tivesse aproveitado melhor a nossa elite política, a influência exercida pela Revolução sobre a juventude teria sido muito maior. Para mim, foi o grande erro do Movimento. Havia muita gente boa que, embora pensasse diferente de nós, poderia ter sido chamada a colaborar, o que engrandeceria os quadros à disposição dos grandes ideais que nortearam o nosso Movimento.

Por outro lado, não tratou, com o rigor devido, os inimigos, exploradores do povo brasileiro, traidores do Brasil. Esses indivíduos, que haviam sido enxotados pela opinião pública nacional, voltaram ao Poder a partir de 1985, fato que vem se agravando de 1990 aos dias atuais. Tudo isso deu azo ao "revanchismo" desenfreado dos últimos 15 anos, que desembocou na tragédia nacional do momento presente.

Os sucessos econômicos da Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os melhores da economia brasileira por

renomados conferencistas civis, que têm passado pela Escola Superior de Guerra (ESG), em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Primeiro, o escrúpulo natural do militar de fazer propaganda do que realiza, o que, de certa forma, está errado, pois os governantes têm que dar conhecimento de suas realizações à opinião pública.

Segundo, porque, para os contrários que hoje estão no Poder, o ideal é silenciar sobre tudo que a Revolução fez de positivo, evitando que as atuais gerações conheçam os grandes acertos do período revolucionário.

A "batalha da comunicação social" foi perdida ou os militares não quiseram engajar-se nela?

Na minha opinião, não nos engajamos e por escrúpulos, característica da nossa formação militar.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade? Como o senhor viu a atuação dessas organizações de terroristas e seqüestradores? Foram eles os causadores da repressão ou, como alguns dizem, fomos nós que não proporcionamos os canais para que eles pudessem se manifestar?

O objetivo deles era a destruição do Brasil. Fizeram isso por convicção, por maneira de ser própria deles e não por nossa ação contrária, absolutamente. Fiz o inquérito, como já disse, do seqüestro do embaixador americano e conversei muito com esses terroristas. Minhas informações transmiti às autoridades responsáveis, por escrito. Cheguei, logo, a uma conclusão: eram todos filhos, sem exceção, de pais separados, com ódio da sociedade. Diziam mesmo que desejavam se vingar dessa "sociedade cruel". Eram jovens sem responsabilidade alguma.

Tratei os terroristas que interrogava, sempre, dentro das normas tradicionais do Exército e das Forças Armadas Brasileiras, num desmentido cabal e completo às caluniosas referências revanchistas aos pretensos "anos de chumbo". Todos se manifestavam surpresos, e agradecidos, com o bom tratamento recebido, muito ao contrário das expectativas que traziam e do comportamento que, certamente, teriam, se inversa fosse a situação, isto é, no desafortunado caso de eventual vitória comunista.

Foi preciso haver cerceamento da liberdade de expressão, em face da atuação dessa gente?

Cerceamento houve, mas o mínimo possível. Pode-se dizer que existiu bastante liberdade e muito pequeno cerceamento, por necessidade de segurança e

tranqüilidade da sociedade e da família brasileiras, e para assegurar a elevação do padrão moral da mesma sociedade.

Hoje, tudo é permitido e a promoção da violência, pornografia, contestação tem amplo e livre curso e espaço inteiramente liberado.

O Ato Institucional nº 5 era necessário? Qual a sua opinião?

Absolutamente necessário, para afastar as Forças Armadas, com suas Unidades constituídas e fardadas, da luta estranha ao seu dever constitucional.

O AI-5 veio num momento de insidioso questionamento da Revolução pelos seus inimigos, tanto por parte dos postulantes da luta armada, como por aqueles parlamentares que decidiram enfrentá-la abertamente.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações como o SNI (Serviço Nacional de Informações) e os DOI (Destacamentos de Operações de Informações)?

Sim, todas as nações civilizadas do mundo têm, como defesa, o seu serviço de informações. Por que razão o Brasil deveria deixar de tê-lo?

Da mesma forma, os Destacamentos de Operações de Informações, pertencentes aos Centros de Operações de Defesa Interna, corajosamente, enfrentaram, de armas nas mãos, os inimigos da Pátria que optaram pela luta armada para, mais uma vez, tentar comunizar o País.

Qual a sua opinião acerca do comportamento do Congresso Nacional?

Muito tíbio, sem expressão, de uma maneira geral.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

É falsa, mentirosa, essa afirmação. Não houve "ditadura militar", "anos de chumbo" ou qualquer coisa semelhante, mas sim ação vigilante e atuante em defesa da sociedade e do povo brasileiro. Algo semelhante ao que ocorreu na França, sob as ordens de De Gaulle: um governo forte. Ditadura, que nós tivemos, foi a de Getúlio Vargas.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Sim, demais. Deveria ter terminado no Governo Médici. Essa demora foi por interesses de pessoas e grupos bem conhecidos.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não, pelo contrário, só desvantagens. Foi uma época de muito sacrifício para os militares, inclusive no que tange à remuneração. Castello Branco, também, diminuiu drasticamente o tempo de permanência na ativa dos oficiais-generais e terminou com a promoção a general quando da passagem à inatividade.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Foi uma fase de tranqüilidade e segurança para a nossa sociedade e para a família brasileira, bem como de muito progresso e prosperidade material e moral para o Brasil. O País passou por uma época de desenvolvimento como nunca houve em toda a sua História.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Por questão de princípio e formação, também. O militar tem a sua função definida, nobre, que não se coaduna com a atividade política. Então, tinha que se dar o desengajamento o mais depressa possível.

A Revolução veio para tornar o Brasil democrata, mantendo a sua formação cristã, sistema que os comunistas, valendo-se do Governo anárquico de João Goulart, e com total apoio do próprio Presidente da República, tentaram substituir por um regime totalitário.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura" desde o Governo Geisel?

Acho que foi excessiva e inoportuna; um dos erros da Revolução. Aceitar a volta ao Poder dos inimigos do Brasil, que a Revolução havia combatido e anulado, foi um erro grosseiro e que, hoje, estamos tendo a oportunidade de confirmar plenamente.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Não, absolutamente. Nos resultados econômicos, ele foi semelhante aos demais. Foi muito injustiçado, mas fez tudo o que pôde.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje, o chamado "revanchismo"? Ele está bem caracterizado na mídia brasileira?

O "revanchismo" muito se agravou após o período revolucionário. A mídia tem grande responsabilidade nesse processo, procurando jogar o povo brasileiro contra as suas Forças Armadas. É algo intrigante a infiltração da esquerda na Imprensa, dominando-a quase que integralmente, sem que haja o contraditório.

Os proprietários dos principais meios de comunicação, inclusive dos grandes jornais e das redes de televisão, embora não sejam extremistas nem de esquerda nem de direita, deixam, inexplicavelmente, que tais jornalistas formem a opinião pública. O procedimento desses magnatas é estranho. Primeiro, porque a Revolução que eles apoiaram, hoje não tem voz infelizmente; segundo, porque eles têm muito a perder com a implantação de um regime totalitário em nosso País.

Assim, aqueles que têm o poder econômico e, em conseqüência, o poder de decisão na área da comunicação social, são os que permitem que haja esse desequilíbrio brutal, com absoluta predominância da esquerda. Será que é o dinheiro da propaganda governamental ou do exterior que os move e que os modificou tanto?!

No seio do povo e das instituições que têm mais força – como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as Centrais Sindicais e nas principais organizações estudantis – é uma minoria que fala e grita, enquanto a maioria fica quieta, dando uma falsa impressão da realidade, uma idéia de que os "revanchistas" representam a sociedade, o que é uma grande mentira.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, a situação do comunismo? Com o término da bipolaridade, da guerra fria, desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu e nunca desaparecerá. Ele perdeu, após o fim da bipolaridade, o apoio da União Soviética, que se esfacelou, mas continua presente em todo mundo, inclusive no Brasil, onde se encontra à espera de uma oportunidade para dominar completamente o Poder, como se verifica, por exemplo, através da insidiosa atuação do MST e de seus líderes desordeiros, como João Pedro Stédile, José Rainha e vários outros.

Igualmente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e vários de seus Ministros, a exemplo de Serra e José Gregori, vêm da esquerda radical.

Os seguidores do comunismo, no Brasil, estão muito ativos no processo de destruição e desagregação nacional, sendo que muitos sob a roupagem "globalista neoliberal".

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Vejo como um fato real, positivo. É o que acabei de dizer: a minoria grita e a maioria cala. Mas as pesquisas de opinião estão aí para apontar que a quase totalidade do nosso povo que, por índole, não grita, quando é chamada a opinar, mostra que sabe ver as coisas, sendo, por isso, favorável às Forças Armadas.

Gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que merecesse ficar registrado neste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

As perguntas formuladas abordaram bem o assunto. Apenas, talvez, deva acrescentar que precisamos estar continuamente preparados para atuar em defesa de nossa soberania e dos nossos recursos naturais, em especial na nossa rica Amazônia, ameaçada permanentemente. O mundo está "de olho" nessa imensa e poderosa região; disso, não podemos esquecer.

Considerando o panorama atual onde campeia a corrupção, o crime organizado e as privatizações irresponsáveis, que ensinamentos a Revolução nos deixou e que poderiam ser aplicados à atual conjuntura?

A meu ver, estamos precisando de nova revolução. O atual Presidente, Fernando Henrique, é um pulha. Sujeito desclassificado, gozador da vida. É hora de uma nova revolução, séria, com todas as virtudes e sem os erros da anterior.

Qual a mensagem final que o senhor deixaria para as gerações futuras, a respeito da Revolução de 1964?

A de confiança no Brasil, na nossa gente e nas enormes possibilidades econômicas do País. O Brasil é uma Nação abençoada, que tem tudo, não precisa da ajuda de ninguém. Só falta governo. O dia que o tivermos, nossos problemas estarão resolvidos, como o foram, com inteligência e patriotismo, durante o período revolucionário.

Vice-Almirante Sérgio Tasso Vásquez de Aquino

- Natural da Cidade de Curitiba, Paraná.
- Foi Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Comandante da Força de Submarino.
- No exterior: Assessor do Colégio Interamericano de Defesa e "International Senior Fellow" da National Defense University, dos EUA.
- Possui todos os cursos regulares da Marinha e Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra, além dos Cursos de Orçamento-Programa, do Ministério do Planejamento, e de Análise e Elaboração de Projetos, da Fundação Getúlio Vargas; é Bacharel em Administração e em Economia.
- Em 1964, era Capitão-Tenente e servia na Escola Naval como Instrutor de Psicologia e Liderança e Comandante de Batalhão e Companhia no Comando do Corpo de Aspirantes.

Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2002.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que este esforço do Exército Brasileiro para devolver à nossa Nação a verdade histórica dos fatos de 31 de março de 1964, através do Projeto de História Oral, merece e deve ter plena difusão na sociedade brasileira, exatamente para que os jovens que não vivenciaram aquela época possam ser informados do que de fato se passou e não sejam envenenados pelas versões "revanchistas" que hoje pululam pelo nosso Brasil.

Assim, é com extrema gratidão e satisfação que, hoje, aqui me apresento.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Nos antecedentes da Revolução, era Capitão-Tenente. Em janeiro de 1964, após desembarcar do Submarino *Riachuelo*, me apresentei para servir na Escola Naval. Nessa época, havia uma ebulição nacional provocada pela tendência governamental de agitar as chamadas "reformas de base", em termos de um populismo demagógico, que logo foi envolvido pela ideologia comunista, e o então Presidente da República, João Goulart, se fez refém dos aventureiros que tentavam impor ao Brasil o jugo da esquerda mais radical. A insatisfação grassava na sociedade brasileira pelas agitações, greves e pela insegurança gerada. Mais grave ainda, porém, foi o germe da indisciplina inoculado nas Forças Armadas, principalmente na Marinha de Guerra, em que os agentes do comunismo tentaram levantar os subordinados contra os seus superiores e, assim, quebrar a espinha dorsal de toda a instituição militar, que é alicerçada nos princípios básicos de hierarquia e disciplina. Inclusive, fizeram uso de chefes populistas e demagógicos das Forças Armadas, como os chamados "generais do povo" e o famigerado Almirante Aragão, que era o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. Por isso, digo que grassava um ambiente de profunda preocupação e insatisfação na sociedade e de consternação nos verdadeiros militares, que eram fiéis ao seu juramento de defesa da Pátria, da hierarquia e da disciplina.

Na Marinha, infelizmente, vivíamos uma expectativa de, a qualquer momento, ocorrer um levante de marinheiros e fuzileiros e, inclusive, de estes atacarem seus oficiais. Eu servia no Comando do Corpo de Aspirantes da Escola Naval e o Comandante, que na época era chamado de diretor, o Almirante Júlio Xavier de Araújo Silva, uma pessoa muito querida pelos seus comandados, optou por não envolver os Aspirantes de Marinha nos movimentos iniciais de reação contra a avalanche comunizante. Ele preferiu que os Aspirantes de Marinha fossem colocados à margem, o que os desgostou terrivelmente, principalmente por saberem que os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, sob o comando do General Médici, haviam assumido dispositivo de batalha decisivo para a sorte da Revolução.

Para que se tenha uma idéia da dramaticidade da época, nós, oficiais do Corpo de Aspirantes, passávamos as noites em claro, "de volante" (expressão de Marinha que significa sem ter lugar fixo onde ficar) e armados para defender a parte alta da Ilha de Villegagnon contra um eventual ataque da parte baixa, onde ficava a guarnição. Vejam que essa situação tensa devia-se à inoculação do germe da quebra da hierarquia e da disciplina. É verdade que a maioria esmagadora dos marinheiros e sargentos era fiel ao Brasil, à Marinha e ao seu juramento, mas havia uma minoria atuante, manipulada pelos comunistas, que queria fazer essa ação de destruição.

Os oficiais de Marinha que serviam em terra acorreram para o Clube Naval, que foi convencionado como um bastião de defesa da Marinha para a manutenção de seus valores. Por sinal, o armamento e a munição que foram para o Clube Naval, para defendêlo numa hipótese mais grave, foram levados da Escola Naval por inspiração de um grande chefe revolucionário, o então Capitão-de-Fragata, hoje Almirante-de-Esquadra Reformado, José Calvente Aranda. Eu mesmo presenciei acontecimentos dramáticos no Clube Naval, em que a oficialidade toda clamava por um enérgico repúdio da alta cúpula da Marinha quanto ao estado de indisciplina que prevalecia na Força. Houve um momento em que os quatro estrelas, e eram só quatro na Marinha, foram convocados ao Clube Naval, onde um capitão-tenente, duas turmas mais moderno do que eu, com o dedo em riste, disse-lhes o seguinte: "Os senhores foram culpados por essa situação a que a Marinha chegou e têm agora a responsabilidade de resolver este problema". Foram realmente dramáticos esses momentos, em que os oficiais de Marinha demonstraram-se dispostos a resgatar o primado da hierarquia e da disciplina à custa da própria vida, como afirmamos no nosso juramento. Graças a Deus, prevaleceu o bom senso e a união das Forças Armadas. A atuação decisiva do Exército se fez sentir e o Brasil pôde debelar aquela trágica crise da História nacional, que Deus queira não se repita.

Gostaria de dizer que, naquele contexto, houve chefes navais que se destacaram pela sua firmeza e, aqui, presto homenagem a cinco almirantes, que eram conhecidos como "as irmãs Dione", justamente porque eram cinco: Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Almirante Armando Zenha de Figueiredo, Almirante Waldeck Lisboa Vampré, Almirante Francisco Simas de Alcântara e Almirante Ernesto de Mello Baptista, todos vice-almirantes na época. Outros chefes de hierarquia menor também se destacaram e mantiveram o espírito marinheiro.

Poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Temos que ver os fundamentos históricos. O Brasil é um País extraordinário, riquíssimo em recursos de toda a natureza e, portanto, é alvo cobiçado por qual-

quer movimento, ação ou estratégia que vise a empalmar o Poder em termos mundiais. Então, os comunistas, há muito tempo, visavam à conquista do Poder no Brasil, inclusive como forma de garantir a tomada do Poder em toda a América do Sul. Tivemos a primeira tentativa em 27 de novembro de 1935; é importante lembrar que o Partido Comunista fora fundado, no Brasil, em 1922. No entanto, houve o insucesso. Eles tentaram, na calada da noite, impor o regime comunista a força, assassinando os companheiros militares fiéis ao Brasil, mas foram derrotados. Em 1963 e 1964, veio a nova tentativa, já com a conivência do Governo populista e demagógico que havia no País, o Governo do Presidente João Goulart, que agitando, como já disse, as "reformas de base", pretendia empalmar a liderança que lhe faltava, uma vez que assumiu o Poder por ocasião da renúncia de Jânio Quadros.

No princípio, acreditava-se que o Presidente João Goulart fosse apenas um inocente útil, manipulado pelas esquerdas e pelo seu cunhado, Leonel Brizola. No entanto, a partir do momento decisivo que foi o comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, e agravado ainda mais com a reunião do Automóvel Clube do Brasil no Rio, cuja finalidade aparente era comemorar, se não me engano, o aniversário e a posse da nova diretoria eleita do Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar e que, na verdade, foi um *show* de subversão explícita, envolvendo graduados das três Forças Armadas, ficou claro que, mais do que conivente, o Presidente era um partícipe declarado e voluntário do sistema de destruição do País.

Portanto, as raízes da Revolução estão na tentativa de tomada do Poder, no Brasil, pela avalanche comunizante que se havia manifestado no mundo antes do final da Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética, vencedora da guerra e aliada dos Estados Unidos da América, resolveu seguir um caminho próprio de domínio universal. Resumindo, a Revolução de 1964 no Brasil encontra os seus antecedentes em dois fatos: primeiramente, por ser o Brasil, até hoje, um alvo cobiçado por quem quer que queira estabelecer o seu jugo no mundo e, também, no quadro do resultado final da Segunda Guerra Mundial e da ambição da União Soviética de impor a todos os continentes a sua dominação no quadro da guerra fria, criado no pós-guerra.

Diria, conseqüentemente, que a influência da guerra fria sobre a Revolução de 1964 foi total, porque o nosso Movimento foi exatamente uma reação contra essa tentativa de tomada do Poder, que, como eu disse anteriormente, também tem essa moldura da luta entre a União Soviética e os Estados Unidos da América na questão do domínio do mundo.

Entretanto, podemos dizer, com muito orgulho, que a Revolução de 31 de Março salvou o Brasil, a América do Sul, a América Latina e, quiçá, uma grande

parte do mundo, porque deu um basta à ação comunista num local que era estrategicamente muito importante para os vermelhos, onde, se tivessem ganho a batalha, teriam conquistado uma frente extremamente valiosa.

Poderia abordar alguma coisa a mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março, complementando o que já nos foi dito?

Primeiramente, menciono a ineficiência e a demagogia populista do Governo de plantão do senhor João Goulart, que desembocava na desconfiança em relação à sua pessoa. Havia uma grande incerteza em relação à capacidade do Presidente João Goulart para assumir uma função como aquela. Tanto é que se tentou impor o parlamentarismo no Brasil, como forma de impedir que ele chegasse a exercer o Poder pleno e, conseqüentemente, fazer com que fosse como uma "rainha da Inglaterra": que reinasse, mas não governasse.

Imediatamente antes, houve a frustração enorme provocada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, que, em pleito memorável, havia sido eleito pela maioria esmagadora dos eleitores. Ele trazia uma promessa de moralização do ambiente político brasileiro, que seus eleitores acompanharam com entusiasmo. Logo, aquela renúncia foi um balde d'água fria, uma frustração terrível para a sociedade brasileira e no ambiente político.

Houve também a corrupção do Governo de Juscelino Kubitschek. Lá nasceu a inflação. Grandes coisas foram feitas, mas a corrupção teve uma expansão extraordinária e a inflação brasileira, podemos dizer, surgiu, exatamente, naquela época.

Releva, ainda, citar a agitação e a propaganda das "reformas de base", a exploração e a infiltração comunistas nos principais setores da nacionalidade, além da atividade deletéria de alguns líderes políticos que se fizeram porta-vozes de posições extremadas e, nesse caso, é preciso relembrar a atuação de Leonel Brizola, que exercia uma influência muito grande no seu cunhado, João Goulart.

Para ser bastante objetivo e honesto nas minhas considerações, devo dizer que havia uma marca ainda mais remota, daquela célebre linha divisória que se travou, no Brasil político, entre os indivíduos que eram seguidores e simpatizantes do Presidente Getúlio Vargas e os que eram contra. Houve um acontecimento extremamente marcante na vida das Forças Armadas: o episódio de 11 de novembro de 1955. Ele cavou uma fossa profunda entre as Forças Armadas, que, graças a Deus, pelo patriotismo dos seus integrantes, pela irmandade de objetivos e amor ao País, foi vencida ao longo do tempo. Então, esse é o grande quadro de acontecimentos que antecederam a Revolução de 31 de Março de 1964.

Havia, de fato, um clima de insatisfação da maioria do povo brasileiro com relação ao governo deposto?

Sim. Era um governo que não inspirava confiança e que não garantia a tranqüilidade da família brasileira, o direito de ir e vir, de trabalhar em paz, de produzir. Então, havia, realmente, uma insatisfação muito grande.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja com relação a esse governo deposto?

De extrema desconfiança, exatamente pela sua inclinação esquerdizante e o seu envolvimento com os comunistas. Daí o porquê do apoio entusiasmado da Igreja à parte inicial da Revolução, antes do surgimento dos "padres de passeata" em 1968. Diria, ainda, que a Igreja saudou com júbilo a eclosão do Movimento de 31 de Março.

Gostaria de dizer alguma coisa sobre as "Ligas Camponesas", o "grupo dos onze" do Brizola ou outro movimento semelhante?

As "Ligas Camponesas" nos lembram Francisco Julião e o "grupo dos onze", Leonel Brizola. Eram grupos que se propunham a convulsionar, no Brasil, o ambiente rural, no caso das "Ligas Camponesas", e urbano, no caso do "grupo dos onze". Pode-se também dizer que eles se propunham a acelerar a tomada do Poder pela via armada. Dessa forma, estão, nesse contexto, como os antecedentes de tudo o que veio depois, em termos de guerrilha e terrorismo nos ambientes rural e urbano.

O senhor já analisou o que se passou no meio militar, abordando a Escola Naval e o nosso Clube Naval que teve uma participação efetiva na Revolução. Mas o senhor poderia dizer mais alguma coisa sobre essa busca pelos agitadores da cisão dentro das Forças Armadas?

Essa pergunta dá a oportunidade de fazer algumas analogias históricas. Alguém já disse o seguinte: "Você pode confiar num comunista; ele é comunista mesmo e vai ser sempre". E eles, os comunistas, seguem sempre o mesmo procedimento. Então, quando implantaram o comunismo na União Soviética, que ainda era o Império russo, no ambiente militar iniciaram a sua revolução pelo aliciamento dos marinheiros. Lembrem-se todos do episódio do encouraçado *Potiomkin*, também chamado por alguns de *Potemkin*, em 1905, quando os comunistas insuflaram a rebeldia dos marinheiros por motivos de rancho, ou ainda, do cruzador *Aurora*, que, nos antecedentes da Revolução de Outubro de 1917, levantou-se e bombardeou a Cidade de Leningrado. No Chile de 1963, a subversão nas Forças Armadas tinha importantes células na Marinha de Guerra.

No Brasil, também escolheram iniciar a revolução pela Marinha, embora as três Forças Armadas, indistintamente, tenham sido inoculadas pelo germe da que-

bra da hierarquia e da disciplina e pela tentativa de aliciamento das praças contra os seus superiores.

Gostaria de lembrar dois episódios que antecederam a revolta dos marinheiros e fuzileiros, aqui, no Rio de Janeiro. Falo da revolta dos sargentos em Brasília, um ano antes, na área Alfa, e da sabotagem que os sargentos mecânicos da Força Aérea fizeram contra as aeronaves, que, conseqüentemente, ficaram impossibilitadas de decolar. Felizmente, essa tentativa de cisalhamento não teve sucesso, porque a maioria esmagadora dos graduados se posicionou contra a crise provocada, artificialmente, pela subversão de cúpula conduzida pelo governo, aliada à subversão de base, a cargo, principalmente, do Comando Geral de Greve, depois CGT, e das Confederações de Trabalhadores, que agiam ao lado da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Permito-me dizer que essa é uma lição para os dias de hoje. As Forças Armadas não são do Estado nem do Governo nem do Presidente da República. As Forças Armadas são da Nação e estão a serviço da realização dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP). Elas não são guardas pretorianas. Esses generais do povo e outros indivíduos que seguiam tendências submissas, ao se fazerem apenas seguidores do poderoso de plantão, visavam, talvez, a alguma vantagem, sopitando seu juramento de fidelidade à Bandeira e à nossa Nação. Vejam que tudo se desmoronou feito um castelo de areia, porque lhes faltava conteúdo.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Essa marcha foi decisiva, porque mostrou a reação da sociedade brasileira, o que estimulou as Forças Armadas a agirem. Por sinal, as Forças Armadas brasileiras têm uma característica muito expressiva: são formadas de integrantes do povo e agem estimuladas, fundamentalmente, pelo clamor que dele advém. Foi assim em 1964.

Cabe destacar o papel da mulher brasileira, com seus terços, na Marcha da Família. Mostraram nossas valentes mulheres o repúdio da sociedade à tentativa de nos comunizar e nos colocar sob a égide de um sistema totalmente incompatível com nossa herança nacional.

As Forças Armadas, então, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução?

As nossas Forças Armadas nunca constituíram uma casta, como em alguns lugares do mundo. Inclusive, o General Aricildes Motta, que nos acompanha nesta

jornada, privou comigo nos Estados Unidos da América, onde tive a oportunidade de dizer aos companheiros das Forças Armadas americanas o seguinte: "Para que um jovem seja admitido na Academia Militar de West Point, na Academia Naval de Annapolis ou na Academia da Força Aérea de Colorado Springs, tem que ser indicado por dois políticos com assento no Congresso ou pelo Presidente da República, caso não seja filho de um herói militar dos Estados Unidos. Entretanto, no Brasil, o processo é mais democrático. O ingresso está aberto a todos os jovens brasileiros que sejam aprovados em um concurso intelectual e realizado anualmente".

Portanto, as Forças Armadas sempre estiveram visceralmente ligadas ao povo e ao sentimento nacional brasileiro. É, também, por isso que, quando atuam, interpretam exatamente o sentimento da Nação. Assim, ocorreu em 1964.

Havia, a seu ver, uma revolução de cunho comunista em andamento para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Claro. Havia greves, agitações, quebras constantes da ordem pública, manipuladas pelos comunistas, e subversão nas Forças Armadas. Enfim, havia um processo de destruição de tudo o que existia de bom na ordem vigente para colocar, em seu lugar, a ordem nascente do comunismo, que era o desiderato ideológico daquela gente.

Qual foi a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução?

Assim que a Revolução eclodiu, o Congresso Nacional, da mesma forma que a Igreja e a imprensa, imediatamente tomou o partido da Revolução num corolário do sentimento popular, que não suportava mais aquele estado de desgoverno e baderna no País. Quero lembrar, aqui, a declaração de vacância do cargo de Presidente da República feita pelo Senador Auro de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso Nacional na época.

Como se portaram os sindicatos e as entidades tachadas de esquerdistas logo após o início da Revolução?

No primeiro momento, retraíram-se por temor. Ficaram assustados porque a Revolução foi retumbante na sua vitória. Contiveram-se a princípio, porém, mais à frente, e se tivesse que eleger uma data, diria que em 1968, voltaram, com força total, através de movimentos de massa, sindicais e de estudantes, a exercer uma ação permanente de tentativa de imposição da ordem comunista, até mesmo pela via armada. Podemos dizer que houve o aliciamento e o recrutamento da juventude sindical e universitária para a causa da revolução comunista. Desse

universo, saíram muitos guerrilheiros e terroristas em geral, como assaltantes de bancos e seqüestradores, muito dos quais hoje exercem funções importantes no Governo da República e em todos os setores oficiais e privados da vida nacional.

Na sua opinião, quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Com relação à eclosão da Revolução, teria que citar Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, e Adhemar de Barros, Governador de São Paulo.

Os líderes militares mais atuantes, no momento da eclosão, não podemos negar que foram o General Olympio Mourão Filho, o General Carlos Luís Guedes, ambos de Minas Gerais, o General Arthur da Costa e Silva, o General Amaury Kruel, que foi decisivo na definição do impasse em relação ao I Exército, e aquele que eu, pessoalmente, considero o expoente da Revolução e o melhor Presidente que o Brasil teve – o General Emílio Garrastazu Médici.

Quanto ao período revolucionário, temos que acrescentar o General Castello Branco e o Brigadeiro Eduardo Gomes. Da Marinha, especificamente, torno a citar aqueles cinco almirantes: Almirante Vampré, Almirante Simas de Alcântara, Almirante Ernesto de Mello Baptista, Almirante Rademaker e Almirante Armando Zenha de Figueiredo.

A Revolução foi um movimento de preparação interna ou houve apoio externo, em especial dos Estados Unidos?

Pelo que sentíamos, na época, a Revolução foi um movimento espontâneo da Nação brasileira. Foi uma reação do povo, como disse antes, contra toda aquela mazorca que nos estava sendo imposta, e das Forças Armadas contra a tentativa de destruição da hierarquia e da disciplina. Enfim, foi uma reação nacional, do povo e das suas Forças Armadas, contra uma doutrina, uma filosofia de vida ou uma cosmovisão que agredia o sentimento nacional brasileiro.

É evidente que os Estados Unidos se afligiam com o que acontecia no Brasil. Se Cuba, com apenas 10 milhões de habitantes, lhes criava tantos problemas, o que acontecia no Brasil certamente os preocupava. Além disso, pelo que sabemos, hoje, sobre a ação dos Estados Unidos no mundo, é até bem provável que pensassem em interferir. No entanto, o êxito pleno do Movimento, em tempo diminuto, transformou-os em atentos espectadores. Diria até que, se qualquer participação fosse por eles ensaiada, não seria aceita de forma nenhuma pelos patriotas que fizeram a Revolução de 31 de Março.

A que o senhor atribuiu o rápido desmoronamento do "esquema militar" que João Goulart apregoava?

Lembro-me bem do General Argemiro de Assis Brasil, que era Chefe da Casa Militar do Presidente João Goulart e vivia falando sobre o seu "esquema militar". Para mim, aquilo era um blefe, isto é, não tinha respaldo no sentimento das Forças Armadas brasileiras. Quando foi testado, não houve nem reação, o que prova que ninguém estava com aquela gente que tentava subverter o Brasil. Então, o tal "esquema militar" caiu de uma forma ridícula, ou seja, sem reação.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança" por parte dos oficiais das Forças Armadas que estiveram na iminência de um combate? Como o senhor vê esse aspecto nos que apoiavam Goulart e nos do outro lado?

O outro lado, eu diria, foi responsável por um dos melhores momentos das Forças Armadas. Aqueles chefes que resolveram fazer a Revolução, rompendo com a ordem vigente, deram uma demonstração de patriotismo, de amor ao País e de consciência exata de quais eram os seus deveres, inclusive, correndo todos os riscos. Eles se levantaram em armas contra um governo supostamente legal, mas realmente espúrio, que deixou de ser legitimado pelas ações absurdas que desenvolvia. Tratava-se de um governo legal, mas que não era moral, nem legítimo. Por isso, esses homens, por fidelidade ao seu juramento, quiseram devolver o Brasil ao leito do seu grandioso destino. Deram uma demonstração cabal das melhores virtudes militares. Tanto tiveram liderança, que foram seguidos pelos comandados, a despeito de romperem com a ordem vigente. O mesmo não aconteceu em relação aos "generais do povo", porque eram ilegítimos e não tinham liderança. Ficaram sozinhos.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto em seu entendimento?

Esse foi outro momento decisivo. Infelizmente, os Aspirantes de Marinha não tiveram autorização para assumir uma postura semelhante e esse fato, apesar dos 38 anos que já se passaram, ainda me comove. Mas foi o General Médici, então Comandante da AMAN, o responsável por tal decisão histórica e única.

Sei muito mais sobre a Revolução por causa do meu pai, General Tasso Villar de Aquino. Sei, por exemplo, que o General Âncora, um grande e respeitável chefe militar, como Comandante do I Exército e sem nenhuma intenção de usufruir vantagem, optou por defender a ordem vigente. Foi por uma questão de consciência; quem o conhece sabe que ele era um homem absolutamente correto,

probo, um excelente chefe militar. Então, ele dirigiu-se para Resende e teve um encontro histórico, com o General Amaury Kruel, que viera de São Paulo. Esse encontro foi na AMAN. O General Âncora, como qualquer chefe digno, jamais atacaria a AMAN. Ele se compôs com o General Kruel e não houve nenhum derramamento de sangue. Por isso, digo que o posicionamento dos cadetes da AMAN foi decisivo para a vitória da Revolução.

Foi decisivo e ainda teve um reflexo extremamente positivo nas tropas de São Paulo, elevando psicologicamente o moral, já que São Paulo não tinha o Poder bélico do Grupamento de Unidades-Escolas (GUEs).

Não tinha expressão militar como a do Rio de Janeiro.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns dos objetivos estratégicos principais visados pelas tropas que participaram da Revolução?

Vou me meter, agora, numa seara que não é minha: estratégia terrestre. De qualquer forma, diria o seguinte: assegurar rapidamente o controle do triângulo estratégico Rio–São Paulo–Minas Gerais é fundamental para o controle do Brasil. Além disso, isolar o governo de então pela surpresa e neutralizar qualquer capacidade de reação dos comunistas e seus aliados. Aí ficou patente, mais uma vez, a fragilidade do esquema militar de apoio a João Goulart.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após o Movimento de 31 de Março de 1964?

Com certeza. Até as cicatrizes do passado recente, como a questão do 11 de Novembro, a compra do navio aeródromo para a Marinha, a não outorga dos aviões de asa fixa para a Marinha, foram esquecidas. Os militares se uniram em torno da Nação. Foi um dos momentos formidáveis da História do Brasil e das Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Sim. Em nacionalismo e democracia. Em outras palavras, era a defesa do Brasil para os brasileiros e pelos brasileiros por uma vida justa e feliz. A Revolução dizia pretender três coisas: jugular a subversão, debelar a corrupção e promover o homem comum brasileiro. Basicamente, fazia parte da Revolução de 31 de Março o compromisso visceral com o Brasil, com a defesa da Pátria e a dignidade do nosso povo.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento?

No princípio, sim. Lembro-me de editoriais bombásticos nos principais jornais do País: *O Globo*, *Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo* etc. No primeiro

momento, foi um apoio entusiasmado, porém, depois de 1968, começou a haver reação à Revolução. As críticas se intensificaram e, hoje, a mídia está em completa oposição às Forças Armadas e transmite uma versão mentirosa sobre os acontecimentos de 31 de Março. São expressões do "revanchismo" e do oportunismo. Omitem da nossa juventude que a mazorca do período João Goulart era insuportável para o País como um todo.

No seu entender, o termo "revolução" está correto? Ou seria "contra-revolução"?

Nós nos chamamos "revolucionários" e dizemos a "Revolução Democrática de 31 de Março". Afinal, no contexto histórico, "revolução" é todo levante militar de armas contra uma ordem vigente, a ser substituída por outra, dentro do mesmo contexto, digamos, ideológico. Assim, podemos falar sobre as revoluções que se processaram na América Latina, inclusive, as revoluções históricas do Brasil, como a Revolução Farroupilha, a Revolução de 1930, a Revolução dos Tenentes.

Entretanto, os comunistas gostam de se assenhorear dos conceitos, dando à palavra o significado que lhes interessa. Para eles, revolução é a deles; é a implantação do comunismo num país, numa região ou no mundo. Dentro, então, desse aspecto ideológico, o Movimento de 31 de Março seria uma contra-revolução, mas, em termos históricos, uma revolução, pois foi um levante militar contra a tentativa apoiada pelos comunistas de mudar o regime.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Governos cujos presidentes eram militares. A estrutura do Poder era totalmente civil. As garantias constitucionais foram mantidas para todos os cidadãos, menos para aqueles que subversivamente se opunham à ordem vigente, o que revelava uma preocupação com a defesa do Estado, presente até nas sociedades democráticas. As casas do Legislativo e todo o Judiciário tiveram funcionamento normal, apenas com uma suspensão do Legislativo durante o período do Presidente Geisel.

Mas uma coisa muito importante precisa ser dita, quando temos um Presidente reeleito graças a conchavos políticos. Nenhum dos presidentes militares foi reconduzido; havia alternância no Poder. Isso quer dizer que não houve um ditador de plantão, um camarada que usasse o Poder em benefício próprio. Na verdade, tivemos aqui um regime de força, de exceção, em decorrência das circunstâncias. Era uma reação à tentativa de destruição da Nação. Era, sim, um governo cujo chefe era militar, mas nós, militares, nunca tivemos qualquer vantagem. Não nos locupletamos pelo fato de o Presidente ser militar. Muito pelo contrário.

O que o senhor ressaltaria em termos de realizações da Revolução, que a mídia faz questão de não abordar?

Vou ser bastante objetivo. Primeiramente, o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil, de uma forma exponencial. Saímos do 48º para 8º lugar, entre as economias capitalistas e 10ª do mundo. Sem contar a construção de estradas, o aumento da oferta de energia, comunicações, siderurgia, exportações e do nível de emprego mostrou-se impressionante. No campo psicossocial, a paz interna, o prestígio internacional de que o País passou a gozar e a criação, no seio do nosso povo, de um sentimento de bem-estar e orgulho de ser brasileiro. Com certeza, o País caminhou a passos largos para seu grande destino.

Concluindo, a Revolução devolveu ao Brasil a confiança em si mesmo e, na arena internacional, colocou-o como uma das principais nações do mundo, tirando-o da posição de País secundário. Foi só isso que a Revolução fez. E fez com paz social.

A Revolução cometeu erros?

Cometeu. Quero ser também bastante honesto. O primeiro erro foi que ela permaneceu por tempo excessivo. Tenho a impressão de que, se a Revolução tivesse terminado ao fim do Governo Médici, teria sido consagrada por toda a História.

Um outro erro muito sério foi que, a pretexto de manter a juventude afastada da fermentação política, não permitiu a criação de lideranças jovens comprometidas com o espírito da Revolução. A juventude é o futuro de todo o país; portanto, os jovens tinham que participar. Já os partidos comunistas, de todos os matizes, foram às universidades, identificaram as lideranças, principalmente aquelas descontentes, e as recrutaram. Esse foi o segundo erro.

O terceiro foi a perda da guerra pela mídia, que, depois de um certo período, foi empalmada pelos comunistas e seus aliados. Estes infiltraram os seus seguidores nas faculdades de formação de ciências humanas e aí está a origem de todo o "revanchismo" e da mentira que hoje é difundida.

A Revolução permitiu, ainda, que os verdadeiros revolucionários, mais adiante, fossem substituídos pelos oportunistas. Foi quando tivemos o império da tecnoburocracia, que tantos malefícios trouxe à imagem da Revolução. Também foi grave a ausência de solução para alguns problemas sociais, com aquela mentalidade de primeiro deixar crescer o bolo para depois dividir. Nós nos deveríamos ter engajado violentamente na solução dos problemas sociais brasileiros. Por fim, como oficial de Marinha, noto que foi dada muita ênfase à malha rodoviária em detrimento da ferrovia e da hidrovia. Isso foi um erro estratégico notório, responsável em boa

parte, na atualidade, pelo elevado "custo Brasil", que retira competitividade dos nossos produtos no mercado internacional.

O que o senhor teria a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo, como seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis e a bancos, assassinatos e outras ações cruentas?

Essas ações estavam dentro de uma opção estratégica de conquista do Poder, a via armada, segundo a linha chinesa ou a linha cubana foquista. Visavam, acima de tudo, a criar um ambiente de terror, para neutralizar a sociedade burguesa, isto é, vencer pelo medo. Através das expropriações, visavam a obter fundos para financiar as outras manifestações da revolução e, através dos assassinatos seletivos, afastar as pessoas que tivessem influência contra a ação comunizante no Brasil.

Tratava-se de um processo sanguinário de tentativa de enfraquecimento do moral nacional e de eliminação de pessoas importantes na ação anticomunista, e de obtenção de fundos para financiar a revolução comunista.

No mundo conturbado pelas ações do movimento comunista internacional, no período da guerra fria, como foi possível o quadro de progresso e crescimento econômico no nosso País chegar a ser reconhecido mundialmente?

Em primeiro lugar, o Brasil é um País extremamente rico em recursos de toda a natureza e tem um povo criativo e capaz, que só precisa ser bem orientado, bem conduzido. Isso precisa ser dito para a nossa juventude. Então, os governos da Revolução foram capazes de canalizar esses talentos naturais do Brasil para transformar potencial em poder. Foram governos sérios, que tinham compromisso com a Pátria, com o desenvolvimento da Nação, a segurança e a elevação do bem-estar do homem comum brasileiro. Sobretudo, foram governos competentes, que usaram o planejamento, procurando não fazer nada improvisado.

Ainda é preciso dizer que os projetos, a forma de o governo brasileiro atuar, viraram produto de exportação. Em toda a América Latina, muitos países copiaram, e até hoje copiam o que o Brasil fez. Por isso, precisamos destacar a importância fundamental da doutrina da Escola Superior de Guerra, que foi o substrato de todo esse pensamento administrativo da Revolução de 1964.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares ou esses não quiseram se engajar nesse campo de luta?

Eu diria que, até certo ponto, houve uma eficácia extraordinária. Lembro, aqui, que quando o Presidente Médici ia ao Estádio do Maracanã, era ovacionado.

Naquela ocasião, se houvesse uma eleição livre no Brasil e o outro candidato fosse, por exemplo, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que também gozava de extremo prestígio popular, o Presidente Médici teria ganho. Mas acredito que grande mérito deva ser outorgado ao General Octávio Costa, que é homem extremamente inteligente, brilhante e que foi a figura, digamos, que trabalhou para criar essa imagem.

Agora, nós militares, por característica nossa, somos avessos a fazer propaganda de nós mesmos. O Presidente Castello Branco, por exemplo, que era uma figura extremamente austera, não admitia que se fizesse qualquer tipo de propaganda para não lembrar o período ditatorial de Getúlio Vargas, tipo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Costa e Silva admitiu a publicidade, mas não gastava dinheiro do orçamento nessa atividade. Em compensação, o Governo atual gasta 500 milhões de dólares em propaganda, que pode ser considerada uma quantia muita alta. Já os governos militares tinham demasiado escrúpulo e, com isso, perderam a oportunidade de divulgar a verdadeira revolução que se fez no campo econômico, principalmente. Mas eu diria que, no Governo Médici, foi muito bem conduzida essa questão da promoção da imagem da Revolução.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde eles buscavam a orientação e o apoio externo?

Tivemos aqui no Brasil dois tipos de luta: a subversão e a luta armada, esta com algumas variantes, como acontece no mundo. Primeiro, é preciso dizer que houve um conflito ideológico que se refletiu na cisão entre a União Soviética e a China. Os comunistas da linha soviética queriam tomar o Poder através da subversão, ou seja, pela via pacífica, parlamentar, através da agitação e da propaganda, e os chineses preconizavam a luta armada no ambiente rural, isto é, o cerco das cidades pelo levante campesino. Já os cubanos trouxeram a alternativa do foquismo, ou seja, colocar focos de revolução em alguns pontos estratégicos do interior. O comunista brasileiro Carlos Marighella adaptou tudo isso às condições imperantes no Brasil, onde a sociedade é eminentemente urbana, e, através do seu Minimanual, ditou as regras doutrinárias a serem empregadas na guerrilha urbana.

Guerrilheiros e terroristas visavam, em essência, a neutralizar o ânimo nacional, a conquistar as mentes e os corações pelo terror. Um fato muito interessante, do qual pouca gente se lembra hoje, foi o seqüestro de diplomatas para fins políticos, pela primeira vez nos tempos contemporâneos, realizado pelos terroristas em 1969, aqui, no Brasil. Os primeiros seqüestros de embaixadores no Brasil buscavam, primeiramente, ganhar notoriedade internacional, o que muito inte-

ressava à via armada: a repercussão na mídia das suas ações e também transformar aqueles seqüestrados em moeda de troca para libertar os subversivos presos.

Quanto à orientação e ao apoio externos, podemos dizer que ajuda e inspiração vinham da China, de Cuba, da Albânia, da República Democrática Alemã, da Checoslováquia e da Argélia. As diferentes linhas da liderança armada eram exatamente obedientes a tais centrais externas de Poder.

Diante de tudo isso e de outros problemas ocorridos, inclusive, dentro do Congresso, o AI-5 foi necessário?

Foi muito necessário. Hoje, ele é extremamente criticado porque interessa aos que nos são contrários criticar. Mas vamos fazer uma analogia. Uma pessoa que está enferma tem que tomar remédio. No caso do Brasil, quem iniciou a luta armada foi a esquerda. Logo, o AI-5 e os outros atos institucionais foram medidas legítimas de defesa do Estado e da Nação, lançadas pelo Governo, para tentar neutralizar, na medida do possível, aquela ação deletéria. Então, o AI-5 foi de grande eficácia naquele momento – estou falando de dezembro de 1968 –, logo depois das passeatas e das inúmeras agitações nas cidades.

E do lançamento de uma série de bombas, como a do Aeroporto do Recife, que ninguém comenta...

Esta é a oportunidade de homenagearmos um dos tombados neste episódio ocorrido no Aeroporto de Guararapes, em 25 de julho de 1966. Trata-se do Vice-Almirante Nelson Gomes Fernandes, vítima da explosão de uma poderosa bomba, que visava ao General Costa e Silva e atingiu 15 pessoas, entre elas duas fatalmente – o nosso Almirante e um jornalista, este nunca lembrado pelos seus colegas da Imprensa, que sempre se mostram tão atentos aos acontecimentos da época, menos a este, curiosamente!

É incrível que a Imprensa nunca lembre da morte do jornalista Edson Regis, pai de cinco filhos que ficaram órfãos pela fria sanha dos terroristas.

Foi necessária a criação de Órgãos de Informações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), e de Órgãos de Operações, como os Destacamentos de Operações de Informações (DOI)?

A criação de Órgãos de Informações é um imperativo, inclusive, das sociedades democráticas, pois, para um governante tomar decisões acertadas, tem que conhecer a realidade que o cerca. Para tal, tem que ter um órgão impessoal que vise à busca da verdade para auxiliar a sua decisão. Acho que o SNI poderia existir até hoje, não fosse o "revanchismo" de alguns indivíduos. Afinal, a existência de um

órgão de informações é ponto pacífico em todas as sociedades. Todos os países, democráticos ou totalitários têm um órgão desses; é uma necessidade de governo para conhecer os fatos.

Agora, a criação dos órgãos operacionais foi mais do que necessária para operacionalizar a reação contra o terrorismo. Foi medida exigida na defesa do Estado e da Nação naquela época.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar" e "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?

Essas expressões são uma tentativa de desmoralizar a Revolução, criar uma animosidade da população contra as Forças Armadas. Os radicais de esquerda querem também enganar os jovens. Estamos falando de uma luta pelas mentes.

Em verdade, só tiveram que temer a Revolução aquelas pessoas que não se enquadraram no respeito ao semelhante e no trabalho construtivo em prol de um Brasil melhor. Exemplificando, se um indivíduo, jogando futebol, comete faltas graves, deve esperar que o juiz o puna; primeiro, dando-lhe o cartão amarelo, e, depois, expulsando-o. Assim, só pagou o seu preço em relação à situação vigente quem, até com armas na mão, resolveu desafiar a Revolução ou quem o apoiou no desafio. O restante da população gozou de paz, tranqüilidade, e o Brasil produziu como nunca.

As Forças Armadas auferiram vantagens nesse tempo?

Nenhuma. Os Governos da Revolução foram absolutamente parcimoniosos, até mesmo em termos de remuneração, para com os militares. Na minha vida de oficial, uma das épocas mais difíceis quanto a rendimentos foi vivida sob os governos militares.

As Forças Armadas nunca buscaram vantagens indevidas e é notável fazermos uma comparação com os tempos vigentes. Com a chamada "redemocratização", os políticos, que não amadureceram com o ostracismo, buscaram, primeiramente, locupletar-se com o erário, a expensas da Nação. A mesma coisa, infelizmente, aconteceu com o Judiciário. Enfim, todo mundo que tem poder busca tirar um naco de privilégio. Mas os militares, não. Vejam que o próprio Presidente Geisel, que foi um presidente do período militar, preconizava o máximo desenvolvimento possível com o mínimo de segurança. Por conseguinte, alocou às Forças Armadas recursos ainda menores do que até então eram alocados. Apenas havia uma consciência de que as Forças Armadas eram necessárias para garantir a segurança. Por isso, podemos ser considerados modelo para a sociedade brasileira.

Sem dúvida. Essa é outra importante lembrança que está sendo trazida e que normalmente é omitida. Nós, militares, somos também paradigmas nisso.

É do nosso espírito. Fomos criados assim. Não viemos aqui para enriquecer e, sim, para servir.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos da Revolução?

A minha avaliação é que foi um dos períodos mas profícuos e importantes da História do Brasil, pois o País deu um salto qualitativo extraordinário nesse período e se fez respeitado entre as nações.

Quando cheguei, em 1980, aos Estados Unidos e fui ser, entre outras coisas, *International Senior Fellow*, da National Defense University, a minha função era falar sobre o Brasil e a América Latina. Orientava os membros do Governo americano, que estagiavam nessa instituição, nos estudos que realizavam sobre o Brasil. Lá, encontrei o seguinte pensamento: que o Brasil, junto com o Irã do Xá, seria, inexoravelmente, uma das potências emergentes do século XXI. Portanto, o Brasil era, então, um País em franca ascensão.

Quero lembrar, também, um analista estratégico e político americano, de grande peso, chamado Ray Cline, que escreveu o livro, "O Equilíbrio do Poder Mundial". Nesse livro, ao comparar o Brasil do primeiro lustro da década de 1970 com os Estados Unidos, ele diz que nos assemelhávamos pelo potencial, pela massa crítica, pelos recursos econômicos e de toda a natureza. Ele ainda diz que ambos tínhamos uma estratégia que visava à realização dos objetivos nacionais, mas que a vontade nacional, em 1973, no Brasil, era superior à americana.

Não fomos nós os responsáveis por tal assertiva e, sim, o grande estrategista Ray Cline, e quando? Em 1973, no Governo do Presidente Médici, nos tempos em que a vontade nacional brasileira superava a dos americanos.

Na verdade, o período revolucionário colocou o Brasil entre as nações mais importantes do mundo, mais dignas e respeitadas. O nosso País deu um salto qualitativo extraordinário dentro das suas fronteiras e como expressão no mundo.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários do Poder?

Em primeiro lugar, porque a democracia plena, além de objetivo nacional permanente, era uma das motivações e bases ideológicas da Revolução de 31 de Março. Traduzindo em miúdos, todos defendíamos, preconizávamos e queríamos a democracia. Há que se mencionar, também, o desgaste natural dos vinte anos de Poder e, temos que reconhecer, a fragilização do Governo do Presidente Figueiredo depois da sua enfermidade. A situação foi ainda agravada pela luta pelo Poder que se tinha manifestado desde o seu processo de escolha e que dividiu as Forças Armadas.

Até mesmo nós, militares, junto com a Nação inteira, esperávamos pela democratização. Mas esperávamos que o Poder fosse entregue a políticos responsáveis, amadurecidos, sérios, competentes, honestos e comprometidos com a Nação. Infelizmente, isso não aconteceu muito pelo contrário!

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

O Governo Figueiredo teve problemas, que foram agravados por questões de saúde. Depois daquela cirurgia, o Presidente Figueiredo não foi o mesmo. Mas é preciso reconhecer que ele era uma figura humana extremamente rica e que caiu no gosto popular, a despeito de seus comentários, como "me esqueçam, prefiro cheiro de cavalo ao de gente." Era uma pessoa autêntica.

Com toda a isenção, quero dizer que o Governo do General Figueiredo, apesar de tudo, foi melhor do que todos os governos civis que o sucederam até hoje.

No seu entender, existe no período pós-revolucionário, o chamado "revanchismo" por parte de políticos e da mídia com relação às Forças Armadas?

Eu dividiria o período Pós-Revolucionário em duas fases: a primeira, de 1985 até 1990, e a segunda, de 1990 para cá. A primeira fase coincidiu com o Governo do Presidente Sarney. Ali, havia ainda muito respeito pelas Forças Armadas. Eu mesmo tive a oportunidade de, como representante da Marinha, perante a Assembléia Nacional Constituinte e acompanhado de um general representante do Exército e de dois brigadeiros, um representante da Aeronáutica e outro do Estado-Maior das Forças Armadas, fazer um depoimento na Subcomissão de Defesa do Estado, a da sua Segurança. Fomos ouvidos com todo o respeito e toda a consideração.

A mim, coube defender a não criação do Ministério da Defesa. Então, apresentei a argumentação histórica da Marinha contra essa criação, à qual acrescentei idéias minhas, mostrando a inoportunidade da medida, que visava tão-somente a afastar os militares do primeiro plano da política nacional. O argumento calou tão profundamente que o José Genoíno e outros parlamentares de esquerda disseram: "Almirante, não concordamos com o que o senhor disse, mas vemos muita convicção no seu discurso". E o Ministério da Defesa não passou na Subcomissão de Defesa do Estado e, portanto, não foi introduzido na Constituição. Os depoimentos dos meus colegas sobre votos de militares, disciplina nas Forças Armadas etc. também foram todos aceitos.

Quero lembrar um outro episódio. Quando houve a vacância de Poder pelo impedimento do Presidente Tancredo Neves, quem definiu como se passaria a subs-

tituição foi o então Ministro do Exército, General Leonidas Pires Gonçalves, com a Constituição na mão.

Então, de 1985 a 1990, houve respeito pelas Forças Armadas e o "revanchismo" não era tão explícito, embora já estivesse presente, já que todos os meios de comunicação eram dominados por pessoas de esquerda, formadas por faculdades cujos professores eram também de esquerda. Mas esse "revanchismo" tornou-se bastante evidente de 1990 para cá. Atualmente, a gente liga a televisão ou o rádio, lá nos jornais, e percebe que qualquer coisa de ruim é logo atribuída aos militares, aos "anos de chumbo" etc. Essas versões são manipuladas pelos inimigos do Brasil a elas fazendo coro, com restrições de toda a ordem às Forças Armadas, inclusive elementos oriundos da esquerda radical hoje no Governo.

Como é que o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Antes do final da Segunda Guerra Mundial, através dos tratados de Ialta e Potsdam, os Estados Unidos, que capitaneavam o bloco Ocidental, e a União Soviética, líder do bloco Oriental, praticamente determinaram um novo Tratado de Tordesilhas do mundo. As terras a leste ficaram sob a influência soviética e as terras a oeste, sob a americana. Portanto, houve uma divisão entre o campo capitalista democrático, cujo grande vitorioso eram os Estados Unidos da América, e o campo marxista socialista, em que o campeão era a União Soviética. Existia, então, aquele equilíbrio de terror, em que as escaramuças ideológicas e até as guerras quentes se processavam. Havia, porém, quase que um acordo tácito de não atravessar a linha delimitada pelos acordos. A única exceção foi Cuba, porque, dentro do "quintal americano", os comunistas tomaram o Poder. Por outro lado, quando a União Soviética tentou ali instalar mísseis de alcance ponderável, que pudessem atingir os Estados Unidos, em 1962, o mundo esteve próximo de uma guerra.

Posteriormente, com a queda do Muro de Berlim, o mundo ficou sob a égide de uma única superpotência. Atualmente, a hegemonia americana é absoluta e total. Por mais paradoxal que pareça, durante a fase do equilíbrio de terror, as nações periféricas, ou seja, aquelas com menos poder relativo, como o Brasil, sob o escudo americano e com a ameaça soviética, gozavam de uma autonomia maior do que hoje, em que a vontade dos Estados Unidos impera no mundo.

De qualquer maneira, o comunismo não desapareceu. Ele está na China, no Vietnã, em Cuba, na Coréia do Norte e, no Brasil, vestiu uma roupagem mais difusa, assumindo, mais ou menos, a feição do eurocomunismo, criado para que pudesse

ser aceito pelas nações mais desenvolvidas do Ocidente, dentro das linhas de Antônio Gramsci, o grande teórico desse tipo de comunismo. Mas, com certeza, não se pode dizer que o comunismo desapareceu no Brasil. Muito pelo contrário. Mesmo em cargos importantes do Governo, temos indivíduos que foram guerrilheiros, terroristas. Não se pode admitir que esses camaradas tenham mudado de uma hora para a outra. Acho que apenas estão acumulando forças e esperando uma oportunidade.

Enquanto isso, a nossa Nação, principalmente, a nossa juventude está sendo anestesiada e alienada dos grandes problemas nacionais. Enfim, os jovens estão sendo pervertidos pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela televisão. As novelas vendem mensagens deletérias, como a descriminalização das drogas, o casamento entre homossexuais, a adoção de crianças por homossexuais etc. Resumindo, estão fazendo uma revolução de costumes, que, sem dúvida, tem uma influência extraordinária sobre os valores e o objetivo de conquistar o Poder. Não diria que o comunismo morreu, mas que está bastante atuante sob uma feição muito mais sutil.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê isso?

O Exército naturalmente é a Força Armada mais visível por ser telúrico. Ele está em todos os recantos do Brasil, mas esse prestígio é das Forças Armadas e decorre de alguns fatores. Primeiramente, a Nação tem consciência do espírito militar, isto é, daquelas características viscerais que caracterizam as Forças Armadas: a disciplina, a hierarquia, o espírito de ordem, a renúncia a si mesmo, a vocação de servir, o espírito de sacrifício, a devoção à Pátria, a preocupação com os cidadãos. Já nos códigos militares, há uma herança dos cavaleiros andantes da Idade Média e, aqui, refiro-me àquelas virtudes figadais, como a preocupação em defender o mais fraco, portanto, o nosso povo.

Ao mesmo tempo, somos visceralmente povo, porque somos oriundos de todas as camadas da população. Então, a Nação vê essas características num contexto em que grassam a corrupção, a irresponsabilidade e descaminhos de nossos recursos; vê, também, como as instituições militares se mantêm, apesar dos parcos recursos que recebem. Por exemplo, quando andamos pelo Centro do Rio de Janeiro, vemos, no final da Rua 1º de Março, um oásis de prédios bem cuidados, pintados, limpos e arrumados. Essa imagem, atualmente, deve causar um certo impacto numa cidade que normalmente não é limpa, pelo contrário, muito suja e desleixada. Ali é uma área da Marinha do Brasil e isso me dá orgulho. Fazemos milagre com os recursos que nos dão. Somos desambiciosos; não queremos levar vantagem. Então,

o povo vê isso e faz uma comparação com outros comportamentos grupais. Por isso, diz: "Esses são os nossos militares".

Para ser bastante honesto, gostaria que as Forças Armadas voltassem a ter uma voz mais atuante na reorientação de rumos da sociedade brasileira. As Forças Armadas sempre fizeram isso em toda a História Republicana e, de 1990 para cá, abriram mão dessa participação...

Se Deus quiser, vamos manter as características que nos fazem respeitados e, quiçá, amados pelo nosso povo. Dentro de um saudosismo extremamente espontâneo, muitas vezes, ao tomar um táxi, ou ao sentar numa cadeira de barbeiro, ouvimos de alguém que nem sabe que somos militares algo como "Puxa, no tempo em que os presidentes eram militares, éramos mais felizes e não sabíamos".

Almirante, qual a mensagem final que gostaria de deixar, acerca da Revolução de 31 de Março, para o Projeto de História Oral do Exército, que, na verdade, ganhou uma dimensão maior e, agora, é um projeto das Forças Armadas?

Gostaria de agradecer, mais uma vez, por esta grande oportunidade que o Exército me está dando, de apresentar este modesto, porém extremamente sincero depoimento sobre a Revolução de 31 de Março. Além de uma honra pessoal, considero o momento uma homenagem à Marinha de Guerra. Também parabenizo o Exército pela iniciativa de devolver a verdade dos fatos ao conhecimento da Nação brasileira. É muito importante que o povo e principalmente os jovens saibam o que foi a Revolução de 31 de Março e conheçam as pessoas que se arriscaram para salvar o Brasil, mas que, hoje, estão incompreendidas e injustiçadas, pela ação deletéria dos inimigos infiltrados nos meios de comunicação e no Governo, em todos os níveis.

Agora, a grande mensagem que queria deixar é a de confiança no Brasil. Os homens e os governos passam, os poderosos de hoje serão ninguém amanhã, mas a virtude permanece. A virtude é a característica essencial das Forças Armadas. Nós, militares, trazemos conosco o desapego, a desambição, o amor ao Brasil, a caridade para com o povo, o amor a tudo aquilo que representa os nossos valores e tradições. Por isso, temos que acreditar no Brasil, que é um País riquíssimo e tem um povo maravilhoso. Ele apenas precisa ser bem conduzido. Logo, as Forças Armadas são a esperança do Brasil, porque elas não são ambiciosas, elas não vendem, elas não traem; elas defendem a soberania, o patrimônio nacional e a dignidade do povo.

Peço a Deus que continue a abençoar as Forças Armadas e que elas possam ser capazes de garantir um futuro radioso, porque esse é o único futuro que se pode esperar para a Nação brasileira. Muito obrigado.

General-de-Brigada Nilton de Albuquerque Cerqueira

- Natural da Cidade de Maceió, Alagoas.
- Exerceu as funções de Oficial Subalterno e Comandante de Subunidade no 1º Batalhão de Caçadores, Petrópolis/RJ; Oficial de Estado-Maior da 6ª Região Militar; Oficial de Gabinete do Ministro do Exército; Subchefe da Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Recife/PE; Adido Naval e do Exército em Quito/Equador.
- Foi Comandante do Regimento Sampaio, Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro e Comandante da 9ª Brigada de Infantaria-Escola (GUEs).
- Possui todos os cursos regulares do Exército, os cursos Básico, Mestre de Salto e Estágio Básico de Salto Livre do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil (C I Pqdt GPB) e o da Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Em 1964, no posto de capitão, cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), tendo sido liberado, durante o movimento armado, para se apresentar à sua Unidade de origem, o 1º Batalhão de Caçadores, Petrópolis, RJ.

Entrevista realizada no dia 19 de fevereiro de 2001.

Primeiro, quero agradecer, muito sensibilizado, esta oportunidade de integração com a Instituição nacional que me é tão cara – o Exército Brasileiro –, que só traz acréscimos para nós. Dizer que esta tarefa, que está sendo aqui realizada, é extremamente importante, porque a História de nossa Força está sendo finalmente escrita através do depoimento de pessoas que, realmente, viveram essas fases difíceis por que o País atravessou na segunda metade do século passado.

Enfatizar que a tarefa é também relevante, porque o Exército Brasileiro constituiu-se, nesse século que passou, em importante fator de unidade e de integração nacional; interagindo como um dos motores do desenvolvimento que lançou o Brasil nesse novo milênio, com possibilidades de progresso e de melhorias substanciais das condições de vida de seu povo. Nessa tarefa de revelar a atuação do Exército, acho que o desempenho da equipe que está à sua frente, pela sua reconhecida qualidade, facultará plenamente que se alcance os objetivos colimados.

Depois desse preâmbulo, vamos perguntar ao nosso colaborador que fatos gostaria de abordar a respeito de suas experiências pessoais nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante todo o seu desenvolvimento. É uma pergunta ampla, que deixamos a condução a seu critério.

Realmente, a pergunta é ampla, mas aprendemos, na vida militar, a sermos concisos, precisos e claros falando o idioma que o brasileiro entende. Diria que, nos pródromos do Movimento de 31 de Março de 1964, está um fato que muitos esquecem de citar: a Intentona Comunista de 1935, na qual as instituições militares, naquela época Exército e Marinha de Guerra Brasileira, viveram, sofreram e pagaram um preço de sangue, com a perda de alguns de seus mais ilustres integrantes, no combate a essa primeira tentativa de tomada de Poder pelos marxistas no Brasil.

É bom recordar que 27 de novembro de 1935 – que ainda hoje é data lembrada em todo território nacional pelos militares – marcou muito a posição dos militares: patriotas abnegados, responsáveis pela segurança nacional. Nós, como alunos do Colégio Militar que fomos, como cadetes de nossa Academia Militar, tivemos a influência, altamente positiva, daqueles militares que viveram 1935 e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial.

E a formação moral, ética, o sentimento de dever para com a nossa Instituição e para com o nosso País cresceu, como uma árvore frondosa, que permitiu ao Brasil vencer um dos mais difíceis desafios de sua História, que foi ultrapassar o período do mundo "dividido em dois", sem sofrer o domínio catastrófico, que outras nações sofreram, do marxismo impiedoso, cáustico, cruel e sangrento, que tanto empobreceu aquelas nações. É preciso, então, recordar esses fatos, para

dizer o porquê da vacina de anticomunismo, que jamais deixou de estar no sangue dos verdadeiros soldados do Brasil, em 1964.

Vou, também, lembrar que nós já havíamos sofrido, em passado muito recente a 1964, algumas tragédias no cenário político brasileiro. A primeira, o suicídio do então Presidente Getúlio Vargas, às vésperas do Dia do Soldado. Foi um momento crítico para o Brasil, e que se constituiu, também, em um cisma militar, como no que resultou o movimento pela legalidade, em que o Vice-Presidente, na época, João Goulart, assumiu o poder.

Depois, temos a passagem de João Goulart pela Presidência da República, e o seu envolvimento por facções marxistas, que, já no governo, aos poucos, pensavam em empolgar o Poder. Alguns poucos militares, inclusive, de forma distorcida, considerando-se líderes de nossas Forças Armadas – o que nunca foram, como ficou provado posteriormente –, engajaram-se no apoio incondicional àquele início de erupção de um movimento comunista para a tomada do Poder.

As reações se faziam sentir dentro das fileiras, onde os militares, normalmente, não abordam nem discutem assuntos ou temas políticos. Sentia, no entanto, dentro dos quartéis – aí falo como tenente e capitão recém-promovido – as angústias que nos traziam aqueles movimentos liderados por personalidades e autoridades integrantes do primeiro escalão do Governo João Goulart, que continham dentro de si o vírus da subversão hierárquica, da destruição do sentimento de disciplina, da quebra da tradição do nosso Exército de sempre ser a voz silenciosa do nosso povo na defesa dos interesses nacionais. Tais movimentos culminaram em comícios, como o da Central da Brasil, em 13 de março de 1964, e em rebeliões, como a dos marinheiros, dias depois, que preparavam a tomada do Poder por elementos comunistas, simpatizantes e aproveitadores.

Essa abordagem preliminar deve se encerrar por aí, mas a contrapartida se fez sentir, porque, dentro da caserna, o que havia era sentimento de defesa das instituições, dentro de uma disciplina consciente, disciplina essa que vinha sendo desenvolvida, de uma forma magistral, pelos herdeiros da nossa Força Expedicionária Brasileira (FEB), em todos os escalões, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), formadora dos oficiais, e na nossa Escola de Sargentos das Armas (EsSA).

A EsSA, lá em Três Corações, formava sargentos excepcionalmente preparados, e cônscios de suas responsabilidades, e que não se furtaram às mesmas, naquela oportunidade, em defesa da sua Instituição, o Exército Brasileiro, quando se dizia, na época, que havia uma dissidência entre oficiais e sargentos. Na verdade, havia, sim, uma dissidência, mas entre oficiais e sargentos comunistas e criptocomunistas com relação à maioria esmagadora da oficialidade e ao quadro de sargentos do

nosso Exército. Se tal não fosse, não teria o Movimento Armado de 31 de Março de 1964 obtido uma vitória tão consagradora em pouco mais de 48 horas.

E sem derramamento de sangue.

Sem derramamento de sangue. Posteriormente, vimos, nessa fase próxima ao 31 de março, surgir a primeira imagem, no cenário nacional, da figura do então General Humberto de Alencar Castello Branco, não só como Comandante Militar do Nordeste, de onde fora transferido para a Chefia do Estado-Maior do Exército, pelo então Ministro Jair Dantas Ribeiro, em cujo cargo assistimos o crescer de sua personalidade forte, já como Chefe do Estado-Maior, baixando diretrizes, visitando e fazendo palestras aos alunos das escolas militares, nas quais fui uns dos privilegiados porque, aluno da EsAO, tive a aula magna proferida pelo então General Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército.

Esse chefe, para mim, foi decisivo, e o verdadeiro líder do Movimento de 31 de Março de 1964, apesar de que, posteriormente, muitos outros chefes militares tenham assumido posições de liderança, fundamentais para a vitória do movimento. Por outro lado, é bom também se considerar, que a figura do então Ministro da Guerra (hoje, Ministro do Exército), Jair Dantas Ribeiro, guardava dentro de si uma posição de liderança, de uma facção forte e competente do nosso Exército. Quiseram os desígnios de Deus – ninguém pode adivinhar o que está escrito – que Jair Dantas Ribeiro passasse a conviver, nos dias próximos a 31 de março, com um problema de saúde que o afastou do Comando do Exército.

Penso – e, aí, na visão de um capitão, moderno, aluno da EsAO – que se o General Jair Dantas Ribeiro estivesse no Comando do Exército, da forma que ele realmente o exercia, dificilmente o General Castello Branco teria se pronunciado contra o seu companheiro de turma e amigo, a quem respeitava e se colocava sob o comando e pelo qual fora trazido de Pernambuco para a Chefia do Estado-Maior do Exército.

O senhor abordou os pródromos, mostrou a importância da participação do nosso General Castello Branco na qualidade de chefe do Estado-Maior, e eu perguntaria: na eclosão da Revolução, em 31 de março de 1964, qual a sua participação, como aluno da EsAO? Como se portaram os alunos? Como visualizou o quadro na EsAO no tocante à Revolução?

É realmente bem colocada a pergunta. Vimos o Movimento de 31 de Março a partir do geral, do grandioso, que é o País, como um movimento de união, de coesão, desse Brasil gigantesco. Com aquelas dificuldades de comunicação, não só telefônicas, como até mesmo de rádio, com as dificuldades de rodovias, ferrovias e até de apoio aéreo, como é que isso se espalhou nesse Brasil? Pelo sentimento que nos unia.

Dentro da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, tínhamos um quadro de oficiais de alto valor, de alto gabarito, que já trabalhava, já procurava se organizar, discretamente, e ouvindo os companheiros, alunos, com muita sensibilidade.

O Curso de Infantaria, minha Arma, tinha já no seu bojo um movimento de levantamento de opiniões, para saber aqueles que se colocavam na defesa da hierarquia e da disciplina da Instituição militar, contra aqueles movimentos que já chocavam a opinião pública, como aquele de rebeldia de marinheiros e fuzileiros da nossa Marinha, bem como aquela reunião no Automóvel Clube, na Cinelândia, em que o próprio Presidente da República participou com discurso explosivo e ouviu alocuções descabidas, esquecendo-se de que ele era o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Aquilo chocou, não só a posição pessoal do Primeiro Mandatário como principalmente a manifestação de alguns sargentos que já se portavam como rebelados, talvez estimulados por uma minoria ativa da oficialidade que também defendia outros interesses.

Então, convivemos com aquilo que se constituiu em tremendo trauma para nós, capitães, modernos, alunos da EsAO. E a reação foi espontânea. Ninguém deixou de se posicionar. Todos, com raríssimas exceções, se manifestaram contra aquela situação e, nas vésperas de 31 de março, praticamente, a EsAO já estava definida como um foco de reação, incondicional, à anarquia que se implantara em nosso País, estimulada pelo próprio Governo da República.

A partir daí, já no dia 31 de março, sendo as aulas e instruções suspensas, recebemos ordens e liberação para nos deslocarmos para as nossas Unidades, onde cumpriríamos as missões que elas recebessem.

Foi, assim, que vimos a participação da oficialidade da EsAO – no caso, nós, alunos – nesse contexto da Revolução. Posteriormente, cada um, em sua Unidade, ajudou dentro da sua competência, da sua capacidade de chefia e liderança, a superar esse choque, de forma a não traumatizar mais ainda o nosso País.

Foi aí que o senhor foi para o 1º BC (1º Batalhão de Caçadores)?

Eu já pertencia aos quadros do 1º Batalhão de Caçadores. Voltei para minha Companhia, onde não tivemos nenhuma deserção.

Prosseguindo, verificamos que a Revolução foi buscando os seus objetivos, mas, à proporção que ela caminhava, surgiam reações que acabaram por se transformar em luta armada, num movimento espúrio, onde assistimos a seqüestros e a outros atos de terrorismo. Nesse período, o senhor foi chamado, novamente, a dar a sua colaboração. Então, apesar da sua participação ativa em 1964, me parece que foi o período

em que o senhor mais ajudou o Brasil. Gostaria de ouvi-lo sobre essa fase importante em que o inimigo buscou questionar a Revolução.

Gostaria, antes, de recordar que, no Movimento de 31 de Março, não podemos deixar de citar as figuras importantíssimas dos Generais Mourão e Guedes, que foram os responsáveis pessoais pela eclosão do movimento naquele dia, naquela oportunidade. Junto com eles, veio o Marechal Denys, também uma figura proeminente, de grande importância e influência, na condução do movimento sem o confronto com as forças que estavam ainda obedecendo às ordens do Governo. Parte dessas forças, representada pelo Regimento Sampaio, coube ao Marechal atrair para o lado das tropas mineiras, o que, por si só, demonstra a liderança do velho e respeitado soldado.

Da mesma forma, destacamos a figura do Marechal Castello Branco, já num plano muito acima da contingência das facções que procuraram apossar-se da Revolução, após a vitória da mesma. É importante dizer que o Marechal Castello Branco já havia defininido que "a espada devia obediência ao poder legal, legalmente constituído, mas antes de obedecer ao Poder constituído, ela era a defesa da Nação brasileira".

Essa posição do Marechal Castello Branco, quando ministrou a nossa aula inaugural na EsAO, foi decisiva e definitiva para a maioria dos alunos da Escola, e se espalhou por todo nosso Exército, por todos os rincões de nossa Pátria, como sendo uma definição do Estado-Maior, do nosso Chefe do Estado-Maior, de que não haveria obediência àquelas autoridades que se colocassem contra a própria Nação brasileira. E essa Nação nunca poderia ser tingida do vermelho da foice e do martelo. Isso foi fundamental para que pudéssemos partir daí para frente.

Após isso, o Brasil voltou à normalidade, com o Presidente Castello Branco eleito pelo Congresso Nacional. A partir daí, após um período de relativa paz, foram surgindo os movimentos de contestação ao Governo e que culminaram em ameaça efetiva depois da passagem do cargo ao seu substituto. O Marechal Castello Branco, com a sua enorme competência, contando com o respeito, que ele sabia conquistar, se colocou contra a sua própria permanência no Poder – porque ele era um democrata por convicção, e dentro dessa sua convicção, o rodízio do Poder era fundamental – tendo passado a Presidência da República ao Marechal Costa e Silva que, por problemas de saúde, levou o Governo a uma crise.

Em 1969, partimos para a Junta Militar, que veio substituir o Marechal Costa e Silva, impedido, por motivo de saúde, de continuar no Poder, e que, logo depois, viria a falecer.

A partir da Junta Militar, o movimento de oposição, que se iniciara com explosões de bombas nos mais diferentes locais – aeroportos, vias públicas, em

aquartelamentos e jornais –, foi rapidamente se agravando, trazendo o caos para o nosso País, com diversificados atos de terrorismo, como seqüestros de embaixadores, como também de cônsules, principalmente no Rio de Janeiro, afrontando os responsáveis no País pela salvaguarda das autoridades que representavam outras Nações em nosso território.

Tudo isso tornou extremamente difícil a situação no Brasil, com a participação do Exército no combate à luta armada, desencadeada, na época, pelos adeptos do marxismo-leninismo, que queriam implantar, no Brasil, a "ditadura do proletariado", entre aspas, porque, na verdade, o proletariado, em País nenhum, assumiu o Poder. É um engodo, uma fantasia, dizer que os operários estiveram no Poder, onde sempre se mantiveram os políticos do partido único – o Partido Comunista.

Então, eles tentaram trazer para o Brasil as suas teses "do Poder pela força, pela luta armada", e desafiaram não só o País, mas também as Forças Armadas, e, em particular, o Exército Brasileiro, Exército que eles mal conheciam, porque a maioria deles, totalmente fanatizada pela doutrinação alienígena, imaginava que bastava a vontade deles para vencer a resistência do povo brasileiro. E se deram mal, entre eles, alguns militares que traíram os seus juramentos sagrados, porque nós não concebemos outro comportamento do militar, que não seja aquele de dever absoluto para com os compromissos assumidos espontaneamente...

E aí podíamos citar o traidor Carlos Lamarca, entre outros, que desertou do 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna, furtando e roubando armamento e munição da Unidade, mostrando-se, ainda, desleal com seu comandante, o Coronel Antônio Lepiani, que, nele, sempre confiou.

Ao desertar do 4º RI, em Quitaúna, São Paulo, deu origem àquela guerrilha do Vale do Ribeira da qual, depois, mesmo tendo sido reprimido, conseguiu escapar, mas não deixou a luta armada, cometendo sucessivos atos de barbárie e tortura.

Matou aquele tenente da Polícia Militar de São Paulo, no Vale do Ribeira.

A coronhadas e pauladas, para que, no lugar, não se ouvisse o som de qualquer arma de fogo. O grupo dele matou, também, um capitão do Exército americano, que estava, no Brasil, cursando uma faculdade civil, entre outros crimes bárbaros por eles cometidos.

Aquele atentado ao Quartel do II Exército, em que morreu o Sargento Mário Kozel Filho

Além do atentado ao Hospital Militar de São Paulo, para realizar o roubo de armas, atacando a guarda.

Na ação do Quartel-General, mataram Mário Kozel Filho, na guarda do portão dos fundos, onde lançaram um carro-bomba, que atingiu o soldado na guarita.

É verdade, terroristas frios que mataram inocentes, enlutaram famílias brasileiras que antes viviam felizes.

Naquela época, inclusive, deu nome à rua onde se localiza o Quartel-General do antigo II Exército, hoje, QG do Comando Militar do Sudeste.

Então esse sujeito, esse traidor, acabou deixando a área aqui de São Paulo e foi parar na Bahia. Foi aí que aparece o senhor, lá no Nordeste, e eu queria, então, que nos falasse desse fato, porque foi ali que, com a proteção de Deus, o senhor conseguiu acabar com essa figura dantesca.

Foi uma “pá de cal” em cima da luta armada, em cima do terrorismo, apesar de que ainda continuou na região amazônica, durante algum tempo, mas foram grupos já em situação de desespero.

Já estavam enfraquecidos pela morte de Carlos Lamarca.

Pela queda do Lamarca e do seu grupo. É importante sempre frisar que elementos de esquerda, ainda no Brasil de hoje, continuam dizendo, no sentido de desabonar a Revolução de 31 de Março, que fomos “teleguiados” pelos Estados Unidos. Diria que nunca encontrei nenhum agente americano orientando forças do nosso Exército, não conheci nenhum brasileiro que tenha ido fazer cursos especializados de combate naquele país, mesmo porque o Brasil é muito diferente de tudo que se imagina aí fora.

O Brasil não é Canadá, nem Estados Unidos, nem França, nem tão pouco Norte da África onde essas guerrilhas se instituíram, como também no Vietnã, na Coréia e em Cuba. No Brasil, o povo é completamente diferente desses outros que citamos.

O que realmente prevaleceu em nosso País foi a tradição cultural, que é um legado precioso que os portugueses nos deixaram. É preciso reconhecer que somos brasileiros, com os sentimentos que temos, porque somos filhos dos nossos ancestrais portugueses que aqui chegaram.

Inclusive no sentido religioso.

No sentido religioso, no sentido cultural em si, no complexo dessa palavra “cultural”, nos costumes, no respeito, que chega ser até mítico, à autoridade, tudo isso está dentro do sangue do brasileiro. O brasileiro é pacífico por natureza. O brasileiro pode até, em determinados momentos, individualmente, praticar atos violentos, como aconteceu nesse movimento subversivo que veio ensangüentar o nosso País, a partir de 1968, mas essa minoria inexpressiva foi totalmente rechaçada pelo povo brasileiro, que é bom e ordeiro.

O que é importante dizer é que esse “ensangüentar” é muito limitado no seu significado, em termos de população, tanto do lado das vítimas do movimento terrorista, como também do lado daqueles que realizaram os atos terroristas,

que morreram na prática dos mesmos. É muito insignificante o número, diante da população brasileira na época. É importante ressaltar que o que aconteceu na Bahia, ensejando a morte de Lamarca, foi fruto do trabalho do Exército Brasileiro, principalmente de nossas Escolas, onde fomos treinados para identificar, ou seja, individualizar, a responsabilidade pelos atos terroristas.

Desta forma, quando enfrentamos o grupo do Lamarca, na Bahia, tivemos a influência do Comandante da 6ª Região Militar, do grande comandante que foi o General Abdon Senna, ao qual presto a minha homenagem.

Quando cheguei na Bahia, ele era o Comandante, profissional dedicado, entusiasmado, preocupado em bem preparar os seus comandados para enfrentarem a luta armada, a subversão, fazendo, inclusive, realizar, no ano de 1970, um exercício de combate à guerrilha, no qual tive uma participação, para mim muito importante, porque fui designado por ele para ser o chefe da figuração inimiga, seu coordenador e planejador, e terminei assumindo o comando da tropa que fazia a figuração, numa simulação de guerrilha, tendo como base o relatório feito pelo então General Dale Coutinho, se não me falha a memória.

Minha homenagem também ao General Dale Coutinho, saudoso chefe e líder militar do Brasil.

O General Dale Coutinho fez um relatório fiel, digno de um militar responsável, ensinando quais tinham sido as falhas e os acertos do combate no Vale do Ribeira e, baseado nele, fizemos o nosso exercício, que foi validado posteriormente, quando enfrentamos o Lamarca. Dizia ele, naquela época, que jamais o Exército Brasileiro poderia permitir que aqueles antagônicos pudessem exigir a presença do Exército Brasileiro como força regular, porque aí nós já teríamos perdido essa guerra.

Ele fez essa previsão e disse: “Nós temos que abortar esses movimentos ainda no nascedouro”, e isso foi o que fez a 6ª Região Militar. Conseguimos abortar no nascedouro, sem causar danos à população civil, o que é uma coisa, realmente, muito relevante. Não afetamos a vida da população no interior da Bahia, e conseguimos identificar e individualizar os marginais que estavam ali querendo levar o terror a área e dominar os seus habitantes pelo medo, pelo pavor, que essa minoria de delinqüentes imporia, uma vez que não estavam conseguindo obter adesões no sertão baiano.

Isso foi importante. Tanto que aqueles que ali morreram o foram em um número extremamente reduzido. Apenas cinco, no interior, que somados à Iara Iavelberg, a amante do Lamarca, que cometeu suicídio em Salvador, perfaziam um total de seis.

E fazem um alarde, como se o País todo estivesse envolvido nisso, quando era um “grupelho” de marginais, liderados por um capitão traidor e desertor.

Traidor, primeiro, de sua própria família. Uma família pobre, seu pai era um sapateiro, que vivia no morro de São Carlos, aqui no Rio de Janeiro, e que, com sacrifício, o colocou na Escola Preparatória de São Paulo, onde ele cursou, para depois ir para AMAN. Premiado pelo Exército, pois foi designado para integrar o Batalhão Suez, que era uma missão relevante, no exterior, e que trazia, também, recursos pecuniários, para que as pessoas melhorassem suas condições de vida aqui. Coisa que muito militar, muito oficial, quis para si e não conseguiu, porque nem todos podiam ser designados como ele foi. No entanto, Lamarca pagou com deserção e traição esse prêmio do Exército, e tudo que a Força Terrestre fez por ele.

E, hoje, sabemos de uma coisa que nunca apareceu antes, que ele, durante todo o tempo de Academia, foi apoiado pelo próprio Exército, através daquela instituição que havia para ajudar os cadetes pobres, fornecendo roupa civil para que ele andasse bem arrumado, e sob inteiro sigilo.

Obra do Estudante Pobre – OEP.

Exatamente, Obra do Estudante Pobre – a OEP. Os cadetes não tinham informação sobre os que estavam sendo apoiados pela OEP. Era, justamente, a forma de nivelá-los; discretamente, evitando disparidade visível na aparência, quando saíam em traje civil. Esse fato só me foi contado agora, em 1995, pelo Coronel Boscardin que, na AMAN, cuidou desse trabalho sigiloso de cunho social, no período em que o Lamarca cursou a Academia (1958-1960).

Era isso mesmo, a OEP cumpriu um importante papel beneficente.

Também desse período, temos que prestar nossas homenagens às figuras que detinham o Poder e que, no fundo, foram os responsáveis pela nossa atuação: em primeiro lugar, o Presidente da República, General Médici – um homem extraordinário; em segundo lugar, o atuante Ministro do Exército, General Orlando Geisel; e, em terceiro, o grande herói militar brasileiro, nosso contemporâneo, o General Milton Tavares de Souza...

Ex-integrante da Força Expedicionária Brasleira (FEB), que deu o seu sangue na Campanha da Itália, contra o nazi-fascismo, era também, no nosso País, um lutador anticomunista de primeira linha. Para mim, foi um dos grandes e decisivos chefes militares, para que a vitória viesse tão rápida, como veio, contra a subversão.

O General Milton Tavares de Souza foi um homem de grandes qualidades. Tive o privilégio e a honra de servir sob o seu comando, após a conclusão do curso da EsAO, quando fui designado para o 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo, querido Regimento do, então, Tenente-Coronel Milton Tavares de Souza. Posteriormente, foi Comandante do II Exército, onde se firmou, também, como um grande combatente, excepcional, até a sua morte.

Foi sepultado em Niterói, terra do seu coração, e onde, ainda hoje, vive sua família.

Temos que prestar, também, ao insigne General Médici, uma justa homenagem, porque, em 1964, ele, então Comandante da AMAN, definiu o posicionamento da nossa Academia Militar, como força anticomunista e pacificadora das facções dos I e II Exércitos que estavam ameaçadas de se confrontar. A sua decisão foi fundamental para a vitória da Revolução, iniciada pelas tropas mineiras em 31 de março.

Penso, também, que, ao término do Governo Médici – depois de viver o período mais brilhante da economia brasileira em todos os tempos –, a nossa Revolução começou a viver uma fase de retração, no momento em que assumiu o Presidente Geisel, o qual enfrentou a primeira grande crise do petróleo, período no qual preparou as condições para que o seu sucessor promovesse o retorno ao Poder civil, decretando o fim do Ato Institucional e mostrando ao País que aquelas alegações "de que o Congresso vivia intimidado sob as baionetas dos militares" não eram verdadeiras.

"Ditadura militar", como hoje eles dizem, não existiu no País. Porque todos os militares que assumiram o Poder, o fizeram pelo veredicto do Congresso, pela eleição indireta, que era tão livre no Brasil como em outros países, e, em nenhum momento, vi um soldado nas portas do Congresso, na época das eleições dos presidentes pela via indireta – eu, a essa altura, já era um oficial bem mais antigo, já tendo servido em Brasília, no Gabinete do Ministro, como major e tenente-coronel. Então, isso de ditadura é um conto, uma falácia. O que havia eram, realmente, governos respaldados pelo voto dos congressistas, que passavam o cargo a seus sucessores, desprovidos de qualquer ambição de continuísmo. Nunca nenhum dos presidentes militares pensou em reeleição.

Na vitória de Tancredo Neves, o que levou a oposição ao Poder foi a dissidência nas hostes do Governo, porque o General João Figueiredo se desinteressou de liderar o movimento de sua substituição, pela própria disputa interna dentro das suas forças, entre candidatos antagônicos.

É importante dizermos isso, e dizer, também, que jamais, durante os governos militares – como são conhecidos os governos dos presidentes militares –, houve qualquer presidente com a idéia de se perpetuar no Poder. No entanto, jornalistas, historiadores, pretensos filósofos falam de "ditadura militar" no Brasil, enquanto, ao mesmo tempo, chamam a ditadura comunista e sangüinária de Cuba de democracia. É muito importante darmos esse destaque: "Como pode, um homem que se eternizou no Poder, como Fidel Castro, ser considerado um chefe democrático?!"

Chamado também de Comandante.

É até ridículo, porque ele não sendo militar, vive fardado, como se, na verdade, o fosse. No Poder há mais de quarenta anos, sem eleições nem diretas nem indiretas. E os cubanos, quando encontram uma oportunidade, correndo todos os riscos, continuam a fugir da ilha onde a liberdade é uma ficção!...

Enquanto isso, os nossos presidentes-generais, ao serem eleitos, passavam, de imediato, para a reserva, deixando de usar a farda, demonstrando que estavam em exercício do Poder civil.

General, a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, influiu na nossa Revolução? A bipolaridade – os Estados Unidos, de um lado, e a União Soviética, de outro – repercutiu no Brasil, durante o período revolucionário?

Sem dúvida. Logo após a Segunda Guerra Mundial, os presidentes – Roosevelt e depois Truman, dos Estados Unidos, Churchill, da Inglaterra, e Stálin, da Rússia reuniram-se em Potsdan para mudar o mundo. A partir daí, o mundo foi dividido, entre os Estados Unidos e a Inglaterra, unidos, de um lado, e a Rússia, do outro.

O planeta sofreu essa divisão que, por outro lado, também trouxe um equilíbrio de forças, como viríamos a sentir perfeitamente. Não houve nenhuma previsão, ninguém fez previsão, mas sentimos a falta do equilíbrio a partir do desaparecimento da Cortina de Ferro, da queda do Muro de Berlim, do desmoronamento dessa potência que era, na nossa imaginação, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Desapareceu surpreendentemente.

E passou a haver um único "dono" do mundo, o que é terrível.

É terrível. De modo que a situação do mundo, hojé, é muito pior do que no tempo da bipolaridade.

Vimos, naquela época, que o Brasil não tinha esse fanatismo de odiar pessoas apenas pela sua ideologia política, ou pelo pensamento filosófico. O Brasil começou abrir seus espaços para outras nações, reatou as relações diplomáticas com a própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, procurou amenizar, jamais participou de guerras de interesse da potência do Norte, como foi o caso da Coréia e do Vietnã, e jamais interveio em outras nações, a não ser a pedido, em operações de manutenção da paz.

Dessa forma, o Brasil se caracterizou, nesse período da luta entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, quase que com uma posição de nação neutra, não totalmente neutra, porque o Brasil tem a sua cultura alinhada com o mundo ocidental. Mas, pelo menos politicamente, assim, se manifestou. A bipolaridade trazia essa faculdade. Hoje, o mundo todo está sob o tacão dos norte-americanos, cuja política externa é uma temeridade.

No tocante ao panorama político na época da eclosão da Revolução, o povo, em sua maioria, realmente, tomou uma posição contra o governo deposto? Como é que o senhor analisa aquele difícil período?

Honestamente, o que vimos foi a adesão total do povo brasileiro impulsionando as Forças Armadas. Adesão total, que veio pelo consciente e pelo inconsciente.

Por que pelo consciente? Porque todos viam claramente que a sociedade brasileira estava sendo agredida. Olhavam, espantados, para aquelas manifestações de rebeldia, de insubordinação de praças, observando, atônitos, o desmoronamento de instituições sagradas, como as Forças Armadas, num achincalhe à própria organização da sociedade brasileira. Aquilo que o povo vê no Exército hoje em dia, que dá ao Exército esse referendo de uma aceitação de quase 90% da opinião pública brasileira, naquela época também existia. O Exército sempre foi um fator importante de desenvolvimento nacional: todo o planejamento de estradas, a participação da nossa Engenharia Militar na construção de rodovias pelo sertão nordestino, ferrovias no Sul, pela Amazônia etc. Em tudo onde o Brasil se desenvolveu, estava presente o seu Exército e a sua Força Aérea, através do Correio Aéreo Nacional, tão querido pelo povo brasileiro, atendendo-o naquilo que tanto necessitava, nas longas distâncias, onde só o CAN chegava. Por tudo isso e muito mais, a adesão à Revolução foi total. E digo mais, o povo em geral é que empurrou o Exército para o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964. Ninguém suportava mais a aliança do Governo deposto com os agitadores comunistas.

Quanto à posição da Igreja, naquela época, o senhor se recorda?

De adesão total, também. Nos pródromos de 1964 a Igreja estava espantada, assustada, pela ameaça das Ligas Camponesas, na luta pela posse da terra, e que foi um dos aspectos mais importantes que o Presidente Castello Branco atacou, de frente, resolvendo o problema da disputa da terra, pacificamente, através de uma legislação inteligente que até hoje ainda vigora o Estatuto da Terra.

Quanto aos "grupos dos onze", ligados ao Leonel Brizola, o que o senhor gostaria de abordar?

O "grupo dos onze" era uma criação de ficção, seria o que a televisão chama hoje de um "mundo virtual". Quando veio a Revolução, onde estavam os "grupos dos onze"? Estavam desaparecidos, mesmo porque o camponês, naquela época, mais do que hoje, estava isolado no sertão, a autoridade do camponês era o "coronel do sertão" ou o delegado. Quem era o delegado do sertão, o delegado de polícia? Era um velho soldado da PM, reformado, porque nenhum "doutor" queria ir para o sertão assumir o comando da delegacia.

Quem mandava no sertão eram os fazendeiros que tinham em volta de si os seus colaboradores, os seus peões, pessoas acostumadas, aculturadas, tradicionalmente submissas ao poder, não só pelo fato de o fazendeiro ser o dono da terra, como também por acomodação. Todos esses fazendeiros, "velhos coronéis", eram padrinhos, patrões, daquela gente toda, que vivia em volta de suas fazendas, prestando serviço a eles.

Então, essa gente, que deveria formar os "grupos dos onze", jamais seria capaz de iniciar o futuro "exército revolucionário do povo". Era uma ilusão dos fanáticos que viviam dentro das cidades e que pensavam que, pelo grito, iam levantar o povo.

General, houve uma tentativa de criar cisões dentro das Forças Armadas, verdadeira subversão de cúpula, plantada de cima para baixo, tentando separar oficiais e sargentos. O que gostaria de dizer sobre isso?

Havia alguns chefes militares que pensavam ter liderança para criar esse "comando paralelo". Mas eles ficaram totalmente frustrados com o 31 de Março. Um deles era o Chefe da Casa Militar do João Goulart, o então General Assis Brasil. Mas o próprio João Goulart viu que era apenas um "poder virtual", como hoje se diz em linguagem de computador.

General, como o senhor viu as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, hoje qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Acho que foi um movimento de uma beleza histórica, que não pode ser fraudada. A História vai colocá-las no devido lugar. Espontâneas, da família brasileira, que se via ultrajada pelas manifestações absurdas em curso no mundo político. Delas, participaram grande número de organizações, inclusive de estudantes que se opunham à UNE e de mulheres brasileiras, resolutas na defesa da democracia. Contavam com o apoio de todos os grandes jornais e foram de fundamental importância para a eclosão do movimento armado de 1964.

Na sua opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram, então, intérpretes da vontade nacional, através do Movimento de 31 de Março?

Vejo as Forças Armadas e o Exército em particular como catalisador. A manifestação foi das Forças Armadas, em especial do Exército, considerando que a Marinha se encontrava muito mais desgastada do que as demais Forças, porque tinha sofrido aqueles ultrajes praticados por fuzileiros e marinheiros, inclusive atentando contra alguns oficiais, em seus navios, em meados de março de 1964. Quando a manifestação do Exército se fez, em força, houve adesão total, e aquelas

organizações sindicais, que, antes, demonstravam apoio ao Presidente João Goulart, se esvaziaram totalmente. Por quê? Porque a família brasileira é contra a desordem, é contra o caos, ela preza, acima de tudo, a ordem, a tranqüilidade, a paz e o respeito, o que só existe quando aqueles que detêm a autoridade mostram respeito por si próprios. Quando a autoridade perde o respeito por si mesma, inicia-se a subversão e o processo para sua queda.

O senhor já citou alguns líderes proeminentes da Revolução. Gostaria de alinhar mais algum, particularmente líderes civis, ainda não citados?

No início da Revolução, a participação, por exemplo, do Governador Carlos Lacerda, foi muito importante. Depois houve uma distorção. A intriga conseguiu obter resultados, separando Carlos Lacerda dos governos da Revolução. Ele se desiludiu e partiu para uma posição de alinhamento à oposição. No final, perdeu o nosso apoio e não ganhou o dos oposionistas.

Havia líderes civis, naquela oportunidade, ex-Presidentes, como Juscelino Kubitschek, que inicialmente apoiaram o movimento revolucionário, mas que também se colocaram, depois, em oposição à Revolução, porque viram que seu futuro político ia ser afetado. Juscelino, por exemplo, verificou que se tornara impossível o seu sonho de voltar à Presidência da República.

O próprio João Goulart, depois que deixou o Poder, saiu do País, foi para o Uruguai e levou uma vida afastada das atividades políticas. Alguns tentaram, ainda, sensibilizá-lo para uma ação. Ele, como tinha um espírito menos aventureiro, preferiu manter o que já possuía, e aí levou uma vida mais tranqüila no exílio. Penso que as principais lideranças políticas brasileiras ficaram numa posição de expectativa, porque político vive muito das expectativas, para poder se alinhar.

Surgiram novas lideranças, mas aí a Revolução não soube produzir, devidamente, para o futuro, lideranças jovens, que viessem a substituir, com eficácia, aquelas que se formaram na época revolucionária. Podemos citar, como uma das lideranças que foram formadas naquela época, o atual Vice-Presidente, Marco Maciel.

Antônio Carlos Magalhães surgiu, também, com a Revolução, apesar de ter iniciado sua vida política anteriormente. Outro, que teve a sua época, foi o Ministro Armando Falcão. Foi, na época, Ministro da Justiça. Ele falava pelo Governo. Bilac Pinto foi outro político importante também.

O próprio Magalhães Pinto, que movimentou a Polícia mineira na Revolução.

O Magalhães Pinto, como Governador de Minas Gerais, foi figura fundamental na Revolução. A importância do seu integral apoio ao Movimento de 31 de Março não pode nunca deixar de ser citado.

Bem como o Adhemar de Barros, em São Paulo. Ele teve uma influência muito grande, porque ele queria, de fato, fazer a Revolução.

E na parte diplomática, de uma forma geral, os governos revolucionários souberam colocar o Itamaraty na posição correta. Na parte econômica, os Ministros da Fazenda, da mesma forma, foram felizes, proporcionando ao Brasil condições de "se lançar". Durante todo o Governo Médici, Ministro da Fazenda Delfim Neto, o Brasil teve desenvolvimento anual acima de 10%, o que nenhum Governo posterior conseguiu reproduzir. Costa e Silva, nos dois últimos anos de seu mandato, chegou perto, com 8 a 9% de crescimento do PIB.

Hoje mesmo, vínhamos falando da política econômica do atual Presidente, quando o crescimento, por ano, do PIB, se apresenta inexpressivo, carecendo de qualquer expressão. Este vendedor, a preço vil, do patrimônio nacional, tornou a situação do povo de permanente angústia, com aumento de impostos e contribuição ao INSS, e redução do retorno em assistência social ou até mesmo de aposentadoria. É uma política que considero catastrófica para o nosso povo.

É quase invisível a resposta social de que tanto se fala. Não se vê, a não ser na propaganda, embora os impostos estejam elevadíssimos. Nunca tivemos uma carga tributária tão alta, tão pesada, que já atingiu a casa dos 36% do PIB, verdadeiro absurdo.

A união e a coesão, nas Forças Armadas, foram robustecidas com a Revolução de 1964?

Minha resposta é positiva. Acredito que as Forças Armadas tenham passado por esse cisma, por essa crise, e, abençoadas por Deus, souberam se manter unidas, trabalhando coesas para o benefício do País. Penso que esse sentimento de união permanece até hoje e tem ajudado a vencer desafios muito pesados que, hoje mais do que ontem, se apresentam às Forças Armadas.

Como o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março – Revolução ou Contra-Revolução?

O Movimento de 31 de Março foi essencialmente de defesa da Nação brasileira. Foi uma manifestação... porque você só se "joga" de corpo e alma, com desassombro... você só se entrega, totalmente, a uma missão, quando está numa posição de defesa. Jamais as Forças Armadas agrediriam. Elas foram agredidas naquilo que representa sua própria razão de ser – a hierarquia e a disciplina. A reação espontânea, que uniu os militares daquela época, ainda persiste até hoje, com algumas poucas exceções.

Acho que, a curto prazo, as Forças Armadas têm que fazer um estudo real da situação mundial, verificando o que o nosso o País necessita. Em primeiro

lugar, sem dúvida, defender a integridade territorial, a soberania nacional, e a capacidade de autodeterminação do País. Esses três objetivos têm que ser, incondicionalmente, colocados. Para isso, temos que fazer ver ao Governo, que é transitório, e cuja reeleição foi desastrosa para o País, que ele não é o dono dos nossos destinos.

O "dono" dos destinos do País é a Nação brasileira, e a democracia se faz respeitada não apenas pela manifestação de falácias, como "o voto direto é aquele voto livre e soberano", porque essa história de "voto direto, livre e soberano" tem sido um voto a serviço do poder econômico e da capacidade que muitos políticos têm de enganar o povo e a conquistar sua adesão.

Temos que lutar por Forças Armadas fortes, para a defesa do futuro do País; temos que olhar para a nossa Amazônia, como o português olhou, quando éramos Colônia, e aqui "plantou" os Fortes, marcando as nossas fronteiras, querendo dizer para os estrangeiros: "Daqui não passarás!".

É isso que temos que fazer na defesa da Amazônia! Se for preciso combater, repetir Leônidas – no desfiladeiro das Termópilas, diante do inimigo muito mais poderoso, que ameaçou encobrir a luz do Sol com a quantidade de suas flechas, ao que Leônidas respondeu: "Combateremos à sombra". Da mesma forma, combateremos em defesa do que elegemos como os nossos objetivos nacionais permanentes – soberania, integridade e integração nacionais, paz social, progresso e democracia – com qualquer sacrifício, inclusive o da própria vida.

General, quais os maiores benefícios que a Revolução trouxe para o País?

O principal foi o de impedir o domínio em nosso País do mundo marxista, preservando o Brasil livre desta experiência funesta, trágica e extremamente cruel.

É inescusável. Ninguém pode agredir as Forças Armadas em vão. Fomos capazes de dizer: "Brasileiros, nós não podemos ser subjugados pela foice e o martelo". E a vitória da verdade, da determinação, veio, com inesquecível brilho.

O segundo grande benefício foi o de cultuar e manter as verdadeiras tradições de nosso País.

Apesar de, em determinado momento, a Igreja ter se voltado contra os governos da Revolução, hoje ela está fazendo o *mea culpa* e vendo que não é possível uma ficção tão grande, como a da liberdade capaz de destruir o próprio ser humano, como está acontecendo com essa "liberdade" de proporcionar o incentivo, o estímulo, dentro do próprio Governo – não estou dizendo que seja tão somente do Governo em nível nacional, estou falando dos governos brasileiros, tanto na esfera federal, como na estadual ou municipal, contra a natureza do ser

humano. Hoje, estamos vendo a promoção da autodestruição, quando se defende a distribuição de seringas para as pessoas se auto-inocularem. A droga atuando, a droga pervertendo.

Assistimos até o Ministro da Saúde, que deveria ser o propugnador principal, ao invés de preconizar a ética no relacionamento interpessoal, fazer exatamente o contrário. Quando se quer preservar o jovem dessa doença maligna, que é a AIDS, ele propõe o inverso, ou seja, estimula, com a distribuição farta de preservativos, a intensificação do relacionamento sexual, que é uma atividade humana, mas que sempre teve um contexto espiritual, ético, moral e de defesa da família.

Quando assistimos a essas distorções violentas, temos que lamentar. Na nossa época, os governos revolucionários não eram governos fechados, de camisas de força, mas sim governos que procuravam preservar, intensificar, o nível educacional do nosso povo, e criar condições para que esse povo brasileiro ascendesse, na escala social, pelo seu próprio esforço.

Já dizia o grande poeta Castro Alves, na *Canção do Tamoio*, que: "A vida é luta renhida, viver é lutar. Vida que aos fracos abate e aos fortes e bravos só faz exaltar". Essa é a mensagem. Hoje, podemos dizer isso, já que estamos na fase da pessoa idosa que, ao olhar para o passado, é levada a afirmar com convicção: "Realmente produzimos para esse País, produzimos de alma limpa".

Algumas realizações já foram abordadas, como as inúmeras rodovias que a Revolução construiu. Também marcante foi a revolução nas comunicações; antes, ninguém falava com ninguém, pela deficiência total no setor. Os investimentos também nas hidrelétricas foram maciços, trazendo a energia tão necessária para o nosso País.

Com relação ainda aos transportes, ia-se de trem para o Rio de Janeiro, porque o preço das passagens de ônibus eram proibitivos, inacessíveis às famílias pobres. Vamos nos lembrar, ainda, que a Via Dutra era em pista única. A Revolução duplicou-a, a partir de 1965, diminuindo os acidentes e facilitando o transporte de carga e de passageiros entre o Rio e São Paulo.

A Ponte Rio–Niterói que os sem-visão chamavam de obra faraônica, hoje, é uma obra que se tornou pequena pelo imenso volume de tráfego que suporta e já está todo mundo novamente angustiado, porque nenhum governo, pós-Revolução, se aventurou a fazer mais nada. As rodovias construídas nos governos revolucionários ficaram até sem manutenção nos dias atuais e nada mais se realizou em termos de estradas.

A Marinha Mercante acabou, e a aviação está se mantendo a "duras penas". Que País é esse que vamos legar para os nossos netos?

General, vimos os benefícios trazidos pela Revolução e, agora, perguntamos, quais foram os erros cometidos?

Não diria erros, diria que houve certas providências que deixamos de tomar.

Entendo que, primeiro, nós não formamos a nova geração de políticos, não nos preocupamos em intensificar, estimular, novas lideranças políticas.

Segundo, tivemos uma fase aguda de legislação. Realmente é uma tragédia, no Brasil, o excesso de legislação, estamos "amarrados" de todo jeito. Até hoje não conseguimos acabar com o reconhecimento de firma. Já houve várias leis, decretos, atos presidenciais, mas o costume continua por aí. Além disso, o Poder Judiciário se manteve intocável. No Brasil, é o nosso "calcanhar-de-aquiles". Ele se mantém ainda "amarrado", textualmente, literalmente, como o era na época da Colônia. Até o processo judicial continua o mesmo.

Hoje, estamos na época do computador, ao vivo, em tempo real, e estamos convivendo ainda com processos de longa duração, até séculos, que não são decididos. Esse é o grande problema do Brasil. A sociedade moderna não permite isso, temos que mudar. Se um cidadão comete um delito, ele tem que ser julgado na hora, ser conduzido ao juiz, que tem que estar 24 horas no ar.

Por que a Polícia vive 24 horas no ar? Por que é uma exigência da sociedade.

Por que o médico tem que estar 24 horas no ar? Porque, se ele não atender, o paciente morre.

O Poder Judiciário, não. É uma coisa esdrúxula, fecha o Poder Judiciário para as "férias coletivas forenses"! Recesso do Judiciário! São coisas que não podem acontecer, nós ainda estamos na idade medieval. Por que a perpetuidade do juiz? Copiamos toda a legislação dos Estados Unidos, da Inglaterra, mas não aperfeiçoamos nada na parte dos privilégios do juiz: ele é perpétuo, irremovível, ele pode recusar promoção, são irredutíveis os seus vencimentos, ele tem assegurado tudo que você imagina. Eles aumentam os próprios vencimentos e sempre o fazem de forma retroativa para receber "uma bolada" de atrasados criados por eles mesmos. E eles criticam os militares, porque na legislação militar existe algo que diz que as nossas filhas fazem jus a pensão militar, batem nisso. O Poder Judiciário, hoje, onera a sociedade de uma forma que pouca gente percebe. São absurdos os recursos da Nação consumidos pelo referido Poder.

Então, diria que a Revolução deixou de agir e a sociedade, de hoje, precisa despertar para esse grande problema, porque só lembramos da Justiça, quando dela precisamos, e aí ficamos frustrados.

General, na Escola Superior de Guerra (ESG), renomados professores civis, de diferentes universidades, têm mostrado que a década de 1970 foi a de maior desenvolvimento

no campo econômico de toda História do Brasil. No entanto, por que não se fala nisso? Por que essas realizações não vêm à tona, para que as novas gerações façam justiça a todo esse trabalho?

Quando terminou o Governo João Figueiredo, houve a contrapartida, o Poder foi tomado por pessoas que eram antagônicas, e, no Poder, continuam.

É preciso reconhecer que algumas dessas pessoas têm competência, e elas sabem que precisam "forrar o chão delas", para que o povo não diga "como era bom o tempo dos governos militares". Desta forma, elas têm feito tudo que podem e não podem para atingir os militares. Nunca sofremos tanta injustiça como estamos sofrendo agora!

A verdade que elas escondem tudo que é bom e positivo sobre a Revolução. Não falam que, através de sensato e bem conduzido planejamento, no tempo do Presidente Médici, realizou-se o famoso "milagre", conseguindo colher os frutos plantados, sobretudo, no Governo Castello Branco. Obteve-se a garantia da continuidade para o futuro. Quando assumiu o Presidente Geisel, ele também levou adiante, apesar do choque do petróleo, o belo trabalho realizado na gestão anterior, que, na realidade, se iniciara já nas administrações de Castello e Costa e Silva e deslanchara no Governo Médici, quando o PIB, em todos os anos, cresceu a mais de 10% ao ano.

Segue-se o Governo do Presidente João Figueiredo que, dentro do princípio de que havia necessidade urgente de passar o cargo em prol da "reconstitucionalização" do País, resolveu abdicar completamente da posição que ele deveria ter tomado para passar o Poder a um substituto, e "abriu", sem comandar o processo, gerando aquele movimento vitorioso do Tancredo Neves, seguido de sua morte, e posse de José Sarney.

Sarney foi um governo mediano, contemporizador, tentando se equilibrar na "ponta das espadas", levando, afinal, àquela eleição em que o meu conterrâneo alagoano Collor de Melo conseguiu aquela vitória retumbante, porque foi contra um adversário que, para o eleitorado, representava uma ameaça ao equilíbrio político.

Ainda sobre a situação que hoje estamos assistindo: perdemos a chamada "batalha da comunicação social", ou não quisemos dela participar, porque tínhamos pouca predileção pelo campo da Comunicação de Massa?

Penso que o militar tem um sentimento, de si próprio, de discrição. Ele não é de "tocar trombetas" e gritar dos seus feitos, de suas realizações.

Ele possui um sentimento de dignidade, de discrição, que implantamos em nosso meio. É aquele reflexo de "respeito a si próprio, respeitando os outros".

Então, enquanto você vê pessoas gritarem "porque eu fiz isso, fiz aquilo", o militar não é capaz disso, porque ele tem consciência de que não saíram do próprio bolso os recursos para construir estradas, para "botar torneira" na subida da ladeira da favela, para dar o pão que o pobre está comendo na Central do Brasil. Ele tem esse pudor ético, de não se dizer autor de coisas que ele fez por dever de oficio e com dinheiro público.

Já as pessoas de formação demagógica, de forma irresponsável, assumem como sendo obra deles aquilo que é produzido pelo suor do povo, através do pagamento de seus impostos.

Então, realmente, essa parte relativa à publicidade, bem como à propaganda, somos arredios em praticar.

General, as ações de guerrilha e terrorismo, praticadas por extremistas, tiveram apoio externo? Qual era o grande objetivo daquele pessoal? O que é que eles queriam, e como é que o senhor, que assistiu a isso de perto, encara o comportamento e a periculosidade daquela gente?

Acompanhamos, de perto, durante alguns momentos. Tive a oportunidade de trabalhar nessa área, com muita intensidade e muita dedicação. Foram anos de muitos engajamentos, anos muito bem–vividos.

Sentíamos, nas atividades do dia a dia, que havia uma cooperação internacional, mas essa cooperação, face às distâncias, que naquele tempo não eram tão facilmente vencidas como são hoje, transformava-se num obstáculo a um apoio mais eficaz.

O que havia era mais um apoio de opinião. A Rádio Tirana, da Albânia, por exemplo, proporcionava aos guerrilheiros da Amazônia, todas as noites, uma hora de programação, dirigida diretamente para o sertão, para a floresta. Esse tipo de apoio existia efetivamente.

Cuba tinha mais que cuidar da própria sobrevivência. Dava apoio aos brasileiros que foram lá aprender. E aprenderam mal, muito mal, porque chegaram aqui e fracassaram redondamente.

Os chineses também. Brasileiros foram a China fazer curso de capacitação político-militar, e fracassaram, integralmente, porque o problema da atuação do movimento comunista na China foi totalmente diferente do problema no Brasil. Da mesma forma, o apoio aos comunistas, vindo da Rússia, também foi um fracasso. A Rússia deu prioridade à conquista das antigas colônias africanas, eles tentaram através de cooptação daqueles governos. Valeram-se de terceiros, a própria Cuba, porque o cubano se aproxima mais, culturalmente, do africano.

Inclusive porque não havia o que fazer, nem comer, lá na ilha. Então, com o apoio da Rússia, os cubanos foram para a África, como mercenários, lutar em troca de dinheiro e comida.

Lá, em Cuba, eles recebiam muito mal. Com os centavos do Fidel Castro eles não poderiam sobreviver. Então, foram tentar sobreviver na África, que foi invadida por soldados cubanos mercenários. Dos brasileiros que iam para Cuba, poucos ficaram lá, porque a vida era tão ruim que eles não suportavam, preferindo ir voluntariamente buscar asilo em Paris, ou, então, nos Estados Unidos. Há determinados terroristas, daquela época, hoje transvestidos em políticos, tentando entrar nos Estados Unidos, mas não conseguem, como Fernando Gabeira, pela sua participação no seqüestro do Embaixador norte-americano.

Mas eles continuam a insistir, e pedem apoio até aos inimigos, para ver se "pisam" lá. Mas o americano não perdoa o terrorista, não perdoa o seqüestrador. Não muda o seu comportamento.

O seqüestrador, o terrorista, na verdade – o Professor Olavo de Carvalho mostrou isso muito bem – é pior que o torturador, porque ele atinge um grupo de pessoas desavisadas, pessoas que não têm nada a ver com o problema. O terrorismo é impiedoso, não escolhe o alvo. Já a tortura é localizada, é pessoal, é contra o terrorista. Enquanto o terrorista, o seqüestrador, que também é torturador, é contra todos, porque atinge pessoas inocentes, que morrem ou ficam aleijadas sem a menor vinculação com os objetivos desses criminosos.

General, em razão da ação desse inimigo sórdido, que o senhor viu de perto, foi preciso haver um certo cerceamento da liberdade?

Eu não imagino que tenha havido cerceamento da liberdade, houve, sim, um controle, que era importante para a situação que estávamos vivendo. Era preciso preservar a integridade física da população brasileira, e a abertura total daquelas informações, na época, era, exatamente, o contrário dessa preservação da paz pública. Foi uma decisão tomada conscientemente, e sábia, porque abrir a possibilidade de comunicação entre eles seria entregar o "ouro ao bandido".

É o que está acontecendo hoje: dezoito presídios se revoltam, no mesmo dia.

Como é que pode?

É porque estão se comunicando.

É a falácia da legislação brasileira e do Poder Judiciário, que vêm permitindo isso.

"Bom-mocismo", direitos para o bandido, e ele consegue fazer uma ação dessas em 18 presídios, na mesma hora, começando ao meio-dia.

Impressiona a generosidade da legislação no trato com terroristas, assim como com os extremistas marxistas, no trato com esses bandidos todos que não têm nenhum escrúpulo.

Há um desconhecimento bem grande e muita gente acha, por exemplo, no caso do Lamarca e do seu grupo, lá no Nordeste, que nos seus derradeiros momentos ele tombou por uma ação conjunta, civil e militar. Foi um trabalho em conjunto? O que se vê no filme "Lamarca" é verdadeiro?

A verdade está no relatório que o Exército elaborou. A imprensa, a mídia, nunca se preocupou em ouvir o juiz de Brotas, que foi um dos principais colaboradores da operação legal que se desenvolveu naquela região.

Nunca se preocuparam em ouvir, porque ele é uma pessoa absolutamente isenta. Era o juiz daquela cidade, e morava lá. Outra coisa interessante, esse juiz é filho de um carpinteiro, lá de Brotas de Macaúbas. Trata-se de uma pessoa humilde, filho de um carpinteiro, que conseguiu ir para Salvador, estudou Direito, passou no concurso e foi nomeado juiz. Então, ouvir um homem de grande honorabilidade não interessa, como não procuraram, também, ouvir os prefeitos das cidades em que Lamarca viveu.

A história que eles contam é a história contada por dois sujeitos, que se dizem jornalistas, filiados ao Partido Comunista. No prefácio do próprio livro, eles se definem como jornalistas do Partido. Então eles montaram toda a história. No caso específico, do filme, ele é montado sobre a história do Capitão Lamarca, que foi escrita nesse livro, pouco divulgado, um livro que não vendeu. Existe apenas porque saiu uma edição.

O outro lado é o seguinte: as forças, que vamos chamar de legalistas, viveram duas fases, como consta do relatório. Na primeira, com a participação de pessoas de fora da área – civis e militares – inclusive do Rio e São Paulo, militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Civil de São Paulo, órgãos de inteligência, naquela época, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações do Exército (CIE), da mesma forma que, em Salvador, estávamos integrados – Exército, Marinha e Aeronáutica. Funcionava, plenamente, a organização de defesa do País, que era o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), órgãos criados pelas Forças Armadas e que funcionaram com muito acerto, com muita eficácia.

E que hoje, infelizmente, não existem.

Hoje, lamentavelmente, não existem, mas que precisam existir, se quisermos combater o tráfico com eficácia – e as Forças Armadas devem se preocupar

com esse problema, porque a nossa posição é de defesa da nacionalidade. Quando o tráfico de drogas ameaça a nossa sociedade, as Forças Armadas têm que se posicionar, é uma guerra de outra forma, como a guerra subversiva foi uma guerra de outros meios. No nosso tempo, a guerra das drogas é uma guerra que busca destruir a Nação.

E só pode ser vencida com a integração dos meios como se viu nos CODI.

Só pode ser vencida com a integração entre Forças Armadas e a sociedade. E as instituições militares têm competência, capacidade, conhecimento, experiência e efetivo para empregar. Isso não quer dizer que eu vá colocar soldados no combate ao tráfico. O CODI não era constituído de soldados, era um núcleo de oficiais e sargentos, das três Forças, que trabalhavam integrados com a Polícia Federal e as Polícias Estaduais.

Na segunda fase, na qual Lamarca foi eliminado, nós, do Exército, atuamos somente com apoio do pessoal, que vivia na região, da gente com conhecimento da área operacional. E, assim, chegamos ao cumprimento da missão por completo.

Então, essa experiência de combate à subversão, devidamente controlada e regulamentada, poderá, dentro das condicionantes de "o homem certo, no lugar certo", atingir os objetivos que queremos de defesa da sociedade.

Foi uma das partes que fizemos como Secretário de Segurança Pública. E a proposta que levamos para o nosso Governador foi que ele encaminhasse ao Presidente da República uma minuta de Diretriz de Lei Complementar, de modo que o Presidente da República pudesse colocar isso, para as Forças Armadas, como uma decisão sua, antes submetida à aprovação do Congresso Nacional. Porque queremos tudo empregado na preservação da democracia brasileira, mas dentro da realidade do nosso povo.

General e o AI-5 foi necessário?

O AI-5 foi necessário, essencial e eficaz. Resultou na pacificação do povo brasileiro, com o mínimo de perdas. O povo brasileiro foi o que menos sofreu, com a luta fratricida entre os subversivos marxistas e as Forças Legais. Se estudarmos, no mundo inteiro, as Forças Armadas brasileiras são as grandes vitoriosas nessa luta.

E foram importantes o SNI e os DOI/CODI?

Diria que importante foi a participação da nossa Força Armada, do Exército, bem como a cooperação obtida de nossas co-irmãs, a Força Aérea Brasileira e a Marinha de Guerra. Da mesma forma, foi a participação do SNI, mas a essência, o peso de todo esforço, recaiu em cima dos "ombros" do nosso Exército.

Na sua opinião, a Revolução se demorou muito à frente do Governo?

Eu não diria que a Revolução se demorou e, sim, que houve distorções, porque foram criadas facções. Em particular, nos momentos de sucessão, essas facções se faziam presentes pondo em risco a própria integridade do movimento.

O próprio inimigo, a ação da guerrilha, do terrorismo, impediu que ela acabasse antes, porque a toda hora vinham as provocações, que obrigavam os presidentes a manter um regime austero, autoritário.

A luta armada só foi exterminada, aos poucos, no Governo Médici e, no início do Governo Geisel, se processou a retirada dos militares da linha de frente. E, aí, passou-se o Governo para o João Figueiredo, com a missão de encerrar o ciclo.

Felizmente, porque nós já estávamos vivendo a época das cisões internas dos grupos revolucionários.

A queda do muro de Berlim acabou com a bipolaridade, com isso, o comunismo acabou? Como está o comunismo, hoje, em nosso País?

Existem ainda remanescentes que continuam acreditando, não sei se piamente ou por conveniência. Existem pessoas, fanatizadas, dominadas pelas teorias de Marx, que continuam acreditando que o marxismo poderá alcançar o Poder. Só acho que o mundo moderno inviabilizou, totalmente, a permanência das doutrinas marxistas, enfeixando o Poder das nações.

Hoje, todo mundo gosta de dizer que é de esquerda. Olavo de Carvalho disse muito bem que não há mais direita, todo mundo faz questão de ser da esquerda. Que esquerda é essa? É a esquerda marxista?

O que existe, na prática, é o ângulo da visão das pessoas.

Algumas chegam a afirmar que "o Exército é direitista", outras dizem que o Exército, hoje, está mais a esquerda e eu digo: "Não, o Exército não é nem direitista nem esquerdista; essa divisão não existe para nós. O Exército é uma força progressista, porque, no Exército, aprendemos, primeiro, a cuidar da nossa base, dos nossos soldados, priorizar a assistência aos nossos soldados; o cadete aprende que, quando ele comanda o GC (Grupo de Combate), ele primeiro verifica se os soldados terminaram a missão em bom estado, fornece a alimentação, em primeiro lugar, para eles, e é o último a pegar a sua marmita para começar a comer.

Se vai ao combate, ele deve estar à frente de seu grupo, puxando a sua tropa; se está em tempo de paz, ele cuida do lazer dos seus soldados, da assistência médica hospitalar à família do seu soldado; vai defendê-lo como se defendesse a própria vida, junto a seus superiores.

Então, quando conversava com as pessoas que eram de esquerda, eles diziam: “Mas, General, o senhor é mais socialista do que eu”, e eu contestava: “Não, o senhor está equivocado, eu não sou socialista, eu sou doutrinariamente verde-oliva; eu cuido do Exército como o Exército me ensinou através de meus comandantes, grandes modelos que tive na minha vida”, e, aí, recordo os meus comandantes nas Unidades por onde passei.

Começou na AMAN, onde os meus grandes instrutores foram os febianos Coelho Neto, Jofre Sampaio, que era o meu comandante de Companhia, Augusto Pereira, febiano, de três “listrinhas” no braço. Tive a honra e a satisfação de ter esses formadores. Além disso, fui formado dentro do Colégio Militar. O Colégio Militar foi uma escola de formação excelente, maravilhosa, professores militares brilhantes, extremamente éticos.

A Casa de Tomás Coelho é o exemplo de casa da democracia. Ao lembrar o tempo de Colégio Militar, sou capaz até de derramar algumas lágrimas, porque a emoção é muito grande. Entrei para o Colégio Militar, mas na primeira vez que passei no exame, o meu pai não pôde pagar a minha matrícula, porque era sargento e ganhava pouco. Ele veio sargento, do 23º BC (23º Batalhão de Caçadores), lá de Fortaleza para o Rio de Janeiro. Somos alagoanos, e ele tinha ido para Fortaleza atrás de colégio para educar os filhos, mas aceitou a transferência para o Rio, e aqui foi integrar a Banda de Música da Escola Militar do Realengo. Morávamos ali do lado, na Bernardo Vasconcelos.

Quando completei a idade, e fui fazer o concurso de admissão, vindo do Ceará, tive uma professora que me preparou. Passei, logo da primeira vez, e meu pai não pôde me matricular, porque não teve dinheiro, e me disse: “Não dá para ir, você vai repetir o quinto ano”, e repeti o quinto ano. “Você vai fazer novo concurso”. Fiz concurso novamente, e novamente fui aprovado, e ele disse: “Olha aqui, Nilton, vou tocar no carnaval, vou fazer tocatas extras, e o que eu ganhar no carnaval vai ser para a sua matrícula”. E, assim, foi, realmente. Ele se empenhou muito. Não tenho nenhum pudor em dizer que o meu uniforme era de “segunda mão”. Para me fardar, foi difícil; para me colocar no Colégio Militar, ele pagou a matrícula, pagou o primeiro mês, e requereu a gratuidade, ao Ministro da Guerra, na época. Sabe quem era? Eurico Gaspar Dutra.

São os idos da década de 1940, 1943/1944. Ele se apresenta ao General Dutra, perneiras brilhando – aquelas perneiras de verniz, até o meio da canela – o talabarte, o cinto, tudo brilhando, e a roupa engomada. E quem engomava? Minha mãe. “Pronto. Sargento Nelson de Aguiar Cerqueira”.

– “Sargento, o que o senhor está fazendo aqui?”

– "Pedindo audiência ao Ministro da Guerra, vim pedir a gratuidade do meu filho".

E ele com o papel na frente, disse: "Mas o senhor não tem direito".

– "Por isso mesmo eu vim pedir a gratuidade a Vossa Excelência".

– "Mas, como Sargento, o senhor não tem direito".

– "Se eu tivesse direito, não precisava estar aqui".

O que ele quis dizer? Já teria sido reconhecido. Só ele, que tinha aprovado aquele regulamento podia, excepcionalmente, atender.

– "Mas por que você quer o seu filho no Colégio Militar?"

– "Por que quero que ele seja um oficial do Exército".

O Marechal abaixou a cabeça e disse: "Pode se retirar. Deferido".

Fez a continência, deu meia-volta, juntando os calcanhares, e saiu. E estou aqui, agora, prestando o meu depoimento.

Então, esse é o Exército.

Você vai perguntar: "Que outros companheiros você conhece que eram, na época, filhos de sargento?" Tenho o Gleuber, que é o Comandante do Exército, hoje. O pai dele também foi sargento.

E a seu lado, General Cerqueira, está um homem que entrou órfão para o Colégio Militar, mãe pobre e sem pai, que nunca conhecera um militar na vida, e decidiu seguir a carreira, porque viu que, apesar de não conhecer ninguém, e ser órfão, era tratado, na Casa de Thomás Coelho, da mesma forma que todos os outros. Senti que havia igualdade, porque o filho do coronel era tratado da mesma forma que eu e ninguém sabia qual era a minha origem.

Levava "trote" da mesma maneira.

É a mesma coisa. Enfrentava as provas da mesma forma, tudo igual.

Só para completar essa parte, que é uma parte muito emotiva, entra a concepção do Exército, do Colégio Militar, com o problema que eles tanto combatem, da herança do militar, das filhas dos militares. Porque o Colégio Militar foi criado para atender aos órfãos da Guerra do Paraguai, e até hoje, está aí: é o colégio mais requisitado pela sociedade do Rio de Janeiro e do Brasil inteiro.

Então veio por onde? Veio pelos órfãos da Guerra do Paraguai, e está aí. Por quê? Porque é uma construção de um Brasil novo, fundamental para a nossa formação. Posteriormente, vieram as Escolas Preparatórias e, finalmente, chegamos à Academia Militar. Mas a História começa por aí.

O Exército é a grande força motivadora do fortalecimento do nosso País, nesse período.

General, a imagem do Exército está muito bem posicionada, em pesquisas realizadas com uma percentagem de aceitação muito grande, na opinião pública. Qual a sua idéia a respeito?

É o reconhecimento. O povo brasileiro, ainda que seja algumas vezes iludido, pela falácia, tem um sentimento de justiça muito bem desenvolvido. É verdade que, algumas vezes, nós também cometemos erros, pecamos, porque as falhas são humanas, e o Exército é constituído por homens, por pessoas.

A nossa Instituição, na parte estrutural, diria que está próxima da perfeição. As falhas que acontecem são falhas dos homens, por não seguirem as normas institucionais. Essa é uma parte muito importante. Por isso esse dito: "Exército, braço forte, mão amiga" é uma verdade. É braço forte, pelo seu papel na defesa da Pátria, da lei e da ordem e é a mão amiga que apoia, que traz a pessoa, com dignidade, para junto de si.

Que valoriza quem se esforça, quem se empenha, que deixa o órfão desconhecido e o filho do Sargento chegarem a General.

Deixa e promove. Que dá as mesmas oportunidades.

Se o homem faz por onde, ele reconhece.

A todos sem distinção de origem, de raça, de religião, sem qualquer distinção. Então, podemos dizer o seguinte: "Temos que preservar", sensibilizando as atuais chefias do nosso Exército de que a missão transcende às oportunidades temporais. Temos que pensar no futuro. Somos esses alicerces de hoje, para os anos vindouros.

Hoje, a oficialidade do nosso Exército tem a responsabilidade de ter herdado uma Força, coesa, íntegra e atenta à defesa da Pátria. "Braço forte e mão amiga", que os oficiais têm que passar mais forte e mais amigo do que receberam. Esse é o destino.

General Cerqueira, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, mensagem que pretende deixar para as atuais e novas gerações sobre o nosso Movimento cívico e democrático.

Acho que o tempo dirá e reconhecerá a verdade de um momento difícil, que vivemos. Lembro-me de que, quando os companheiros comentavam da posição antagônica, possível, de sargentos, da tropa, em relação à oficialidade, imaginava que isso resultava de distorções muito fortes, porque, na minha Unidade, o que se via era um grande sentimento de fraternidade, de companheirismo, de amizade. Era uma Unidade relativamente pequena, porque era um batalhão, privilegiada, porque, em Petrópolis, a família militar se mostrava muito unida, os sargentos pertenciam à sociedade local, e a tropa, era uma tropa de primeira.

Minha Unidade pode ser citada como exemplo de coesão, mas via o Regimento-Escola de Infantaria, que era uma Unidade grande, e não havia dissidências dentro dele. O Regimento Sampaio, Unidade que, depois, viria a comandar – tive a honra de ser o Comandante dessa Unidade de Infantaria, histórica, tradicional, vibrante – com a tropa unida e coesa, comandada pelo Coronel Raimundo Ferreira, na época da Revolução, em que não houve dissidência: quando ele decidiu aderir à Revolução, a tropa toda passou com ele.

Então, vi união, consenso, salvo aquelas poucas exceções que se pronunciaram no Automóvel Clube do Brasil.

Digo que a grande missão do Exército continua de pé. Volto a afirmar: nossa luta é por estarmos preparados, adestrados, prontos para cumprir a nossa missão, como sempre fizemos no passado. Preocupados em permanecer em boas condições profissionais para assegurar o nosso futuro.

A grande missão do Exército é influenciar, dentro do mundo de hoje, dentro da nossa realidade, o poder político a não desprezar a responsabilidade que tem perante a Nação de manter suas Forças Armadas operacionais. Porque, se negligenciar essa responsabilidade, poderá pagar caro pelo fracasso num futuro próximo.

Há interesses divergentes, sem dúvida que há interesses, fortes, vindos de fora, que se voltam contra o preparo e o aprestamento das Forças Armadas, interesses contrários toda vez que o poder político atua no sentido de fortalecer a nossa capacidade de dissuasão. É só ver essa guerra imbecil, da "vaca louca", que está aí nas manchetes dos jornais. Estamos vendo o poder econômico prejudicando uma indústria brasileira de alto nível, como a Embraer, que não está isolada do mundo, que está inscrita no processo de "globalização" na elaboração de seu produto final, importando mercadorias e componentes de todo universo.

Mas se vê que essa globalização é fictícia, é dos fortes explorando os fracos. Temos que pensar em termos de brasilidade, de que é oportuno redirecionar, redimensionar, proporcionar recursos às Forças Armadas, dentro de uma tecnologia desse milênio, que está começando, de modo que fiquem à altura da defesa deste patrimônio, que é o nosso País. Então, essa é a mensagem.

E o entusiasmo dos profissionais? Tenho certeza que ele permanece igual, ou melhor, do que no nosso tempo. Só vai caminhar para frente.

Entretanto, as disponibilidades têm que ser aplicadas judiciosamente, esse é o grande pensamento. Temos que pensar com os "pés no chão", sem nos afastarmos da realidade brasileira, mas com a convicção que nos cabe defender, a qualquer custo, um patrimônio incomensurável. Assim, as disponibilidades não po-

dem estar tão divorciadas das reais necessidades como estamos constatando em toda e qualquer análise do nosso poder militar na atual conjuntura. Esse quadro precisa ser modificado, para que as Forças Armadas possam participar, pronta e efetivamente, das suas enormes responsabilidades na manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, o que tanto queremos.

Jornalista Aristóteles Drummond

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Profissões de nível superior: Jornalista, Administrador de Empresas e Profissional de Relações Públicas. Principais cargos desempenhados:
- Assessor da Diretoria do Banco Nacional (1964/1968);
- Diretor do Patrimônio e Presidente, em exercício, da Cooperativa Habitacional (COHAB) – GB, no Governo Negrão de Lima;
- Diretor e Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, desde 1968;
- Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda, desde 1973;
- Assessor do Ministro de Estado das Minas e Energia (1980/1984);
- Diretor de Administração da Ligth S/A (1985 e de 1987 a 1996);
- Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Vale do Rio Doce (1986/1988);
- Membro dos Conselhos de Administração das Centrais Elétricas do Norte S/A – Eletronorte (1996/2003), da Manaus Energia S/A (1997/2003) e da Boavista Energia S/A (1997/2003);
- Presidente do Conselho Fiscal da Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) (1995/2004).
- Principais obras publicadas: "A Revolução Conservadora" – Editora Topbooks, 1990; e "Minas – História – Estórias – Evocações – Cultura – Personalidades – Economia" – Editora Armazém de Idéias (duas Edições, sendo a Segunda revista e ampliada), 2002.
- Assina uma coluna no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Escreve nas revistas *Foco* e *Encontro*.
- Em 1964, participou da Revolução liderando o Grupo de Ação Patriótica – GAP –, integrado por jovens estudantes que se opunham à representação da UNE.

Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2003.

Que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e no seu desenvolvimento?

Fiz a Revolução com 19 anos, liderando um movimento de jovens do Grupo de Ação Patriótica – GAP – que se opunham à representação da União Nacional dos Estudantes (UNE), dominada pelos comunistas. Nossa atuação está registrada em muitos autores e os jornais da época destacam a presença do GAP em atos públicos de defesa da ordem e dos valores mais expressivos e conservadores da sociedade brasileira.

O nosso Grupo, que atuava principalmente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo, era composto, basicamente, por jovens estudantes, tendo por programa de ação o combate às reformas comunizantes de Brizola e Goulart; ao sistema de representatividade da classe estudantil, adotado na União Nacional dos Estudantes e na União dos Estudantes do Ensino Secundário (UEES); à encampação de refinarias; à ocupação de postos-chave da administração na Petrobras, no Departamento de Correios e Telégrafos, na Rede Ferroviária, nos Portos etc. por elementos comunistas; à influência desmedida dos dirigentes sindicais nos destinos do País; à censura à palavra de políticos da oposição, como Amaral Neto, Carlos Lacerda, Raimundo Padilha e muitos outros, no rádio e na televisão; à omissão governamental diante das greves e das agitações permanentes, de caráter político e subversivo.

Os jovens tinham como referência maior o trabalho desenvolvido pelo Almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha no Governo Jânio Quadros, para fugirem a uma identidade partidária, de vez que eram muitas as lideranças políticas que se opunham a Goulart, como os governadores de Minas, Magalhães Pinto, de São Paulo, Adhemar de Barros, e da Guanabara, Carlos Lacerda, todos candidatos em 1965, e o grupo de JK, do PSD, onde muita gente se contrapunha ao Presidente.

O GAP se integrou a entidades formadas por empresários, mulheres, militantes católicos, militares da reserva, ex-líderes estudantis, para se opor à pregação revolucionária das esquerdas, que encontravam acolhida no Governo Goulart, bem como ao grevismo político que fazia parte do cotidiano do País.

Numa de minhas idas a *O Globo*, em que me fiz acompanhar do acadêmico Mário Navarro da Costa, presidente da entidade Congregações Marianas Estudantis e Universitárias, disse àquele jornal "que o intuito do GAP era politizar as elites estudantis e, ao lado de outros colegas, enfrentar a UNE até o pedido de fechamento daquela nefasta entidade que paralisava as escolas, denegria o nome dos verdadeiros estudantes e atentava contra as instituições democráticas. O GAP, assim, se insurge contra a ação em que falsos líderes, de uma organização também

falsa como a UNE, usavam o nome da classe para fim de agitação política e barata". Naquela oportunidade, coube-me destacar "que a maioria dos estudantes, felizmente, não se interessava pelas greves. Ambicionava somente estudar. Daí, o GAP ter resolvido chamá-los à luta, a se congregarem ao movimento para o combate por uma causa de suma relevância".

Recordo-me, perfeitamente, que, naquela visita, Mário Navarro insistiu em afirmar que, infelizmente, muitos estudantes, inconformados com as condições vigentes, embora católicos, na ânsia de reformar, escolhiam o caminho errado, para formar ao lado dos inimigos da Igreja, fazendo crer, dessa forma, que podia existir esta coisa absurda e paradoxal: católicos da esquerda, progressistas, e católicos da direita, reacionários. Tal divisão é falsa – asseverou Mário Navarro – e como tal deve ser duramente combatida. "A palavra da Igreja não comporta interpretações ambíguas. Socialismo cristão é tão aberrante como o círculo quadrado", concluiu.

O Brasil vivia um momento de muita tensão, descontrole na economia e em perigosa escalada para um governo tipo sindicalista revolucionário, com as Ligas Camponesas tirando a tranqüilidade dos produtores rurais e dos agricultores de verdade. Basta uma leitura dos jornais do ano de 1963 e dos debates no Congresso Nacional, inclusive denúncias gravíssimas, para se constatar que a crise era grande, a falta de autoridade evidente e um certo acumpliciamento do Governo, que não sabia qual atitude tomar. Não recebíamos investimentos estrangeiros, a poupança nacional era corroída pela inflação e a falta de ordem levava a retração do investimento possível. É sempre bom repetir que os jornais, que não tinham censura, abordavam estes temas com destaque. Os militares se pronunciavam através de alguns oficiais da reserva, mas, apesar de alguns, mais a esquerda, terem conseguido promoções, como o caso do General Osvino e do Almirante Aragão, a disciplina foi mantida até quase o final. Foram o povo, a opinião pública, as entidades cívicas e a confusão em que o País mergulhava que retiraram os militares dos quartéis para a intervenção de 31 de março. O Movimento foi saudado em todo mundo como uma contra-revolução, que abortou um movimento de esquerda com conseqüências imprevisíveis. As ligações de nossas esquerdas com a Cuba de Fidel Castro, que na época exportava sua revolução e tinha Che Guevara em plena militância, eram conhecidas e noticiadas. O intercâmbio de estudantes e líderes sindicais com os países da Cortina de Ferro também era conhecido e depois contado em inúmeros livros.

A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, é a prova do apoio popular e da mobilização da classe média urbana

e rural em torno do movimento para depor Goulart, apoio também visto em todos os grandes jornais. É bom repetir, sempre que possível, esta realidade, diante da grosseira falsificação que a história vem sofrendo. O livro "Os Idos de Março e a Queda em Abril", de José Álvaro Editor, que tem a autoria dos grandes jornalistas da época, como Alberto Dines, Antonio Callado, Araújo Netto, Carlos Castello Branco, Wilson Figueiredo, Pedro Gomes e outros, retrata a união do Brasil contra a situação reinante.

Infelizmente, a história tem sido escrita pelos vencidos, como costuma afirmar o Coronel Jarbas Passarinho, um dos homens públicos surgidos pós-1964 de mais completa e vitoriosa carreira como Governador do Pará e Senador da República, tendo sido ministro de vários presidentes militares e do Governo Collor.

O Brasil poderia ter sido responsável pela terceira guerra mundial, caso o comunismo internacional tivesse tido êxito em sua manobra para nos dominar. Afinal, Cuba é apenas uma ilha, embora vizinha dos EUA. O Brasil é quase todo o continente, e para onde se inclina, a América Latina tende a seguir, como bem disse o Presidente Nixon. Os EUA não tolerariam uma Cuba do tamanho do Brasil. Nem do Chile, salvo por uma das mais impressionantes e completas personalidades históricas de nosso tempo, o General Augusto Pinochet, um grande amigo do Brasil, que nos visitou várias vezes como Presidente e, depois, como mero turista. Este forma com o General Franco, de Espanha, a dupla de grandes benfeitores do Ocidente, tratados com tanta ingratidão e maior desonestidade no que tem sido publicado. Foram eles que infringiram as maiores derrotas ao comunismo no século XX.

A bibliografia é rica em confirmar o empenho da União Soviética em agitar a situação política e social no Brasil, na América Latina, insistindo na violência no campo, na dominação da mídia e do meio intelectual. A Igreja e as Forças Armadas eram prioridades do comunismo desde a década de 1940. Afinal, as grandes derrotas do comunismo se deram no final da década de 1930 com a Guerra Civil da Espanha, em meados da década de 1960 com o Brasil e de 1970 com o Chile. Em todos os três casos, a mão comunista – com base na Rússia principalmente – era visível e os bons resultados da reação no campo social e do desenvolvimento econômico foram duros golpes. As bases do progresso da Espanha, do Chile e do Brasil são devidas a Franco, Pinochet e aos nossos generais-presidentes, especialmente Castello, Costa e Silva, Médici e João Figueiredo. A única vitória do comunismo importante foi a Revolução dos Cravos, em Portugal, que acabou por permitir uma independência sangrenta em Angola e Moçambique, territórios que estavam marchando para uma solução de alto nível, com base na lusitanidade, em algo que se parecesse com a do Brasil que foi proporcionada por um rei de Portu-

gal, na ocasião príncipe-herdeiro. Mas a cobiça comunista das riquezas de Angola, principalmente, falou mais alto, não contando apenas com a reação de uma parte não comunista, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), que sustentou uma guerra violenta por mais de 25 anos, com grande número de mutilados. Uma tragédia, em que o Brasil agiu de forma omissa no governo Geisel e, daí, em diante.

O comunismo ficou muito chocado com a derrota sofrida na Espanha, apesar do apoio dos comunistas de todo o mundo, em orquestração sem precedentes na história. A vitória das esquerdas naquele conflito ficou por conta da propaganda, que, ao envolver intelectuais europeus – Saint Éxupery Orwell Picasso – e americanos – como Hemingway –, obteve uma condenação a Franco, que prevaleceu até sua morte. Escondeu-se a violência anticlerical dos comunistas espanhóis que sacrificaram, com requintes de barbaridade, mais de quinze mil religiosos. Destes, quase mil foram transformados em mártires da Igreja por João Paulo II, em algumas das suas inúmeras atitudes de coragem ética e moral. Mas o sentimento religioso de boa parte dos espanhóis, da chamada maioria silenciosa, mais o patriotismo de seus militares, com o comando forte de Franco, permitiram a vitória do pensamento cristão e ocidental, livrando a Europa de um problema que teria sido a Península Ibérica sob controle vermelho e seus reflexos naturais na América do Sul.

A partir daí, a prioridade dos soviéticos foi a infiltração entre militares e religiosos. No Brasil, não poderia ter sido diferente. Os militares sofreram de tal maneira a infiltração, que tivemos, pouco antes da Guerra da Espanha, a Intentona de 1935 e, em 1964, a nossa Revolução precisou retirar, de forma autoritária de suas fileiras, mais de quatro mil militares sob suspeição de tolerância com o comunismo, número muito maior do que o de afastamentos no funcionalismo civil, por exemplo. A Igreja, por sua vez, foi muito usada pelos radicais da luta armada e pela influência que os temas políticos passaram a ter na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O saldo desta militância de esquerda de parte do clero abriu as portas do Brasil para seitas ditas cristãs, que acabaram se tornando verdadeiros negócios e comitês eleitorais, a chamada “bancada evangélica”.

Vale enfatizar que uma pesquisa nos jornais, nos anais do Congresso Nacional e uma leitura dos livros publicados – dos dois lados – e dos relatórios reservados das Forças Armadas, enfim, um exame honesto do quadro que o País vivia em 1964 garante a convicção de que os militares foram incentivados e motivados pela sociedade, por meio de todos os seus segmentos responsáveis, a intervir, e pode-se avaliar que a resistência, nos meios castrenses, se deveu justamente à quebra da normalidade democrática, mas que o Congresso Nacional, desde o pri-

meiro momento, pela sua maioria, apoiou e legitimou, e que a opinião pública aplaudiu antes, durante e depois, sendo prova inconteste as vitórias eleitorais do partido da Revolução e os resultados positivos da economia, que fez nascer um novo e moderno País depois das reformas de Roberto Campos, no Governo de Castello, e das grandes obras nascidas nos de Costa e Silva e Médici, que contribuíram – especialmente, o primeiro, – na formação da mais formidável equipe de realizadores do século passado – só igualados nos anos JK – que foram, entre outros, Mário Andreazza, Elizeu Resende, Costa Cavalcanti, Passarinho, César Cals, o admirável Delfim Netto, que depois foi, por cinco mandatos, dos mais importantes parlamentares da história republicana. Estes dois grandes presidentes mantiveram a mais estreita colaboração com dois governadores eleitos pela oposição em 1965, como Negrão de Lima, no Rio, e Israel Pinheiro, em Minas, sendo este último fundador da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). João Figueiredo, o último dos militares, apesar da conjuntura internacional desfavorável, fez um governo de grandes realizações. E deve-se a ele a abertura e a anistia.

Depois dos eventos de Paris em 1968, começou a movimentação da chamada luta armada, sempre com treinamento e ajuda financeira comunista, normalmente via Cuba, que sensibilizou a juventude das classes médias universitárias. Talvez tenha faltado habilidade aos militares em enfrentarem, no campo universitário, as esquerdas, incentivando lideranças e propagando o que se fazia pelo bem do Brasil. E, talvez, pudessem ter integrado esta juventude no esforço de crescimento que se realizava com tanto sucesso. O excelente Projeto Rondon mostrava este bom Brasil, mas não acompanhava, depois, os seus participantes que acabavam envolvidos pela doutrinação comunista muitas das vezes. Neste vazio, prosperou a propaganda da luta armada, dos seqüestros, da guerrilha, dos assaltos a bancos para a obtenção de fundos, dos atentados que vitimaram inocentes, inclusive militares estrangeiros que aqui serviam ou estudavam. Diante de tal agressão, os militares reagiram, especialmente depois que se criaram núcleos de guerrilha no Araguaia, no Vale da Ribeira, em São Paulo, e na Serra do Caparaó, no Espírito Santo. Guerra é guerra e o Brasil só tem a lamentar os episódios de violência de ambas as partes envolvidas, como, aliás, ocorre e sempre ocorreu, em todo o mundo, nestes casos. Diferente do martelar desleal contra os militares, como se fossem todos torturadores. E omitem os "justiçamentos" entre os comunistas, alguns admitidos pelo próprio Luís Carlos Prestes.

Incrível é que, passados mais de vinte anos destes episódios, só se fale em excessos dos militares e se acumule de recompensas materiais, com recursos públicos, as famílias dos envolvidos, de um lado, e os militares e policiais mortos estejam

com as famílias recebendo apenas modestas pensões a que têm direito. Fala-se tanto nos que pegaram em armas, muitos depois convertidos ao convívio democrático e galgando altas funções públicas, inclusive pela via eleitoral, mas nada se fala dos militares mortos no cumprimento de seus deveres. Acabaram com as homenagens às vítimas de 1935 e à lembrança de 1964. A Intentona fazia parte do calendário militar até durante o Governo de Goulart. Não se sabe de nenhuma rua com o nome do Major José Júlio Toja Martinez Filho, oficial exemplar, assassinado friamente quando tentava demover guerrilheiros urbanos de uma reação suicida.

Os militares no pós-1964 demonstraram mais uma vez grande sentimento patriótico, aceitando em silêncio agressões e discriminações de toda ordem, sofrendo um achatamento salarial perverso – outras categorias como diplomatas e técnicos da Fazenda tiveram aumentos diferenciados nos anos FHC – e encolhimento orçamentário que beirou a humilhação. Embora com momentos de fraqueza, como o afastamento de alguns alvos da ira revanchista, de uma forma geral, preservaram a Instituição de constrangimentos maiores. Entre os que contribuíram com força moral, personalidade, cabe destacar os generais Leônidas Pires Gonçalves, Ministro de Sarney, e Rubens Bayma Denys, Chefe da Casa Militar do mesmo governo e filho de um dos maiores nomes da Revolução, embora na ocasião já na reserva, o Marechal Odylio Denys. No Governo FHC, os comandos militares resistiram ao "revanchismo" com habilidade. O candidato José Serra, do PSDB, incluía em seu currículo, lido na televisão todos os dias, "a luta contra a ditadura militar" .

A Revolução parte para comemorar seus quarenta anos dentro de um clima de menos idiossincrasias do que nos anos FHC, cujo ressentimento era sentido a cada pronunciamento e a cada gesto. Os petistas, entre os adversários mais radicais, com um núcleo forte de integrantes dos anos de luta armada, têm se mostrado, via de regra, mais maduros, mais altivos, mantendo, ao lado das restrições legítimas e de compromissos com seu passado, uma relação respeitosa e justa, reconhecendo a contribuição positiva dos militares no processo de desenvolvimento do Brasil, na preservação de suas riquezas, no pensar estrategicamente um país grande e soberano. E, no campo social, sabem e reconhecem que o maior programa de renda mínima do Brasil e do mundo, em todos os tempos, foi o Fundo Rural (Funrural), do Presidente Emílio Médici.

Por mais incrível que possa parecer, neste mundo de perplexidades, com o final da União Soviética, seu fracasso, o confinamento do comunismo a países caricatos e infelizes como Cuba e Coréia do Norte, uma nova esquerda surge com base na negação da propriedade e da empresa privada, na mais camuflada e competente censura ao pensamento que não seja de esquerda, na tolerância com a

droga e a violência urbana. Esta esquerda é que vive denunciando as polícias, em estranha proteção aos bandidos urbanos, inclusive a seqüestradores nacionais e internacionais, como no caso de Abílio Diniz, os quais retiram a paz das famílias, sejam elas ricas ou pobres. Esta nova esquerda explora a ignorância popular, os sentimentos menores do ser humano, combate a ordem e a disciplina, tenta ridicularizar militares, religiosos, além de adotar um comportamento de sentido ético duvidoso em questões ligadas ao casamento estável, à família, às preferências sexuais e outras. Assuntos de foro íntimo são explorados publicamente com o objetivo de chocar e alterar padrões consolidados até aqui na formação cultural do Brasil.

Sendo a ausência de qualquer tipo de discriminação racial em nossa sociedade um orgulho da formação cristã e lusófona que tivemos, embora convivendo com discriminação de sentido social ou econômico, as esquerdas tentam, nos últimos anos, instalar um quadro de desconfiança e animosidade racial entre os brasileiros, majoritariamente de raça indefinida, pela miscigenação que vem ocorrendo ao longo de sua formação. As cotas em escolas e para algumas colocações de emprego são injustas e preconceituosas com os brasileiros de origem africana e só podem ser explicadas como parte de um projeto para desestabilizar o País, criando ódios e ressentimentos entre brasileiros de diferentes origens, a exemplo do que ocorre em parte do continente africano. Todas as pesquisas de opinião sobre o tema mostram a condenação à política de cotas pela população.

A implementação da perversa política de cotas caracteriza bem a ação desta nova esquerda, composta de pândegos voltados irresponsavelmente para o tratamento de assuntos sérios. Mas, retornando ao nosso Grupo de Ação Patriótica, eu lhe pergunto: Como o GAP procurou despertar a juventude acomodada, indiferente, para combater anarquistas e comunistas que se alinharam ao Governo Goulart?

O GAP nasceu da conseqüência de que nada adiantava aos jovens democratas permanecerem apáticos ou simplesmente combatendo a influência e os malefícios comunistas em inconseqüentes bate-papos, enquanto os inimigos iam ocupando posições e desfraldando a bandeira que a nós, os verdadeiros patriotas, competia ter nas mãos: a da defesa da Nação e dos legítimos interesses do povo.

Para isso, conseguimos reunir um numeroso grupo de universitários do Rio de Janeiro e nos unimos a grupos de outros estados, passando a opor resistência ao avanço marxista no meio estudantil.

Ao ser fundado em junho de 1962, o GAP firmou convênio com a Aliança Democrática Brasileira e o Centro José Bonifácio, organizações democráticas de São

Paulo, presididas pelos estudantes Waldo Domingos Claro e Fânio Sandoval, e formou um núcleo em Juiz de Fora, dirigido pelo universitário Marcos Ventura de Barros.

Adotamos, taticamente, o método comunista de ir para as ruas saindo das salas e dos gabinetes para ganhar adeptos. A finalidade foi alargada: não só politizar o estudantado como o povo.

A propósito do sacrifício, em tempo e dinheiro, que cada um de nós devia oferecer, dizíamos que, embora estudantes, com a missão precípua de estudar, tínhamos, como brasileiros, o dever de dedicar parte do nosso tempo aos interesses do Brasil.

A nossa luta era, portanto, no sentido de arrancar a juventude da inércia e da indiferença ante os graves problemas nacionais.

Não tendo vinculação com qualquer partido, o GAP aceitava, de bom grado, a colaboração e a adesão de todos os verdadeiros patriotas, independente de onde viessem ou estivessem.

De nossa carta de Princípios, constava a defesa intransigente do regime democrático, da família, da Igreja, da propriedade e da iniciativa privada.

Nada tínhamos a esperar dos traidores do mandato popular, dos fraudadores do erário, dos políticos negocistas e dos pelegos apátridas.

Nossos problemas sócio-econômicos, notadamente as gritantes injustiças sociais, certamente encontrariam solução dentro de uma autêntica democracia e não como se alardeava dentro de um regime totalitário, como preconizavam os agitadores marxistas.

Contra as investidas da Internacional Comunista, clamava o GAP que o povo brasileiro se levantasse em nome de tudo aquilo que aprendera a amar – a liberdade, a família e a religião. Com toda ênfase, procuramos sempre difundir a tese de que o brasileiro é um nacionalista nato, daí ser um completo paradoxo deixar-se levar por uma ideologia internacionalista, como é o comunismo.

Disse o senhor muito bem que a atuação do GAP está registrada em muitos autores. Encontramos, por exemplo, em Hélio Silva – no livro "1964: Golpe ou Contra-golpe?" – um capítulo específico sobre o GAP, onde ele cita um de seus depoimentos no qual o senhor enuncia a meta do Grupo sob a sua liderança como a de "levar ao Brasil a palavra de uma juventude não comprometida com a UNE, auxiliando na formação de uma corrente de opinião pública consciente dos rumos comunizantes e anárquicos que o Governo Goulart conduzia o País". Gostaríamos que destacasse mais alguns aspectos do seu trabalho pessoal e dos componentes do GAP entre os muitos abordados pelo escritor em tela.

Hélio Silva recorda os Comícios pela Democracia, realizados pelo Deputado Amaral Neto, com a presença de parlamentares de todo o País, membros da Ação Democrática Parlamentar, nos quais pregávamos, em praça pública, a reação ao Governo. Nesses comícios, realizados semanalmente em várias cidades, coube-me sempre falar em nome dos estudantes democratas como presidente nacional do GAP.

Lembra o escritor que me cabia, através da Rede da Democracia – cadeia de emissoras de rádio que se opunha à cadeia da legalidade, de Leonel Brizola – falar, semanalmente, na qualidade de Presidente do GAP, recomendando, inclusive, a mobilização armada contra os camponeses de Francisco Julião e os elementos dos Grupos dos Onze, de Brizola.

A participação da rapaziada do GAP, relembra o escritor, estava intimamente ligada ao grupo conspirador liderado pelo Almirante Sílvio Heck. Por algumas vezes, realizamos transporte de armas de São Paulo para o Rio de Janeiro. Chegamos, inclusive, a trazer metralhadoras em malas e em ônibus da viação Cometa. Este transporte e movimentação de armamento foi uma vez estourado pela Polícia do Exército, mas eu e mais dois companheiros conseguimos escapar na própria estação rodoviária.

Em conseqüência desta ação, a sede da entidade Ação Vigilante do Brasil, na Rua 1º de Março, no Rio de Janeiro, foi invadida e interditada, assim como um sítio em Jacarepaguá, onde o Governo apreendeu as armas. Por sorte, o Inquérito Policial Militar (IPM) que o Ministro da Guerra instaurou foi confiado ao General Idálio Sardemberg. Como a imprensa janguista insistia em citar Heck, além de citar-me juntamente com o GAP, tomei a iniciativa de procurar pessoalmente o General Sardemberg, em sua casa, na Rua Souza Lima. Na conversa que mantive com ele, aleguei que o movimento distribuía livros, combatia a UNE etc. e que o noticiário dos jornais era maldoso. O General Sardemberg me ouviu e por fim disse-me: "Sei que as coisas não são bem como você diz, mas elogio o seu civismo e peço levar ao Almirante Heck minhas palavras de tranqüilidade. Vocês não serão incomodados".

Destacou também Helio Silva o meu comentário de que o nosso movimento não tinha nenhum vínculo com políticos. Praticamente, o objetivo, desde o início, era a efetiva atuação através de um movimento que se antecipasse ao preparado pelas esquerdas.

Conclui o autor em apreço, aqui na página 259 de seu livro, valendo-se de minhas palavras: "o GAP fez a mocidade presente na luta contra Goulart e as teses dos reformadores. A elite brasileira não teve sua juventude omissa nos anos agitados que precederam o 31 de março de 1964. Marcou sua posição na defesa da

propriedade privada, da livre iniciativa, no combate ao estatismo, e a favor de uma democracia liberal, mas livre do convívio com seus inimigos confessos".

O Almirante Sílvio Heck andou sendo preso pelas entrevistas concedidas denunciando a infiltração comunista no Governo. Nesta oportunidade, como a entidade que presidia e outras lhe prestavam solidariedade?

Ao terminar o cumprimento de suas penas de prisão, nós o acompanhávamos até a sua residência com cortejo de automóveis.

Lembro-me de que, no final de 1962, logo após o Almirante Sílvio Heck deixar o Quartel Central do Corpo de Fuzileiros Navais, onde se encontrava preso, formamos um grande cortejo de automóveis integrado por delegações de diversas entidades, entre as quais a nossa – o Grupo de Ação Patriótica – e muitas outras, como a Frente da Juventude Democrática, a Ação Vigilante do Brasil, a União Operária Camponesa do Brasil, o Movimento Estudantil Católico, o Movimento Estudantil Marítimo, a Aliança Democrática Popular etc.

No decorrer da noite, já em sua residência, Sílvio Heck continuou a receber a visita de colegas de farda, entre os quais vários almirantes, do Governador da Guanabara – Carlos Lacerda –, de uma delegação de coronéis do Exército e da Força Aérea Brasileira (FAB), dos ex-ministros Prado Kelly, Amorim do Valle e Marcondes Ferraz, do Deputado Perachi Barcellos, todos lhe hipotecando solidariedade.

Lideranças e entidades civis estimulando lideranças militares para que, através da união de forças, se desse um basta à anarquia e à subversão que imperava no Governo Goulart, inteiramente submisso aos extremistas de esquerda.

Assinado por 28 entidades cívicas foi lançado, em 28 de dezembro de 1962, e publicado em diversos jornais, entre os quais o *Estado de São Paulo*, um Manifesto à Nação de apoio ao Almirante Heck e seus companheiros de terra, mar e ar.

O Manifesto é o seguinte:

MANIFESTO DE APOIO AO ALMIRANTE HECK
E SEUS COMPANHEIROS

"As entidades que este documento subscrevem julgam chegado o momento de manifestar ao povo e às autoridades, a quem incumbe em última instância a defesa do regime democrático e de nossas mais caras instituições, sua crescente preocupação pelo desgoverno que assola o País.

A ninguém é lícito, nesta hora conturbada da nacionalidade, pactuar com a "conspiração do silêncio" tão bem definida pelos ilustres generais Emílio Maurell

Filho e Inácio Rolim, sobretudo quando o que está em jogo não são mais posições políticas divergentes, mas o nosso próprio futuro.

Da gloriosa Marinha de Guerra já partiu, pela palavra do ilustre Almirante Sílvio Heck, o brado de alerta e esclarecimento, e com ela se apontou à nacionalidade o caminho que nos há de levar a melhores dias.

Às suas corajosas denúncias seguiu-se um movimento de protesto de toda a oficialidade da arma de Tamandaré, devolvendo as comendas que haviam recebido por não concordarem os oficiais em ver incluídos na Ordem do Mérito Naval elementos que combateram a Marinha e, o que é mais grave, a Pátria. A Sílvio Heck e seus bravos companheiros a nossa irrestrita solidariedade e nosso integral apoio.

Essa solidariedade e esse apoio se estendem nessa oportunidade a todos os bravos soldados do Brasil, de terra, mar e ar, e são a condição mesma da segurança de que se pode ainda confiar no futuro.

Quando um deputado comunista ousa desafiar um General do Exército, proclamando que a disciplina e a hierarquia daquela Força foram rompidas pelo Partido Comunista; quando assistimos ao Poder Executivo ceder, acovardado, às pressões indevidas do CGT que não representa o pensamento da maioria dos trabalhadores do Brasil; quando assistimos a tudo isso sem que as autoridades tomem providências é porque o País chegou à beira do caos, pois não há Poder na República.

Quando as autoridades financeiras anunciam que a inflação roubará o salário dos trabalhadores e da classe média em proporções alarmantes senão catastróficas e não se tomam providências; quando nosso crédito no exterior foi de tal maneira vilipendiado que corremos o risco de sermos considerados um País de irresponsáveis e nada se faz para salvar a dignidade da Nação e impedir a crise econômica e social, é porque estamos entregues à anarquia e ameaçados da guerra civil.

Se os poderes constituídos não tomam as providências capazes de pôr cobro a tal situação e de preservar a vida de nossos filhos, incumbe a nós, parcela organizada do povo depositário do Poder soberano da Nação, dar o brado de alarma e comprometermo-nos publicamente perante Deus a tudo fazer para impedir que se chegue a dias mais sombrios.

Nossa última esperança vai, neste momento, naqueles que assumiram perante Deus e a Pátria o compromisso de defender o povo, suas tradições e sua liberdade.

Hoje, o bravo Almirante Sílvio Heck aparece como símbolo dos que ainda não renegaram sua fé no Brasil e numa democracia autêntica e renovada.

A ele e a seus companheiros de terra, mar e ar, nossa solidariedade, na certeza de que as Forças Armadas não desmerecerão a confiança que nelas o povo, pelo que tem de mais autêntico e representativo, deposita".

Subscrevem:

Grupo de Ação Patriótica – presidente Aristóteles Drummond; Movimento Estudantil Católico, presidente Roberto Teixeira; Frente Nacional dos Estudantes – presidente Mariano Silva; União Operária e Camponesa – presidente Antônio Barroso; Frente da Juventude Democrática – presidente Ari Medeiros; Ação Vigilante do Brasil – presidente Paulo Galvão; Movimento Acadêmico de Estudos Brasileiros – presidente Luís Antonio Pierek; Centros Culturais do Rio de Janeiro – presidente Carlos Oliva; Congregações Marianas Estudantis e Universitárias – presidente Mário Navarro da Costa; União Nacional de Cultura Greco-Latina – presidente Prof. Geraldo Ulhoa Cintra; Diretório da Santa Cecília da UDN paulista – presidente Luís Felipe de Souza Queiroz; Diretório de Santa Ifigênia da UDN paulista – presidente Heitor da Sá Verga; Diretório da Sé da UDN paulista – Sílvio Teotônio; Diretório da Bela Vista da UDN paulista – presidente Aluísio Ferraz Pereira; Diretório Regional Estudantil da UDN paulista – presidente Luís Fernando Levi; Federação Democrática Estudantil – presidente Alberto Durão Coelho; Movimento Democrático Unido – presidente Carlos Roberto Mattos; Clube Eduardo Prado – presidente José Oliveira Pinho; Academia de Política e História Lusíadas – presidente Hugo Paulo Listenberger; Aliança Democrática Brasileira – presidente Waldo Domingos Claro; Movimento Civil de Defesa Nacional, Movimento de 25 de Agosto – Setor Centro-Sul, Centro Tenente Antônio João – presidente Pascoal Dicrescento; Centro Saldanha da Gama – presidente Silva Cardoso (Maceió); Frente Estudantil de São Paulo – presidente Rubens Loureiro; Centro Parlamentarista – presidente Felipe Pugliesi; Movimento Estudantil da Zona Sul de São Paulo – presidente Carlos Botezelli.

(*Estado de São Paulo* – 28 de dezembro de 1962)

É hora de lembrarmos de um outro Manifesto à Nação, publicado em O Globo*, no dia 14 de junho de 1963, encabeçado pelo Grupo de Ação Patriótica, em que vocês ressaltavam que uma série de circunstâncias indicava claramente um fato: "a Revolução comunista no Brasil não virá: já veio". Poderia recordar este importante Manifesto para o Brasil de hoje?*

O Manifesto conclama os democratas a cerrarem fileiras contra os agitadores, contra a ação, cada dia mais ostensiva, de elementos extremistas em atividades de vital importância para a economia nacional; conclama o povo brasileiro a protestar contra medidas que visavam ao esmagamento da iniciativa privada e a defender a Constituição, seriamente ameaçada.

Releva citar que esta matéria foi aprovada e paginada pelo próprio Dr Roberto Marinho, numa tarde de domingo, comigo na redação de *O Globo*.

Este documento, na sua íntegra, passo a lê-lo agora:

MANIFESTO À NAÇÃO

Os abaixo-assinados, democratas brasileiros e dirigentes de Entidades, sentem-se no dever de vir a público, no exato momento em que forças arregimentadas pelo comunismo internacional ameaçam golpear as instituições, com o REFERENDUM tácito do Governo Federal, para advertir a Nação e a sua gente no sentido de que arregimentem e somem seus esforços para o resguardo da Democracia.

Atravessamos, nestes dias, nebulosas crises, que escondem desejos inconfessos de abastardar a Nação. A recente nomeação de dois elementos comunistas notórios para a diretoria da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Srs Hugo Regis e Jairo Farias, somados ao discurso do General Albino Silva, ameaçando intervenção em companhias particulares; a tomada de posições em cargos estratégicos por parte de elementos financiados por Moscou; a infiltração criminosa na Rede Ferroviária Federal; os atentados consecutivos contra a segurança e a paz, levados a efeito pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); os passeios ousados da demagogia paga pelos cofres da Nação, feitos pelo Sr Leonel Brizola; a manipulação da UNE como instrumento da subversão da ordem e do desacato às autoridades democráticas, a ausência de segurança, de paz, de tranqüilidade, de honradez, de fibra democrática, que caracteriza os momentos que vivemos, não nos permitem, a nós democratas, permanecer acuados e silenciosos, assistindo passivamente à trama golpista que se instala no poder.

É chegada a hora de os democratas crerem nas realidades. A revolução comunista não virá: JÁ VEIO, está instalada no Poder. Está nos postos de maior responsabilidade do Governo João Goulart. Está na Petrobras, hoje entregue aos inimigos de Getúlio. Está no CGT, sem que ninguém, na esfera trabalhista, se levante em defesa da Democracia conspurcada. Está nesse desejo criminoso de reformar a Constituição, para golpeá-la mortalmente. Está nas mãos de criminosos pagos, de agitadores inescrupulosos, de antigos agentes internacionais, como é o caso de Roberto Morena. Está na liderança falsa dos Pelacanis, dos Rianis, dos Caldeiras Brandis e da farândola imensa de maus brasileiros.

Por tudo isso, nós, dirigentes de Entidades, apelamos para o senso de patriotismo dos brasileiros democratas: defendam até o último instante os postulados da Democracia, fortalecendo e incentivando o Congresso Nacional; exigindo a manutenção correta da Constituição ameaçada; não permitindo o fortalecimento do estatismo, hoje voltado para golpear a Refinaria de Capuava, formada por capitais nacionais, dirigida e orientada por brasileiros; e opondo tenaz resistência aos inimigos da Democracia no Brasil, aliados incondicionais dos inimigos externos com sede em Moscou.

Se é para golpear a Constituição, haverão os apátridas de golpear, em primeiro lugar, os brasileiros que não se venderam aos desígnios do comunismo internacional. E advertimos: somos muitos os dispostos a morrer pelo Brasil dos brasileiros.

Guanabara, 13 de junho de 1963.

Aristóteles Luiz Drummond, presidente do Grupo de Ação Patriótica; Waldo Domingos Claro, presidente da Aliança Democrática Brasileira; Srª Amélia Bastos, Campanha A Mulher Pela Democracia; João Batista Gabriel, Frente da Juventude Democrática; Caio Gomes Machado, Brigada Estudantil em Defesa da Democracia; Roberto Carvalho, Frente Nacional dos Estudantes; Floriano Maciel, Resistência Democrática; e Roberto Teixeira, Movimento Estudantil Católico.

(*O Globo* – 14 de junho de 1963)

Pelo número de signatários desses Manifestos, observa-se que, no setor estudantil, havia numerosas entidades democráticas, sobretudo, no Rio, São Paulo e Minas Gerais contra aquele desgoverno que fazia o jogo dos comunistas. Tais Grupos começaram a se unir para o desenvolvimento de um programa de ação conjunta em defesa dos princípios da democracia, aspirando contar posteriormente com a adesão dos movimentos similares, estudantis e operários, de todo o País, o que acabou ensejando a formação de uma poderosa frente única democrática. Qual a primeira operação conjunta iniciada pelo GAP e pelas entidades que a ela se aglutinaram?

A primeira operação conjunta foi a distribuição de livros e folhetos em fábricas e colégios da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais. Distribuímos, inicialmente, três livretos: "Depoimento sobre a Rússia", mais de seis mil exemplares, de Nascimento Brito, Diretor do *Jornal do Brasil*; "Estopim da Fraude", de Waldo Domingos Claro, presidente da Aliança Democrática Brasileira; e UNE, instrumento da Subversão".

Numa ação continuada, conseguimos, ainda, distribuir mais de vinte mil livros de esclarecimento popular, alcançando maior destaque "Um Engenheiro Brasileiro na Rússia", de John Cotrim; "Estudantes Brasileiros na Tcheco-Eslováquia", de Ronaldo Pereira Rodrigues, que fora Secretário da UNE; e "Condição Humana da China Comunista", de Suzanne Labin.

Os livros do Engenheiro Cotrim e da Suzanne Labin foram lidos pela jovem oficialidade do 2º RO 105, em Itu, a qual, através de uma emissora de rádio, ligada à Igreja católica, difundiu as principais idéias desses livros por toda aquela área do interior paulista.

Essa é uma prova do poder do programa que multiplicou nossas ações. Paralelamente, a Frente emitiu pronunciamentos conjuntos, alertando o povo

contra a demagogia, a corrupção e as forças do comunismo internacional que contava, no Brasil, com o respaldo de um infeliz presidente da República.

Não resta dúvida de que o GAP contou sempre com ampla cobertura da Imprensa, que temia a comunização do País, sobretudo de O Globo *e dos* Diários Associados, *conforme destacou o próprio Hélio Silva, em seu livro anteriormente citado. O que foi a Cadeia Radiofônica da Democracia e qual a sua participação?*

A Cadeia Radiofônica da Democracia iniciou suas atividades no final de outubro de 1963, liderada pelas *Rádios Tupi*, *Globo* e *Jornal do Brasil*, com a participação no primeiro programa de João Calmon, Roberto Marinho e Nascimento Brito, diretores das emissoras que encabeçavam a Cadeia.

Apesar de ter, na época, apenas 18 anos, participei da Cadeia da Democracia, como Presidente do Diretório Nacional do Grupo de Ação Patriótica, desde o dia em que foi ao ar. Silenciar, quando víamos o Brasil sendo apunhalado pelos comunistas, seria renegar a Pátria.

O nosso discurso era no sentido de alertar que a liberdade, grande aspiração da juventude, corria imenso risco com a ação deletéria da UNE, engajada, também, na destruição da hierarquia familiar.

Dirigida aos verdadeiros democratas, a nossa palavra salientava que os problemas brasileiros – complexos e de raízes profundas – eram ignorados pelo Governo Goulart, que não os estudava, não trabalhava para resolvê-los, nada realizando de positivo pelo País.

O nosso enfoque, enfim, enaltecia a Rede da Democracia, em sua tarefa de vencer o palavreado vazio e demagógico dos extremistas da esquerda, com uma campanha de esclarecimento, sobretudo em defesa da Constituição e do Congresso para a preservação da democracia.

Por fim, dissemos na Rede da Democracia, que mais perigoso para o País que a pregação revolucionária de Brizola, paga pelos cofres públicos, mais perigoso que as ameaças levianas do Ministro da Justiça, era o próprio Presidente Goulart, que inquietava o Brasil, ora com a sua inércia, ora com o discurso da desunião, no momento em que atravessávamos uma das mais agudas crises de nossa história, conseqüência de seu péssimo governo.

Nas vésperas da Revolução, Aristóteles Drummond, Presidente Nacional do Grupo Ação Patriótica, que, hoje, temos o privilégio de entrevistar, fez a O Globo *importantes declarações relativas à Associação Metropolitana de Estudantes Secundários, que ficou conhecida como AMES, bem como em relação à Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Qual a natureza das suas observações?*

Destaquei que a nota oficial daquela Associação, de apoio e solidariedade aos rebeldes da Marinha, era mais uma prova de que a AMES sempre esteve afinada com a UNE na luta pela bolchevização do nosso País. Embora encarada com reservas por nós, a então diretoria da AMES foi eleita defendendo normas diferentes da que passou a adotar, usando, a traição, muito empregada pelos comunistas, para poder levar adiante seus intentos.

O apoio da AMES aos marinheiros e fuzileiros insubordinados serviu, também, para que os estudantes da Guanabara verificassem que a sua representação era falsa, gerando grande indignação no estudandato em geral, ao ver a destruição da disciplina e da hierarquia, com a cumplicidade das autoridades federais, não tendo o meio estudantil democrata, por nenhum momento, deixado de apoiar a digna oficialidade de nossa Marinha de Guerra, humilhada pela omissão daqueles que deveriam tomar atitude.

A propósito da Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro, declarei que a nossa entidade desfilaria, como aconteceu, reforçada por delegações de suas Seções de Juiz de Fora e de São Paulo, contando com a presença do Deputado Nina Ribeiro, por nós especialmente convidado, o que o *O Globo* publicou em 31 de março de 1964, data da Revolução.

O conceituado jornalista Waldo Claro, em artigo publicado na Gazeta Mercantil *– São Paulo, em 07 de janeiro de 1964, com o título "O Grupo de Ação Patriótica", diz, textualmente, ao iniciá-lo: "Existem movimentos que, pela sua índole e princípios, grangeiam o respeito e a admiração de todos. Pelas lutas. Pelas posições assumidas. Pelas opções manifestas. Pelos lugares que preenchem na História do Brasil. Assim, é o GAP. Ele nasceu no Estado da Guanabara, sob a inspiração de um dos maiores valores da nova geração. Nasceu sob a inspiração de Aristóteles Drummond."*

Considerando que o artigo, além de muito bem escrito, destaca a importância do GAP e sintetiza, com muita objetividade, o que foi o governo deposto, sugiro que o mesmo seja anexado ao seu depoimento, para que o Brasil conheça mais a respeito do Grupo de Ação Patriótica e seu presidente nacional – Aristóteles Drummond –, bem como avalie melhor os momentos difíceis que atravessamos naquela infeliz quadra da vida nacional. Sugiro, ainda, que seu artigo "O 31 de Março" publicado no Jornal do Brasil*, quando a Revolução completou 39 anos e que mereceu o aplauso dos leitores, externado em mais de vinte cartas, seja, também, parte desta sua objetiva entrevista.*

Fico gratificado com as sugestões. Waldo Claro é um nome respeitável do nosso jornalismo, corajoso defensor do patrimônio moral do Brasil, e que, sobretudo, sintetiza muito bem o desgoverno Goulart. Quanto ao artigo "O 31 de Março",

aceito e agradeço a sugestão, pois ele resultou de minha convicção de que é mister continuar a luta que tem por objetivo ajudar o Brasil a vencer injustificáveis preconceitos a que atribuo a culpa do nosso drama político, social e econômico. O Brasil, cada vez mais, precisa de definições, como destacou, certa vez, em Belo Horizonte, o Governador Francelino Pereira. Este artigo é, como meu livro "A Revolução Conservadora", mais um sopro de vida à minha renovada definição.

Tenho em mãos este seu livro dedicado à Revolução de 31 de Março de 1964 – "A Revolução Conservadora". É hora de solicitar-lhe um breve comentário a respeito desta feliz compilação de artigos – amostragem significativa de uma atividade jornalística intensa, duradoura e tão bem-sucedida.

Atendo à sua solicitação volvendo à Nota Introdutória do livro, onde afirmo que me rendi aos argumentos de que valeria a pena juntar pedaços de uma permanente pregação liberal-conservadora, de crítica às esquerdas, de defesa da economia de mercado e do papel decisivo desempenhado pelas Forças Armadas como garantidoras da ordem e do progresso que legendam nossa bandeira.

Depois de tanta crítica pela defesa sincera e desinteressada de convicções que fui consolidando através do tempo e do convívio com mestres admiráveis, julguei conveniente lembrar que o patrulhamento ideológico, as campanhas de descrédito, as ameaças veladas ou ostensivas não foram, em nenhum momento, suficientes para arrefecer o entusiasmo dos revolucionários de 1964.

Gostaria muito de falar, com maior profundidade, a respeito deste trabalho, mas vou me ater ao preâmbulo e às palavras finais de um artigo meu – "A Revolução de 1964" – publicado no jornal *Estado de São Paulo*, de 26 de março de 1989, com o qual abri a 1ª Parte do livro, por mim intitulada "A Revolução e os Militares".

Apresento, pois, uma visão deste artigo completando minha resposta à sua indagação:

A REVOLUÇÃO E OS MILITARES

Nos idos de 1964, quando os setores mais representativos da sociedade brasileira pressionavam as Forças Armadas no sentido de porem cobro ao clima de desordem estimulado pelo então presidente da República, a grande resistência dos chefes militares se prendiam à defesa da legalidade, que teria de ser quebrada. Durante muito tempo, alguns oficiais-generais, como o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, chegaram a sugerir à liderança civil do Movimento que achasse uma saída constitucional para a crise de autoridade que o Brasil vivia, lembrando o recurso do impeachment. *Somente quando se esgotaram todos os meios legais para se*

deter a escalada do país aos apelos que vinham de todos os segmentos da sociedade, aderindo à rebelião desencadeada em Minas Gerais, pelo Governador Magalhães Pinto e pelo comandante da 4ª Região, General Olímpio Mourão Filho.

(....) O recurso à intimidação de certas esquerdas procura ocultar a verdade histórica. A Revolução não foi nem uma quartelada nem um golpe, mas um amplo movimento político-social de salvação nacional, irmanando civis e militares.

(....) A Revolução é e deve ser permanente, no que toca a seus compromissos e não será pelo desgaste inevitável dos vinte anos de Poder e pelo fato de ter cometido erros, que deva deixar de ser exaltada, prestigiada e reconhecida.

Os militares que, no final, passaram à História como responsáveis pelo Movimento, não podem renegá-lo. Devem, sim, reafirmar os seus compromissos com os ideais da época e ressaltar a obra realizada, tranqüilizando a Nação que, hoje mais do que ontem, pelas dimensões que ocupa no mundo, não pode admitir a omissão de seus soldados em momentos de extrema gravidade para a existência nacional. Os compromissos da Revolução continuam.

(Estado de São Paulo, *de 26 de março de 1989*)

Qual a mensagem do Grupo de Ação Patriótica, publicada pelos nossos principais jornais, nos primeiros dias de abril de 1964, após a vitória do Movimento revolucionário de 31 de Março?

Dissemos, mais ou menos, o seguinte: No momento em que a ordem, a honradez, a autoridade e o regime democrático voltam a vigorar em nosso País, sentimos a obrigação e o dever de vir a público trazer a nossa palavra, a palavra da juventude brasileira, que vê agora suas vidas voltadas de novo para o estudo e o trabalho, uma vez que seu futuro, o futuro da Pátria, encontra-se garantido.

Não é momento para esmorecimentos nem abandonos, mas já é o momento de se fazer o que não se conseguia, ultimamente fazer. Estudar. Trabalhar. Construir. Sanear. Progredir e dar ao Brasil e a seu povo sofrido, a liberdade e a justiça social que ele esperava e merecia.

O exemplo e o grito de reação do Governador de Minas – Magalhães Pinto – e dos generais Mourão Filho e Carlos Guedes, seguidos por Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, não em nome de seus estados e de suas guarnições, mas do povo brasileiro, encontre a aprovação em todos os Estados da Federação, tanto entre os civis como na caserna, todos cansados de tanta desonestidade, agitação e traição.

Finalmente, nós nos congratulamos com o povo, em especial com a juventude, na certeza de que o 31 de março estabelecia o marco inicial de uma nova era, a era do trabalho e do crescimento do Poder nacional, o que, felizmente, se tornou uma realidade.

Em seu livro "Minas", cuja Segunda Edição foi lançada agora em 2002, o senhor realiza um passeio por mais de dois séculos de História de Minas, no dizer de Carlos Lindenberg, sem deixar de dedicar um dos seus mais empolgantes capítulos à Revolução de 1964. Nesta oportunidade, gostaria de ter sua palavra a respeito deste capítulo da obra, que aborda, com agudo descortino, este relevante tema da história do País.

Duas idéias, expostas na apresentação do livro, registro inicialmente: A Revolução de 1964, iniciada em Minas, pelos mineiros – que a paixão política e ideológica por vezes leva a incompreensões e injustiças – cometeu seus erros, o que é natural, mas, no momento em que foi feita, a Revolução congregava o que existia de representativo no Brasil e em Minas Gerais. Senão, 48 horas não teriam sido suficientes para acabar com qualquer tipo de resistência.

Quanto ao capítulo específico, objeto da pergunta, escrevi, em seu prelúdio, que as "paixões políticas e ideológicas, os ressentimentos daqueles que ficaram pelo menos 15 anos sem direitos políticos, embora em condições de exercer toda e qualquer outra atividade, entrar e sair do País quando bem entendesse, faz com que o movimento iniciado em Minas, unindo governos estaduais, guarnições militares e apoio da população, fosse considerado, a partir da década de 1990, mais precisamente no Governo FHC, como um golpe de estado ou uma quartelada, o que absolutamente não corresponde à verdade histórica.

Como se não tivesse tido a participação dos mais eminentes homens públicos da época, quando inclusive Magalhães Pinto constituiu um gabinete de nível ministerial, reunindo nomes como os de José Maria Alkmim, ex-Ministro da Fazenda de JK, expoente do PSD; Afonso Arinos de Melo Franco, grande liberal, que depois de ter sido deputado federal por Minas, foi senador duas vezes pelo Rio de Janeiro, chanceler de Jânio; José Monteiro de Castro, parlamentar que chefiou a Casa Civil da Presidência da República; Mílton Campos e Gustavo Capanema, louvados merecidamente em seus centenários de nascimento, biografados por uma testemunha ocular da História como Murilo Badaró, que foi deputado estadual, federal, senador indireto e Ministro da Indústria e do Comércio, além de Israel Pinheiro, talvez o mais consagrado estadista mineiro, companheiro histórico de JK, fundador da Companhia Vale do Rio Doce, que apoiaram o Movimento, filiaram-se ao seu partido, a ARENA, quando criado em 1966, e nele exerceram mandatos.

Os empresários mineiros se fizeram presentes na Revolução, desde a primeira hora. A começar pelo bravo presidente da Federação das Indústrias, Fábio Mota, e pelo não menos bravo dirigente da Federação da Agricultura, Evaristo de Paula, ruralista, político, que veio a ser secretário de Agricultura de Israel Pinheiro. Outros notáveis foram Gabriel Bernardes, ruralista, Jonas Barcelos – o pai – empresá-

rio, Augusto de Lima Neto – Companhia Telefônica, ainda do Grupo Ligth – Nilton Veloso e muito mais".

Por oportuno, devo registrar que, após o 31 de março, surgiram muitos revolucionários, muitíssimos, os adesistas, "mais convictos" do que os próprios revolucionários, aliás, os mesmos que sumiram, desapareceram, depois de 1985.

Houve, também, os desorientados, radicais de esquerda, que, optando pela luta armada, em uma nova tentativa de implantar o comunismo no Brasil, participaram de assaltos, assassinatos, seqüestros e outros atos criminosos em que acabaram vítimas da repressão que, como sempre aconteceu – e acontece – na história dos povos, foi dura e violenta na sua ação.

Embora compreensíveis os ressentimentos, nem por isso se pode escrever a História, como vem acontecendo na pura emoção e na negação dos fatos.

A resposta da autoridade responsável não podia e nem pode ser diferente. Pobre dos que pensam em tratar terroristas e os fora-da-lei de outra maneira! Olha o que está acontecendo na Colômbia, onde as guerrilhas comunistas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ficaram para infelicitar aquela nação amiga. Veja aqui dentro, a audácia e o desrespeito à lei e à justiça, por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), aproveitando a fraqueza e indefinição dos últimos governos da federação e de alguns governos estaduais!

Ainda a respeito do capítulo em tela, consciente de que devo, nesta narrativa, limitar-me ao melhor que ele contém, dele extraio o editorial do principal jornal mineiro, *Estado de Minas*, intitulado "O Dever dos Militares", publicado em 5 de abril de 1964, onde seus diretores, seus editores – homens da mais alta responsabilidade, credibilidade e coragem – se posicionam claramente. Não se pode admitir que tais cidadãos não estivessem interpretando o mais fielmente possível o pensamento dominante no povo de Minas Gerais, que era o do Brasil, naquele grave momento.

Neste anexo ao capítulo de meu livro "Minas", que agora passa a constar de meu depoimento neste Projeto de História Oral do Exército, os brasileiros têm a oportunidade de observar que o próprio jornal defende cassações de mandatos e pede a punição severa nos casos de corrupção.

Vejamos o Editorial:

O DEVER DOS MILITARES

Se há um setor que não está corrompido no Brasil, graças a Deus, é o das Forças Armadas, incluídos o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Em Minas, deve-

mos juntar a esse bloco de homens dignos e patriotas a Polícia Militar, outra corporação que tem dado os mais admiráveis exemplos de amor à nossa terra.

Feliz a nação que pode contar com corporações militares de tão altos índices cívicos. A todo momento, essas corporações, comandadas por oficiais formados na melhor escola, a escola do patriotismo, da decência, da pureza de intenções e propósitos, nos oferecem o testemunho de sua identificação com os melhores ideais de nossa gente. O que elas têm no coração é um Brasil grande, progressista, respeitado, unido de norte a sul, de leste a oeste, trabalhando livremente num clima de ordem e de paz.

Os nossos militares, quanto mais fundo e mais grosso é o mar de lama, estão recolhidos às suas casernas austeras, submetidos a um regime de vencimentos incompatíveis com as exigências da vida moderna. Hoje em dia, não há quem queira ser mais oficial do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, porque não se recebem, nessas três armas, soldos que permitam uma existência tranqüila. No entanto, os militares tudo suportam estoicamente, assistindo diante deles ao espetáculo da mais deslavada corrupção, provocada pelo poder civil, pela baixa politicalha, pelo eleitoralismo grosseiro. Bastaria dizer que hoje um procurador de um dos institutos de previdência logo no primeiro mês de sua nomeação, sem ter serviço, indo à repartição meia-hora por dia, quando vai, recebe mais do que um general que se submeteu a uma longa carreira, sujeito a mudanças amiudadas de residência, sendo obrigado a matricular seus filhos cada ano em um colégio diferente, e com um regime de trabalho de dez horas por dia.

É impossível, porém, enumerar aqui todas as injustiças de que são vítimas os militares. E não se queixam, não se desesperam, por amor ao Brasil. Pois bem: esses patriotas, que não contribuem para o abastardamento dos costumes públicos em nosso País, de quando em vez, são forçados a corrigir os erros da politicalha, tomando o Poder dos corruptos, dos caudilhos, dos extremistas de baixa extração, restituindo-o, limpo e puro, aos civis. Nunca advogaram em sua causa própria, ou melhor, nunca tomaram o Poder em benefício próprio. Agem quando é preciso, a fim de restituir a tranqüilidade e a paz ao seio da família brasileira. Mas essa tolerância com os civis, que não estão sabendo ser dignos do Poder, tem um limite. As imposições do patriotismo, que é tão aceso no meio militar, poderão levá-lo a dissolver as assembléias que insistem em permanecer dando cobertura a políticos corruptos e aventureiros, a comunistas interessados em abrir aqui uma porta ao fidelismo cubano.

O povo também está perdendo a fé nas soluções civis. Vê a volta das raposas de baixa politicalha com espanto e nojo, porque compreende que a agitação vai continuar, a corrupção idem, o assalto aos cofres públicos, a compra de fazendas e apartamentos com dinheiro roubado da Nação. O comando revolucionário não acei-

tará agora isto. Quer o expurgo, a higienização do meio político, a imobilização da gangue que infelicitava o Brasil. Os corruptos, onde estiverem, terão que pagar por seus crimes. Se estiverem no Parlamento alguns deles, terão que ver cassados os seus mandatos, os mandatos que não souberam honrar, traindo ali a democracia. Se estiverem os totalitários vermelhos no mais alto tribunal de justiça do País, há que se impor-lhes as sanções da própria lei que eles impõem a outros. Sem esse expurgo, feito sem violência, mas dentro da legislação de defesa do povo e do regime, não estará completa a revolução.

Se tolerarem qualquer transigência com os objetivos da revolução, os militares serão novamente traídos pela parcela dos civis corruptos e indignos.

Homens com alta dignidade, a compostura cívica, a bravura pessoal, a vida limpa e exemplar de um general Carlos Luís Guedes – que é um militar admirável – não podem permitir que se faça a reconstrução do Brasil em bases falsas. Essa reconstrução tem que ser, antes de tudo, moral. Foi por isto que todos nós, que estivemos na luta arrostando a empáfia dos baderneiros, sujeitos diariamente a assaltos e golpes dos extremistas, fizemos uma revolução.

Os militares não deverão ensarilhar suas armas antes que emudeçam as vozes da corrupção e da traição à Pátria. Cometerão um erro, embora erro de boa-fé, se aceitarem o poder civil, que está aí organizado para assumir as responsabilidades da direção do País. Terão que impor um saneamento, antes de voltar aos quartéis.

(Editorial de 05 de abril de 1964)

Que mensagem final gostaria de deixar acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar registrada para a posteridade, por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

A missão de 1964 não está encerrada. Muito menos os deveres dos militares com a Pátria, sua unidade, sua ordem interna, seu respeito à cultura e às liberdades, ao pluralismo de idéias, raças e religiões.

Cumpre defender o ensino privado, a saúde privada, os planos de saúde, a propriedade rural produtiva, a ordem nas fábricas e no mundo agrícola, liberdade de imprensa, o respeito ao direito de ir e vir, instituições e conceitos sob permanente ameaça. As Forças Armadas têm compromissos superiores com a nacionalidade, não de buscar o aplauso fácil das multidões, nem podem se curvar aos caprichos daqueles que eventualmente ocupam o Poder e fogem aos compromissos maiores da moralidade e da ordem interna. O exemplo dos chefes militares, ao longo da República e não apenas do período 1964-1985, deve ser lembrado nos quartéis, navios e unidades da Força Aérea.

A Democracia que temos só foi possível pelo trabalho iniciado em 31 de março de 1964. E só será consolidada e se constituirá em instrumento do desenvolvimento econômico e social, ético e moral, se contar com o respaldo dos militares, forças respeitadas, admiradas e estimadas pela sociedade brasileira, conforme atestam todas as pesquisas conhecidas. Os militares e o Movimento de 1964 inclusive podem não contar com a opinião publicada, mas certamente têm o apoio e o reconhecimento da maioria silenciosa, que trabalha, que se porta dentro de padrões que herdamos de nossos maiores e queremos legar aos nossos filhos, independente da bizarrice das minorias barulhentas, desocupadas, voltadas para a ação política deletéria, de cabelos compridos e roupas exóticas, de vez que o Brasil do trabalho, dos trabalhadores de verdade, dos empreendedores, é bem maior e mais forte, guiado por uma fé verdadeira e sincera.

Na atual conjuntura, considero que a ameaça interna maior está na oposição ser de tucanos, elementos que configuram a pior espécie de revanchistas, os mais perigosos sem dúvida nenhuma, prova está que fizeram uma eleição em que todos os candidatos eram de esquerda, empenhados que estão para que, daqui para a frente, o debate se trave entre esquerda petista e esquerda tucana, o que seria desastroso para o Brasil que queremos, como sempre, soberano e democrata, cristão e plural.

Todavia, fiquei animado em verificar que tem gente de qualidade pensando na História do Brasil, no nosso preocupante presente e incerto futuro. Avulta de importância o fato de que a maioria silenciosa, quando sente o perigo, acorda.

O silêncio e a pusilanimidade de tantos aproveitadores, dos covardes que se omitem, não será suficiente para que os grandes feitos de 1964, seus notáveis homens, civis e militares, sejam escondidos indefinidamente do conhecimento da história. A verdade acaba sempre por triunfar e os oportunistas, demagogos e carreiristas acabam identificados e condenados no mais importante dos tribunais que é a história, o conceito dos pósteros, o respeito dos justos. Manter a chama dos ideais de 1964 exige coragem e coerência, caráter e espírito público. Aos covardes, só existe lugar na sombra do Poder, mas sempre com a marca da subserviência menor dos que não têm caráter.

O GRUPO DE AÇÃO PATRIÓTICA

Waldo Claro

Existem movimentos que pela sua índole e princípios, grangeiam o respeito e a admiração de todos. Pelas lutas. Pelas posições assumidas. Pelas opções manifestas. Pelos lugares que preenchem na história nacional.

Assim é o Grupo de Ação Patriótica. Ele nasceu no Estado da Guanabara, sob a inspiração de um dos maiores valores da nova geração. Nasceu sob a inspiração de Aristóteles Drummond, que vem de uma cepa de bravos, de uma família que enriqueceu o patrimônio moral do Brasil. Aristóteles descende daqueles brasileiros que saindo de Congonhas de Sabará, rasgaram o Brasil de Norte a Sul com exemplos vivificantes. Como Augusto de Lima, um bandeirante mineiro, cuja existência foi um apostolado em prol da justiça do bem comum, da honra e da verdade.

Em todos os momentos difíceis que temos atravessado, resultantes do desgoverno imposto por essa quadrilha de *gangsters* que nos assaltaram, vimos o GAP tomar posição. Posições corajosas. Bravas. Dignas posições, daqueles que não se conformam com o loteamento da moral no País. Com a brizolização da nossa honra. Com a juremazização dos nossos preceitos de justiça e de lei. Posições dos que não pretendem o Brasil jangando, mas um Brasil trabalhando, produzindo, melhorando, quebrando as arestas do subdesenvolvimento para impor-se no cenário mundial. Um Brasil dos brasileiros, onde não haja lugar para os desonestos dessa república de truões, que a cada dia solapam os alicerces do nosso destino e impedem o pleno desenvolvimento das nossas potencialidades. Um Brasil sem UNEs, sem CGTs, sem comandos ditatoriais de falsos líderes, que vivem alimentados pelos tesouro público, a receberem "cachês" no *Banco do Brasil* e na *Petrobrás*. Um Brasil sem greves políticas, incentivadas, financiadas e dirigidas pelo presidente da República, para que o desespero faça o povo escolher o pior. Faça o povo escolher Leonel Brizola, ao invés de escolher Amaral Neto. Faça o povo escolher Miguel Arraes, ao invés de Carlos Lacerda. Faça o povo escolher João Goulart, ao invés de Milton Campos. É o desespero do povo, que o faz escolher juntamente os canalhas, na hora da opção. Escolher os que mentem e ladram mais alto.

No entanto, essa mistificação das vontades, esse entendimento crasso da realidade brasileira, essa avalanche de crimes contra a honra nacional, essa sucessiva e ininterrupta proletarização do nosso destino, motivou uma reação espetacular. Uma reação incontrolável. Invencível. Incapaz de ser detida, em sua marcha higienizadora. Uma reação de brasileiros inconformados e dispostos a cobrarem a honra de sua terra. Uma reação dos que crêem nas qualidades positivas do Homem, que são a coragem, a justiça e o amor. Justamente as que o impele ao encontro das procelas, dos sofrimentos, dos exílios, das perseguições e das lutas postas em terrenos impessoais.

E essa reação cresce como bola de neve. Apavora o governo. Intranqüiliza os desonestos. Desassossega os corruptos. Atemoriza os venais. Faz arrepiar os truões. Coloca em polvorosa o barco dos caudilhos, a ponto de já assistirmos os

primeiros ratos nadarem com destino à praia. Com medo da cadeia. Com medo da Justiça. Com medo da lei. Com medo do povo. Com medo da própria consciência.

O GAP tem colaborado substancialmente com essa tarefa de intranqüilizar os desonestos, de higienizar o Brasil, de encurralar essa quadrilha que tomou de assalto o poder em nossa Terra. Por isso, causa-nos profunda alegria, a sua instalação em São Paulo. É mais um movimento cívico para ser somado aos muitos que Piratininga possui, no sentido de resistir no momento propício, de lutar na hora aprazada. De afirmar a soberania nacional. Aqui, foi o GAP entregue à direção do jovem Cláudio Baêta Leal, um valor que desponta com grande esperança nos quadros de liderança estudantil.

Que o GAP prossiga em sua luta nobre e altiva. Certamente não faltará o apoio dos paulistas, a um movimento dessa índole. Que já se impôs pelas conquistas. Pelas lutas. Pelas opções. Resta-nos tão-somente agradecer a Aristóteles Luiz Drummond, pela magnífica iniciativa. Quiçá ela crie raízes e se dissemine por todo o País. Porque agora, mais do que nunca, o Brasil precisa dos seus filhos. Dos filhos dignos. Dos jovens capazes. Dos jovens atuantes. Dos jovens destemidos. Dos jovens puros. Dos jovens como Aristóteles.

Gazeta Mercantil, São Paulo, 07 de janeiro de 1964.

O 31 DE MARÇO

Jornalista Aristóteles Drummond

A Revolução de 1964, que hoje completa 39 anos, precisa ser mais conhecida e avaliada por aspectos outros que não os ligados à luta armada e à repressão. Os episódios lamentáveis e condenáveis de lado a lado, da tortura aos seqüestros, assaltos, execuções e justiçamentos, são lembranças a fortalecer a convicção da excelência de instituições democráticas sólidas e lideranças maduras na condução do processo político. O terrorismo, além de um mal em si, provoca reações indesejáveis.

O que deve ser lembrado e avaliado é o salto de modernidade, complementar ao impulso iniciado no Governo JK, que efetivamente tornou o Brasil uma Nação economicamente viável. Aliás, o Presidente Castello Branco, o primeiro dos militares, foi buscar em Roberto Campos – que divide com Lucas Lopes a autoria do Plano de Metas de JK – o seu homem forte, responsável pela correção nas contas públicas, iniciativas oportunas como as reformas administrativas (Decreto-Lei 200) e trabalhista, além da criação do BNH e do Banco Central.

Mas foi a partir do governo Costa e Silva, que é freqüentemente criticado de maneira injusta, que o Brasil viu surgir uma nova geração de empreendedores,

responsáveis pelos mais notáveis avanços de nossa história, tendo como ponto alto os anos do "milagre brasileiro" no Governo do Presidente Emilio Médici. Jarbas Passarinho, Delfim Netto, Mário Andreazza, César Cals, Costa Cavalcanti, Nestor Jost, Haroldo Matos, Eliseu Resende e Hélio Beltrão são alguns dos grandes realizadores aos quais o Brasil tanto deve.

Nos estados, os partidos identificados com o período autoritário – nunca totalitário – revelaram empreendedores do porte de ACM, na Bahia; Maluf, em São Paulo; Israel Pinheiro, Rondom, Aureliano e Ozanan Coelho, em Minas; Faria Lima, no Rio; Marco Maciel, em Pernambuco; Jorge Teixeira, em Rondônia, entre outros.

Depois do período cinzento do General Ernesto Geisel, estranhamente exaltado pelos adversários de 1964, responsável pela imprevidência energética – grande afinidade com os tucanos, portanto – e pelo maior surto estatizante da República, tivemos o Presidente João Figueiredo, que conciliou a abertura política com um vigoroso plano de obras de Itaipu, o triplicar da produção de petróleo, fez crescer o Proálcool. E isso em meio à grave crise internacional que o Brasil enfrentou sob o comando competente do genial Delfim Netto, que depois se revelou grande parlamentar, já em quinto mandato.

O País muito deve ao planejamento estratégico sob a influência dos militares. Eles pensaram o Brasil "grande", atraindo investimentos e construindo o que existe de infra-estrutura moderna nos portos, aeroportos, estradas, energia e telecomunicações. O que aliás, foi reconhecido pelo próprio presidente Lula, durante a sua campanha eleitoral.

No campo social, foram criados o FGTS, o plano habitacional popular, o Funrural, maior programa de renda mínima do mundo, o Mobral, a proteção ao empregado doméstico, o incentivo fiscal aos taxistas, entre outros.

O exemplo moral, este então é inquestionável, tendo as viúvas e filhos dos diferentes presidentes servido de testemunhas da mais absoluta lisura no trato da coisa pública. Todos deixaram o Governo para uma vida modesta, assim como seus familiares e auxiliares mais próximos.

Não é justo, portanto, esse martelar incessante de acusações a um período que pode ter cometido equívocos, mas que em muito serviu para que o Brasil tivesse chegado a ser a oitava potência econômica do mundo. Hoje, depois de tantos anos do final do Governo Figueiredo, o País ocupa a 12ª posição, ultrapassado que foi pela Espanha, China, Coréia e pelo México.

O que se sugere aos homens de boa vontade é a mera comparação dos vinte anos de governos militares com os vinte subseqüentes em termos de índices econômicos, inclusive saldos comerciais, de poder aquisitivo do trabalhador,

de segurança pública, de construção de casas populares, obras rodoviárias e de geração de energia. Apenas.

O silêncio dos pusilânimes, covardes e oportunistas poderá ser aferido no dia em que os pesquisadores se deitarem sobre os jornais da época e mesmo nos anais do Congresso Nacional. Neles, são ricos os exemplos de exaltação aos militares por muitos que procuram esquecer o que disseram ou dos cargos que exerceram ou as legendas partidárias sob as quais militaram.

(*Jornal do Brasil*, de 31 de março de 2003)

Coronel Hernani D'Aguiar

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército (AMAN, EsAO e ECEME), os Cursos de Técnica de Ensino e de Relações Públicas, do CEP, o de Opinião Pública, da PUC (Bolsa do Exército) e o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da ESG.
- Serviu nas Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Guerra (General Costa e Silva), acumulando, em seguida, com as funções de seu Secretário Pessoal. Na Presidência da República, foi, inicialmente, Secretário Pessoal do Presidente, depois adjunto do Gabinete Militar, criando, posteriormente, a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) da Presidência, sendo seu primeiro Chefe.
- Comandou o 7º RO (7º Regimento de Obuses), transformado em 17º GAC (17º Grupo de Artilharia de Campanha), em Natal, de 1972 a 1974. Terminou a carreira militar como Chefe da Divisão de Assuntos Militares (DAM) da ESG.
- Livros publicados: Escreveu vários livros, cabendo destacar "A Revolução por Dentro", lançado em março de 1976; "Estórias de Presidente", novembro de 1991; "Ato 5, a Verdade Tem Duas Faces", abril de 1999, e "Quem não se Comunica... não se Explica", em dezembro de 1999.
- Em 1964, era Major Instrutor de História Militar e Geografia, na ECEME, onde se encontrava quando da eclosão da Revolução de 31 de Março, tendo participado da segurança pessoal do General Bizzaria Mamede.

Entrevista realizada no dia 20 de dezembro de 2000.

Quero desde logo declarar a satisfação, o prazer e até o orgulho de estar aqui num templo em que se procura a verdade. Para cada livro que a direita ou o centro consegue publicar sobre os fatos básicos do tema que vamos tratar, a esquerda consegue lançar 10, 11 trabalhos. E o interessante é que a história mundial nos revela que a história deve ser elaborada pelos vencedores e, no caso brasileiro, está sendo feita, escrita e falada pelos vencidos. Pelos derrotados, numa guerra sem limites, sem quartel; numa guerra que, na ocasião, se chamou de "guerra suja". Então, o que eu estou fazendo é participando de um trabalho que foi um projeto muito bem planejado, muito bem pensado e capaz de dirimir dúvidas ou, pelo menos, estabelecer o ponto médio.

A verdade completa talvez não exista, parece que a verdade completa está na mão de Deus, mas parte da verdade, quer dizer, a verdade sob um determinado ponto de vista é de nossa responsabilidade. Estamos assistindo, até agora, somente a versão dos opositores, muitas das vezes, bastante obscura e tendenciosa.

Depois desse objetivo preâmbulo, vamos perguntar ao Coronel D'Aguiar que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos do Movimento, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A minha participação pessoal nos pródromos da Revolução se prendeu, fundamentalmente, às minhas aulas de guerra revolucionária na ECEME, abordando os principais casos históricos ocorridos no bojo do movimento comunista internacional, e os que estavam em curso em diversos países de diferentes continentes, mostrando, em especial, as semelhanças do nosso caso com a guerra revolucionária desencadeada na Tchecoeslováquia – suas circunstâncias, suas pressões de base e de cúpula etc.

Participei de um dos diversos grupos de conspiração contra a lamentável conjuntura que nos atingia. Esse grupo já se reunia sob a chefia do Coronel Luiz Mendes desde a crise de 1954 e era praticamente constituído por elementos da ECEME.

Além de participar desse grupo, recebia informações de um outro grupo, o do General Ademar de Queiroz, com ligações através do Coronel Nilton Orique e do Tenente-Coronel Teotônio Vasconcellos.

Continuei minhas pregações anticomunistas na cátedra da ECEME, tendo sido fichado na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, Estado-Maior governista, como milhões de brasileiros que sentiam a enorme necessidade de ver contida a ameaça comunista.

Durante a eclosão do Movimento, juntamente com o Major Malan de Paiva Chaves, fui guarda-costas, entre aspas, do Comandante da Escola de Estado-Maior, General Bizarria Mamede, acompanhando-o sempre.

Nos primeiros dias de abril após o Movimento armado, tive também a oportunidade de realizar, levando como imediato o então Capitão Agenor Homem de Carvalho, várias diligências em residências, escritórios ou gabinetes de elementos considerados subversivos.

Finalmente, recebi a incumbência dada pelo subcomandante, o então Coronel João Bina Machado, de redigir o relatório oficial da Escola para a 5ª Seção do Estado-Maior do Exército, já no Governo Castello Branco. Para isso, analisei centenas de partes dadas obrigatoriamente, por elementos da direção, instrutores, alunos e pessoal da administração cumprindo ordem do comandante.

Talvez, em conseqüência das minhas atividades naquela época, tenha sido agraciado com a Ordem do Mérito.

Gostaria, agora, de abrir um parênteses para contar uma autêntica anedota que se passou e, agora, com um pouco de receio, sabendo que será gravada. Quando estava na ECEME, nos dias que se seguiram à Revolução, cheguei a ser telefonista de dia revezando com o Malan. Num desses telefonemas, dado por pessoa desconhecida, recebi o seguinte informe: os senhores estão querendo prender o Almirante Aragão – o Almirante Fuzileiro Aragão era elemento altamente subversivo. E, eu disse: "gostaríamos sim". E me informaram: "Se quiserem prendê-lo, ele agora está na casa de uma das senhoras de quem ele é amante". Ele era chegado a essa atividade que aliás era uma atividade interessante – ser mulherengo. E mais ainda: "complementando, informo que, no endereço que lhe dei, ele está apenas com um guarda-costas, com um segurança. Portanto, será fácil prendê-lo". Transmiti essa informação ao então Coronel João Figueiredo, o segundo mais antigo da Escola. O comandante era o General Mamede, o subcomandante era o Coronel João Bina Machado e o terceiro na hierarquia era justamente o então Coronel Figueiredo.

Deu-me ele ordem de estabelecer ligação com um daqueles grupos que já tínhamos organizado de dez elementos. Nós também fazíamos o nosso ""grupo dos onze"", para realizar missões de captura, de prisão etc., utilizávamos as próprias viaturas, e eu, por exemplo, utilizava a minha Kombi. Então, disse-me: "Você pega dez elementos de um grupo desses e vá prender o Almirante Aragão". E eu disse: "Meu coronel, não sou nenhum valente e não há valentia nenhuma no fato de 11 pessoas prenderem dois. Mas eu conheço o caráter, o tipo de pessoa que é o Almirante Aragão, com todos os defeitos, covarde ele não é. Se eu um simples major chegar para prendê-lo, ele não vai aceitar calmamente essa prisão. Peço, portanto, ao senhor que me forneça um almirante, nem que seja da reserva, para chegar lá e dar ordem de prisão, se ele não cumprir, então, eu e os outros dez seguramos e levamos". Para ganharmos tempo, o Coronel Figueiredo mandou or-

ganizar a equipe e ver o transporte para irmos. Já estava preparando a Kombi e arregimentando os meus dez companheiros, inclusive o Agenor, quando o General Mamede soube e mandou suspender a operação para meu alívio.

Porque, imagine o senhor, se um major tenta trazer na violência um almirante, eu depois ficaria execrado na Marinha. Embora ele fosse um almirante suspeito, então esta é a guisa de anedota para aliviar a nossa conversa.

Então, a decisão do General Mamede foi realmente providencial.

Com a decisão do General, foi pedido ao Almirante Heitor, já falecido também, que fosse prendê-lo com alguns fuzileiros contrários ao Almirante Aragão. E, assim, foi feito, e, desta forma, ele acabou preso. Isso era uma coisa interessante que faz parte da minha quase participação no aprisionamento do Aragão. E, com isso, dou por respondida a primeira pergunta.

Onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março?

Dizer com precisão as raízes do Movimento de 1964 me parece difícil. Elas resultaram de um processo que, vindo de longe, provavelmente desde a crise de 1954 com o seu "mar de lama", passando pela crise de Jânio Quadros, em 1961, quando, daí para frente, passou-se a enfrentar a ameaça da guerra revolucionária que nos atingiu, com toda violência, a partir de 1963.

Essa guerra revolucionária já havia obtido êxito em vários países europeus, asiáticos e africanos e acabou por eleger o Brasil para novo ponto de aplicação, pela situação geopolítica privilegiada de nosso País, que, uma vez caído, levaria consigo toda a América do Sul.

Julga o senhor que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Creio que sim, porque, ao se evitar um conflito bélico direto entre os blocos ideológicos, representados no embate Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) *versus* Pacto de Varsóvia, o caminho que restou ao comunismo foi aproveitar as características da guerra revolucionária para aplicá-la em todo o mundo e, dentro da América do Sul, especialmente no Brasil, por significar a forma mais econômica utilizada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para conduzir a humanidade ao comunismo. Em menos de meio século, dois quintos do planeta já haviam sido subjugados.

Gostaria de dizer algo mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?

Como já disse anteriormente, era lamentável a situação política, caracterizada pela infiltração progressiva na cúpula administrativa nacional, pelas greves ile-

gítimas e ilegais quase que diárias, pela desmoralização das Forças Armadas através da tentativa de desmoralização de seus chefes, pelo descrédito dos dirigentes, nos níveis federal, estadual e municipal, que questionavam as posições adotadas pelo governo central, pela deterioração dos valores mais representativos da vida nacional, sobretudo os diretamente ligados à liberdade e à democracia, substituindo-os pelas ações suspeitas e nefastas dos pelegos, dos aproveitadores, dos marxistas-leninistas, dos anarquistas – alguns importados do exterior – calcadas no desrespeito à lei e à ordem. Enfim, era o prenúncio do caos. O livro "A Revolução por Dentro", de minha autoria, nas páginas 82 e 83, amplia largamente esse quadro soturno.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Sim, principalmente nas classes média e nas mais elevadas. Era indisfarçável a falta de competência e o despreparo do senhor João Goulart para o alto cargo que exercia. Aparentava estar completamente dominado por pelegos, aproveitadores e agentes militantes da subversão.

A demagogia campeava desbragadamente. As classes menos privilegiadas eram as suas vítimas e alvos, seduzidas por essa demagogia envolvente e pelas promessas utópicas, sem qualquer possibilidade de realização, anestesiadas por quimeras e falsidades. Como algumas das reformas anunciadas pareciam justas, boa parte dos elementos dessas classes acreditava nelas.

Qual a posição da Igreja com relação ao Governo deposto?

A Igreja já vinha se mostrando infiltrada, agitada e dividida entre "os progressistas" e "os conservadores". Eram numerosos esses "padres modernos", os chamados "padres de passeatas", e contava ainda, em suas hostes, com dois cardeais-arcebispos muito atuantes, o de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, e o do Rio de Janeiro, Hélder Câmara. O primeiro, embora tenha até abençoado as tropas de Minas Gerais na eclosão da Revolução, mudou completamente, chegando a defender, ultimamente, a liberdade dos seqüestradores de Abílio Diniz, alegando que agiram politicamente. Uma atuação, no mínimo, irresponsável e, ao mesmo tempo, cínica.

Meu livro "Ato-5, a Verdade Tem Duas Faces" dedica um longo capítulo de mais de vinte páginas sobre o assunto, com o título "Atritos entre a Igreja e a Revolução" nas páginas 145 a 166, detalhando, inclusive, as ações subversivas dos elementos mais radicais, dando nome aos religiosos mais engajados.

Sobre as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze" o que o senhor gostaria de falar?

Muito superficialmente, as "Ligas Camponesas" foram herdeiras naturais das primeiras tentativas feitas no campo para mostrar força e poder, pressionando os

órgãos do Governo que tratavam do setor de terras. Lembro-me de que começaram no Estado do Rio de Janeiro. A Fábrica Nacional de Motores (FNM) foi invadida sob o comando do falso Padre Aníbal. No campo agrário propriamente considerado, foram freqüentes os distúrbios e invasões chefiados pelo Deputado Francisco Julião. Realizaram marchas sobre engenhos e fazendas, especialmente no Nordeste. O primeiro nome das Ligas foi Bloco Operário Camponês. Invasões semelhantes foram levadas a cabo, também, no Rio Grande do Sul; depois, realizou-se, em Goiânia, o Congresso dos Camponeses Sem Terra para estabelecer os objetivos do Movimento.

Quanto ao "grupo dos onze", sob a orientação de Leonel Brizola, jamais chegou a tornar público os estatutos dessa organização. Todas as sextas-feiras, utilizando o rádio, apresentava idéias sobre os grupos que chamava de Comandos Nacionalistas ou "grupo dos onze". Deixava transparecer que a eles caberiam tipos específicos de missão: uma ofensiva, em qualquer caso de golpe, fosse qual fosse sua origem. Se eles fossem dar um golpe, poderiam contar com a participação desses grupos, como também nas medidas preliminares de defesa.

Em 30 de novembro de 1963, afirmou Brizola: "Estes grupos não estão sendo organizados para fazer crochê, jogar cartas ou tomar chá. Estão sendo organizados para a ação". Mas era voz corrente que o mais importante dessas ações seria a neutralização ou mesmo a destruição dos chefes militares. O grosso desses grupos era constituído por comunistas militantes ou por simpatizantes das três Forças Armadas, principalmente, graduados e soldados.

O que se passava no meio militar? Buscaram criar cisões dentro da Força?

O meio militar, como é natural, mostrava-se conturbado, cheio de incertezas, apreensões, preocupações e inconformismos. O ambiente não era bom. Com relação à tentativa de provocar cisões nos quadros das Forças Armadas, convivemos com esse problema. Aconteceu em várias Organizações Militares e, por vezes, com sucesso. Vou exemplificar com o Exército Brasileiro que conheci bem. Os subversivos procuravam sempre ampliar o número de simpatizantes e isso vinha acontecendo desde um pouco antes de 1935, gerando a Intentona, mas foi, a partir de 1963 e nos primeiros meses de 1964, o período crítico.

Servi em várias situações na ECEME no período 1955-1964, como aluno e como instrutor. Maiores informações sobre aquele período poderão ser obtidas no livro "A Revolução por Dentro" de minha autoria nas páginas 54 e 55.

Quais os principais acontecimentos que determinaram o desencadeamento da Revolução?

Creio terem sido, como antecedentes, a lembrança ainda viva da Intentona de 1935, bem como o movimento subversivo, eclodido em Brasília, em 12 de setem-

bro de 1963, provocado por graduados da Marinha e da Aeronáutica, sob pretexto de anular a decisão do Superior Tribunal Federal que tornava os sargentos inelegíveis para o Congresso Nacional. O principal líder era o tal Sargento – Deputado Garcia Filho – que, de sargento, não tinha nada. Era um agitador profissional. Foi ele, se não me engano, o incentivador do movimento de Brasília, liderado pelo sargento da Força Aérea Antônio Prestes de Paula, que, no entanto, fracassou em poucas horas, apesar da ameaça do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), não levada a efeito, de realizar uma greve geral de solidariedade aos revoltosos e com ela paralisar o País.

Todavia, os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução aconteceram no primeiro trimestre de 1964, em especial em março. Primeiro, o comício do dia 13, programado para o Rio de Janeiro e realizado na ampla Praça Cristiano Otoni, defronte da Central do Brasil e ladeando esse Ministério que, então, se chamava Ministério da Guerra.

Segundo, a rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais no dia 20, concentrados no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro, os quais exigiam: a suspensão da punição dos revoltosos, o reconhecimento definitivo da associação que haviam organizado, a libertação de todos os elementos que já se encontravam presos, a humanização da Marinha, caracterizando bem a demagogia, e a melhoria da alimentação a bordo dos navios e nos quartéis.

O terceiro acontecimento – a reunião de subtenentes e sargentos no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, no dia 30. Apesar da expectativa de uma presença de 20 mil elementos, o número dos presentes não passava de dois mil. A iniciativa visava garantir a solidariedade dos graduados ao Presidente João Goulart. O pretexto, muito fraco porém, fora comemorar o aniversário da Associação de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar que já havia passado. Maiores detalhes desses fatos poderão ser encontrados no livro "A Revolução por Dentro" de minha autoria, nas páginas 113 e 127. Todo o começo da Revolução trato nesse meu livro.

Coronel D'Aguiar, essa reunião tornou-se a gota d'água para a eclosão da Revolução, justamente por causa do discurso de João Goulart, contrário à hierarquia e à disciplina das Forças Armadas?

Sem dúvida, embora, quase todos os discursos visassem à subversão. O discurso de Goulart foi realmente terrível, provocativo, e foi justamente a gota d'água em termos de pregação da anarquia e da subversão de cúpula.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Houve diversas marchas desde antes da Revolução e que eram intituladas da Família com Deus pela Liberdade. Foram apelos maravilhosos e que mobilizaram as

pessoas de bem. Todas qualificadas de reacionárias pelos subversivos, porque esse é o título que eles costumam dar a todos que não comungam de suas idéias malsãs. Antes da Revolução, a maior marcha foi a da Cidade de São Paulo, espetacular, com cerca de um milhão de pessoas, que contribuiu bastante para eclosão do Movimento. A principal marcha, porém, foi a realizada na Cidade do Rio de Janeiro que reuniu, também, cerca de um milhão de pessoas. Teve ela o aspecto de uma apoteose e foi dedicada a rápida e quase milagrosa vitória dos ideais democráticos contra a ameaça comunista. Dela, participaram pessoas de todas as classes sociais e faixas etárias, com predomínio, como é lógico, das classes média e alta, mas congregando também milhares de indivíduos dos setores mais carentes e inúmeros estudantes, principalmente universitários que se opunham aos comunistas e anarquistas que dominavam a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Aliás, a notícia da vitória provocou outras manifestações festivas em muitas áreas da cidade que se sentiam mais aliviadas e mais seguras. Eram foguetórios, eram solenidades e desfiles de Escolas, de escoteiros, eram empolgantes comemorações que aconteciam, também, em numerosos municípios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, além da inesquecível marcha que aludimos, ocorrida no Estado da Guanabara.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução de Março de 1964?

Perfeitamente, meu general. Como já se sugeriu na resposta anterior, as Forças Armadas interpretaram a vontade de uma grande parte da Nação, muito provavelmente de sua absoluta maioria. Com o tempo, haveria mudança nessa porcentagem. Isso ficou mais patente nos setores da indústria, do comércio e até bancário.

Havia a seu ver uma revolução em andamento de cunho comunista para a mudança da ordem institucional no Brasil?

Não há qualquer dúvida razoável a esse respeito. O mundo inteiro sofria a ameaça de comunizar-se apenas os Estados Unidos da América do Norte que pareciam imunes a esse perigo. Em verdade, constituíam-se eles no autêntico bastião contra o Movimento que, como já disse, contaminara 2/5 do mundo mas, até quando poderiam eles resistir? O Brasil teria, nesse sentido, capacidade de ajudá-los?

Em verdade, a queda do nosso País – pelos grandes números que já apresentava e, sobretudo, por sua posição geopolítica privilegiada – seria a chave do destino de todo o restante do continente sul-americano.

Sua queda, por uma espécie de “efeito dominó”, acarretaria a queda de todos os países da América do Sul, da América Central e do Caribe que não teriam

condições de se manter livres por muito tempo. A América do Norte sofreria pressões muito fortes sem dúvida nenhuma. No Brasil, mobilizavam-se em favor do comunismo organizações como União Nacional dos Estudantes (UNE), União Metropolitana dos Estudantes Secundários (UMES), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederações Nacionais da Indústria, Comércio e Transporte Terrestre (CNTI, CNTC e CNTT), todas elas mais do que suspeitas.

Gostaria de complementar com uma informação, para sentirmos o clima daqueles tempos. Em março de 1963, o Deputado Elói Dutra disse taxativamente: "Esse vulcão vai explodir e eu, com muito prazer, vou ajudar a botar fogo". E o Deputado Sérgio Magalhães afirmou que os movimentos populares de trabalhadores socialistas e comunistas estavam unidos e Cuba não estava sozinha na América Latina, em sua condição de paladina da revolução mundial.

Luís Carlos Prestes garantia: "nós comunistas somos aliados hoje do Presidente da República João Goulart" e exclamou enfaticamente "já estamos no Governo, faltando-nos apenas o Poder". Maiores informações são prestadas no livro "A Revolução por Dentro" no capítulo "A Guerra Revolucionária Chega ao Brasil", páginas 73 e 84.

Coronel, qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Como de costume: fraca, indecisa, omissa, conformada e oportunista. A exceção ocorreria no segundo Governo da Revolução, provocando a crise do AI-5, no final de 1968, através de uma verdadeira revolta parlamentar iniciada pelo Deputado Márcio Moreira Alves, na ocasião um marxista imaturo.

Nesse episódio de nossa história recente, dois fatos importantes chamaram atenção: primeiro, a autêntica traição do Senador Daniel Krieger, líder do Governo. É com pesar que faço uma afirmação dessas a respeito de uma pessoa já falecida. Mas sendo ele, como era, líder da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do Governo, a questão que estava em jogo não poderia ser considerada aberta; pelo contrário, deveria ser considerada uma questão fechada e ele deveria conseguir a adesão de todos os arenistas, mas ele não agiu assim. Pelo contrário, disse que a questão era aberta e particularmente se mostrava a favor da negação de poder julgar o Deputado Márcio Moreira Alves. Segundo, o papel decisivo do Deputado Djalma Marinho, que, por suas qualidades morais, atitudes e posições ilibadas, era respeitado e seguido pela maioria dos congressistas mais jovens. Nessa ocasião, ele entendeu que, a situação de congressista, de deputado, impedia qualquer processo contra Márcio.

Esses fatos estão narrados minuciosamente nos livros de minha autoria "A Verdade Tem Duas Faces", da página 273 a 293, e "Estórias de um Presidente", na "Crônica

Costa e Silva e Djalma Marinho", páginas 238 e 240. E, finalmente, na Nota 154, páginas 428 a 433, do primeiro dos livros citados.

Como já venho fazendo no curso desta entrevista, continuo citando os meus livros como fonte de consulta para aqueles que quiserem conhecer, com maior profundidade, os fatos. Isto me permite não me estender na resposta às suas perguntas.

Coronel, como se portaram os sindicatos e aquelas entidades tachadas de esquerdistas logo após o início da Revolução?

Com cautela e certo receio. No primeiro Governo, do Marechal Castello Branco, elas não se fizeram presentes, no segundo Governo, o de Costa e Silva, a UNE teve um papel de destaque na agitação que chegou a nosso País trazida da França, Alemanha, Estados Unidos, México e até do Japão, principalmente a de 1968.

No Brasil, seu espetáculo de maior expressão e repercussão foi a chamada Marcha dos Cem Mil que, embora amedrontadora, não chegara perto dos acontecimentos da França que quase haviam derrubado o Governo De Gaulle. Os menos informados poderão pensar que se tratou de um fato tipicamente brasileiro. Nada mais falso. Ele foi, apenas, um dos muitos episódios (e nem sequer dos mais brilhantes) da Grande Crise Estudantil Mundial que o Movimento Comunista Internacional desencadeou em 1967, para atingir proporções impressionantes durante todo o ano de 1968, diminuindo, progressivamente, a partir de 1969. Mais minúcias de todas essas e outras agitações são contadas no livro "Ato 5 – A Verdade Tem Duas Faces", 6ª Crise, "A Agitação Estudantil Chega ao Brasil", nas páginas 205 a 232 e nas Notas referentes a esse capítulo.

Na sua opinião, Coronel D'Aguiar, quais os principais líderes civis e militares da Revolução?

Meu já amigo general é sempre perigoso citar, porque, pela omissão, pode-se cometer injustiças. Esse fato já ocorreu comigo e me trouxe alguns dissabores. Mesmo assim corramos mais uma vez este risco. Principais líderes civis da Revolução: Carlos Lacerda, José de Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, José Maria Alkmin, Nascimento Brito, Pedro Aleixo, Milton Campos, Rondon Pacheco, Amaral Neto, Cunha Bueno, Daniel Krieger, Herbert Levi, Júlio de Mesquita Filho, os irmãos Marinho – Roberto, Ricardo e Rogério –, Bilac Pinto, Armando Falcão, João Calmon, Aristóteles Drummont, Osvaldo Pieruceti, Abreu Sodré, Gama e Silva, Adauto Cardoso, Afonso Arinos, Antonio Neder, Aliomar Baleeiro, Eugênio Gudin, Sandra Cavalcanti, Monteiro de Castro, Frederico Viotti, Laudo Natel, Padre Calazans, Murilo Melo Filho e muitos outros.

Principais líderes militares: eu não estou dando os cargos nem os postos para abreviar a apresentação: Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel, João Figueiredo, Odylio Denys, Olympio Mourão Filho, que afinal foi quem desencadeou as primeiras operações, Carlos Guedes, seu subordinado e Antonio Muricy, que veio comandando o Destacamento Tiradentes (de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro). Jaime Portela, incansável no trabalho que realizou, com extraordinário idealismo, em prol da Revolução. Bizarria Mamede, Luís Serff Selmann, Amerino Raposo, Osvaldo Cordeiro de Farias, Amaury Kruel, Antonio Bandeira, Hélio Ibiapina, D'Ávila Mello, Cesar Montanha, Carlos de Meira Mattos, os três irmãos Andrada Serpa – Antônio Carlos, José Maria e Luís Gonzaga –, Erasmo Dias, Rubens Resstel, um coronel recém-promovido, mas uma grande liderança que teve uma participação muito forte em São Paulo. Hugo Abreu, Francisco Boaventura, Mário Andreazza, Clóvis Bandeira Brasil, Syzeno Sarmento e muitos outros do Exército.

Rademaker, Sylvio Heck, Silveira Lobo, Heitor Lopes de Souza, Waldeck Vampé, Ernesto de Mello Baptista e muitos outros da Marinha. Eduardo Gomes, Grunn Moss, Márcio Mello, Roberto Carrão, Roberto Hipólito, Lavanère Wanderley, Heveraldo Breves e muitos outros da Aeronáutica. Naturalmente, que fui muito menos extenso nas Forças irmãs porque sou ex-participante do Exército. Muitos outros nomes são ainda encontrados no livro "A Revolução por Dentro", página 104 à 107.

A Revolução teve caráter interno ou houve ajuda externa, inclusive dos Estados Unidos?

O senhor não se esqueça de que eu era um simples major na oportunidade. Mas jamais percebi ou soube de qualquer auxílio à Revolução de 1964 vindo do exterior, inclusive dos Estados Unidos. Certamente, muitos governos diretamente interessados devem ter torcido pela vitória democrática contra o perigo comunista. Uma coisa eu afirmo: a Operação Condor por exemplo, para mim, jamais existiu. Vim tomar conhecimento dela recentemente; se existiu, foi criada *a posteriori*.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal esquema militar que o Jango Goulart dizia possuir – o esquema que era comandado pelo Assis Brasil?

Ao nosso condicionamento democrático que, embora disciplinado e ordeiro, realizava um trabalho homogêneo nos seus quadros. Pela posição correta da grande maioria de elementos dos estados-maiores, que incluíam o planejamento da pregação contra o comunismo. As principais escolas militares do Exército Brasileiro, como a AMAN, EsAO e ECEME, além da ESG, do Estado-Maior das Forças Armadas, que cumpriam bem o planejamento feito e, no que respeita aos sargen-

tos, a EsSA. Os oficiais bem instruídos e de bom nível cultural em sua grande maioria tinham a idéia exata dos perigos advindos do MCI (Movimento Comunista Internacional) à soberania brasileira, ao regime democrático, cada vez mais ameaçados pelo totalitarismo "vermelho", que nunca se coadunou com o espírito e o caráter de nossa gente.

O clima criado pela ação dos subversivos era considerado pela nossa oficialidade de alto risco. Tudo isso explica a unidade e identidade ideológica existentes nos anos que antecederam à Revolução de 1964 e que resultou numa reação imediata.

Tirando alguns simpatizantes das esquerdas e os já militantes da subversão existentes no Governo João Goulart, a maioria dos políticos, inclusive vários governadores, eram totalmente contrários ao clima de subversão crescente criado na cúpula e nas bases daquele Governo.

Qual a sua apreciação, Coronel D'Aguiar, quanto ao aspecto chefia e liderança por parte dos oficiais das Forças Armadas em especial das tropas que participaram efetivamente do Movimento de 1964?

Os chefes e líderes democráticos agiram com decisão e presteza e, por certo, estavam sustentados pelos valores positivos da democracia e pela identidade ideológica dos seus quadros. O mesmo não se pode dizer das hostes governistas com motivações fracas e em processo de decomposição de seus efetivos.

O Marechal Odylio Denys, apesar de na reserva, trouxe para a Revolução o seu grande prestígio e logo conseguiu adesões no outro partido. Foi fora de dúvida decisiva a sua atuação. A 4ª Divisão de Infantaria foi bem comandada em seu Movimento para o Rio de Janeiro, parando quando devia, prosseguindo no momento certo, prudente quando se fazia necessário, levando a vantagem de combater forças que vacilavam porque, em sua maioria, apenas cumpriam ordens com as quais no fundo não concordavam.

O II Exército – São Paulo – custou um pouco a decidir-se. O General Kruel esteve diante de um dilema provocado por sua amizade pessoal, com João Goulart, de um lado, e suas convicções democráticas, do outro. Quando decidiu em favor da democracia fez pender a balança. Fez dirimir quaisquer dúvidas quanto ao resultado final do confronto. Desanimados, sem lideranças e com comandantes de muito pouca competência, logo se desfizeram as esperanças dos governistas como castelos de areia alcançados pelas ondas. A AMAN, comandada pelo General Médici, se interpôs entre os dois partidos adversários – tropas do Rio de Janeiro e de São Paulo – incorporando-se aos revolucionários, o que acabou por levar o comando das tropas do I Exército a desistir do seu intento de marchar contra São Paulo.

Como o senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução?

Foi de grande valor. Acho que foi muito correto e oportuno. Apesar do potencial bélico da Academia com seus cadetes ser limitado, a força moral que emanava dessa atitude foi extremamente importante. As tropas do Rio que entrariam em confronto com as de São Paulo tiveram de avaliar corretamente as sérias conseqüências de um possível massacre e extermínio de toda uma geração – nova, corajosa e vibrante mocidade – que estava sendo preparada para receber o bastão e assumir as responsabilidades pelo futuro do Exército Brasileiro e de carregar na consciência, por toda uma vida, esse que seria um autêntico genocídio.

Inclusive nós que viemos com o II Exército naquela incerteza, porque deveríamos encontrar as tropas do I Exército, melhor em termos de munição, de material, completas em pessoal, naquela preocupação imensa, à frente de centenas de jovens soldados do I Grupo do 2º RO 105, quando soubemos que a Academia estava em posição, adquirimos uma força moral extraordinária. Poderíamos nos deslocar até Resende em segurança, podíamos correr e aí corremos, corremos pela Via Dutra, porque não havia mais aquela preocupação da marcha para o combate que você não sabe onde, em que curva, vai encontrar o contendor.

O senhor, com mais experiência no assunto do que eu, pelas tomadas dos depoimentos deste Projeto, parece concordar que houve um momento em que o nosso General Kruel, excelente profissional, se viu diante realmente de um dilema: um velho amigo, de um lado, homem com fama de bom, mas muito mal-assessorado, mal-acompanhado, e, por outro lado, a necessidade de evitar que a democracia sucumbisse.

Sem dúvida nenhuma, a demora em sua decisão trouxe-nos em Itu, um desassossego, uma inquietação terrível, que foi imediatamente dissipada quando soubemos que ele adotara uma posição favorável à Revolução. Foi uma festa no Regimento, que entrou pela madrugada de 1º de abril, com a preparação para o deslocamento em direção ao Rio. Lembro-me como se agora fosse, do Tenente Souza, oficial do Quadro Auxiliar, que começou como praça, dizer: "Esse homem acabou acertando em cheio. Se ele decide ao contrário, estaria perdido, porque não queremos mais viver de prontidão, convivendo com a anarquia reinante". Disse isso pouco antes da meia-noite de 31 de março, quando nos chegou a decisão do General Kruel...

Posso garantir ao senhor, meu general, que um ambiente muito semelhante a esse acontecia no gabinete do comandante da Escola de Comando e Estado-Maior – a alegria, o regozijo, retratados nos vivas – porque, realmente, o General Kruel era uma figura respeitada. A sua adesão à Revolução foi de grande importância.

O senhor citou, com muita felicidade, o nosso General Rubens Resstel, naquela época Coronel. Ele havia levado um grupo de oficiais para uma reunião com o

General Kruel que, praticamente, naquela reunião, se comprometeu em dar um basta àquela situação caótica vivida pelo País, no momento oportuno.

Realmente, o Resstel era uma liderança muito grande, tanto no meio militar como no meio civil. Ele possuía uma penetração enorme no Estado de São Paulo, aliás até hoje.

E ele foi à reunião com o Kruel levando cerca de oitenta oficiais e os apresentou ali ao Comandante do II Exército como homens prontos para cumprir ordens. O General Kruel recebeu bem. Diria até que ele recebeu muito bem o pessoal.

Antes, o Coronel Resstel nos havia levado à presença do General Peri Beviláqua, Comandante do II Exército anterior ao General Kruel. Na casa do Peri, nos posicionamos como revolucionários. Na outra semana, estavam todos os oficiais superiores de Artilharia presentes àquela reunião transferidos para Nioaque/Mato Grosso. De Itu, foram o Coronel Dywal Correa Rodrigues, o Tenente-Coronel Rubens Toledo e o Major Nestor do Val Filho.

Parte do Estado-Maior do Regimento de Itu comparecia às reuniões em São Paulo para poupar o Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida, Comandante do 2º RO 105, porque se ele aparecesse, seria atingido, como foram os que estiveram com o Peri Bevilaqua, aliás uma figura enigmática, de triste lembrança. Imagine os problemas domésticos de toda aquela gente, mulher, filhos, transferidos, de repente, para Mato Grosso.

Na verdade, as movimentações não os desanimaram; ao contrário, a afronta deu-lhes mais vigor. Inclusive os oficiais que foram transferidos para Mato Grosso partiram, na Revolução, para Brasília, chegando à Capital Federal, com o seu novo Grupo.

Foi um erro estratégico colocá-los todos juntos na mesma Unidade, o que acabou dando força ao Movimento, até na guarnição de Nioaque para onde foram.

Coronel, temos que prosseguir, é apaixonante o assunto e a gente acaba se entusiasmando ao falar do nosso Regimento – onde a Revolução foi vivida intensamente. Mas eu lhe pergunto quanto a operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução em Minas? Onde é que eles queriam ir?

Meu general, não vejo nítidos, marcados, escritos, esses objetivos, mas, na minha interpretação pessoal, a estratégia geral da Revolução consistiu em cinco tempos: no primeiro, irromper, fazendo-a acontecer num Estado importante da Federação na nossa Minas Gerais.

Num segundo passo, obter adesões imediatas no maior número de estados. Isso foi conseguido desde logo em São Paulo e Mato Grosso. Uma propagação

rápida começando por neutralizar possíveis ações em áreas problemáticas, como no Nordeste, que inspirava receios, porque tinha assistido a vários movimentos comunistas muito antes e, no Rio Grande do Sul, que era a terra do senhor Leonel Brizola, onde ele, ainda, mantinha um certo prestígio.

Um quarto passo, a neutralização da região mais politizada do País e, ainda, a sua caixa de ressonância que era o Rio de Janeiro. Em 1964, obteve-se a participação da Guanabara, interligando-se com as pessoas que faziam parte da resistência heróica naquele Estado, ao lado do Governador Carlos Lacerda.

E, finalmente, a conquista do centro político do País, da Capital, apossando-se de Brasília até para efeitos no exterior. Quer dizer, a Capital ao cair dá idéia de que a Revolução está vitoriosa. Os fatos se desenrolaram seguindo de perto esse esquema, resultando tudo em rápida vitória da Revolução de 31 de Março de 1964. Não vi isso escrito em lugar nenhum, mas, *a posteriori*, meditando sobre o assunto, verifiquei que essa coisa foi armada, mais ou menos, assim.

Coronel D'Aguiar, as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão com a Revolução?

Inicialmente, sim, por fazerem desaparecer as divisões internas existentes. As Forças Armadas se mantiveram unidas no começo da Revolução, mas depois veio a desagregação, surgindo rupturas que criaram um processo de divisão. Cito, como exemplo, o radicalismo e a intransigência da chamada linha dura e a oposição ao governo por parte do Superior Tribunal Militar...

Entre os fatos que geraram a desagregação, lembro o caso da Revista Naval *A Galera*, o longo e doloroso caso do Paraçar, a indisciplina decorrente de um memorial dos oficiais-alunos da EsAO que eram apenas capitães e procuraram analisar a problemática brasileira dentro do quadro nacional e não estavam preparados intelectualmente para isso. O caso da reforma do Coronel Francisco Boaventura Cavalcante Júnior, a carta do General Aragão ao Ministro Lyra Tavares, tudo isso contribuiu para a desunião.

No início, as coisas caminharam bem, depois aconteceram os problemas. A carta do General Muniz de Aragão ao Ministro Lyra Tavares fazendo pesada carga contra o Presidente Costa e Silva e alguns de seus familiares, com o agravante de ter sido dada ampla divulgação ao documento.

Ele mandou para todo o Exército, para todos os generais do Exército, para o Itamarati, Deus o tenha; realmente, não devia estar falando dos mortos, mas foi uma atitude, acho, que impensada. A coisa era interna e ele levou ao conhecimento do Itamarati, todos os embaixadores receberam, todos os generais, criando constrangimentos que poderiam ter sido evitados.

A carta continha uma carga negativa, onde se observava uma série de injustiças feitas ao Chefe do Gabinete Militar, General Jayme Portella. Este era realmente uma pessoa cujos atos cabem interpretações diferentes. Mas estou procurando defendê-lo, lembrando que, pelas suas múltiplas funções, tinha que aparecer, pois ele não era só da Secretaria do Conselho, era da Comissão de Alto Nível e de outras comissões; ele era de três ou quatro comissões, aparecia em todas elas; então, evidentemente, exageravam com relação à autoridade que ele tinha. Ele era homem que, realmente, procurava bloquear um pouco o acesso ao chefe, o que é natural; ele era muito amigo dos seus amigos, não tão amigo dos não amigos...

Foi um revolucionário autêntico.

Autêntico e, disso, não havia dúvida nenhuma.

Era um conspirador nato.

Nato. As minúcias de todos esses casos estão contadas no livro "Ato 5 – A Verdade Tem Duas Faces".

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Ah, vou lhe dizer que não, inicialmente não, principalmente por eu aceitar uma definição plenamente satisfatória, corrente nos meus anos esguiamos de 1970 a 1978, que, textualmente, define: "Ideologia é o conjunto articulado de idéias, fins e propósitos que orientam os membros de um sistema político no sentido de interpretar o passado, explicar o presente e oferecer uma visão do futuro".

Nossa Revolução não seguiu esse roteiro. Na práxis das coisas, sua ideologia consistiu basicamente, de início, no combate à ameaça comunista, à corrupção e à conseqüente inflação que impedia o desenvolvimento nacional. De saída, não vi nenhuma ideologia.

A posteriori, o General Carlos de Meira Mattos sugeriu os fundamentos para a criação de uma política. Quer dizer uma eleição de objetivos e, para isso, definiu como conceitos importantes bem-estar, bem-comum, segurança, desenvolvimento e deles procurou ampliar suas sugestões até chegar a uma doutrina para ser seguida pela Revolução. O livro "A Revolução por Dentro", da página 287 até 300, nos esboça seus esforços nesse sentido. Ele ofereceu e foi publicado em revistas e até em jornais. Uma doutrina tirada da interpretação e definição desses fundamentos de grande importância.

Sempre magnífico o nosso General Meira Mattos.

É um homem muito inteligente.

Inteligente, esteve aqui conosco e foi felicíssimo no que disse.

Ele é um homem brilhante que, graças a Deus, está vivo até hoje.

Em seu entender qual era a posição da mídia, ela apoiou o Movimento?

A palavra mídia veio importada dos Estados Unidos, porque era usada com freqüência. Eu a usei também na Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) um pouco mais restritivamente. Para mim, era o conjunto de meios recomendáveis para o melhor solucionamento de um problema específico.

Quer dizer, restringi essa idéia de média, a mídia não era tudo, se traduz por média, mas se pronuncia mídia, que não era tudo. Era justamente como trabalhava a AERP: compunha a mídia, estudava um determinado problema e elegia os meios que poderiam dar resultado para a solução daquele problema, não todos.

No nosso tempo, usávamos a palavra nesse sentido, nessa acepção. Hoje, ela significa mais do que isso. Significa a totalidade dos meios falados e escritos, é um modismo. O Brasil é muito dado a eles que, infelizmente, costumam ter vida longa. Exemplifico com dois empregos recentes: o uso da expressão "a nível de". Hoje, se fala a toda hora "a nível disso", "a nível daquilo"...

Está errado. Tudo mundo diz "a nível", quando o certo é "em nível". Dizem "a nível nacional", "a nível estadual", mas deveriam dizer "em nível nacional", "em nível estadual". É uma pena que os modismos vêm, muitas vezes, de encontro ao bom Português.

A palavra maniqueísmo é outra que passou a ser usada a toda hora, embora nem todos os usuários soubessem o seu significado exato, mas qualquer coisa, na televisão e em toda a parte, se falava em maniqueísmo, como posição maniqueísta etc. O sujeito não sabia nem o que era maniqueísmo.

Hoje, a mídia escrita e falada não se recorda, intencionalmente, de que, no início da Revolução de 1964, sua grande maioria apoiou o Movimento. Na Biblioteca Nacional, fácil será constatar isso, consultando as manchetes dos jornais dos últimos dias antes da eclosão do Movimento. Aconteceu isso com *o Correio da Manhã, O Globo,* o *Jornal do Brasil,* o *Estado de São Paulo* etc. Neles, estão escritas palavras como: "fora", "basta", "deixe o governo" com relação a Jango Goulart. Isso era manchete. Então, a mídia mudou, no começo toda ela apoiou, apoiou antes, na eclosão, e por algum tempo. *O Globo* apoiou a Revolução durante os vinte anos. Só mudou após o término do último Governo do Presidente Figueiredo. Isto fica cabalmente demonstrado no editorial de *O Globo*, de 07 de outubro de 1984, escrito por Roberto Marinho, intitulado "Julgamento da Revolução".

Os brasileiros precisavam ler este editorial para perguntarem aos Marinhos qual o verdadeiro motivo de tanto aplauso à Revolução, seguido, de repente, de tamanha ogeriza. O Brasil, ainda, vai conhecer o motivo real dessa metamorfose!...

Através de suas mídias, o continente americano posicionou-se preponderantemente favorável ao Movimento de 1964. Nos Estados Unidos, o *Washington*

Post, o New York Times, o New York Post, para citar alguns, defenderam e justificaram a Revolução. Em nossa vizinha Argentina, *La Prensa* tomou a mesma posição. Também agiu assim *El Mercúrio,* do Chile; no Peru, se destacaram *El Comércio, La Crônica*; na Venezuela, *La República,* e, na Colômbia, *El Espectador*. Citamos apenas a reação em alguns dos países da América.

Na Europa, as opiniões se mostraram muito divididas, favorável em Portugal, Espanha e na França, onde, todavia, os diversos jornais da esquerda, se manifestaram contrariamente. Os jornais ingleses em geral aceitaram a Revolução e isso aconteceu até com o sisudo *Times*.

Na Alemanha, os principais jornais defenderam em termos, fazendo algumas restrições. Os jornais cubanos mostraram-se alarmados, todos contrários, o mesmo aconteceu na URSS e nos países detrás da Cortina de Ferro.

No Brasil de hoje, os jornais fazem severas críticas à Revolução, inclusive todos aqueles que, em 1964, eram radicalmente contra o Governo João Goulart e os perigos que o envolviam e vários que a defenderam durante o tempo em que vigorou, deixando-a quando ela saiu de cena, como no caso do *O Globo*. Não havia mais interesse em apoiá-la a partir daquele momento.

Em seu entender, Coronel D'Aguiar, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março?

Acho que está correto. Muitas pessoas, até mesmo participantes do Movimento de 1964, preferem chamá-lo de contra-revolução. Ora, isso não anula a validade do termo revolução apenas dá idéia de que ela foi dirigida contra idêntico movimento.

A contra-revolução, na maioria das vezes, tem caráter preventivo e é levada a termo para evitar outra revolução já planejada ou em curso. Mas uma contra-revolução tem as caraterísticas de uma revolução. Ambas mexem com a estrutura governamental, introduzindo modificações e procurando consertar tudo aquilo considerado errado. Deve atuar com a máxima rapidez possível, mesmo correndo o risco de, por isso, não ser perfeita. Diz o velho ditado popular "que a pressa é inimiga da perfeição".

Ao contrário das reformas que pouco atingem as estruturas e se processam lenta e gradualmente e, por isso, muitas vezes perdem força, na prática da vida, muitas vezes, é preferível realizar uma revolução, apesar do risco de possíveis violências.

Hoje, os subversivos preferem – o que não acontecia antes – batizá-la de quartelada ou golpe e a consideram cruel, embora, na maioria dos casos, ela só

tenha usado a violência quando indispensável e respondendo a atos violentos anteriores. A violência foi resposta à violência. Eles não dizem isso, mas essa é a grande verdade.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

A presença de um militar na Presidência da República não é suficiente para que esses governos sejam taxados de militaristas. Nesses governos, a maioria dos cargos importantes foram ocupados por civis, o que não acontece com os governos militares, como foi o caso do Peru que, numa certa época, todos os ministros eram militares, aquele sim foi, por exemplo, um governo militarista, onde todas as altas autoridades eram militares e o País parece não passar de um grande quartel.

Não aconteceu tal coisa durante os governos resultantes do Movimento de 1964. Apenas foram governos fortes onde se fizeram presentes a ordem e a segurança interna, a disciplina e a obediência às leis. Aliás, não foram considerados militares os Governos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e Gaspar Dutra apesar de esses presidentes terem sido generais, enquanto os da Revolução de 1964 o foram, embora eleitos pelo Congresso por meio de eleição indireta.

Coronel, que benefícios a Revolução de 31 de Março trouxe para o País?

Nesse aspecto, os governos da Revolução de 1964 podem ser incluídos entre os que mais beneficiaram o País em todos os setores – as estatísticas provam isso. Todavia, no campo das comunicações, pode se dizer que houve uma autêntica revolução. Também foi altamente meritório o trabalho realizado nos transportes, no setor energético e no da habitação, neste se atendendo à classe média de um modo geral e uma parcela significativa da população de baixa renda.

Os resultados medidos através das agregadas macroeconômicas mostram que, no Brasil, houve realmente uma Revolução extremamente benéfica ao País.

Principalmente, se nos concentrarmos na análise do Investimento e do PIB (Produto Interno Bruto), que experimentaram resultados impressionantes, o oposto do quadro atual.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março cometeu erros?

Sim, no meu entender o maior foi ter deixado engajar-se por tempo demasiado abrangendo o mandado de cinco presidentes da República e, desde o fim do terceiro Governo, permitir a permanência de praticamente os mesmos personagens compondo o panorama nacional.

Verdade que alguns deles trocaram de postos, mas o mesmo grupo permaneceu. Uma permanência exagerada das mesmas pessoas ocupando altos e importantes cargos.

Creio que os Presidentes militares deveriam ter saído de cena ao fim do Governo Médici, quando o "milagre brasileiro", que começou no final do Governo Costa e Silva, atingia seu último ano, 1973, com crescimento superior a 10% ao ano. Justiça será recordar que houve duas crises de petróleo, uma em final de 1973 e outra em 1979 e pesada taxação pelos empréstimos que o Brasil recebera para acelerar o seu desenvolvimento. No campo de minhas atividades específicas de Relações Públicas, Comunicação Social, eu mesmo consegui arrolar erros e falhas que, embora aparentemente pequenos, poderiam ter sido evitados.

Como exemplo, cito a censura em alguns verbetes da pequena enciclopédia de moral e civismo do Padre Fernando Bastos de Ávila, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Não havia razão para isso: o trabalho era e é magnífico; verdadeira preciosidade pedagógica, útil para estudantes e professores de nível médio e superior, como, aliás, para todos os cidadãos, além de imparcial e apolítico.

Eu, por exemplo, tenho esse livro e comprei um livro para cada um de meus filhos. Um livro desses é um repositório de informações e definições: O que é governo? O que é Parlamento? É um livro apolítico e de grande importância vindo de um padre inteligentíssimo.

No último trimestre de 1969, a proibição de noticiar os progressos lentos, porém inegáveis, da recuperação do derrame sofrido pelo Presidente Costa e Silva em fins de agosto, reputo uma decisão errada. Ele sofreu o derrame, mas não morreu de derrame; e sim, de enfarto ocorrido depois.

Mas, já nessa ocasião, andava com auxílio de apenas uma pessoa, já balbuciava algumas palavras, reaprendia a falar. Estava melhorando, devagar, mas estava, embora não pudesse governar mais. Mas essas pequenas melhorias, vamos chamar assim, eram censuradas, não saíam.

A ausência total de notícias sob o desenrolar de episódios da guerra revolucionária da Serra do Caparaó foi outro erro. A gente não ouvia falar no Vale da Ribeira, mais tarde em Xambioá, como se eles não existissem. A gente ouvia sussurrar, a gente ouvia boatos, não a verdade, que não saía em lugar nenhum, oficialmente nada.

Isto a que me refiro aconteceu em minha área, onde os erros foram pequenos. Mas houve erros grandes em outros setores e o maior de todos, como disse, foi a demasiada permanência no Poder. Quando a gente analisa agora, *a posteriori*,

verifica que se tivéssemos saído ao fim do Governo Médici hoje estariam aqui nos bajulando para voltar...

Ernesto Geisel era um presidente preparado, inteligente, culto, mas cometeu um erro grave: ele quis que o Brasil progredisse depressa demais. A gente não pode fazer tudo ao mesmo tempo. Na sua casa, o senhor compra uma geladeira num mês e compra o fogão no outro, não pode comprar tudo ao mesmo tempo. Endividou-se, pagou juros altíssimos e se defrontou com duas crises do petróleo, a segunda se refletindo no Governo Figueiredo, com sérios prejuízos ao último governo da Revolução.

E outra coisa, volta e meia, ele tirava o prestígio de algum chefe respeitado, como no caso do General Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do II Exército, intempestivamente exonerado da função.

Nesse aspecto, sou suspeito. No meu livro, falo muito bem do D'Ávila Mello, embora numa época posterior ao acontecimento. Foi meu vizinho no Leme – uma pessoa realmente especial. Seu genro, que hoje é almirante-de-esquadra, era um dos ajudantes-de-ordens do Presidente Costa e Silva.

Toda vez que falo nele sou suspeito, a gente não pode falar dos amigos, porque logo fica parcial. Queria muito bem a ele que foi meu chefe na Escola de Comando e Estado-Maior. Não era um perseguidor, não era um torturador, não era nada disso. Ele estava fora, quando houve aquela morte suspeita, esquisita, apresentada numa fotografia constrangedora. Tenho certeza absoluta de que ele nada sabia a respeito.

Oh, meu general, eu sei daquele aforismo militar que o chefe é responsável por tudo quanto se faz ou se deixa de fazer no quartel. Muito bem! Mas é preciso, também, considerar os escalões abaixo e os escalões acima. Se for considerar os escalões acima, depois do Comandante do II Exército, vinha o Ministro do Exército e o próprio Presidente da República. Então, todo mundo teria que responder pela ocorrência.

Outra coisa a considerar é que os Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) trabalhavam muito descentralizados, envolvendo a própria Polícia, Civil e Militar, a Polícia Federal, civis contratados, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica. Eram órgãos combinados, de funcionamento complexo.

Tenho oito netos. Um dia um deles que estava terminando o que antigamente era o ginasial me disse assim: "Vovô, você foi torturador?" Eu lhe disse: "O que meu filho? Torturador? Meu filho, eu tenho cara de torturador; torturador é um doente, é um sádico; não sou doente, não sou sádico, nunca torturei ninguém não". Mas por que você está dizendo isso?" Ele respondeu: "Porque o meu professor de História disse que todos os militares são torturadores". Eu disse: "Meu neto ouça uma lição

que vou lhe dar – o emprego da palavra todos generaliza e quando a gente generaliza, a gente tende a fazer injustiça, a errar. Todos é uma palavra forte e que dela não se deve abusar. Em segundo lugar, me diga uma coisa: qual é a idade do seu professor?" Ele pensou bem e disse assim: "Ele deve ter uns 25, 26 anos". Então, lhe disse: "Meu filho, o seu professor não viu nada do que ele diz para vocês; ele, no máximo, era um espermatozóide no saco do pai dele, ele não existia nessa época". Então, você está vendo, meu filho, esse camarada ouviu essa estória de alguém, que contou para ele, e está repetindo como se houvesse assistido. Fique tranqüilo, meu filho, seu avô não foi torturador".

Veja a absurda generalização desse professor de mau-caráter, objetivando jogar os jovens contra as Forças Armadas.

Como o policial, com algum desvio de comportamento, as pessoas que exercem autoridade, se têm qualquer deficiência no caráter, abusam da autoridade, exatamente como esse professor, moralmente mal formado, que se vale das suas prerrogativas de falar livremente à juventude, para, generalizando suas observações, denegrir todos os integrantes das Forças Armadas do seu próprio País. Fala de tortura, esquecendo-se de que ela foi usada também pelos terroristas, como na morte, por tortura, do Tenente Edson, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo Lamarca e seu bando. Nunca falou, em sala de aula, do terrorismo que gerou a tortura.

É crime hediondo a tortura e o terrorismo quase que não passa como crime hediondo, quase, na "célebre" Constituição de 1988 que seria a maravilha legada ao País e, depois, chegou a ser chamada de "Constituição da Ingovernabilidade", pelo Presidente José Sarney, com toda a razão.

Coronel, os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 1964, durante os últimos anos da década de 1960, e, principalmente, nos primeiros da década de 1970, têm sido considerados os mais promissores da economia brasileira por renomados conferencistas civis que têm passado pela ESG. Por que a Imprensa, a partir de 1985, vem mantendo completo silêncio a respeito dessas realizações?

Olhe, dentre os renomados civis que defenderam a Revolução por seus feitos, destacamos a douta conferência do Engenheiro Glycon de Paiva, diversas vezes divulgada, em nível nacional, inclusive na Carta Mensal de setembro de 1984, publicação de alto nível intelectual do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

Falei na Carta Mensal de setembro de 1984, porque, como o senhor destacou, a partir de 1985, o "revanchismo" impediu qualquer referência positiva na Imprensa sobre o período da Revolução. É proibido divulgar!...

Justo e correto seria lembrar e avaliar o progresso do Brasil na vintena revolucionária de dezembro de 1963 a dezembro de 1983, mas os acéticos escondem os números que dão ao período extraordinária expressão. E, aí, Glycon de Paiva dá uma série de exemplos como a capacidade instalada de energia elétrica que passou de 4.480 megawatts para 35.000 megawatts um crescimento superior a nove vezes.

No intervalo considerado, o maior aumento de potencial elétrico de todo mundo foi o do Brasil. O nosso País passou para o terceiro potencial do mundo em setembro de 1984, quando a Revolução se preparava para deixar o Governo.

A produção do aço cresceu de 2,8 milhões de toneladas/ano para 18 milhões, um crescimento de 600%. A produção de automóveis passou de 174.000 unidades ano para 880.000, aumento superior a cinco vezes, e, logo, alcançou a casa de um milhão por ano.

A produção de petróleo subiu de 98 mil barris/dia para 340 mil, aumento superior a três vezes. A exportação anual do Brasil subiu de 1,4 bilhão de dólares em dezembro de 1963 para aproximadamente 22 bilhões de dólares em dezembro de 1983, 15 vezes maior.

Em 1964, o País tinha 75 milhões de habitantes e a nossa renda *per capita* era de 400 dólares, sendo o PNB (Produto Nacional Bruto) de 25 bilhões de dólares. No vinteno, a renda *per capita* atingiu 2 mil dólares, mesmo com a população crescendo para 125 milhões de habitantes. O PNB cresceu 1.450%, chegando a 295 bilhões de dólares.

Dois dados do campo social merecem ser ressaltados. No ensino superior, demos um salto de 120 mil universitários para 1,3 milhão, um crescimento de 1.000%. O outro número importante refere-se à quantidade de habitações construídas com base nos financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), que cresceu de 100 mil unidades para 4 milhões e duzentos mil, o que corresponde a um aumento de 42 vezes.

Então, veja bem: apesar de a população ter crescido de 75 para 125 milhões de brasileiros, a renda *per capita* passou de 400 para 2.000 dólares e o nosso PNB evoluiu de 25 para 295 bilhões de dólares. Aí, estão alguns exemplos, que destaco na presente entrevista, dos muitos dados relativos à apresentação do ilustre Engenheiro Glycon de Paiva, os quais encareço, se possível, anexar ao meu depoimento.

Sem dúvida, o Brasil viveu um progresso impressionante nas décadas de 1960 e 1970. Os números apresentados provam de maneira incontestável o enorme crescimento do País durante as duas décadas em tela, chegando mesmo a ser o segundo País do mundo em desenvolvimento econômico, somente atrás do Japão.

Concluindo, parece-nos importante repetir que, para alcançar esses resultados, nos apoiamos, em boa parte, na poupança alheia, cerca de 60 bilhões de dólares, em termos reais, sobretudo a partir do Governo Geisel, uma vez que ao final do Governo Médici a nossa dívida não chegava a US$ 8 bilhões. Adquirimos no exterior equipamentos pesados para ampliação de quatro usinas siderúrgicas e para a instalação de mais três, assim como para o estabelecimento de dois pólos petroquímicos e para a metalurgia do cobre, do zinco e do níquel.

Para a realização das conhecidas obras ciclópicas monumentais, colossais, acrescentamos o pedido de novos empréstimos para rodovias, telecomunicações, saneamento básico e habitação. A conseqüência foi o natural endividamento nacional, especialmente no Governo Geisel que passou ao seu sucessor uma dívida de US$ 40 bilhões, cerca de cinco vezes maior do que recebera do Presidente Médici, apesar de que os gastos redundaram num aumento substancial da nossa infraestrutura capaz de permitir um grande crescimento.

Os Governos posteriores civis – Sarney e Collor, Itamar e Fernando Henrique – ampliaram enormemente essa dívida. Com eles, a dívida se ampliou assustadoramente, sem um retorno de investimentos que justificasse tal endividamento. Esse é um dos maiores problemas a serem resolvidos que tornam extremamente vulnerável a economia do País como um todo. Aí, está, também, uma diferença fundamental entre o período revolucionário, onde a dívida tinha uma contrapartida de crescimento real, e o período posterior, em que a dívida cresceu absurdamente sem ninguém constatar nenhum crescimento razoável da economia brasileira.

A mídia, nesta década, e aqueles que hoje detêm o Poder fazem questão de solapar a Revolução. Como o senhor vê essa campanha "revanchista"?

Sobressai, nessa campanha, jornais como *O Globo* que mudou, incrivelmente, de lado, a partir de 1985. O *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* que antes, também, estiveram com a Revolução, e *a Folha de São Paulo,* além de certas revistas – como *Veja* e *Isto É* –, todos agora com o apoio financeiro dos detentores do Poder.

Os principais jornalistas partícipes dessa campanha são Élio Gaspari, Márcio Moreira Alves, Villas Boas Corrêa, Leandro Konder, Antonio Calado, Carlos Heitor Cony, Alberto Dines, Fritz Utzeri, Alfredo Sirquis, Arnaldo Jabor etc. São pessoas que não perdem uma oportunidade para criticar a Revolução e as suas maiores lideranças. Arnaldo Jabor, por exemplo, não tendo o que dizer contra Castello Branco, o chama de feio. Veja a que ponto este elemento chegou!...

O impressionante é que a esquerda, principalmente a radical, está construindo uma nova história, como já acentuamos, valendo-se da mentira dos profissi-

onais da subversão, até mesmo de organizações estrangeiras. A maioria dos que ocupam as redações é de jovens que nada testemunharam do que contam.

Isso é estranho porque a história nos mostra que, na quase totalidade das vezes, ela era feita pelos vencedores. Foi, assim, com os gregos contra os persas, com Esparta contra Atenas, nas lutas entre cristãos e muçulmanos, na Revolução Francesa, na indevidamente chamada Guerra de Secessão dos Estados do Norte contra os Estados do Sul, pois deveria antes chamar-se guerra de união, porque ela uniu os estados, não os separou.

Assim, aconteceu nas lutas de Napoleão contra as diversas coligações, nas contendas entre França e Alemanha, na Guerra Civil Espanhola, e nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Sempre quem faz a história é o vencedor, a exceção está na Revolução de 31 de Março de 1964, escrita e divulgada de forma mentirosa e caricata pelos perdedores.

No Brasil, está ocorrendo, portanto, o contrário. É a esquerda que foi amplamente derrotada na chamada guerra suja e os vencidos entre 1966 e 1973 que, agora, no pós-Revolução galgaram os mais altos postos da hierarquia nacional e estão interpretando e descrevendo os fatos unicamente de acordo com os seus pontos de vista e interesses visivelmente suspeitos. Para isso, nada poupam – são parciais, radicais, "revanchistas", deturpando tudo a seu talante, por meio da lorota, do juízo falso, da ficção e da falácia.

A batalha da Comunicação Social foi perdida pelos militares ou esses deixaram de dar a devida atenção ao setor como no caso do próprio Presidente Castello Branco?

Essa batalha nem sempre foi perdida. No Governo Castello Branco, isso, de fato, aconteceu. O presidente era avesso a qualquer tipo de comunicação social, relações públicas e, sobretudo, o incomodava muito a palavra propaganda.

Lembrava-se ele do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de triste figura, e da ação nefasta da propaganda nazista. E, apesar de ter sido um verdadeiro estadista, escondeu da Nação a sua obra. Ele teve um trabalho imenso, mas ninguém sabia nem mesmo hoje.

No Governo Costa e Silva, as coisas mudaram. Em 15 de janeiro de 1968, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, da Presidência, e organizado um sistema de Relações Públicas integrando todos os ministérios e órgãos importantes, através de um seminário realizado na Fundação Getúlio Vargas que durou mais de uma semana. O livro *Quem Não se Comunica Não se Explica* trata do assunto minuciosamente.

É uma das obras também do nosso Coronel Hernani D'Aguiar.

A atividade foi reconhecida e oficializada no Governo Costa e Silva. Tinha a AERP por finalidade assessorar o Presidente da República na formulação de uma política de Comunicação Social capaz de: no campo interno, integrar governantes e governados e, no exterior, formar uma idéia, uma imagem correta do Brasil. Não queríamos mostrar o que o Brasil não era, queríamos, sim, mostrar o que ele, de fato, era. Surgiram os filmetes de curta duração. Foi invenção nossa; foi até o Sérgio Mário Pasquale que inventou. Tinham duração de uma hora. Surgiram os primeiros filmetes de curta duração para uso nas TVs e nos cinemas do País. Mostravam eles as realizações do governo, explicavam os assuntos nacionais mais importantes e procuravam conquistar a concordância da opinião pública.

Realizaram-se pesquisas periódicas acompanhando a citada opinião pública. A AERP desenvolveu duas campanhas patrióticas: "uma bandeira em cada sala de aula". Isso copiando do modelo americano, que tem, em cada sala de aula, desde o primário até a universidade mais adiantada, a bandeira nacional, ao lado do professor e nós quisemos fazer isso no Brasil.

Escrevemos, fizemos uma mensagem a todos os municípios, que eram já milhares, não me lembro quantos, e tive o trabalho de assinar pessoalmente cada ofício impresso, para prestigiar o destinatário. E parece que houve uma boa aceitação, mas, infelizmente, a morte do Presidente Costa e Silva não permitiu a realização.

Pensou-se também em ampliar as comemorações da Independência que, em vez de durarem apenas um dia, teriam a duração de uma semana, com a participação das empresas privadas e do povo em geral.

Nesse ponto, o Governo Negrão de Lima chegou a fazer um pequeno livro com todos os eventos que ele programou e que ele realmente veio a realizar. Então, além da Parada de Sete de Setembro, tínhamos um planejamento ambicioso para a comemoração do Dia da Pátria, inclusive bailes estavam previstos. Pensou-se em tudo que pudesse dar uma grande dimensão a nossa Independência.

Na divulgação a cargo da AERP, utilizou-se intensamente a rede oficial com as cinco rádio emissoras – tínhamos cinco rádio-emissoras do Governo e uma TV também do Governo – conseguindo estender a sua ação às TVs e a sessenta rádio-emissoras da empresa privada.

O Governo prestou conta do que fazia através de verdadeiras conferências, levadas a efeito pelo Presidente Costa e Silva na televisão. Não sei se o senhor se lembra houve uma série de cinco conferências em que o Presidente levava uma hora e mostrava que, afinal de contas, estava bem por dentro dos problemas nacionais. E nós fornecíamos a ele transparências, quadros murais e tudo. Mas ele não queria

treinar, porque, tendo sido um bom instrutor, achava que não necessitava de preparação. Quando a gente queria dar opinião ele, nesse ponto, não deixava.

Assim, através de verdadeiras conferências levadas a efeito por Costa e Silva nas TVs, abrangendo todos os setores da vida nacional, fomos ao encontro do público externo. Organizaram-se seminários para obter unidade de ação também nos ministérios, que possuíam órgãos e subórgãos vinculados a eles, voltados para Relações Públicas, dentro do sistema geral governo, executivo, ministérios, incluindo os órgãos ligados a cada ministério.

O progresso nesse campo foi tamanho que, em 1967, o Rio de Janeiro assumiu o papel de Capital Mundial das Relações Públicas, com duração de uma semana, tratando de assuntos gerais ligados à atividade. Houve a participação de dezenas de países. Planejou-se uma forma de, através das embaixadas, atingir o mundo inteiro.

Isso foi parcialmente conseguido. Em algumas embaixadas, tivemos a cooperação dos embaixadores apesar das minúsculas verbas para esse fim. As verbas para propaganda eram infelizmente ridículas. E havia a matéria paga que não dá crédito a ninguém. Quando o sujeito publica uma matéria paga, todo mundo vê que é uma coisa oficial e não era isso o que queríamos. O Ministro Delfim Neto trouxe uma dúzia de empresários da Europa e lhes mostrou o desenvolvimento do Estado de São Paulo, o que foi custeado pelo capital paulista. E eles estiveram, nas fábricas, estiveram na cidade, viram aquela enorme metrópole, tiveram muito boa impressão de uma parte desenvolvida do Brasil.

Então, houve uma tentativa séria de se fazer alguma coisa. O progresso nesse campo foi compensador, em especial o esforço através das embaixadas para atingir o mundo. Se mais não se fez, foi pela morte prematura do Presidente da República e ausência de numerário no orçamento. Nós não tínhamos um tostão no orçamento, não contamos com nenhum recurso do orçamento.

Só foi possível realizar as tarefas pela ajuda pessoal do Ministro da Fazenda Delfim Neto. A gente chegava a ele e dizia: "Ministro, fizemos uma pesquisa no IBOPE da maior importância, mas até hoje não pagamos. Quem é que vai pagar ao Instituto?"

Um dia botei os alamares e disse para ele: "Ministro, o senhor é realmente mais moço do que eu. Esses alamares aqui da direita eles me enfeitam, mas não me amarram não. O senhor está me tratando muito mal, o senhor tem que me respeitar, sou mais velho do que o senhor. O senhor diz que vai pagar, vai pagar, já está, há dois meses, devendo". Então, ele arranjou dinheiro não sei onde e nunca mais faltou dinheiro. Ele era bom ouvinte!

Porém, não se fez mais, como disse, por causa da morte prematura do Presidente e pela ausência de dinheiro. Só foi possível realizar tarefas pela ajuda

pessoal do Ministro Delfim Neto, conseguida através das empresas, ele tinha muito prestígio em São Paulo e pelo socorro gracioso de muitos veículos de Comunicação Social que, da mesma forma que atacavam, também, vez por outra, faziam de graça ou por promoção aquilo que nós queríamos. *Veja, Isto É, Manchete*, todas elas fizeram...

No governo seguinte, Governo Médici, a AERP foi incluída no orçamento. Então, ela ganhou orçamento, com uma quantia relativamente pequena, mas capaz de satisfazer suas necessidades mais prementes. Já, então, sob a direção do Coronel Otávio Costa e, mais tarde, do Coronel Toledo Camargo cresceria, ganharia vulto e importância. Finalmente, no Governo Figueiredo, chegaria a tornar-se uma Secretaria de Comunicação Social – Secom, sob direção de Said Farah, a qual, infelizmente, teria vida curta por haver essa Secretaria entrado em choque com o Gabinete Militar. Daí, por diante, as atividades de Relações Públicas praticamente desapareceram. Assim, houve momentos de alto e de baixo.

Já no Governo do Presidente Castello não se fez nada, foi uma pena, porque ele, como disse, era contrário a qualquer tipo de divulgação, de propaganda. Fez um trabalho lindo, mas ninguém sabia nada. Ele achava que aquilo ia chegar aos brasileiros naturalmente, sem nenhum trabalho nesse sentido; infelizmente, o que não passou de uma convicção utópica.

Por ser esse o meu campo de atividade, no livro "Quem Não se Comunica Não se Explica" conto a origem, o progresso, a conquista e as deficiências do segundo governo revolucionário nessa área, informando e esclarecendo muitos assuntos, detalhando-os mesmo. O meu livro tem aquelas três partes: a teórica, a aplicação dessa teoria e, depois, os casos e anedotas ligados à Comunicação Social.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha, que se valem do terrorismo, como seqüestros de embaixadores e assaltos a quartéis, praticadas por extremistas?

Todos esses crimes que a Constituição vigente classifica de hediondos, encontram-se presentes nos processos de comunização dos países em que essa ideologia se instalou. Na verdade, as ações de guerrilha urbanas e rurais, que se valem do terrorismo, sob as mais diversas e diabólicas formas (assaltos a bancos, a quartéis, assassinatos, seqüestros etc.) constituem normas de ação dos comunistas adeptos da luta armada.

A opção dos extremistas de esquerda pela luta armada gerou o que se convencionou chamar de guerra suja, que surgiu pela necessidade de se responder, com igual violência, aos atos terroristas.

Coronel, houve a seu ver durante o processo revolucionário cerceamento das liberdades?

No Governo Castello Branco, poder-se-ia dizer que foi um episódio quase imperceptível. Já no Governo Costa e Silva, houve nitidamente duas fases. A primeira que foi da posse – 15 de março de 1967 – até o AI-5, 13 de dezembro de 1968, período em que o governo foi plenamente democrata, seguindo a Constituição deixada por seu antecessor, sem usar nenhum instrumento de força.

Não havia qualquer tipo de censura, com os veículos de comunicação tendo plena liberdade para criticar o governo e o Congresso, podendo, como o fizeram por diversas vezes, derrubar os projetos apresentados pelo Governo, embora contasse o Governo com a maioria de congressistas em seu partido – a ARENA.

A segunda fase foi após a edição do AI-5, de 13 de dezembro de 1968 até 30 de agosto de 1969, com a trombose do Presidente da República. Apareceu, nessa ocasião, com o AI-5, a censura. A censura, realmente, veio para fazer face às ações anti-revolucionárias, de toda ordem ocorrida no Governo Costa e Silva. Antes do AI-5 não, na primeira fase não.

O Governo Médici engajado em debelar a subversão e, no meio da guerra suja, teve necessidade indispensável de, como fez a Junta Militar, que governara no intervalo dos dois governos, entre os segundo e terceiro governos da Revolução, levar a cabo a censura. Essa necessidade cresceu no desenrolar da guerra suja.

É importante recordar, isso é muito importante, que a primeira ação terrorista de vulto aconteceu em 25 de julho de 1966, no Governo Castello Branco, com o atentado do Aeroporto de Ibura, no Recife, visando à morte de Costa e Silva, Ministro do Exército e candidato a Presidente como substituto de Castello. Com ele, iniciar-se-ia um rosário de atentados e violências que tiveram o seu clímax no terceiro governo revolucionário. Diminuiu muito, sem jamais desaparecer, nos Governos Geisel e Figueiredo.

O episódio foi o seguinte: Costa e Silva estava em João Pessoa quando o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que o trazia deu pane e de João Pessoa a Recife são 90, 92 quilômetros só. Ele perguntou qual seria o tempo para reparar a aeronave e lhe disseram que seria de umas três horas, o que o levara a decidir pela vinda de carro, pois gastaria uma hora e pouco e veio de carro.

Nessa ocasião, os terroristas que não sabiam, na hora, que Costa e Silva decidira vir de carro, puseram uma bomba no Aeroporto que matou um almirante e um jornalista e feriu quatorze pessoas, algumas gravemente, inclusive o General Sílvio, que ficou sem metade de uma perna. Houve pessoas que ficaram gravemente doentes e se transformaram em mendigos e pedintes em conseqüência desse ato insano.

Nunca a mídia nem ninguém ligado aos direitos humanos se preocupou com isso.

Os autores, hoje, estão identificados. Foram dois os responsáveis: um já está morto e o outro está desempenhando altas funções por aí, não lhe aconteceu nada.

Sobre o atentado do Riocentro, a toda hora eles voltam a falar, mas nunca disseram uma palavra sobre o atentado no Aeroporto de Recife, de muito maior dimensão, que vitimou tantos brasileiros, inclusive um jornalista, que normalmente eles dão tanta importância.

Eles têm a mania de dizer que a violência deles foi para responder a violência das Forças Armadas, quando foi, exatamente, ao contrário. A primeira violência foi o atentado contra o Presidente Costa e Silva, seguido da expropriação, como eles chamavam, o roubo a bancos e ao Hospital do Cambuci, em São Paulo, de onde tiraram o armamento de vários recrutas para uso em atentados; essas coisas eles não contam, o silêncio é total.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda ?

Não concordo não, porque eles tinham outras opções para se manifestar, como, principalmente, através do Partido da Oposição – o Movimento Democrático Nacional (MDB). Poderiam ter utilizado comícios-relâmpago, realizados inopinadamente, a utilização da radiofonia clandestina, a emissão de volantes: soltar panfletos criticando o governo, a utilização de *outdoors* etc.

A versão que essa pergunta põe sob questionamento não passa de uma tentativa para justificar ações com violência despropositada de alto custo de vidas e de danos ao patrimônio. Essa justificativa só poderá convencer os predispostos a recebê-la.

Quais os objetivos, Coronel, da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

Sempre foi a conquista do Poder e com ele partir, sem peias, para a pregação e dominação marxista. A orientação de fora mais próxima vinha de Cuba com Fidel Castro, a testa, repassando recursos monetários e proporcionando treinamento para ações de guerrilha.

Os focos irradiadores do marxismo vinham também da Europa, da URSS, da Tchecoslováquia, da Polônia e até da pobre Albânia, que mal podia consigo mesmo, mas também participava. O apoio passava, ainda, pela Alemanha Oriental e Hungria. Da Ásia, vinham orientação e apoio, calcados na luta armada, considerados mais violentos os que se originavam na China maoista e eram reforçados por países já dominados, como a Mongólia, Coréia do Norte, Vietnã e o Tibet.

O objetivo – conquistar, inicialmente, o Brasil, passando, depois, ao domínio das outras nações sul-americanas – e, daí, fácil seria pular para a América Central Continental e o Caribe – chamo de Caribe as ilhas e de América Central Continental aquele istmo. O objetivo final e definitivo era os Estados Unidos, passando pelo México.

No fundo, no fundo, o grande objetivo era destruir as Democracias do Ocidente e para isso tinham um longo caminho a enfrentar, uma vez que diretamente não reuniam condições de fazê-lo.

O AI-5 mostrou-se necessário?

Foi um instrumento forte que se tornou imprescindível diante da conturbada situação brasileira. O Governo Costa e Silva, que começara sob o signo da democracia constitucional, mostrou-se, de início, muito tolerante, provavelmente, por isso, foi julgado como um governo fraco e passou a enfrentar um período extremamente difícil, sendo atacado por todas as direções.

Diversas crises fermentaram ao mesmo tempo, muitos hostilizaram o governo. Houve os que testaram os novos dirigentes, porque desejavam ver a democracia voltar ao estilo antigo mais rapidamente; houve os que queriam tumultuar o ambiente, desmoralizando os governantes, para derrubarem a Revolução.

Estava em curso uma guerra revolucionária, impulsionada pela ação subversiva, a chamada via pacífica, por parte de alguns, e pela luta armada, através de outros, tudo objetivando a tomada do Poder. O fato é que as crises simultâneas trouxeram como somatório uma aguda crise que colocou o Governo contra a parede.

O Presidente Costa e Silva, analisando a grave situação, defrontou-se com quatro opções: primeira, renunciar, transferindo para outros a solução da crise; segunda, promulgar o ato forte por tempo indeterminado, o que o faria um autêntico ditador; terceira, editar um ato forte de natureza transitória para debelar a crise e ter condições de restaurar a democracia plena; quarta, decretar o estado de sítio para resolver o problema institucionalmente com o risco de uma recidiva. Tudo indica que esse último instrumento não era suficientemente forte.

Dessas linhas de ação, a primeira não se coadunava com o caráter do presidente; a segunda chocava-se contra a sua natureza democrática por essência ele não queria ser ditador e a quarta parecia um pouco problemática por permitir recidivas. Assim, decidiu ele pela terceira, quer dizer, um instrumento forte, mas temporário, e a prova que era temporário está no fato de ele, depois, tentar acabar com a medida em nove meses. Deixou à frente Pedro Aleixo, que foi o único que votou contra o AI-5, e Miguel Reale, além de uma porção de pessoas que eram reconstitucionalistas famosos.

Coronel, o senhor acha que foi necessária a criação de um órgão de informações, como o Sistema Nacional de Informações (SNI), e os de operações de informações – os DOI/CODI?

Acho mais do que necessário, imprescindível. Esses instrumentos dotaram o governo dos meios de que necessitava para neutralizar e destruir a subversão e a luta armada cada vez mais fortes e audaciosas. Permitiu a organização de forças – meios e recursos capazes de derrotar o inimigo – que se apresentou desunido, pertencente a diversas organizações, conhecidas pelas suas diferentes siglas, carente de coordenação e agindo à sorrelfa. Mas eles tinham sempre a iniciativa e atuavam sorrateiramente. Então, se a gente não se organizasse poderia ter sucumbido diante da surpresa, porque eles tinham a iniciativa, podendo atacar o Banco A ou o quartel B.

Hoje em dia, quando se referem ao período da Revolução de 1964, falam em "ditadura militar", o que é que o senhor pensa disso?

Chamar o período revolucionário de "ditadura militar" é uma impropriedade, não tem motivo. Poder-se-ia chamar de governo de presidentes militares, de governos autoritários, até de governos militares.

Jamais será correto chamar esses cinco presidentes militares de ditadores porque não o foram, não governaram por longo tempo sem peias, sem limite, como Fidel Castro por exemplo, que se mantém no Poder por mais de quarenta anos e demonstra o desejo de permanecer eternamente, porque os comunistas se mantêm no Poder pela força e pelo controle do povo, através da ação de elementos do regime.

No Brasil, isso não aconteceu com os cinco presidentes militares que cumpriram o mandato estabelecido e que, na ocasião prevista, passaram o bastão de comando, apenas um saiu antes, por motivo de grave moléstia. No Brasil, em verdade, só houve um ditador – Getúlio Vargas – e esse não foi militar.

O senhor apontou a longa permanência no Poder como um dos erros da Revolução. Elegeu e justificou como o melhor governo para passar o Poder aos civis o do Médici. Gostaria de citar algo mais a respeito?

Estudando a época, *a posteriori*, cheguei à conclusão de que a melhor ocasião para devolver o Governo aos civis teria sido no final do Governo Médici. A Revolução fizera o País crescer a mais de 10% ao ano, durante vários anos, considerados de excepcional crescimento econômico, arrumara a casa, acabara com o perigo subversivo, restaurando a autoridade, tudo isso num prazo de dez anos (1964/1973).

As estatísticas mostravam esses resultados excepcionais no campo econômico, que muitos chamaram de "milagre econômico". Não foi um milagre, porque

milagre é quando os efeitos não têm causa e, no caso brasileiro, não fora um milagre, porque resultara de trabalho, eficiência e planejamento honesto.

Justiça é lembrar que tal decisão tornou-se quase impossível pela ação radical da linha dura, sobretudo entender que a luta armada ainda não estava completamente neutralizada. Houve gente que quis passar o bastão naquela oportunidade, mas a linha dura não deixou. Essa é que é a verdade.

Aos tempos dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Meu general, as Forças Armadas, como instituições nacionais permanentes, não auferiram qualquer tipo de vantagem, cumpriram rigorosamente a legislação do País, procurando "apertar o cinto" para dar o exemplo aos demais setores da sociedade.

Por que o Governo Figueiredo partiu para o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Os próprios revolucionários de 1964 sentiram necessidade de fazê-lo. Aliás, qualquer Revolução com o tempo se desgasta e enfraquece. A "nossa" jamais chegou a ter um apoio político amplo e suficiente.

Por vezes, quando na crise do AI-5, esse apoio chegou mesmo a faltar. Por outro lado, ela, que, no começo, fora desejada pela maioria esmagadora da Nação, sentia o seu esvaziamento. A Revolução, na verdade, não chegou a ser inteiramente popular e todos os presidentes revolucionários tiveram responsabilidade nessa atitude. Castello Branco – competente, honesto e bem-intencionado – fora demasiadamente sisudo, sério demais para conquistar o povo.

Costa e Silva, bonachão, cheirando a povo, fora simpático e favorecido pelos resultados da economia que, em 1968 e 1969, se apresentaram muito positivos. Contudo, na última fase do seu governo, fora forçado a editar o AI-5 e caíra, de certa forma, no desagrado de muitos, principalmente da mídia e do pessoal ligado às atividades jurídicas.

Médici, embora não tão simpático, gozou de grande popularidade, pelo milagre brasileiro que aconteceu em seu governo e por sua fama de pé quente no futebol e por interessar-se por esse esporte e ser torcida do Grêmio e do Flamengo, clubes muito populares. Ele era querido, entrava no Maracanã e recebia aplauso das duas torcidas.

Exatamente, pelas duas torcidas; era impressionante, com o seu radinho, lembro-me bem desse período maravilhoso vivido pelo Brasil, quando havia segurança, progresso e confiança.

Fazia-se acompanhar de um amigo que hoje é Almirante de Esquadra – o Peixotinho – também Flamengo e tinha sido Ajudante-de-Ordens do Costa e Silva.

Ele não era um camarada dos mais simpáticos assim à primeira vista, mas no contato diário ele o era. Gozou de popularidade inclusive pela conquista, em 1970, do tricampeonato mundial do esporte bretão, que ele previu, inclusive o resultado do último jogo entre Brasil e Itália. Por isso é que eu digo que, no final do seu governo, era a hora de ter passado o bastão para os civis. Nós sairíamos admirados e respeitados.

Quanto ao Geisel, também foi seco, autoritário e rude, embora determinando o começo da abertura, usou e abusou do AI-5. Ele foi contra o AI-5, mas enquanto pôde, usou-o com cassações e pacotes, como o "Pacote do Senador Biônico", que nunca foi bem aceito, nem mesmo no seio da Revolução.

Exato e só acabou com o AI-5 para o Figueiredo, não para ele. Trouxe novamente, para o governo o tal Golbery, um homem cujas ações foram extremamente prejudiciais à Revolução.

Desejou um Brasil grande em prazo muito reduzido, na oportunidade errada, no meio de um mundo em dificuldade. Ernesto Geisel jamais conquistou a simpatia do povo.

Figueiredo, instável e agitado, por vezes boquirroto, chegando a dizer que, por ele, a eleição deveria ser direta, quando ele estava exercendo um cargo através de uma eleição que fora indireta. Ele, às vezes, era boquirroto, indiscreto, mas eu gostava dele; fui seu companheiro na Escola de Comando e Estado-Maior durante vários anos. Figueiredo por ser instável, agitado e, por vezes, falastrão perdera em parte o respeito de que sua alta posição exigia. Um dia quis meter o braço naqueles que o desafiaram em Santa Catarina e, de vez em quando, saía com alguma frase que não caía bem.

Atingido por forte enfarte, sentiu o peso da enfermidade; contava com a simpatia de uns, mas era criticado por outros. Acelerou o desgaste da Revolução de 1964.

A conjuntura internacional veio acelerar a abertura política?

Sim, na época em que o mundo vivia intranqüilo, agitado e violento recordemos alguns fatos: epidemia de seqüestros de aviões; eleição contestada na Colômbia; oposição violenta nos Estados Unidos, mas nada que parecesse com os dias de hoje; reação à inesperada intervenção militar no Camboja; guerra oculta no Laos; hostilidades no Vietnã; dissidência na URSS; morte do líder egípcio Nasser; lutas na Jordânia; guerra na Biafra; pruridos separatistas em Quebec, no Canadá; Berlim – foco de tensões entre a URSS e as potências ocidentais; terrorismo na

Argentina; agitações na Bolívia, o mais instável dos países sul-americanos; mudança de comportamento do povo chileno, com o resultado da eleição de Salvador Aliende, uma vez que o país, até então, fora um modelo de democracia.

A China anunciando que, em pouco mais de um ano, poderia dispor de mísseis balísticos atômicos; com o nome de República Popular do Congo, o ex-Congo Francês tornar-se-ia o primeiro país socialista da África. Acirrava-se a guerra no Sudeste Asiático; ocorrência de novos conflitos de fundo religioso na Irlanda do Norte; guerrilheiros palestinos atacaram Israel que respondeu violentamente; sério conflito entre os poderes Executivo e Legislativo do Uruguai.

Todos esses fatos e muitos outros não recordados pressionam o Brasil, direta ou indiretamente, agitam-no, facilitando o desejo de uma abertura política. A conjuntura internacional instável contribuiu, portanto, para a abertura.

Qual a sua avaliação a respeito da abertura desde o Governo Geisel?

Creio ter sido mal conduzida. Foi uma abertura *sui generis*. Como já dissemos anteriormente, prometia a extinção do Ato 5, participando das críticas que dele se faziam, mas continuava a utilizá-lo em cassações, por vezes, puramente casuísticas e de pacotes pouco democráticos. A idéia era boa, mas não foi bem implantada. Tinha que abrir um dia... Aliás a Revolução visava à democracia em sua plenitude.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Em verdade não foi só a atuação do último governo revolucionário. O desgaste foi natural e resultante de erros realmente maiores nos quarto e quinto governos ditos militares. Como já explicamos anteriormente, os motivos estavam relacionados com as duas crises do petróleo (1974 e 1979), com a dívida externa, batendo recordes, associada à inflação, que completaram o desgaste e fizeram esquecer as grandes conquistas realizadas pela Revolução. Essas mazelas fizeram esquecer o muito de bom que tinha sido feito antes, principalmente no Governo Médici.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia em relação aos militares? O que o senhor diz a esse respeito e sobre a Lei da Anistia?

Esse "revanchismo" é marca dos covardes e dos desmemoriados intencionalmente – mídia, determinados professores e políticos são seus autores. A mídia pela enorme infiltração esquerdista e por estar, hoje em dia, nas mãos de gerações mais jovens que não viveram a conjuntura dos últimos anos da década de 1960 e dos primeiros da década de 1970, jovens que vêm sofrendo a influência dos seus profes-

sores de esquerda, grande maioria no ensino universitário, principalmente na área da Comunicação Social. Eles contam os fatos sem conhecê-los ou aprofundar-se na sua análise. Em conseqüência, seguem a orientação espúria de profissionais em técnicas e ações subversivas, muitas vezes recebendo orientação alienígena...

Entre os políticos, a expressiva participação dos esquerdistas mais fanáticos e intransigentes tendem à demagogia e à parcialidade. Recentemente falar mal, mentir e exagerar os defeitos da Revolução e dizer-se vítima de tortura e dos maus-tratos engordaram os currículos dos candidatos nas eleições. Chegou mesmo a constituir-se em norma de ação.

A Lei da Anistia, apesar da boa intenção, deu margem a interpretações dúbias e foi mal feita. Na prática, a Lei tornou-se parcial e foi aplicada unilateralmente contra tudo que viera da Revolução, praticando-se verdadeiros atentados contra a Lógica e o Direito.

Cito apenas um caso impressionante – a promoção a brigadeiro do cidadão conhecido como Sérgio Macaco, sem interstício dos postos, sem curso de Estado-Maior. Pulou diretamente de Capitão Intendente a Brigadeiro recebendo os atrasados, após ter sido eleito deputado pelo esquerdismo. Ele se beneficiou em virtude de sua condição de vítima no caso Parasar, ao arrepio da lei.

Ele se elegeu por isso, porque se disse vítima e a esquerda o elegeu. Ele não havia perdido nada, pelo contrário, tinha ganho e, no entanto, beneficiou-se ao arrepio da lei.

Ele pulou de capitão para brigadeiro e queria voltar a ativa. Foi a única coisa que ele não conseguiu, pegou os atrasados de volta, mas não conseguiu voltar, porque ele não conhecia nada de suas funções, muito menos no nível de brigadeiro de intendência.

Vivia na televisão falando um português muito ruim.

No livro "Ato 5-A Verdade Tem Duas Faces" aprofundo-me muito no assunto. Quem quiser detalhes estão lá.

Coronel, como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? O senhor diria que desapareceu o comunismo? Qual a situação, do Brasil, nesse contexto?

O radicalismo nos atinge a ética, a moral e a justiça, servindo para desunir e tornar-se uma ameaça a toda a Nação. O comunismo não desapareceu e o PC ainda tem força na maioria dos países que compuseram a URSS.

Estive lá e vi na Rússia e na Bielorússia o partido tentando reorganizar forças e se apresentando mais aberto a composições. Por vezes, como no Brasil,

mudou de nome e parece ter involuído, mas preservou as finalidades e os objetivos. Em nosso País, agora, é o PPS (Partido Popular Socialista) em vez de ser PCB (Partido Comunista Brasileiro), mas nada mudou, inclusive o Roberto Freire que é aquele mesmo que conhecemos e os seus objetivos em nada se modificaram...

Por isso, continuam um perigo latente, sendo inegavelmente um partido disciplinado. Recomenda-se acompanhar de perto o seu potencial. Entre nós, sua atuação é facilitada pela pobreza de muitos, o desnível entre as regiões e a má distribuição da renda. Por isso, o PC encontra campo propício e vasto para acenar com utopias, promessas irrealizáveis e falsas esperanças.

Vou citar um exemplo corriqueiro: os partidos comunistas, o encapuzado PPS e o PC do B, se aliam entre os que defendem o voto facultativo. O Brasil ainda não está desenvolvido culturalmente para tal, mas eles sabem que obterão vantagens com este novo tipo de voto por conhecerem a disciplina dos comunistas que os farão participar de todas as eleições. Ao contrário de grande parte dos democratas que, amantes do lazer e freqüentadores de praias, certamente faltarão mais.

Isso a gente via na universidade, quando havia uma proposição a ser discutida, os comunistas ficavam até o fim, enquanto os democratas iam saindo, iam deixando o recinto. Percebendo as defecções, os comunistas passavam a contar e, ao perceberem que estavam com a maioria, faziam a votação e ganhavam.

Estive na Rússia, com minha mulher e, nos países escandinavos, num "tour". Na Rússia, vi coisas terríveis. Vi que eles estão satisfeitíssimos com a liberdade que possuem agora e falam abertamente. Mas vi, também, muita miséria; vi muita prostituição, muito crime, coisas que antigamente, sobretudo pela força do regime, não existiam. Ao constatar aquelas mazelas vividas por aqueles jovens, lembrei-me realizado que meus três filhos estão casados, são donos do seu nariz e se eu precisar, até me ajudariam, pois estão bem, são independentes.

Naquela passagem pela Rússia para dar um telefonema para o Brasil, por exemplo, tive que trocar dólares que levava por rubros e precisei ir lá num determinado lugar. Esse lugar ficava infestado de prostitutas, algumas muito bonitas, a eslava é grandona, mas é bonita, uma atração para qualquer garotão, em idade de aventuras. Elas ficavam por ali, porque sabiam que era um dos lugares onde havia dinheiro. Constatei uma verdadeira concentração de belas mulheres nas proximidades. Então, o clima de prostituição, de degradação da família, era impressionante, e o meu receio é de que, em nome disso, queiram acenar com as vantagens que havia, pois, no comunismo, falta liberdade, mas há ordem.

Agora, infelizmente, há crime organizado, há quadrilhas, há prostituição, há isso tudo, mas eles, também, respiram liberdade. Vi um guia russo "me-

tendo o pau" no comunismo falando em português. Então, me parece que vai ser difícil um retrocesso, mas o partido ainda tem força, sobretudo nas pessoas de terceira idade...

Coronel, e o outro lado – essa ameaça dos novos donos do mundo, agora todos poderosos, de desejarem botar os pés na Amazônia. Como o senhor vê esse outro lado?

É, isso é terrível, um perigo que não pode ser descurado. O Passarinho que me desculpe, porque sou amigo pessoal dele, mas é imperdoável que algumas centenas de Ianomâmis possuam, para moradia, uma área maior que a Bélgica e na fronteira com a Venezuela, o que torna o problema mais grave ainda, uma vez que há tribos semelhantes no país vizinho, criando um conjunto homogêneo em ambos os lados da fronteira. O Passarinho tenta explicar esse fato, mas não convence.

Ele causou um grande mal ao Brasil e à Amazônia. Trata-se daquele erro crasso que nada justifica.

Outra coisa: a gente vê que muito alienígena, muito aproveitador, muita gente vai entrar por aí, vai se aproveitar, vai comprar, vai roubar e tudo isso. Então, veremos mais madeira sendo pilhada da floresta amazônica, porque o índio quer negociá-la sem outras preocupações. E, por trás de tudo isso, estão as potências mundiais, ávidas por internacionalizar a nossa Amazônia.

Foi a vontade internacional prevalecendo sobre os interesses nacionais.

Há uma coisa, no entanto, de que os americanos não se lembram: eles eram invencíveis até a guerra do Vietnã. Ali, perderam para um povo, porque o exército americano não perderia jamais para o exército vietnamita, mas o exército americano não pôde vencer um povo inteiro. E o Brasil poderá ser um Vietnã grande. Se vierem aqui, talvez se arrependam também, não que a gente possa enfrentá-los e ao seu poderio, mas poderá o Brasil causar-lhes muitos danos. Para isso, o povo e as Forças Armadas precisam atuar unidos.

Hoje, estamos, ainda, diante de uma outra perigosa ameaça – o tráfico e a guerrilha na Colômbia –, em cuja fronteira, o Brasil só possui um Batalhão de Selva. Precisamos, desde já, reforçar os nossos lindes em toda a Calha Norte com maiores efetivos, principalmente, no Estado do Amazônia, ao norte da Calha do Japurá, na Região da Cabeça do Cachorro, bem como no Estado de Roraima, onde as Áreas de Proteção Ambiental somadas às Terras Indígenas e aos Corredores Ecológicos transformaram o Estado num grande vazio demográfico, deixando-o desprotegido e incapaz de conduzir atividades econômicas na maior parte do seu território.

Esse é outro absurdo. Roraima transformou-se num estado cujo proprietário é a Fundação Nacional dos Índios (FUNAI).

Na década de 1990, as terras de Roraima e da Cabeça do Cachorro passaram a ser feudos da FUNAI.

Sinto saudades do período revolucionário, do tempo do Teixeira, quando viver na Amazônia era estimulante. Conheceu o Teixeira?

Muito, foi excepcional. O Coronel Jorge Teixeira era uma figura exemplar, carismática.

A Amazônia muito lhe deve.

Há pouco, recebeu a merecida homenagem de Manaus, onde foi um excelente Prefeito, dinâmico, entusiasmado; foi também Governador de Rondônia, excepcional, querido, até hoje lembrado pelos amazônidas. Grande Comandante do Colégio Militar de Manaus e do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Teixeira era um carioca, como nós, que se apaixonou pela Amazônia. Deu seqüência ao trabalho do General Rodrigo Octávio, que gostava muito dele. Estamos abordando isso aqui, porque justamente a quantidade de recursos para o Projeto Calha Norte vem sendo insignificante, quando precisamos tanto de verbas para dinamizá-lo.

É, nesta hora, que lembramos da Revolução, principalmente do Presidente Médici.

E, ainda, dos Generais Leônidas e Bayma Denys que foram os gigantes do Calha Norte no Governo Sarney (1985-1989), o único Governo após o período revolucionário que se preocupou com a região amazônica.

No atual Governo, infelizmente, a Amazônia ficou entregue a sua própria sorte. As verbas para o Calha Norte, por exemplo, foram ridículas. Mas não deixam de criticar a Revolução, quando, na verdade, o que está faltando, principalmente a partir de 1995, é dar continuidade ao que antes se fez, o que implica recursos – que não existem – porque, hoje, a preocupação é manter um enorme superávit primário na economia, para atender ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em detrimento de todo tipo de investimento. Essa globalização, que aí está, só favorece realmente aos países ricos que são os condutores do processo.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê essa realidade?

Muito bom sinal. Penso, porém, que a maior parte dessa aceitação, que é real e existe, provém das faixas etárias de terceira idade que sentiram na carne os desmandos, a desorganização e a instabilidade da década de 1950 e dos primeiros anos da década de 1960. Comparo o clima daquela época com o que hoje se vive no Brasil, com o Movimento dos Sem Terra, com total falta de autoridade por parte de quem deveria exercê-la; com atividade contínua e equivocada de criar

reservas indígenas, como a Ianomâmi, ameaçando a nossa integridade territorial; e com a insegurança pública que cresce a olhos vistos.

Os mais jovens, por ignorância daqueles fatos, não podem comparar o desenvolvimento assegurado pelos governos revolucionários com os soturnos dias de hoje. No Brasil, a população de mais idade já é maioria levando-nos a acreditar que, no final do primeiro quartel do terceiro milênio, dentro de uns 25 anos, a Revolução sairá das páginas dos jornais e revistas para compor apenas textos dos livros de nossa História. Desejamos vê-la entrar para a História do Brasil, através dos fatos reais e não pelas versões deturpadas dos "revanchistas" de plantão, obcecados em criticar o período revolucionário sem estudá-lo com profundidade e, portanto, sem conhecê-lo na sua realidade.

Encerrando a nossa entrevista, qual a sua mensagem final para o nosso Projeto de História Oral?

Dediquei muitos dias de minha vida pesquisando para escrever os meus livros, gentilmente citados em meu *curriculum vitae*. O esforço foi grande, mas valeu a pena.

Gostaria, sim, de ouvir a verdade consubstanciada na assertiva de que a Revolução, pelos serviços de alta relevância prestados ao nosso Brasil e ao subcontinente sul-americano, salvou a democracia em muitos países, vindo até a beneficiar os Estados Unidos da América, que se surpreenderam com o Movimento de 31 de Março e dele tiraram muito proveito, no quadro da guerra fria, porque viram, boquiabertos, inteiramente perplexos, um verdadeiro continente, de um dia para o outro, livre do comunismo, com todas as benéficas conseqüências desse fato inclusive para eles.

Por tudo isso, é justo que a Revolução de 1964 venha a receber, definitivamente, a merecida qualificação, por alguns já usada, de Revolução Redentora.

ANEXO

ÊXITOS DOS GOVERNOS MILITARES

"Ao final de 1983, – apesar dos dois Choques do Petróleo – o Brasil já havia completado o seu longo ciclo de industrialização através da substituição das importações. Um parque industrial complexo, integrado e com reduzida dependência das importações fora montado, em pouco mais de trinta anos, com a política da substituição das importações. Sem dúvida, uma performance admirável, singular na história da economia do mundo", conforme os quadros demonstrativos a seguir apresentados.

VARIAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA – (1963-1983) (EXCERTO)

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Dados demográficos (mil)	77.531	127.500	–	60%
Expectativa de vida (anos)	55	63	–	13%
Água municipal tratada	30%	80%	2,6 vezes	266%
PNB (US$ bilhões)	25	295	14,5	1450%

DADOS ENÉRGICOS

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Potência instalada (MW)	4.480	35.000	9 vezes	800 %
Potência em instalação (MW)	1.000	16.000	16 vezes	1.600%
Reserva de petróleo (milhões barris)	320	1.900	6 vezes	600%
Consumo de petróleo (1.000 b/dia)	327	1.000	3 vezes	300%
Capacidade de refino (1.000 b/dia)	300	1.400	5 vezes	500%
Cisto do petróleo importado em (milhões de US$)	176	6.800	39 vezes	3.900%
Produção de petróleo (1.000 b/dia)	98	340	4 vezes	400%

PRODUÇÃO DE METAIS E FERTILIZANTES

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Aço (1.000 Ton.)	2.800	18.000	6 vezes	600%
Alumínio (1.000 Ton.)	17.6	340	20 vezes	2.000%
Estanho (Ton.)	2.084	12.000	6 vezes	600%
Chumbo (Ton.)	15.643	35.000	2 vezes	200%
Cobre (Ton.)	10.000	114.000	10 vezes	1.000%
Níquel (Ton.)	–	9.500	95 vezes	9.500%
Petroquímica (1.000 Ton.)	150	2.500	17 vezes	1.700%
Fertilizantes (1.000 Ton.)	545	1.452	3 vezes	300%
Hematita (milhão Ton.)	11,2	100,0	9 vezes	900%
Manganês (1.000 Ton.)	1.250	10.100	8 vezes	800%

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Navios (Ton. de deslocamento)	42.800	200.000	5 vezes	500%
Automóveis (unidade)	174.125	880.000	5 vezes	500%
Cimento (milhões Ton.)	4,35	25,0	5 vezes	500%
Aviões (nº)	–	128	–	–

COMÉRCIO EXTERIOR

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Exportações (bilhões US$)	1,4	21,9	15 vezes	1.500%
Importações (bilhões US$)	1,4	19,4	17 vezes	1.700%
Exportações de minério de ferro (milhões Ton.)	8,2	70,0	9 vezes	900%
Frota mercante (milhões TPB)	1.440	9.000	6 vezes	600%

COMUNICAÇÕES

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Telefones (milhões)	ND	10	10 vezes	1.000%
Municípios c/ telefone	ND	3.500	3.500 vezes	35.000%
Municípios c/ DDD	0	2.500	2.500 vezes	25.000%

TRANSPORTES

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Automóveis (milhões)	0,3	9,6	32 vezes	3.200 %
Rodovias pavimentadas (1.000 Km)	19	75	3,9 vezes	390%

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Grãos (milhões Ton.)	19,4	55,0	2,8 vezes	280 %
Capacidade de armazenagem (milhões Ton.)	5	57	10 vezes	1.000%

ENSINO E HABITAÇÃO

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Universitários (1.000)	124	1.300	10 vezes	1.000%
Crianças de 7 a 14 em escola (milhões)	5	9	0,8 vez	80%
Habitações financiadas pelo BNH (mil unidades)	100	4.200	42 vezes	4.200%

Fonte: Dados IBGE – (extraídos de uma conferência pronunciada pelo Engenheiro GLYCON DE PAIVA, em dezembro de 1984, na Associação Comercial do Rio de Janeiro).

Coronel Nilson Vieira Ferreira de Mello

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Foi Ajudante de Ordens do Comandante do IV Exército e do Chefe do Estado-Maior do Exército e Subchefe do Gabinete do Ministro do Exército/RJ.
- Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Motomecanização e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Comandou a Escola de Sargentos das Armas e foi Chefe de Seção de Ensino da ECEME e Adido do Exército junto às Embaixadas do Brasil em Paris e Bruxelas.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola de Motomecanização do Exército/RJ.
- Em 1964, era Major, aluno do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Praia Vermelha/RJ.

Entrevista realizada em 16 de novembro de 2000.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A minha participação nos pródromos da Revolução de 1964 resumiu-se em manifestar sempre – e ostensivamente – minha discordância dos atos e intenções políticas de João Goulart. Não fui, portanto, um conspirador, mas coloquei-me contra a posse de Jango, quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros, pois suas ligações políticas e suas atitudes, como Ministro do Trabalho no 2º Governo Vargas, indicavam os rumos que seguiria, se chegasse à Presidência da República.

Em 1964, cursava o 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e logo que soube que se desencadeara o movimento militar, em Minas, apresentei-me ao Comando da Escola, já revoltada, para cumprir missões, entre as quais prender um pelotão de fuzileiros navais que se instalara no alto do Pão de Açúcar, seguir para Belém e Manaus com documentos da CGI (Comissão Geral de Investigações) para promover a saída dos governadores do Pará e do Amazonas dos seus cargos e outras mais, como busca de informações em secretarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

As raízes mais profundas do Movimento de 31 de Março mergulham na história republicana do País. Quando se derrubou a monarquia, com a participação decisiva do Exército, pretendia-se sanar vícios, hábitos e costumes políticos e arejar o cenário nacional com a democratização das oportunidades. A persistente frustração desses ideais, aliás formulados de maneira algo ingênua e romântica, determinou o surgimento de um movimento político-militar, o "tenentismo", e uma série de insurreições na década de 1920, cujo último episódio talvez tenha sido a Revolução de 1964.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A guerra fria pós-Segunda Guerra Mundial certamente teve forte influência na Revolução de 31 de Março. Todos os países foram, por razões diversas, atraídos para um dos dois grandes pólos de Poder em que o mundo se dividiu: o pólo liberal-capitalista e o pólo dos regimes totalitários de inspiração marxista-leninista. Estes últimos regimes, por sua própria natureza, procuram sempre expandir-se, até mesmo como forma de sobrevivência interna. A Guerra da Coréia, as chamadas "guerras de libertação nacional" na África, a Guerra do Vietnã, a comunização de Cuba e as investidas guerrilheiras, particularmente de Che Guevara, em diversos países sul-

americanos são exemplos de teatros onde se travaram as ações "quentes" dessa guerra fria. A Revolução de 1964, embora tendo sido um movimento autenticamente nacional, posicionou-se contra a tentativa de se implantar, no País, regime assemelhado ao das ditaduras comunistas, no clima, portanto, da guerra fria.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964, era de incertezas, agitações e receios. A súbita renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, lançou o País no dilema de aceitar a posse de um vice-presidente cuja carreira política fizera-se sempre no mais irresponsável populismo demagógico, ou livrar a Nação de dias difíceis, impedindo sua ascensão à Presidência da República, mesmo violando a Constituição. Prevaleceu a solução de compromisso do parlamentarismo, cedo desrespeitada com a campanha pela restauração do presidencialismo. Restaurados seus poderes de chefe do governo, Goulart resvalou, de início prudentemente e ao final rapidamente, para uma posição de desrespeito à Constituição – argumento maior dos que defenderam sua posse –, apontando-a como necessitando de urgentes modificações que lhe permitissem realizar obscuras "reformas de base", jamais claramente formuladas.

Logo seu Governo tornou-se refém de agitadores dos mais variados matizes de esquerda, desde líderes sindicais espúrios – os chamados "pelegos" – até comunistas filiados a partidos organizados. A culminância desse perverso processo de deterioração da autoridade culminou com reiterados ataques aos princípios basilares das Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

As atitudes políticas do Governo Goulart certamente teriam de desagradar à parcela mais responsável do povo brasileiro, inclusive a Imprensa não comprometida ideologicamente. Contudo, seus desmandos administrativos e uma inércia governamental que beirava a paralisia, acabaram por gerar situações de carência generalizada, mormente de gêneros alimentícios, greves políticas, reivindicações estapafúrdias, filas para tudo, inflação crescente, incompatibilizando o governo com crescentes camadas da população.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A posição da Igreja com relação ao governo deposto em 1964 era de desconfiança. Se, na hierarquia eclesiástica, havia uma minoria já trabalhada pelas teses

"progressistas", a maioria do corpo da Igreja, entendido este como o conjunto dos sacerdotes e dos fiéis, era de crescente preocupação. Ao final, essa preocupação evoluiu para ações nitidamente de oposição ao Governo Goulart, como as marchas de multidões pelas ruas das grandes cidades.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

As "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze" eram organizações paramilitares que evidenciavam a intenção dos militantes de esquerda de empolgarem o Poder, mesmo na "marra". As "Ligas Camponesas" tinham um viés mais ideológico e rural, inspirado nas teses maoistas. Os "grupos dos onze" eram, sobretudo um instrumento das ambições políticas do seu criador, Leonel Brizola, que alcançara notoriedade nacional com sua campanha em defesa da posse do cunhado e desejava chegar à Presidência da República, mesmo que tivesse de disputá-la, em qualquer campo, com outras facções de esquerda.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos? Qual a participação do Clube Militar e das associações congêneres?

No meio militar, havia um clima de incerteza e de desconfiança desde quando, em 1961, o III Exército aderira à pregação "legalista" de Brizola, afastando-se da posição adotada pelos chefes institucionais das Forças Armadas. Ficara claro, naquela oportunidade, que havia uma cisão entre os militares, a qual deveria ser sanada pelo convencimento, jamais pela luta fratricida. Os militares são legalistas por formação e, enquanto o processo de subversão das instituições não atingisse um ponto crítico, a maioria dos oficiais, ainda que discordando do governo, não aceitaria participar de uma ação insurrecional, mormente tendo que lutar contra companheiros de armas.

O governo, por sua vez, estimulava a cizânia: ao invés de afirmar sua confiança nas Forças Armadas como um todo, alardeava a certeza de contar com um poderoso dispositivo militar, uma espécie de guarda pretoriana a serviço, não da Nação, mas do príncipe. A designação de comandos e, até mesmo a ascensão ao generalato, eram feitas segundo critérios de lealdade ao *cappo*. E fazia mais e pior: instigava os sargentos contra os oficiais.

Lembro-me de que, após 1961, quando servia nos Dragões da Independência, ainda aquartelado no Rio, o General Osvino, um dos integrantes de maior prestígio do alardeado dispositivo militar, então no importante comando do I Exército, visitava

freqüentemente as unidades subordinadas, não para inspecioná-las e inteirar-se do estado da instrução e do material, mas para reunir-se com os sargentos, arengando-os sobre temas que nada tinham a ver com a capacidade operacional da tropa.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

A meu ver, os acontecimentos que determinaram a eclosão do Movimento militar, em março de 1964, foram os graves e sucessivos ataques aos princípios basilares das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina. O descontentamento generalizado com o governo certamente crescia e percebia-se, com angustiosa preocupação, os rumos que vinham sendo seguidos, cujo objetivo, já claramente visível, era o de substituição do Estado democrático do tipo ocidental por uma espécie de república sindicalista, aparentada das ditaduras comunistas. Ora, isso iria exigir, cedo ou tarde, uma solução:

– engendrada no Congresso e, portanto política;
– forçada pelas multidões nas ruas e praças;
– mediante golpe de estado, que tanto a esquerda como a direita cogitavam.

Para isto, conspirava-se, tanto em arraiais civis como militares.

Porém, a rebelião de sargentos em Brasília; o motim de marinheiros e fuzileiros navais no Rio de Janeiro, tratados benevolentemente pelo governo; a grave lesão à hierarquia praticada por Goulart demitindo o Ministro da Marinha que os punira; a recondução do Almirante Aragão, um dos generais do povo, ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais; e, finalmente, a reunião subversiva do presidente da República com sargentos no Automóvel Clube do Brasil fez transbordar a paciência de muitos. E os mais impetuosos, os Generais Mourão e Guedes, com o apoio do Governador Magalhães Pinto, iniciaram a insurreição, deslocando tropas na direção do Rio de Janeiro.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade deu aos militares a demonstração cabal do repúdio popular aos desmandos governamentais. A presença de milhares de cidadãos, na maioria mulheres, clamando em via pública pela salvação do País funcionou como poderoso estímulo para que o Exército não desonrasse seus compromissos maiores, que são com a Pátria e não com governos, como aliás bem colocou o General Castello Branco em sua mensagem, como chefe do Estado-Maior do Exército, nos tenebrosos dias de março de 1964.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Estou plenamente convencido de que o Exército interpretou fielmente os sentimentos da maioria do povo brasileiro ao deflagrar a Revolução de 31 de Março de 1964. A ausência de reação ao Movimento militar é prova cabal do que afirmo, robustecida esta minha convicção pelas manifestações de regozijo que presenciei em vários bairros do Rio de Janeiro, quando da vitória da Revolução.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Não há dúvida de que havia um processo em andamento para implantar, no País, um regime inspirado nos governos totalitários de então. Líderes comunistas de relevo têm declarado isto em livros e entrevistas. Caso esse processo não houvesse sido sustado pela Revolução de 1964, o Brasil teria sido palco de sangrenta guerra civil. Teríamos aqui a repetição de mais um episódio "quente" da guerra fria, tal como o foram a Guerra da Coréia e a do Vietnã, sem mencionar a guerra civil espanhola que, embora anterior à guerra fria, foi todavia um choque internacional de ideologias, no qual se experimentaram as armas mais mortíferas posteriormente empregadas na Segunda Guerra Mundial.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

O Congresso Nacional, onde existia uma nítida maioria contrária às intenções mal disfarçadas do grupelho no Poder, acolheu a notícia da Revolução como fato consumado, não se registrando qualquer resistência como instituição coletiva.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas – União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade de Ação (PUA), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) etc. –, logo após o início da Revolução?

As entidades de esquerda, colhidas de surpresa, não reagiram logo após o início da Revolução. Instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que mais tarde vieram a ser dirigidas por esquerdistas de variados graus ideológicos, apoiaram o Movimento de Março de 1964. A *home page* da OAB na *internet* registra assim a posição da entidade: "No Brasil, a instalação do golpe de 1964 e a tomada do Poder pelos militares contaram com o apoio da maioria da população brasileira que antevia, nas medidas reformistas de

Jango, o primeiro passo para um golpe comunista". O advogado Povina Cavalcanti, seu presidente naquela época, via na ação do Governo Goulart uma tentativa de "destruição do primado da democracia e a implantação de um regime totalitário". A página da ABI na rede registra a posição da entidade segundo a opinião de um dos seus mais atuantes conselheiros, José Gomes Talarico: "A favor do golpe". Segundo ele, Adonias Filho, que então presidia a ABI, também era a favor da deposição de Jango, refletindo, aliás, a posição de toda a grande imprensa brasileira.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Na minha opinião, os líderes civis que mais se destacaram foram os governadores de Estados por terem força política e até mesmo militar. Assim, o Governador Magalhães Pinto, em Minas Gerais, teve atitude desassombrada, responsabilizando-se pelo início do movimento insurrecional quando a vitória era absolutamente incerta. Por isto mesmo, a meu ver, cabe-lhe a posição de destaque de chefe civil da Revolução. Adhemar de Barros, em São Paulo, Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul, Ney Braga, no Paraná, e Carlos Lacerda, na Guanabara, particularmente este último por sua agressividade, desempenharam lideranças importantes. Muitos outros civis participaram ativamente da conspiração e do desencadeamento do movimento militar, porém da minha modesta posição de major cursando a ECEME, não pude identificá-los, naquela ocasião. Retrospectivamente, lembro alguns nomes, como o de Bilac Pinto, Herbert Levy (recentemente falecido), desembargador Antônio Neder, procurador Cordeiro Guerra, João Calmon (*Diários Associados*), Armando Falcão, Amaral Neto, Cunha Bueno e muitos outros.

Quanto aos militares, coloco em primeiro lugar os Generais Mourão e Guedes por terem, impulsivamente, largado de Minas, quando os conspiradores ainda achavam prematuro o início do movimento militar.

O General Castello Branco, embora legalista convicto e revolucionário tardio, exerceu liderança decisiva para convencer companheiros ainda indecisos; posteriormente, como presidente da República, foi administrador e estadista no mais elevado grau. O General Costa e Silva era um chefe que, por suas qualidades de coragem e franqueza, exercia natural liderança. Há muitos outros chefes a citar, como o Marechal Denys (já na reserva), os Generais Cordeiro de Farias e Muricy, o então Coronel Sylvio Frota e tantos outros cujas virtudes profissionais e cívicas são bastante conhecidas. Não vou mencioná-los individualmente porque isto demandaria um tempo de que não dispomos. Acrescento, apenas, o meu comandante na época, o General Mamede, que liderou a Escola de Estado-Maior, assim como o

General Médici, que fez outro tanto na AMAN, ambos comandos delicados e que exigiram, sem dúvida, decisões difíceis.

Além dos nomes já citados, sabemos que muitos outros, em posições menos visíveis, deram exemplos de coragem, desprendimento e capacidade de decisão, tornando-se merecedores da gratidão dos pósteros.

Entre estes últimos, destaco o então Coronel Carlos de Meira Mattos que, no comando de um Batalhão de Infantaria aquartelado em Mato Grosso, organizou o difícil deslocamento da sua unidade para Brasília, por escalões, apresentando-se na Capital Federal no momento oportuno. Com essa demonstração de eficiência profissional, confirmou o alto conceito que desfrutava desde quando, ainda jovem capitão, comandou uma Companhia da sua Arma na tomada de Monte Castelo.

Mais tarde, já oficial superior, foi Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), cargo que desempenhou com tanto brilho que, até hoje, é lembrado pelos seus ex-cadetes como exemplo de chefe militar. Promovido a general, retornou à Academia para comandá-la, alargando sua contribuição à formação de numerosas turmas de oficiais do Exército.

Intelectual de reconhecido valor, é autor de numerosos livros e artigos sobre assuntos militares, Geopolítica, Estratégia e História Militar, além de conferencista em entidades culturais e de ensino, como o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual é sócio benemérito, e a Universidade Mackenzie, de São Paulo, onde é professor. O General Meira Mattos é um incansável esclarecedor dos verdadeiros propósitos e serviços prestados ao País pela Revolução de 1964.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

A Revolução de 31 de Março foi um movimento total e exclusivamente nacional. Não houve auxílio externo de nenhuma natureza. Não obstante, do lado dos que foram por ela derrotados, vez por outra surgem acusações de que ela foi ajudada pelos Estados Unidos. O adido militar americano de então, o Tenente-General Vernon Walters, que exercera a função de Oficial-de-Ligação junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, fizera amizades com vários oficiais brasileiros, particularmente com o então Tenente-Coronel Castello Branco, amizades essas que se ampliaram quando de sua permanência no Brasil, no exercício daquele cargo. Por isto, pessoas de má-fé tentam descobrir nesses sentimentos de camaradagem, nascidos na guerra, a comprovação do apoio americano à Revolução brasileira.

O que realmente consta é que o Governo americano, mantido bem informado por sua embaixada, percebia bem o risco de comunização do Brasil. Assim,

quando eclodiu o Movimento militar, preparou-se para enviar, se fosse necessária, uma força-tarefa naval para proteger cidadãos e interesses empresariais americanos, que todavia nem sequer chegou ao nosso litoral.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O desmoronamento do "esquema militar" é prova cabal da fragilidade do Governo João Goulart, cujas ações discrepavam das tradições e anseios nacionais.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

A avaliação sobre o aspecto chefia e liderança que posso fazer em primeira mão é quanto ao que ocorreu na ECEME, onde eu era aluno. Lá esse aspecto foi exercido pelos escalões da organização, a começar pelo seu comandante, o General Mamede. Quanto às tropas que estiveram na iminência de um combate nos eixos Juiz de Fora–Rio de Janeiro e Rio de Janeiro–São Paulo, certamente outros companheiros, que participaram dessas operações, poderão dar melhor testemunho.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

O emprego operacional dos cadetes parece-me plenamente justificável em face da localização da AMAN no itinerário das forças que se deslocavam para o combate. Penso ter sido melhor levantar a Academia Militar sob seu próprio comando do que deixar que as opiniões individuais flutuassem livremente, ao sabor dos boatos que circulariam inevitavelmente. Havia, ainda, o risco de que a AMAN se tornasse alvo das ações de qualquer dos lados para neutralizá-la, o que poderia gerar choques e conflitos no interior do próprio Corpo de Cadetes.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Os objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução são os que constam da idéia de manobra do General Mourão, exposta no seu livro de memórias. Em suma, tratava-se de, mediante uma ação rápida e arrojada, atingir o Centro de Poder no Rio de Janeiro, dominando o Ministério do Exército e o Palácio das Laranjeiras e, simultaneamente, atuar em força contra a Vila Militar. Era uma estratégia baseada na audácia e na rapidez.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?

Acredito que a Revolução de 1964 restaurou a união e a coesão das Forças Armadas, seriamente abaladas com a defecção do III Exército, ocorrida em 1961, e com os incentivos à indisciplina e ao antagonismo entre oficiais e sargentos, durante o Governo Goulart. O fato de haver sido conduzida e consolidada por chefes institucionais, situados nos mais altos degraus da hierarquia, favoreceu a coesão e restaurou a disciplina.

Contudo, uma revolução é, por sua própria natureza, um ato de rebeldia que fere situações e interesses no seu próprio seio, ocasionando, eventualmente, dissensões. É o caso, por exemplo, da chamada linha dura e de certos grupos que se formaram em torno de determinados chefes, mas que foram episódicos e não comprometeram seriamente a coesão das Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

A Revolução de 1964 não tinha ideologia; ao contrário, ela se fez, entre outros motivos, em oposição à ideologia comunista, coerentemente com as nossas tradições. Tinha, isto sim, valores a defender, ligados à cultura cristã ocidental, entre os quais avulta o repúdio à visão materialista do mundo, inspiradora de tiranias.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Sim, a grande imprensa apoiou e até mesmo estimulou a eclosão do Movimento militar. Jornais como o *Correio da Manhã*, o *Estado de São Paulo*, *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e outros tiveram papel relevante na queda do Governo Goulart e no desencadeamento da reação militar. Ao responder uma outra pergunta, mencionei a posição da ABI e da grande imprensa brasileira. Todavia, à medida que a Revolução prosseguia, contrariava interesses e se via obrigada a adotar medidas antipáticas, como a censura, o que determinou uma mudança radical na atitude dos órgãos de comunicação, logo fortemente infiltrados por jovens oriundos do cadinho marxista das nossas universidades.

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

O termo Revolução tem sido muito contestado pelos detratores do regime de 1964 e, curiosamente, por alguns autênticos revolucionários. Os marxistas somente consideram revolução os movimentos insurrecionais violentos que modifiquem, no sentido da doutrina marxista, o sistema de produção econômica e a gestão do Estado.

Ora, segundo esse critério, talvez nem mesmo a Revolução Francesa poderia ser classificada tecnicamente como revolução. Muito menos os movimentos insurrecionais da nossa história, como as revoluções de 1922, 1924, 1930 e 1932, para citar apenas algumas.

Portanto, sou de opinião de que devemos denominar de Revolução o Movimento de 1964, não só porque assim foram nomeados outros movimentos insurrecionais da nossa história, como principalmente pelos efeitos duradouros produzidos no País, alçando-o de um modesto 48º lugar para o 8º lugar (atualmente 10º) entre as maiores economias mundiais. Concordo que, de início, houve apenas uma contra-revolução, mas que evoluiu e se tornou o mais efetivo e profundo instrumento de modernização do País. Aliás, é difícil imaginar que uma simples contra-revolução possa durar vinte anos.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

A minha opinião é a de que os governos da Revolução foram governos cujos presidentes eram militares; não foram governos militares, uma vez que mantiveram as instituições funcionando e se submeteram ao jogo político, na medida do possível numa situação de exceção. Havia uma oposição organizada e atuante, que conseguiu eleger governadores de unidades importantes da Federação, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Cuidou-se de manter o arcabouço do estado liberal, inclusive para facilitar o pleno retorno à plenitude democrática, em nome da qual se fez a Revolução.

É bom lembrar, para estabelecer o contraste, como era o Estado Novo da era Vargas: congresso dissolvido, extinção dos partidos políticos, quebra da autonomia dos Estados federados e nomeação de interventores para governá-los, Tribunal de Segurança Nacional, censura e polícia política (a temida Polícia Especial). O presidente da República, tal como o *duce* na Itália fascista e o *fuhrer* na Alemanha nazista, era chamado de Chefe da Nação.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Os acertos da Revolução foram numerosos e importantes. Alguns tentam obscurecer seus gritantes êxitos econômicos, acusando-a de descaso com os problemas sociais. Esquecem que foi o regime de 1964 que incorporou à Previdência Social, hoje falida pelos descaminhos gerenciais e pela temerária generosidade dos constituintes de 1988, 20 milhões de trabalhadores rurais; promulgou

o Estatuto da Terra e criou instrumentos de ação social como o Programa de Integração Social (PIS) / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o Sistema Nacional de Habitação e o Banco Nacional da Habitação. No campo da educação, essencial à promoção social, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) cujos resultados foram excelentes até ser sabotado por razões políticas; instituiu o Projeto Rondon, brilhante e patriótica idéia que aproximava futuras elites profissionais das realidades do interior do País; eliminou o problema dos excedentes que, a cada vestibular, ultrapassavam a capacidade de absorção das nossas universidades, frustrando e revoltando milhares de jovens estudantes.

No campo econômico, seus êxitos foram retumbantes, a ponto de merecer, de observador estrangeiro, o qualificativo de milagre brasileiro. O crescimento médio no período 1968/1973 foi de 11,2%ªª, com a oferta de empregos expandindo-se à taxa média anual de 4,3%, muito superior ao crescimento demográfico de 2,9%ªª. A inflação, flagelo do assalariado e cornucópia do especulador, baixou de uma projeção de 140% em 1964, para uma média de 27% no decênio 1965/1974. Há, ainda, um êxito da Revolução da maior importância freqüentemente esquecido: o de haver evitado, com sua vitória rápida e incruenta, a guerra civil, que num país da importância do Brasil, atrairia a intervenção de forças de ambos os pólos de Poder em que se dividia o mundo.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Certamente, a Revolução cometeu erros, como é próprio dos empreendimentos humanos. A meu ver, o mais grave foi não haver percebido o momento adequado para encerrar o ciclo dos presidentes militares. Penso que esse momento deveria coincidir com o fim do Governo Médici, quando havia um clima altamente favorável à Revolução e a guerra subversiva estava praticamente vencida nas áreas urbanas, restando apenas o foco guerrilheiro do Araguaia, também prestes a desaparecer por falta de apoio da população local e pela ação militar na região.

Houve, ademais, excessiva fixação no combate ao comunismo, dando à Revolução um caráter sectário que redundou numa ênfase demasiada nas operações policiais. Isto acabou por emprestar à Revolução uma carranca antipática de intolerância que gerou supostos mártires e produziu, em segmentos da sociedade, particularmente da classe média, reações adversas. Teria sido preferível enfatizar o caráter progressista do regime, em particular nos campos da educação, transportes, telecomunicações, administração pública, pleno emprego e tantos outros.

Os sucessos econômicos, obtidos pela Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, que têm passado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Os motivos de se obscurecer os êxitos do regime de 1964 são óbvios. Os que hoje estão no Poder são aqueles que a Revolução combateu por serem adeptos de uma doutrina totalitária e ditatorial que queriam ver implantada no País. Beneficiados pela simpatia, que naturalmente despertam os políticos atingidos por atos de força, esses opositores estão hoje no Governo, no Congresso e até no Judiciário, ostentando uma postura democrática que não condiz com as ideologias que professavam.

Cabe, ainda, ressaltar o papel dos órgãos de comunicação de massa, sempre muito trabalhados pelos doutrinadores marxistas, tanto em sua vertente jornalística como na artística. Essa gente não tem, naturalmente, nenhum interesse em fazer justiça.

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por "milagre brasileiro"?

O chamado "milagre brasileiro" resultou da feliz conjugação de muitos fatores, como a boa administração governamental, o afastamento do risco de convulsão política e social que favoreceu os investimentos, a política de substituição das importações que robusteceu o processo de industrialização e muitos outros, sem esquecer o cenário internacional favorável.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Os governos revolucionários sempre tiveram um certo pudor em divulgar seus acertos, até porque desejavam manter a imagem de um regime democrático com o qual a divulgação, uma forma de propaganda, seria incompatível; a lembrança do DIP da ditadura Vargas os inibia.

Todavia, toda vez que os militares tentaram montar uma modesta estrutura de comunicação social, aproveitaram a *prata da casa*, brilhante em assuntos profissionais, mas neófita em assuntos de imprensa e propaganda. Faltou aos governos revolucionários, e ainda falta às Forças Armadas, um eficiente serviço de

divulgação, voltado o das Forças Armadas para o público externo e assessorado por profissionais ou empresas especializadas de eficiência comprovada.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.), praticadas por extremistas?

Nunca servi em órgão de informações, salvo por um curto período, no Estado-Maior da 6ª Região Militar, em 1966. Portanto, meus comentários seriam de quem acompanhou tais atos de guerrilha e de terrorismo pelo noticiário da Imprensa e pela leitura de livros, portanto irrelevantes para uma melhor compreensão de seus mecanismos.

Contudo, o comentário que poderia fazer é que tais atos, criminosos por sua natureza e condenáveis como forma de ação política, serviram de escola perversa para os delinqüentes comuns, que hoje traumatizam a sociedade com seus atos brutais de banditismo, estimulados por uma legislação branda, por uma visão vesga dos direitos humanos e pela presunção de impunidade.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Obviamente, toda revolução sendo um ato de violência fere hábitos, procedimentos e até alguns direitos. Tais atos, embora próprios das insurreições, devem ser praticados com inteligência, moderação e na estrita medida das necessidades e, por isto mesmo, constituem um problema de difícil solução.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Discordo. A luta armada é um meio preconizado pela doutrina marxista-leninista para a conquista do Poder. Qualquer que fosse a atitude dos governos revolucionários, haveria sempre a organização de grupos voltados para a ação violenta. Aliás, tais grupos já existiam mesmo antes do 31 de março, como as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze".

Em entrevista concedida a *O Globo*, Daniel Aarão Reis, ex-militante do MR-8 e atualmente professor de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, diz o seguinte: "Não compartilho a lenda de que no fim de 1960 e no início de 1970 nós (inclusive eu) fomos o braço armado de uma resistência democrática. Acho isso um mito surgido durante a campanha da anistia. Ao longo do processo de

radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentem como instrumento da resistência democrática". Depoimento absolutamente insuspeito que dispensa comentários adicionais.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Há hoje quem considere exagerada a edição do AI-5, achando que as medidas contidas na Constituição teriam sido suficientes para garantir a segurança do regime. Porém, a recusa do Congresso em conceder a licença para o Governo processar o Deputado Márcio Moreira Alves foi um desafio que a Revolução não pôde aceitar, diante da escalada da subversão.

Somente entre 1967 e 1968, foram praticados 16 atos terroristas, entre os quais, no ano de 1968, destacamos: explosão a dinamite no QG/PMSP, em 10 de abril; lançamento de bomba contra o antigo QG/II Ex, na Rua Conselheiro Crispiniano, em 15 de abril; atentado a dinamite contra o QG/II Ex, no Ibirapuera, resultando na morte do Soldado Mário Kozel Filho e ferimentos graves em vários integrantes da guarda do quartel (26 de junho); assassinato, por engano, do Major do Exército alemão Edward Westernhagen, aluno da ECEME, confundido com o Capitão Gary Prado, comandante da tropa boliviana que prendeu Guevara, e que cursava a mesma Escola (01 de julho); morte a tiros do soldado da Polícia Militar de São Paulo (PMSP) Carlos Jenecy, quando de sentinela no seu quartel (20 de agosto); assassinato do Soldado da PMSP Eduardo Custódio de Souza, atingido por tiros quando de sentinela no DEOPS (07 de setembro).

Para assinalar a data da morte de Guevara na Bolívia, foi fuzilado pela VPR, na porta da sua casa e na presença da mulher e de um filho ainda criança, o Capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Chandler (12 de outubro de 1968). Releva citar o roubo de armas e munições do quartel do 4º RI praticado num gesto de traição imperdoável pelo Capitão Lamarca, que lá servia, realizado já na vigência do AI-5 (24 de janeiro de 1969), mas planejado desde outubro do ano anterior.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Os órgãos de informações e de operações foram essenciais no combate à subversão. Sem eles, dificilmente seria obtida a vitória que impediu o estabelecimento de um estado crônico de guerra interna, tal como o verificado, por exemplo, na Colômbia.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Quem chama o período revolucionário de "anos de chumbo" ou de "ditadura militar" o faz por comprometimento ideológico ou por desconhecimento dos fatos. Na verdade, foram anos de prosperidade, pleno emprego e de segurança que inspiravam otimismo e confiança no futuro.

Ronaldo Costa Couto, crítico severo da Revolução, publicou recentemente um livro (História Indiscreta da Ditadura e da Abertura), no qual afirma: "Verdade é que nesse período de crescimento acelerado, a sensação dominante em todas as classes sociais era de ganho". Logo em seguida reproduz depoimento de Lula no qual este afirma "que o Presidente Médici ganharia qualquer eleição porque sua popularidade era muito grande no meio da classe trabalhadora". Ora, por quê? "Porque era uma época de pleno emprego".

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não. Ao contrário, foram até mal-atendidas em muitas das suas necessidades, tanto em material como em pessoal.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

Na minha avaliação pessoal, os vinte anos do regime de 1964 mudaram o Brasil, modernizando-o e desenvolvendo-o de forma verdadeiramente revolucionária. Hoje, o País é muito mais complexo e maduro, e suas instituições democráticas, preservadas pela Revolução, são sólidas e têm se mostrado capazes de solucionar problemas políticos sem necessidade de recursos extraconstitucionais.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Porque, desde 1974, vinha crescendo a consciência de que a Revolução esgotava-se na medida em que ia atingindo seus fins. As eleições daquele ano mostraram que o regime perdia eleitores até mesmo na classe média, um dos seus mais importantes apoios. Restava culminar o objetivo maior, que era a plena restauração das práticas democráticas, o que tardou demasiadamente.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

A abertura veio, portanto, como uma necessidade, lenta e algumas vezes de forma contraditória no Governo Geisel e um tanto desorganizada no Governo Figueiredo.

Havia condições para a continuidade do processo revolucionário após o Governo João Figueiredo?

Na minha opinião, não havia a mais remota condição para a continuidade do processo revolucionário, após o Governo Figueiredo. Seria mesmo a negação dos ideais da maioria dos que se engajaram no Movimento militar, adequadamente por muitos denominada Revolução Democrática e por outros, ironicamente, de Redentora.

A atuação política e os resultados econômicos desse último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Sim. O último governo do ciclo de generais presidentes foi desgastante para a imagem da Revolução. O General Figueiredo, não obstante sua incontestável inteligência e suas virtudes de caráter, era um homem impetuoso e de escassas inclinações políticas. Sua personalidade desabrida e sua incontinência verbal talvez fossem admissíveis em um jovem e ardoroso capitão de Cavalaria, mas eram totalmente inadequadas a um chefe de Estado. Seu Governo foi pontuado por licenças para tratamentos de saúde e seus resultados econômicos foram fracos. Politicamente foi desastroso: omitiu-se no episódio do Riocentro, conduziu mal sua sucessão, esvaziou o seu Partido dizendo que a Arena era contra a eleição direta enquanto ele era a favor, rompeu com o vice-presidente e alardeou sempre desejo de livrar-se da alta investidura que exercia, quando dela deveria orgulhar-se. Não obstante, o General Figueiredo era um homem de caráter, corajoso física e moralmente, leal a seus amigos, sensível e emotivo, qualidades estas – as duas últimas – que procurava esconder sob uma aparência de "durão".

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

Sim. Houve um mal disfarçado "revanchismo" até mesmo na elaboração do texto constitucional. Hoje, temos uma Constituição prolixa, recheada de direitos, excessivamente minuciosa, mais parecida com um programa de governo socialista do que com uma Carta de princípios, flexível, e apta a absorver as mudanças que a dinâmica do mundo contemporâneo exige.

Na mídia, verdadeiras campanhas de descrédito da Revolução e das Forças Armadas foram veiculadas e há gente empenhada para que elas prossigam. O objetivo fundamental dessas campanhas seria tanto obter vantagens pecuniárias e políticas para determinados grupos quanto neutralizar as Forças Armadas como ator político, incompatibilizando-as com a opinião pública. Lênin dizia que todo esfor-

ço deve ser feito no sentido de se insinuar no mecanismo militar para isolá-lo e privá-lo, pouco a pouco, de sua razão de existir para, finalmente, destruí-lo ou abatê-lo segundo o que Trotsky descrevia como "um soco no estômago".

A Lei da Anistia era necessária para a pacificação nacional, sendo mesmo uma tradição na política brasileira. O problema está na sua aplicação defeituosa, pois protege desigualmente os revolucionários e os que os combateram, sobretudo os terroristas e guerrilheiros. Haja vista a comissão especial, nomeada pelo governo, e que concedeu indenizações polpudas a familiares de notórios terroristas e guerrilheiros que praticaram crimes, hoje considerados hediondos.

O fato de haver pertencido a uma organização esquerdista de luta armada enriquece atualmente a biografia e o bolso de muitos, todos reintegrados a suas funções anteriores, promovidos em suas carreiras e generosamente indenizados, quando não alçados às culminâncias de cargos ministeriais, presidências de empresas estatais e outros de relevo no arcabouço do Estado.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

Caiu o Muro de Berlim e a União Soviética afogou-se nas suas próprias truculências e iniqüidades, enquanto a China aderiu à economia capitalista, mas surpreendentemente, o pensamento marxista, pedra angular de socialismos de diferentes matizes, continua a prosperar em vários países, inclusive no Brasil. O Fórum Social Mundial, que, pela segunda vez consecutiva, realizou-se em Porto Alegre, cidade e estado governados pelo PT, é uma prova do que afirmo. No Brasil, o Partido Comunista e suas linhas auxiliares estão atuantes, governam vários estados e municípios importantes e têm candidatos com reais probabilidades de ganhar eleições em todos os níveis, inclusive para presidente da República.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Acho que, malgrado tudo, o povo não se deixa facilmente embair por uma propaganda enganosa. As populações do interior, que convivem mais intimamente com as Organizações Militares (OM) espalhadas pelo território, assim como as camadas mais esclarecidas das grandes cidades, sabem distinguir o falso do verdadeiro. Julgam, com mais isenção, os atos dos que se levantaram contra um governo que pretendeu implantar aqui um regime inspirado na tirania totalitária marxista e

valorizam o trabalho solidário do Exército no atendimento das necessidades das populações carentes e na garantia da segurança nacional.

Por final, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Acho que a Revolução de 31 de Março de 1964 não foi um fim em si mesmo; foi uma maneira de se chegar a instaurar no País, em termos mais duradouros, mais consistentes, uma democracia do tipo ocidental, liberal, capitalista, sem exageros e com um certo grau de controle do Estado sobre as atividades econômicas, porém sem estatizar a economia.

A Revolução alcançou, no meu entender, tudo isso, chegando a surpreender pelo êxito extraordinário.

Apesar da desordem do passado, ela produziu os seus frutos, que estão aí. Tenho certeza de que o País, no final do período revolucionário, mostrava-se muito mais capaz de gerir a si mesmo e de manter suas instituições mais sólidas do que na fase anterior a 1964, graças à Revolução que hoje é tão combatida.

A mensagem que deixo é minha certeza de que as gerações futuras saberão julgar com mais isenção a Revolução e saberão atingir, também, aqueles outros objetivos que, por acaso, o País não tenha atingido ainda.

Coronel Carlos Alberto Guedes

- Natural da Cidade de São João Del Rey, MG.
- Pertence à Turma de janeiro de 1956 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-oficial da Arma de Infantaria.
- Foi Instrutor e Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR/BH).
- Possui os cursos de Guerra Química e Bacteriológica, da EsIE (Escola de Instrução Especializada) e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- É bacharel em Administração de Empresas.
- Em 1964, era Capitão, servindo no CPOR/BH, tendo sido colocado à disposição da ID/4 (Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria), como Adjunto da 2ª Seção – Informações.

Entrevista realizada no dia 22 de fevereiro de 2001.

É uma satisfação muito grande estar aqui para prestar estas declarações, objetivando esclarecer, no que for possível, alguns dados referentes ao Movimento de 31 de Março de 1964, do qual participei ativamente, inclusive por ser filho do General Carlos Luís Guedes, que deflagrou o Movimento em Minas Gerais.

Qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Na realidade, poderíamos dizer que o Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma conseqüência de fatos que vinham ocorrendo desde 1961, quando se deu a renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, e que conturbou muito a vida política no Brasil. De uma certa maneira, também houve uma desestruturação naquilo que nós diríamos que é essencial em um presidente, em quem se depositara tanta fé e tanta esperança, e que, com a atitude tomada em agosto de 1961, acabou por entregar a Presidência da República ao Vice-Presidente João Goulart, que, já naquela época, não merecia confiança e nem se esperava que viesse ocupar a Presidência. Posso afirmar – e meu pai já dizia isso – que tudo o que aconteceu após 1961 e que culminou em 1964 foi mais ou menos previsto quando da posse, até negociada, de João Goulart – que se encontrava no exterior, em viagem à China. Para voltar como presidente, e até que se implantasse o regime parlamentarista, muitos acordos, muita "água rolou por debaixo da ponte", como se costuma dizer na gíria.

A partir daí, na minha opinião e de muita gente da época, ele começou a trabalhar, de forma obcecada, contra o regime parlamentarista, para assumir as funções que, de direito, seriam suas, mas que, como os fatos vieram a comprovar depois, conduziram o País a uma situação caótica em 1964, exigindo a intervenção das Forças Armadas, para que não se descambasse para uma mudança até de regime.

Chegamos à beira da comunização do País, embora, hoje, alguns digam que não, mas quem viveu na época sentia isso na pele perfeitamente. Ou se fazia o movimento de redemocratização, por ter o País descambado para uma anarquia insuportável, ou nos veríamos entregues a um regime comunista, do qual, dizia o meu pai, tão cedo não se teria um retorno.

Os exemplos estão aí bem claros, e não vou afirmar que o Presidente João Goulart fosse comunista, não, apenas, como é comum nessas ocorrências, ele estava sendo usado como um joguete na mão daqueles que queriam assumir o Poder, em um regime de esquerda, e, como diziam na época, na "lei ou na marra". Eles ainda estavam tentando dentro da lei, mas o Presidente já estava perdendo o controle.

Daí, podermos dizer que o Movimento de 31 de Março de 1964 começou, praticamente, em 1961, com a mudança de governo causada pela renúncia do ex-

Presidente Jânio Quadros, até hoje não explicada, ficando sem uma definição clara do que ele esperava com aquele ato.

Quais foram as causas imediatas, que, na verdade, provocaram o Movimento pioneiro de Minas Gerais em 31 de março de 1964?

No Exército, bem como nas outras Forças Armadas, os fatores determinantes – que constituem a base de sua existência – são a hierarquia e a disciplina, independentemente de outros valores, como a lealdade etc. As forças de esquerda vinham tentando solapar essa disciplina e essa hierarquia; movimentos começaram a ser feitos na base da pirâmide, como dizemos, com cabos e soldados, depois com sargentos, surgindo uma preocupação muito grande com esse desequilíbrio que começava a criar, vamos dizer assim, uma cisão, uma divisão dentro de cada Força Armada, que era o que as forças de esquerda realmente queriam.

Enquanto estivesse o Exército unido, eles sabiam que seria muito difícil impor o regime comunista no País, e, para poder atingir os objetivos, eles tentaram desequilibrar o Exército e as Forças Armadas – de um modo geral a mais atingida foi a Marinha – e, com essa desestabilidade, eles assumiriam o Poder, em cima do caos que se instalaria. Essa foi a maior das causas, a crescente tentativa de desmoralização dos chefes e a subversão da ordem e da hierarquia nas Forças Armadas.

Houve fatos, inclusive no Rio de Janeiro e em Brasília, anteriormente, em 1963, que marcaram bem as tentativas do Governo de realizar uma subversão de cúpula, uma tomada do Poder, contando com o apoio dos sindicatos na base, mas forçada pelo próprio Presidente da República. Em que fatos nós vimos, naquela época, bem caracterizada essa ação do Governo, do Presidente, no sentido de ir buscar as tais reformas de base na "lei ou na marra"?

Minas sofreu muito nesse período, porque o Governador Magalhães Pinto era banqueiro, e não era visto com bons olhos pelo pessoal de esquerda, exatamente pela sua formação, ligada às forças econômicas e a interesses pessoais.

No nosso Estado, existiam órgãos de imprensa que procuravam, inclusive, denegrir a imagem dos chefes, tentando desmoralizá-los. Eu mesmo participei de um incidente ocorrido em 1961, com o então Comandante da ID/4 (Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria), que era o General Punaro Bley. Aqui, abro apenas um parênteses, para dizer que, antes do General Punaro Bley quem comandava a ID/4 era o meu pai, o General Carlos Luís Guedes, que, por motivos operacionais, fora transferido, assumindo a guarnição o General Punaro Bley.

Este oficial-general, quando tenente, fora interventor no Espírito Santo, onde há um estádio com seu nome, e, com esse passado político da década de 1930, a

imprensa, especificamente um jornal chamado *Binômio*, começou a escrever artigos tentando desmoralizá-lo e culminou com um, em dezembro de 1961, quando, além de chamá-lo de "gorila", era o de menos, chamou-o de desonesto em artigo violentíssimo, que atentava contra a sua honra pessoal; sentindo-se ofendido moralmente, foi tomar satisfações com o então redator do jornal.

O *Binômio* começou, em Minas, fazendo oposição ao Governo Juscelino Kubitschek em 1955; algumas gozações, algumas brincadeiras e, com o tempo, ele foi descambando, inclusive veio a se constituir em um dos jornais daqueles que nós chamamos de imprensa marrom.

Ele passou a viver de ataques a pessoas honradas, a firmas que não forneciam propaganda para a manutenção do jornal, assacar contra a honra de empresários, contra filhas de empresários e lançavam aquilo no tablóide, ao mesmo tempo em que, quando havia um desmentido, era muito pequeno e muito discreto, mas o mal já estava feito.

Essa reportagem do jornal *Binômio* sobre o General Bley fez com que ele, pessoalmente numa manhã, vésperas de vir para o Rio – ele ia entrar de férias – fosse tomar satisfações com esse jornalista que assacara contra a sua honra pessoal, independente do ataque ao comandante da guarnição. Ele foi sozinho, com um capitão que estava de serviço na ID/4, que ficou esperando embaixo, na Rua Curitiba, onde se localizava o escritório do *Binômio*, que não era impresso lá, e sim nas oficinas do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro.

Ele subiu e, ao ser recebido por esse jornalista, Rabelo e outros mais, fizeram uma armação e ele acabou – quando viram que estava sozinho – sendo agredido por esse jornalista, que o fez até descer sangrando no elevador do prédio em que se localizava o jornal *Binômio*.

O capitão ajudante-de-ordens dele, que passava pelo local, vendo o capitão que estava de serviço lá, aguardando no carro, procurou saber onde estava o general e foi atrás dele, mas quando chegou no prédio, o general já estava deixando o elevador, sangrando, com o uniforme com manchas de sangue que saíam do seu nariz, fruto da agressão que sofrera.

Isso causou uma revolta muito grande na guarnição federal de Belo Horizonte, inclusive porque, pela idade do general, estava já com 63 anos, e o seu aspecto físico, franzino, contrapôs-se esse jornalista, no vigor dos seus quarenta e poucos anos, que não titubeou em agredi-lo.

Na ocasião, eu era 1º tenente, servia no 12º RI, onde exercia a função de Secretário, tendo como comandante o Coronel Itiberê Gouveia do Amaral.

No nosso quartel, houve uma reunião, era pouco antes do almoço, em que os oficiais do CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), que era a Unida-

de vizinha ao 12º RI, foram se encontrar conosco e, inclusive, o pessoal da Base Aérea; o Coronel Luna, que comandava a Base, também revoltado com a repercussão do fato e a afronta ao general, mandou um ônibus para o 12º RI com alguns oficiais – naquele tempo nós chamávamos aquele tipo de ônibus de papa-fila.

O Coronel Itiberê foi chamado ao gabinete do General Punaro Bley, que proibiu qualquer ação contra o jornalista que provocara o incidente com ele, porque era um problema pessoal, e que ele iria, depois das férias, resolver da melhor maneira possível, mas não queria que se fizesse nada.

Quando o Coronel Itiberê voltou ao 12º RI, já encontrou a tropa praticamente preparada para sair, à sua revelia, é verdade, indignada com aquele acontecimento. Digo por mim, que era 1º tenente – andava-se fardado nessa época – era até universitário em Belo Horizonte, além do meu curso na Academia Militar, fazia, na Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, Administração de Empresas, e freqüentava aquele meio universitário normalmente, como aluno.

Imaginava-me saindo do quartel, muitas vezes fardado, indo para a aula, sem tempo de trocar de roupa – o curso era noturno – ser recebido por outros elementos com chacota ou com agressão. Não se agride um general – era o que passava pela minha cabeça de 1º tenente, que estava, ali, estudando, cumprindo uma outra atividade, vamos dizer assim, extracarreira, sem prejuízo da mesma.

Então, houve uma revolta muito grande no meio da tropa, e o Coronel Itiberê, quando chegou ao quartel e viu o espírito, ele disse apenas o seguinte: "Não, se a tropa vai, não quero soldado metido nisso...". Apenas os oficiais e sargentos é que tinham se movimentado, não foi nenhum recruta.

Inclusive, porque já estávamos num período de desincorporação, o efetivo era pequeno, o que não vem ao caso, mas não se queria envolvimento de soldado. Ele falou assim: "Não, eu também sou contra, vou descumprir a ordem que recebi do General Punaro Bley, mas vocês vão me dar licença, que vou ao Quartel-General da ID/4 dizer a ele que o pessoal vai sair para uma ação efetiva, e eu, por ser o mais antigo, é quem vai comandar".

Ele não abriu mão de comandar e organizar o efetivo, para que não fosse uma tropa desorganizada, fosse uma tropa com um comando. Veio, também, o Comandante do CPOR, Coronel Roberto Gonçalves, e o Coronel Luna, que comandava a Base Aérea.

Depois disso, nos deslocamos e chegamos ao local em que se situava a sede do *Binômio* – até então muita gente, nem eu sabia, que o jornal não era impresso em Belo Horizonte – e, para surpresa nossa, havia apenas lá um retrato muito grande do Che Guevara, atrás da mesa do Diretor do *Binômio*, que já não estava lá.

Obviamente, ele já tinha saído, tinha procurado se esconder; depois, fugiu até vestido de padre, essa é que é a realidade, para se exilar durante algum tempo, enquanto os ânimos se acalmavam. A única coisa que se fez foi o que se chama de "empastelamento", do que havia pela frente.

Era máquina de escrever, eram cadeiras, esse retrato, que foi quebrado, e o dono do jornal que, na ocasião, era o Deputado Euro Arantes, apareceu para emprestar solidariedade e acabou sendo um dos elementos que foram conduzidos à Base Aérea –inicialmente, todo mundo apanhado lá foi encaminhado à Base Aérea – para que se pudesse ouvir o que tinham a dizer.

Logo depois, por interferência do Governador Magalhães Pinto, todos foram liberados e esse fato gerou um inquérito policial militar, ao qual respondi, assumindo a responsabilidade pela minha participação. Esse acontecimento, por uma coincidência muito grande, provocou o retorno de meu pai ao Comando da ID/4, em Belo Horizonte.

Ele havia permanecido no comando desde 1961, tinha passado, no princípio do ano, ao General Punaro Bley, e acabou voltando. Ele, quando desse fato, estava em Juiz de Fora, de férias, para o casamento, em dezembro, de meu irmão que servia naquela guarnição.

Naquele momento, o General Carvalho Chaves, que era o Comandante da 4ª Região Militar, disse ao Comandante do I Exército (atual Comando Militar do Leste) que a solução mais prática seria nomear novamente o General Guedes Comandante da ID/4, primeiro porque ele já conhecia a área, segundo porque era muito bem relacionado, fruto de outras passagens por Belo Horizonte, onde ele fora aspirante, tenente, capitão, major e Comandante do 12º RI, se bem que, nessa ocasião, a Unidade estivesse localizada em Juiz de Fora – exatamente por causa da Revolução de 1930 que gerou a troca da sede; também em Belo Horizonte, formou-se em engenharia – ele era engenheiro civil – cidade onde possuía muitas ligações, sendo, para aquela emergência, a melhor solução, o que foi feito pelo Comandante do I Exército.

Muita gente até criticou o fato de não haver uma espécie assim, talvez, de solidariedade ao General Punaro Bley, mas ele achava que se não fosse ele seria outro, e ele tinha condições de assumir o comando de imediato, inclusive para "tocar em frente" – por isso é que eu falei em 1961, na renúncia de Jânio – quando iniciamos alguns dos projetos que visavam exatamente a união de Minas, contra o que seria uma possível comunização do País.

O próprio Governador Magalhães Pinto, que o conhecia do comando anterior, perguntou se não tinha sido precipitada aquela assunção rápida, e ele falou que

não, que outro viria, se não fosse ele, seria outro, e que ele achava que tinha condições de dar uma real colaboração não só ao Exército, como à Pátria, voltando a Belo Horizonte, que conhecia profundamente.

Tanto que, em janeiro de 1962, ele foi convocado pelo Governador Magalhães Pinto para uma reunião em palácio e, já nessa ocasião, foi feito o que chamamos lá de dobradinha verde-amarela, o entrosamento da Polícia Militar com o Exército, para que trabalhássemos juntos, contra uma futura e possível comunização, que era o caminho que estava sendo preparado para o País, naquela ocasião.

Com relação, ainda, ao jornal *Binômio*, o fato ali ocorrido trouxe até uma satisfação muito grande à população civil de Belo Horizonte, porque era uma imprensa marrom declarada e os que o patrocinavam, seja por pressão, seja por qualquer outro motivo, dando dinheiro para o *Binômio*, ficaram livres dessa obrigação.

Teoricamente, a linha do *Binômio*, era de apoio ao Governo João Goulart que, na realidade, vinha sendo manipulado, para, num futuro próximo, não se sabe bem quando, implantar o comunismo no País, sem que o próprio Jango talvez se desse conta disso. Essa é a realidade, ele era Presidente, estava numa função para a qual não tinha sido eleito, mas havia assumido dentro de uma norma estabelecida, e ele, então, não se dava conta disso, talvez pelas suas origens, pelos bens que possuía e pela beligerância do cunhado dele, Leonel Brizola.

Quem não se lembra daquele ditado da época: "Cunhado não é parente, Brizola para presidente". Enfim, havia um movimento – a formação dos chamados "grupos dos onze", aquela subversão que começou a vigorar no País, com palestras e uma série de fatos, que buscaram fazer de Brizola o sucessor do Presidente João Goulart, mudando a Constituição, se fosse até preciso, porque como cunhado, não poderia suceder ao Presidente Goulart, o que se tornava um óbice aos planos comunistas de, com ele, assumirem efetivamente o Poder.

Hoje, a imprensa, de forma proposital, esquece muitas coisas ou toca apenas naquilo que lhe interessa, mas é preciso dizer que o Movimento de 31 de Março de 1964 teve um apoio muito grande da população civil, e, destaco, que não era só em Minas Gerais. Tradicionalmente, o mineiro é conservador, mas em outros lugares, o Movimento que teve início em Minas, vamos dizer assim, começou a ser articulado também, com substancial apoio civil, ou diretamente por civis, através das manifestações que foram sendo feitas a partir de Belo Horizonte. Quem não se lembra das famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em numerosas cidades de vários Estados do Brasil!

Esses fatos foram fazendo com que o Movimento viesse num crescendo, e vou citar um outro episódio, já dentro dessa fase pré-revolucionária, nos pródromos

da Revolução, que foi uma reunião realizada em um edifício bem central, em Belo Horizonte, o Edifício Acaiaca, onde importantes lideranças civis – empresários, produtores, fazendeiros – repudiaram as manobras para implantação do caos no País, cobrando do Exército providências para que se pusesse um fim, um paradeiro, àqueles distúrbios que estavam acontecendo, com invasões de terra, reforma agrária na "lei ou na marra" e uma série de atos de violência, que os elementos de esquerda produziam dentro do Estado de Minas.

Meu pai, na "Reunião do Acaiaca", que é título de um dos capítulos de seu livro – "Tinha que Ser Minas" mostrou que o Exército não poderia tomar a iniciativa de ir para as ruas como se fosse uma quartelada, não poderia fazer isso, mesmo porque as tropas de Minas são uma fração pequena do I Exército, cuja maioria de meios está no Rio de Janeiro. Mas o Exército como um todo sempre, através da História, se manifestou favorável aos anseios populares.

Assim, o Exército só atuaria, como sempre aconteceu, a partir do momento em que a população civil manifestasse a vontade de um movimento militar para evitar um mal maior. Era preciso, portanto, que o povo se posicionasse e, para isso, ele lançou um *slogan* na ocasião: "Tomem a rua do Jango", porque, até então, todos os movimentos que se faziam eram de apoio ao Governo João Goulart, aos movimentos dos sem-terra de então, da reforma agrária "na lei ou na marra", das invasões, das greves que os bancários, por exemplo, faziam pleiteando 50, 60% de aumento e o governo insuflava: "Pede 100%."

Nas greves, os sindicalistas incendiavam as bases, com conivência do Governo, para haver uma solução de força, mas a força seria comandada pelos simpatizantes e pelos grupos de esquerda.

A partir desse "Tomem a rua do Jango", é que começaram, em Minas, várias iniciativas, na medida em que a esquerda crescia, na medida em que o Governo apoiava esses movimentos, na medida em que emissários eram enviados para palestras, para reuniões, tipo João Pinheiro Neto, que foi fazer subversão em Governador Valadares, no interior de Minas, contra fazendeiros, propondo a tomada de terra dos "ricos" e tudo mais. O próprio cunhado do Jango, Brizola, veio fazer conferências em Belo Horizonte, programando atos de subversão, e contra isso o povo de Minas se insurgiu.

Posso dizer tranqüilamente que eu vi o ex-Governador daqui do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, sair corrido de Minas, numa conferência que ele quis fazer na então Secretaria de Saúde; e não foi corrido por "força de armas" não, foi corrido pela vontade popular, inclusive por um grupo de mulheres que não deixaram que ele falasse.

Abro um parênteses, para lembrar que o Presidente, na época, já sabedor do movimento de rebelião que se iniciava em Minas, contra as atitudes e fatos produ-

zidos pelo Governo dele, tinha pedido ao meu pai que fizesse a segurança do Leonel Brizola, quando da permanência em Belo Horizonte.

E a senhora dele, hoje falecida, Neuza Brizola, foi se hospedar na casa do José Aparecido de Oliveira que, por coincidência, era em frente ao Quartel-General da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria (ID/4), na Rua Santa Catarina.

Lá morava também a mãe do José Aparecido, que era solteiro na época, e que acolheu a Dona Neuza, que ficou, da varanda da casa, fazendo atos obscenos em direção à ID/4 – que tinha um jardim na frente, onde o meu pai gostava de cultivar umas rosas. Parece-me que ela exagerava um pouco no consumo de bebidas alcoólicas, essa é que é a verdade.

Enquanto isso, o marido estava se movimentando, se arregimentando para fazer a tal conferência, da qual ele saiu corrido e prometendo voltar em 19 de abril, para fazer um grande comício na Central do Brasil, em Belo Horizonte, "para acabar de vez ou para quebrar de vez – como ele disse, na ocasião – a coluna de Minas".

Quebrar aquela reação, que estava cada vez maior, e que vinha se espalhando pelo Brasil, porque essas marchas, que começaram em Minas, se expandiram por São Paulo e por outros Estados da Federação, como disse a pouco; a insatisfação com o Governo João Goulart era geral, havia no Nordeste, havia no Sul, havia no Rio. A população mostrou às Forças Armadas que a situação estava insuportável. Não havia mais dúvida sobre o que a grande maioria do nosso povo desejava e a Imprensa, na época, divulgava muito bem essa verdade que, hoje, essa mesma Imprensa procura esconder a todo custo!

Meu pai, muito tempo depois, contou um episódio do então General Ademar de Queiroz, Ministro da Guerra, já na época do Castello Branco, o qual dizia que, no QG, neste QG que hoje pertence ao Comando Militar do Leste, nos corredores, nos banheiros, já se conspirava contra aquilo que estava acontecendo no País. E havia tentativas concretas de se fazer alguma coisa.

Minas apenas saiu na vanguarda, porque meu pai dizia o seguinte: "Ou nós começamos ou eles começam; se nós começarmos nós conseguiremos a redemocratização e não deixaremos o País ir para o comunismo porque, se o comunismo vier, aí vai demorar uma eternidade para se voltar a democracia e vai correr muito sangue". Essa era uma das mensagens dele.

Aquela reunião no Acaiaca colocou o civil na rua, e os movimentos, então, começaram a ser mais claros, até o próprio rompimento do Governador Magalhães Pinto com o Presidente João Goulart.

Faço um parênteses quando falo no Governador Magalhães Pinto, porque ele era governador de um grande Estado, e precisava do apoio do Presidente. Mesmo

assim, em 1962, ele uniu a Polícia Militar (PM) e colocou sob o comando do Exército. Aí, aparece o Coronel José Geraldo, Comandante da PM, um dos grandes chefes revolucionários, e que pensava da mesma forma do meu pai; lembro que a PM tinha 18 mil homens na ocasião e que as tropas de Minas não passavam de três mil.

Então, a união com a PM era muito importante para nós, e isso é que fez com que Minas partisse, finalmente, unida. Foi, a partir desse episódio, que o Magalhães foi num crescendo, num crescendo mesmo. No início, ele dizia que não podia mostrar a sua face revolucionária, porque o Governo de Minas é que seria prejudicado, verbas não viriam, o Governo seria afetado, enfim, a dependência do Estado de Minas ao Governo Federal era um fato inegável.

Mas, em 30 de março de 1964, ele fez um manifesto, no qual ele rompia publicamente com o Governo Federal, expondo as mazelas que vinham sendo praticadas a olho nu, como se dizia: todo mundo via, mas ninguém falava.

Daí, a aceleração das providências visando à partida do Movimento de 31 de Março de 1964, antes que fossem destruídas todas as bases daquilo que estava sendo organizado, volto a dizer praticamente, desde 1962, inclusive, porque a idéia inicial do movimento não era apenas derrubar o Presidente – nem se sabia se iríamos conseguir uma coisa dessas – mas criar, dentro do Brasil, um Estado que permitisse a quem não fosse comunista vir ao seu encontro.

Era um movimento, inicialmente, até defensivo; depois, é que se partiu para uma operação ofensiva, porque, na medida em que a tropa marchava, as adesões vinham naturalmente, uma vez que o Governo já estava, não vou dizer "podre", mas muito perto disso, pelas demonstrações que vinham acontecendo.

Gostaria que fizesse a ligação desses dias anteriores à Revolução e a sua participação, ao lado do seu pai, na eclosão da Revolução, a partir de Minas Gerais, uma vez que ambos serviam em Belo Horizonte.

Estávamos no mês de março, e o CPOR, onde eu servia, funcionava também aos domingos, dia em que ministrávamos as aulas para os alunos; então, alguns oficiais foram selecionados para integrar o Estado-Maior da ID/4, porque ele praticamente inexistia – era um coronel assistente, o ajudante-de-ordens, um oficial de operações e outro de administração. E fez-se um esboço de um Estado-Maior, com as Seções correspondentes, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções, e eu fui integrado à 2ª Seção do Estado-Maior da ID/4, dentro da organização que o Exército padroniza.

Daí em diante, começamos a tomar conhecimento de muitos fatos, com riqueza de detalhes, que não se podia divulgar, quando do exercício das funções normais dentro do CPOR. Por exemplo, em contato com companheiros do 12º RI, que era vizinho ao CPOR, eles nos questionavam: "Os generais não vão fazer nada?

O seu pai não vai fazer nada? O que está acontecendo com os nossos chefes?" E não podíamos "abrir o jogo": "Não, vocês fiquem tranqüilos, está sendo feito um estudo profundo da situação, estão sendo tomadas providências que, oportunamente, serão do conhecimento de todos".

E, na realidade, o movimento foi se consolidando, através de contatos que eram feitos: com o IV Exército, comandado pelo General Justino, que se dizia isolado, que não podia fazer nada, mas que era simpatizante; no III Exército, tínhamos problemas, porque, afinal de contas, era área do Presidente da República, mas se sabia que grande parte da oficialidade não compactuava com aquela situação, além do que, havia no Paraná uma espécie de um obstáculo natural a qualquer tentativa dos adversários que viesse do Sul, porque o Governador do Paraná, o Nei Braga, era oficial do Exército, era conhecido de meu pai, e mantinha alguns contatos com ele, a esse respeito.

Em São Paulo, foram feitas algumas tentativas também, sem que se pudesse "abrir o jogo", apenas se contava com o apoio do Governador Adhemar de Barros, porém sabíamos que havia possibilidade de obter o apoio do II Exército, já que o General Kruel, embora fosse amigo pessoal do Presidente João Goulart, não era conivente com as atitudes que ele vinha tomando – isso, mais adiante, vou explicitar um pouco mais.

Quanto ao I Exército – éramos uma fração do I Exército, e aqui também ficava o Ministério da Guerra, e o General Jair Dantas Ribeiro, que era o Ministro, se encontrava hospitalizado e o General Moraes Âncora, que era o seu Comandante, estava impossibilitado, no momento, de assumir plenamente o comando, porque também enfrentava problemas de saúde.

Enfim, as condições nos eram favoráveis, sem falar que, todos os anos, o CPOR de Belo Horizonte vinha com o Corpo de Alunos fazer um estágio aqui no Rio de Janeiro: os oficiais de Artilharia levavam os alunos de Artilharia para o Regimento Escola de Artilharia, os de Infantaria ficavam alojados no REsI (Regimento Escola de Infantaria), os de Engenharia no Batalhão Escola de Engenharia. Enfim, os alunos eram distribuídos pelas Unidades que nós considerávamos as mais bem equipadas e adestradas, onde se via o armamento do Acordo (Acordo Militar Brasil-Estados Unidos).

Nesse ano de 1964, por questões até táticas, o CPOR foi desmembrado, um pelotão de Infantaria, por exemplo, ficou no 1º RI, um outro pelotão no 2º RI, um terceiro pelotão – eram três pelotões, três turmas – ficou no REsI, a Artilharia também se desmembrou e assim por diante.

Da conversa entre os oficiais, sentiu-se, principalmente no horário de rancho, que a tropa no Rio estava cumprindo a sua missão constitucional normalmen-

te, mas que a oficialidade, posso dizer 95%, era totalmente contra os desmandos que o Governo vinha cometendo, favorecendo a subversão, apoiando greves, incitando insubordinações. Enfim, a oficialidade e grande parte dos sargentos, nessas manifestações de hora de almoço, acabavam transmitindo isso aos nossos companheiros, o que foi levado para Belo Horizonte.

Então, o meu pai sabia que, se começasse o Movimento em Minas, a tropa que viria contra nós, do Rio de Janeiro, não teria coesão, não teria – como é que eu vou dizer – comando, na sua acepção mais plena, do comandante integrado com os comandados, mas nós, ao contrário, teríamos uma tropa coesa, embora fraca em meios, se comparada com as do I Exército, aquarteladas no então Estado da Guanabara.

Mas teríamos a iniciativa do ataque, que é sempre fundamental, e isso, quem é de Infantaria sempre tem como lema, e quem é de Artilharia, sem o apoio da qual tudo fica difícil, também. Então, sabíamos, exatamente, o que nos esperaria se partíssemos, iniciássemos o Movimento lá.

Desta forma, foi um risco muito bem calculado e com oportunidade... A doença do Ministro da Guerra, a doença do Comandante do I Exército e a sucessão de fatos que vinham naquele crescendo; até chegar ao comício na Central do Brasil, de 13 de março, com o Jango fazendo aquela apologia das reformas na lei ou na marra, com o Ministro da Guerra dando um apoio constrangido, mas tendo que apoiar...

Constrangido, mas ficou lá, o que repercutiu muito mal para ele, principalmente no seio do Exército, mas também no mundo civil, todos perplexos com a participação dos Ministros militares àquele ato anárquico.

O movimento na Marinha, Cabo Anselmo e companhia, aquela indisciplina, com a participação do Almirante Aragão, o incentivador-mór da desordem...

E o clímax atingido naquela reunião do Automóvel Clube do Brasil, em 30 de março, quando a Revolução já estava pronta para eclodir; já estávamos com tudo preparado e assistindo ao Movimento, aqui no Rio, de apoio ao Presidente no Automóvel Clube do Brasil, depois daquela rebelião dos marinheiros, depois de o Almirante Aragão ser carregado por marinheiros e fuzileiros já anistiados, depois daquela confusão toda que eles tinham promovido...

Foram anistiados e o Ministro da Marinha substituído pelo tal de Paulo Mário, que era um decrépito, escolhido a dedo pelo Jango.

Tudo isso nos favorecia e já estávamos em fase bem adiantada de preparação. Vou até lembrar um fato: aquele 30 de março foi a primeira segunda-feira depois da Semana Santa, e a tropa da Polícia Militar de Minas que não fica aquartelada – por isso tem os quartéis, os batalhões, em cidades estrategicamente localizadas, por exemplo, em Governador Valadares, em Montes Claros, em Juiz de

Fora, e com destacamentos espalhados em cidades pequenas próximas – teve, na Semana Santa, esse pessoal reunido nos quartéis das sedes, em Juiz de Fora, em Montes Claros, em Governador Valadares, deixando a segurança da população na mão dos Tiros de Guerra existentes na maioria dessas cidades.

É verdade que, naquele tempo, as cidades eram bem mais tranqüilas, não se pode comparar o Rio de hoje com o Rio de 1964, e, principalmente, as cidades de Minas naquela época, e por aí afora. Então, não causou maiores problemas, mas a tropa já estava aquartelada e constituindo o que se chamava de destacamento para o Movimento revolucionário; tanto que saiu uma tropa de Polícia nos acompanhando em direção ao Rio, integrando o Destacamento Tiradentes, e, depois, outra em direção a Brasília, porque começou a haver deslocamento de unidades de Brasília para Minas.

Pela sua condição montanhosa, o Estado de Minas Gerais é fácil de bloquear. Por exemplo, as tropas de Minas iriam, inicialmente, até o Paraibuna, para bloquear o acesso das tropas que teriam de passar, forçosamente, pelo Paraibuna, para chegar a Belo Horizonte; ao Norte, as tropas que, eventualmente, viessem de Brasília, seriam barradas no Paraopeba. Estes seriam os locais em que as nossas tropas deveriam se estabelecer defensivamente.

Se ainda viesse alguma coisa de São Paulo, teríamos as guarnições do Sul de Minas, a EsSA (Escola de Sargentos das Armas) em Três Corações, a AD/4 (Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria), de Pouso Alegre, que poderiam também bloquear, embora nada levasse a essa consideração, mas era a hipótese que foi levantada para fazer face às tropas vindas do Sul.

E, dessa forma, nos aproximamos do dia da Revolução, tendo sido "a gota d'água" — parece que há uma unanimidade sobre isso — a Reunião do Automóvel Clube do Brasil, onde o discurso do Presidente da República foi frontalmente contra a disciplina e a hierarquia e, realmente, teve uma influência muito grande, particularmente em Minas Gerais, berço do Movimento armado.

Minas já estava praticamente preparada para a eclosão do Movimento de 31 de Março, e até posso criar um dado novo aqui: na realidade, esse Movimento começou no dia 30 de março de 1964.

Isso é um dado importante, também, abordado, se não me engano, pelo Coronel Mandarino, referindo-se ao Relatório da 4ª RM/4ª DI, onde se lê que o General Guedes se considerou rebelado desde 30 de março. Então, na verdade, a Revolução, efetivamente, iniciou-se a 30 de março de 1964.

Posso até dizer a hora: às 14h do dia 30 de março. E vou dizer o que aconteceu: com essa reunião da tropa da Polícia Militar e os preparativos com a

junção do Exército, para o Movimento eclodir no dia 30 de março, começou uma preocupação, porque, naquele momento, mais precisamente no domingo, o General Mourão, que era o Comandante da 4ª Região Militar, por motivos pessoais, que nem vou discutir, resolveu não sair, ele mesmo achou que não estava ainda tudo preparado.

O Exército em Minas tinha uma distorção, por que é que eu digo distorção? Porque o maior comando de Minas, naquela ocasião, era em Juiz de Fora, 4ª RM/ 4ª DI. Mas o comando da ID/4 era na capital, ora o comando da capital era desempenhado por um general duas estrelas, que no caso era o meu pai, e o comando da Região era desempenhado por um general três estrelas, que no caso era o Mourão.

Ele, desde que veio do Rio Grande do Sul, e veio até como castigo, porque ele já estava conspirando e tomando determinadas providências, apresentando alguma reação, e como o III Exército era uma tropa forte, houveram por bem, deslocar o Mourão para a 4ª Região Militar, que era considerada uma Região inexpressiva, em termos de força. Não se pode comparar a 4ª Região Militar com a 3ª Região Militar que abrange o Estado do Rio Grande do Sul.

A 4ª Região Militar era um apêndice do I Exército, mas o grosso da força do I Exército estava localizado no Rio de Janeiro, essa é que é a realidade. A 4ª Região Militar apresentava um problema geográfico e estratégico. Juiz de Fora é praticamente um prolongamento do Rio – hoje a gente mexe muito com o pessoal de Juiz de Fora, diz que é uma espécie de subúrbio do Rio, ainda mais com a estrada nova agora, o pessoal pode vir à praia, em duas horas, em duas horas e pouquinho está na praia, depois volta e ainda vai dormir em casa.

O morador de Juiz de Fora torce para o Flamengo, Fluminense, o de Belo Horizonte é Cruzeiro, Atlético, quer dizer, o pessoal de Juiz de Fora era sempre muito ligado ao Rio, até porque a ligação de Belo Horizonte a Juiz de Fora só foi feita quando o Juscelino foi Presidente. Deu-se em 1956, ano de inauguração da BR-040, que, naquele tempo, era até a BR-3.

Como Aspirante-a-Oficial, em 1956, fiz muitos exercícios na BR-3, hoje BR-040, quando ainda era de terra. Então, a ligação de Juiz de Fora era toda com o Rio, a Capital da República até 1960.

O I Exército é que era o forte, com todas as organizações ligadas à OTAN, e o III Exército, pelos problemas de fronteira. Essa era a história do Exército naquele tempo, que se preocupava muito com o Cone Sul, tanto que o senhor comandou lá em Santo Ângelo e acabou tendo que se deslocar, depois, para a Amazônia, quando se desmobilizou o Sul, e se procurou mobilizar o Norte, porque se sentiu que o problema passava a ser a Amazônia – um grande vazio, pouco integrada ao restante

do território, além de não mais haver aquela beligerância com os países vizinhos do Sul. Então, a guarnição de Minas era inexpressiva, e o Mourão foi colocado lá.

Desde que chegou, ele manifestou a vontade de "batalhar" contra aquele estado de coisas, o que, aliás, para o meu pai foi um alívio muito grande, porque isso, em Belo Horizonte, já se fazia, e a bem da verdade, se eu não me engano, o Mourão foi substituir, lá em Juiz de Fora, o General Ladário, que era amigo íntimo do João Goulart, e foi para o Sul, essa é que é a realidade, vamos colocar os "pingos nos is".

Com a chegada do Mourão, passou-se a conspirar, também, em Juiz de Fora, mas os entendimentos com a PM, a aglutinação, o Comando da PM, o Governo de Minas era em Belo Horizonte.

Quando veio a Semana Santa, o General Mourão estava em Ouro Preto, havia se casado novamente, ele era viúvo, passando uma outra lua-de-mel em Ouro Preto, e foi chamado pelo meu pai, contatado pelo meu pai, que entendia ser oportuno ele ir para Juiz de Fora, para poder desencadear o Movimento a partir do dia 30 de março.

O General Mourão foi para Juiz de Fora, mas, após os contatos que foram feitos na véspera, no domingo, o pessoal voltou meio desanimado, porque o General Mourão não estava querendo mais sair. E o próprio Comandante da PM disse: "E agora, já reunimos a tropa toda, como é que vamos fazer?" O Coronel José Geraldo de Oliveira foi o braço direito do Movimento revolucionário, porque colocou a PM toda – 18.000 homens – à disposição do Exército.

Vale lembrar, aqui, o seguinte: a PM, lá em Minas, sempre teve uma pendência, algumas arestas, com o Exército, ainda da Revolução de 1930, quando o 12º RI ficou legalista e a PM representou a força revolucionária em Minas, havendo tiroteio e morrendo gente, inclusive o Tenente Brito Mello, que morava na mesma república que meu pai e servia no 12º RI. Estas arestas foram sendo contornadas com o passar do tempo.

A própria transferência do 12º RI, de Belo Horizonte para Juiz de Fora, foi para isso, porque o soldado do Exército encontrava com o soldado da PM, tinha briga. Então, transferiu-se toda a tropa do Exército para Juiz de Fora, e a tropa de Juiz de Fora veio para Belo Horizonte.

Em 1955, no segundo semestre, é que se restabeleceu a história, voltando o 12º RI para Belo Horizonte e o 10º RI para Juiz de Fora. A partir daí, já com a situação normalizada, mais precisamente a partir de 1962, começou, lá em Minas, o que chamavam de dupla verde e amarela – era um soldado do Exército e um soldado da PM. Toda vez que íamos fazer manobras, levávamos oficiais da PM para acompanhar o nosso estado-maior, para eles aprenderem a trabalhar no campo,

porque o oficial da PM é formado ou educado para trabalhar na cidade, são outros tipos de operações.

O que se queria era que o entrosamento fosse total, porque, se tivesse que haver alguma batalha, deveria ser no campo e não na cidade. Então, começaram os exercícios, com a aquiescência, com o apoio do Governador de Minas e do Comandante da PM, o Coronel José Geraldo de Oliveira, que é um nome importante, porque ele se engajou a fundo para fortalecer o Movimento, sendo considerável o apoio com que Minas contou, advindo da PM, para poder se deslocar em direção ao Rio.

Tanto que, no Destacamento Tiradentes, a PM mineira estava bem representada.

Eram dois batalhões da Polícia.

E coluna para Brasília, também, foi apoiada.

O Batalhão de Montes Claros foi para Brasília, o de Juiz de Fora e o de Governador Valadares foram direcionados para o Rio de Janeiro.

Foi uma integração verde e amarela.

Mesmo porque a nossa tropa tinha incorporado em janeiro, e apesar da instrução acelerada que se dava, o conhecimento do armamento ainda não era satisfatório.

Para agilizar a preparação da tropa, para poder sair naquele movimento que se prenunciava, ou que se julgava necessário que fosse realizado, contou-se apenas com um mês em regime de internato, por isso a tropa mais experiente era exatamente a da PM. E houve um entrosamento muito grande, não só entre os oficiais, como entre os graduados e a própria tropa, fruto até dessas ligações anteriores: os oficiais trabalhando em campanha conosco, os sargentos em comando de patrulha, junto com os sargentos da PM, e os soldados fazendo a dupla verde e amarela nas ruas.

Desta forma, já havia uma ligação, era uma tropa só, vamos dizer assim, o Exército e a PM e a própria Aeronáutica também, que tinha um comandante muito afinado conosco em um simples núcleo de Base Aérea. O subcomandante da Base vinha a ser cunhado do ajudante-de-ordens do meu pai, é uma coincidência interessante. Assim, tínhamos o apoio total para deslocamentos aéreos. Quantas vezes eu voei em avião T6, aqueles NA, para fazer contatos aqui ou ali, pelo interior de Minas ou para regiões mineiras mais distantes como Uberlândia, Uberaba, Araguari e outras, para poder realizar algum tipo de coordenação e dar ciência do andamento dos trabalhos.

Quando houve o episódio do Mourão dando essa recuada ou essa refreada no ímpeto, meu pai assumiu a responsabilidade, reuniu-se com os oficiais no QG (Quartel-General) da ID/4, às 14/h do dia 30 de março de 1964 e disse que, a partir daquele momento, se julgava rebelado e não mais cumpriria ordens do Governo Federal, mesmo porque ele já tinha sido ameaçado duas vezes de ser substituído, uma pelo Crisanto Figueiredo, que até deu retorno, dizendo que não, que ele não

estava para vir, e a outra por um general que estava comandando a Amazônia, General Vila Nova – foge-me o nome completo dele agora – que estaria prestes a chegar em Belo Horizonte. E, naquela lufa-lufa, o Comandante da PM indagou: "E se ele vier?" E meu pai respondeu: "Não se preocupe, se ele vier já tem lugar para ele ficar preso, pode ficar tranqüilo; então, temos que sair, e já saímos".

Mas ficava sempre aquela preocupação do que poderia ocorrer, com a mudança de idéia do General Mourão, de não sair no dia 30. E o pessoal de Belo Horizonte, inclusive emissários, fazendo pressão, fazendo força para ele sair, tanto que dentro dos reforços colocados à disposição do meu pai, ainda no dia 30, estavam lá o General Franklin Rodrigues de Moraes e o General Oswaldo, que era colega de turma do General Mourão, ambos na reserva; e meu pai pediu que eles fossem a Juiz de Fora para convencer o General Mourão a partir, para que Minas partisse unida, até porque a tropa de lá já estava sob controle, informação de meu irmão que comandava a PE em Juiz de Fora, e que estava com seu pessoal pronto; no entanto, o comandante do 10º RI era novo, era uma incógnita, sem dúvida.

Mas havia o Coronel Everaldo, que era Chefe da 3ª Seção e que estava chefiando interinamente o Estado-Maior, sob as ordens diretas do General Mourão, que não confiava muito no Chefe de Estado-Maior dele, o Coronel João Batista, que, aliás, quando recebeu a ordem de que estava deflagrado o Movimento e o que se ia fazer, ele automaticamente aderiu; era, pois, pura suposição o receio do General Mourão. Em momento algum, ele obstou qualquer coisa, pelo contrário.

Voltando ao General Mourão, lembramos do General Franklin, que estava até meio desanimado, quando falou com o meu pai: "O General Mourão já fez isso no Sul – fui comandar lá depois que ele saiu – ele tinha começado, mas na hora de sair ele não quis, daí ter sido transferido para cá".

Meu pai respondeu: "Mas creio que ele saia, vai", e eles foram e quando voltaram, ainda meio desanimados, porque não o tinham convencido, tanto que meu pai ainda conversou com o Governador Magalhães Pinto e o Alkmin, que era Secretário do Governo, fez o contato e eles marcaram a reunião para o dia 31 de março, às 7h da manhã, que era o horário em que a tropa iria se deslocar e que aí Minas, não mais meu pai, mas Minas, como um todo, iria dar oficialmente início ao Movimento de 31 de Março, que já tinha começado no dia 30, volto a frisar.

Mas, aí, vem o detalhe: mais ou menos às 4h30min da madrugada do dia 31, o General Mourão ligou para meu pai, dizendo que tinha resolvido sair, que era uma decisão definitiva.

A partir desse momento, em Belo Horizonte, se respirou, tanto que meu pai, quando foi à reunião às 7h da manhã, com o Governador, para o manifesto,

para o início oficial da Revolução, notou o José Maria Alkmin preocupadíssimo, porque ele ainda não sabia daquele fato novo do General Mourão.

O General Mourão até ligou para o General Muricy e mandou que ele viesse para poder ajudar, coordenar o Movimento, porque meu pai ficou em Belo Horizonte. Houve uma inversão de hierarquia, porque, teoricamente, quem devia comandar a tropa era meu pai, mas o General Mourão estava em Juiz de Fora, chamou um general duas estrelas para ajudá-lo, que foi o General Muricy, e o meu pai continuou em Belo Horizonte, preocupando-se com o que vinha ainda de Brasília.

Voltado para uma outra direção.

Realmente, isso foi o que aconteceu. Desse fato, que estou relatando agora, eu participei, era capitão e estava intimamente ligado aos acontecimentos, se bem que, muita coisa nem comigo meu pai se abria, por uma questão de temperamento dele, nem era por questão de sigilo, apenas ele achava que, quanto menos ele envolvesse a família, melhor. Éramos três militares: o meu irmão mais velho comandava a PE em Juiz de Fora, e o meu irmão mais novo era cadete da Academia Militar das Agulhas Negras, cursava o 2º ano. Estava com o General Médici que, antes das tropas de São Paulo chegarem a Resende, já tinha se definido, ao decidir empregar o Corpo de Cadetes, para fazer uma cobertura contra qualquer tropa que viesse do Rio.

O senhor gostaria, ainda nessa parte da eclosão do Movimento, de acrescentar mais alguma idéia?

Vou me valer desta oportunidade para mostrar um documento a respeito do General Punaro Bley e da ocorrência com o jornal *Binômio* – Trata-se do editorial de *O Globo*, do dia 26 de dezembro de 1961, que foi transcrito pelo *Jornal do Brasil*, do dia seguinte.

Antes de abordá-lo, convém salientar que, a respeito do episódio ocorrido com o *Binômio*, toda a imprensa, inicialmente, quando houve o quebra-quebra do jornal, caiu em cima de nós, inclusive do General Bley, e a opinião pública foi toda conduzida a sacrificar os militares, porque quebraram o *Binômio*. Mas, depois, os jornais ficaram sabendo dos fatos, como realmente tinham se dado, quando, então, o jornal *O Globo* escreveu um editorial de grande repercussão, intitulado "Para preservar a verdade".

Objetivando mostrar o profissionalismo que, no passado, caracterizavam a nossa Imprensa, me disponho a ler a transcrição do editorial de *O Globo*, no *Jornal do Brasil,* de quarta-feira, dia 27 de dezembro de 1961, 1º caderno, página 8, "Para preservar a verdade", que elucida perfeitamente os fatos:

"Como não podia deixar de ser reagimos energicamente à primeira notícia do empastelamento de um hebdomadário de Belo Horizonte, por oficiais e soldados da guarnição local. Não é mais admissível o uso de tais processos, que desabonam o regime, as instituições e aqueles mesmos que os praticam.

O fato de que os incidentes tenham começado com a ida do General Punaro Bley à redação do jornal, onde S. Exa., pretendeu interpelar o autor de artigos insultuosos contra a sua pessoa, fez com que lhe debitássemos a integral responsabilidade pelo atentado, ocorrido algumas horas depois. Esta interpretação, aliás, foi a de toda a imprensa do Rio de Janeiro, pois parecia improvável que a agressão ao referido órgão houvesse acontecido à revelia do General Bley.

Devemos, hoje, porém – cumprindo, inclusive, o nosso dever de sermos verazes, exatos e leais, conforme os princípios éticos que reclamávamos para toda a imprensa brasileira, no mesmo artigo, que dedicamos aos acontecimentos de Belo Horizonte –, informar aos nossos leitores que as coisas não se passaram, na capital mineira, da forma que foi aqui apregoada. Nem cabe ao General Punaro Bley outra responsabilidade senão a de ter colocado seus brios pessoais de homem injuriado acima da prudência que seu elevado posto aconselhava, indo sozinho e desarmado à sede do seminário que o ultrajara.

Pois a verdade é que o General Punaro Bley foi desacompanhado à mencionada redação, para interpelar o autor da matéria que o indignara, fazendo que o aguardasse no carro seu capitão ajudante-de-ordens. Da sede da publicação desceu ele pouco depois, coberto de sangue e trazendo no rosto as marcas dos golpes sofridos de cinco pessoas que lá se encontravam, as quais não vacilaram em atacá-lo, com ferocidade incomum, apesar de ser ele General-de-Exército, com 63 anos de idade, que ali estava para reclamar, só e sem armas, como poderia fazer qualquer cidadão, contra a divulgação de notícias que considerava lesivas à sua honra.

A violência física perpetrada contra o respeitável chefe militar, que completava as insídias contra ele dirigidas pelo seminário aludido, foi logo levada ao conhecimento de todos os quartéis pelo seu ajudante-de-ordens, justamente indignado, e centenas de oficiais resolveram vingar o comandante espezinhado, o que, evidentemente, não consideramos acertado. Mas foi tão espontâneo o movimento de protesto que ao mesmo aderiram sargentos e soldados, apesar de que os oficiais os haviam proibido de envolver-se no assunto. Entretanto eles não se conformaram e deu-se em Belo Horizonte – em torno do velho General, indecorosamente humilhado – a mais extraordinária demonstração de coesão das forças militares, pois o ato de violência reuniu, voluntariamente, os briosos oficiais, sargentos e soldados, estreitamente solidários e dispostos a defender a dignidade

do chefe ferido, que se retirara para sua residência, nada dissera a ninguém e nada sabia sobre a atitude que pretendiam tomar seus comandados.

Sobre o atentado em si já emitimos nossa opinião e nada teríamos a acrescentar ou a modificar, não fosse a necessidade de excluir da crítica veemente o General Punaro Bley, que não a merecia. É preciso que se diga, também, que o órgão de imprensa atacado não tem bons antecedentes em Minas Gerais, sendo conhecido como faccioso, atassalhador da honra alheia e de tendência políticas as mais suspeitas.

Desde o dia do incidente até agora, o General Punaro Bley tem recebido as manifestações de apreço e de conforto de todas as classes sociais de Belo Horizonte, inclusive de representações sindicais, numa romaria contínua que abriga uma inequívoca prova de que a reação do povo mineiro não foi a que se supunha, indicando isto que o General pode ter errado indo à redação, que seus subordinados certamente erraram indo reparar, pela força, a honra maculada de seu comandante, mas, que o que a este fizera o jornal foi erro muito maior, foi o erro que provocou os outros erros, erro que se inclui entre aqueles que profligávamos no editorial anterior, pedindo uma lei de responsabilidade para a imprensa.

Deploramos que as primeiras informações sobre o caso não nos tenham chegado reais, impedindo-nos de formular sobre o assunto um juízo exato. Ignorávamos, por exemplo, além dos detalhes sobre o procedimento másculo do General Punaro Bley e sobre a agressão brutal que sofrera na redação, que a campanha jornalística contra ele movida se iniciara após haver S. Exa pronunciado uma incisiva conferência contra o comunismo e seus métodos, o que dá ao assunto o sentido de mais um episódio na dirigida e inexorável ação da esquerda para desmoralizar as nossas instituições, alterar a ordem constitucional e aniquilar aqueles que devem resguardá-la.

Voltando a este assunto, para estabelecer a verdade, como é de nosso dever, insistimos, também, na urgência daquela lei de responsabilidade para a imprensa, que preserve a honra dos homens de bem e lhe assegure a proteção contra os caluniadores, dispensando-os de atitudes pessoais, sempre condenáveis, mas, às vezes, inevitáveis.

É preciso que aqueles que imprimem insultos e divulgam calúnias saibam que uma legislação enérgica, de efeito rápido, permitirá aos atingidos pela sua falta de escrúpulos uma pronta satisfação. Será a única maneira de impedir a reprodução de acontecimentos como os de Belo Horizonte, que lamentamos, mas, que, ao mesmo tempo – mais bem informados –, nos convencem de que houve, ali, menos um gesto de prepotência e indisciplina, partindo de alto para baixo, do

que um natural movimento de protesto, que uniu oficiais, sargentos e soldados na defesa da pessoa e da hierarquia do comandante estupidamente agredido."

(Transcrito de *O Globo* de 26 de dezembro de 1961.)

Jornal do Brasil, de 27 de dezembro de 1961, 1º Caderno, pág 8.

Por este editorial, verifica-se que os grandes jornais do Rio de Janeiro daquela época, como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, tinham uma preocupação com a verdade e com a justiça. *O Globo*, por exemplo, antes e durante o período revolucionário, ou seja até o final no ano de 1984, destacou-se com relação a essa posição de defesa da veracidade da notícia, mostrando os fatos relacionados com o Movimento revolucionário de 1964, exatamente como aconteceram, como se pode verificar no editorial deste jornal, escrito por Roberto Marinho, em 07 de outubro de 1984, intitulado "Julgamento da Revolução".

O motivo da mudança de comportamento do referido jornal, ocorrido depois, a partir do momento em que a Revolução voluntariamente entregou o Poder, é uma incógnita, lembrando muito as "forças ocultas", citadas por Jânio Quadros quando da renúncia, as quais devem ter atuado muito fortemente junto à direção daquela organização, porque, agora, chamam a Revolução de golpe e o período revolucionário de ditadura. Como mudaram!

Realmente, a mudança foi radical, impensável em 1984, quando os presidentes militares saíram de cena, com a abertura iniciada por Geisel e concluída por Figueiredo. Por essas coisas, que estranhamente aconteceram com a nossa imprensa, é que meu pai escreveu um livro, para preservar a história – que agora insistem em reescrever mudando cinicamente tudo.

A esse livro, ele deu o título de "Tinha que Ser Minas", como já citei. É pela posição geográfica central e pelos fatos que, mais ou menos, explanei aqui, como o tamanho muito grande do Brasil – com os problemas políticos lá do Sul, do Nordeste, do Rio de Janeiro –, o tal dispositivo militar que o General Assis Brasil dizia que era invencível, além do que se fazia em Brasília. Então, o lugar mais apropriado para começar o Movimento, na opinião do meu pai, era exatamente Minas.

Vou deixar esse livro aqui com o Projeto, conforme prometera meu irmão Henrique quando entrevistado, para sanar possíveis dúvidas, porque, nas narrativas dos fatos, não são esquecidos os detalhes. Se lermos os escritos dos esquerdistas, com exceção de Jacob Gorender que não falseia a verdade, vamos conhecer uma versão mentirosa dos fatos, começando pela balela de que o povo não apoiou a Revolução, quando, na verdade, o povo foi a razão fundamental do engajamento do Exército, como sempre aconteceu na História do Brasil, para a deposição de um típico desgoverno.

Por falar em detalhes, consegui recentemente um documento, publicado na coluna do Elio Gaspari – saiu no *Estado de Minas,* bem como no *O Globo,* em 19 de setembro de 1999. Neste artigo ele fala sobre Lincoln Gordon, mas o importante não é o artigo em si, que é irrelevante; e sim esse cabograma – naquele tempo, o meio de comunicação, sem Internet, era através de cabograma – que aparece aqui.

Esse cabograma é do dia 30 de março, de uma informação gerada nos Estados Unidos no dia 30 de março de 1964, para o então Presidente, alertando de que o Movimento no Brasil – não fala em Minas Gerais, fala no Brasil – já estava em andamento para a destituição do Presidente da República. Só que não tinham a menor idéia de como tudo iria se processar, que a destituição seria muito mais rápida do que se imaginava, do que eles pensavam.

Outro fato inventado, o que chega a ser ridículo, é que o Movimento foi insuflado pela CIA (Central de Inteligência norte-americana), foi orientado pela CIA, quando absolutamente não houve nada disso. Mais uma insensatez dos revanchistas!

O Movimento deu certo, até porque foi feito, como dizemos mineiramente, com aquela velha história de que mineiro trabalha em silêncio, foi sendo germinado lá em Minas, sem que houvesse interferência de potência nenhuma.

Voltando ao cabograma, por que aquele texto veio em um cabograma do dia 30? É porque, no dia 30, de manhã, meu pai se reuniu com o Vice-Cônsul dos Estados Unidos, em Belo Horizonte, num apartamento de um primo meu, Adalberto, já falecido, e deu ciência de que nós estávamos começando um movimento revolucionário, para deposição do Presidente João Goulart.

Esse enfoque, essa comunicação ao Vice-Cônsul, cujo nome era Laser, gerou essa informação, através da embaixada, para os Estados Unidos. E ainda cito mais o seguinte: nessa conversa, o meu pai disse-lhe que, dependendo do desenrolar da situação, talvez se precisasse de um apoio dos Estados Unidos, sobretudo de natureza logística, porque, com certeza, como já vinha acontecendo, as forças de esquerda teriam o apoio daqueles que queriam transformar o Brasil numa grande Cuba. Essa é que é a realidade.

Eles queriam comunizar o Brasil para poder comunizar a América do Sul, porque o movimento comunista apenas havia conquistado nas Américas a ilha de Cuba, país até hoje inexpressivo. E se fincasse pé aqui no Brasil, com certeza a América do Sul acabaria se dobrando.

Ainda tem uma coisa que meu pai disse para esse Laser: "A única coisa que não aceitamos, em hipótese alguma, era algum desembarque de tropa em nosso País; frisou, portanto, que não se admitiria nenhuma tropa americana desembarcando em qualquer parte do território nacional, em apoio ao Movimento de 1964".

Esse apoio poderia vir através de armas, de verbas, de mídia, em propaganda mundial a favor do Movimento em si, mas sem desembarque de tropa. Essa comunicação foi feita no dia 30; qualquer coisa que se fale de CIA, de envolvimento norte-americano, é um despropósito, não corresponde à realidade, em nosso Movimento que foi preparado em Minas, que é onde tudo começou.

Dentro das preocupações, houve um outro detalhe quando se resolveu fazer o Movimento revolucionário, Minas, por ser um Estado continental, sem saída para o mar, ficaria dependente de ligações aéreas e, em determinadas ocasiões, marítimas, que se fariam muitas vezes, em apoio ao desembarque de armamento, de equipamento etc.

Para isso, o Governador do Espírito Santo, que estava solidário ao Movimento contra a comunização do País, colocou o seu Estado à disposição de Minas, cedendo os portos para qualquer operação que se fizesse necessária.

Nessa parte, cito a grande colaboração que deu ao Movimento o Marechal Denys. Ele estava em Juiz de Fora, e acompanhou as tropas; quando houve a primeira parada, ele foi quem fez o primeiro contato com a tropa que vinha do Rio.

Quem comandava o destacamento vindo do Rio – composto pelo 1º RI – Regimento Sampaio e por um Grupo do Regimento Floriano, era o Coronel Raimundo, Comandante do Sampaio, muito ligado ao Marechal Denys, e este, quando o destacamento chegou a Três Rios, fez um contato com o Coronel Raimundo, destacando as razões do Movimento e solicitando a adesão do seu amigo e antigo subordinado. O Coronel comunicou-se imediatamente com quem o mandara contra a tropa de Minas informando-lhe que as suas tropas estariam, a partir daquele momento, ao lado das tropas mineiras.

Ele havia sido assistente-secretário do Marechal Denys por muito tempo.

Há uma passagem no livro do meu pai, em que ele fala que, num despacho, quando era Subchefe do Gabinete do então General Denys, este lhe disse: "Quando você for general e precisar de um oficial para seu Chefe de Estado-Maior, chama o Raimundo", e teceu os maiores elogios a ele, que era major nessa ocasião; então, o Coronel Raimundo gozava de sua inteira confiança.

Essa interferência do Marechal Denys junto ao Coronel Raimundo evitou o confronto entre as tropas de Minas e as do I Exército que compunham o destacamento sob o Comando do referido coronel.

Até isso, o Marechal Denys, com o conceito e a aprovação que desfrutava em todo o Exército, estava em Minas naquele momento – tinha que ser Minas.

Naqueles dias que antecederam o Movimento de 1964, meu pai tinha ido a Juiz de Fora e conversado longamente com ele, colocando-o a par do Movimento

que se estava preparando e ele até aconselhou meu pai a ter muito cuidado, para não parecer que se estava fazendo uma quartelada, porque meu pai servira, com ele, como capitão, quando ele estivera em São Paulo e, depois, aqui no Rio, na Polícia Militar do então Distrito Federal, eles eram da "Missão Instrutora". Meu pai sempre foi muito ligado ao Marechal.

Quando o General Odylio Denys foi Ministro da Guerra, o meu pai foi seu Subchefe de Gabinete em Brasília, cabendo-lhe o privilégio de comandar o primeiro desfile de Brasília, em 21 de abril de 1960. O comandante foi o meu pai porque o Ministério da Guerra, embora estivesse aqui no Rio, neste quartel que nós estamos hoje, o Escalão Avançado (Esc Av) já funcionava em Brasília, e o Subchefe de Gabinete do Ministro era o Comandante do Esc Av, que no caso era o meu pai.

São as coincidências da vida, isso em 1960; como o próprio fato de o meu pai, que estava no Comando da ID/4, ser exonerado, e, por uma ação desse jornalista do *Binômio*, voltar a Minas Gerais para continuar...

Um profícuo trabalho, que redundou...

No Movimento de 1964, porque Minas, por ser limitada em termos de tropa, também não podia querer exportar Revolução, tínhamos que, por precaução, ocupar, inicialmente, uma posição meramente defensiva, mas sabíamos, sim, que em todo Brasil existia gente, senão conspirando, mas, principalmente, discordando da anarquia, da desordem, da tentativa de quebra da hierarquia nas Forças Armadas, das greves, das invasões de terra, do preparo dos "grupos dos onze", de Leonel Brizola, financiados e patrocinados do exterior, fato do conhecimento de todos. Então, o que se fez, inicialmente, em Minas, foi uma tentativa de se criar um território, para se partir para uma contra-revolução.

Mas a adesão foi tão rápida e de tamanho vulto que não houve reação e muita gente que estava no muro mudou de lado. Posteriormente, muitos dos que mudaram de lado, voltaram a trabalhar contra a Revolução.

Nós em Minas, costumamos dizer que o Movimento terminou no dia 15 de abril de 1964, por quê? Porque aí já havia um presidente eleito pelo Congresso. Foi uma maneira de conciliar, porque, hoje, falam muito em ditadura, mas na realidade os presidentes militares foram eleitos pelo Congresso, dentro de uma regra de jogo estabelecida pelo próprio Congresso cujo funcionamento foi normal, tirando o episódio do AI-5, quando, por um curto período o Congresso foi fechado. Assim, com a Revolução de 31 de Março de 1964, o Congresso continuou funcionando.

Ranieri Mazzilli deu posse ao Castello Branco; o Congresso, por conseqüente, é que deu posse ao Castello Branco. Vou fazer um parênteses aqui para lembrar

que meu pai ficou até um pouco "chateado" com o Castello, quando ele passou para a reserva, o que ocorreu de imediato, porque Castello achava que não era compatível a Presidência com um oficial da ativa, ele não quis ser confundido, no futuro, como mais um general sul-americano ditador. O meu pai chegou a dizer para ele: "Mas se fosse para ser da reserva, o mais indicado seria o Marechal Denys que, esteve à frente do Movimento armado".

O General Castello – é outra coisa que eu friso aqui – ele não era contra o Movimento que eclodiu em Minas, mas não era a favor; quando eu digo não era a favor, é que, aqui no Ministério da Guerra, se faziam elocubrações, havia conversas, havia contatos, visando acabar com a baderna que estava acontecendo no País, e Minas precipitou os acontecimentos no seu entender.

Tanto que às 9h da manhã do dia 31 de março, o General Castello, que era Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), ligou para o meu pai dizendo que estava ouvindo rumores de que havia tropa em Minas se movimentando contra o Governo, dirigindo-se ao Rio de Janeiro, e meu pai falou assim: "Não são rumores, a tropa já está se deslocando."

E o General Castello Branco, na ocasião, ficou preocupado: "Cuidado, vocês vão 'botar' tudo a perder, porque estamos prevendo, programando..." Ele estava fazendo um estudo no EME, talvez para fazer um movimento integrado, coordenado por aquele Alto Órgão, para acabar com aquela situação.

E o meu pai falou: "Não há mais como voltar..." O "silêncio rádio" era até a hora do início do deslocamento da tropa...

Às 11h30min, novamente, o General Castello Branco ligou comunicando que não havia conseguido fazer os contatos que meu pai havia pedido, e que era melhor a tropa voltar, para não ser derrotada e ainda ligou para o Governador Magalhães Pinto, que falou: "Olha General, agora é preferível voltar derrotada, do que voltar frustrada, porque já saiu, já está andando, e o Movimento não tem retorno, agora fica..." Na parte da tarde, é que o General Mamede, que era Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pegou o General Castello e o levou, até por uma questão de segurança, para a Escola. E há um outro detalhe também nesse Movimento – é que o general mais antigo, em função no Rio, era o General Costa e Silva, porque o General Âncora estava adoentado e o Ministro, hospitalizado, então o General Costa e Silva assumiu, vamos dizer assim, o que seria o Comando do Exército.

Tanto que o meu pai ainda se aborreceu com o General Mourão, porque ele, como era o General Comandante da 4ª Região Militar, integrante, portanto, do I Exército, deveria ter assumido o I Exército, mas o Costa e Silva, quando assumiu a

função vaga, vamos dizer assim, de Ministro da Guerra, colocou lá um outro general, o Terra Ururahy, se não me engano, quando quem deveria ter assumido era o General Mourão...

O Mourão autorizou o acantonamento das tropas no Maracanã, e foi até em casa – para dar um pouco mais de assistência à mulher, Dona Maria, porque ele tinha casado há poucos dias, estava em lua-de-mel e tinha um apartamento na Avenida Atlântica.

Quem recebeu o General Mourão – pouca gente sabe disso – em frente à Refinaria Presidente Vargas, em Duque de Caxias, foi o Juscelino, que foi quem havia promovido o Mourão a General.

Quando o General Mourão chegou aqui no QG e foi conversar com o General Costa e Silva, que era o quatro estrelas mais antigo, ele achou ótimo o Mourão ir para a Presidência da Petrobras, que era um antro de comunistas, já que ele iria para a compulsória em maio.

Isso o Mourão falou com o meu pai, que disse: "Mas você está ficando doido, você, o Comandante do Movimento, pensar em compulsória, em ir para casa, quando você deveria ter assumido o Comando do I Exército, e não pensar em compulsória, porque o seu caminho não poderia ser outro".

Tanto que, mais tarde, fizeram uma lei especial e o General Mourão foi promovido a quatro estrelas antes da época, porque não dava para esperar a promoção, ainda em função, sem cair na compulsória. Então, o Congresso o promoveu, por proposta do Presidente, a quatro estrelas, por ter chefiado o Movimento.

E até perguntaram a meu pai se ele não seria promovido também, e meu pai se manteve quieto: "Não, porque eu sou o número quatro, tem umas nove vagas aí, e eu devo ser promovido normalmente". E não aceitou ingerência em nome dele, ele foi promovido normalmente a três estrelas.

Esses são alguns fatos, mas o mais importante nesse Projeto é uma leitura atenta dos documentos que eu mostrei nesse livro que meu pai escreveu, e ficou pronto em 1966, mas com a morte do General Castello Branco, e como aqui há muitas referências pessoais a ele, o meu pai não quis publicar, porque poderia parecer que era decorrente de ele ter morrido.

Então, ele refez muita coisa, e eu acompanhei de perto quando voltei – porque, em 1964, saí de Belo Horizonte, só voltando dez anos depois – o meu pai já estava até na reserva, desde 1969. Ainda vi várias coisas do livro, tendo conversado bastante sobre o que estava escrito aqui, sobre alguns acréscimos que ele fez questão de colocar. Em 1974, esse livro, pode-se dizer, estava praticamente pronto, com as modificações introduzidas.

Aliás, houve uma outra época em que ele teve quase para publicar, mas veio a morte do Presidente Costa e Silva, e ele também se sentiu impedido de fazê-lo, porque há referências ao General Costa e Silva, e ele achou que não era oportuno publicar naquela ocasião.

Mas foi trabalhando e, em 1974, ele retomou o livro; em maio de 1976, ele deu, finalmente, o livro como pronto, acabado, e o entregou à tia Licinha, irmã dele, que era secretária, trabalhava com o Pedro Aleixo, para fazer a revisão e publicar. Tenho até os originais desse livro comigo, com as correções feitas, do mesmo jeito como nesse Projeto, em que vocês estão fazendo hoje as correções dos textos das entrevistas realizadas, visando à publicação.

Parece até que ele estava com premonição, pois, após entregar o livro, ele viajou, acompanhado de duas irmãs, foi fazer uma viagem à Europa – somos descendentes de alemães – para conhecer a Alemanha, terra dos antecedentes dele, porque o nosso Guedes é meio falsificado, deveria ser Gäede, com trema no a, mas o meu avô que era comerciante, aportuguesou o nome depois da guerra, da Primeira Grande Guerra, então virou Guedes; os Guedes nossos são apenas os oriundos de São João Del Rey, os outros não são parentes.

Infelizmente, ele veio a falecer num acidente, num atropelamento em Londres, em junho de 1976. Ele fazia 72 anos, no dia 21 de junho, foi atropelado no dia 18 de junho, e morreu no dia 24 de junho, ainda hospitalizado, com um problema de pneumonia, não foi nem o atropelamento em si.

Nós, que éramos sete irmãos, resolvemos, numa homenagem a ele, mandar publicar esse livro, que era para ter uma divulgação muito maior, mas, por problemas de momento, inclusive por algumas colocações dele, algumas declarações, envolvendo o Magalhães Pinto, que ainda estava vivo e participando da vida política, e pessoas como o José Aparecido, Leonel Brizola, enfim, uma série de aspectos, acabou ficando numa só edição, tanto que esse exemplar, que eu estou mostrando, é uma cópia xerográfica. Assim sendo, dentro desse Projeto, a única coisa que eu peço, a todos que dele tenham conhecimento, é que, além desta minha modesta entrevista, que será transcrita, leiam, por obséquio, capítulo a capítulo do livro de meu pai, que ficará arquivado no Projeto, de modo que tenham à mão os instrumentos necessários à efetiva recuperação dos fatos da História do Brasil, ocorridos nos pródromos e na eclosão do Movimento revolucionário de Março de 1964. Digo isso porque, hoje, na verdade, o que se está fazendo é contar uma outra história, muito diferente da realidade.

Hoje, os guerrilheiros daquela época, que queriam impor um regime comunista ao País, dizem que brigaram apenas contra a ditadura dos militares, o que é

a maior das mentiras. Volto a dizer que não houve nada de ditadura, os governos foram eleitos com o Congresso funcionando, como também, o foram, inclusive através de eleições diretas, os governadores dos Estados, prefeitos, senadores e deputados, estes em nível federal e estadual, além dos vereadores de todos os municípios brasileiros.

A Justiça também funcionou tranqüilamente em todo o período revolucionário sem sofrer qualquer tipo de interferência.

A Constituição vigiu plenamente e o processo revolucionário só se valeu de um verdadeiro ato de exceção em dezembro de 1968, para impedir as afrontas dos contrários à Revolução.

Não esquecer que todos os presidentes militares obedeceram os períodos predeterminados para os seus mandatos; ninguém pensou em reeleição.

Cabe lembrar que o Congresso foi eleito pelo povo. Então, na realidade, nada mais do que dizer, também por isso, que era um movimento mais do que legitimado pelo povo, que foi quem fez desencadear o Movimento.

Nesse depoimento, procuro deixar bem claro que não foi um movimento saído de dentro de um quartel, foi um movimento vindo das ruas de Belo Horizonte, que se propagou, e que as tropas do Exército, particularmente, e as outras que apoiaram, atenderam aos anseios da absoluta maioria da população na época.

É só pegar com isenção os jornais, os artigos, a cobertura jornalística da época, e verificar que todo mundo foi favorável ao Movimento de 1964. Não é como se procura afirmar hoje, quando, na realidade, a esquerda queria implantar no País um governo comunista. E meu pai dizia: “Antes que eles façam, fazemos nós”.

E qual é a sua idéia a respeito das raízes do Movimento?

Vou me restringir à minha participação. Anteriormente, podia até haver motivos, o Brasil sempre teve problemas, e volto a dizer, as Forças Armadas sempre do lado dos anseios da população, essa é que é a realidade. Meu pai, quando começou esse movimento – e quem ler esse livro, do qual tanto me orgulho, vai ver – cita como origem a renúncia do Jânio Quadros.

Tudo aconteceu porque Jânio Quadros renunciou, e digo mais: naquele tempo as eleições tinham um vício pernicioso ao processo, pois permitiam que um presidente fosse eleito por uma chapa e o vice-presidente por outra.

De oposição.

Era de oposição, o Milton Campos, que foi um grande governador, um grande nome, uma das maiores reservas morais de Minas, perdeu para o João Goulart que pertencia a outra chapa.

Se formos analisar, foi porque o próprio Juscelino, que lançou a chapa Lott e Jango, fez prevalecer a vitória do Jânio, que era, vamos recordar, o homem da vassoura, que se contrapunha à corrupção que havia no Governo do Juscelino; hoje, o pessoal não fala mais nada disso, mas o Jânio se elegeu – ele não era da UDN, era de um partido pequeno, apoiado pela UDN, que encampou a sua candidatura – por falta de uma opção melhor.

Aí, o Juscelino, que se opunha à UDN, apoiava o Lott e o Jango.

Em Minas, ele trabalhou para o Jango, e o Milton Campos perdeu, isto porque ele era da UDN e o Juscelino do PSD, são coisas mineiras. Então, Minas, ainda deve isso ao País, porque em vez de eleger o ex-Governador Milton Campos, ajudou a eleger João Goulart; o mineiro também se sentia responsável por tudo que estava acontecendo, particularmente, por haver contribuído para colocar João Goulart na Vice-Presidência, apesar de todos os problemas que ele, em cargos anteriores, trouxera para o País.

A Igreja estava com a Revolução?

A Igreja de Minas era contra aquela marcha acelerada para comunização do País, inclusive temos exemplos: Dom Sigaud, os bispos Dom João Resende Costa, Bispo de Belo Horizonte, defensor da família, contra a comunização, atual Cardeal de Minas Gerais – que, na ocasião, era até Reitor da PUC – e Dom Serafim, que também era contrário às ações do Governo por julgá-las antidemocráticas. A Igreja via com muita preocupação aqueles movimentos, porque Minas era um estado tradicionalista e anticomunista, tanto que o Brizola até hoje não conseguiu entrar – o PDT, em Minas, é inexpressivo – e em todas as eleições que o Brizola se candidatou, além de perder em Minas, não conseguir eleger, no Estado, nenhum dos elementos que apoiava. Esse jornalista do *Binômio*, de nome José Maria Rabelo, era um dos homens fortes do Brizola, que nunca conseguiu se eleger para coisíssima nenhuma, mas acabou premiado com uma vice-presidência do Banerj, quando o Brizola se elegeu Governador aqui no Rio.

As Forças Armadas foram intérpretes do pensamento do povo brasileiro, dos ideais do povo de Minas?

Totalmente. Respondo pela parte de Minas, porque lá se começou o Movimento, e meu pai, usando a expressão: "Tomem a rua do Jango", ganhou respaldo, a partir dos Movimentos civis, para estruturar o movimento contra a situação.

Aliás, há uma passagem, que eu vou me referir rapidamente, ocorrida no dia 21 de abril de 1964, em homenagem a Minas Gerais, em que o Presidente

Castello Branco transferiu, simbolicamente, a capital de Brasília para Ouro Preto. Então, nesse dia, dentro das comemorações da nossa Inconfidência Mineira, ele presidiu o País de uma sede localizada em Minas Gerais – a tradicional Cidade de Ouro Preto.

Participei do cortejo da comitiva presidencial, composta do carro do Presidente, segurança, do carro do meu pai, que na ocasião estava comandando a 4ª Região e, nas ruas, nas estradas em que se passava – nas várias cidadezinhas que margeiam a estrada que vai para Ouro Preto, a BR-090 – o povo aplaudia, e o meu pai ressaltava: "Não se iluda, meu filho, porque essa fase de euforia passa. O povo, hoje, nos aplaude, bate palmas para autoridade, mas amanhã poderá fazê-lo para os remanescentes dessa minoria atuante que apóia João Goulart.

Prepare-se, porque dentro de uns trinta anos, mais ou menos, considerando a evolução natural das coisas, vocês terão que enfrentar, não sei em que condições, espero que democraticamente, um governo de esquerda". Isso foi dito em 1964; em 1994, estávamos com um governo de esquerda.

Ao retrucar o artigo que o Professor Olavo de Carvalho escreveu, Márcio Moreira Alves – aquele deputado do episódio de 1968 que provocou a assinatura do AI-5 – disse que os perdedores são aqueles que hoje estão governando, mas ele esqueceu de dizer uma coisa só: governando nas nossas regras, e não nas regras que eles queriam, pois foram eleitos pelo povo, como tantos outros, que, em maior número, continuam acreditando na democracia, acreditando que a esquerda extremista não vai conseguir tomar conta, mudar o regime democrático do País. Quer dizer: eles tiveram que aceitar as nossas regras e não impor as regras deles, que inclui a luta armada para conseguir o Poder, por isso partiram para o terrorismo na década de 1960, começando pelo atentado no Aeroporto dos Guararapes, em 1967, criaram as guerrilhas e tudo mais, mas acabaram derrotados.

Enfrentamos aquelas minorias que queriam o regime comunista, conseguimos manter o Congresso funcionando, com gente de oposição e da situação... com o bipartidarismo, representado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) — uma vez até um governador nosso disse que a Arena era o maior partido do continente — e a bem da verdade, o MDB aceitava a regra do jogo, e aqueles democratas do MDB, não digo esses extremistas de esquerda que procuravam e ainda procuram a revolução comunista de qualquer jeito, conseguiram sobreviver plenamente, se elegendo democraticamente.

Acabaram conseguindo com a eleição de Tancredo Neves, que também nunca teve nada de comunista. Era mineiro, conterrâneo meu, porque meu pai e eu somos de São João Del Rey e ele nasceu lá também – foi um homem que cresceu e

muito na época da Revolução; por uma coincidência muito grande, ele vinha a ser irmão da esposa de um militar, do Mozart Dornelles, que era capitão.

Quando o Getúlio assumiu, foi, através do Mozart Dornelles, que o Tancredo se projetou nacionalmente, entrando para a "turma", vamos dizer assim, que apoiava Getúlio Vargas, e com mais um detalhe, meu colega de turma do Colégio Militar, filho desse Mozart Dornelles, é, hoje, o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, cuja mãe ainda vive, mora lá em São João Del Rey, Dona Mariana.

Além dos Generais Mourão Filho e Carlos Guedes, quais, na sua opinião, foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

O Marechal Denys e o General Muricy estão na linha de frente do Movimento.

O General Médici, lá na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Meu pai, em seu livro, deu a um capítulo – esse aqui das páginas 36 e 37 – o título de "Começo do Fim", que, assim, se inicia:

"Pela madrugada chegou a notícia da adesão da Academia Militar das Agulhas Negras. Seu Comandante, o General Médici, colocara os cadetes em posição de combate nas elevações que cercam Resende para quem vem do Rio, interpondo-se entre as poderosas forças de Anfrísio da Rocha Lima e o II Exército que se deslocavam pela Via Dutra."

Esta decisão trouxe um reforço no ânimo das tropas de Minas Gerais. O General Médici não faltaria ao Brasil! Foi o Começo do Fim para os inimigos da liberdade e da democracia!

O General Justino – que contava, no seu Estado-Maior, com o Coronel Bandeira, que ascendeu ao generalato – exerceu um papel importante no Nordeste.

Então, temos vários líderes; lá em Minas, por exemplo, um dos primeiros a aderir ao Movimento, era deputado na ocasião, o Aureliano Chaves, que depois chegou à Vice-Presidência, o Pedro Aleixo, que foi Vice-Presidente e não deixaram ser presidente.

O próprio Milton Campos.

Milton Campos, o Afonso Arinos, José Maria Alkmin, somente citando os mais conhecidos de Minas.

No meio militar, temos o Costa e Silva. Há até uma passagem que relaciona meu pai ao Costa e Silva interessantíssima: quando o meu pai serviu em São Paulo, comandando a 2ª Região Militar, ele foi inaugurar a sede de uma CR (Circunscrição de Recrutamento) em Ribeirão Preto, se não me engano, a 5ª CR, com os jornalistas "em cima", porque ele tinha chefiado a Revolução, partindo de Minas, o que lhe trouxe muita admiração no seio de todo o povo paulista.

E, numa entrevista, perguntaram a ele: "General Guedes, qual foi a participação do General Costa e Silva na Revolução?" E, ao responder a pergunta, dentro dos fatos históricos, ele apenas falou assim: "No dia 2 de abril de 1964, como oficial mais antigo em função na ativa, no Rio de Janeiro – parece que ele era chefe do DPO (Departamento de Provisão e Obras) – ele assumiu o Ministério da Guerra". Então, o jornalista – olha o que é jornal, vamos ver, aqui, um exemplo – o *Estadão* ou seja o jornal *O Estado de São Paulo* colocou a seguinte manchete: "Guedes diz: Costa e Silva é revolucionário de 2 de abril."

Isso criou um atrito entre meu pai e o Costa e Silva, e entre este e o Kruel, que era o Comandante do II Exército, pois o General Costa e Silva era candidato a substituto do General Castello, auto-indicado de certa forma, mas a linha dura já estava naquele frenesi do AI-2.

Queria o Costa e Silva.

Exatamente. Após esta manchete, o Costa e Silva falou para o Kruel: "Tem que punir o Guedes". Ao que o Kruel respondeu: "Não, eu não vou punir, pois ele não fez declaração política, o que está proibido; ele fez uma declaração histórica, ele relatou um fato histórico". O Costa e Silva retrucou: "Ah, mas pegou mal." O Kruel já estava querendo "largar o barco", ele era quatro estrelas, dos mais antigos, tanto que foi candidato a deputado por São Paulo, pelo MDB, e foi eleito, poucas pessoas se lembram disso. No "frigir dos ovos", para resolver o impasse, o Kruel resolveu dar uma advertência reservada ao meu pai, para evitar declarações que pudessem ser confundidas com declarações políticas.

O que era para ser reservado, para conhecimento em boletim interno reservado, no dia seguinte estava na imprensa: General Kruel pune General Guedes por declarações etc. O Kruel em seguida se licenciou, se afastou, foi ser candidato pelo MDB, e meu pai assumiu interinamente o Comando do II Exército. São passagens que muito pouca gente se lembra.

Então, para citar os líderes, teríamos o próprio General Castello Branco, e agregados a ele aparecem elementos que eram do seu *staff*: o Golberi do Couto e Silva, com quem eu até servi em Belo Horizonte, quando ele era tenente-coronel e foi transferido para lá como castigo, do mesmo jeito que o General Mamede foi transferido para Corumbá, por causa daquele discurso à beira do túmulo do General Canrobert. Então são "pedaços" de história que se entrelaçam.

Conheci o então Tenente-Coronel Golberi quando eu era oficial do 12ºRI e fomos participar de uma competição entre as Unidades da 4ª Região Militar e da ID/4, como árbitros; inclusive, naquele tempo, um pedaço de Goiás pertencia à 4ª Região Militar, e tinha um quartel lá em Ipameri.

Então, além dos que eu já citei, inclusive os civis, tem mais esses. E, como eu já disse, a Revolução de 31 de Março de 1964, como revolução, como movimento, terminou em 15 de abril de 1964, quando o Congresso elegeu o Presidente Castello Branco; a partir daí, a condução foi dele.

Por isso que o General Bayma Denys, filho do Marechal Denys, diz muito bem que é preciso separar o Movimento armado, que eclodiu para impedir que a anarquia e o comunismo destruíssem o País, e a outra parte, após a eleição do Castello Branco, que aí já é movimento político.

Por isso é que insisto ser interessante ler o livro de meu pai, porque nele aparece por que é que o Castello foi eleito, foi escolhido Presidente, em vez de ser o Costa e Silva, que já estava na função praticamente, porque ele comandava o triunvirato que se fez, com o apoio do Lacerda na ocasião.

Então, por que foi o Castello escolhido e não o Costa e Silva, que acabou, depois, trabalhando para ser o substituto do Castello, apoiado pela linha dura. Então, esses são fatos históricos que aparecem muito bem narrados.

Poderia fazer uma breve síntese dessa parte.

Vou explicar o que aconteceu. No dia 4 de abril de 1964, as coisas aqui começaram a mudar, começaram a mudar exatamente com a assunção do comando do movimento pelo Costa e Silva, e o Governador Magalhães Pinto foi ficando incomodado, porque ele era o líder civil e estava até meio alijado; e o Costa e Silva com o apoio de Lacerda etc .etc.

Em face disto, Magalhães Pinto, acompanhado dos seus principais colaboradores – Monteiro de Castro, Alkmim, Pieruccetti e Clóvis Salgado – veio com o meu pai aqui nesse quartel, no Gabinete do Ministro da Guerra e foram recebidos pelo então General Costa e Silva. E, para surpresa dele, dos seus amigos, e do meu pai, que acabou tendo um bate-boca com o General Costa e Silva, recebeu o Magalhães Pinto quase com o dedo em riste, com o dedo no nariz:

"Não admito movimento separatista." Como se Minas quisesse realizar algum movimento separatista. E o Magalhães optou, vamos dizer assim, por fazer uma gozação: "Pensei que estava agradando, estou desagradando." Quer dizer, ele veio aqui, ao Rio de Janeiro, para ver a evolução do Movimento e, na realidade, foi surpreendido com a forma como o General Costa e Silva tratou ele e todos. Ao deixarem Costa e Silva, após a malsucedida entrevista, Magalhães disse a meu pai: "General Guedes, parece que estão aborrecidos porque fizemos uma revolução e fomos vencedores".

Após uma reunião em que vários governadores, por sugestão de Carlos Lacerda, indicaram para Presidente da República, o General Castello Branco, 18 generais adotaram a candidatura Castello, aprovando a indicação dos governadores.

Nessa conversa de generais, ficou deliberado que o nome do General Castello Branco seria o indicado, e um dos Geisel, não tenho como dizer agora qual – ficou encarregado de dizer ao General Costa e Silva que, se ele quisesse, poderia continuar Ministro, ou seria afastado, porque o presidente escolhido pelos generais era o General Castello Branco, um homem acima de qualquer suspeita, um homem conhecido nacionalmente, um homem que passou grande parte da vida militar, como dizia meu pai, no tablado, porque foi instrutor da Escola Militar, da EsAO, da ECEME.

De seus dotes intelectuais, ninguém duvidava. Inclusive não tinha vocação nenhuma para ditador, por isso ele foi para a reserva, quis se desvincular da farda para assumir a Presidência da República, fato resultante de um movimento em que ele participou efetivamente, apesar de não ter sido conspirador, mas, que, por posição tomada como chefe do EME, colocou o "pescoço na guilhotina", se tivesse acontecido uma vitória do outro lado.

No livro de meu pai, a escolha de Castello Branco está bem explicitada, com todos os pormenores para quem quiser saber mais a esse respeito.

Com a escolha e ascensão de Castello, se inicia a fase da Revolução que podemos denominar de fase política que deu seqüência à fase do Movimento armado que, como mostrei, terminou em 15 de abril.

Castello passou o bastão para Costa e Silva, que tinha características diferentes do seu antecessor. Quem conhece um e conhece o outro sabe que Costa e Silva era exatamente o contrário do Castello Branco. Vamos fazer uma comparação: se o Castello Branco fosse do PSD da época, o Costa e Silva seria da UDN.

Do mesmo jeito que, depois que ele adoeceu, tendo de deixar o Governo, entrou o Médici, que era apolítico, entrou para "descascar o abacaxi" que lhe tinha sido deixado de herança, pelo aumento impressionante da subversão, com as guerrilhas funcionando etc. Ele pegou o "osso duro de roer".

Hoje, se fala muito em repressão, mas só houve repressão porque a esquerda, que tinha sido levada à "nocaute", sem mortes, sem nada, começou a matar, a roubar, a assaltar, e quem foi consertar isso, derrotar esse foco, foi o General Médici, que teve o cuidado, quando saiu, de colocar novamente no Poder um homem que ele dizia que era da linha do Castello.

Quando fui comandado do Coronel Lauro Rocca Diegues, na época em que servi no 2º BC – 2º Batalhão de Caçadores, em São Vicente/SP – escutei, num telefonema do Coronel Diegues para o General Médici, que era o Comandante do III Exército, ele dizer: "Não, mas tem que aceitar." Porque o General Médici não queria aceitar a Presidência, ele foi quase que por exclusão, outros queriam e ele não queria, então acabou sendo ele.

Assumiu, essa é a verdade, como uma missão. O Coronel Diegues, depois, passou o comando do Batalhão e foi para a Casa Militar do General Médici em Brasília.

O Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma revolução ou uma contra-revolução?

Lá em Minas, nós usamos a expressão Movimento Democrático de 31 de Março de 1964, essa é a nossa realidade. Seria uma contra-revolução da revolução que a esquerda estava pretendendo fazer, foi uma antecipação, foi a saída na frente daqueles que estavam querendo comunizar o País e nós evitamos.

Quando fui chamado, participei, ajudei, sempre dentro de uma linha que era a defesa da democracia, exatamente a linha que levou Minas Gerais a desencadear o movimento – povo e Forças Armadas unidos.

Quais foram os principais acertos da Revolução?

O desenvolvimento do País foi enorme. É só ver como eram os transportes, as comunicações, as fontes de energia naquele tempo e como se apresentavam no final do período dos presidentes militares. Apesar de todos os percalços, apesar dos erros e acertos, o que se faz hoje é fruto do que se fez durante vinte anos, de 1964 a 1984.

O desenvolvimento foi extraordinário, e talvez não tenha sido melhor, porque o próprio General Geisel, com aquele espírito dele, não digo nacionalista, mas corporativista, atrasou muito algumas coisas; estou numa área, hoje, ligada ao álcool como combustível, que atrasou demais, porque não se quis mexer como se devia, para não se mexer com a estrutura da Petrobras, à qual ele era ligado por uma série de motivos.

Então, são problemas... Essa reserva que se fez da informática, por exemplo, atrasou muito o nosso desenvolvimento. Tanto que, hoje, quando se fala que o Collor abriu as fronteiras para entrada de mercadorias de tudo que foi jeito, se viu, também, que não era "nem tanto ao mar e nem tanto à terra". Nós não estávamos preparados para isso...

Houve problemas que não se pode questionar, mas o desenvolvimento, a mudança, que a Revolução imprimiu, foi da água para o vinho.

No que tange à autoridade exigida a um presidente, João Goulart teria sido um fantoche?

Teria sido não, foi um fantoche. A autoridade estava totalmente desacreditada. O que o pessoal queria era exatamente um presidente com autoridade, e o Castello tinha todas as condições, e teve todo o apoio da população. Perdeu-se, meu pai dizia, uma grande oportunidade para se consertar o País, porque ele se autolimitou.

Quando se fez o Movimento era para se ter um presidente que, além de acabar com o perigo da comunização, e colocar o País em ordem, fizesse novas eleições. Não

se podia dizer que seria em um, dois, três ou quatro anos, mas era para ser um chefe revolucionário que, a partir de 15 de abril, se encarregasse dessas funções. Era para ele assumir e programar as eleições, mas aquele temperamento dele, aquele apego à Constituição, apego à democracia...

À legalidade.

Para não parecer um ditador sul-americano, que ele tinha horror a isso, ele acabou, contra a vontade, assinando o AI-2. Eu era capitão, fazia a EsAO, e na ocasião vi o movimento que se fez na Vila Militar, ele chegou a ser ameaçado, esteve a ponto de sair se não assinasse o AI-2. Constrangido, ele assinou o AI-2, a bem da verdade.

A partir daí, quem assumiu o comando, praticamente, foi o Ministro da Guerra, – o Costa e Silva – que foi, depois, sacramentado pelo Congresso como o Presidente da República seguinte.

As coisas começaram a cair em descrédito, começou a haver o movimento de esquerda, o apelo à luta armada; hoje, fazem de Marighella e Lamarca, verdadeiros heróis. Eu era capitão, servia em São Paulo, vi o que Lamarca fez, acompanhei de perto; hoje, fizeram um filme, no qual ele é transvestido em "mocinho", apesar de ter sido um assassino frio, um bandido vil, que o tempo todo traiu o Exército e a Pátria.

Traidor, desertor, é da minha turma, turma de 1960. É um elemento, extremamente mal-agradecido, que muito se locupletou do Exército, alegando dificuldades financeiras para subsistir, o que começou desde cadete e perdurou até capitão, quando desertou, traindo seu Comandante – Coronel Antonio Lepiane – que muito o apoiou no 4º RI, em Quitaúna.

É aquilo que o meu pai falava: "Daqui a trinta anos, dentro da rotatividade de poder, as forças de esquerda, possivelmente, estarão no Poder, e vocês vão ver o que é que terão de fazer." Meu pai acertou e, em 1995, os esquerdistas estavam no Poder, elogiando os Marighellas e os Lamarcas, distorcendo a verdade, mudando a história com versões mentirosas... essa é a realidade!

Recentemente, recebi a última revista do Clube Militar, que mostra uma palestra de um coronel que fala sobre isso, inclusive alude a todos os que foram assassinados por terroristas aqui no Rio de Janeiro, civis e militares, como eu assisti, não no Rio, mas em São Paulo, assisti não, estava junto. Comigo aconteceram fatos interessantes, inclusive na época em que servi no 2º Batalhão de Caçadores (2º BC), em São Vicente, quando o Lamarca foi cercado em Registro, e comandava a Grande Unidade de Artilharia de Costa e Antiaérea, lá em Santos, o General Paulo Carneiro Thomás Alves, responsável pela defesa interna de toda aquela área.

Quando se plotou o Lamarca, o BC, unidade operacional de Infantaria, foi para o local, mas nós éramos do grupamento de incorporação A e, por problemas de licenciamento da tropa, as unidades do grupamento de incorporação B, entre elas uma de Artilharia, é que foram nos substituir lá no Vale do Ribeira. Quem estava no comando da Artilharia na Baixada Santista era o Paulo Carneiro Tomás Alves, e quem comandava o Regimento de Itu era o Coronel Leônidas Pires Gonçalves, sendo até numa viatura da unidade dele que o Lamarca acabou escapando, com um tenente e um sargento, numa viatura de rancho, isso já é história sedimentada. Então, são fatos, e o pessoal, na ocasião dizia: "Puxa, mas tiraram a tropa de Infantaria, que era preparada para isso, e colocaram uma tropa de Artilharia".

O General Paulo Carneiro Tomás Alves era, portanto, o Comandante da Grande Unidade que o senhor comandou recentemente, ele fez questão de transferir o QG de Santos para o Vale do Ribeira, o boletim era "rodado" lá no campo, tudo saiu do Quartel-General e foi para lá, para pegar o Lamarca, mas acabou dando no que deu – o Lamarca escapou e ele deixou de ser promovido, mas isso é uma outra história.

Por que os sucessos da Revolução não são divulgados pela imprensa atual? É o "revanchismo"?

É o "revanchismo". Aquele artigo, que eu apresentei, publicado no *O Globo* e transcrito no *Jornal do Brasil*, mostra, perfeitamente, as distorções da imprensa, sendo que, hoje, todos esses órgãos de comunicação procuram propositadamente modificar a história, criar situações diferentes da realidade, além de omitir todos os fatos positivos relativos à Revolução e às Forças Armadas. Esta é uma preocupação da imprensa em geral.

O primeiro governo civil, que foi do Sarney, que era da Arena, que era um elemento do PDS, e depois mudou para o PMDB para poder ser candidato a vice, ele sempre apoiou o Movimento de 1964, não admitindo participar da farsa.

Como também o próprio Antônio Carlos Magalhães, pois eu servia em Salvador na época em que ele era governador, eu tinha sido transferido de Santos para lá, inclusive assisti às atividades de perseguição ao Lamarca na Bahia.

Quando cheguei em Salvador como Oficial de Operações do 19º BC, estava empenhado na captura do Lamarca que andava por lá já meio acuado. Depois que o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) foram embora, ficou lá o então Major Nilton Cerqueira, que era o Oficial de Operações da 6ª Região Militar, cujo Chefe do Estado-Maior era o Coronel Rebuá, e

o Comandante do Pelopes (Pelotão de Operações Especiais),que era um tenente pára-quedista, Hallier, com a sua tropa. Nós até dizíamos que eles eram "secretas portugueses", pois estavam em uniformes de cangaceiros, mas com armamento nosso. Eles fizeram o rastreamento do Lamarca e o encontraram.

Sei exatamente como é que foi, como aconteceu, como se chegou ao Lamarca; assisti até o próprio Nilton Cerqueira ser agraciado com a Medalha do Pacificador com Palma, com os sargentos que participaram da operação que acabou com o Lamarca, lá no sertão da Bahia.

Quer dizer que, na verdade, quem acabou com o Lamarca foi o próprio Exército que ele traiu e do qual desertou levando suas armas.

Foi o próprio Exército, foi o Pelopes do 19º BC, comandado pelo Grande Comando da 6ª Região Militar, através do seu Oficial de Operações, que era o então Major Nilton Cerqueira, com o grupo de apoio dele lá da 3ª Seção.

Isso se deu depois que todo mundo foi embora, já tinham desistido de encontrá-lo, porque ele se escondia bem. Adotou-se, então, a mesma tática do Lamarca, ou seja, usou-se o pessoal baiano, preparado para operação na caatinga. Tanto que depois apareceu mochila, apareceu uniforme de caatinga etc., como lá em Minas, existe o de montanha.

Então, o Nilton, com essa tropa, foi indo, foi indo, e acabou pegando o Lamarca, em um momento já de aniquilamento total do pessoal que o acompanhava.

O Nilton Cerqueira e eu fomos contemporâneos do Colégio Militar, eu era do 1º ano e ele do 4º ano ginasial. Quando eu cheguei ao 4º ano ginasial, ele estava no 3º científico, e fomos diretores da Sociedade Literária do Colégio Militar, onde tivemos muito contato. Posteriomente, nos encontramos na Academia (AMAN), ele terceiranista, eu primeiranista; depois, só voltamos a nos cruzar, lá em Salvador.

Exatamente como e de que jeito o Lamarca morreu, me foi dito pelo próprio Cerqueira e pelo Hallier. Quem encontrou o Lamarca encostado na árvore, com o fuzil do lado, foi o Nilton Cerqueira. Ele apenas perguntou: "Você é o Lamarca?" O Lamarca fez menção de pegar o armamento e o Nilton não deixou, parou ali, acabou ali. O valente alagoano Major Nilton Cerqueira disse-me: "Encerramos, naquele momento, uma seqüência de crimes hediondos que vinham sendo cometidos por ele. Vivo, vai seqüestrar mais embaixadores, vai assassinar mais inocentes, vai enlutar outros lares brasileiros". Esse é o jeitão dele, a maneira de ele agir; ele decidiu naquele momento.

"Quer dizer, era ele ou eu, porque, se eu hesitasse, daria tempo para ele pegar e atirar contra mim; então, não teve conversa, ali mesmo liquidou-se o problema." Isso ele me contou assim que retornou.

Lamarca foi o responsável pela morte do Tenente Mendes, lá em São Paulo, a coronhadas, covardemente.

Foi pior. O tenente que ele matou, além das coronhadas na cabeça, foi amordaçado para que ninguém ouvisse seus gritos, todas as unhas arrancadas, e mais, quando eu comandava a Companhia Comando da 2ª Região Militar (Cia/QG 2ª RM) , aquele episódio do Soldado Mário Kozel Filho, que morreu na guarda do Quartel-General do II Exército, no Ibirapuera, aquilo foi uma viatura com munição que o Lamarca mandou jogar contra o muro da 2ª Região Militar que, até hoje, ocupa o mesmo quartel no lado atingido. Os vidros lá de casa, que ficava nos arredores, quebraram, em conseqüência das explosões.

Vivi uma época de guerra em São Paulo, que era terrorismo mesmo, da gente sair na rua e não saber se voltaria; eu vivi isso. A minha filha tinha que ser levada ao colégio e apanhada no término das aulas, minha mulher não a largava. Uma ocasião queria que ela mudasse de lá por causa dessas ameaças, telefonemas etc. O terrorismo funcionava a todo vapor na época de Marighella, de Lamarca e de outros tantos que andaram por aí.

E, hoje, só havia santos, e nós é que somos os torturadores. Implantaram a luta armada para criar o regime totalitário sonhado por eles, obrigando-nos a enfrentá-los. E o fizemos com inteiro sucesso. Essa é a verdade!

Hoje, dizem que lutavam contra a ditadura, que eu canso de dizer que não era ditadura. Era um governo eleito pelo Congresso, que, por sua vez, era eleito pelo povo. Eles lutavam contra nós, não pela democracia, como cinicamente dizem, mas para implantar, eles sim, uma ditadura semelhante à de Fidel Castro, que eliminou 17 mil cubanos...

Dizem que a esquerda partiu para a luta armada porque nós não lhe demos oportunidade para defender suas idéias. O que acha dessa estória?

Nada disso. A esquerda começou esse movimento porque foi apanhada de "calça curta" pelo Movimento, que volto a dizer, começou em Minas, foi uma surpresa; talvez tivesse sido o lugar que eles não esperassem jamais que ali começasse a nossa resposta, mas, ali, se encetou, desmoronando o esquema comunista. Naquela oportunidade, eles não tiveram poder de reação, não puderam se organizar. Tentaram, depois, o revide, através da luta armada e foram, novamente, derrotados. Por isso, hoje, inconformados e politicamente por cima, só pensam em vingança.

Em Minas, por exemplo, quase todos os elementos de esquerda foram presos antes, no dia 30 de março de 1964, pelo pessoal da Polícia Civil, que também já estava entrosado, já tinha o endereço de cada um dos líderes, que foram tirados

de circulação. Saímos, como já disse, em direção ao Rio de Janeiro e a Brasília, em duas colunas de marcha, e, depois, o que se fez pelo País afora, foi problema de cada área.

Para o revide, para a reorganização, vieram recursos – o próprio Fidel Castro chama o Brizola de *El Ratón*, porque mandou muito dinheiro para ele, dinheiro que não foi todo empregado na luta armada como previsto. Isso era voz corrente e a voz do povo é a voz de Deus!

São coisas, entretanto, que o tempo apaga. Brizola, quando foi eleito a primeira vez, aqui no Rio, foi um dos cabeças do "revanchismo" contra o Movimento de 1964, essa é a realidade. Agora, me desculpem os cariocas, mas quando o elegeram pela segunda vez é porque gostam de sofrer. Ele conseguiu acabar com o Rio, está difícil de consertar. Todos os que foram eleitos no Rio eram do Partido dele, mas todos acabaram brigando com ele. Estou para ver um com o qual ele não tenha brigado, o Marcelo Alencar, o Saturnino Braga, o César Maia e o último foi o Garotinho. Agora, ele está incensando o Itamar Franco, em Minas.

A batalha da comunicação social nós perdemos ou, dela, não quisemos participar? O próprio Castello Branco não gostava de propaganda, não queria que, no Governo dele, tivesse um DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), como o criado por Getúlio Vargas.

O Castello Branco assumiu a Presidência como se tivesse cumprindo uma missão; acabou a missão entregou. Ele não tinha preocupação em mostrar o que estava fazendo e o que não estava.

Então, a imprensa não tinha e também não ganhava verba de publicidade, o que hoje é muito comum: comunicação favorável vem do dinheiro. Hoje, solta-se o dinheiro e a mídia apóia com grande empenho. Naquele tempo, não havia essa preocupação, principalmente, como eu disse, no Governo Castello Branco, que era avesso a todo tipo de publicidade.

A imprensa acabou dominada pelo pessoal de esquerda, que procurou, sempre que possível, detratar os governos militares, o que se prolongaria, apesar da abertura.

E da anistia ampla, geral e irrestritíssima...

No próprio meio militar, na época do Geisel, tivemos os problemas dos generais Frota e Hugo Abreu, este mineiro, morador de Juiz Fora. Eram coisas que não precisavam ter acontecido e que só aconteceram por causa do primeiro erro do qual já falei.

O certo é que a Revolução de 1964 não produziu nem mortos, nem feridos, mas os derrotados em 1964 partiram para a luta armada, através de dezenas de

organizações extremistas, como a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN) que quiseram retomar o Poder pela força.

A imprensa tratou de distorcer as coisas e criou esse fosso, esse abismo; hoje, tem muita gente que nem sabe o que foi o Movimento de 1964 e do jeito que foi; parece que houve uma quartelada, um movimento imposto, sem apoio popular, quando se deu exatamente o contrário, o movimento saiu das ruas atendendo o pedido, volto a frisar, o pedido dos civis para que o Exército interferisse, de modo a impedir a desagregação que estava levando o País à comunização.

A imprensa, hoje, trata a Revolução como um golpe, que não saiu do povo etc. É uma orquestração, uma repetição permanente. A verdade poderá prevalecer mais tarde ou será difícil?

Não sei quanto tempo vai demorar, pois esse negócio de história é tão relativo, que hoje vemos certos historiadores e até movimentos dentro da imprensa que contestam Tiradentes, o Patrono Cívico da Nação brasileira. Veja onde chegamos!

Acho que ainda está muito recente, por isso é que julgo muito importante esse trabalho que vocês estão fazendo de colocar os "pingos nos is" com relação à Segunda Guerra Mundial e ao Movimento de 1964. É muito importante também a leitura atenta desse livro do meu pai, porque mostra os fatos da maneira como se desenrolaram realmente.

Tirem as conclusões que quiserem de certos conceitos que ele emite, vejam alguns problemas pessoais interferindo na condução de alguns capítulos, mas, "preto no branco", analisem o início da Revolução, do Movimento, a maneira como foi feita e por que se chegou a ter o êxito que se teve, que é, no final das contas, o importante, para saber exatamente como começou e não como terminou.

O início do Movimento, o porquê do seu desencadeamento, as necessidades que o povo sentia e o grande desenvolvimento que os presidentes militares trouxeram ao País. A verdade sobre tudo isso é que é preciso dar a conhecer aos brasileiros, principalmente aos jovens que não viveram as décadas de 1960 e 1970.

O AI-5 foi necessário?

Foi mais do que necessário, foi uma solução de momento imprescindível, porque as forças já estavam em campos bem definidos, havia uma guerra interna, uma guerrilha ativa, uma guerrilha que estava usando até os meios de comunicação e o próprio Congresso para deturpar os fatos; então, precisava de um regime de exceção, para poder dar força ao processo revolucionário, dar força ao governo.

Isso até reforça a sua tese de que nunca houve ditadura, passou a ser momentaneamente, porque era tão brando o regime que eles chegaram onde chegaram.

Exatamente. Era uma ditadura que tinha *Pasquim* circulando, jornais circulando, justiça funcionando sem restrição, tinha o Congresso, eleição de governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores. Que ditadura é essa?!

Aquele problema do Márcio Moreira Alves, que "desaguou" no AI-5, podia não ter acontecido se as condições fossem diferentes, mas foi mais uma "pontada", além das que já haviam sido dadas pelas armas – assaltos, assassinatos, explosões de bombas, atentados, ações criminosas de todo o tipo com uso de força. Então, foi uma solução realmente de momento, que não precisou haver em 1964, porque a esquerda não estava tão articulada como achava que estava, achava que ia tomar o Poder sem maiores problemas. A partir de 1968, eles decidiram agir pela força para tomar o Governo e se juntaram, se mobilizaram em força contra o Governo.

Caso não se tomasse uma providência daquele tipo, como se manteria a governabilidade? Acho, então, que foi extremamente necessário o AI-5 ou qualquer outra medida que permitisse colocar "ordem na casa", seja com que designação fosse.

Qual a sua opinião sobre a criação do SNI (Serviço Nacional de Informações) e dos DOI (Destacamento de Operações de Informações) que atuaram na linha de frente contra os terroristas?

O SNI era tão necessário que, com a sua extinção pelo Governo Collor, ficou evidente que fazia falta; todos os países do mundo têm um serviço de inteligência que procura fornecer as informações e os dados imprescindíveis às decisões governamentais, orientando o Governo quanto aos anseios da população e dos movimentos contra a consecução dos objetivos nacionais e de governo.

O SNI não era um órgão de repressão, era um órgão de informação; se houve algum exagero, fica por conta de quem talvez não estivesse preparado para desempenhar uma função de tanta relevância, fica por conta de algum elemento que tenha extrapolado nas suas atribuições, tentando consertar, à sua maneira, aquilo que estava sendo feito para impedir o cumprimento das missões: eles fazem isso conosco, vamos fazer com eles.

Quanto aos DOI, eles podem ter extrapolado em alguns lugares, mas eram necessários, eram órgãos de informação que tinham que ser estruturados; onde houve tortura poderia não ter havido, uma vez que nunca existiu nenhuma diretriz nesse sentido, ao contrário. Quando se falou, com toda razão, em matar para não morrer falou-se em matar mesmo e não torturar, como alguns revanchistas notórios, já bem conhecidos, querem, hoje, fazer crer.

E vou dizer o seguinte: por que o movimento de esquerda, quando vence, permanece mais tempo? Não é porque faz democracia, é porque ele mata os opositores, e o nosso Movimento, não digo que tenha sido de direita, porque eu nunca fui direita, meu pai nunca foi direita, apenas não queríamos a comunização do País.

Quando comandei a Companhia de Comando da 2ª Região Militar, aconteceu um fato que mostra um certo destempero, vou citar rapidamente: Nas vésperas de eu passar o comando da Cia Cmdo da 2ª RM, um oficial, Tenente Rodrigues, meu subcomandante, foi fazer uma "paquera" na Rua São João.

Quando ele estava paquerando, um carro veio e deu uma batidinha no carro dele, pela retaguarda, e aí começou a briga. Ele, tenente subcomandante, talvez entusiasmado, ligou para o corpo da guarda da Companhia e acionou uma patrulha para ir lá. Essa patrulha foi, pegou o rapaz que tinha batido no carro dele e fizeram algumas boçalidades com ele.

Não tinham que ter prendido, não tinham que ter envolvido tropa. Ele, para castigar, por causa da batida, cometeu umas barbaridades, que nem vêm ao caso aqui, e foi embora, e os sargentos e os soldados acabaram torturando esse rapaz, sem razão.

No dia seguinte, na passagem de comando, estava o fato consumado. Comandava a Região o General Vicente Dale Coutinho, depois foi Ministro do Exército, e o Chefe do Estado-Maior era o então Coronel Confúcio Danton de Paula Avelino; o comandante que foi me substituir, eu já era major, ele era capitão, era o Valter Rocha, meu companheiro de turma e muito ligado ao Coronel Confúcio. Então, o que é que se fez? Prendeu-se o tenente e se fez um inquérito. Para simplificar: os sargentos e os cabos foram punidos e o tenente foi preso, condenado, e acabou se suicidando, porque a pressão contra ele foi forte. Todos os seus superiores ficaram indignados com aquele procedimento.

Por uma coisa boba, um choque de pára-choques, desencadeou-se um processo de tortura em uma pessoa, que resultou na punição de todos os envolvidos porque tiveram um comportamento inaceitável, e o tenente acabou suicidando. Foi condenado com pena superior a dois anos e suicidou. Só abordei esse acontecimento para mostrar que a tortura, às vezes, começa de modo inexplicável.

Outro dia, o Professor Olavo de Carvalho fez um artigo no *O Globo* mais ou menos sobre isso, mostrando que a tortura, às vezes, pode advir de um fato à toa, o que não significa que ela, por isso, deixe de ser condenável.

É o que às vezes acontece em favelas, nesses linchamentos, o criminoso estuprou uma menina; de repente, as pessoas vão em cima dele, começam a linchá-lo, e

acabam matando – é uma reação de revolta. A tortura, no quadro do terrorismo, pode surgir devido ao ódio contra aquele indivíduo exatamente pelo que ele fez.

Então, houve exagero, houve quem extrapolasse nesses DOI/CODI, por falta de preparação, naquele escalão mais baixo, para o poder que lhe era conferido, julgando-se o "dono da verdade", entendendo poder fazer o que quiser, por ter raiva de determinado elemento, porque fez isso, fez aquilo, sobretudo contra um amigo seu.

Talvez, a descentralização tenha levado a isso, porque deu poder a quem era muito novo, imaturo etc.

Não se pode esquecer que muitos terroristas com os quais nos defrontamos, como Carlos Lamarca, foram torturadores frios, além de terroristas, que atuavam contra pessoas indiscriminadamente, e estão sendo indenizados pelo Governo FHC com o nosso dinheiro, com o dinheiro da Nação, prática que se instituiu a cargo de uma Comissão fajuta.

A Revolução demorou-se muito à frente do País? Qual a sua opinião a respeito?

Quando começou não tinha prazo para terminar. Era para ser no prazo possível de evitar a comunização do País, atuando para que a democracia fosse preservada. Se demorou, foi porque novos problemas surgiram, criados por parte da esquerda que se voltou para a luta armada.

Demorou vinte anos e com presidentes que, praticamente, não tinham nada a ver um com o outro, essa é a realidade. Se tivesse havido um só, por isso volto àquela origem, em que meu pai criticou o General Castello Branco. Se tivesse sido ele, em cinco anos no máximo teria feito a convocação geral de eleições, com todo mundo concorrendo, acabou, pronto. Desta forma, não teríamos ficado tanto tempo expostos.

Mas o General Castello não quis e, mesmo que quisesse, os extremistas, provavelmente, não deixariam, porque partiram para a luta armada quatro anos após o início da Revolução, durando na ação até 1973, quando foram definitivamente derrotados.

Por que se deu a abertura política? A conjuntura internacional a acelerou?

Não. O Médici, quando saiu, quis devolver o Poder à turma do Castello. O Geisel era da turma do Castello, sempre foi muito ligado a ele.

Quando o Geisel assumiu o Poder, sentiu que estava na hora de acabar com o movimento, não com o Movimento de 1964, mas com o que tinha se iniciado com o Governo do Castello, em 15 de abril; então, se propôs a fazer a abertura, a

fazer a redemocratização plena, inclusive se opôs que viessem depois dele o Sylvio Frota, bem como o Hugo Abreu, daí a briga com ambos.

Ele escolheu o General Figueiredo, optou por um vice-presidente civil, que era o Aureliano, e tudo nos fazia crer que seria o homem indicado para ser o primeiro presidente civil a partir de janeiro de 1985. Mas houve o episódio da operação do Figueiredo, e a imprensa deturpou certas declarações, além de algumas atitudes do Aureliano, que contrariaram o Figueiredo em alguns aspectos. Por exemplo: aquela expulsão dos padres, que era só assinar, ele não quis fazê-lo, mandou abrir um novo processo na Justiça, quando já estava tudo resolvido. Esse foi um dos fatos que os afastou.

Todos sabiam que o Figueiredo era "estopim curto", então começaram a dizer para o Figueiredo que o Aureliano o estava chamando de preguiçoso, que ele ia às 6h da manhã lá para o palácio, e o Figueiredo nunca chegava antes das 10 e começaram os "disse-me-disse"; isso criou uma incompatibilidade entre o Figueiredo e o Aureliano. Tanto que, na época, no palanque durante as solenidades, aparecia o Figueiredo virado para um lado e o Aureliano para outro, os dois nem mais se cumprimentavam...

Isso foi muito explorado e inviabilizou a candidatura Aureliano; daí, veio o Andreazza, acabou aparecendo o Maluf, e aí degringolou tudo. O Tancredo Neves foi para o PP (Partido Popular), criou o PP, depois voltou para o PMDB, a fim de ser o candidato; o Sarney saiu da Arena foi para o PMDB, e formaram a chapa de oposição para as eleições indiretas. Essa é a história.

Havia condições de o Presidente Figueiredo dar continuidade ao processo revolucionário, ou os resultados econômicos e a sua atuação política desgastaram a imagem da Revolução?

Isso é uma opinião minha, já não é influência de ninguém, nem do meu pai, que, nessa ocasião, já havia falecido, ele morreu na época em que o Geisel era Presidente. Mas o que aconteceu com o Figueiredo foi o seguinte: tenho alguns amigos que já fizeram essa cirurgia de safena; naquele tempo, era pior do que hoje, mas mesmo assim existem certas mudanças que se passam na personalidade da pessoa.

Alguns amigos que fizeram essa cirurgia dizem que o pós-operatório é traumático, aliás aquela expressão que o Figueiredo usou: é como se passasse um trem, um caminhão, um trator em cima, permanece válida. Até hoje é assim. E além disso, existem aqueles pontos que ficam e têm ligação com outros; sei que começa a despencar aqui, começa despencar ali, faz-se necessárias algumas reparações, deixando a pessoa muito vulnerável.

Quando o Presidente Figueiredo voltou, ele era sobrevivente de uma cirurgia que hoje é muito comum, mas naquele tempo era complicadíssima, tanto que ele foi para Cleveland. Então, a cabeça dele mudou, o que ele queria era ficar livre daquele encargo pesado, para poder ter sossego e repouso.

Não queria também renunciar, entregar para outro, porque achava que tinha uma missão a cumprir e existe a turma também que dá apoio, que sustenta: não, tem que continuar, tem que levar adiante; quando, se fosse um general da ativa, ele seria, em princípio, afastado do serviço, essa é a realidade.

Mas, como presidente, foi contemporizando, delegando poderes aos ministros, delegando funções, foi aceitando a nossa situação e, no final, ele não queria mais se envolver; então, ele não se sentiu mais em condições, o que ele queria, aqui para nós, era a sua sobrevivência – humana, pessoal, física.

A duras penas, continuou até entregar, e, na hora de entregar, aquela célebre frase: “Eu quero que me esqueçam”. Ele vai para o sítio do Dragão, vai levar a vida dele, esquecido, como ele desejava. Tudo isso fruto, ainda, do trauma da cirurgia.

A partir de 1985 e contra a vontade da esquerda, quem continuou governando o País foi um homem tido de direita, que era o Sarney, que significava uma continuação daqueles governos militares, agora chefiado por um civil. Por quê? Porque o de oposição, que teoricamente seria o Tancredo, não teve condições de assumir, então, a dobradinha que eles fizeram, Arena e MDB, virou PMDB na ocasião, porque o Sarney saiu da Arena. Não foi o Tancredo, que pelo menos não tinha nada de comunista, nem era de esquerda, essa é a verdade, mas que não governou. Então, foi completamente diferente o desfecho do quadro sucessório. E o Sarney, por sua vez, chegou a um lugar que nunca esperou chegar.

Ele ficou ali, a inflação subiu assustadoramente, os ministros que foram escolhidos pelo Tancredo continuaram como ministros, ele simplesmente assumiu, sentou lá, e cumpriu o mandato dele. Tanto não agradou que, quando chegou ao fim do Governo, a inflação chegara a oitenta e tanto por cento, e elegeram o Collor, que era desconhecido; a minha falecida mulher, nascida e criada em Alagoas, sabia que ele era um louco, que tinha sido viciado em drogas e outras coisas mais, e que não era honesto, mas conseguiram fazer a mídia trabalhar para não ser o Lula.

E o Collor, primeira eleição direta, veio com toda a força... Do mesmo jeito que o Castello quando assumiu, que estava com todo o apoio, é só lembrar aquela campanha do “ouro para o bem do Brasil”, todo mundo participava.

A diferença é que Castello consertou o País em pouco tempo, restabeleceu a autoridade, que não existia mais etc. enquanto o Collor foi um desastre, come-

çando por confiscar a poupança dos brasileiros, meteu os pés pelas mãos... e foi posto para fora.

Faço aqui um parênteses para contar um episódio da vida do Tancredo, que quando converso com os políticos em Minas, ligados a ele, todos reconhecem. Foi em 1960, o Tancredo era candidato a governador e estava com a eleição garantida, quando houve uma dissensão política de um partido, o PR, que apoiou o Magalhães Pinto, e na virada, no último mês, praticamente, na última semana, o Magalhães virou e o Tancredo ficou sem emprego, sem dinheiro, gastara tudo nas eleições, e sem poder.

Não tinha nem para pagar a dívida, tanto que lá existe uma piada que diz que o Tancredo perdeu na mineira, a loteria mineira, e ganhou na federal, porque, com a renúncia do Jânio, seis meses depois, assumiu o cargo de primeiro-ministro e passou a ser o homem do dinheiro. E, a partir daí, a liberação de verbas era com ele. Então, não preciso nem me alongar.

A queda do muro de Berlim e o término da bipolaridade, com o esfacelamento da União Soviética, acabaram com o comunismo ou ele continua presente?

O comunismo, como nós conhecíamos, e o principal inimigo, que era a Rússia, se enfraqueceram com a queda do muro de Berlim. Hoje, temos outras potências que estão aí emergindo, como a China e a própria Coréia do Norte, que estão fazendo os tais governos híbridos, áreas de capitalismo em regimes comunistas.

Um ex-adido militar na China, o General Fernando Cardoso, que comandou a 4ª Brigada de Infantaria, realizou palestras para nós em Belo Horizonte, mostrando-nos que a China não tem condições de sair do comunismo, porque é um país que, apesar das dimensões físicas, tem pouquíssima área aproveitável, uma gigantesca população e o pessoal está acostumado com aquilo ali. Ele, como adido militar, não podia visitar áreas que não fossem monitoradas.

A mudança dele para lá foi um caos, a melhor área residencial era a dos diplomatas, que lá em Minas comparamos ao conjunto do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – já extinto), que é um conjuntinho de classe média, construção simples, apartamentos simples, tipo de construção do BNH.

Como é que se distribuía trabalho e serviço? Quando chegou a mudança, em caminhão aberto, o pessoal que chegou desceu do caminhão, desceu a mobília, colocou no chão, e para eles acabou o serviço; aí, vinha uma outra turma e subia com a mobília, era para dar trabalho para mais gente. Ganham uma ninharia, coisa de dez dólares por mês.

Quando acontecia, por exemplo, de cair uma árvore, você não podia reclamar com ninguém, tinha que falar com o chefe de quarteirão, que acionava um elemento,

que vinha cortar os galhos da árvore, e deixava ali, para uma outra equipe preparar as toras para colocar no caminhão, depois, vinha uma outra equipe e levava embora.

Surgia um problema de encanamento na sua casa, tinha um bombeiro em frente, mas você não podia chamá-lo, tinha que informar o chefe de quarteirão para que ele providenciasse a reparação. Quando era pintura, um vinha preparar a parede e ia embora; depois, chegava outro para pintar.

Era tanta gente precisando trabalhar que, no frigir dos ovos, ninguém ganha praticamente nada, mas o governo sustenta. O pessoal vive mal, mas não chega a passar fome. No verão, o pessoal acumula, nos quarteirões, lá no centro, em Beijing, repolhos, cobrindo com plástico; quando chega o inverno, eles se alimentavam de sopa de repolho; a população juntava aquilo para a época fria; embora fosse uma coisa que fermenta, dava para agüentar as intempéries; então, era a alimentação deles.

O comunismo dentro do Brasil é uma ameaça?

É uma ameaça ao mesmo tempo que não é, depende de quem nós tivermos no governo. Com um presidente do tipo João Goulart, é uma séria ameaça, porque ele fará exatamente o jogo dos comunistas para levá-los ao Poder.

Na verdade, temos dois tipos de comunistas: os ideológicos, que acham que se deve dividir tudo, normalmente é quem não tem nada, porque na hora que entra dinheiro no bolso deixam de ser comunistas, embora possam até dizer que são.

No sentido de propriedade, digamos que o único bem que um determinado indivíduo tem é a sua bicicleta, então, se é dele é dele, os outros podem dividir tudo. Então, há o ideológico e há o que procura tomar à força, o que é dos outros – quer dizer, usa o comunismo, que é uma doutrina como outra qualquer, em benefício próprio.

Exploram o pobre, o infeliz, como nesses Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Então, há perigo no MST?

Se deixar crescer acaba tendo perigo, porque nós já enfrentamos isso na época da Revolução de 1964, tanto que há muita gente que faz comparação. Esse MST, naquele tempo, era a "Liga Camponesa", de Francisco Julião, que queria reforma agrária na "lei ou na marra", eram invasões de terra, que obrigavam os fazendeiros a se armarem. Só que hoje eles procuram tirar o "perigo vermelho", o perigo do comunismo, mas não vejo diferença nenhuma.

Hoje, como não deu certo o comunismo, aqui não deu certo, nem na Rússia, nem na Cortina de Ferro, eles procuram desmistificar, inclusive com aquela estó-

ria de que comunista não "come criancinha", antigamente o comunista, pelas atrocidades cometidas que acabavam vazando, metia medo – é a mídia trabalhando.

Esse pessoal sem terra, esses líderes, o Stédile, o Rainha, estão todos eles muito bem aquinhoados, a maioria já é proprietária, tem tudo; e eles transferem gente de um lugar para outro, fazem o que querem e a autoridade finge que não vê. Temos esse movimento lá em Minas, e numa situação até muito difícil, porque a Justiça manda tirar, e o Governador Itamar Franco não autoriza a Polícia a retirar.

Em outros lugares, a Polícia ainda atua, retira se precisar, lá os juízes estão umas "feras" com o governador, até nesse aspecto, porque eles dão a ordem judicial, que não é cumprida, porque o governo diz que o caso tem que ser estudado, e manda a Procuradoria do Estado analisar, para ver se aquela medida está de acordo, e, enquanto se julga, o pessoal continua na terra, criando problemas. Questiona o julgamento do Judiciário! Este Governo atual não disse a que veio, por isso não conta com o apoio, que seria natural, nem dentro do seu partido – o PMDB.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas. Qual a sua opinião a respeito?

O Exército, como Instituição, continua com uma aceitação muito grande. Primeiro, porque, querendo ou não querendo, todo mundo vê, hoje, a situação econômico-financeira dos presidentes militares. Qual é o que saiu rico? Nenhum. Qual o chefe militar que usou a função para encher o bolso? Nenhum. Então, por esse fato, o pessoal vê que a turma está ali por amor. Lá em Minas, temos, hoje, um problema muito sério, que é o da PM; então, a imagem do Exército ressalta ainda mais. Isso começou no Governo do Newton Cardoso, ainda em 1985, quando houve uma briga entre coronéis rivais.

Lembro-me de que, quando eu servi em São Paulo, a PM preferia um oficial de Exército no comando – um deles foi o próprio General Figueiredo, que era coronel na época – porque acabava com aquelas "picuinhas" entre aquele que é o comandante e um outro que quer ser o próximo comandante, o que gerava uma luta prejudicial à própria segurança interna. Assim, quando o Comandante era oficial do Exército não havia esse problema.

Em Minas, criou-se esse conflito, quando houve esse primeiro atrito entre oficiais, e, em 1997, por uma inabilidade do Governador Eduardo Azeredo, uma má assessoria, acabou dando no que deu... Uma barbaridade, até com morte, devido a indefinição do governo estadual...

Hoje, eles estão tentando mudar o estatuto da PM de Minas Gerais, para acabar com a escola de formação de oficiais; todo mundo começaria como solda-

do e, independente do grau de instrução, atingiria o oficialato; querem acabar com as graduações de 3º, 2º, 1º sargentos, ficando só sargento; depois acaba com o aspirante, vindo logo tenente, só tenente, depois vem capitão, depois já vem coronel. Estão brincando com assunto sério!...

São coisas que vieram a partir do momento que elegeram deputado três praças da PMMG: dois na câmara estadual e um na federal – o famoso Cabo Júlio. Ou o "cara" é deputado ou é cabo, ou o "cara" é deputado ou é sargento. O Nilton Cerqueira, por exemplo, foi deputado, não foi deputado-general; o Jarbas Passarinho não foi senador-coronel, era o Senador Passarinho.

O próprio Bolsonaro, que saiu do Exército como capitão cursando a EsAO, não vive dizendo que é capitão e conta com muita gente do nosso meio que o aplaude, porque ele fala coisas que nós gostaríamos de falar mas, para mim, ele, de certa forma, aproveitando-se de uma situação, virou porta-voz de parte da família militar no Rio de Janeiro, e, como porta-voz, será sempre eleito; já elegeu o filho vereador no lugar da mulher. Então, é um tipo de conduta que não se afina muito – falo isso lá em Minas – com a minha maneira de ser, de militar e filho de militar que sou, apesar de estar na reserva.

O General Freitas, ex-comandante da 4ª Divisão do Exército, ao passar para a reserva, foi convidado pelo Itamar para secretário de Governo, uma coisa que o pessoal também não entende, porque começou como Secretário de Administração e, hoje, é Secretário de Saúde.

Deixou a Administração e passou para a Saúde?

Porque o Itamar é maluco. Simplesmente, porque começou a haver um problema na área da Saúde, ele tirou o General Freitas da parte da Administração e o colocou na Saúde. O problema foi de briga política, porque o Armando Costa, que era o presidente do PMDB e Secretário de Saúde, não quis assinar um documento, para atender a uma necessidade do Itamar, e este o exonerou; disso advindo um "rolo" enorme... Acabaram brigados; hoje, o Itamar está brigado com todo mundo.

Então, são desvios, o Itamar já trocou quase que 80% do seu secretariado, mas o Exército lá continua a ter muita aceitação, porque o pessoal respeita, cada um na sua; o General Bini, atual Comandante da 4ª DM/DE, é uma pessoa muito querida, não se envolve, trata dos problemas da tropa, e, de uma maneira geral, o Exército sempre serve de apoio. Onde há Unidades do Exército, vai falar em retirá-las... Vai falar em tirar o 11º BI de São João Del Rey, vai falar em tirar o 55º BI de Montes Claros... e assim por diante. A aceitação é visível!

Lembro-me de que o 4º Grupo de Artilharia Antiaérea, de Sete Lagoas, levava cestas de alimentação lá para o Vale do Jequitinhonha, uma área bastante pobre, e

aquelas cestas básicas atendiam, sempre em boa hora, a um pessoal muito necessitado. Então, era um trabalho que se deixou com o Exército pela garantia da chegada do material ao seu destino sem nenhum desvio.

A entrega de cestas básicas por intermédio das Unidades do Exército é fruto da credibilidade da nossa Força. Todo mundo sabe que qualquer missão atribuída ao Exército será sempre muito bem cumprida.

Sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Volto a dizer que, para mim, o desenvolvimento deste Projeto é um trabalho de extrema importância, de inestimável valor. Estou vendo uma equipe trabalhando, fazendo força, se dedicando, procurando restabelecer, através da história oral, o que eu digo que é a verdade histórica do Movimento de 1964.

Por isso é que volto novamente, desculpem-me a insistência, a dizer para os integrantes dessa equipe que a leitura desse livro que meu pai escreveu permitirá o conhecimento real de como foi o Movimento de 1964.

Este livro que está aqui – "Tinha que Ser Minas" – que teve uma edição reduzidíssima, levou muita gente, em Minas Gerais, a se frustrar, porque participou, tem o nome escrito nele, e não conseguiu comprar o livro. Este mesmo exemplar que tenho em mãos, volto a dizer, é cópia xerográfica tirada do único que possuo, para poder deixar com o Projeto de História Oral do Exército, que é um trabalho sério, e que terá, neste livro, o complemento para tirar as dúvidas possíveis, com relação a datas, com relação a início, com relação aos propósitos do Movimento de 1964, que inegavelmente começou em Minas Gerais, salvando o nosso País do regime comunista que estava prestes a ser implantado, com a conivência de um governo fraco e irresponsável.

Coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula

- Natural da Cidade de Belo Horizonte, MG.
- Como oficial superior, exerceu as funções de Comandante e Instrutor-Chefe do Curso de Engenharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Adjunto em seções do Estado-Maior do Exército e comandou o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, Boa Vista, RR.
- Foi Chefe do Estado-Maior dos 1º e 2º Grupamentos de Engenharia de Construção e da 10ª Região Militar, além de Chefe de Gabinete da Diretoria de Transportes do Exército e da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento.
- Foi Professor Titular de Logística e Professor convidado de Geopolítica na Academia de Guerra do Exército do Chile.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola de Instrução Especializada (Equipamentos Mecânicos e Purificação de Água) e o do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Operações na Selva).
- Possui o Curso Avançado para Oficiais de Engenharia da *US Army Engeneer School*, em Fort Belvoir,Virginia, EUA.
- É Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.
- Em 1964, ainda como 1º-Tenente, comandava a 1ª Companhia de Engenharia do então Batalhão-Escola de Engenharia, na Vila Militar, Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2001.

A respeito do nosso trabalho de hoje, devo dizer que o mesmo irá desenvolver-se através de questões formuladas ao nosso colaborador, Coronel Luís Carlos Carneiro de Paula. Antes, todavia, vamos passar a palavra ao Coronel Carneiro, para as suas considerações iniciais.

É um prazer muito grande colaborar com o Projeto História Oral do Exército. Havendo me dedicado à História Militar após a minha transferência para a reserva, tratei de aprofundar a pesquisa e o estudo dos diversos episódios que envolveram a participação do Exército na vida do País durante o período republicano. O caso particular do Movimento de 1964 me interessa de maneira especial, uma vez que vivi a minha vida militar dentro daquilo que foi o Movimento de 1964.

Eu era tenente quando o Movimento ocorreu. Atuando profissionalmente dentro do Exército, tive a oportunidade de acompanhar as diversas etapas do Movimento, desde a sua eclosão em 31 de março de 1964, até o momento que eu considero culminante, a reestruturação política do País, permitindo que se voltasse a uma estrutura política democrática, baseada num modelo econômico vitorioso, num progresso social com avanços significativos, e que acabou resultando na chamada abertura política, na Constituição de 1988 e nesse período que estamos vivendo agora, de consolidação do regime democrático e de consolidação da estrutura econômica e social do País.

Acredito que fui, de certa forma, partícipe de muita coisa que aconteceu e, naturalmente, tenho a minha visão, a minha interpretação sobre os diversos episódios ocorridos ao longo desse tempo, desses 36 anos que nos separam de 1964.

Após esse preâmbulo, vamos perguntar ao nosso colaborador que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos do Movimento, na sua eclosão e durante o seu desenrolar até janeiro de 1985 – término do Governo do Presidente Figueiredo?

Eu diria que os antecedentes de 1964 que vivi como tenente, ainda, se estenderam de 1961 a 1964. Foi um período bastante complicado na vida do País. Do ponto de vista político, porque estava se concretizando a implosão do trabalhismo pelo populismo, um populismo que eu chamo de inconseqüente. Esse período é marcado por um momento, um divisor de águas, que foi a Campanha da Legalidade, em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros.

Governo Jânio Quadros, renúncia e Campanha da Legalidade desarrumaram a estrutura política do País, enfraquecendo as suas instituições. Dividiu as Forças Armadas. Rigorosamente fez com que se sublinhassem algumas posições pessoais de chefes militares, uns que eram nacionalistas, outros que eram realmente

populistas, outros que eram legalistas, e outros que nós, hoje, poderíamos chamar de conservadores.

Aquela coesão, aquela uniformidade do comportamento dos chefes militares – que normalmente faz com que o Exército se apresente coeso diante da Nação – não se verificou, e o Exército começou a aparecer como se estivesse fragmentado, decorrente da cisão evidente resultante de 1961.

Ora, isso teve conseqüências. Veio o parlamentarismo, veio a campanha do "não" ao parlamentarismo, portanto a volta ao presidencialismo, veio toda aquela incursão dos populistas, e junto com eles os comunistas, dominando e transformando o Governo de João Goulart em marionete dos seus propósitos políticos. Isso teve reflexo na vida militar.

Como tenente, vivendo toda essa instabilidade que precedeu o Movimento de 1964, eu tinha uma preocupação. Nós, oficiais, e boa parte dos graduados, tínhamos a preocupação de que não houvesse quebra da disciplina, que isso não acontecesse, pelo menos, dentro de nossa Unidade. O Batalhão-Escola de Engenharia cumpria missões muito favoráveis ao desenvolvimento profissional. Graças a Deus, tínhamos um Comandante que, com sua maneira de agir, garantiu a coesão, através da disciplina, da lealdade, do trabalho e do profissionalismo.

Mas o ambiente externo à Unidade era muito tumultuado. Foi uma época de muita desordem nas ruas. Houve muito engajamento das frações de tropa completamente ao acaso, seja na contenção de distúrbios, seja participando de ações sociais as mais diversas – desde a distribuição de comida até a desocupação de conjuntos habitacionais – enfim, coisas que eram feitas de forma tão aleatória que o nosso medo era que mesmo nós, oficiais e tropa, não estivéssemos em condições de responder convenientemente àquelas missões que nos estavam sendo dadas.

Foi um período muito tenso. A situação de prontidão era permanente. Parecia haver um propósito de desgastar não só o militar mas também a sua família. Parecia que as próprias autoridades desejavam atingir a nossa base familiar, que ficava também intranqüila; a esposa saía para o trabalho e não sabia se lá chegaria; nós vínhamos para casa e a esposa não havia retornado, os filhos tinham ficado presos na escola por conta de fatos os mais diversos, por conta de greves-relâmpago e outros tipos de distúrbios civis que nós conhecemos.

Toda essa instabilidade foi o que precedeu o Movimento de 1964. Não víamos, por parte do Governo, principalmente do Governo Federal, qualquer ação para reduzir os inúmeros problemas que se agravavam, dia após dia. Alguns governos estaduais que tentavam atuar, não conseguiam fazê-lo de maneira razoá-

vel. Sofremos toda essa insegurança crescente; atrás da insegurança, a insatisfação; e atrás da insatisfação, a absoluta falta de confiança na autoridade constituída, qualquer que ela fosse.

Diante de todos, crescia a interrogação sobre quem resolveria aquele problema. Já não era nem o problema nacional, mas aquele problema imediato, a dúvida e o medo daquela população com a qual a gente estava tendo contato. E isso nos deixava numa situação extremamente difícil – a nós, oficiais, principalmente, e aos nossos graduados. O nosso recruta, coitado, se mostrava completamente apavorado diante de muitas das situações que nós vivemos.

Aquela agitação foi num crescendo que, na minha opinião, e na minha maneira de ver, levou, eu não diria à ruptura do Governo, mas, simplesmente, ao desmoronamento do Governo, pela falta de autoridade, pela total falta de coerência nas ações governamentais, embora os objetivos alegados fossem, via de regra, bem atraentes, e alguns deles necessários, tanto que, mais tarde, tornaram-se objetivos a serem alcançados pelo Governo do Movimento de 1964.

Quanto às ações que derrubaram o Governo, eu diria que, até certo ponto, nós, na Vila Militar, pelo menos no meu escalão, fomos surpreendidos. Esperávamos que acontecesse alguma coisa, mas não naquele dia, nem da maneira que aconteceu. E o mais interessante é que os chefes militares e o chefe político, que desencadearam o Movimento, embora fossem pessoas de relevo e respeitadas, não constituíam as principais lideranças reconhecidas no meio político e no meio militar. No primeiro momento, houve uma certa desconfiança de qual seria, realmente, a intenção. Mas, passado esse primeiro instante, não havia o que discutir, e nos integramos ao Movimento.

Posteriormente, poderíamos dividir o Movimento de 1964, no meu ponto de vista, em algumas fases: há uma fase imediata, de consolidação; há uma fase, posterior, em que vamos ver já alguma disputa de Poder, envolvendo o campo político e também o campo militar; e, por trás deles, também, o campo econômico-financeiro, que sempre esteve presente. Após a fase de consolidação se fez, praticamente, a institucionalização do regime, através de uma nova Constituição, que foi a de 1967. Depois, o que aconteceu? O Brasil foi atingido por aquela onda de desordem, de desestabilização, que, começando na Alemanha, varre a França, a Europa em geral, os Estados Unidos, a América Latina, e chega ao Brasil.

Vivemos esse movimento de desestabilização que incluiu desde o distúrbio civil até a luta armada. Vimos os problemas enfrentados pelo chanceler alemão, depois por De Gaulle, pelos Estados Unidos, principalmente em relação ao Vietnã, e, na América Latina, assistimos ao agravamento do conflito entre as forças de

esquerda e os governos constituídos. Aquelas forças se apresentavam como marxistas, socialistas. Diziam buscar a libertação do povo oprimido pelas classes dominantes, enfim, tinham aquele velho discurso e aquelas velhas posturas e ações que conhecemos.

Esta onda chega ao Brasil no momento em que o Movimento de 1964 não havia, ainda, conseguido operacionalizar aquilo que acabara de ser pactuado na Constituição de 1967, Constituição que tinha um viés autoritário que iria marcar a segunda fase dos chamados governos militares. É um período de intranqüilidade, com os problemas trazidos pelo início da luta armada, das guerrilhas urbana e rural, dos seqüestros, dos atos de terrorismo. Edita-se o AI-5, o General Costa e Silva adoece, uma Junta Militar tem que evitar o vazio de poder institucional, e, aí, inauguramos uma outra fase, essa sim, um período em que vão se institucionalizar as idéias do Movimento de 1964, consubstanciadas na Carta de 1967.

Esse é um período interessante – corresponde ao Governo do General Médici – que boa parte da imprensa, hoje, chama de "anos de chumbo". Foi realmente o período que coincidiu com a repressão à luta armada, mas que coincidiu também com o desenvolvimento econômico, com a retomada do desenvolvimento social e a sua consolidação, e com o encaminhamento da consolidação das instituições políticas.

Na realidade, vejo nessa forma de se referir ao tempo do Governo Médici, uma maneira de depreciá-lo, para tirar dele os êxitos alcançados, o real valor de suas realizações – principalmente o haver devolvido ao homem comum a sua auto-estima, o prazer e o orgulho de ser brasileiro. Anistiados e reintegrados à vida nacional, adversários daquela época, com o apoio dos meios de comunicação e da área acadêmica, se esforçam por reduzir o que foi feito.

Mas, na verdade, no meu ponto de vista, houve uma nítida retomada do modelo desenvolvimentista, e, desta feita, sem aquele açodamento, e sem o matiz populista que caracterizou o período de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, na década de 1950. Foi retomado um compromisso, cujas raízes estão lá na Revolução de 1930, da qual, aliás, o General Médici participou, como capitão. E isso foi feito de forma muito efetiva e eficaz.

O Movimento de 1964 teve uma visão estratégica de futuro muito interessante que atingiu um patamar estável e promissor nesse período. Quando chegava ao fim o Governo Médici, com a previsão de uma crise energética mundial que de fato veio de 1973 para 1974, há uma convergência do campo político e do campo militar em torno do nome do General Ernesto Geisel. Do ponto de vista político-institucional, é uma volta às origens do Movimento de 1964 – porque o General

Geisel participara do Governo Castello Branco e partilhava dos compromissos definidos naquilo que o General Meira Mattos chamou de "o decálogo da Revolução". O General Geisel vai ser o encarregado de, a duras penas, enfrentar, de um lado, o problema da crise mundial do petróleo e, de outro, iniciar o cumprimento do compromisso político de reestruturação das instituições políticas do País, baseadas na democracia.

Essa fase vai terminar, com alguns azares e alguns percalços, no Governo Figueiredo e, finalmente, na eleição de Tancredo Neves, que, morrendo antes de tomar posse, nos leva ao Governo Sarney, depois à Constituinte e à Constituição de 1988 e nos traz até os dias de hoje.

Na sua visualização, onde estariam as raízes desse Movimento?

Hoje, estudando o Movimento, estudando a História, eu diria o seguinte: as raízes estão nos compromissos patrióticos – não digo nacionalistas, digo patrióticos – da Revolução de 1930, que percorreram um caminho que passaria pelo Estado Novo, pela redemocratização de 1945, chegaria à década populista de 1950, quando vivenciaria a opção pelo capitalismo estatal – já que não havia investimento externo para que o Brasil pudesse fazer o seu desenvolvimento – e chegaria a um impasse caracterizado por uma quase implosão das instituições políticas do País entre 1961 e 1964.

Volto ao início da minha fala, quando digo que o populismo inconseqüente de alguns grupos implodiu o trabalhismo fundado por Vargas e estabeleceu a desordem, quase que um anarquismo institucional, como forma de tutelar o governo e de atingir objetivos menores. Mas, dentro dos objetivos, também estava o exercício do poder, inviabilizando, com isso, o salto que se tentou dar no campo econômico e no campo social nos governos Getúlio e Juscelino.

Segundo minha maneira de ver, as raízes do Movimento de 1964 estão lá nos ideais de 1930. Quando o tecido institucional é enfraquecido e roto, é como se a terra fosse revolvida e, aí sim, aparecem as raízes recentes do Movimento. Diante da possibilidade de se inviabilizar um projeto nacional, qualquer que ele fosse, as forças produtivas do País e a elite política da época vão convergir, chegar a um denominador comum, que lhes garantisse bloquear a ação deletéria daquela esquerda a que eu chamei de populismo inconseqüente. Incluo nas forças produtivas o empresariado rural e o empresariado industrial recém-implantado. Quanto à elite política de então, não adianta discutir aqui se ela era conservadora ou não, se era pequena ou não, se era excludente ou não. Era aquela a elite política da época e era ela quem vinha conduzindo o processo institucional do País.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de Março de 1964?

Vamos distinguir dois tempos: primeiro o tempo em que vivi: eu era tenente, cuidava da minha subunidade, e a preocupação era profissional. Naquele momento, havia todas as conseqüências de uma "americanização" da doutrina militar brasileira, havia todas as conseqüências de um reequipamento do Exército com o material americano, havia uma aproximação com o Exército americano, que praticamente substituíra, desde a Guerra, a influência francesa, embora mantivéssemos as raízes e o eixo de pensamento bastante europeu – aliás esse é um problema que o Brasil vive até hoje: tem cultura européia, mas quer proceder como se fosse estadunidense.

Tal fato criou uma incompatibilidade entre o procedimento e a cultura, no meu ponto de vista. Mas era esse o momento que eu vivia. Não enxerguei, naquela época, uma interferência conseqüente da guerra fria. Achava, sim, e tinha certeza, que havia influência externa nos problemas internos, mas não uma interferência.

Essa influência externa tinha se mostrado, no período desenvolvimentista, na captação de recursos no exterior – se não de recursos, pelo menos de alguma tecnologia para a indústria de substituição de importações – e eu via, naturalmente, a influência das áreas de interesse. Por exemplo, quais eram as áreas de interesse dos Estados Unidos, da Europa e da União Soviética?

Vi a forma como a União Soviética e outros países comunistas desenvolviam suas ações de cooptação e influência sobre os diversos governos da América Latina, as tentativas de levar diversos países para o seu bloco, fossem de onde fossem. E vi as reações que, normalmente, eram sempre apoiadas pelos Estados Unidos, ou por nações ocidentais, principalmente a Inglaterra. Essa era a minha visão de tenente.

Passado o tempo – agora, olhando para trás – vejo que, forçosamente, isso tudo estava dentro de um jogo. Se nós verificarmos, o que aconteceu naquele período de 1968 a 1973 a que já me referi – onde o crescimento e a auto-estima dos brasileiros se mostraram notáveis ? A União Soviética e os comunistas em geral aplicaram uma estratégia que procurou desestabilizar não só o Governo brasileiro, mas todos os governos do Ocidente. E, de certa forma, conseguiu o seu intento. Até o governo dos EUA sofreu essa desestabilização.

Agora falo olhando para trás e estudando aquilo que aconteceu no período de 1968 a 1973: parece claro que vamos encontrar forças ou instituições, que apostaram na vitória socialista e, ao apostarem nessa vitória, procuraram se aproximar e facilitar a ação dos partidos e grupos socialistas identificados como de esquerda e "progressistas". Não seria demais dizer que a Igreja Católica – pelo menos uma parte da Igreja na América Latina – optou por isso, hoje se sabe,

devido a um equívoco da Secretaria de Estado do Vaticano, que não avaliou corretamente a capacidade de reação das nações ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, às ações do bloco socialista.

Naquele período, as coisas caminharam de maneira conflitante, algo completamente incongruente onde núcleos de uma Igreja socialista, de esquerda, afrontavam governos, que se tornaram de direita e que eram apoiados por outros núcleos da Igreja, de direita, enquanto o católico romano ficava atônito entre essas duas correntes.

Isso é só um exemplo. Poderíamos citar exemplos no campo econômico, onde multinacionais, atuando na América Latina e em alguns países europeus, apostaram na implantação de regimes socialistas e, depois, tiveram que recuar da sua posição porque não tinham como continuar atuando junto aos governos que realmente se estabeleceram, principalmente na América do Sul.

Mas essa é uma análise feita em um segundo tempo, tempo recente, quando olho para trás e estudo o que aconteceu.

Hoje, podemos dizer que aqueles acontecimentos aqui vividos estariam inseridos na guerra fria, não como o essencial, não como um fato muito importante, porque a luta na África, por exemplo, foi mais séria e mais cruenta do que a havida em outros lugares, como a que ocorreu na América Latina e, particularmente, a que ocorreu no Brasil.

Apesar do que já foi falado a respeito, haveria mais alguma coisa a incluir acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?

Praticamente, já cobri esse período, entretanto seria interessante sublinhar os dois períodos que precederam imediatamente o Movimento de 1964: a década de 1950, uma década populista, e o período de 1961 a 1964, que foi a época de uma desordem institucional que desgastou demais o País. No meu ponto de vista, todos os segmentos da sociedade sofreram um desgaste muito grande nesse período.

Esse desgaste notório iniciou-se com aquela renúncia que surpreendeu a todos?

Eu diria que se iniciou antes, na sucessão de Juscelino, porque é muito interessante ver a UDN, conservadora, para fazer face à candidatura Lott, ir buscar um líder populista, que vinha do PTB, para ser o seu candidato, com um discurso de moralização da coisa pública, e que, afinal de contas, logo ao assumir, passou a adotar medidas e atitudes que nada tinham a ver com aquilo que prometera. Projetou-se uma imagem falsa de Jânio. E a farsa não resistiu à realidade. Vejo muito complicada essa história de um determinado grupo político, que tinha o

respaldo de um determinado grupo econômico com interesses bem definidos no País, ir buscar uma pessoa oriunda de outro grupo e com um comportamento anterior que não permitiria que se visualizasse nela aquele "santo" que iria moralizar a coisa pública ao chegar à Presidência.

Vejo, na realidade, o problema na origem de Jânio e não na sua renúncia. Vejo a renúncia como o ponto culminante desse processo de substituição do Governo populista de Juscelino e, aí sim, a renúncia, por ter sido uma ruptura, desencadeando um processo de conflito que não pôde ser administrado da mesma maneira como outros anteriores o haviam sido. O Brasil tem uma tradição de rupturas razoavelmente administradas. Mas, naquele momento, não foi possível e, pior do que isso, acabou resultando numa cisão que se fez sentir na vida política do País, particularmente dentro do Exército.

Então, os procedimentos do renunciante não ratificavam seu discurso anterior, que era de moralização?

Sem questionar o êxito administrativo dele no nível municipal e até no nível estadual, nos meses de governo que precederam a renúncia, seu procedimento era o oposto daquilo que pregara no discurso que o elegera.

Como viu o clima de insatisfação contra o Governo João Goulart e quais os motivos determinantes desse clima?

Cheguei a tocar nisso quando fizemos aquele preâmbulo. Vejamos o motivo.

Um governo cuja ação é um tumulto permanente, que usa como instrumento de ação política a desestabilização social, provoca, em conseqüência, uma insegurança generalizada. Dessa insegurança, resultou o quê? Uma absoluta falta de confiança, em todos os níveis, em qualquer autoridade.

A insatisfação geral se instalou pela falta de confiança no governo. E tanto fazia ser o grande empresário ou o trabalhador. As pessoas comuns perderam a tranqüilidade. Nós, militares, lidávamos com essas pessoas, quando tínhamos que fazer distribuição de alimentos, quando se verificavam greves, enfim, em uma série de situações, nós lidávamos com o povo – eu, tenente, lidava com o povo – e sentíamos esse absurdo.

Dou um exemplo: tive que deixar o quartel para buscar minha esposa que havia sido acolhida pela servente da escola onde trabalhava porque não conseguira voltar para casa devido à falta de transporte e a distúrbios de rua.

Coisas desse tipo criavam uma situação de insegurança para mim, para ela, para a servente que a acolheu, e para os pais de alunos. Enfim, havia uma insegu-

rança generalizada. Essa insegurança resultou em falta de confiança, em insatisfação, insatisfação no sentido de que: "como está, não pode continuar". Foi isso o que eu senti na época.

Na época, certos grupos tiveram um desempenho singular que, ainda hoje, é lembrado. Gostaria que abordasse alguma coisa sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze".

Vamos ver a questão sob a ótica do tenente, comandante de subunidade, na Vila Militar do Rio de Janeiro, que foi a situação que eu vivi. Tanto as "Ligas Camponesas" como os "grupos dos onze", eram alguma coisa remota e local. Sabíamos que havia "grupos dos onze", organizados no Sul e no Centro-Oeste; sabíamos que havia ações das "Ligas Camponesas" em algumas áreas no Nordeste, e sabíamos da sua opção pelas ações violentas – não vamos chamar de luta armada, porque não chegava a ser isso.

Para mim, que fui menino rural, criado na roça – eu só me tornei "animal urbano", como eu digo, já no Colégio Militar, quase aos 15 anos – aquilo não me surpreendia. Eu ainda vivi, lá no meu interior de Minas, algum resto de cangaço, ainda vivi aquelas coisas que Guimarães Rosa conta em seus livros. Não ouvi dizer, eu vivi. Ninguém me contou, são lembranças de criança, de menino. Então, aquilo não me surpreendia e não me assustava muito, porque a impressão que tínhamos – eu, tenente, naquela época – se baseava em duas coisas: primeiro, que o Exército tinha respeitabilidade suficiente para, ao agir, conter essas diversas manifestações, mesmo com prejuízo para a Instituição, como aliás iria acontecer quando foi derrotada a luta armada, a partir de 1973. Eu pensava assim. Segundo, porque achava que, dificilmente, aqueles movimentos atingiriam – pela minha visão da época – o nível nacional. Eram coisas locais, e o Brasil tinha uma tradição de coisas locais que foram resolvidas. Era, naturalmente, um incômodo, um problema sério, mas com motivações sérias – não estou falando da exploração das motivações, mas as motivações eram sérias. E os projetos para resolvê-los, também eram sérios.

Entretanto, a exploração dessa situação por grupos políticos para implantar a insegurança e para, através da insegurança e da desestabilização da autoridade constituída, ameaçar ou conseguir o Poder, é outro assunto. Naquela época foi tentado e não deu certo.

O que se passava no meio militar? Houve tentativas de criar cisões dentro dos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, nesse período, particularmente na Unidade em que servia?

Não vou me atrever a falar do ambiente dos quartéis. Vou falar somente do ambiente que eu vivi. O ambiente do Batalhão-Escola de Engenharia de então.

1º ou 7º BE Cmb?

O 7º BE Cmb herdou a designação histórica de Batalhão Visconde de Taunay do antigo Batalhão-Escola de Engenharia, da Vila Militar, e que foi extinto. O 1º BE Cmb foi transformado no atual Batalhão-Escola. Mantém sua designação histórica tradicional de Batalhão Vilagran Cabrita, lá em Santa Cruz, onde permanece.

Mas o velho Batalhão-Escola, pertencia a uma tropa de elite, o GUEs (Grupamento de Unidades-Escola). Além de ser uma tropa de elite, era uma tropa bem equipada e, além de ser uma tropa bem equipada, era uma tropa voltada, inteiramente, para o campo profissional. A obrigação de atender à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a obrigação de atender ao ensino de um modo geral e, mais do que isso, a obrigação de atender às emergências que ocorressem, fazia, das Unidades-Escola, Unidades com um espírito e com uma maneira de proceder um pouco diferente das demais.

Mesmo a 1ª DI (1ª Divisão de Infantaria), que era contígua, não tinha o mesmo padrão de ação. Veja só, não era o padrão de treinamento, não é nada disso – o padrão de oficiais era o mesmo, o padrão de graduados era o mesmo – mas não era solicitada da mesma forma que o GUEs.

E isso dava ao GUEs características próprias, e o Batalhão-Escola de Engenharia, em particular, tinha uma característica – vamos usar o termo "chão" – de não "negar fogo". Esse era o espírito que caracterizava o GUEs e, em particular, o Batalhão-Escola.

O Batalhão-Escola era empenhado em muitas frentes. Por conta de seu material e da natureza do seu trabalho, apoiávamos à EsAO e tínhamos que "sair correndo" para realizar trabalhos de engenharia os mais diversos, em qualquer parte, a qualquer hora, fosse ela de caráter militar ou civil. Éramos profissionais e bons profissionais. Tínhamos que ser. Era isso o que se esperava de nós e nunca falhamos a essa expectativa que caracterizava o ambiente em que vivíamos.

Mas a pergunta não visa só esse ambiente profissional, acredito que vise o ambiente político-institucional e político-ideológico.

Então, vamos voltar a alguma coisa que já dissemos.

A tropa da Vila Militar, em particular o GUEs, e o Batalhão também, tinha tido experiências negativas em algumas participações em episódios políticos anteriores. Na "Novembrada" tinha havido uma situação muito complicada; isso aconteceu, também, na renúncia do Jânio. Ficaram seqüelas, pelas divergências entre oficiais e quebra da disciplina. Já cheguei depois disso tudo e encontrei,

em todo o GUEs e dentro do Batalhão em particular, uma preocupação: primeiro, coesão; segundo, coesão; terceiro, coesão. A coesão era a palavra-chave, baseada na prática da lealdade, do amor à verdade, da camaradagem, da dedicação e do trabalho.

Isso era como que um sentimento – talvez decorrente até de alguma diretriz – que eu, como tenente, cheguei e já encontrei. Havia um convívio muito positivo entre nós oficiais, e entre os oficiais e os graduados, e, em conseqüência, em toda tropa.

Nós, no Batalhão-Escola, não tivemos problemas internos nos períodos de agitação política e social, mas tínhamos consciência de que, do mesmo modo que buscávamos a coesão, também havia grupos buscando a dissensão. Tínhamos comportamentos de chefes – interessante, chefes com passado militar extremamente positivo – que não entendíamos. Nós já tínhamos vivido o período Lott, lá atrás ...

Mas eram poucos, não é?

Eram poucos, mas eram muito atuantes, e que escolhiam onde atuar. Então, nós tínhamos muito cuidado em conviver com os nossos graduados, no sentido de que eles não fossem envolvidos com ações que eram puramente político-ideológicas, que vinham sendo conduzidas, principalmente, por agremiações de graduados.

Nós procurávamos manter os subordinados informados, e os nossos comandantes se empenhavam em nos manter também informados a respeito desses comportamentos que a gente estranhava. Estou falando sobre o GUEs, e sobre o meu Batalhão, em particular.

Aqui faço uma observação, que é interessante. Aliás, devo aos meus comandantes um trabalho que estou procurando fazer, que é o estudo do tipo de liderança de cada um. Mas esse, que comandava nessa época de 1964, em particular – há os outros, que comandaram em períodos anteriores – era uma figura muito interessante.

Primeiro, porque ele não tinha uma aparência, uma postura que impressionasse; pelo contrário, muitas vezes ele impressionava negativamente. Aparentemente ele parecia frouxo, mas suas ações de comando eram sempre firmes e muito objetivas, o que fazia um contraponto com aquela aparente frouxidão. Na época, o tenente só olhou o lado ruim. Só mais tarde me dei conta dos aspectos positivos.

Mas o que eu posso dizer, é que tínhamos, dentro da Unidade, comprometidos com o movimento político dos esquerdistas, dois capitães apenas: um era comunista confesso, não fazia nenhum segredo disso, era o S3 (Chefe da 3ª Seção – Instrução), e o outro, o S1 (Chefe da 1ª Seção – Pessoal), se dizia nacionalista,

pertencia ao grupo nacionalista do Clube Militar. Ambos eram extremamente ativos, fora do quartel. Por que razão não sei – acredito que por ação do comandante – dentro do quartel, eles foram completamente neutralizados. Não houve qualquer ação política ou de simples proselitismo de qualquer um dos dois em relação a nós, comandantes de subunidade, nem em relação aos tenentes. Nós conhecíamos as posições deles, sabíamos as suas opiniões, e só.

Em relação aos sargentos, eles nem se aproximavam. Agora, porque foi assim, não me pergunte; realmente, eu não fiquei sabendo. Sempre tive curiosidade, posterior, mas nunca consegui saber.

A ação deles era fora do quartel. Onde atuavam principalmente?

Era fora do quartel, particularmente no Clube Militar e noutras áreas, inclusive nos Grêmios de Subtenentes e Sargentos e tudo mais. Acredito que a neutralização deles tenha sido ação do comandante – o coronel havia sido Subchefe da Casa Militar do Juscelino, com o General Nelson de Mello – e de outros oficiais superiores, é o que a gente supõe; do subcomandante, é possível. O certo é que nos preservaram de qualquer ação político-ideológica, e, é interessante, não havia, por parte do comandante ou de outros oficiais, qualquer doutrinação em outro sentido. Toda abordagem, toda aproximação, era estritamente profissional.

E assim nós também procedíamos em relação aos tenentes, aos graduados e a nossa tropa. Esse foi o Batalhão-Escola em 1964. O resultado disso: saiu uma Companhia do Batalhão em direção a São Paulo. Sairia um Pelotão da minha Companhia em direção a Juiz de Fora. Não saiu porque a missão passou para a tropa do 1º BE (1º Batalhão de Engenharia – Santa Cruz/RJ).

A minha subunidade, portanto, não saiu, e eu permaneci no aquartelamento. A outra Companhia se juntou a um Grupo de Artilharia e se deslocou mais ou menos até Viúva da Graça. Não chegou a subir a Serra das Araras, em direção a São Paulo. A vanguarda da coluna, nós sabemos, chegou a Barra Mansa e era constituída de Batalhões do Regimento-Escola de Infantaria. Aí a história é contada por outros, eu não assisti nem participei das ações. A verdade é que não houve qualquer problema com nenhum oficial ou graduado do Batalhão-Escola de Engenharia.

É interessante registrar que ela foi a única Unidade da Vila (Vila Militar/RJ), até onde eu sei, onde não houve sequer uma sindicância, após o Movimento de 1964, e o nosso comandante foi o único mantido no comando; no GUEs, todos os outros foram substituídos quando o General Aragão assumiu o comando. O nosso comandante só foi substituído em outubro. Também não me pergunte o porquê. Eu não saberia responder. Estou apenas traçando o quadro de quando se

deu a eclosão do Movimento de 1964, dentro da minha Unidade, na minha função de comandante de subunidade. Credito, à forma com que se houve o Comandante do Batalhão, o fato de termos enfrentado esse episódio sem quebra da disciplina e sem conflitos internos na Unidade.

Quais, a seu ver, os principais acontecimentos que levaram à Revolução? Quais as causas imediatas do Movimento?

Como causas imediatas, veja só: vínhamos em um "crescendo" de insegurança e chegou-se à desconfiança generalizada. Então, nesse momento da desconfiança generalizada, o que acontece? Temos três episódios que considero os pretextos, as causas imediatas, como foi dito, do Movimento.

Um, sem dúvida, foi a revolta dos marinheiros, com aquela ocupação do sindicato, aquelas cenas todas muito teatralizadas: a prisão deles, a ida para o Batalhão de Guardas, a liberação, e aquela passeata, em que saíram do Batalhão em direção ao centro da cidade, o encontro com o Almirante Aragão, o carregar o Almirante Aragão nos ombros. Aquilo chocou o meio militar, agrediu a Marinha, em particular, pelo menos foi o que pudemos sentir da reação de companheiros. E a omissão dos chefes militares; não ouvimos sequer uma palavra dos diversos chefes aqui do Rio de Janeiro, que já tinham um comportamento muito criticado, fugindo aos padrões profissionais militares. A verdade é que, daquele momento em diante, a desconfiança se tornou aguda: "Nós não temos Comando". Essa foi a conclusão, no meu escalão.

Agora vamos ao episódio seguinte: a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil. É interessante essa reunião, porque a única fala coerente e equilibrada, no meu ponto de vista, foi a do sargento. O sargento faz um pronunciamento extremamente positivo, com todos os senões que se possa apresentar, mas no seu cerne me pareceu um pronunciamento equilibrado, um pronunciamento objetivo, em favor da disciplina. Não sei se interpretei corretamente, mas foi a impressão que tive, na época. Mas o episódio, em si, considerei terrível.

E, se não bastasse, havia a posição do Ministro da Guerra que, já doente, se afastara, e quem foi à reunião, já como Ministro interino, foi o Chefe de Gabinete. Tornou-se complicado entender o que se passava. Aquilo tirou-nos, ainda mais, a confiança no Governo.

O discurso do Goulart foi a gota d'água?

É, mas o discurso, naquele momento, para mim e para o ambiente que vivi, foi lógico, digamos assim. Seria uma surpresa se não fosse aquilo. Quer dizer,

estava na linha que vinha num "crescendo", iniciada pelo Comício da Central, que foi uma farsa terrível. Nós, que tínhamos responsabilidade, assistimos aos trens serem bloqueados para o pessoal não embarcar, serem bloqueados os ônibus, para o pessoal não seguir para casa. Então foi juntando gente junto à Central, além do pessoal que foi trazido ao local, obedecendo a um minucioso planejamento da direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Esses foram os acontecimentos. Por trás deles, havia um fato político que eu, na época, nem percebi. Só mais tarde, estudando, é que fui verificar: foi o Executivo ter flanqueado, ter desbordado o Legislativo, fazendo dois ou três decretos relativos às reformas de base, se não me engano, relativos à reforma agrária.

Desapropriação de terras às margens das rodovias, deixando no ar o tipo de terra a desapropriar e em que rodovias. Por que fazê-lo daquela forma?

A maneira como o Governo apresentou os decretos foi para causar aquele impacto, provocar uma ruptura. E provocou a ruptura. A meu ver, esse episódio político-institucional, mais esses três episódios populistas na área militar, agravou o quadro de desconfiança que se vivia e derrubou o Governo de uma vez por todas. Quer dizer, o Governo, ali, tinha terminado. Eu não estou falando isso agora, depois de estudar. Eu, tenente, naquela época, disse: "o governo acabou, terminou aqui", embora não tivéssemos a menor idéia do que iria ocorrer, dias depois, horas depois.

Inclusive existe uma história de que a senhora do General Mourão o chamou para ouvir, no rádio, a transmissão da reunião do Automóvel Clube do Brasil, e ele teria dito: "Não, eu não posso mais ouvir esse sujeito"; mas ela insistiu: "Se você está querendo fazer uma revolução, tem que ouvir". Ele ouviu e, quando terminou aquela reunião, decidiu por desencadear o movimento armado – que já vinha sendo preparado – desde a madrugada do dia 30 de março. Portanto, a reunião do Automóvel Clube do Brasil, tudo indica, foi a gota d'água. Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Eu sou mineiro. Nunca servi com o General Mourão. O que conheço dele – eu era menino e ele era coronel – é o fato de ele ser primo do Juscelino, lá de Diamantina; era isso que eu conhecia dele, lembranças de menino, lá nas minhas Minas Gerais.

Mas há uma coisa que eu conheci, já tenente: primeiro, a promoção dele se deve ao Juscelino. Ele não seria promovido, normalmente. Na época, isso era sabido, e, de certa forma, eu tive, não oficialmente, alguma confirmação disso.

Contra ele, que sempre fora anticomunista, daqueles anticomunistas ferrenhos, pesava a acusação de ser o autor do Plano Cohen, que foi um dos pretextos para instalação do Estado Novo. Muito pouco contato tive com o General Mourão; convivi mais com o Bragança – o Coronel Bragança – que teve um irmão assassinado em 1935. Esse não era anticomunista, ele era mais do que anticomunista; a coisa era pessoal, era uma dedicação integral contra o comunismo, porque perdera...

Perdera o irmão em 1935? Era tenente o irmão dele?

Era tenente, assassinado pelos comunistas. O Bragança nunca esqueceu esse fato. Ele foi, realmente, um elemento de ação – foi contra o populismo do Getúlio, foi contra o Juscelino, foi contra o João Goulart – um anticomunista sistemático. O Bragança, na década de 1960, uniu-se a uma rapaziada, formada de estudantes de Belo Horizonte, o grupo dos "Águia Branca", participando de uma série de episódios para calar os comunistas na base da pancadaria.

O Brizola e seu pessoal queriam realizar um comício em Belo Horizonte, mas o Governador Magalhães Pinto, a polícia, não autorizavam comícios. Fizeram, então, uma reunião, uma famosa assembléia, no auditório da Secretaria de Administração, alguma coisa assim, lá em Belo Horizonte. Era um auditório muito grande para a época, e o certo é que o Bragança e seu grupo entraram lá e bateram no Brizola, bateram na mulher do Brizola, foi um inferno, acabaram com a tal da Assembléia "a tapa".

Depois disso, marcou-se um comício com presença do Jango – interessante, aqui no Rio, o Comício da Central do Brasil. Lá, em Belo Horizonte, antes, realizaram um comício na Praça da Estação. O Jango chegou de trem para o tal comício. E a turma Águia Branca fez a Operação Marimbondo que consistiu em levar, em sacos plásticos, marimbondos que foram soltos na hora do comício, dispersando a turba que viera para participar do comício. Isso é coisa que entra para o folclore político, mas que aconteceu realmente.

O Mourão, promovido a general, foi outro que, em todos os lugares por onde passou, fez uma campanha sistemática anticomunista. Ele falava diretamente aos seus oficiais, aos seus subordinados, em todos os lugares onde comandou.

Mandaram-no para Minas, porque acharam que ali a tropa não era tão grande?

Não sei. Imagino que acharam que ele, voltando para Minas, iria ficar acomodado ali. Mas foi diferente. Em Minas, a sua ação aumentou. Aumentou porque ele foi para um lugar onde conhecia todo mundo e as pessoas o conheciam pessoalmente. Ele não era tido como grande chefe militar, mas era uma liderança, com

posição definida, era uma pessoa que vinha do Governo Getúlio, do Governo Benedito Valadares, ele tinha presença em Minas Gerais. E, se não bastasse isso, tanto a 4ª RM, quanto a ID/4, receberam, em 1964, sei lá por que – não tenho a menor idéia, estou falando porque, como eu era de Belo Horizonte, ia à minha casa, e eu, tenente, ouvia essas coisas – uma equipe de excepcionais oficiais de Estado-Maior. Pode verificar a relação, você vai ficar boquiaberto da qualidade daqueles oficiais. E com o Magalhães Pinto como Governador, ele tinha a Polícia Militar "na mão", tinha o Governo do Estado.

Em 31 de março, quando me disseram, na Vila, o que tinha acontecido, eu quis saber como se passaram as coisas. Pouco depois, recebi uma ligação do meu pai, e ele disse: "O louco do Magalhães se desligou da Federação".

Esse episódio é interessante, porque é um episódio político importantíssimo. Porque aquela declaração em que um governador de Estado deixou de reconhecer o Governo Federal foi muito grave, embora tenha sido esmaecida com o prosseguimento da Revolução, do Movimento, e tudo mais.

Na ocasião eu pensei: E agora, o que acontece? De que lado estamos?"

Por força de convicção, eu era, e sempre fui, legalista. O que é o legalista? É aquele que é comprometido com a ordem institucional. E o que foi alegado em todas as manifestações contra o Governo Federal? É que o Governo Federal havia descumprido e afrontado a Constituição e a Lei, e se tornara, portanto, ilegal e, mais do que isso, ilegítimo.

Isso é importante, porque as coisas que aconteceram em seguida, para um comandante de subunidade, dentro da Unidade, não tinham conseqüência direta. Estavam acontecendo em um escalão muito acima. Mas, no momento em que Jango sai do Rio e vai a Brasília, sai de Brasília e vai embora, vai para o Sul, e do Sul para o Uruguai, o que acontece? Isso é outro ponto político que eu considero relevante.

Vamos voltar no tempo, para a renúncia do Jânio: o que se assistiu? Era Presidente do Congresso o Senador Auro de Moura Andrade, adversário do Jânio e que perdera, inclusive, eleição para ele em São Paulo. O que fez Moura Andrade no momento em que recebeu a carta-renúncia? Bateu a campainha, informou de imediato, não deu tempo para ninguém respirar, para conversar, nem nada, bateu a campainha e informou, de pronto, a renúncia de Jânio, declarou vaga a Presidência da República, e convocou Ranieri Mazzili para assumi-la.

Veja você a figura do presidente do Congresso, um senador, adversário político, a agilidade com que ele deu seqüência ao ritual institucional.

Agora vamos para o Jango. Quem era o Presidente do Congresso? Auro de Moura Andrade. De que partido? Do PSD, partido que havia rompido com Jango no

momento daqueles famosos decretos sobre Reforma Agrária. O Juscelino havia se encolhido. "Não vou hostilizar o Jango" disse, "mas o PSD vai fazer oposição". Disso ele avisou o Jango. E avisou novamente, por intermédio do João Pinheiro Neto – há um depoimento do João Pinheiro Neto sobre isso – de que o PSD era majoritário, embora a "tropa de frente" fosse a UDN, com o Lacerda vociferando etc. E o que aconteceu?

No momento em que o Jango deixa Brasília, e o Congresso é informado – não me lembro mais quem informou, se não me engano foi o Comandante do Planalto (na época não tinha esse nome), não sei se foi o General Fico, enfim – de que o Jango havia deixado Brasília, o que fez o Auro de Moura Andrade? Tocou a campainha e disse: "O Presidente abandonou a chefia do Governo, está vaga a Presidência da República". E convocou novamente Ranieri Mazzili para assumir a Presidência da República, e lhe deu posse imediatamente. Repete-se aquela mesma aceleração do ritual institucional.

Lá de 1961, repetindo o mesmo procedimento adotado com a intempestiva renúncia de Jânio Quadros, que deixara o País completamente perplexo.

Semelhante ao que aconteceu em 1961 com Jânio Quadros. E foi usada, em 1964, pelo mesmo Auro de Moura Andrade, representando o mesmo grupo político, e dando posse...

Por acaso ao mesmo Ranieri Mazzili...

Que era o Presidente da Câmara, e que, se não me engano, foi 17 vezes Presidente interino da República. Veja só a importância de um episódio relativamente pequeno. Por quê? Porque ficou caracterizada a continuidade institucional, quer dizer, quando o Jango chega ao Sul, e depois vai para o Uruguai, já não era mais presidente, não havia mais como ele se dizer presidente.

Esse aspecto é relevante.

Nós, dentro do quartel, nem estávamos sabendo disso. Só ficamos sabendo dias depois e só prestaram atenção nisso pessoas como eu que, por minhas origens, devido a meu pai, lá em Minas, sempre acompanhei as coisas da política.

Seu pai o que era?

Meu pai era professor nessa época, já tinha abandonado a política. Ele abandonou a política em 1951 e ficou só na Universidade.

E no período político?

O "velho" era chefe escoteiro, era muito conhecido em Belo Horizonte, mas o que ele fazia mesmo era pregar, dentro da Universidade, suas posições que

preferia chamar patrióticas. Ele foi de uma geração que viveu intensamente o patriotismo em todas as suas manifestações. Nasceu em 1900 e acreditava no Brasil como uma Nação e um Estado fortes. Ele nunca teve qualquer receio de assumir posições, de denunciar, de se opor. Era também um anticomunista ferrenho. Nunca acreditou em um socialismo democrático. Dizia que todos os *ismos* eram sempre totalitários jamais democratas.

Interessante, é que eu me chamo Luiz Carlos por causa do Prestes. Meu pai o admirava e nunca pensou que Prestes se tornaria comunista e estaria à frente da Intentona de 1935. Nasci em setembro e a Intentona foi em novembro. Eu tenho, escrita à mão por meu pai, uma verdadeira declaração de arrependimento por haver me dado o nome que tenho. Mas era tarde...

Ele foi do tempo do Prestes da Escola Militar. Ele era civil, mas fora candidato à Escola Militar, nessa condição serviu na "Quartinha", uma Companhia de Guarda da Escola Militar para onde eram mandados os soldados que a ela se candidatavam. Desse tempo veio a aproximação dele com o General Tristão de Alencar Araripe, com o Bragança, de quem já falei e que também era chefe escoteiro, com o General Guedes...

Com o próprio Mourão.

É interessante, com o General Mourão nem tanto – por força de que ele andou pouco por Belo Horizonte. O Mourão ficou mais pelo Rio e São João Del Rey. Mas o certo é que essa amizade de meu pai com essas pessoas e com toda a sua geração de políticos mineiros, principalmente os que participaram da Revolução de 1930, é que fazia com que eu, tenente ainda, ouvisse uma porção de coisas. Por conta dessa ligação familiar, eu conheci alguns desses episódios.

Agora, vamos ver o reflexo, no meio militar, desses pequenos episódios.

Nós tivemos um presidente que afrontou a lei, que estabeleceu a insegurança e a desconfiança, que fez prevalecer – como eu poderia dizer? Vamos usar o termo mais drástico – a mentira, e suas ações provocaram o rompimento de toda estrutura de disciplina, de lealdade, de amor à verdade e tudo de mais importante para um militar profissional. Como continuar subordinado a um Governo que se desmandara, se desmoralizara e traíra os compromissos que assumira ao chegar ao Poder?

Costumo dizer: eu não sou revolucionário autêntico, mas também não estava escondido embaixo da cama no dia da Revolução. E não saí gritando viva a Revolução depois que se tornou vitoriosa. Nada disso: eu estava na minha função, a exercia de acordo com aquilo que fora determinado pelo meu Comandante, e, felizmente, não tivemos maiores problemas quanto do Movimento propriamente dito.

Mas, repito, como garantir aquele Governo que agia daquela forma? Era uma coisa insuportável, porque a lealdade, o compromisso, não é com a pessoa, é institucional. No nível em que eu estava, a cadeia de comando não me deixou muita dúvida a respeito disso, até porque aqueles chefes em quem nós não confiávamos muito, de quem nós duvidávamos das suas ações, assim que aconteceu o Movimento, ou foram afastados, ou se afastaram, e sumiram no tempo.

Desapareceram.

E os que vieram, bons ou maus, com defeitos ou qualidades, eles se impuseram, e trabalharam no mesmo sentido daquele período anterior a 1964, no mesmo sentido de restabelecer a coesão, o profissionalismo, a prática das virtudes militares. Por mais que nós achássemos um chefe arbitrário, ou limitado – para falar dos lados negativos – ou muito afoito, com uma liderança heróica, qualquer dos tipos de chefes que fomos tendo, a partir de 1964, a verdade é que eles tinham, como marca de sua ação, um denominador comum formado pelo amor à verdade e pela lealdade.

Depois, tudo ficou muito mais fácil, por conta da presença do General Castello, Presidente da República. Ele já era, naquela época, para nós tenentes – um mito.

E não só ele. Ele e outros febianos. O General Mascarenhas, para nós, era outro grande mito.

Assisti, no Sesquicentenário da AMAN – eu servia na Academia – a uma homenagem aos ex-Comandantes, e o Marechal Mascarenhas estava presente. Terminados os discursos, ele tomou a palavra – ele estava presidindo a sessão – e começou a falar sobre a formação militar. Ele, que fora comandante da Escola, ele que fora Comandante da Força Expedicionária na Campanha da Itália, deve ter falado quase duas horas. Passou por cima da hora do almoço. Nós – eu já tenente – de azulão, cansados. Mas podia-se ouvir uma mosca voar dentro daquele auditório. Quando ele terminou – falando manso, falando baixinho – a salva de palmas foi espontânea – é até maldade, há sempre um brincalhão que diz que a salva de palmas foi porque, até que enfim, acabou. Não é verdade – o aplauso foi pelos valores que ele transmitiu naquele momento a todos nós.

Voltando a 1964: para nós, tenentes, o General Castello já pertencia a esse rol dos líderes consagrados como era o Marechal Mascarenhas. E como a ação dele era muito firme, muito segura, e muito política – para mim, particularmente – era um ponto de referência muito importante. Mas teria sido ela a primeira opção política para a situação?

E, aí, vêm as raízes mineiras. Houve toda uma tentativa de um governo civil: Magalhães Pinto, Governador de Minas, era o líder civil do Movimento e o

candidato natural. Essa tentativa se frustrou devido ao veto a Magalhães por parte de Lacerda, Governador da Guanabara, e Adhemar de Barros, Governador de São Paulo, além de alguns chefes militares. Se optou pela solução não de um governo militar, mas de um militar para exercer a Presidência, concluindo o período correspondente ao mandato dos que se elegeram em 1960. Segundo o previsto na Constituição em vigor, coube ao Congresso a escolha dos novos Presidente e Vice-Presidente.

O grande articulador dessa solução foi Alkmin (José Maria), que era amigo de meu pai, a quem eu, menino, conheci dentro da minha casa, já secretário, já político.

Ele articulou isso, junto com outros – Israel Pinheiro e outros – e aí há a necessidade de outro pequeno detalhe, também mineiro, que também se pode verificar: Castello era casado em Minas, Dona Argentina era de Belo Horizonte, e o pai dela, sogro do Castello, é que era a pessoa ligada a esses políticos; ele não tinha militância política maior, mas era ligado a esses políticos, e alguns deles que, mais tarde, estavam na Oposição, inclusive Israel Pinheiro e Francisco Negrão de Lima, eram pessoas em quem o General Castello tinha confiança, e que seriam incapazes de criar um problema para ele.

Ao lado do Clube Militar, na Avenida Rio Branco, no Rio, havia um prédio onde funcionava a Radional. A Radional fazia todas as transmissões para o exterior. Um grupo de dois ou três civis mais alguns oficiais da Marinha, tomaram conta da Radional, e passaram a gravar as conversações, ali e na central da Telefônica, que era no Largo da Carioca, se eu não me engano, no antigo Hotel Central, onde está o atual Edifício Avenida Central.

Deve existir ainda uma gravação da conversa de Alkmin com o Juscelino, a respeito da adesão de Juscelino à Revolução, na qual o Juscelino se justifica a Alkmin dizendo que ele não iria se opor, mas não poderia aderir de forma alguma, por conta dos compromissos que tinha com os partidos que o apoiavam. Achava que perderia a credibilidade se fizesse aquilo. Isso está nessa gravação que eu cheguei a ouvir uma vez – eu já era capitão e já estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), quando ouvi essa gravação.

Há certos detalhes do Movimento que para nós, tenentes, não tinham muito valor. Para nós, o importante foi a evolução da solução política para a solução de um militar, e desse militar haver sido o General Castello, com toda a sua autoridade. O importante foi a distribuição do Poder, tanto dentro da elite política, quanto dentro da elite militar. O importante para nós foi a chegada de chefes comprometidos com a disciplina, com a lealdade, com a verdade. Isso é o que interessava naquele momento.

Importante vai ser, depois, quando o movimento deixou de ser um movimento político e militar, para ser um movimento de institucionalização de um governo, de estabelecimento de um novo pacto sócio-político, de um novo pacto de mudança econômica, e de decisões que, afinal de contas, deram um novo rumo ao País.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de um movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Se eu estiver de um determinado lado, considero os movimentos contrários às minhas posições como reacionários, quaisquer que sejam eles. Os comunistas fazem questão de chamar de reacionário tudo que se contrapõe a eles.

Para mim, tenente, naquela época, foi um movimento – tendo à frente sobretudo as mulheres, principalmente de classe média, para manifestar o seu repúdio à desordem, à insegurança e à fragmentação social decorrente que se estabeleceram. Essa fragmentação social era uma ameaça a todo mundo, a qualquer pessoa: para o motorista de ônibus, para o trabalhador, para o empresário, para a professora, para o universitário. Esse tipo de fragmentação era uma ameaça grave. Assim, as Marchas com Deus foram concebidas, como o foram a das Diretas Já e o movimento dos "caras pintadas", e, uma vez deflagradas, congregaram diversificados setores da população, principalmente as mulheres.

As Marchas alertaram as Forças Armadas quanto ao descontentamento do povo, elas alertaram àqueles que ainda tinham alguma dúvida sobre isso?

Rigorosamente, para mim, tenente, significaram muito mais do que isso: "Vamos apelar a Deus, porque aqui já acabou". Então, eu me senti desafiado a cumprir a minha obrigação.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram, portanto, intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução? Qual a sua opinião?

Devo expor duas posições: a posição do tenente, da época, e a posição que tenho hoje, após quarenta anos de serviço, no País inteiro. A primeira posição, talvez até pelo estudo de história e pela minha formação no Colégio Militar, enfim, em algum momento fiquei com a idéia de que o Exército jamais tomara qualquer atitude, de cunho político que não tivesse o respaldo da população, inclusive em guerras externas. Naquela momento, essa era a minha convicção.

Agora, quarenta anos depois, após ler e estudar muito, eu reafirmo: o Exército nunca tomou e jamais tomará uma atitude que não tenha o respaldo do povo. Porque a verdade é que só se apela para a Força Armada quando não se encontra

uma solução política. É a mesma coisa de você estar sendo assaltado em casa e ir buscar a arma na gaveta. Você só vai buscar a arma na gaveta se o perigo for iminente, e se aquela arma vai lhe dar um mínimo de chance de fazer frente àquela ameaça. Eu tenho essa profunda convicção. O exemplo mais recente que costumo dar quando me perguntam isso, e vou repetir agora, volvendo ao que aconteceu em 1961. Por que aconteceu? Porque, havendo um veto da cúpula militar a João Goulart, não interessam as razões desse veto, não havia um veto da população a ele.

Exato, e por isso houve aquela confusão toda em 1961.

Não havia, naquela época, uma rejeição a João Goulart. Ele havia sido eleito pelo povo, em eleição majoritária, Vice-Presidente de Juscelino e Vice-Presidente de Jânio. Veja só, não me interessam os defeitos dele, nada disso me interessa; me interessa que, naquele momento, não havia, por parte da população, um veto, uma rejeição como a que existiu, claramente, em 1964.

A corrupção no Governo Collor, gerou, também, um veto popular ao Governo, que cai, através de processo político, dentro do ritual institucional. Se ele não caísse dessa maneira, ele cairia de outra maneira qualquer, assim como aqueles que no Congresso o derrubaram e que estavam ligados a outros interesses, diferentes do interesse maior, acabaram também sendo derrubados, afastados pelo próprio Congresso ou derrubados por não serem reeleitos.

Assim, essa correlação entre a ação política e o povo por intermédio dessa ou daquela instituição, no meu ponto de vista, sempre existirá, e no caso do Exército, a nossa Força Terrestre – o Exército Brasileiro – jamais irá às ruas sem o chamamento, sem constituir-se na vanguarda de um movimento do povo. Veja, não é chamamento populista, é chamamento do povo.

Tenho plena convicção disso. Pode ser até que mude daqui a alguns anos - tudo está mudando tão rapidamente -, mas, pelo que mostra a nossa História, não há a menor possibilidade de as Forças Armadas se divorciarem do povo. E se quisermos ir lá atrás, podemos dar o exemplo da abdicação de D. Pedro I.

Evidentemente que foi tudo muito bem colocado, atentando, inclusive, para uma importante minudência, porque do povo é uma coisa e popular é outra.

Como se portaram os sindicatos, entidades tachadas de esquerdistas, como União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) etc., logo após o início da Revolução?

Vou dizer como eu via essas instituições, naquela época. No que diz respeito às organizações trabalhistas, na época, eu tinha a convicção de que elas eram

"fachadas"; na realidade, não representavam nada. Todo mundo sabia, ou dizia, que os "pelegos" dominavam as organizações sindicais, e que os sindicatos não representavam a classe operária .

O meio rural não tinha qualquer organização. O que era a pouca organização que tinha? Eram as "Ligas Camponesas", e o meio rural só vai ter expressão social já nos governos do Movimento de 1964, que paulatinamente vão integrando a população rural aos direitos do cidadão.

As organizações corporativas ou estudantis estavam no mesmo caminho que as organizações sindicais – isso visto por mim naquela época. Quer dizer, não chegavam a ser controladas por pelegos, mas eram controladas por militantes. Não digo nem por estudantes profissionais, como muito se fala. Eu diria mais que por pessoas que agiam pelo entusiasmo ou por vontade de poder ou mesmo por dedicação sincera àquilo que elas consideravam uma causa justa, embora equivocadamente.

O estudante profissional vem depois, a partir de 1968, não é isso?

Ele vai aparecer como base, como elemento de apoio de grupos de subversivos, quando há a opção pela luta armada, no período depois de 1968. Na eclosão do Movimento de 1964, esses estudantes, mais por entusiasmo, se colocaram naquela posição de contestação, e uma vez nela não tinham volta; quer dizer, a volta só aconteceria se tudo corresse normalmente, o tempo passasse... e nós estamos vivendo essa volta.

Hoje, é completamente diferente. Eu não vou esperar de um atual ministro que ele proceda da mesma maneira que procedeu quando era presidente da UNE, não há a menor possibilidade de ele fazer isto. Se eu pedir a ele uma autocrítica, ele será muito mais veemente, e muito mais exigente, do que eu possa ser, em relação a ele próprio. Tenho alguma vivência de casos como esse, então eu posso lhe dizer isso. Mas a pergunta é: o que as entidades de classe representavam?

Eram organizações de fachada, que serviam para o populismo manipular a massa, fazer o movimento de massa, e foram usadas dessa forma. No momento em que houve o Movimento de 31 de Março, eles se surpreenderam, mais do que nós.

E, uma vez surpreendidos, o que aconteceu? Alguns foram presos. Outros simplesmente sumiram, trataram de se esconder, de alguma forma, e, aí, aparecem os auto-exilados.

E outros, menos conhecidos, se aquietaram e sumiram, anonimamente, no meio da multidão, no meio da massa. Você procurava uma entidade dessas qualquer e, chegando lá, encontrava salas vazias e ninguém mais. Procurava por "fulano", e

o fulano não estava, tinha se mudado, havia viajado. Isso foi o que realmente aconteceu. Fugiram e, hoje, se dizem exilados, de modo a evitar a pecha de fujões.

Agora, que papel essas organizações realmente desempenharam?

Do meu ponto de vista, tiveram esse papel de "fachada", de organizações através das quais eram manipulados os movimentos de massa, até que se deu o Movimento de 1964. Aliás, eles próprios já estavam assustados depois do Comício da Central do Brasil.

Não sei se eles foram longe demais. Mas já estavam assustados por não terem condições de conduzir o processo de subversão social e política que se desencadeara. Se deram conta de que eram fantoches, de que estavam sendo usados, e que quem se achava realmente conduzindo o espetáculo não eram eles, mas um pequeno grupo comprometido com o comunismo internacional que os manipulava, manipulava o próprio governo.

Isso é o que eu penso dessas organizações de classe.

É possível identificar alguém desse grupo que comandava, inclusive, o títere João Goulart?

É interessante essa pergunta. O controle era realmente indireto, nebuloso, aparentemente impessoal. Havia, por ambição pessoal e muito dirigida, a ação populista do Brizola, no Rio Grande do Sul. Havia outras lideranças que esperavam, uma vez estabelecido um novo Poder, uma nova organização institucional, conquistar um lugar nesse Poder. E não chegaram lá. Havia gente em São Paulo, no Nordeste etc. Havia por trás delas alguns empresários em condições de aderir por interesse econômico e financeiro. Sempre há. E havia gente na elite política em condição de dar "massa crítica", caso as coisas caminhassem no sentido de uma nova ordem de cunho socialista ou mesmo comunista.

Tudo isso acontecia. Esse grupo tinha uma "inteligência" formada de gente privilegiada. Eram pensadores e gente da elite política e social que realmente estava comprometida com a instauração de um regime socialista no País. Mas eu não sei até onde enxergavam a forma de instrumentalizar isso, e, aí, é que tenho a impressão de que eles se perderam. Devo dizer que todo aquele grupo do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), todo aquele grupo da Universidade de São Paulo, todos esses grupos, eram inteligentes, davam o conteúdo ideológico, davam o ideário para uma socialização, só que – e, aí, eu volto – quem, praticamente, degradou o movimento que eles iam fazendo, como degradou o trabalhismo implantado por Getúlio, foi o populismo. Foram afastados do centro do Poder e até eliminados os verdadeiros trabalhistas como San Tiago Dantas, Fernando Ferrari, Pasqualini, Roberto Silveira, os Ermírio de Moraes, o velho e os filhos que estão aí

até hoje. Eram homens de valor, com liderança, e tinham um viés socialista. Mas não serviam para o movimento anarco-comunista que estava em curso. O populismo baseado só no movimento de massa, baseado na manipulação rasteira do Poder, não tem controle. É inconseqüente.

E os principais líderes civis e militares da Revolução?

Citar nomes é sempre uma complicação. Mas gostaria de frisar aqui – e toda vez que eu digo isso afirmam que o faço porque sou mineiro; mas não é essa a razão, é por justiça – que não podemos deixar de creditar à perseverança, à coragem e à firmeza de atitudes de Magalhães Pinto, Mourão e Guedes, o desencadear do Movimento. Independente de qualquer outra coisa, – não se discute as qualidades, os defeitos, as ambições, enfim, nada disso – no episódio, essas três figuras assumiram a responsabilidade de desencadear o movimento político-militar.

Exatamente, o Magalhães, o Mourão e o Guedes.

Meu pai mandou um cartão para o Magalhães dizendo assim: "Um abraço a quem soube assumir a responsabilidade".

Não discutiram se estavam contra o que vinha ocorrendo, agiram, correram o risco. Na época, eu disse: "Puxa, aquela coluna que veio de Minas parecia quase uma coluna de ciganos", e um companheiro, que participou da coluna, ficou muito ofendido com isso. Mas a verdade é que tinha de tudo: tinha caminhão, ônibus, tinha de tudo na coluna – realmente, se fosse filmada, pareceria uma coluna de ciganos, embora fosse uma coluna militar, coordenada, com "ordem de movimento", sabendo o que estava fazendo, e tudo mais; não há desdouro algum no fato de ela ter sido composta com os meios disponíveis, fossem do Exército, da Polícia, ou outros, de natureza civil.

Uma vez passado o episódio, vamos ao Movimento propriamente dito.

No Movimento propriamente dito, temos que verificar – vamos descobrindo através do estudo e das informações que vão chegando – as outras figuras que foram participando.

Proeminentes.

Uma figura como a do Marechal Denys é indiscutível. Mas veja: para nós tenentes na época em que ele era Comandante do I Exército, faltava um pouco de apuro na sua maneira de fardar-se, deixando-nos uma idéia de certa despreocupação com a sua apresentação pessoal. Mas esse era o Exército da época. Tínhamos, por exemplo, uma impressão horrível do General Osvino, pela aparência, pelo jeito de se apresentar.

O Osvino era como não se deve ser. Fardava-se pessimamente.

O General Denys, sempre muito calado, estava, invariavelmente, com aquele cigarro na boca. E quando vai se verificar as suas ações de comando, para o Exército da época... era uma liderança efetiva.

E que, mesmo na reserva, tinha uma força impressionante.

Quando teve que se afastar, em 1961, ele se tornou, naturalmente, o ponto de referência daqueles que não aceitavam aquela situação que se estabelecera.

E ele não fugiu à responsabilidade de ser esse ponto de referência. Orientou, aconselhou, foi leal e sincero, até com aqueles que participavam do Governo João Goulart. Ele não se furtou a isso. Podemos encontrar os testemunhos a respeito dessa verdade. Então, o Marechal foi uma liderança da maior importância.

Fundamental.

É interessante, porque nessa hora em que o Exército e o povo se levantam contra a desordem e contra a degradação da estrutura político-institucional – não chega nem a ser o anarquismo, porque o anarquismo é uma coisa mais séria, uma desordem generalizada – o que acontece?

O aspecto coesão, de busca da coesão, passa a prevalecer, e, nessa hora, em que o aspecto de busca da coesão passa a prevalecer, é interessante notar como retomam a sua posição, assumem as suas responsabilidades e ocupam seu espaço os chefes militares que estavam tolhidos em função. Foi o caso do General Castello, do General Kruel, do General Costa e Silva, do General Médici e do General Justino.

Você vê pessoas que, inclusive, foram consideradas "do outro lado" – é imprópria a colocação, mas vamos chamar "do outro lado" – se colocarem na sua posição, assumir a sua responsabilidade, ocupar o seu espaço, e exercer a sua liderança. Porque, para todos os efeitos, naquela "água turva" antes do Movimento, você não apostava no General Justino, você não tinha como apostar no General Kruel – o General Kruel trouxera o Jango do Uruguai...

Tinha sido Ministro do Jango.

Tinha sido Chefe da Casa Militar e Ministro. Como apostar nele?

Mas, no entanto, eles se colocaram, uns em posições de maior destaque, outros nem tanto, mas, o que é mais importante, o que eu gostaria de salientar é que eram os homens que estavam nas posições de comando e que, naquele momento, em que foi necessário agir, eles estavam lá, assumiram a responsabilidade, ocuparam o seu espaço e exerceram a sua liderança. Esse aspecto é importante.

Esse é o aspecto profissional, esse é o aspecto institucional. Porque, quanto aos outros aspectos, pode-se passar o resto da vida discutindo, até pela origem e pelo passado de cada um dos chefes.

Entre os civis, quais foram os destaques?

Nós temos Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Alkmin, Israel Pinheiro, Bilac Pinto, Milton Campos, o próprio Auro de Moura Andrade, Ranieri Mazilli.

Se formos desdobrar no campo civil, vamos encontrar, principalmente na área do Direito, outras figuras que foram importantes. Vemos ser resgatado, lá da Revolução de 1930, do Estado Novo, o Chico Campos, vemos se aproximar um Oscar Corrêa e tanta gente mais. Temos um rol de políticos que, primeiro, enquanto estava toda aquela desordem, se mantiveram como que um dique, na oposição, tentando colocar um mínimo de coerência em tudo que estava acontecendo.

Em todas as áreas, houve um rol respeitável de homens que assim procederam. Há muitos revolucionários autênticos. É lógico que sempre, em torno, há oportunistas, e há parasitas, que se agregam. Hoje, todavia, parece que o que não falta é ex-exilado, perseguido pelo Movimento de 1964. Quando se apresentam todos que se dizem exilados, parece que o Brasil inteiro foi para fora. E nada disso aconteceu, isso não corresponde à verdade. Exilado mesmo foram pouquíssimos.

Não citarei outros nomes. Ficarei apenas nas lideranças efetivas do Movimento.

O Movimento foi exclusivamente interno, ou houve participação externa, inclusive dos Estados Unidos?

Na visão do tenente, ele foi interno. Na visão do estudioso, quase quarenta anos depois, ele foi interno. É lógico que interesses externos convergiram sobre ele.

Não há nada que aconteça em um País como o Brasil que não interesse aos demais, sejam os vizinhos, sejam as potências mundiais.

Principalmente dentro do quadro da guerra fria, de um lado e de outro.

Participação, através de serviços de inteligência, pode até ter havido. Sabe por quê? Porque sempre existem as ações de inteligência e de contra-inteligência. É impossível que os serviços de inteligência de todos os países do mundo estivessem desativados ou omissos em relação ao Brasil.

Então, não há a situação de não existirem serviços ativos de inteligência. A atividade de inteligência – desconheço outro nome – fardada ou em traje civil, de alguma forma existe, e a participação dos serviços de inteligência seguramente terá ocorrido. Mas, também, como você diz, de um lado e de outro, porque não foi só de um lado. Mas nunca consegui detectar uma atuação efetiva, de qualquer agente estrangeiro, no Movimento de 1964.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, esquema do Assis Brasil?

Opinião do tenente: esse esquema nunca existiu. Minha opinião, quarenta anos depois: esse esquema não existiu. A prova de que não existiu foi a maneira como os fatos foram se desenrolando. Não houve esquema militar. Qual era o esquema militar?

Aqueles que se diziam do "esquema", não tinham liderança, pois desapareceram, como aqui foi dito.

Mas não havia esquema. Veja só, o Ministro da Guerra, doente ou não – conheci o General Jair e tenho dele uma lembrança positiva –, me deixou sem entender por que não tomou certas atitudes.

Ele me era muito caro, pois foi meu Comandante no Colégio Militar, me conhecia bem, e meu Comandante também na Academia, distinguindo-me por nunca haver deixado de me identificar pelo meu número do Colégio, 640.

Quem não conhecia o aluno 640, no Colégio Militar? Todos conheciam porque ele se destacou.

Como essa pessoa, doente, poderia ser chefe de um esquema militar? Como poderiam o General Assis Brasil ou o Chefe de Gabinete do Ministro, até pelas funções que ocupavam, ser lideranças militares num Exército cujas lideranças eram outras, sabidamente outras? Quando houve o Movimento, como já disse, os comandos "reassumiram" o comando e desapareceu aquilo que era chamado de "esquema militar", esquema que, na minha opinião, jamais existiu.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, pelo General Médici, foi correto?

Em 1964, era Comandante da Academia o General Médici. O General Médici, como capitão, saiu do seu Regimento, com o seu Esquadrão, para aderir à Revolução de 1930. Acredito que deva ter havido uma decisão muito pessoal dele. O General Médici que era um homem discreto, calado e intuitivo.

É interessante, porque ele raciocinava – isso no meu ponto de vista – sobre a intuição que tinha tido, e, racionalizando sobre a intuição, ele decidia; e era firme na decisão, e sem muita explicação. Até porque não precisava explicar, de tão lógica. Isso foi o que eu conheci do General Médici.

Acredito que ele deva ter tido a intuição: "Como vou evitar o choque entre o Kruel e o Âncora?"

E evitou.

Porque, diante do cadete, qualquer comandante pensaria duas vezes.

E ele não pensou, ele se antecipou.

Tropa contra tropa, eu não sei. Ele possibilitou, inclusive, um encontro, até do General Âncora, que estava doente...

Lá dentro da Academia, com o Kruel.

O General Âncora estava quase que sem condições de se deslocar. Isso é a apreciação do tenente da época. Agora, a minha apreciação, hoje.

Eu, se fosse Comandante da Academia,. no lugar do General Médici, provavelmente – e eu falo isso porque servi três vezes na Academia, fui tenente, capitão, Comandante de Curso – teria envolvido a Academia. Por quê? Porque a participação da Escola Militar nos momentos críticos da vida política nacional faz parte da tradição histórica brasileira. Pode não fazer de agora em diante, mas até 1964, fez.

A Escola Militar, hoje Academia Militar – a AMAN - tem um significado, um simbolismo, diferente da ECEME e mesmo da EsAO. A ECEME é muito mais dinâmica em suas participações – tive oportunidade, de 1968 a 1970, quando fiz o curso, de estar envolvido em uma série de coisas – mas ela não tem o simbolismo, não tem a presença da Escola Militar, da Academia Militar.

Acho que ele "ganhou a guerra", no meu ponto de vista, porque nós, que vínhamos de São Paulo, quando soubemos que a Academia, com aquele simbolismo todo, estava em posição, aquilo deu "alma nova"; nos deu uma força, um ímpeto, uma sensação extraordinária, que até é difícil de, com palavras, explicar – não estávamos sozinhos nos deslocando para o Rio; constatamos, com emoção indescritível, que teríamos entre nós e o I Exército, a Academia. Impressionante o significado desse fato!

O General Médici colocou um "tampão" entre as duas forças, para que não houvesse o choque. E não houve o choque. Ele foi o canal de comunicação entre os dois comandantes de Exército, entre os dois companheiros – generais Âncora e Kruel.

Esse viés da camaradagem é outra coisa que entendemos, mas o civil, de um modo geral, não entende, não avalia. O civil mais velho até entende – porque todo mundo era da turma do Pedro II, da turma do Colégio São Bento, do São José. Mas hoje é até impossível. Já não há mais nem turma...

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março?

Acho que sim. Já afirmei isso várias vezes: essa foi uma preocupação depois de 1954, foi uma preocupação durante a campanha do Lott, foi uma preocupação no período de 1961 a 1964, e se robusteceu depois de 1964. Até porque houve uma convergência de chefes de tendências ideológicas diferentes, para o Movimento de 1964. Quase que houve um reagrupamento dos chefes que, em 1930, haviam participado da revolução.

E o nosso Movimento, tinha alguma ideologia?

Como vou dizer? São duas coisas distintas. Primeiro, vamos falar do Movimento de 1964. O Movimento de 1964 é um movimento político que teve um desfe-

cho político-militar e que depois se desdobrou politicamente, embora com militares na Presidência, até porque essa solução, do militar na Presidência, foi uma opção da elite política, do mundo político, para evitar um confronto das diversas forças políticas, dos diversos segmentos políticos, e até preservar aqueles segmentos que tinham sido deteriorados pelo populismo inconseqüente, como eu disse.

Na realidade a elite política se deu um tempo para se recuperar e se reorganizar, enquanto isso um militar exercia a Presidência, embora o Poder político fosse exercido por eles mesmos, pelas elites políticas. A mídia, no entanto, equivocadamente, rotulou todo o período de período militar. Isso não é uma verdade, mas ficou assim.

O Movimento de 1964 foi um movimento político, que se iniciou em oposição à desordem do Governo Jango, culminou com o episódio político-militar de 31 de março e prosseguiu até a abertura em 1985, até a reinstitucionalização de 1985 a 1988. Esse Movimento político teve uma ideologia – a da democracia liberal –, até porque esse foi um compromisso do ideário do Movimento.

O compromisso expresso pelo General Castello quando assumiu a Presidência, eleito pelo Congresso, foi o de restabelecer o modelo institucional democrático do País. E o Movimento conseguiu isso.

Conseguiu, porque a atitude das Forças Armadas, em particular do Exército, ao longo do Governo Figueiredo, possibilitou – apesar do percalço que nos causou a corrente Maluf, de São Paulo, implodindo o então PDS – a eleição de Tancredo, que tinha um compromisso com uma constituinte, e isso levara à elaboração de uma proposta de constituição pelo grupo coordenado por Afonso Arinos.

Só a morte de Tancredo – que foi outro percalço que aconteceu – faz com que Sarney assuma e, não tendo a liderança nem a força e o compromisso que tinha Tancredo, convoque uma Constituinte que foi liderada por uma pessoa descompromissada com a democratização, embora dissesse o contrário. O resultado foi uma Constituição, cidadã, em parte, mas que está, aí, a sofrer uma reformulação permanente, porque há capítulos absolutamente incompatíveis até com o contexto de cidadania que ela contém.

A isso eu chamo de “azares políticos”, mas o compromisso do Movimento foi o compromisso com a democracia.

O Movimento de 1964, apesar dos percalços que tivemos, tinha, tem e está cumprindo o compromisso com a profissionalização das Forças Armadas, em particular do Exército. Essa profissionalização é baseada na integração das Forças Armadas com a sociedade, que é de onde provém o próprio Exército, provêm as próprias Forças Armadas. Isso é uma coisa indiscutível. Pode-se falar, pode-se

inventar o que bem entender, isso é uma verdade que justifica os altos índices de confiança alcançados pelas Forças Armadas nas pesquisas de opinião pública.

No seu entender está correto o termo Revolução ou seria Contra-Revolução?

Vamos largar o tenente de mão, e vamos pensar hoje, depois de estudar e discutir. Sempre me refiro ao Movimento, porque é um termo que eu considero bem mais amplo do que revolução. Mas vamos ficar no termo revolução, do ponto de vista de episódio. Se, no entanto, observarmos o episódio político e militar que, nascido um pouco antes de 1961, atinge seu ponto crítico em agosto/setembro de 1961, se desenvolve e tem seu desfecho em 1964, temos uma contra-revolução. Por quê? Porque havia, por parte de outros, daqueles que manipularam o Governo João Goulart, a intenção de fazer uma revolução. A intenção não, eles diziam que estavam fazendo uma revolução. Eles a consideravam em andamento e que ela viria a se institucionalizar. Havia, portanto, uma revolução em marcha, buscando a socialização do País. Só que uma socialização, como eu disse, não baseada na ideologia, mas baseada – no meu ponto de vista – num tumulto político, numa desordem política, naquele populismo que chamei de inconseqüente. Isso é uma coisa.

Agora, o Movimento, que se prolongou depois do episódio – e que ainda estamos nele, mesmo que as pessoas não queiram, mas estamos nele – para mim é uma revolução. Então, aquele episódio de 1964, aquele compromisso assumido pelo General Castello, compromisso assumido por todas as forças políticas que apoiaram o Movimento de reinstitucionalização do País, com todos os seus desdobramentos e com todos os problemas que vem enfrentando até hoje, na realidade, caracterizou perfeitamente uma revolução.

Por quê? Porque consolidou a interiorização da Capital, consolidou o regime sonhado pela dupla populista Getúlio – Juscelino, consolidou o capitalismo de estado, universalizou a previdência social, universalizou o ensino superior, concluiu a integração territorial com a malha rodoviária.

Elaborou a Constituição de 1967.

Elaborou, sim, a de 1967, e já houve uma segunda, em 1988, que também é fruto da Revolução, é um compromisso da Revolução. Então, a Constituição de 1988 – com todos os seus defeitos, embora tenha sido feita de maneira diferente daquela que já havia sido encaminhada – foi um compromisso político da Revolução.

Enfrentou a luta armada e a desordem mundial. Venceu a luta armada, as crises energéticas – a primeira e a segunda – incorporou o homem do campo à previdência social e à sociedade propriamente dita, integrou social e espacialmente

a população através das telecomunicações, e promoveu a democratização e a institucionalização da estrutura política do País.

Isso foi uma Revolução, e uma Revolução que foi feita por um "monte" de gente. O fato de haver cinco presidentes generais é o de menos, rigorosamente é o de menos. O importante é saber da participação de toda essa gente ao longo desse tempo todo. São cinqüenta anos de Revolução.

Eu diria que a Revolução de 1964 foi a retomada do compromisso da Revolução de 1930 e a realização dos anseios de 1930. Há controvérsias, mas poderíamos dizer isso. E a verdade é que, se hoje estivessem vivos, Getúlio e Juscelino estariam aplaudindo o trabalho da Revolução.

Então, podemos dizer, sem medo de errar, que os governos da Revolução não foram militares, mas governos cujos presidentes eram militares?

Quando foi que a elite econômica e a elite empresarial de São Paulo, aqui do Sudeste, deixou de conduzir a política econômica do País? Nunca. E a política social, aquilo que foi feito na política social? "Ah! Mas o Ministro Fulano, na Educação, foi assim, o Ministro Beltrano, na Previdência, foi 'não sei o quê'". Foram, mas cumpriram o seu papel naquele momento, e possibilitaram que se chegasse aos dias de hoje, onde estamos combatendo a corrupção dentro da Previdência, estamos informatizando-a, possibilitando a agilização do atendimento ao cidadão, estamos dando a assistência ao idoso, e tudo mais. Por quê? Porque foi construída uma estrutura para fazer isso, e a "duras penas".

Tem corrupto? Vamos tirar os corruptos. Tivemos um corrupto na Presidência da República, tiramos o corrupto, fizemos funcionar, e funcionou "direitinho" o ritual institucional. Todas essas coisas, isso tudo, é preciso que a gente olhe com esses olhos.

O senhor gostaria de citar algum acerto importante da Revolução, além dos tantos que foram aqui apresentados?

Acerto? Eu acho que foi tudo acerto. Veja só: o Brasil conseguiu, em vinte anos, administrar uma mudança radical do perfil de sua população, sem perder a produtividade, pelo contrário, aumentando-a, e sendo capaz de fazer isso tudo com o mínimo de conflito. Agora, estamos vivendo um conflito sério, por quê? Porque, com a urbanização maciça – 85% de população urbanizada – e com essa periferia dos grandes centros como está – temos preocupações adicionais relativas a como administrar a violência urbana, administrar a habitação, administrar o saneamento básico, dando seqüência à administração realizada em período recente.

Precisamos fazer força para isso, mas, para termos êxito, vamos ter que dizer com toda transparência à população: "Olha, o compromisso do País é esse". E, com prioridade, empregar todos os meios do Estado, em todos os níveis, inclusive as Forças Armadas, para atuar nas áreas urbanas, transformando-as, humanizando essas áreas, e as integrando à sociedade.

Quando eu era menino, no tempo da ditadura Vargas, toda cidade acima de "não sei quantos" mil habitantes – não me lembro mais – tinha uma praça de esportes pública.

Como era essa praça de esportes? Era completa. Só para se ter uma idéia, o Minas Tênis Clube era uma delas. Tinha biblioteca, tinha posto de saúde, tinha tudo. Aí, veio 1945. A primeira coisa que o Governo Milton Campos fez – eu não estou falando de nenhum ladrão, eu estou falando de Milton Campos – foi privatizar as praças de esportes, ou seja, aquelas praças de esportes foram leiloadas, tornaram-se clubes fechados. Perdemos as praças de esportes, a população perdeu o acesso a áreas e atividades que eram o próprio exercício democrático de cidadania. Alguma coisa deveria ser feita nesse sentido de valorização social das periferias urbanas.

As Forças Armadas, e o Exército em particular, são veículos de integração social. Por isso, cada vez mais, precisamos fazer com que o reservista, o oficial da reserva, dentro do mesmo princípio da coesão de que falamos, continuem identificados com suas Unidades, com as Forças singulares. Por mim, num desfile de 7 de Setembro ou do Dia do Soldado, ou seja lá do que for, eu teria os meus reservistas em forma com a minha tropa, cantando e desfilando juntos.

Tudo isso fiel a uma coisa que agora foi perguntada: qual a ideologia do Exército na Revolução? Foi a busca da integração e da coesão social em torno dos interesses nacionais. A ideologia do Exército na Revolução foi, como é agora, e foi sempre, o patriotismo. Essa integração social acho que deva ser buscada de todas as formas. Não posso ficar com melindres, de que isso vai 'apaisanar', isso não é atividade–fim. Tenho que tomar os cuidados, mas tenho que marcar o meu objetivo e chegar lá. E esse objetivo é a coesão em torno daquilo que interessa ao Brasil. Na hora que se disser "Batalhão, em forma!", é importante que o pessoal da ativa, e todos os reservistas do Batalhão estejam em forma, com a mesma vibração, integrados, participando. Eu assisti a isso, no Chile.

Coronel, quais foram os erros da Revolução? Ficou muito tempo no Poder?

Como é que vou responder isso? Acertos e erros são parte da evolução de um País que buscou um objetivo. E o fez sob a liderança daqueles que conduziram

o Movimento, realizaram a Revolução, durante o tempo que o povo permitiu com seu apoio e participação. Quando o modelo mostrou sinais de esgotamento, veio a chamada "abertura" política e o reordenamento político necessário. Acho que o civil pode até falar em "volta aos quartéis", como criação de uma figura de retórica para marcar o afastamento de militares do campo da política partidária. E aí eu confirmo: é verdade, é uma volta aos quartéis; os militares voltaram às suas lides profissionais, deixando aos políticos, aos civis e aos diversos segmentos da sociedade, a condução cada um de seu setor, para buscarem os seus objetivos. Até porque já era tempo.

Os civis não abriram mão de conduzir a economia e os militares nunca se opuseram a isso; a esquerda tomou conta de toda a Educação, durante o período chamado militar, aliás com péssimos professores. E puderam fazer isso sem cuidados.

Já na área tecnológica, por exemplo, não aconteceu isso; eles nunca abriram mão da nossa participação e nós contribuímos com os nossos técnicos, com nosso esforço, com nossa orientação e com a nossa disciplina. Conseguimos consolidar as estatais, abrindo mão de quadros valiosos, nossos, em proveito dessas estatais.

E quais foram os erros? Eu não vejo erro, acho que não houve erro algum. Qual foi o erro do Eisenhower ser o Presidente dos Estados Unidos? Não vejo erros, vejo que, ao longo desses quase quarenta anos, o País buscou os seus objetivos, e a participação da elite militar foi decorrente, primeiro, por ela existir, segundo, por ela ser capaz, e terceiro, por ela ter assumido a responsabilidade. Afinal ela poderia não ter tomado a si esses encargos e nem ter se disposto a arcar com o ônus do exercício do Poder.

Mestres importantes, no tablado da Escola Superior de Guerra têm asseverado que as décadas de 1960 e 1970 são as duas de maior brilho no campo econômico, de toda História do Brasil. Por que isso não é divulgado?

Porque se eu disser que foi o Governo Médici que permitiu isso, se eu disser que foi o Governo do Geisel que permitiu isso, eles vão dizer: "porque ele pegou o Delfim", assim como eles falam do Pinochet, no Chile: "mas ele pegou o pessoal de Harward", como se não fosse até uma sabedoria o dirigente escolher os melhores. Mas nem foi isso. Na realidade foram os diversos grupos responsáveis pelos setores produtivos do País que fizeram chegar ao Governo essas pessoas. E por que eles não falam? Não falam porque não querem.

Para falar, teriam que falar a verdade, e para falar a verdade, eles terão que dar a "mão à palmatória" e dizer que, embora os presidentes fossem militares, os poderes político e econômico eram exercidos pelas elites políticas e pelas elites econômicas.

Isso tem que ser dito, também, e há dificuldade em dizer essas coisas todas. Por quê? Porque eles sabem que não lhes é conveniente – não vão ressaltar o que eleva os contrários.

Voltando a 1968, quais foram os objetivos da luta armada? Ela recebeu apoio externo? O AI-5 foi necessário?

Essas coisas todas são sempre muito recentes, existe muita coisa para ser descoberta, ainda. Tem muita mentira em circulação...

Apareceu guerrilheiro à beça.

Agora, que terminou. Na hora, quando eram cercados, eram só meia-dúzia.

Agora, todo mundo é guerrilheiro.

Também, está valendo bastante, está valendo um apartamento de dois quartos. Mas vamos voltar à pergunta. É indispensável considerar que o período de agitação, que se desdobrou na luta armada, não foi um episódio local. Foi um episódio decorrente de uma estratégia que não incluiu apenas os movimentos de massa, mas todos os instrumentos de desestabilização política que se possa imaginar.

Como hoje se usa a corrupção para se desestabilizar o aparelho político-administrativo e corromper a sociedade, desestabilizando-a também, naquela época houve toda uma estratégia nesse sentido. Vimos o que aconteceu na França, na Alemanha, na Península Ibérica, na Inglaterra, nos Estados Unidos e nos países da América Latina.

Na América Latina, por estímulo dos Estados Unidos, houve um momento de militarização dos governos, uma militarização que, em certos lugares, como no Chile, foram, realmente, governos militares; diferente do Brasil.

Uma vez, perguntado qual o regime vigente no Chile – eu estava presente – o General Pinochet respondeu ao jornalista inglês, sem nenhuma tergiversação: "És una dictadura militar". Assunto encerrado. Mas era governo militar, mesmo. Por quê? Porque os ministros eram militares, porque as comissões legislativas eram dirigidas pelos comandantes das Forças. Os governadores de província eram os comandantes de Divisão, o prefeito era o comandante da Unidade, fosse ele do Exército, da Marinha, da Força Aérea ou das Forças da Ordem (Carabineiros). Então, era um governo militar. Diferente, portanto, do nosso caso.

Outro lugar que se estabeleceu um governo militar foi em El Salvador, governo militar semelhante ao do Chile, só o tamanho era outro. Esses governos eram apoiados, mais ou menos, pelos Estados Unidos. No caso do Brasil, não vou me alongar, existe documentação farta na imprensa para ser consultada, sobre o apoio recebido, principalmente de inteligência, dos Estados Unidos, através de

informações que chegavam ao Governo brasileiro, ou diretamente, ou por via triangular – normalmente isso funciona via triangular – bem como há farta informação de como eram treinados os terroristas e os guerrilheiros, como eram abastecidos aqueles grupos que optaram pela luta armada.

Os depoimentos estão aí, deles próprios, mostrando como determinados seqüestros foram, na realidade, instrumentalizados de fora para dentro do Brasil. As justificativas, que sempre são apresentadas por esses que participaram da luta armada, é de que a repressão tinha chegado a tal ponto que a resposta só poderia ser a luta armada, o que não corresponde à verdade.

A verdade é que os dois existiram, como existe, hoje, a polícia e o crime organizado. Na medida em que um cresce, o outro também cresce; se cresce o crime organizado, cresce a polícia, e assim foi. Entretanto, a verdade é que os grupos de luta armada, com seus seqüestros, com seus assassinatos, com seus assaltos, jamais conseguiram o apoio do povo, da população comum, jamais.

O apoio veio de pequenos grupos que se comprometeram de alguma forma, ou por suborno, ou por desvio moral, ou desvio de comportamento, e que ficaram sendo chantageados e obrigados a manter o apoio; por um grupo da Igreja, remanescente daquilo que falei no início, decorrente da "Teologia da Libertação", e é interessante, ela se dividiu: há uma parte que é puramente teológica e outra que é instrumentalizada, e que, na realidade, hoje, é quase leiga, poucos ficaram na Igreja ou apenas dela se servem como homizio.

É verdade, os "Freis Betos e Boffs" estão espalhados por aí.

Há vários. Há essas linhas todas, que a gente compreende, estuda, as informações estão aí. É importante dizer que tanto a luta urbana como a rural, se inviabilizaram; primeiro, por essa falta de apoio da população; segundo, porque quem contava mesmo com o apoio do povo durante os famosos "anos de chumbo", apoio substancial, era o próprio governo.

Exatamente. O Presidente Médici, por exemplo, chegava ao Maracanã e era aplaudido pelas duas torcidas. No Rio de Janeiro, um fenômeno inusitado.

Nem falo só do Presidente, falo do próprio Governo, cujas ações eram tão positivas que quem tinha o apoio da massa era o governo, e não esses grupos armados. Esses grupos nunca tiveram o menor respaldo popular. Então, a primeira coisa que os levou a fracassar foi esse fato, fazendo com que não crescessem e fossem ficando sem espaço para atuar e, mais do que isso, fossem criando um repúdio à ação deles, porque o brasileiro – o povo de um modo geral – tinha até medo dessa gente, como tem do traficante hoje, mas ele não é conivente com o traficante e não foi conivente com essa gente naquela época.. Se ele sente segurança para

"entregar" o traficante, para denunciar, ele denuncia, ele não é conivente. Então, a mesma coisa aconteceu com a luta armada.

E há um outro detalhe, esse, sim, é profissional, e aí teríamos que conversar um pouco sobre como aconteceu o Governo Médici, mas talvez não seja o caso de se conversar sobre isso agora, porque seria muito longo. O Governo Médici foi o único governo constituído a partir de um conclave, de um entendimento, estritamente militar, sem participação dos políticos.

Assumindo nessa situação, ele compôs os diversos grupos dentro das Forças Armadas, compôs o governo com esses grupos, e deu a eles responsabilidades. Dentre as responsabilidades, ele atribuiu ao General Orlando Geisel, Ministro da Guerra, o combate à luta armada, porque, assim, estava na lei; e mais – pode procurar as diretrizes, que vão encontrar lá – que o Exército, as Forças Armadas, de um modo geral, não deveriam ser envolvidas institucionalmente nisso.

O Exército deveria continuar cuidando das suas obrigações, assim como a Marinha e a Aeronáutica, e que apenas elementos dessas forças comporiam o núcleo das forças de combate à luta armada. Isso foi feito e organizado porque estava previsto na lei. Operações mais amplas, como aconteceu em Xambioá, que envolveu maior contingente, também acabaram tendo êxito. O êxito foi decorrente, no meu ponto de vista, de duas coisas principais: primeiro, da decisão de terminar com aquilo; segundo, da organização, estritamente profissional, adotada para acabar com a luta armada. E acabou-se com a luta armada. São esses os dois pontos que ressalto. É lógico que há vários outros, mas esses eu ressalto.

É lógico que, nesse contexto, existe a unidade de comando, o sigilo, as operações de inteligência apropriadas, a combinação adequada com as polícias – estaduais e federal – e assim por diante, perfazendo uma longa série de providências e procedimentos. Mas o resultado foi extremamente compensador. Os contrários perderam. E eu digo: perderam e não adianta "estrilar"; perderam; foram derrotados; e assunto encerrado. Com baixas, sem baixas, com fugas, sem fugas, essa é que é a verdade.

Aí, vem o eterno problema: "Ah! Mas houve tortura, houve 'isso', houve 'aquilo', houve 'aquilo outro'", assim como houve assassinatos, assaltos, "justiçamentos" e outras coisas mais.

Houve tortura? Houve, nós não podemos negar que houve, como houve do outro lado também, mostrada em filme nacional para não haver dúvida. Agora, em todos esses desvios de comportamento, o Exército, de alguma forma, puniu os responsáveis.

Assim, quando o General Ernesto Geisel exonerou o General D'Ávila Mello (Ednardo D'Ávilla Melo, Comandante do II Exército), foi justo? Naquele momento

não havia, a meu juízo, melhor atitude a tomar senão responsabilizar o General D'Ávila Mello, pois para nós o Comandante é o responsável por tudo que acontece ou deixa de acontecer. Esse é um problema sério que é preciso enfrentar.

No momento em que eu não puno exemplarmente, eu, de certa forma, me torno cúmplice. Há outras soluções que podem ser adotadas na nossa "cozinha interna" e que são eficientes, mas não dão a satisfação que a sociedade precisa.

O resultado é que o outro lado veio cobrar, mais tarde, essa satisfação. E, aí, saiu o "samba do crioulo doido", onde até vivo recebeu pensão de morto. Hoje, todo mundo se diz torturado, todo mundo quer dinheiro.

É uma farra com o dinheiro alheio!...

Diante disso tudo, o AI-5 foi necessário?

Vamos lá, você tem que fazer alguma coisa. Mas teria sido melhor decretar o estado de sítio?

Como o Pedro Aleixo queria.

Teria sido melhor fazer "assim ou assado"? Depois que acontece, não adianta discutir. Havia que se tomar uma decisão, e ela foi tomada: foi o Ato Institucional.

Mas a pergunta é: o AI-5 foi certo ou foi errado?

O AI-5 foi um ato de exceção, adotado num momento de exceção.

Agora, se foi certo editá-lo? Já aconteceu. Não adianta ficar conjecturando em torno do assunto. É uma discussão que não leva a conclusão alguma. O importante é que o Governo tomou uma decisão que foi fundamental para resolver o problema da luta armada no País.

Durante o período revolucionário, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens?

As Forças Armadas, não. Pelo contrário. As Forças Armadas deveriam ter, no mínimo, cuidado melhor de si, no meu ponto de vista.

Os nossos presidentes militares sempre tiveram muito escrúpulo em beneficiar as Forças Armadas, à exceção do Governo Costa e Silva e, depois, já no Governo Sarney, onde projetos de reaparelhamento e reorganização foram postos em marcha.

O Ministro Leonidas empregou 250 milhões.

Sim, mas se você comparar o reaparelhamento feito durante o Governo Costa e Silva e no início do Governo Médici com o reaparelhamento feito no Governo Sarney, vai verificar que o reaparelhamento da década de 1960 foi mais consistente, embora esse último, da década de 1980, tenha sido feito exatamen-

te pela exaustão daquele material. Mas sempre os presidentes militares tiveram escrúpulos em fazer isso.

Como conclusão, posso afirmar que as Forças Armadas não tiraram proveito algum do fato de terem como Presidente da República um militar.

No entanto, hoje, vem o "fulano" e diz: "Mas o 'beltrano' conseguiu emprego não sei onde, colocou o filho em tal lugar". Não estou mais falando de Forças Armadas, estou falando de procedimentos pessoais, que podem ser reprovados ou não, depende de cada um.

Qual a sua avaliação a respeito da abertura no Governo Geisel? A conjuntura internacional veio acelerar a "abertura"?

A "abertura" foi um compromisso do Movimento de 1964. Não só a "abertura", mas o reordenamento político do País. Esse foi o compromisso. Com o problema da desordem, de 1968 a 1971/1973, houve um retardo, e eu estou entre aqueles que, dentro das funções que exercia, insisti no sentido de que nós fôssemos a esse reordenamento político no final do Governo Médici. Entretanto, me convenceram de que, com os dados colocados, ainda não era a hora, até porque as elites políticas ainda não haviam se reorganizado convenientemente, inclusive como decorrência do bipartidarismo imposto. Como estudioso de política, considero o bipartidarismo uma mentira.

Mas o Geisel não poderia ter feito isso completamente, sem precisar de um outro governo?

Não sei, acho difícil que ele tivesse podido, porque ele foi "atropelado" com dois problemas difíceis de contornar: primeiro, o de enfrentar a crise de energia, em particular, a crise do petróleo, com todas as suas conseqüências monetárias, econômicas etc. Segundo, a necessidade de desmontar a força policial, eu vou chamar assim, ou militar e policial – para não chamar de policial-militar, que tem outra conotação – que foi montada contra a luta armada. Esses organismos – como qualquer organismo que se institucionaliza – têm a tendência de se burocratizar e a inventar função para ele próprio. O General Geisel precisava recolocar as coisas nos seus devidos lugares. Mas, aí, vêm os azares. Vamos aos azares?

Primeiro: quem foi o Chefe da Casa Militar do General Ernesto Geisel? Foi o General Hugo Abreu. Mas não seria ele. O Chefe da Casa Militar seria um general extremamente hábil, extremamente respeitado, e a figura talhada para conduzir o processo. Mas se acidentou e quebrou a perna: chamava-se General Dilermando, e não pôde assumir a Casa Militar. Aí, veio o General Hugo Abreu. As diferenças

entre os dois: primeiro, de temperamento; segundo, o General Dilermando era muito mais próximo do General Geisel do que o General Hugo Abreu – o que é sempre mais favorável

Quem era o Ministro do Exército do General Geisel? Era o General Dale Coutinho, que morreu.

Morreu e veio o Frota.

E quem era o General Frota? Era Chefe do Estado-Maior do Exército que assumiu o Ministério interinamente. Foi efetivado, mas não escolhido, pelo General Geisel. Como é que você vai tirar do ministério um general e mantê-lo numa chefia do Estado-Maior do Exército, ainda mais um general com o passado do General Frota? Então, de uma vez só, no início do Governo, o General Geisel perdeu as duas peças fundamentais para conduzir a política interna das suas Forças Armadas, que eram o General Dale Coutinho e o General Dilermando. Teve que trabalhar com o General Hugo Abreu e com o General Frota, muito sério e disciplinado, que fez uma boa gestão no Ministério do Exército, mas não pertencia à linha de pensamento político do General Geisel. São azares.

Então você me pergunta: o General Geisel poderia ter feito a "abertura"? Quem sabe? Mas não pôde. O fato concreto é que não pôde, teve azares, e essas coisas têm, via de regra, bastante influência.

Até onde o General Castello ficou tranqüilo com o Francisco Negrão de Lima na Guanabara, amigo do sogro dele, que foi seu padrinho de casamento em Belo Horizonte, Chico Negrão? E com o Israel Pinheiro, em Minas Gerais, em vez de um outro desconhecido qualquer?

O General Geisel teria condições de ter feito? Quem sabe? Mas não aconteceu, e a grande dificuldade foi desmontar uma estrutura que insistia em não ser desmontada. Desmontar a estrutura militar e policial que venceu as guerrilhas urbana e rural e que já não tinha mais razão de ser.

Houve, a partir de 1985, o chamado "revanchismo" por parte da mídia em relação aos militares?

Vamos analisar esse "revanchismo" na Imprensa. Por hipótese, você tem um jornal que está dando a notícia normalmente, tem um compromisso com a verdade. Então ele dá a notícia verdadeira, que desagrada ao Exército – ela é negativa para o Exército, mas ela é verdadeira. Então, vem o Exército, toma as providências que tem que tomar e o assunto morre.

Mas a notícia não é verdadeira, a notícia é trabalhada etc. Quando é que acontece isso? Se você for buscar quem colocou a notícia, você vai descobrir

aquele indivíduo ou organização que, por qualquer motivo está fazendo uma revanche contra uma instituição qualquer, que, no caso, pode ser o Exército.

Quer dizer não seria o jornal, seriam determinadas figuras dentro do jornal.

Que têm poder dentro do órgão de imprensa ou junto a ele. Há os revanchistas em todos os órgãos de imprensa. Por quê? Só eles sabem, mas a gente não pode dizer que é esse ou aquele jornal.

Isso não tem ligação com a imprensa internacional, com o jornalismo americano, que tem interesse que o Exército seja atingido, desacreditado, por ser uma força que é o "último bastião" na luta pela nossa soberania?

Eu não sei. Isso eu não sei lhe dizer. São tantos os interesses em jogo que só os analistas de informações que estão acompanhando passo a passo os acontecimentos podem dizer. É importante lembrar que a Internacional Socialista não foi tocada e continua atuando com a mesma forma de sempre, inclusive fazendo crer que os EUA são o grande inimigo.

Então, não desapareceu o comunismo?

O socialismo não. Eu volto a esse negócio do comunismo daqui a pouco. Vamos falar um pouco mais das Forças Armadas.

É pouco provável que os EUA estejam preocupados em enfraquecer as Forças Armadas brasileiras. Mas, internamente, há grupos que precisam desgastar a imagem positiva que a população tem das Forças Armadas – em particular do Exército. Precisam disso para exercer o Poder e poderem desqualificar qualquer manifestação ou pronunciamento da Força, a respeito deste ou daquele assunto.

Nesse aspecto, temos grupos que são sistemáticos. Alguns estão ligados a antigos grupos socialistas, todos eles estão ligados à Internacional Socialista, e, hoje, atuam principalmente através da televisão. Vamos citar só a televisão, para não falar de outras áreas da mídia. Eles atuam, principalmente, através da TV Cultura, TVE, Globo News, Canal Futura, e, às vezes, através da GNT. Usam uma programação dirigida para comprometer a imagem das Forças Armadas particularmente nos dias próximos a qualquer data festiva relativa a episódios ou vultos militares.

E qual seria a maneira de lidar com isso?

Nesse ponto eu acho que o Exército está bem, porque o Sistema de Comunicação Social do Exército tem evoluído bastante, tem se profissionalizado e atuado conforme as circunstâncias. Dentro dos recursos disponíveis, ele tem se havido com êxito. E mais do que isso: hoje os nossos oficiais de Estado-Maior, os nossos

comandantes, têm a informação e o treinamento adequado para lidar com o público e com a imprensa de um modo geral.

A única coisa que eu reclamo do Exército é no sentido de buscar mais integração com a sociedade, estreitar a ligação com o reservista, com todo o mundo civil. Colocar o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) dentro da Universidade, enfim, fazer prevalecer a idéia - força do cidadão soldado

Mas agora vamos voltar ao problema do comunismo, que é um problema mais amplo, político.

Estamos vivendo uma situação em que a Internacional Socialista, ou o socialismo de um modo geral e o capitalismo encontraram um denominador comum, que é a internacionalização, a qual é instrumentalizada pelas telecomunicações, pelos transportes, pela globalização.

Você viaja e se comunica com tanta facilidade que a chamada globalização é irreversível. E coincide com o quê? Com o objetivo do socialismo e com o objetivo do capitalismo: a internacionalização da economia e do exercício do Poder em todas as partes do mundo. O objetivo é o mesmo. O como atingi-lo é que é diferente. Eles possuem interesses convergentes nas questões políticas mundiais e locais. E isso traz dificuldades para a política interna do País.

Sua Mensagem final, Coronel Carneiro, para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31de Março?

Como eu disse no início, fiquei muito feliz, primeiro pelo Projeto de História Oral, que eu acho importante. Não acredito que o meu depoimento tenha sido mais significativo ou não, mas, pelo menos, é uma visão desses quase quarenta anos da vida nacional e da vida do Exército dos quais participei.

Além disso, considero que o Movimento – e por isso eu chamo de Movimento – realizou e está realizando uma Revolução. Uma Revolução que mudou o País, uma Revolução que, retomando os ideais de 1930, pegou a alavanca desenvolvimentista da década de 1950 e a transformou em realidade, colocando o Brasil, para os brasileiros, da maneira que ele aí está. Temos problemas terríveis? Sim, mas são problemas que terão que ser resolvidos, foram resolvidos em outros lugares e vão ser resolvidos aqui.

Costumo dizer que o problema geral sempre será resolvido na medida em que a sociedade, o povo, participar efetivamente dessas soluções. O povo não é mais aquela massa desinformada.

É impressionante verificar, quando conversamos as coisas com qualquer pessoa no meio da rua: a maneira de falar e o nível de conhecimento são estimu-

lantes. Isto nos traz uma satisfação profunda, o que é verdade, também, para as Forças Armadas e, em particular, para a Força Terrestre.

Por mim, o Exército caminharia mais celeremente para essa integração com a sociedade, desde coisas simbólicas até as coisas de conteúdo. Se pudesse andar mais ligeiro, eu gostaria. Não sei se quem está com as rédeas pode andar mais ligeiro, pode ser que eles esporeiem o cavalo e caiam.

Mas esse seria o meu desejo e, se aquilo que eu disse, serviu para fundamentar ou para sublinhar certos aspectos básicos decorrentes da Revolução de 1964, fico muito contente, muito gratificado por ter cumprido a missão.

Coronel Hamilton Otero Sanches

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de dezembro de 1956 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-oficial da Arma de Artilharia.
- Exerceu as funções de Instrutor do CPOR/SP e de Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comunicações do Exército (EsCom).
- Comandou o 25º Batalhão Logístico Escola – 25º Blog (Es) (1984–1986) e foi Chefe do Estado-Maior da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da EsCom (Oficial de Comunicações) e do CEP (Técnica de Ensino).
- Em 1964, no posto de 1º-Tenente, comandava a 2ª Bateria de Obuses, do Grupo-Escola de Artilharia (GEsA).

Entrevista realizada no dia 1º de fevereiro de 2001.

Quais foram as suas experiências pessoais nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante o seu desenrolar até a sua extinção, que entendemos tenha ocorrido em janeiro de 1985?

Vivi situações antes e durante a sua eclosão. Participei, intensamente, de atividades que ocorreram na noite de 31 para 1º de abril de 1964, isto é, aquelas que ocorreram durante a eclosão do movimento.

Servia no então Grupo-Escola de Artilharia (GEsA). Era o único 1º tenente em comando de subunidade. Os demais companheiros eram capitães e vivíamos uma situação muito tensa, até dentro do quartel, porque não tínhamos informações. O comandante da época não nos transmitia nada, assim como o subcomandante. Ele era muito fiel ao General Ladário, comandante do antigo Grupamento de Unidades-Escolas (GUEs).

Esse quadro gerava desconfianças. Não sabíamos o que pensavam os companheiros, principalmente os mais antigos, e, também, não se tinha idéia do pensamento dos subtenentes e sargentos de um modo geral, considerando o Grupo como um todo. Entretanto, tínhamos um ponto em comum: sabíamos que a situação política e a situação econômica do Brasil estavam se deteriorando por completo, sobretudo politicamente.

Como saber o que se passava na cabeça dos graduados, se pouco conversávamos sobre isso. Era um 1º tenente, em função de comando.

Apesar disso, no círculo dos meus comandados, sabia qual deveria ser o comportamento deles. Conhecia-os em sua maioria e aqueles que pairava dúvidas sobre como iriam se comportar, caso a Bateria fosse empregada, não os engajaria em nenhuma situação.

No dia 13 de março, dia do comício da Central do Brasil, foi solicitado ao GEsA que, após os preparativos necessários, se deslocasse para o Campo de Santana com a finalidade de atuar como uma tropa de reforço à Polícia do Exército, que estava empregada na segurança da manifestação. Então, nos deslocamos com um efetivo correspondente a quase uma subunidade. Quem veio comandando essa força foi o Capitão Belham, mais tarde general, na época Ajudante do Grupo-Escola.

Chegamos à cidade e não tomamos nenhuma atitude. Nossa força não foi empregada, não foi necessário. Podíamos de longe, lá de longe, no Campo do Santana, do outro lado, assistir o comício. O que se percebia era que o Exército, por meio da Polícia do Exército, dava segurança a um comício, ato político, com intenções de impor uma radical transformação aos Poderes da República. Na ocasião, o Capitão Belham comentou, muito rapidamente, acerca desse fato. Como já disse, os nossos contatos, mesmo dentro do quartel, eram poucos, nesse sentido.

Nunca reuniram a oficialidade para dizer o que estava se passando. Persistia o sentimento que ficaríamos o tempo todo sem conhecer o pensamento de mais ninguém a não ser o nosso próprio.

Vivíamos constantemente de prontidão na época que antecedeu à Revolução. A cada dia, não sabíamos se, ao final do expediente, retornaríamos para as nossas casas ou se ficaríamos de prontidão no quartel. Elas se tornaram muito freqüentes à medida que a campanha esquerdista, para se apossar do Poder, ia ganhando força.

Naquele dia 13, portanto, assistimos ao comício, vimos o Exército prestando segurança a um ato político, hostil ao regime democrático, por tudo que ali se observou e ouviu, mas a nossa tropa não foi empregada e voltamos ao quartel.

Então, foi possível perceber, do lugar onde estava estacionada a tropa do GEsA, a agitação, a gritaria, as palavras-de-ordem etc.?

Perfeitamente. Havia uma agitação conduzida pelas lideranças. Eram proferidas palavras-de-ordem que, no fundo, clamavam por desordem, existiam numerosas faixas e cartazes, basta observar as fotografias da época, inclusive ofendendo o pessoal do Exército, nos chamando, nos cartazes e nos discursos, de "gorilas", ao mesmo tempo que a PE proporcionava segurança e apoio à manifestação.

Desse tresloucado comício, o Ministro Jair Dantas Ribeiro participou, assim como os demais Ministros militares, o que deixou o Brasil perplexo, pela possível conivência dos mesmos com o caos que ali se implantara.

Vínhamos de prontidão há mais de uma semana no quartel. Na noite de 30 para 31 de março, estava fazendo uma ronda, porque as nossas subunidades, que viviam de prontidão, tinham o seu material embarcado, tudo pronto, em verdadeira ordem-de-marcha. Era preciso estar atento, manter o controle pessoal da situação, para não ser surpreendido. Durante a mesma, observei que o nosso Adjunto do S3 na época, o Capitão Sílvio Pereira Brunner, estava trabalhando na Seção. Devia ser entre 23h e meia-noite.

Vi a luz acessa e entrei no gabinete. Ele estava trabalhando. Bati um papo, também, muito rápido com ele. Disse-lhe: "Olha, essa situação está se estendendo por muito tempo. Acho que devíamos tomar alguma atitude. Alguém tem que falar alguma coisa para nós. Temos que saber o que está se passando; estamos aqui completamente desinformados. O comandante não fala nada, o subcomandante também. Então, cada um de nós está agindo aqui como acha que deve agir, sem saber o que pensa o companheiro sobre essa situação que estamos atravessando. Vivemos dentro de uma tensão..."

Ele me respondeu o seguinte: "Você tenha calma que, quando chegar a hora, você vai saber". Terminei a minha ronda e fui descansar um pouco.

No final da noite de 31 para 1º de março, chega um telefonema ao Grupo-Escola para que o comandante da subunidade, que estava de prontidão, se dirigisse ao então Regimento-Escola de Infantaria (REI), na Vila Militar, com todo o seu efetivo e material. Cada dia tinha uma subunidade de obuses que ficava de prontidão para ser acionada, se fosse o caso. Naquele dia, a 2ª Bateria de Obuses, a minha Bateria, é que estava de prontidão.

Dirigi-me ao Capitão Sílvio Pereira Brunner. Ele me disse: "Vá falar com o coronel comandante". "Está bom", respondi-lhe. Cheguei ao quarto do comandante. Ele estava dormindo. Bati na porta, ele acordou e eu lhe falei: "Coronel, me chamaram no REI, aconteceu isso, o que é que eu faço. Eu vou?" "Sim, lhe chamaram, você vai", respondeu.

Veja, o Comandante da Unidade! Interessante, nem perguntou o porquê? Quem ligou? Não perguntou nada. Aí, o que eu fiz? Não fui com a tropa. Para ganhar tempo, fui sozinho.

Chegando lá, quem estava na porta de entrada do REI? O coronel comandante do Regimento. "Você veio sozinho! Já era para estar..." Não sei onde, não lembro mais o local. O batalhão já havia se deslocado. A minha Bateria deveria ter ido junto.

Disse: "Está bem. Vou conversar com o seu S3, porque quero saber... "Não precisa saber de nada. Você não precisa saber. É só pegar a sua subunidade e ir ao encontro do Batalhão". "Mas eu vou para onde?" O comandante respondeu: "Eles estão no eixo Rio-São Paulo". "Então, está bom". Saí e fui conversar com o S3, que também não me adiantou nada. Só disse que o Batalhão tinha se deslocado a comando de um major, cujo o nome não me lembro. Acho que era Simon. Perguntei: "Já saiu?" Ele respondeu: "Já, já foi. Saiu todo o batalhão". Voltei para a unidade para informar ao meu Comandante.

Recebi essa ordem assim, assim... Ele disse: "Então, você vai. Pega a sua tropa e vai". "Quer dizer que eu posso ir?" "Você recebeu a ordem, você vai".

Veja só, o comandante do REI dando ordem a uma subunidade de outra Organização Militar, mesmo com a presença do Comandante dessa OM, no caso o GEsA, no seu aquartelamento. Um contra-senso, contrariando tudo que aprendera até aquele momento...

Foi bom destacar isso. Na realidade, deveria ter ocorrido um entendimento do Comandante do REI com o Comandante do GEsA e este transmitido as ordens ao seu Comandante de subunidade.

Exatamente. Consegui ganhar um tempo para sair com a minha tropa. Quando iniciei o deslocamento, acho até que já passava da meia-noite. Fui devagar, peguei a Rodovia Rio-São Paulo e, num determinado ponto, encontrei a tropa do REI.

Parei a coluna e fui sozinho, à frente, para conversar com o comandante do batalhão. Ele já tinha, inclusive, começado a ocupação do terreno.

Neste momento, fiquei um pouco temeroso. Não sabia o pensamento dele. Poderia haver a possibilidade de um choque entre nossas idéias. Localizei-o e conversamos.

Felizmente, ele estava ali para cumprir a ordem recebida, mas o seu pensamento era outro, ou seja, ele e eu estávamos abismados com tanta anarquia em nosso País e tanto alheamento dos comandantes de Unidade com relação aos acontecimentos... Tínhamos, portanto, a mesma idéia, o mesmo pensamento. Não haveria choque, não haveria problemas entre nós.

Chamei os meus tenentes e falei com eles para iniciar o desdobramento da subunidade. Ocupamos posição, em local próximo a Rodovia Rio-São Paulo, cerca das duas horas da madrugada; não foi um REOP (Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição), como estávamos acostumados a realizar. Foi mais para sairmos da estrada, ocupar uma posição e ficarmos ali. O Oficial de Reconhecimento (ORec) instalou as linhas, que eram praticamente dois troncos.

Uma linha para o meu PC e a outra mais à frente, na eventualidade de ser preciso um contato com o batalhão. Não se fez mais nada em termos de ligações telefônicas... Passamos uma noite muito tensa, praticamente sem dormir. Não sabíamos o que poderia acontecer. Havia muitas incertezas.

Quando já estava praticamente clareando o dia, aproximam-se outras duas subunidades de obuses, do GEsA, sob o comando do Comandante da Unidade, acompanhado do Tesoureiro, do Aprisionador e de seu Estado-Maior operacional, somente o S3 e seu Adjunto.

A coluna parou ao lado de minha posição. De imediato, saiu o Comandante da Unidade acompanhado do S3 e seu Adjunto, dos Comandantes de Bateria e alguns oficiais das duas subunidades.

Os oficiais que estavam acompanhando o Comandante ficaram no meu PC. Não consegui falar com ninguém, nesse momento.

Alguns minutos depois, voltam o S3 e seu Adjunto e os dois Comandantes de subunidade; entram, cada um, em seu *jeep*, e, com o S3 a testa, deslocam a coluna de viaturas. O comandante da Unidade ficou lá na frente sozinho, esperando com sua viatura. Era o início de um Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP).

Um dos comandantes de subunidade era o Capitão Alencastro. O outro, oficial pára-quedista, era um moreno – Capitão Silveira.

Um outro operacional presente era o Willy Seixas, S3 do Grupo. O Capitão Sílvio Brunner era o seu Adjunto. A minha ligação era muito mais com o Brunner do que com o Seixas.

Quando retornaram, pensei em falar com eles, mas rapidamente entraram cada um à testa da sua coluna e iniciaram o deslocamento.

Não sabia o que se passava. Continuava "aéreo", sem saber de nada. O que eles foram fazer lá? Saíram para realizar um REOP e agora? E daí? Não conversei com nenhum deles, pois não houve tempo.

Tinha, porém, uma certeza: se houvesse alguma coisa, lá na frente, a minha Bateria estaria protegida. Até pensei nisso, porque estava certo de que eles raciocinavam da mesma forma do que eu, pela pouca conversa que tivemos no quartel, ficamos com esse sentimento.

De repente, o major comandante do Batalhão se aproxima de mim, que estava junto à estrada, parou o *jeep*, e disse: "As duas Baterias passaram para o outro lado..."

Logo em seguida, vem chegando o Coronel Aldo Pereira, Comandante do GEsA. A medida que ele vem se aproximando, começo a atravessar a rua, porque a outra linha telefônica que dispunha, que era a ligação com o Batalhão, poderia ser usada por ele, se quisesse utilizar o telefone.

Bem, o que fiz? Atravessei a estrada e dei ordem ao tenente, que era o meu oficial de reconhecimento, que cortasse a linha que por ali passava. No momento em que o meu oficial cortava a linha, o comandante do GEsA, conversava com o major comandante do Batalhão, do outro lado da estrada.

Posso estar enganado, mas tudo indica que ele ia cometer um desatino, pois vi o Major segurando-lhe a mão que empunhava um revólver. Parece que o Comandante da minha Unidade tentaria o suicídio não fosse a pronta intervenção do Comandante do Batalhão.

Aldo Pereira deixava muito a desejar como comandante. Vivia sempre distanciado da gente, durante todo esse período que antecedeu a Revolução, como falei. Naquela noite de 31 de março para 1º de abril, simplesmente deixou eu sair com minha Bateria. Não sentiu que estavam interferindo na Unidade dele. Nem ao menos me perguntou o que eu iria fazer... Qual a missão que eu recebera...

Volto a esse ponto para enfatizar que ele, indiretamente, contribuiu, por omissão, para aumentar a tensão, a incerteza e a insegurança, que advêm, naturalmente, da falta de conhecimento. Você não sabe, o comandante não diz nada sobre o que está se passando. Tudo isso é agravado pela nossa pouca experiência, particularmente, a minha de tenente, enfrentando uma situação dessas, uma situação política nebulosa, que estava em ebulição por uma série de acontecimentos. Meu conhecimento vinha de

leitura de jornal e alguma coisa de rádio. Não recebíamos, insisto, na Unidade, qualquer informação, qualquer esclarecimento em termos oficiais.

Nesse episódio em que ele empunhava a arma, estava de costas quando fui mandar cortar a linha. Quando me virei para atravessar a estrada e voltar ao local onde estava o major e o meu comandante, foi que deparei com aquela situação que, também, acabou ali. Pouco tempo depois, uns vinte minutos depois, ele mandou que eu reunisse a oficialidade e os sargentos da subunidade.

Reuni o pessoal e fui para o outro lado da estrada. Ele chegou e nos disse que tudo aquilo já estava programado. Que ele já sabia, mas não nos falou. Começou, então, um breve discurso de incentivo à luta em apoio ao governo – que acabou deposto – querendo saber quem é que estava de um lado ou do outro, para que se retirasse dali, da reunião, quem não estivesse dentro daquela idéia dele.

Não podendo deixar a minha subunidade se esfacelar, permaneci calado e não me afastei da reunião.

Com os meus oficiais pensamos em sair, mas apenas nos entreolhamos e resolvemos nada fazer naquele momento. Ficamos porque não tínhamos certeza com relação a alguns sargentos. Tanto é que, quando ele deu uma palavra-de-ordem, alguns sargentos levantaram o armamento e deram vivas a alguma coisa que ele dissera e que não me recordo. Foi, nesse momento, que nós, inclusive, vimos quem era quem, descobrindo quais os sargentos da subunidade que estavam contra à Revolução.

Ele veio para dizer que aquilo era um fato já consumado, que ia acontecer, que ele já sabia, mais cedo ou mais tarde, porque a oposição era isso, era aquilo, e tudo mais, levando, como disse, os sargentos favoráveis a se agitarem e a se identificarem.

Ele resolveu permanecer junto ao meu PC.

Ele perguntou por que a linha telefônica tinha sido cortada?

Não, mas ele viu, pois foi feito de modo acintoso. Inclusive, fui com um tenente. Não sabia, naquele instante, o que se passava na cabeça dele. Aqueles primeiros momentos foram, também, de tensão. Os cuidados após a reunião foram redobrados para que não perdêssemos o comando da subunidade.

Como ia ficar a Bateria? Ia ficar acéfala! Então, agüentamos, ali, silentes. Quando estávamos, no PC, com ele, essas cenas já tinham se passado. A tensão ainda continuava, mas começava a atenuar-se. Eu achava que ele já tivera tempo para tomar outras atitudes e que não ia fazer mais nada.

As duas Baterias que se deslocaram pela Estrada Rio-São Paulo na direção de Resende eram de Obuses?Onde estavam a Bateria Comando e a Bateria de Serviços?

As Baterias que se deslocavam eram de Obuses. As Baterias Comando e de Serviços não saíram do aquartelamento, na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Somente seguiram o Tesoureiro e o Aprovisionador, como também o Seixas, oficial de Operações, e o Brunner, seu Adjunto, os dois que também passaram para o outro lado. Quem ficou na posição foi só o Coronel Aldo Pereira, Comandante da Unidade. O Brunner, o Willy Seixas e os comandantes de subunidades, com os seus respectivos Oficiais de Reconhecimento, vieram, do tal REOP, se posicionaram à frente das suas colunas e saíram como se fossem ocupar posição e aí foram embora na direção de Resende. Deixaram o comandante no meio da estrada.

O REI tomou alguma atitude?

Não. O REI estava disposto no terreno. O Major veio falar comigo quando soube do fato. Ele e eu chegamos a comentar a decisão das duas outras Baterias de Obuses, quando ele me falou: "Podiam ter conversado comigo, porque eu estava pensando que eles fossem ocupar posição. Conheço bem os comandantes de subunidade que passaram para lá, poderia, se soubesse, ter dado a eles total proteção, em sua passagem pelos primeiros elementos do REI, lá na frente, mas, felizmente, não houve problema".

Quando o Coronel Aldo chegou junto a mim, eu já estava sabendo da decisão das outras duas Baterias de Obuses. Como disse anteriormente, com o passar do tempo, aquela tensão de que ele poderia fazer qualquer desatino foi se atenuando. Teve um momento que ele passou mal, caiu, teve um tipo, assim, de desmaio. Providenciamos, de imediato, o médico que lhe socorreu sem demora.

Algumas horas depois, retornamos ao quartel em Deodoro, no Rio de Janeiro.

Quem deu a ordem para retornar ao quartel?

Foi ele mesmo. Ele veio em seu *jeep*, à frente, com a Bateria sob o meu comando. Assim, voltamos ao quartel...

O início do deslocamento foi a que horas do dia 1º de abril?

Foi depois do almoço, foi de tarde. Nós, o major e eu, não tínhamos a menor noção do que estava acontecendo no resto do País, quando, na tarde de 1º de abril de 1964, o Coronel Aldo nos mandou retornar. Reuni a subunidade, que sempre ficou ao meu comando...

Soube se o REI voltou também?

O REI ainda ficou lá. Não sei a hora em que se deu o seu retorno, mas não foi imediato. Nós não viemos um atrás do outro. Não viemos em comboio, nada disso.

Ao chegarmos ao quartel, a subunidade foi recolhida por partes. Ficamos, inclusive, aguardando o novo comandante, Coronel José Pinto de Araújo Rabello, que assumiria no dia seguinte.

Houve a passagem de comando?

Houve a passagem de comando, em cerimônia interna, no Gabinete do Comando. Não foi aquela solenidade tradicional. Inclusive parte da tropa, ainda, estava em Resende, não havendo nenhuma razão de se realizar a formatura padrão.

Daí para frente, a Unidade foi voltando à normalidade. Retornamos ao nosso trabalho. Aquela tensão foi se esvaziando. O Coronel José Pinto procurava, sempre, nos manter informados. Buscou trabalhar, inicialmente, com o pessoal que ele conhecia bem o pensamento. Antes, a Unidade estava praticamente sem comando. O subcomandante, Tenente-Coronel Edson, saiu, junto com o comandante. Permaneceram o Estado-Maior do Grupo e os Comandantes de Subunidade.

O nosso retorno, na tarde do dia 1º de abril, ocorreu, também, por problemas logísticos, porque o que restou em termos de gêneros alimentícios, após o almoço do dia 1º, dava, somente, para aquele dia. Não havia condições de permanecer, sem apoio. Não tínhamos condições. Era aquele almoço, jantar e nada mais.

A Bateria de Serviços, como a de Comando, como disse, não chegaram a sair do quartel.

Veja, o comandante disse que era para ir, então fomos. Assim, começou a minha participação. Disse para mim mesmo: "Agora vai ser a minha cabeça que vai mandar, uma cabeça de um tenente com tão pouca experiência..." Com a idéia do Comandante do REI de sair o mais rapidamente possível, não levamos nada, nem mesmo o catanho... Passamos a noite toda sem comer coisa alguma. Só fomos almoçar no dia seguinte, no dia 1º de abril.

Quer dizer que não teve café da manhã, nem nada?

Não teve café da manhã, porque nós já estávamos vivendo, ao amanhecer, aquela situação complicada. Felizmente, o Comandante do Batalhão, também, estava com a mesma idéia, pelo menos a idéia, que era o principal. Se fosse diferente, poderia ocorrer a confrontação.

Ia ser um problema, porque ele, também, estava ali cumprindo ordens. Se ele se colocasse contra, logo no início, poderia perder o comando. Quem era, na época, o comandante do REI?

Era o Abner. Foi ele que deu as ordens diretas para a minha Bateria, passando por cima do Grupo. Formavam uma "grande dupla" Aldo e Abner, ambos com A.

Apenas alguns poucos, felizmente, abraçaram a causa de lutar pelo Governo do peleguismo e da politicagem inconseqüente. No nosso Grupo, aquele Governo só contava com o Aldo e o subcomandante, que também saiu da Unidade, com a vitória da Revolução.

Com o Coronel José Pinto, mais tarde general, permaneceram, como já disse, o restante do estado-maior e todos os comandantes de subunidades. Os sargentos, inclusive aqueles que discordaram, até para iniciar o movimento, permaneceram. Eles foram liberados por dois ou três dias, por ordem do nosso Comandante. Ficaram em casa e receberam uma data para se apresentarem.

O pessoal que ficou no quartel estava todo dentro da mesma idéia. Era a totalidade dos integrantes do Grupo, o que foi muito bom. No começo, ficamos um pouco preocupados. Por que liberar os sargentos contrários à Revolução? Vão sair, o que é que vão fazer lá fora? Era o nosso pensamento. Ficar o resto da semana lá fora liberados para fazerem o que quiserem... Aquilo parecia contra-indicado...

Ressalta-se que o comandante havia assumido no dia seguinte ao nosso retorno, ou seja, no dia 2 de abril. Então, ele estava há muito pouco tempo no Comando.

Mas a ordem foi essa mandar eles embora. Foi ele mesmo, o José Pinto quem deu a ordem. Então, começamos a trabalhar com um pessoal que comungava das mesmas idéias. Em qualquer país comunista, os que adotaram posição contrária à revolução seriam fuzilados. Mas, na nossa Revolução, eles foram perdoados e, ainda por cima, dispensados. Mas foi bom, porque, ao irem para casa, eles não estavam com arma na mão. Um homem desses poderia, de noite, pegar uma arma numa hora... Você sempre fica inquieto, tira a tranqüilidade. Como vão proceder no momento da ronda. É uma permanente preocupação.

Realmente, como um militar desses poderia fazer uma ronda? Não poderia. Ninguém teria sossego, a preocupação com as armarias e tudo mais. Creio que o Coronel José Pinto acabou adotando o melhor procedimento com relação a eles, não acha?

O pessoal acabou entendendo assim. Devo ressaltar que a minha oficialidade foi excepcional. Aliás, a oficialidade de todo o Grupo-Escola se portou muito bem. Mesmo os sargentos, a maioria ficou conosco.

Minha Bateria era composta pelos seguintes oficiais: o CLF (Comandante da Linha de Fogo) era o Tenente Geraldo Valle; o Vieira era o Oficial de Reconhecimento e o Tenente Sérgio Mariano Cordeiro, Comandante da Seção de Serviços, o responsável pelas viaturas, hoje General na ativa.

Todos os três eram muito bons. Trabalharam sempre com grande coração, muito me auxiliaram durante o comando. Estavam sempre prontos para qualquer

missão. Inclusive, no dia em que recebi a ordem para sair, eles nem me perguntaram: "Mas vamos sair por quê? Para quê?" Não. "Vai sair, vamos embora". Não me questionaram nem por que permaneci naquela reunião que o Comandante do Grupo fez no acostamento da estrada, quando disse que quem não estivesse de acordo com ele que saísse.

Penso que nos entendíamos só pelo olhar. Nem perguntaram: "Mas Sanches, por que você não saiu?" Não, não. Eles compreenderam, não me perguntaram nada, desde o começo. Tínhamos o mesmo pensamento... O nosso ambiente na Bateria podia ser considerado muito bom. Estávamos trabalhando ali há um ano e tanto. Já nos conhecíamos bem.

Quando as outras Baterias voltaram de Resende?

As outras Baterias voltaram, acho que três ou quatro dias depois. Permaneceram este tempo em Resende. Quando retornaram ao GEsA, eu ainda falei com o Brunner: "O senhor me deixou, não é? O senhor ia me dizer quando chegasse a hora!" Ele respondeu : "Você não viu quando chegou a hora? Foi aquela". Disse: "Como é que eu ia ver. Não estava nem sabendo. Eu vim tomar conhecimento pelo comandante do batalhão que vocês tinham passado para o outro lado. Como poderia saber qual era a hora?"

"Foi conduta de combate", disse-me o Capitão Brunner – Sílvio Pereira Brunner – um grande capitão, muito admirado pela "tenentada". Era uma liderança dentro do Grupo-Escola.

Coronel Sanches, gostaria de fazer mais alguma consideração sobre aquela noite passada junto à estrada, acompanhando um Batalhão do REI?

Devo recordar, uma vez mais, que foi uma noite muito tensa, uma noite muito difícil, uma noite que não dava para dormir sem saber o que poderia acontecer. Ninguém dormiu. Uma noite de incertezas...

Não chegou a armar barraca, nem nada?

Não, não, não deu tempo. A nossa idéia, a minha idéia, que transmiti para eles foi a seguinte: armar uma barraca para o PC e armar uma outra barraca, em local adequado, ainda com toldo etc., que seria para a gente fazer a refeição. Mais nada. Nós, realmente, não ocupamos posição como manda o figurino. Na verdade, procuramos sair da estrada com os nossos obuses...

É. Foi uma conduta de combate.

Uma conduta e graças a Deus essa tensão acabou de uma forma bastante agradável, sem haver nenhum problema, sem tiro, sem nada...

É verdade. Foi muito bom. Veja que aquele Governo estava desacreditado mesmo, mas poderia...

Poderia a coisa ter tomado proporções diferentes, em se tratando de um Batalhão de Infantaria com uma Bateria de Artilharia dispostos no terreno, com munição, com tudo...

Completos e com munição. O I Exército e a Vila Militar nunca tiveram problemas de munição. O problema, ali, estava na falta de informações.

Exatamente, uma situação de incerteza, pela falta de conhecimento, de informação, que quando falta, parece que falta tudo. Estávamos completamente alijados de qualquer informação, de qualquer esclarecimento. Em síntese, nós não sabíamos o que se passava oficialmente. Não havia nenhuma notícia. Pelo que o major falou comigo, ele, também, estava vivendo a mesma situação. O Coronel Abner, no REI, mantinha o mesmo procedimento do Coronel Aldo, do GEsA. Eu vivenciei isto, inclusive, quando cheguei lá no quartel, para me apresentar a ele: "Você, ainda, está aí? Já devia estar lá?" – "Lá, aonde?" – "Ah, estamos na Estrada Rio–São Paulo..."

Coronel, as causas imediatas da Revolução onde estão? Já se falou no Comício da Central do Brasil. Não se falou, mas, também, estariam nos fatos lamentáveis ocorridos na revolta dos marinheiros?

Entre as causas imediatas, estão essa revolta e, sem dúvida, as marchas das mulheres, da família...

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram, então, uma força?

Foram extremamente importantes. Ali foi quando, realmente, se caracterizou o chamamento do povo brasileiro para que o Exército e as Forças Armadas viessem a atuar. Foi um recado muito bem dado para todo mundo entender.

Recado maravilhoso. Mas a gota d'água não foi a reunião do Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março?

Do Automóvel Clube, exatamente, foi o que faltava, inclusive caracterizando a quebra da disciplina pelo próprio Presidente da República em seu discurso inflamado para os graduados das Forças Armadas e da Policia Militar... Foi um fato contundente, mas que já vinha se fazendo sentir em outras oportunidades.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência nos acontecimentos da Revolução de 31 de Março?

Sim, porque a guerra fria era uma luta entre duas potências. Foi, dentro da América Latina, que a União Soviética atuou com mais intensidade. Os comunistas viram a possibilidade de transformar o Brasil em uma grande Cuba.

Um verdadeiro continente comunista.

Porque, fruto dessa guerra fria, Cuba já havia sido comunizada. As duas grandes potências, na época, procuravam ampliar a sua área de influência.

Embora os militares estivessem voltados para a sua atividade-fim, houve possibilidade de se observar um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

O clima de insatisfação era possível se sentir perfeitamente mais por leitura de jornal.

Via-se sob a liderança de Leonel Brizola, cuja influência sobre João Goulart era enorme, que o Governo conduzia o País para uma situação de confronto que desagradava, visivelmente, a grande maioria do povo. Os desmandos ocorriam na vida política e na economia nacional que caminhava para um colapso total, com a inflação fora de controle e a falta de gêneros de primeira necessidade afligindo a população como um todo. No Rio, a vida se tornou muito difícil pelo desabastecimento e pela dificuldade de locomoção, com as sucessivas greves dos transportes, que paralisavam a cidade constantemente.

Então, era isso que senti na ocasião. O poder do Brizola foi conduzindo o País, com a complacência de Jango Goulart, para um confronto de conseqüências imprevisíveis.

Coronel, e a Igreja? Qual era a posição da Igreja – favorável ou contrária à Revolução?

No meu entendimento, também, era contra o Governo. A Igreja fazia oposição...

Fazia, exatamente, até porque muito ajudou às Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Era um apelo a Deus, com a participação da Igreja. Depois é que houve uma mudança de posição de uma parte da Igreja que se intitulou "progressista", com a influência do clero estrangeiro que veio para cá com a missão predeterminada de questionar a Revolução.

Na época da eclosão do movimento que depôs o Jango, diria, que quase toda a Igreja voltara-se contra o processo de comunização do País, conduzido pelo próprio Governo, apoiando e participando das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Depois, é que a Igreja começou a sofrer influência do movimento comunista internacional, que se infiltrou nos seminários, transformando boa parcela do clero em adversária da Revolução de 1964.

Ficamos com o grupo dos conservadores, que se opunha a tal igreja progressista entre aspas, adepta da teologia da libertação, de Leonardo Boff, ligada ao regime de Cuba, aos terroristas e seqüestradores, representada, no Brasil, por Evaristo Arns, "Frei Betto", o próprio Boff e outros.

O Evaristo Arns vem demonstrando, até os dias de hoje, um carinho especial pelos seqüestradores, principalmente os estrangeiros, como os do Abílio Diniz, alegando que se tratava de um seqüestro político. Chamá-lo de cardeal é até uma ofensa à Igreja!

Essa Igreja, que se intitulava progressista, fez oposição à Revolução, assim como vários intelectuais, pseudo-intelectuais e a maioria dos artistas. Não conseguimos trazê-los para nós. Eles foram absorvidos pelo movimento comunista internacional – o MCI – como o Vandré...

Geraldo Vandré, que depois, tempos depois, passou a viver praticamente integrado com a Aeronáutica; fez uma bela canção para a Força Aérea Brasileira, intitulada "Fabiana"... Ele mudou completamente de posição...

E os extremistas de esquerda, revoltados pela mudança que se processou em Vandré, em suas concepções políticas, passaram a dizer que ele não estava bem da cabeça. Mais uma leviandade dessa gente, cuja maldade não tem limite.

As Forças Armadas foram, então, intérpretes da maioria da população, no Movimento de 31 de Março de 1964?

Eu não tenho dúvida. Quando recebeu o recado do povo, elas cumpriram o seu papel. Se você for ver a História do Brasil, as Forças Armadas, particularmente o nosso Exército, sempre atuaram para atender aos anseios do povo brasileiro.

O nosso Exército é o povo em armas. Ele atuou, a pedido do povo, contra uma revolução de cunho marxista-leninista em desenvolvimento no País? Os comunistas queriam tomar o Poder? Era isso?

Sim, entendo que sim. Na minha interpretação, o movimento foi contra os comunistas, em favor da liberdade e da democracia.

Os sindicatos e aquelas entidades de esquerda, como o CGT, a UNE etc., logo após o Movimento armado, acabaram silenciando.

Foram surpreendidos e, de imediato, não tiveram reação. Depois, continuaram como oposição e com as suas atividades subversivas, particularmente os remanescentes da UNE. Assim é que, a partir do ano de 1968, o Governo revolucionário foi obrigado a tomar providências mais drásticas por meio do Ato Institucional nº 5, porque estudantes, transvestidos em terroristas, estavam novamente insistindo nas mesmas reivindicações, liderados por extremistas, como Lamarca e Marighela, que atuavam, particularmente, em São Paulo. Cabe lembrar que, no período de 1968–1973, a luta armada desencadeada por organizações extremistas constituiu-se na principal preocupação da Revolução de Março de 1964.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

Em termos de liderança foi o Castello Branco. Ele foi o mentor, ele foi o coordenador e condutor do processo revolucionário. Como Presidente da República, voltado sempre para afirmação da autoridade, que desmoronara no Governo deposto, para estratégia de retomada da democracia e da retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico. Entre os civis, os governadores do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda; de São Paulo, Adhemar de Barros; e de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Considerando o movimento armado, temos que destacar, evidentemente, os Generais Mourão e Guedes, que iniciaram a Revolução no Brasil, com as tropas mineiras, bem como o Marechal Odylio Denys, cujo apoio ao movimento foi de grande importância.

Na Via Dutra, ligação do Rio de Janeiro com São Paulo, onde o Grupo-Escola atuou, inclusive indo até Resende com duas Baterias de Obuses, considero que a maior figura foi o General Médici, Comandante da AMAN. Os oficiais que lá estiveram retornaram entusiasmados com a sua liderança.

A Revolução foi um movimento exclusivamente interno ou houve influência vinda do exterior, dos Estados Unidos, por exemplo, como insistem os inimigos da Revolução?

Não. Julgo que, dentro da guerra fria, havia uma disputa pela influência. O Brasil estava sendo visado, na ocasião. Ou tendia para o lado democrata ou para o lado comunista. O povo deu o recado, o povo se pronunciou indicando o que queria, e o Exército, particularmente, atendeu aos seus anseios – dizendo não ao comunismo.

Agora, ajuda dos americanos não houve nenhuma. Não adianta dizer que houve, porque todo mundo sabe que não houve; até nós, que éramos tenentes na época, sabemos que tudo foi espontâneo. Isso não quer dizer que os inimigos da Revolução não tenham recebido dinheiro, por exemplo, da Rússia, normalmente através de Cuba. Os comunistas receberam apoio do exterior, antes e, mais tarde, para confrontar a Revolução, inclusive treinamento de pessoal, realizado em Cuba e em países da Cortina de Ferro.

Que aconteceu com o esquema militar do Jango, do Assis Brasil, no qual estavam inseridos o Aldo Pereira, o Abner e outros? Por que desmoronou tão rápido? Realmente, havia um esquema estabelecido?

Havia o esquema, sem dúvida. Havia militares que faziam parte por fidelidade e até por interesse e havia os inocentes úteis. Havia isso tudo, dentro desse esquema...

Faltava aos que apoiavam o Governo Goulart convicção, ideal, para levá-los ao sacrifício por aquele Governo?

Faltava, não resta dúvida. Muitos entraram no esquema visando obter vantagens pessoais. O Aldo e Abner, por exemplo, entendiam que o esquema é que os levaria ao generalato.

Como o senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN pelo General Médici?

Ao colocá-los em posição, o General Médici contribuiu, decisivamente, para evitar um possível derramamento de sangue.

Foi, também, uma valiosa contribuição para a formação do cadete, pela prática viva dos princípios de chefia e liderança. O cadete sabia por que estava ali.

Ao contrário do pessoal do esquema, o cadete entrou em posição convicto da extrema importância da missão que a AMAN lhe confiara e, ali, iria até a morte se fosse preciso.

Foi uma demonstração de chefia e liderança do General Médici e daqueles que estavam com ele, porque conseguiram empregar os cadetes, sem nenhuma dissensão. Na Academia, sem sombra de dúvida, havia um só pensamento.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, depois do Movimento de 1964?

Apesar de já existir essa união, ela se solidificou, se consolidou, ganhou mais força, conquanto, dentro das Forças Armadas, particularmente no Exército, sempre tenha prevalecido uma forte coesão. O nosso Grupo demonstrou essa verdade.

Quando você afasta um ou outro que pensa, ideologicamente, de maneira diferente, você ajuda a união, porque sai aquele que tem outras convicções, não é isso?

Principalmente, o agitador, o comunista, se ele é retirado de qualquer meio, principalmente o castrense, facilita a coesão.

O Movimento de 31 de Março tinha alguma ideologia? Quais os seus objetivos?

Como foi dito, o movimento da esquerda para a comunização do País vinha numa escalada, buscando quebrar a hierarquia e a disciplina no seio das Forças Armadas, jogando, inclusive, sargentos contra oficiais. Os sargentos foram incentivados a se rebelarem, assim como cabos, soldados e marinheiros.

A revolta dos marinheiros foi um exemplo típico de insubordinação plena. Os extremistas de esquerda foram avançando, dentro das Forças Armadas, até atingir um estágio de indubitável perigo. O movimento partiu deles. Nós apenas recalcamos esse movimento através da Revolução. Escolhemos este caminho, como o povo queria. O que se desejava era o retorno à democracia plena e o restabe-

lecimento da disciplina e hierarquia dentro das Forças Armadas. A Revolução foi feita com esse objetivo.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Acho que até a sua composição, a sua constituição, já responde a essa pergunta. Eram civis e militares que resolveram trabalhar por este País. Juntos buscaram os nossos objetivos, exatamente. A maioria dos ministros era composta de civis de elevado gabarito, que muito ajudaram os presidentes militares.

A Revolução contou com uma comunhão de líderes civis e militares, cujos esforços foram coroados de pleno êxito na condução do País aos seus objetivos.

Governo militar para mim seria se todos fossem militares, se fosse um governo das Forças Armadas. Na verdade, o governo revolucionário reuniu civis e militares, que comungavam do mesmo pensamento, para levar o Brasil a um grande destino.

Apesar dos inúmeros acertos, cometemos erros. Quais foram os erros em que a Revolução incorreu?

Eu não diria que foram erros. Diria que houve algumas incorreções nas prioridades estabelecidas. Então, determinados compartimentos não tiveram aquele desenvolvimento, porque deu-se prioridade para um outro. Não houve um erro proposital para não se querer fazer isso ou aquilo. Acho que se estabeleceu uma prioridade de atuação – vamos atuar no campo econômico, criando uma infraestrutura para viabilizar um sensível crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Optou-se, também, no campo social, por uma correta política no setor da habitação, bem como pelo alargamento das possibilidades de ingresso de um maior número de brasileiros no setor universitário que experimentou um real crescimento.

Tivemos muito bons ministros em quase todas as áreas.

Se houve algum erro a lamentar, foi o da despreocupação da Revolução com a penetração e o domínio dos comunistas na área da Educação, o que, também, adveio da prioridade dada pela Revolução ao combate aos extremistas voltados para a luta armada, deixando, em conseqüência, livre de controle os comunistas que atuavam nas mentes, no ensino superior, principalmente na formação dos jornalistas, ou seja, do pessoal de comunicação social como um todo, bem como dos que, mais tarde, estariam na cátedra universitária, em especial, à frente das cadeiras de história e geografia.

Os sucessos econômicos da Revolução têm sido relembrados com muita ênfase na Escola Superior de Guerra. Professores renomados, de várias universidades civis, destacam, por exemplo, que a década de 1960 e a década de 1970 foram, em termos

econômicos, o período de maior sucesso da História do Brasil, particularmente o período de 1968 a 1973, que pode ser visualizado pelos excepcionais resultados das contas nacionais. Por que isto não é dito, hoje, aos brasileiros? Por que escondem esta verdade dos nossos jovens, nas escolas? O que há por trás disso?

É a ação da mídia, que é a principal formadora da opinião pública, exatamente pelos motivos que acabei de apresentar, apontados por mim como erro que a Revolução cometeu, deixando nas mãos dos contrários à Revolução a área da Educação.

Os nossos bacharéis foram orientados a comungar somente de idéias socialistas. Paulatinamente, de 1985 para cá, foram assumindo postos-chave, foram dominando a mídia, que é a maior formadora de opinião pública. É o elemento principal, o braço poderoso que não deixa que o outro lado seja mostrado. Não permite que se fale bem da Revolução. O patrulhamento, muito pelo contrário, só dá espaço aos que falarem mal, procurando sempre massificar a opinião pública. Por exemplo, o caso do Riocentro. Já, por duas vezes, tentaram reabrir o processo... Por que não vão reabrir o caso da bomba do Aeroporto de Guararapes?

Com aquele atentado, ocorrido em Recife, com várias vítimas, com mortos e feridos, não estão preocupados. Mas se preocupam com a bomba do Riocentro que não causou mortes em nenhum contrário.

Não há ninguém preocupado com aquele caminhão que foi lançado contra o sentinela que morreu, lá em São Paulo, no quartel do II Exército. Ninguém quer reabrir aquele caso!

Perdemos, ali, o nosso Sargento Mário Kozel Filho, na época soldado...

Mas isso não interessa. Por que a família do Sargento Kozel não é indenizada? Indenização é só para os terroristas?! Veja onde nós chegamos! E a mídia, que aí está, sobre isso não diz nada. Ela é parcial, não consegue ver que só um dos lados vem sendo beneficiado nesse governo de esquerda, que conta com o apoio da imprensa, que, por sua vez, depende do dinheiro do Governo, sendo-lhe conveniente, portanto, adotar o discurso de quem a mantém.

O objetivo do terrorismo e das guerrilhas era a tomada do Poder? Havia ajuda de fora?

O objetivo era a tomada do Poder, o que já foi dito em livro escrito pelos próprios terroristas. Não é novidade!

Eles permaneceram contando com ajuda de fora, inclusive, aquela vinda de novos elementos formados em Cuba para ações terroristas. Tanto é que o governo, em 1968, teve que tomar, novamente, medidas drásticas.

Veio o AI-5, necessário pela radicalização dos contrários, que resolveram enfrentar o governo revolucionário.

Muita gente repete por aí que as ações terroristas aconteciam porque o governo não os deixava falar. Mas não seria ao contrário? Não fomos nós que tivemos que reagir porque eles começaram a luta armada?

Não há dúvida que o movimento inicial foi deles. Nós reagimos. Tivemos que combatê-los; não ficamos de braços cruzados. Graças à nossa reação, o grupo da luta armada foi derrotado em mais uma tentativa de tomar o Poder.

Antigamente, se falava em governo revolucionário, em círculo de presidentes militares. Hoje, eles falam em ditadura, em golpe militar, em "anos de chumbo". Qual o motivo dessa mudança? Por que isso está acontecendo?

No meu entender, esta é uma maneira deles buscarem manter a opinião pública afinada com a posição que adotaram, achando que eles fizeram o que deveria ser feito, na luta contra uma "ditadura cruel", sofrendo durante os "anos de chumbo". Eles querem se apresentar, hoje, como vítimas; eles precisam inventar desgraças!

Com esses *slogans*, que eles criaram, procuram atingir, com toda a intensidade, a opinião pública. São expressões fortes, com os quais querem manter a opinião pública, comovida, acreditando neles. Assim, agora no Poder, aproveitaram para criar essas idéias-força que impressionam, como "anos de chumbo", ditadura militar, golpe militar e por aí a fora. Faz parte da estratégia deles. É uma forma, também, de agredir aqueles que os derrotaram fragorosamente no campo militar.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação? Tiraram alguma vantagem? Nós estivemos bem na época da Revolução?

Não, muito pelo contrário. As Forças Armadas pagaram muito caro por isso.

Sempre tinham que dar o exemplo. Seus componentes eram os que ganhavam menos. Tudo, para as Forças Armadas, sempre foi com parcimônia durante todo o período revolucionário.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Isso já era previsto desde que vencemos a Revolução. O objetivo era redemocratizar. Afastadas a anarquia e a baderna, vencidos os apóstolos da luta armada e garantido um salto espetacular de economia brasileira, com índices de crescimento considerados milagrosos, era hora de passar os encargos pesados que a Revolução assumira.

Isso tudo, naturalmente, exigia um período. Da noite para o dia não se podia mudar o caos anterior à Revolução. Demandava um tempo. Agora, se esse

tempo foi prolongado ou não, é difícil avaliar. Acho até que poderíamos, talvez, ter saído antes.

Talvez tenha sido um dos erros. Desgastou-nos a longa permanência. Talvez pudesse ter sido abreviada.

A imagem das Forças Armadas tem sido elevada em pesquisas de opinião demonstrando que o povo nos credita uma confiança muito grande. Como é que o senhor vê essa parte, apesar de todo o revanchismo e das críticas dos nossos inimigos?

Isso mostra, claramente, a nossa credibilidade, a credibilidade das Forças Armadas junto à população. O povo está vendo que as Forças Armadas não são o que os seus inimigos insistem em propalar. O povo sabe que, se não fossem elas, tudo tinha desmoronado. Credibilidade é uma coisa muito séria. Credibilidade não se compra. Se adquire e nós a adquirimos. Essa pesquisa espelha o respeito e reconhecimento do povo às Forças Armadas. Isso veio sendo conquistado ao longo de muito tempo, se consolidando e se solidificando. Esta opinião é tão forte que os inimigos influentes que temos na imprensa, embora querendo nos deslustrar, não têm conseguido. Há, no entanto, uma parcela da população que questiona a existência das Forças Armadas, influenciada pelos meios de comunicação.

São aqueles que esqueceram da necessidade do poder de dissuasão que advém das Forças Armadas.

É o caso de perguntar, então, por que os Estados Unidos têm as suas Forças Armadas? Por que todos os países que se prezam têm as suas Forças Armadas?

Apesar de todos os problemas hoje vividos pela Rússia, as Forças Armadas continuam lá. A União Soviética foi esfacelada, os países que dela faziam parte se tornaram independentes, se tornaram livres e têm as suas Forças Armadas, não têm?

As Forças Armadas francesas, há pouco tempo, estavam realizando explosões atômicas. Todo mundo quer segurança.

Apesar de tudo isso, você encontra articulistas, inclusive políticos, que buscam incutir na população a idéia de que as Forças Armadas são desnecessárias, fazendo o jogo do próprio inimigo externo.

É hora da sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março. Uma palavra sua para o Exército de hoje e de amanhã.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade que me foi proporcionada de dar a conhecer a parcela, eu diria, bem pequena, que me coube nesse período revolucionário, e, desta forma, por meio deste Projeto, pude deixar para as gerações – atual e futura – aquilo que eu e os integrantes da 2ª Bateria do Grupo-Escola vivenciamos. O

Projeto de História Oral veio em boa hora para mostrar aos companheiros do Exército como a Revolução se processou. No caso desse nosso depoimento, procuramos trazer a verdade da Revolução no Vale do Paraíba pelo nosso testemunho.

Esta verdade, em todo o País, virá com o conjunto de todas as entrevistas que estão sendo realizadas, onde as pessoas convidadas têm a oportunidade de expressar as suas vivências naquele período de nossa história. É importante que isso fique escrito, para que as atuais e as novas gerações venham conhecer os fatos reais, narrados desinteressadamente. Não fiquem, portanto, sendo influenciadas por essa mídia, que aí está, que não pensou, ainda, que é muito mais importante o Brasil do que esse "revanchismo" inconseqüente.

Isto que o Projeto está nos proporcionando, através da história oral, irá se contrapor a mentiras e a meias-verdades que têm sido difundidas. Acho muito relevante o trabalho que aqui vem sendo desenvolvido, que conta com sua capacidade que conheço de longa data. Esse trabalho será levado a muito bom termo, ficará excelente, não tenho dúvida quanto a isso.

Essa história precisa ser conhecida pelas Forças Armadas até para que, no presente e no futuro, prevaleça a versão verdadeira dos fatos, versão de quem os viveu.

Foi uma satisfação muito grande estar aqui, conversando sobre todos esses aspectos da Revolução de 31 de Março.

Coronel Romeu Antonio Ferreira

- Natural da Cidade de São Paulo/SP
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da EsACosAAe e do CEP (Informações).
- Exerceu as funções de Instrutor da EsACosAAe (1968/1969), do CEP (1970/1971) e da EsNI (1972/1973) e de membro do Destacamento de Operações e Informações (DOI) do I Exército.
- Comandou o Forte Copacabana/Museu Histórico do Exército (1987 a 1989) e foi Chefe das Seções de Contra-Inteligência e de Operações de Inteligência do CIE/Gabinete do Ministro (1990/1993).
- Foi Chefe de Estado-Maior da Divisão Militar nas missões da ONUCA (Observação das Nações Unidas na América Central), em Costa Rica, e da ONUSAL (Observação das Nações Unidas em El Salvador), em El Salvador, e Representante da ONU nas conversações de paz para Moçambique. Chefiou a Seção de Controle dos Adidos Militares, do Gabinete do Estado-Maior do Exército (1994).
- Na Reserva, a partir de 1994, foi Chefe de Análise de Inteligência da Operação Rio e Contra o Crime Organizado, na 2ª Seção/CML, além de Diretor do Centro de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública/RJ (1996/1999).
- Em 1964, no posto de 2º-Tenente, era Adjunto do S/3 do II/5º RO 105, em Curitiba/PR.

Entrevista realizada no dia 5 de dezembro de 2000.

Gostaria de cumprimentar o Exército por essa iniciativa. Uma das coisas que nós militares, ao longo desses quase quarenta anos de Revolução, sentimos falta é dessa parte histórica.

Não só da luta do Exército contra o comunismo, em prol da democracia, mas também voltando inclusive atrás, à atuação gloriosa da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A história está sendo resgatada por esse testemunho oral e tenho certeza que isto vai ser de muita utilidade no futuro.

Quero externar meus cumprimentos à equipe deste Projeto e dizer que estou aqui muito honrado com o convite para falar de minha participação na história do Exército na Revolução de 1964.

Depois desse seu preâmbulo, perguntamos: que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Essa pergunta é ampla e vai me permitir trazer muito de minha vivência e do meu conhecimento sobre o assunto. Em 1963, era Aspirante em Curitiba. Estávamos afastados do foco político da Nação que, naquela época, era Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Mesmo assim, o noticiário, particularmente dos jornais, influenciava muito a nossa juventude.

Em 1963 e 1964, como Aspirante e Tenente, mantive sempre o idealismo, com a atenção voltada, em especial, para a defesa da democracia, seriamente ameaçada no meu entendimento.

Os Oficiais do 5º Regimento de Obuses 105 mm (5º RO 105) viam a democracia como o oposto ao comunismo, como o regime que conflitava totalmente com a atuação dos que defendiam o comunismo naquela época – 1963 e início de 1967 – uma vez que eles se mostravam favoráveis a uma revolução, inclusive armada, como forma de atingir os seus objetivos, que teriam de ser buscados, segundo diziam, dentro ou fora da lei.

O clima característico daquele período pré-revolucionário pode ser perfeitamente definido como o de caos social e econômico, onde imperava o grevismo que paralisava totalmente o País, levando-o à estagnação e à ruína praticamente em todos as expressões do Poder nacional.

O quadro perverso que caracterizava o Governo Goulart fazia com que a gente sentisse uma revolta e uma vontade de intervir naquele processo que se agravava cada vez mais.

Aquela situação caótica fomentava o crescente avanço do comunismo que chegou ao ponto de levar a própria população a iniciar a reação, principalmente

através das Marchas da Família em que se destacavam as mulheres brasileiras, seguidas por religiosos, empresários e universitários contrários aos comunistas que dominavam a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A grande esperança da nossa população, indo para as ruas, era que as Forças Armadas tomassem uma atitude, o que realmente aconteceu. O Exército, dentro de suas tradições, foi impulsionado pela clara manifestação da maioria do povo brasileiro em seu repúdio àquele Governo que acabou deposto.

No final de 1963, o nosso Grupo – o II Grupo do 5º RO 105 – no Boqueirão, em Curitiba, recebeu, vindo do Rio de Janeiro, o famoso Tenente-Coronel Boaventura, pára-quedista que chegou com a auréola de revolucionário, de ser um oficial íntegro, atuante e avesso à baderna que se instalara no País. Veio para comandar o Grupo que pertencia, como disse, ao 5º RO 105, cujo Comandante era o Coronel Reynaldo Mello de Almeida, depois promovido a General.

Assim que chegou, o Tenente-Coronel Boaventura nos deu uma determinação muito clara, muito direta, recebida quando estávamos prestes a incorporar, no início de 1964, a respeito da nova turma de jovens conscritos. Lembro-me que, em 1963, era Comandante de Linha de Fogo e que, na chegada do Coronel Boaventura, já estava na função de Adjunto do Oficial de Operações (Adj S3), servindo na Central de Tiro, pertencente à Bateria de Comando e Serviço do Grupo.

A determinação do Tenente-Coronel Boaventura, aprovada pelo Coronel Reynaldo, logicamente, era que devíamos acelerar todas as instruções, particularmente aquelas de distúrbios civis, guerra revolucionária, inclusive para que o nosso Grupo estivesse em condições de atirar com a nossa Linha de Fogo num tiro rápido, num tiro imediato, do tipo "Assinale o CZA", sem usar a Central de Tiro do Grupo, mas empregando a Central de Tiro de Bateria e nós, em dois meses, conseguimos fazer o Grupo atirar.

Naquela época, já como tenente idealista em defesa da democracia, recebi a incumbência de ministrar algumas instruções voltadas para esse fim; dentre elas, a de Guerra Revolucionária, a de Chefia e Liderança, e uma outra sobre Controle de Distúrbios Civis.

Lembro-me que o nosso anti-herói, isto é, a pessoa que procurava incentivar as reações das massas, que procurava incendiá-las e que tínhamos que prendê-lo, era um pseudocomunista chamado "Nicola". Ele era, em Curitiba, uma espécie de ligação com o Brizola que, naquela época, assumira o papel de grande inimigo dos militares, transformando-se no agitador-mor. Então, a missão dada de prender o suposto "Nicola" visava tirá-lo de circulação reduzindo a agitação.

Estou falando dos primeiros meses de 1964, quando estourou, em 31 de março, a Revolução. Fomos chamados em casa, porque o expediente já havia terminado, tendo sido acionado o plano de chamada e voltamos para o quartel do Boqueirão, longe do centro da cidade. Quando chegamos, o oficial de dia nos conduziu – capitães e tenentes – ao gabinete do Coronel Reynaldo que, por ter sido chamado em Brasília, determinou que todos seguissem as determinações do Tenente-Coronel Domingues, que ficaria no Comando interinamente.

Por alguns dias, permanecemos, de prontidão, dentro do quartel, mas não recebemos nenhuma missão específica, uma vez que todas as reações, em Curitiba, foram favoráveis à Revolução. Essa foi a nossa participação nos pródromos e naqueles primeiros dias da Revolução, apesar da fogosidade de tenente que leva a gente a querer sair para cumprir missões externas. Como integrava a Bateria de Comando e Serviço, fui encarregado da defesa do aquartelamento. Atualizamos todo o planejamento de defesa interna e, até me lembro, que passamos dois dias e duas noites praticamente sem dormir engajados na defesa do quartel, felizmente sem registrar nenhuma alteração.

Talvez por causa das instruções que eu ministrava, recebi a missão de fazer uma sondagem entre os tenentes, para saber quais aqueles que o Comando poderia contar no momento de uma possível ação militar. Em outras palavras, quais aqueles que nós não poderíamos contar.

Recebi essa missão do meu então Comandante de Bateria, Capitão Felisbino, e me recordo que a resposta foi que todos os tenentes estavam fechados pelos ideais democráticos, até porque nós todos abominávamos o comunismo e toda aquela baderna que se instaurava no País, inclusive com a participação de elementos do primeiro escalão do Governo e do próprio Presidente da República.

Hoje se fala em "Volta aos quartéis", quando, na verdade, após 1964 não saímos mais dos quartéis, o que só acontecia antes da Revolução, para manter a segurança, sobretudo durante as greves.

Justamente, o grande divisor foi 1964, porque antes vivíamos saindo para atuar em greves, para ir, no caso das tropas de São Paulo, para o Porto de Santos, várias vezes, com a finalidade de fazer o Porto funcionar, substituindo os grevistas, de forma a evitar que as cargas perecíveis se estragassem. Mas, depois de 1964, fundamentalmente, vivemos dentro do quartel, dando as nossas instruções, preparados, sim, para qualquer ação.

Exato. Desse modo, durante todo o ano de 1964, fiquei lá em Curitiba. No ano de 1965, vim para o Rio de Janeiro ser aluno da Escola de Artilharia de Costa, última turma a realizar o curso no casarão da Urca. Ao terminá-lo, no final de

1965, fui classificado no 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), no Leblon, onde passei os anos de 1966 e 1967, sem participação em nenhuma atividade relacionada com a Revolução de 31 de Março.

No final de 1967, fui designado instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe) na Vila Militar, onde passei o ano de 1968 e quase todo o de 1969. Em dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva assinou o AI-5.

Todos nós oficiais, reunidos numa sala, fomos informados do que estava ocorrendo e, nessa oportunidade, recebi a incumbência junto com outro companheiro, outro capitão, nessa altura eu já era capitão, para fazer o inquérito na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Quilômetro 48, da antiga Dutra. Fomos lá, fizemos esse inquérito, conversando com as pessoas que estavam indiciadas para, depois, elaborarmos o nosso relatório. Felizmente, não tivemos nenhum problema no cumprimento dessa missão.

Em meados de 1969, fui indicado para fazer o curso de Informações no Centro de Estudo de Pessoal (CEP). Não sei precisar o motivo de minha indicação. De julho de 1969 até dezembro, realizei o curso, conseguindo concluí-lo em primeiro lugar e, por isso, fui convidado para ser Instrutor da Escola. Então, fiquei como Instrutor do Centro de Estudo de Pessoal, na área de Informações, em 1970 e 1971. Lembro-me de que, como Coordenador do curso, convidava instrutores do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e ministrava algumas instruções, particularmente, emprego de meios eletrônicos e filosofia marxista. Naquela época, estava interessado em estudar Filosofia e, em 1971, comecei a fazer o primeiro ano do curso de Filosofia na UERJ para procurar entender com mais profundidade o comunismo, que tanto se falava e que já estava atuando com força, matando muita gente.

Em 1971 e 1972, enquanto era Instrutor do Centro de Estudo de Pessoal, ouvi constantemente notícias sobre bombas, assaltos a banco, assassinatos e seqüestros que começaram em 1969. O terrorismo chegava através de diferentes organizações esquerdistas radicais. E estávamos ministrando Instrução de Informações para os quadros que iriam ocupar os órgãos responsáveis por enfrentar essa gente extremista, disposta a matar, a destruir.

Lembro-me de que, naquela época, 1969, 1970, é que foram criados os DOI – os Destacamentos de Operações de Informações, dentro do CODI, Centro de Operações de Defesa Interna, para poder dar uma resposta profissional ao que estava ocorrendo. Porque sentíamos o seguinte: o militar foi formado sim para a guerra, mas não para aquela guerra suja que eles iniciaram, com toda fúria e insensatez.

Fomos formados para combater. Eu era de Artilharia, aprendi a empregar canhões e obuseiros para apoiar a Infantaria, a Cavalaria, as armas-base. Essa era a nossa formação, mas quando líamos sobre a morte de um capitão americano na frente dos filhos, o assassinato de um tenente, que estava amarrado, com coronhadas na cabeça, assaltos a bancos, seqüestro de diplomatas, seqüestro de aviões, então, não sabíamos como dar essa resposta. E foi em 1969/1970, que o Governo resolveu dar uma resposta profissional àquela luta armada que estava sendo desencadeada no País, sem a menor contemplação pelos comunistas que imaginavam, mais uma vez, como em 1935, chegar ao Poder pelas armas.

A nossa resposta, através dos DOI/CODI, deu-se três ou quatro anos depois de estarmos sofrendo derrotas, desde o início da luta armada no Brasil, em julho de 1966, que considero o marco da luta armada no País – aquela explosão de uma bomba colocada no Aeroporto de Guararapes pelos inimigos da Revolução, onde morreram um almirante e um jornalista e mais de uma dezena de pessoas ficaram feridas. E ficamos, até o final de 1969, sem saber muito bem o que fazer. Foram três anos que apanhamos.

Nesse momento, começaram as atuações em força contra as esquerdas, contra as organizações militaristas que defendiam o foquismo cubano ou defendiam a linha de Mao Tsé-Tung de guerrilha no campo. Nessa época, era instrutor não só do CEP, mas também da Escola Nacional de Informações (EsNI) em Brasília, que foi criada em 1972 e da qual fui um dos fundadores. Para lá, levamos tudo aquilo que tínhamos no CEP. Ficamos por lá durante os anos de 1972 e 1973, sempre acompanhando o desenrolar da luta pelos jornais ou pelos documentos que nos mandavam, mas sem participar diretamente dela.

Em 1974, voltamos ao Rio para fazer a EsAO. Ao término do curso, em dezembro de 1974, fui classificado no Regimento Floriano, onde ficamos, até julho de 1975, quando fomos chamados pelo General Reynaldo, general de quatro estrelas, que estava no Comando do I Exército. Ele havia sido meu comandante, em Curitiba, como já expus. Naquela época, era major e o seu conhecimento a meu respeito vinha de Curitiba, quando eu exercia as funções de Adjunto do S3 no 5º RO 105 e sabia que eu tinha feito o curso de Informações; portanto, fui chamado para o DOI.

Neste momento, chega um capítulo muito importante: em 1975, já estávamos sob a presidência do General Ernesto Geisel, que havia implantado a política de abertura – lenta, gradual e segura – porque as organizações comunistas–militaristas que defendiam a luta armada já haviam sido destruídas, derrotadas fragorosamente durante o Governo Médici. Naquela época, em que fui convidado para integrar o DOI/CODI, quem comandava o I Exército, como já disse, era o

General Reynaldo; o General Leonidas Pires Gonçalves era o Chefe do Estado-Maior, a quem conheci no I Exército, e o Chefe da 2ª Seção era o Coronel Mário Pasquali, que havia sido o nosso comandante do Corpo de Cadetes quando eu cursava a AMAN no início da década de 1960.

Sérgio Mário Pasquali foi comandante da minha Bateria em 1959 e 1960, nos meus dois anos de Cadete no Curso de Artilharia. Homem inteligente e inovador, mestre em criar e distribuir missão para todo mundo e ficar atento aos resultados.

O Coronel Pasquali tinha uma cabeça muito privilegiada. A determinação que recebi dos três, isto é, do General Reynaldo, do General Leonidas e do Coronel Pasquali, foi: "Romeu, você está chegando agora e tem uma formação acadêmica de informações; você é um organizador, um planejador e agora a linha política do Governo é de distensão, cabendo a você transformar o DOI". Isto porque tinha feito o curso do CEP, e lá fui instrutor por dois anos, e também instrutor dois anos na EsNI, a nossa antiga Escola Nacional de Informações.

O DOI era o órgão que, em face da crise vivida a partir de 1968 até 1974, devia buscar as informações com segurança; era um braço que colhia as informações, enfrentando as organizações terroristas, desculpe o termo, na base da "porrada" e efetuava as prisões. Então, até 1973, início de 1974, a situação era de crise, de luta armada; mas, em 1975, o Presidente Geisel estava iniciando uma modificação política da Revolução, uma vez que havia sentido que era possível, porque as organizações militaristas comunistas já tinham sido destruídas. Não havia mais ALN, VPR, VAR-Palmares, MR-8, ou melhor, elas estavam esfaceladas – alguns militantes aqui, outros acolá, quase todos foragidos, a maioria no exílio voluntário; iam para o exterior e se diziam exilados. E havia apenas algumas organizações que não eram militaristas, que não defendiam a luta armada como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Mas os DOI ainda estavam com aquele ímpeto, com aquela determinação de atuar da mesma maneira que atuavam contra as organizações militaristas, para poder derrotar a luta armada.

Então, a missão que recebi: "A luta armada acabou e você tem que transformar o DOI do Rio de Janeiro num órgão de informações". Usando a palavra atual: Órgão de Inteligência Clássico. Disseram: "Daqui a pouco tempo, um ano ou dois, o DOI não vai prender mais ninguém, isso vai ser encargo das polícias. Então, você tem que mudar a estrutura para transformar esse DOI, passo a passo, num órgão de inteligência pura, clássico".

E me recomendaram: "Você não pode ir dizendo assim: Acaba isso! Acaba aquilo! Nada disso! Porque senão você não vai ser aceito pelos próprios compa-

nheiros que estão lá. Você tem que ir passo a passo; vagarosamente, vai tentar modificar a organização, modificar para fazer as transformações que, agora, se fazem necessárias".

Foi essa a missão que recebi. Pela primeira vez, estou tendo a oportunidade de falar sobre isso. Quem conversou muito comigo naquela época foi o Coronel Pasquali, logicamente obedecendo as ordens do General Leonidas e, acima, do General Reynaldo.

Fiz um estágio mais ou menos de uns dois meses na 2ª Seção do I Exército, antes de ir para o DOI. Devo ter chegado ao DOI do I Exército por volta de agosto/setembro de 1975 e começamos a fazer algumas modificações. Lembro-me que uns dois ou três meses depois, já tínhamos feito diversas mudanças, para atender àquela idéia do I Exército.

Passamos, no Rio de Janeiro, a procurar entender o que era a Internacional Socialista, o Socialismo, o Trotskismo, qual a linha do Partido Comunista Brasileiro, em vez de continuar atuando contra o PCB da mesma maneira que o fizemos, antes, contra a ALN, VAR-Palmares, VPR, organizações criadas pelos inimigos da democracia para a tomada do Poder e implantação de um governo comunista, através da luta armada naquela oportunidade. Ressalte-se, portanto, que, no DOI do Rio de Janeiro, nenhum problema, nada de anormal, aconteceu desde a minha chegada que merecesse ser registrado neste nosso depoimento.

Ali, passamos quase seis anos, de meados de 1975 a janeiro de 1981. Fui ouvido num inquérito este ano sobre o Riocentro. Quero dar o testemunho, que fique gravado isso aqui, que foi a verdade. O Riocentro ocorreu em 30 de abril, na véspera do feriado de 1º de maio. Toda noite de 30 de abril para 1º de maio havia um *show* no Riocentro em que a idéia era colher recursos para o Partido Comunista Brasileiro, e a nossa gente gostava, desculpe o termo, de "sacanear" o pessoal do PCB.

Em 1980, eu já era o segundo homem da estrutura do DOI. Dois anos antes, já não mais prendíamos, apenas atuávamos colhendo informações, encaminhando-as. Naquela época, recebi uma proposta de algumas pessoas para jogar uma bomba no Riocentro. Essa bomba era para estourar na caixa de força, com a finalidade de apagar a luz e o *show* parar. Não era para ser jogada nem lá dentro do Riocentro nem era para matar ninguém. A idéia era acabar com o *show* do PCB por falta de energia. Discordei daquilo, não gostei da proposta, por achar que era completamente extemporâneo, não tendo mais nada a ver com o clima em que vivíamos naquela época. E proibi a ação; isso foi em abril de 1980 – proibi a ação e ela não foi feita.

Em janeiro de 1981, fui cursar a ECEME, pois tinha ingresso garantido, porque havia conseguido o segundo lugar na EsAO. Logicamente, acredito, é uma supo-

sição, uma especulação, que o que ocorreu lá no Riocentro tenha sido, talvez, a mesma proposta de jogar uma bomba na caixa de força para acabar a luz. Aquilo que proibi antes, alguém autorizou depois e ocorreu aquele triste episódio do Riocentro no qual morreu um sargento do Exército e ficou ferido um capitão.

Prestei este testemunho no inquérito que foi feito pelo General Sérgio Conforto, da minha turma, meu amigo. Disse exatamente isso nesse inquérito que estou agora repetindo.

Em 1981 e 1982, cursei a ECEME, indo, em seguida, para Brasília, onde, após estagiar por três meses na 2ª Seção do Comando Militar do Planalto, fui para o CIE, onde desempenhei as funções de analista de inteligência, de 1983 a 1985.

E aqui entra um ponto muito importante, particularmente para este Projeto. Em 1985, o que é que tínhamos? O novo Governo Sarney, a morte do Tancredo e a solução do Presidente para a pasta do Exército, ou seja, o nosso Ministro General Leonidas que havia sido o meu Chefe de Estado-Maior no I Exército. Lembro-me de que, naquela época, redigi um ou dois documentos defendendo a idéia de que já estava na hora do Exército escrever a história de sua participação na luta armada. Seria importante que o Exército contasse a sua versão dos fatos, que já estavam sendo deturpados. Diziam eles – os terroristas – que defendiam a democracia e nós não, quando, na verdade, fizemos todo aquele nosso trabalho pela democracia contra o comunismo, contra os extremistas de esquerda que queriam a tomada do Poder para implantação de um regime totalitário. Hoje dizem, cinicamente, que lutavam pela redemocratização.

Lutamos contra os terroristas, os seqüestradores, os ladrões de bancos, que agora se dizem defensores da democracia! Pelo amor de Deus, falta-lhes coragem moral de assumir o verdadeiro fim da luta armada por eles iniciada em 1966, com o atentado do Aeroporto de Guararapes – PE, que eles esqueceram entre aspas, mas nós nos lembramos muito bem. O atentado que visava matar o General Costa e Silva, Ministro do Exército, em campanha para a Presidência da República e que vitimou vários brasileiros, como já foi destacado nesta entrevista.

Recordo-me bem que fiz um documento a esse respeito. O meu chefe da S1/02, Seção de Análise e Informações, era um grande Coronel, depois General, Agnaldo Del Nero Augusto, incentivador da idéia de que devíamos escrever a respeito. E a gente pode até fazer uma brincadeira aqui: ele era de Cavalaria, mas muito inteligente! A gente brinca com o pessoal de Cavalaria, mas tem admiração por eles. Ele era um oficial leal que lutava permanentemente por ideais nobres.

Inclusive há um livro que ele apresentou à Biblioteca e foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Editorial e será publicado no ano que vem. Vai mostrar

a mentira que está sendo propagada pelos perdedores que contam uma versão totalmente deturpada do que ocorreu. O livro é intitulado "A Grande Mentira", a mentira "orquestrada" pelos "revanchistas" derrotados.

Vamos esperar a sua publicação. Este livro deve estar relacionado ao que eu vou dizer agora aqui. No final de 1985, o Coronel Del Nero determinou que, na nossa Seção, os analistas começassem a escrever a história do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a história da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), VAR-Palmares etc. Mas não deu certo e explico o motivo.

Lembro-me de que, uma vez, ele solicitou que eu fizesse uma análise de um trabalho elaborado por um companheiro sobre 1968. Vi que esse trabalho tinha até mortos que estavam assaltando bancos. Então, não poderia ser assim. Não poderia um analista continuar desempenhando o seu papel de analista, com todos os documentos que ele tinha que produzir, e, ao mesmo tempo, escrever a História da Luta Armada. Era impossível! Então, o que fez o Coronel Del Nero? Ele designou a mim, para que deixasse o trabalho de análise e determinou que eu ocupasse uma sala grande, como esta, que era a antiga sala de estar dos oficiais do CIE, para começar a pesquisar e escrever. E comecei a fazer isso em janeiro de 1986.

Mas começamos a ver que o trabalho era uma loucura e decidimos também fazer um trabalho ano a ano. O que havia ocorrido em 1967? Quais as organizações que existiam? Fazer um histórico da VPR, da VAR-Palmares, da ALN, ano a ano. E começamos inclusive antes da Revolução, nos pródromos da Revolução de 1964.

E não existia nada pronto. O que tínhamos era uma grande quantidade de dossiês de pessoas e dossiês de organizações. Então, eu pedia, por exemplo, o dossiê da VPR e recebia quatro ou cinco pastas enormes com milhares e milhares de documentos.

O trabalho se tornava muito grande, levando-me a dizer para ele: "Sozinho, deverei demorar uns dois ou três anos para concluir a tarefa que o senhor me atribuiu. Não vai dar!" Sugeri então um amigo meu, de Cavalaria, oficial do mais elevado gabarito, e esse oficial passou a trabalhar comigo em maio / junho de 1986. Todo esse ano de 1986, inicialmente sozinho, depois, eu e esse coronel ficamos mais ou menos até janeiro de 1987 escrevendo esse livro, pesquisando e escrevendo. Era um trabalho insano. Começávamos às 8h da manhã e íamos direto até 20h30min, às vezes 21h. Inclusive, passamos a trabalhar nos sábados e domingos, pesquisando e escrevendo. Foi um ano de um trabalho intenso. Mas foi o que ficou.

Em janeiro de 1987, quando sai do CIE e voltei ao Rio, para comandar o Forte Copacabana, o livro já estava praticamente terminado, faltando apenas al-

gumas introduções de uns poucos capítulos, alguns encerramentos de outros, o trabalho de coordenação das páginas etc. Mas o "grosso" já estava terminado.

Em junho ou julho de 1987, recebi um radiograma do Coronel Del Nero dizendo que o livro já estava encerrado, que continha cerca de 1.200 páginas, que havia sido entregue para o Ministro do Exército e que me cumprimentava pelo trabalho. O Coronel Del Nero foi o coordenador de tudo. Os dois escribas principais fomos eu e esse coronel de Cavalaria. Esse livro nunca foi publicado e não entendi por quê, talvez o próprio General Leonidas e os outros ministros tenham suas razões.

Hoje, estamos, cada vez mais, sentindo na pele esse problema. Estamos, hoje, vivendo uma época de "revanchismo" declarado, explícito. Inclusive estamos vendo nos jornais de hoje esse grupo Tortura Nunca Mais, que está com uma força muito grande, atacando oficiais do Exército e civis de maneira bastante insolente.

É claro que todos nós somos contra tortura, como todos nós somos contra o terrorismo. Porém, eles dizem com toda ênfase: "Não é só contra tortura! Qualquer pessoa que tenha trabalhado contra as organizações comunistas tem que estar fora do governo!" Isso estava nos jornais de ontem: "Não é só o torturador que merece ser afastado; é quem foi analista, quem trabalhou no órgão também".

Então, nesse caso, eu também estou enquadrado por essa gente cretina, faminta de "revanchismo". Aliás, eu que fui designado para a missão de impedir qualquer ato de tortura que se pensasse em realizar. E, no entanto, posso ser acusado, porque trabalhei em prol da democracia contra o comunismo.

E numa fase de abertura em que o órgão voltou tão somente a trabalhar com informações puras.

Exatamente! Esse grupo está aí com grande força dada pelo Governo e eles acusam sem provas. Vale o que eles dizem: sem provas. Então, a Lei da Anistia de 1979 não tem valor nenhum, ou melhor, só vale para eles. Porque nós sabemos que existem elementos que participaram da luta armada, com assaltos a bancos, que estão no Governo e pessoas que participaram do outro lado que estão sendo colocados para fora do Governo. Acusados de quê? De serem torturadores, mas muitos nem trabalharam em órgãos que lhes permitissem agir contra os terroristas.

Não tinham nem ligação, não tinham nem possibilidade, porque não estavam nem próximos a qualquer ação do DOI etc.

Fui, como disse, quase seis anos do DOI e tive a minha atuação sempre firme contra o comunismo, mas sem uma morte no DOI desde que cheguei, e essa turma acusa todos nós, indiscriminadamente de torturadores. Se for preciso, vou à Jus-

tiça contra eles. Porque eu "não tenho rabo". O meu rabo foi esse de ser tenente dentro de um Exército que sempre atacou os extremismos desde a Segunda Guerra Mundial, lutando contra o nazismo e o fascismo e, depois de 1964, lutando contra outra ideologia extremista, espúria, que é o comunismo.

Os extremistas que hoje estão dando as cartas no Brasil são os mesmos comunistas de ontem.

Exatamente, esse é o meu testemunho. Essa foi a minha participação e me orgulho muito do que fiz e faria tudo de novo. É pena que hoje, inexplicavelmente, o Exército está numa posição de defesa.

Sendo atacado pelos extremistas, inclusive por criminosos que ocupam postos-chave, nomeados por FHC.

Ser militar hoje é ruim até para os familiares. Vamos ver se algum dia a situação se modifica, ou seja, a verdade venha a substituir a mentira dos nossos detratores.

A verdade aflorando ganha o Brasil e a nossa gente que fica sabendo quem é quem! Mas é disso que os "revanchistas" têm medo. Eles lutam, desesperadamente, para que a verdade não seja conhecida.

Talvez algum dia... mas não será na nossa geração.

Coronel Romeu, depois dessa síntese bastante significativa, perguntamos onde estão as causas do Movimento democrático de 31 de Março de 1964?

Como tínhamos conversado antes, este Projeto de História Oral baseia-se na vivência, baseia-se no conhecimento. A minha vivência sobre a época da eclosão do Movimento revolucionário de Março de 1964 era muito pequena e muito estreita. Logo depois, é claro, com os estudos, o nosso conhecimento foi ampliado. Não quero aqui fazer um depoimento puramente como tenente, quando a nossa visão era demasiadamente estreita, mas também não quero colocar uma visão de estudioso, porque também não é esse o meu propósito.

Pretendo estabelecer algumas considerações que poderão ser debatidas por diversas pessoas e rebatidas por outras. No campo político, a impressão que tenho, a minha opinião sobre a revolta, tanto dos militares como dos muitos civis, era a falência da autoridade política. Nós militares estamos acostumados com a hierarquia, quer a gente concorde ou não concorde. Assim, com o Presidente da República, nós não podemos admitir essa falência da autoridade, porque a partir daí o próprio Estado desmorona. No campo econômico e psicossocial, ambos muito ligados, o povo brasileiro e nós militares, em particular, verificamos que, com as constantes greves, as filas na busca desesperada por alimentos básicos, as ações

sindicais, a baderna institucionalizada, o Brasil estava cada vez mais se afundando, num verdadeiro caos econômico, com reflexos evidentes no campo social.

Na área militar: a quebra da hierarquia e da disciplina determina logicamente a quebra da coesão. A hierarquia, a disciplina, o nosso companheirismo, a nossa lealdade, isso tudo estava caindo e não podíamos aceitar. Houve, portanto, uma comunhão de pensamentos não só entre os chefes militares da época, mas também lá embaixo entre os tenentes e sabíamos que a maioria dos sargentos pensava como nós.

A principal causa veio do apoio da população, como não poderia deixar de ser: sentíamos orgulho de andar fardados na rua após a Revolução. A mídia em geral também nos apoiava. A mídia, fazendo coro com o povo, exigia que o Exército, que as Forças Armadas tomassem uma posição. Não me esqueço disso. Não adianta, agora, os "revanchistas" inventarem estórias, porque a história real é a que estou narrando.

O senhor julga que a guerra fria, que durou até 1989, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Acho que sim porque a partir do término da Segunda Guerra Mundial houve aquela bipolarização ideológica dos mundos. O mundo comunista, Oriental, com a formação da União Soviética, e o mundo Ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos. Então, ficamos do lado Ocidental, em defesa da democracia. Não há dúvida de que a nossa formação acadêmica militar de tenente, naquela época, era em defesa da democracia ocidental católica. Isso era o que norteava o nosso pensamento na época.

Havia, de fato, na sua opinião, um clima de insatisfação da maioria da população contra o Governo João Goulart?

Sim, na minha opinião, sim. Havia por parte da população por essa falência da autoridade que teve o seu princípio na saída de Jânio Quadros. João Goulart, que estava na China, volta não volta, assume não assume, gerando o problema do presidencialismo *versus* parlamentarismo. Havia uma ebulição política muito grande, uma indefinição política também muito grande, mas, no ano de 1963 e nos primeiros meses de 1964 a insatisfação era muito intensa, não só por parte da população em geral, mas também por parte dos militares, principalmente porque, quando Goulart conseguiu que vingasse o presidencialismo, ele e um grupo começaram a promover uma série permanente de agitações, de cima para baixo, embora houvesse também de baixo para cima, caracterizando uma subversão de cúpula fortíssima, assustadora. A integração das subversões de cúpula e de base levaria à república sindicalista de que eles tanto falavam.

E a posição da Igreja com relação ao governo deposto em 1964. A Igreja estava contra aquele estado de coisas?

Nós temos que dividir a Igreja, da igreja dita "progressista", que já caminhava para uma outra linha e tinha vários adeptos. Mas, naquela época da Revolução, a maioria da Igreja era contra a subversão existente e favorável ao Movimento revolucionário, encabeçado e conduzido pelos militares, por solicitação do povo nas ruas e da mídia nos jornais, nos rádios e na televisão. Lembro-me das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, apoiadas pela Igreja, com a presença de padres etc. Naquela época, a gente dizia: "Não há padres comunistas, o que pode haver são comunistas travestidos de padres". Eram os comunistas que tinham se infiltrado na Igreja.

Então, respondendo objetivamente à pergunta, a posição da Igreja era favorável à Revolução, mas já havia uma pequena parcela da dita "Igreja progressista" que, a partir de 1967, iria crescer, em pleno período revolucionário, o que, a meu ver, foi desastroso para a própria Igreja Católica que, daí para frente, perdeu milhões de adeptos e teve a sua liderança bastante afetada.

O que o senhor gostaria de falar sobre as "Ligas Camponesas", de Francisco Julião, e dos "grupos dos onze", de Leonel Brizola?

Antes da Revolução, eram os dois grupos mais famosos que pregavam a violência: as "Ligas Camponesas", no campo, e esse meio louco "grupo dos onze", do Brizola.

A esse respeito poderíamos tecer algumas considerações, mas prefiro deixar aqui para a história da Revolução, para a história do Exército na Revolução, um trabalho que fizemos em 1986 composto desses dois documentos – um sobre as "Ligas Camponesas" e outro sobre o "grupo dos onze" e o Exército Popular de Libertação. Fazem parte daquele célebre livro que escrevemos em 1986. Gostaria de deixar aqui para que fique na minha pasta, para quem quiser conhecer melhor esses grupos.

Com muito prazer estamos recebendo esses documentos a respeito das "Ligas Camponesas", que atuaram fundamentalmente no Nordeste, do "grupo dos onze" e do Exército Popular de Libertação, este muito ligado ao que se vê hoje na Colômbia – ELN – Exército de Libertação Nacional que esta lá dividindo o país e atormentando a vida dos colombianos.

O que se passava fundamentalmente no meio militar? Buscou-se na época cisões dentro das Forças Armadas?

Sim, a idéia que tínhamos era essa. Eles estavam querendo dividir o Exército através de um corte horizontal. Diziam que os oficiais representavam os pode-

rosos e os sargentos, os oprimidos. Por isso, eles queriam fazer um corte horizontal. Posteriormente, depois da Revolução estar no Poder, no meio da luta armada, começou a aparecer uma outra linha que queria a divisão do Exército não mais na horizontal e sim na vertical. Era colocar os militares – alguns oficiais que se identificavam como nacionalistas, apoiados por sargentos a eles ligados, de um lado, e o restante da Força, de outro.

Mas, em 1964, naquela época, era, fundamentalmente, uma divisão horizontal, com alguns líderes da camada dos oficiais procurando assumir o comando do grupo dos sargentos, ou seja, da parte que se situava embaixo do corte horizontal. Houve, portanto, a tentativa de divisão, comandada pelo presidente da República e pelo primeiro escalão do Governo, além de Leonel Brizola, que pode ser considerado o elemento que mais se empenhou para obter o tal corte horizontal. Felizmente, apesar de muito se empenharem para dividir o Exército, não tiveram êxito.

Nas outras Forças, sobretudo na Marinha, chegaram a ir bem mais longe, inclusive com a rebelião dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica de Brasília, em 1963, e com o movimento dos marinheiros e fuzileiros no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro.

Realmente, na Capital Federal, em 12 de setembro de 1963, e no Rio de Janeiro, no final de março de 1964, eles conseguiram ameaçar as Forças Armadas e amedrontar o povo que se posicionou contrário à baderna que se estabeleceu nas duas oportunidades, com maior gravidade, em Brasília, pelos tiroteios havidos.

Quais os principais acontecimentos determinantes do Movimento de 31 de Março?

É claro que a gente poderia discorrer sobre o que houve nos dois últimos anos que antecederam a Revolução, mas vamos ver os fatos de março, aqueles que foram a "gota d'água" que fez com que o copo transbordasse. O primeiro deles – o marcante comício das reformas na Central do Brasil, em 13 de março – contou com a presença dos ministros militares, do presidente da República, dos principais líderes do CGT, PCB etc. Três dias depois, 16 de março de 1964, deu-se o ultimato do CGT - Comando Geral dos Trabalhadores ao Congresso. O ultimato foi o seguinte: "Trinta dias para a reforma da Constituição". O jargão deles era: "reforma na lei ou na marra".

Três dias à frente, 19 de março de 1964, veio a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo. Um desfile de um milhão de pessoas com o terço na mão, implorando a proteção de Deus e das Forças Armadas contra o comunismo. Então, foi o outro lado em reação ao lado dos comunistas. Em 25 de março, uma nova Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em Santos, com 200 mil pessoas.

E naquele mesmo 25 e em 26 de março a Rebelião dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos. No dia 27 de março, palestra na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, onde Prestes disse: "Se o golpe vier, os golpistas terão as cabeças cortadas". No mesmo dia 27 de março, na festa de aniversário do Partido Comunista Brasileiro, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, Prestes repetia as mesmas ameaças de "cortar as cabeças" dos contrários, dos gorilas.

No dia 30 de março, às vésperas da Revolução, houve a reunião do Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Centro, com a presença de centenas de subalternos e sargentos das Forças Armadas e da Polícia Militar e com a presença do próprio Presidente da República, João Goulart, que fez um discurso desafiador, totalmente avesso à disciplina e à hierarquia das Forças Armadas.

Foram esses fatos que culminaram na Revolução.

As Forças Armadas, Coronel Romeu, particularmente o Exército foram intérpretes da vontade nacional, portanto quando foi deflagrada a Revolução?

Sim, porque houve visivelmente a participação do povo. Os militares sentiram que estava havendo apoio da grande maioria da população à Revolução contra o Governo e contra a anarquia que já estava implantada no País. Então, os militares agiram impulsionados pela própria população e pela mídia também da época, que se voltara contra o caos que se instalara no Brasil como resultado da atuação concomitante das subversões de cúpula e de base, como me referi há pouco.

Então, havia uma revolução de cunho comunista em andamento no Brasil?

Sim, sentimos isso claramente. Se não houvesse uma reação imediata, haveria um golpe nas instituições democráticas e a implantação de um regime comunista no Brasil.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução no seu entendimento?

Os nomes que tínhamos, vou falar como tenente, eram os três governadores do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo: Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros. Eram os três principais líderes civis da Revolução. Dentre os militares: os Generais Castello Branco, Mourão Filho e Carlos Guedes.

Foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve qualquer auxílio externo em particular dos norte-americanos?

Na minha vivência e opinião foi um movimento de preparação e de execução interna. Desconheço qualquer apoio que os Estados Unidos tenham dado à

Revolução de 31 de Março. Pelo contrário, para mim, os Estados Unidos se surpreenderam com a eclosão do Movimento e, a partir da sua implantação, passaram a condenar qualquer ação mais dura por parte dos militares.

E sobre o emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução. Entende correta a decisão do General Médici?

Acho que sim, nossa juventude militar representada pelos tenentes instrutores e cadetes não poderia deixar de participar. A decisão do General Médici foi extremamente correta.

Estava em jogo no fundo a soberania do Brasil.

Exatamente. Era a luta da democracia contra o comunismo, ateu e alienígena.

Não podíamos nos subjugar ao comunismo internacionalista, a forças internacionais.

Exatamente. A presença da Academia Militar das Agulhas Negras nesse embate foi fundamental no meu modo de ver, inclusive para a vitória fulminante da Revolução.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março?

Afirmativo. Porque tínhamos um objetivo que era o bem do País, a luta pela democracia contra o comunismo. As três Forças estavam coesas em torno dos mesmos objetivos, que, alcançados, fortaleceram a união.

E a seu ver está correto o termo revolução para o nosso Movimento?

Veja só: o Movimento armado teve por único objetivo o enfrentamento, a revolução comunista em marcha, porque havia uma revolução comunista em marcha. Foi dito movimento revolucionário que visava se contrapor à uma revolução. Assim, o termo seria contra-revolução.

Ocorre que, no meu entender, a Revolução de 1964 não foi só para se opor àquela revolução em marcha. Ela teve objetivos muito mais amplos, objetivos de reformas políticas, de implantar uma nova mentalidade em nossos políticos, uma nova mentalidade na nossa sociedade, o desenvolvimento da economia em novos parâmetros. Então, nesse sentido bem mais amplo, acho que o termo Revolução está correto. O termo utilizado historicamente por nós foi Revolução por ser mais pertinente.

Nós que somos militares, nacionalistas e tradicionalistas, adotamos o termo Revolução porque ela não foi desencadeada apenas para enfrentar o comunismo. Os seus objetivos foram muito mais amplos, queríamos um Brasil desenvolvido, pujante, onde a ordem e o progresso fossem realmente o lema. Portanto, fico com o termo Revolução.

Coronel, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

No meu entender foram governos cujos presidentes eram militares. Os traços marcantes de uma democracia, todos eles foram mantidos, inclusive com eleições indiretas para presidente, diretas para o Congresso, como também dois partidos – o da situação – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – e o da oposição – Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Então, não foi partido único, como nos regimes comunistas, como em Cuba, onde temos Fidel Castro há 41 anos no Poder, o ditador que mais tempo permaneceu no Poder em toda a história do mundo, chamado de Presidente pela esquerda alienada que não muda nunca. Matou 17 mil compatriotas inicialmente e continua eliminando seus conterrâneos. Nenhum jornalista fala ou escreve sobre isso. No Brasil, a nossa mídia ignora as inúmeras mortes de inocentes pela ditadura cubana, mas considera pecado grave matar os terroristas sanguinários que aqui atuavam contra o Estado!

Os nossos Governos não foram totalitários, eram autoritários mas não totalitários como é o cubano, infelizmente adorado pelos contrários à nossa Revolução.

Esse termo que o senhor usou acho excelente. Foram governos autoritários e não governos totalitários nem ditatoriais.

Coronel, em seu entendimento, quais foram os benefícios trazidos pela Revolução de 1964?

Trouxe inúmeros benefícios não só para o País como também para a grande maioria da população. Houve benefícios enormes para a economia. Lembro-me de uma profissão que havia naquela época aqui no Rio de Janeiro. Era o garoto contratado para ficar tentando conseguir linha. Era um garoto 13, 14 anos, contratado para ficar numa sala com um telefone para conseguir a bendita linha.

Ninguém falava com ninguém.

Ninguém falava com ninguém. Exato! Então esse é apenas um pequeno exemplo do que a Revolução trouxe em termos de crescimento econômico para o País. É claro que o sucesso da Revolução trouxe, politicamente, prejuízos para os esquerdistas; por isso, eles escondem tudo de grandioso que a Revolução fez para o País e para a sociedade em geral. Eles só falam em tortura; agora, todo mundo foi torturado, o que é uma das grandes mentiras dos perdedores.

E os erros que a Revolução cometeu?

Gostaria de fazer alguns comentários sobre isso. Primeiro: o Governo não preparou uma nova classe política. Os governos militares por serem autoritários

achavam que os políticos tinham que seguir um padrão de ética que os militares estavam acostumados desde a nossa formação. Mas a realidade é bem diferente e os governos revolucionários nunca se preocuparam com a formação de uma nova classe política. Para mim, isso foi um erro que se reflete até hoje.

Outro erro foi que não se deu muita importância ao combate à corrupção; não que ela não tivesse sido combatida, o foi, mas não com a profundidade que desejávamos.

Lembro-me de que houve alguns casos em que era o Serviço Nacional de Informações (SNI) que "pegava"; era o SNI atrás da corrupção, aqui e acolá. Mas lembro-me também de que o Governo deixava o combate à corrupção principalmente para as polícias, o que não foi bom. O Governo estava preocupado mesmo com a luta armada e a subversão.

A Revolução considerou o Judiciário intocável – sem dúvida, um outro erro. Nunca quis entrar, por exemplo, numa reforma judicial cartorária. Temos esses feudos nos cartórios, essa justiça lenta que a Revolução não quis modificar.

Mas o grande erro da Revolução foi que os governos militares subestimaram o poder da mídia, o poder do domínio da cultura. Parece que eles pensavam assim: "Não vamos gastar dinheiro público com propaganda ou com o que estamos fazendo, pois o que estamos fazendo são fatos e os fatos vão predominar". Quando sabemos que isso não acontece: fatos nada significam, o que importa é o significado dado a esses fatos. Ainda, hoje, existe muito político que não faz nada, mas é considerado lá em cima, apenas porque conta com o poder da mídia. E a Revolução nunca deu valor a isso. Nós ganhamos a batalha contra a guerrilha rural e urbana, mas perdemos a batalha da comunicação social. Essa é a minha opinião.

As grandes realizações da Revolução não foram nem o são, de modo algum, ressaltadas, porque as esquerdas dominaram a mídia e a cultura brasileira. Quando a gente fala na cultura brasileira inclui artistas, os ditos intelectuais, televisão, imprensa, a mídia em geral. Então, o problema é esse. Temos que concordar com o Gramsci. O que ele falou, há muitos anos, foi adotado pelas esquerdas aqui no Brasil, levando-as a dominar a cultura no Brasil.

O que existe hoje é exatamente o império da doutrina gramsciana. E, com isso, fomos alijados, porque não atuamos para evitar esse domínio. Um dos grandes culpados – Golbery do Couto e Silva –, trazido para as hostes da Revolução a partir de 1974, pelas mãos de Ernesto Geisel. Uma lástima! A Revolução tendo do seu lado, por exemplo, o tal de Heitor de Aquino, "auxiliar" direto do Golbery, não precisava ter inimigo!...

Golbery deixou o meio universitário sob o controle dos esquerdistas, advogando a tese de que ali não trariam malefícios, evitando-se o seu envolvimento na luta armada.

A respeito das ações de guerrilha, do terrorismo, seqüestros a embaixadores, assaltos a quartéis, praticados pela esquerda extremista, gostaria de dizer mais alguma coisa?

Gostaria, embora não tendo participado diretamente da luta naquela época. Estava, como disse, desempenhando a função de instrutor. Mas, depois, tornei-me um estudioso desse assunto e, no ano de 1986, após muita pesquisa, pude escrever aquele célebre livro "As Quatro Tentativas de Tomada do Poder".

Sobre isso gostaria de falar agora. Criamos um *site* há dois anos, chamado "TERNUMA", que é a abreviatura de um grupo, que está em plena atividade, chamado "Terrorismo Nunca Mais". Temos escrito e eu particularmente com base naquilo que produzi há 14 anos; tenho colocado alguns novos conhecimentos que chegam em quantidade e temos feito praticamente a maior parte desta página, chamada "Recordando a História". Então, é isso que gostaria de dizer: iniciamos o trabalho de mostrar o outro lado da moeda, pois sempre foi apresentado um lado só; agora, estamos mostrando o outro e estamos com esse *site* no ar desde maio/junho deste ano e já com mais de nove mil visitantes, de maio a novembro de 2000.

Começa, em contrapartida, a luta dos comunistas. Eles mandam *e-mails* dizendo: "Vamos matar vocês, vamos acabar com vocês e muito mais". Nós os conhecemos bem, sabemos que são rancorosos e sempre com atitude "revanchista" contra nós. Recomendo a todos que prestigiem essa tentativa de colocar o outro lado da história, a nossa versão que sabemos ser a verdadeira: www.ternuma.com.br. O importante é que nossos filhos leiam aquilo que estamos escrevendo, assim como todos os brasileiros que querem conhecer a verdade.

O Professor Olavo de Carvalho, pela sua participação ativa contra o comunismo, também tem sido vítima de uma série de ameaças, ele nos disse isso. Realmente, o comunista não aceita a reação. Eles querem ser a doutrina única.

O partido único, a voz única. Não pode haver o debatedor, o contraditório; todos têm que aprender na mesma cartilha, aceitar a mesma filosofia.

Na verdade os radicais são eles, não somos nós. Somos democratas e não consegui esquecer-me das palavras do General Leonidas em final de 1984, começo de 1985. "Nós militares temos que aprender a conviver com os comunistas". Concordo com o General Leônidas; o problema é que os comunistas não conseguem conviver conosco.

Passamos durante alguns anos enfrentando a guerrilha rural e a guerrilha urbana. Uma guerra suja, sangrenta, onde muitos inocentes perderam a vida. Então, naquela época, um dos instrumentos foi a censura a esses atos terroristas. Hoje, já passados mais de trinta anos da luta armada, estamos vendo que um dos motivos do êxito no enfrentamento dessa guerrilha foi a censura à imprensa; por isso houve cerceamento de liberdade naquela época, com o objetivo de não atrapalhar a ação

contra os terroristas. Em conseqüência, afirmo que os DOI foram criados com dois braços – um para colher informações, o outro para prender, para agir, para combater, para atuar em força. Foi numa época de crise, numa época em que a luta armada existia. No estado democrático de direito, como estamos vivendo hoje, um órgão como este não precisa existir, não deve existir, mas, naquela época, os DOI exerceram um papel fundamental diante da obsessão dos terroristas.

São sábias as instruções de Inteligência em que: nós colhemos a informação e levamos essa informação à decisão de um chefe; mas esse órgão não é aquele que vai executar aquelas ações. Isso é sábio, é clássico na atividade de Inteligência.

Então, integrar as informações com uma ação dita policial somente em época de crise. E, hoje, estamos em estado democrático de direito, por isso podemos prescindir de um órgão como esse.

Alguns críticos da Revolução, principalmente os mais rancorosos alegam que a falta de canais para manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Qual é o seu ponto de vista a esse respeito?

Não concordo com isso, a tal da "política da chaleira". Então se tem água quente numa chaleira é bom que tenha uma pontinha aberta para escoar senão explode. Mas não foi bem isso, porque a luta armada, conduzida pelos extremistas de esquerda, começou antes da Revolução de 1964. O "grupo dos onze" do Brizola falava em matar os prisioneiros. Nas "Ligas Camponesas", defendiam abertamente a luta armada. Antes da Revolução, vários militantes do então Partido Comunista do Brasil (PC do B) foram fazer curso na China para implantar a guerrilha.

Tivemos dezenas e dezenas de bombas jogadas pelos comunistas antes do AI-5. Mas eles dizem que a luta armada foi desencadeada depois do AI-5, após dezembro de 1968. Mentira! Porque a bomba de Guararapes foi em julho de 1966. Uma série de mortes, que lembramos bem até hoje, ocorreram antes. Mais uma mentira que eles tentam transformar em verdade pela repetição. Ninguém de bom senso, que viveu na época, concorda com isso. É mais, uma empulhação desses críticos embusteiros.

Com base nessa "política de chaleira" é que o Golbery transformou a Educação no Brasil em espaço exclusivo dos esquerdistas, com as conseqüências nefastas que se verificam até hoje.

Quais os objetivos fundamentais da luta armada desencadeada no campo e na cidade. Onde os comunistas buscavam a orientação e o apoio externo?

O objetivo está claro: era derrubar o governo e implantar uma ditadura comunista. Não há dúvida, esse era o grande objetivo. Quais os focos? Podemos

analisar o problema dos focos. Eram focos externos sob duas óticas: uma o foco geográfico e aí vamos relembrar dos focos da União Soviética, de Cuba, China, uma boa época Albânia etc.

E os focos ditos ideológicos que foram inicialmente a Primeira Internacional que acabou, mas, depois, a Segunda Internacional Socialista, a Terceira Internacional marxista-leninista e a Quarta Internacional marxista-leninista-trotskista. Então, basicamente dois grandes focos.

O AI-5 foi necessário?

Foi necessário porque a luta armada já havia sido desencadeada desde 1966. O AI-5 foi em dezembro de 1968, dois anos e meio depois do atentado de Guararapes e já tínhamos nesse período muitas mortes, muitos assassinatos, muitos outros atentados. Então, naquela época, foram dois anos e meio de derrotas, acrescidos de mais um ano, porque os DOI só foram criados em final de 1969. Foram três anos e meio de derrotas para o Governo dar uma resposta profissional.

Julga o senhor que a Revolução se demorou muito no governo?

Acho que sim. Geisel, com o início da distensão lenta, gradual e segura, levou quatro anos: de 1975 a 1978. Em 1979, entrou o Figueiredo. Ficou de 1979 até janeiro de 1985. Então, demorou além do necessário; acredito que, no final da década de 1970, Geisel poderia ter concluído a abertura porque já não havia mais a luta armada. Entendo que Geisel poderia ter convocado eleições diretas e entregue o Poder aos civis, já que ele iniciou, ele deveria ter concluído. Essa é a minha opinião. Não havia razão de haver mais um governo dito revolucionário depois da extinção do AI-5, feita pelo próprio Geisel.

E o "revanchismo" é uma verdade? Ele existe no dia a dia?

No dia a dia. Hoje, 5 de dezembro, é só pegarmos os jornais de anteontem, de ontem e de hoje. Então, *O Globo* de hoje, página inteira do grupo Tortura Nunca Mais, denigre digno oficial do Exército Coronel Rubens Bizerril, que estava trabalhando há algum tempo na Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Tortura Nunca Mais atacou-o como sendo um torturador. Aí, vem esse Governo e já o destituiu.

Ao mesmo tempo que ontem um funcionário civil da Escola Nacional de Informações (EsNI), perdão, do antigo SNI, também foi acusado de torturador e foi afastado. Então, o Tortura Nunca Mais, hoje, tem o poder de degola, pela grande força que possui junto ao Governo Federal e junto à mídia.

O Grupo Terrorismo Nunca Mais – o Ternuma – representa, a meu ver, a primeira reação ao inimigo de plantão, caracterizado por esse grupo "revanchista".

Como disse, o Ternuma, dentro de suas possibilidades, já começou a reagir às patifarias adversárias. O que podemos fazer hoje? É colocar a nossa visão dentro da Internet, no *site* www.termuma.com.br, onde as informações não sofrem deturpações.

A imprensa só dá guarida ao inimigo "revanchista", muitos deles comunistas tradicionais, de carteirinha. Então, o comunismo não desapareceu? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Não, o comunismo não desapareceu. Os extremistas de esquerda não desapareceram. Considero o extremismo o mal deste século. O extremismo de direita com o nazismo e o fascismo, e o extremismo de esquerda, com o comunismo, outro grande mal do século XX. Lênin, Trotsky e Stálin estão no mesmo nível de radicalismo e crueldade do que Hitler. Não há como fazer diferença entre Hitler e Stálin. Até no fato de quem matou mais pessoas eles se assemelham.

Hoje, temos racismo e o fanatismo religioso do Oriente Médio que são nuances de extremismos. Temos notícias, hoje, de que no mundo inteiro existem grupos ligados ao nazismo que foi derrotado na Segunda Guerra Mundial, há mais de cinqüenta anos, mas já renasceu de fato.

Ora, o comunismo nunca foi derrotado numa guerra. O comunismo surgiu há quase dois séculos, uma vida muito mais longa que o nazismo, e que dominou muito mais países que o nazismo. É claro, se o nazismo não acabou, o comunismo, com muito mais forte razão, também não acabou.

Estamos convencidos de que o comunismo não acabou. Pelo menos, no Brasil não acabou. Temos hoje uma inflação de partidos comunistas no Brasil. Não sei, mas me parece que o Brasil é um dos países que mais tem partidos comunistas no mundo inteiro; posso citar aqui, de cabeça, dois: Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil que são partidos legais, assim como o Partido Popular Socialista (PPS) que é o antigo Partido Comunista Brasileiro, do Roberto Freire, com outro nome. Há outros clandestinos por aí. Além disso, temos o regime comunista na China, em Cuba, na Coréia do Norte...

E as infiltrações nos outros partidos. Essas são as piores.

É claro que acabou a grande força irradiadora do Estado Soviético, mas os comunistas estão aí, inclusive infiltrados em outros partidos e no Governo, onde a sua representação é bastante expressiva.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como é que o senhor vê isso?

É devido à força moral do Exército. Sabemos que o nosso Exército é pobre; às vezes, até sem recursos para a alimentação de nossos recrutas por culpa dos gover-

nos entreguistas; o nosso orçamento vem diminuindo ano a ano, por falta de visão desse atual governo, mas a força moral que temos, pela correta formação de nossos quadros, faz o Exército admirado e respeitado.

Agora que estou na vida civil, vejo como é grave o problema da educação e quanto que o Exército é desenvolvido na sua formação, nas suas escolas, na sua maneira de conduzir o ensino e a aprendizagem. Nesse aspecto, apesar das dificuldades financeiras, continuamos trabalhando como antes, investindo no homem – oficiais, sargentos, cabos e soldados antigos. A força de nossos quadros é que impressiona a sociedade bem-informada com justa razão.

Posso citar um exemplo que tenho vivido nos últimos quatro anos. Essa tão propalada participação do Exército no combate ao crime organizado. É um tema polêmico. Por quê? O Exército, preparado para lutar contra o inimigo externo, não tem, pela Constituição, nada a ver com problemas relativos a drogas. Mas, com a situação atual da criminalidade, a coisa muda de figura, porque, ao mesmo tempo, temos tudo a ver com a ordem interna.

Então, a partir do momento em que a criminalidade faz com que seja ameaçada a ordem interna, acho que o Exército pode atuar. É claro que quem decide isso é o Poder político, não só o Presidente da República, mas também o Congresso, o Poder Legislativo. Eles têm que analisar até onde o crime organizado está perturbando a ordem interna para tomar uma decisão acertada a esse respeito.

É claro que se você for perguntar ao cidadão, ele quer a participação do Exército, até porque ele se sente atingido na sua vida pessoal, na sua segurança pessoal. Ele quer o Exército nas ruas como a população carioca quis o Exército nas ruas, em final de 1992, com a Conferência Mundial Eco 92 e, em 1994, com a Operação Rio, o que também aconteceu com a visita do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro, oportunidade em que os índices de criminalidade caíram bastante.

Já existe uma determinação do Ministro do Exército, se não me engano, de 1995, para que o Exército seja empregado contra o crime organizado, contra a criminalidade, mas através dos trabalhos de Inteligência, do apoio logístico, particularmente nas fronteiras, bem como na formação de quadros, inclusive para atender às solicitações dos governos estaduais. Já existe essa determinação no Exército há cinco anos.

Ocorre que há um aspecto a ser considerado neste problema. Como é que a Inteligência vai atuar? No meu entender, o Exército ainda não atingiu o ponto desejável. Por que eu digo isso? Porque fui durante dois anos o chefe da área de combate ao crime organizado aqui no atual Comando Militar do Leste. Então, me lembro, quando fui criar essa carteira, a dividi em três áreas de análise. Uma área de análise contra as drogas, uma área de análise contra o contrabando de armas e uma outra

área de análise contra a criminalidade em geral – seqüestros, – assaltos a bancos etc. Comecei a estudar o problema e realizei um trabalho referente a procedimentos a serem adotados pelo Exército quando chamado a prestar esse apoio.

Visualizei três níveis de criminalidade. O nível três, que é essa criminalidade em geral que está nos morros e que desce para o asfalto matando gente, assaltando bancos, seqüestrando; são esses marginais que dominam os morros com os seus fuzis AR15, M16 etc.

O nível dois, que é o matuto, o intermediário, é o que vai buscar a droga lá na Colômbia, no Peru, no Paraguai e traz para o Brasil. É o intermediário que vai buscar as armas e traz aqui para dentro.

E o nível um, que enquadra os chefões. No nível um, estão os criminosos que não aparecem, que trabalham com lavagem de dinheiro; é o pessoal do “colarinho branco”. Tanto é que criei aí um estereótipo para definir, para procurar definir os três níveis.

O nível três é aquele elemento do morro que está com as armas, dentro das favelas e morros do Rio de Janeiro; o nível dois seria o novo rico, porque ele, com essa droga que traz, tem dinheiro – já largou o morro, comprou uma mansão na Ilha do Governador e tem um belo apartamento na Barra da Tijuca.

E o nível um é o cidadão acima de qualquer suspeita. Esse que mora na Vieira Souto, tem um apartamento em Nova Iorque, tem outro em Paris, fazenda em Mato Grosso, avião, iate. Bom, então, vejam: aí, temos que dividir o combate, que é diferente para cada nível.

Acho que cópia desse trabalho pode e deve estar na sua pasta.

Vou trazer uma cópia para o Projeto. Então, veja como dividir o combate aos níveis três, dois e um. O nível três não há dúvida de que são as Secretarias de Segurança Estaduais, são elas as mais aptas para combater a criminalidade em geral. O nível dois, que é o matuto, cabe à Polícia Federal, e o nível um, até pouco tempo, não havia órgão nenhum para combater. O Governo Federal muito corretamente criou um órgão que atua junto ao Banco Central, à Receita Federal, à Polícia Federal tentando pegar os criminosos de colarinho branco. Mas onde entra a Inteligência do Exército?

É claro que a Inteligência do Exército já foi designada para ter uma área de combate ao crime organizado. Todas as 2ªs Seções têm essas áreas hoje. Ela não vai atuar em nível de morro, pelo menos em nível de comando militar. Ela tem que atuar no nível dois, auxiliando o nível um.

Além disso, questiona-se muito o fato dos elementos do Exército virem a se corromper com a questão das drogas.

Hoje, por exemplo, a quase totalidade dos integrantes do Exército não sabem distinguir cocaína de talco. Mas sabemos distinguir uma pistola de um revól-

ver, uma submetralhadora de uma metralhadora pesada. Esse conhecimento de armas é nosso; temos tudo a ver com armas e nada a ver com drogas.

Portanto, essa é a minha opinião. Concordo que o Exército deva apoiar com a sua Inteligência. Mas o esforço do Exército deveria ser no combate ao contrabando de armas. Tínhamos que dar uma força muito grande no sentido de tentar impedir que uma AR15, que um M16 estejam aqui nos nossos morros. Tínhamos que fortalecer as nossas Diretorias de Fiscalização de Produtos Controlados. Este fortalecimento é fundamental.

Informatizar todo o conhecimento e estabelecer a prioridade para a Inteligência do Exército no combate ao contrabando de armas. Muita gente diz: "Não temos nada a ver com drogas". Concordo, mas temos tudo a ver com armas. Então, acho que nós, até para efeito de soberania, não podíamos aceitar que essas armas de guerra estejam entrando aqui e sendo utilizadas para matar nossos cidadãos. Acho que seria uma ação nobre do Exército atuar contra o contrabando de armas e não contra as drogas.

Coronel Romeu sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Estou muito feliz pela oportunidade de participar deste Projeto. Acho que hoje estamos sendo atacados por uma mídia voraz. O pouco que existe está sendo feito, hoje, pelo grupo Terrorismo Nunca Mais e alguns outros grupos espalhados pelo Brasil inteiro. Mas a vantagem do Ternuma é que ele tem um *site* que espalha a sua mensagem pelo mundo inteiro. Creio que quem puder apoiar o Ternuma é esta a hora, é agora a hora.

Além disso, o Projeto de História Oral, que está sendo aqui desenvolvido, vai trazer um conhecimento do que foi, realmente, a Revolução, do que foi a luta armada em nosso País.

Cabe destacar que o Projeto mostrará o que os entrevistados pensam a respeito de uma série de questões importantes. Se um grande número de entrevistados, cinqüenta, oitenta ou cem têm a mesma resposta para determinadas perguntas, deduz-se que o "revanchista", que tem estórias diferentes para as mesmas perguntas, é no mínimo, mentiroso! Juntando esse Projeto com a história da luta armada que está sendo colocada na Internet pelo grupo Terrorismo Nunca Mais, estamos com duas ações que vêm caminhando paralelamente e se unem no objetivo grandioso de informar corretamente a nossa gente sobre o que representou e representa para o Brasil a Revolução de 31 de Março de 1964. Era isso que gostaria de deixar para a máxima divulgação possível.

Tenente-Coronel Carlos Claudio Miguez Suarez

- Natural do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de fevereiro de 1955 da Academia Militar das Agulhas Negras quando foi declarado Aspirante-a-oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército (AMAN, EsAO, ECEME), o curso da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e o Curso de Comunicação Social do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).
- Promovido ao posto de Tenente-Coronel, por merecimento, em 25 de dezembro de 1975, passou, em 31 de janeiro de 1979, para a Reserva.
- Em 1964, era Capitão, servindo no 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (4º GA 75 Cav) em Uruguaiana, RS.

Entrevista realizada no dia 5 de fevereiro de 2001.

Quais foram suas experiências pessoais e a sua participação nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e no seu desenrolar?

Não foi nada pessoal, na verdade foi um trabalho de equipe. Quando servia em Uruguaiana, um ano antes da eclosão da Revolução, vários oficiais já pressentiam o que podia acontecer em nosso País, e eu somente fui uma pequena parte do trabalho realizado, em Uruguaiana, em conseqüência no Rio Grande do Sul, pelo Coronel Luís Serff Sellmann, que era o Chefe de Estado-Maior da 2ª Divisão de Cavalaria, e do Comandante do 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, Tenente-Coronel Amerino Raposo Filho.

Gostaríamos que relembrasse os acontecimentos vividos em Uruguaiana, os principais pontos a destacar antes e durante a Revolução. Como o Tenente-Coronel Amerino Raposo conseguiu suplantar os problemas ocorridos naquela guarnição?

Diziam que o Tenente-Coronel Amerino Raposo fora mandado para o comando do Grupo, lá na fronteira, por estar sempre lutando contra a situação da época, caracterizada por greves constantes, inflação alta e completa anarquia, tudo que tinha de errado acontecia naquela ocasião. Mandaram, como castigo, o Tenente-Coronel Raposo para comandar o Grupo de Uruguaiana. Lá chegando, se eu não me engano em fins de 1961 ou começo de 1962, ele passou a apontar os descaminhos que o País percorria, a desgraça que se aproximava a passos largos, com a ação nefasta do Governo Goulart, fazendo um trabalho de conscientização dos integrantes não só do Grupo bem como do Regimento de Cavalaria, 8º RC. À noite, ele se reunia com o pessoal, com o Estado-Maior e oficiais da 2ª Divisão de Cavalaria, como também com a sociedade de Uruguaiana, para sua consciente pregação e orientação oportuna para os procedimentos futuros.

O trabalho dele foi perseverante, muito bem feito mesmo, tanto que houve um completo apoio de Uruguaiana quando estourou a Revolução. Há fatos interessantes, que podemos depois citar, que demonstram a eficácia do trabalho do Tenente-Coronel Amerino, uma liderança a serviço da causa nacional. Sua orientação foi assinalada e ressaltada por todos que tiveram a ventura de, com ele, conviver.

Poderíamos já começar a abordá-los, porque caracteriza bem a posição de Uruguaiana dentro do contexto do Rio Grande do Sul.

A partida do movimento em Uruguaiana contribuiu efetivamente para que todo o Rio Grande do Sul fosse atrás, a verdade é essa. Porto Alegre estava tomada pela turma do João Goulart e do Brizola, como tinha acontecido em 1961, mas, em 1964, o movimento revolucionário acabou se impondo.

Quando estourou a Revolução em Minas Gerais, soubemos através do rádio. Antes de tomar conhecimento do que estava acontecendo em Minas Gerais, já havia

um planejamento, porque o Brizola e o João Goulart iriam fazer um comício em Uruguaiana no dia 4 de abril. Isso é muito interessante, porque, antes, o Carlos Lacerda tinha estado em Uruguaiana e ali houve um comício que suplantou todas expectativas, considerando que ali era um ninho do PTB. Houve esse comício com o Carlos Lacerda e eles quiseram fazer um outro comício em represália, marcado para o dia 4 de abril, e quando o avião – isso pouca gente sabe – pousasse no aeroporto, ia haver uma guarda de honra para receber o Presidente, e estava previsto que esta guarda, constituída por elementos do 8º RC, sob o comando do Capitão Tolentino, ia, na hora, prender o João Goulart e o Brizola, quando descessem do avião.

Então, não tinha nada a ver com o movimento de Minas Gerais, foi uma coisa planejada separadamente, espontânea, mas como o de Minas Gerais eclodiu quatro ou cinco dias antes, nosso planejamento não aconteceu. Tinha até local para onde eles seriam levados presos, porque a sociedade de Uruguaiana estava apoiando o movimento, principalmente os estancieiros. Todos iam ficar presos numa estância de um daqueles que apoiavam a Revolução. São fatos que precisam ser contados.

Isto mostra, inclusive, que a Revolução não veio de dentro da caserna, o militar seguiu como sempre o clamor das ruas.

O Exército ouviu o clamor do povo.

Depois, fui servir em Minas Gerais, permanecendo durante cinco anos no Comando de onde partiu a Revolução, como oficial de Estado-Maior. Lá, aprendi muita coisa também; aprendi que a Revolução foi feita pelos civis, mulheres mineiras e pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Logicamente, tinha que ter o apoio dos militares, mas eram os civis os mais revoltados com a situação. Essa grande verdade não aparece, hoje, em lugar nenhum...

Até impediram o Brizola de falar.

Aconteceu isso também, ele foi corrido pelas mulheres mineiras da Secretaria onde ele ia fazer o comício. Puseram-no para fora poucos dias antes da eclosão do movimento armado.

Apoiaram também o empastelamento do jornal Binômio, realizado, principalmente, por oficiais e sargentos da guarnição de Belo Horizonte.

Isso foi antes, em 1961. Esse jornal *Binômio* foi empastelado porque o responsável pelo mesmo, o jornalista José Maria Rabelo, agrediu fisicamente o General Punaro Bley, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria, quando este foi à redação do jornal reclamar das ofensas à sua pessoa, feitas em reportagens injuriosas do jornal.

O General ficou revoltado e um dia, isso é o que contam lá, ele pegou o carro e foi sozinho falar com o diretor do jornal. Chegou lá, subiu e foi conversar com

José Maria Rabelo, amigo do Brizola até hoje, foi até diretor do Banco do Estado da Guanabara, quando o Brizola era governador. Ele entrou sozinho, e foi covardemente agredido – ele já era uma pessoa de mais de 60 anos e o jornalista, um menino novo em 1961... Eu não o conheci, isso é a história real ocorrida em Belo Horizonte.

O General foi surpreendido com a agressão que o deixou todo arrebentado. Integrantes do 12º Batalhão de Infantaria e da Infantaria Divisionária (ID/4), da Base Aérea da Aeronáutica e do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), tomando conhecimento da agressão covarde, foram à redação, acompanhados de vários civis, e empastelaram o jornal, mas o agressor já não estava mais lá.

Interessante, há pouco tempo a esquerda fez um livro, porque esse pessoal está sempre atuante – um relançamento, mas com circulação limitada, fizeram essa espécie de livro e colocaram à venda com bastante publicidade, inclusive com o nome de *Binômio*. Eles não param, estão sempre persistindo.

Voltando à eclosão do movimento revolucionário, eu que sou casado em Uruguaiana, recebi do Tenente-Coronel Raposo umas missões interessantes. A primeira que fosse prender o ex-prefeito de Uruguaiana, que pertencia ao PTB, daqueles janguistas fanáticos, e que era nosso padrinho de casamento. Bom, lá fui eu, mas ele já tinha escapado, não estava mais na área.

Mandou prender também o sogro de um capitão nosso companheiro, que depois comandou o Grupo, que era o principal líder ferroviário de Uruguaiana, cidade que sofria as conseqüências da imensa agitação vinda de Santa Maria, importante centro ferroviário.

Naquele tempo, tudo dependia da ferrovia, as estradas eram as “carreteiras”, assim chamadas, todas sem asfalto.

Não se podia ir a Porto Alegre sem passar por Cacequi. Então, fui prender o sogro do capitão, o líder ferroviário, e, também, um outro líder, que era o advogado de maior nome da área. Fui à sua casa e ele me pediu para pegar sua escova de dentes, porque não sabia quando ia voltar. Eu lhe disse que ele seria ouvido e no outro dia liberado.

Realmente, não aconteceu nada de mal a esse pessoal. O homem ia lá, o Tenente-Coronel Raposo ouvia e mandava embora no dia seguinte.

Coube-me, ainda, buscar um líder da União Estudantil com o qual também nada aconteceu.

Paralelamente, abríamos os estádios e pistas de obstáculos de nossos quartéis para prática de esportes desde 1963, antes do Movimento Democrático de 1964.

Encarregado, também, de ir ao Correio levantar tudo o que havia na agência, encontrei várias revistas escritas em espanhol, impressas na Cortina de Ferro,

a maioria na Bulgária, se não me engano, e que eram distribuídas nos colégios em todo o Brasil.

Essas revistas ficaram guardadas, por algum tempo, numa dependência do quartel. Havia, também, revistas da UNE, que só falavam em Albânia, China e Cuba; tenho uma, ainda, comigo.

Numa dessas revistas, aparecia o nome do General Ibiapina, hoje, presidente do Clube Militar falando de sua atuação no Nordeste. E uma outra abordava o comício do Lacerda em Uruguaiana, ao qual já me referi. Interessante, que eles estavam muito bem informados.

Nenhuma organização pode viver sem informação, seja ela qual for.

Não pode, e, hoje, estamos carecendo de informações. O Governo Collor conseguiu acabar com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e com o SNI, que era um sistema presente em todos os ministérios e, hoje, não temos nada. Veja o malefício que esse indivíduo fez ao País.

Gostaria de dizer mais alguma coisa dessa época, lembrar mais algum fato de Uruguaiana?

Gostaria de ressaltar, mais uma vez, o apoio espontâneo recebido da população, toda do nosso lado. Apareceram inúmeras viaturas, gêneros, tudo sem pedir. Fizemos logicamente um trabalho preventivo, englobando o plano de chamada, o plano de requisição de viaturas, de alimentos, tudo foi planejado, mas, na hora, a participação aconteceu tão espontaneamente que nem precisou usar o planejamento elaborado.

Como o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Revolução ou contra-revolução?

Ela foi uma contra-revolução sem dúvida nenhuma, porque eclodiu para contrapor-se a uma revolução comunista em pleno andamento.

Todavia, ganhou o *status* de Revolução e, assim, também, pode ser chamada, porque realizou, durante os vinte anos em que vigiu, uma verdadeira e benéfica revolução, de enorme significado, por ter eliminado a ameaça comunista de chegar ao Poder, ter instituído novamente a autoridade na esfera federal, antes inoperante ou mesmo inexistente, e imprimiu, em nosso País, metas de crescimento e progresso invejáveis, reconhecidas nacional e internacionalmente.

Onde estão as raízes da Revolução de 31 de Março? Em 1935 ou em 1961?

Penso que as suas raízes vêm de longe. Tudo começou no tempo de Karl Marx, com o Manifesto Comunista de 1848 e com o livro *O Capital*. Com a teoria

criada por Marx, trabalharam os comunistas incansavelmente até conseguir estabelecer as raízes do comunismo internacional, em 1917, na revolução russa, após matar meio mundo. Até pouco tempo atrás, tinham feito 100 milhões de vítimas, o que a imprensa não divulga.

A família imperial toda foi assassinada. O Exército foi todo dizimado e criaram o Exército vermelho, com destaque para as lideranças de Lênin, Trotsky e Stálin.

Considerando os crimes cometidos na Ásia, na Europa e na América, eles andaram dizimando em torno de 100 milhões de pessoas, fora as conseqüências terríveis relacionadas com a parte psicológica da família. E continua até hoje. Aqui no Brasil, parece que eles não sabem que o muro de Berlim já caiu.

E também não sabem que aqui o número de mortos, durante os vinte anos do período revolucionário não passou de 300 pessoas...

Nem chegou, segundo o levantamento do Grupo Tortura Nunca Mais foram 260 pessoas. Porque eles se mataram entre si, os "justiçamentos", como chamam. Hoje, se sabe, com absoluta certeza, que muitos foram mortos por eles próprios, dentro dos tais "justiçamentos".

Mas continuam tentando conquistar o Poder. Em 1935, vimos a Intentona Comunista, com Luís Carlos Prestes.

A sua segunda mulher – Maria Prestes – escreveu um livro, onde aborda a volta de Prestes, com a primeira mulher, Olga Benário, em 1935, da Rússia, para implantar, no Brasil, o regime comunista. Ela mesma escreveu essa tentativa frustrada de tomada do poder através de um levante armado. Lembro que Olga Benário era espiã soviética, embora fosse alemã.

Depois, os esquerdistas, tendo à frente os pelegos, tentaram em 1964, perderam de goleada, sem vítimas; tentaram de novo no final da década de 1960 e no começo da década de 1970 em vários lugares.

Tentaram, naquela época, através de assaltos a bancos, a carros-fortes, a trem-pagador, atentados, seqüestros de diplomatas e aviões, guerrilhas de um modo geral, na cidade e no campo, na ilusão de empolgarem o Poder por meio da luta armada. Perderam, mas conseguiram, não pelas armas, mas pela infiltração astuta na área universitária, em especial no Curso de Comunicação Social, tomar conta da mídia e do magistério, atuando nas mentes de nossos jovens, contando só um lado da história. Continuam empenhados, desta feita, pela quarta vez no Brasil, na tomada do Poder.

A guerra fria, pós-segunda guerra, teve influência no Movimento de 1964?

Penso que sim, porque naquela ocasião, quando os russos instalaram os foguetes na Ilha de Cuba, ficou caracterizada a bipolaridade. Oriente *versus* Oci-

dente, comunismo, entre parênteses socialismo, *versus* capitalismo. Não tinha como escapar, OTAN, de um lado, e o Pacto de Varsóvia, do outro. Os dois lados atuavam, cada um querendo a vitória nesse conflito de idéias, a guerra fria.

Um fato que também levou a essa Revolução aconteceu quando o Getúlio suicidou, porque ali houve, dentro das Forças Armadas, um divisor de águas – uma divisão entre os que o admiravam e os achavam que, com o suicídio, acabaria o mar de lama que prevalecia no País, com os "Gregórios".

Depois, veio 1961, que definiu, de vez, quem era de um lado e quem era do outro. Com os desmandos perpetrados por João Goulart, a grande maioria das Forças Armadas, assim como a grande maioria do povo, cansou do engodo, da mistificação, e se posicionou contra aquele Governo que, pelas suas ações inconseqüentes, foi o principal impulsionador do movimento armado que o derrubou.

Gostaria que recordasse o panorama político brasileiro antes da Revolução. O que ocorria no Brasil?

Naquela ocasião, em 1962, servia no Rio, estava tirando o curso de Educação Física do Exército, na Fortaleza de São João. E havia dificuldades de toda ordem, como, por exemplo, as greves que aconteciam a toda hora. Queria ir para a Escola, mas não tinha condução. Faltavam gêneros alimentícios; havia uma inflação em alta, que consumia os nossos parcos salários, e o Governo, aproveitando o retorno ao regime presidencialista, passou a defender, até março de 1964, as tais reformas de base – imprecisas, não se sabendo realmente do que consistiriam e que, segundo eles, deveriam ser feitas "na lei ou na marra", acirrando a crise...

Esse quadro caracterizava a parte urbana, mas havia o setor rural, onde Francisco Julião, valendo-se do dinheiro vindo de Cuba, partiu para invasões de terras, semelhantes às que o MST realiza hoje. O Brizola criou os "grupos dos onze" que tinham como objetivo ajudar, através das armas, a implantação da tal república sindicalista de que tanto falavam. Naquela ocasião, o ponto comum era atingir diretamente a hierarquia e a disciplina, começando com a revolta dos sargentos da Aeronáutica, em Brasília, em setembro de 1963, querendo a elegibilidade dos praças. Antes disso, tivemos Aragarças, também com o pessoal da Força Aérea, e o Juscelino anistiou todo mundo. A indisciplina no mais alto grau ocorreu com a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro – foi uma vergonha, ocorrida em março de 1964, quando marinheiros e, em seguida, fuzileiros navais se revoltaram, fazendo barbaridades.

O Exército entrou, prendeu todo mundo, mas o próprio Presidente da República mandou soltar todos os amotinados presos.

O Ministro da Marinha, desmoralizado, teve que pedir exoneração e o Almirante Aragão, grande líder da subversão, foi carregado nos ombros pelos revoltosos – uma vergonheira.

Tudo isso está nas revistas, com fotografias, é a realidade, mas hoje ninguém fala nisso. Era um quadro de anarquia completa, afetando a produção do País. Não havia crescimento – o quadro era de queda na produção com inflação em permanente alta.

Finalmente, na noite de 30 de março de 1964, houve aquela vergonhosa reunião no Automóvel Clube do Brasil, no Passeio Público, no Rio de Janeiro. Foram os sargentos para lá, o Jango, em seu inflamado e desrespeitoso discurso, incentivou abertamente a quebra da disciplina nas Forças Armadas. Foi a gota d'água!

No dia seguinte, 31 de março, Minas Gerais se levantou motivada pela escancarada quebra da hierarquia e da disciplina. Em 1964, o esquema utilizado em 1961 não funcionou. Anteriormente, em Porto Alegre, criou-se a cadeia da legalidade – servia em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, naquela ocasião – quando o Brizola conseguiu que o Jango voltasse... Já em março de 1964, não foi mais possível manter "o circo" funcionando... O povo e o Exército cansaram de tanta palhaçada com tamanho alarido... Eles acabaram fugindo, deixando o Brasil começar um novo ciclo de responsabilidade e progresso.

E quanto à posição da Igreja naquela época?

A Igreja, tenho as fotografias, posicionou-se contra a comunização do País, começando por São Paulo, onde participou da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em 19 de março de 1964. Naquela oportunidade, reuniram quase um milhão de pessoas, com destaque para as mulheres paulistanas. Posteriormente, no dia 2 de abril, depois de vitoriosa a Revolução, reuniram cerca de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro, com a Igreja apoiando integralmente. E o Cardeal Evaristo Arns foi abençoar as tropas mineiras na chegada ao Rio de Janeiro.

Em 1961, a maioria estava do lado do Brizola, e como o Jango assumiu, o Brizola se julgou o responsável pelo êxito alcançado, criando um quadro complicado. Em 1964, ele quis repetir 1961, indo para Porto Alegre com o Jango, onde procurou estabelecer, de novo, a cadeia da legalidade. Nessa ocasião, o Brasil e o seu Exército estavam exaustos de tanta balela... Eles tiveram que correr para o Uruguai... Nessa oportunidade, era assessor direto do Tenente Coronel Raposo, tendo deixado, por isso, o comando da Bateria. Acumulei, também, as funções de Oficial de Comunicações.

Ficava, portanto, no rádio, acompanhando a tal cadeia da legalidade, com o Brizola insuflando: "Passa a mão nesses gorilas, mata, agora vai correr sangue",

aquele jeito dele de falar, instigando a Nação contra o movimento revolucionário que eclodira. O Tenente-Coronel Raposo me disse: "Coloca isso no auto-falante para todo mundo do quartel ouvir." O nosso quartel era do lado do 8º RC, e, à noite, aquele silêncio, todo mundo ouviu tanto no Grupo de Artilharia, como no Regimento de Cavalaria, o Brizola dizendo: "Matem os oficiais, passem fogo neles, ainda não correu sangue", o que trouxe uma revolta geral dentro dos quartéis diante daquelas insanas palavras de ordem. O tiro do Brizola saiu pela culatra. Até o povo nas ruas ficou indignado com aquele tipo de mensagem voltado para a completa quebra da hierarquia e da disciplina, uma mensagem diabólica, do líder daqueles que queriam instalar, em nosso País, uma "república sindicalista", tão falada naquele Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março.

Há até uma piada feita na época, chamando o comício da Central de "comício das lavadeiras": só tinha tanque e trouxa. Os tanques eram os carros de combate e os trouxas eram os caras que estavam lá.

Porque eles não deixaram o pessoal ir embora nos trens, paralisando o transporte na Central, então o pessoal foi forçado a ficar, não tendo como voltar para casa, por isso veio a palavra trouxa.

É só consultar as revistas da época: bandeiras vermelhas com foice e martelo, viva Cuba, fora os gorilas... Uma provocação e agora querem tapar o sol com a peneira...

Havia uma revolução comunista em andamento em nosso País. Eles queriam tomar não só o Brasil, na América Latina, mas a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia e o Chile.

Qual foi a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução?

Na ocasião, o Senador Auro de Moura Andrade declarou vago o cargo de presidente, empossando Ranieri Mazili, e nomeou Costa e Silva, Ministro da Guerra; o Almirante Augusto Rademaker, Ministro da Marinha; e o Brigadeiro Corrêa de Melo, Ministro da Aeronáutica. Na mesma noite, foi tudo resolvido, sem correr sangue, sem morrer ninguém. Caíram de podre, o termo é esse.

E os sindicatos, as entidades esquerdistas UNE, PUA, CGT, como se portaram logo após o início da Revolução?

Estou certo de que eles foram surpreendidos. Eles se julgavam muito fortes, e caíram, também, pela manobra. Se achavam donos do Brasil, mas desabou tudo, não reagiram, fugiram, parou tudo. A UNE tentou alguma coisa, pode pegar a revista da UNE, essa que tenho, eles estão pregando claramente a reação.

Eles voltaram a agir justamente depois de 1968, 1969, com seqüestros, a luta armada. Responderam com a luta armada quatro anos depois de 1964, mas não contaram em nenhum momento com o apoio da população, que festejou, fez um verdadeiro carnaval na vitória da Revolução de 31 de Março, mas ninguém, hoje, fala sobre isso.

Soltava foguete, dançava, festejava...

Naquele tempo, no cinema, ainda se via aqueles jornais, noticiosos. Quando aparecia o pessoal da Revolução a turma se levantava e aplaudia, pelo menos durante todo o ano de 1964 foi assim.

Aparecia, por exemplo, Castello Branco, todo mundo aplaudia. Então, os contrários não tiveram reação, porque a população foi de uma espontaneidade impressionante.

Isso vimos, também, com o Presidente Médici, ao entrar no Maracanã e ao ser anunciado, todos aplaudiam; eles não contam essa verdade para o Brasil hoje. Escondem do nosso povo. Há uma postura deliberada da mídia e dos atuais integrantes do Governo de silenciar sobre tudo que a Revolução construiu, transformando o Brasil numa Nação respeitada.

Outro dia escrevi isso no nosso jornal, falando do Presidente Médici, que os extremistas detestam, porque ele os derrotou militarmente no seu período de Governo, além de ter transformado o Brasil numa grande Nação em quatro anos. Lembrei que o Médici ia ver jogo não só no Maracanã mas em Porto Alegre, e era aplaudido de pé, pelas duas torcidas; nada era comandado, tudo era natural.

Agora pergunto, como escrevi: "Será que o Fernando Henrique teria coragem de ir ao Maracanã? Será que ele teria coragem de ver um jogo de voleibol no Ibirapuera? Ia ser vaiado, na certa...

O Médici, para mim, foi o melhor presidente do Brasil, e a mídia, hoje, o chama de ditador...

Um homem que passou o seu período e viajou ao exterior apenas duas vezes, enquanto o atual presidente vive mais no exterior do que aqui. O filho do Médici, Roberto, saiu uma vez com o pai. Vivia no Brasil, na Amazônia, no Nordeste, trabalhando pelo Brasil aqui dentro.

Uma outra verdade que temos que destacar, porque eles omitem: o milagre econômico. Muitos tentam desfigurá-lo, dizer que é mentira. Na semana passada, porém, quando da inauguração da Fábrica Peugeot, no Estado do Rio, o próprio Fernando Henrique ressaltou que, na década de 1970, o Brasil estava crescendo a mais de 10% ao ano. Até que enfim alguém reconheceu e publicaram nos grandes jornais. O Brasil passou a ser a 8ª economia do mundo. O País deixou a 48ª posição para ser a 8ª. Foi um salto gigantesco.

Em sua opinião, quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

Civis, não podemos deixar nunca de lembrar Carlos Lacerda. Primeiro Carlos Lacerda, depois Adhemar de Barros, em São Paulo, e Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Magalhães mobilizou a Polícia do Estado – botou em forma cerca de vinte mil homens da Polícia Militar do Estado e todo o seu secretariado, pessoas de nome, gente séria, como Aureliano Chaves, Milton Campos, Alkmin, Mello Franco, Pierucceti, Monteiro de Castro. Não podemos deixar de citar, também, o Ney Braga, Governador do Paraná; Bilac Pinto, que também, era secretário.

Até o próprio Juscelino Kubitschek apoiou. Tenho uma declaração dele dizendo que também apoiou a Revolução, mas ninguém fala nisso.

No campo militar, logicamente, os dois Generais, Mourão Filho, de Juiz de Fora, e Carlos Luís Guedes, de Belo Horizonte, além do Marechal Odylio Denys, que participou de todo esse movimento, apesar de já estar na reserva.

Perfeitamente. O Marechal Odylio Denys empenhou-se a fundo em Juiz de Fora para a vitória do movimento armado.

Ele ia para lá, fazia as reuniões e tomava conta. Além dos Generais Carlos Luís Guedes, Olímpio Mourão Filho, também o General Muricy e uma série de outros nomes como o do General Médici, Comandante da AMAN, importantíssimo, porque botou os cadetes na rua e definiu a parada no Vale do Paraíba.

Evitou um choque entre o II e o I Exército. E o subcomandante dele, Coronel Antônio Jorge Correa, um homem, até hoje, extremamente atuante, foi de fundamental importância.

É verdade. Do Médici, podemos dizer hoje que ele colocou em prática o maior plano social para a nossa população, beneficiando mais de 50 milhões de brasileiros no setor rural, que não tinham nada, fez tudo isso e ninguém comenta. O maior programa social que já houve nesse País e ninguém fala nada...

Ninguém, hoje, fala do BNH – Banco Nacional de Habitação – que apoiou as Cooperativas Habitacionais, num eficiente programa para dar a casa própria a milhões de brasileiros de baixa renda.

Quanta gente tem hoje sua casinha, seu apartamento obtido através do BNH. Meu primeiro apartamento foi pelo BNH, quitado na época do Figueiredo, que resolveu a questão daquele saldo devedor terrível que não acabava nunca. Lembro-me que o grupo que comprou, a partir do Castello Branco, pediu audiência ao Figueiredo para agradecer por ele ter conseguido equacionar o problema do saldo devedor.

No campo da Educação, implantou, com muito êxito, o Mobral, reduzindo sensivelmente o analfabetismo no País e modificou totalmente o quadro no ensino superior, com aumento impressionante do número de vagas para universitários.

Ainda no campo social, não podíamos deixar de citar o Estatuto da Terra, criado no Governo Castello Branco.

No período dos ditos governos autoritários, hoje, por leviandade, chamados pela mídia de "ditadura", se fez mais pelo Brasil do que em todo o resto da nossa história. Embratel, Embraer, Portobras, com portos, eclusas, integração hidroviária, bem presente na hidrovia Paraná-Tietê. Os açudes, poços e canais no Nordeste, e estradas por todo o território...

A infra-estrutura rodoviária federal decuplicou, tornando-se num dos orgulhos dos brasileiros, mas hoje, infelizmente, se encontra a beira do caos, pelo abandono ocorrido, sobretudo a partir da década de 1990, o que continua até os nossos dias.

Lembro-me que, em 1964, tínhamos uma única pista ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, tornando uma ultrapassagem um ato de perigo. Quantos acidentes assistimos no ir e vir dos cadetes para Academia. O Presidente Castello Branco duplicou a Via Dutra, que se transformou na melhor rodovia do País na minha época de tenente instrutor da AMAN, de 1964 a 1967.

A Ponte Rio–Niterói, Ponte Presidente Costa e Silva – nome de batismo que a mídia nunca citou nas referências a essa fabulosa obra de arte –, resolveu, até os dias de hoje, o gigantesco problema de ligação entre as duas cidades.

Quantas vezes fiquei de duas a três horas em Niterói esperando a barca cargueira para voltar no meu "Fusca" ao Rio nas noites de domingo, às vezes entrando pela madrugada, para enfrentar, no dia seguinte, o expediente, a partir das sete horas da manhã, na Vila Militar.

Foi uma ponte bendita sobre todos os aspectos, levantando a auto-estima de cariocas, fluminenses e dos turistas em geral que buscam as praias do Norte do Estado do Rio de Janeiro e a costa do Espírito Santo.

É hora de lembrar do competente e dinâmico Ministro dos Transportes, Mário Andreazza. No Rio Grande do Sul, a gente não ia de Uruguaiana a Porto Alegre – eram estradas de terra, sempre dando voltas. O asfalto chegou lá com esse digno homem público, Coronel do Exército, que fez tudo e morreu pobre – exemplo de retidão de caráter.

O Programa do Álcool, o Pró-Álcool, foi outra iniciativa que ajudou o País a enfrentar a segunda crise do petróleo, reduzindo os reflexos danosos à nossa economia na década de 1980. O descaso com o Programa após o período revolucionário mostra a falta de visão dos governos que se seguiram aos da Revolução.

Com o "apagão" desde último Governo, completamente apagado na área energética, em termos de investimentos, verificou-se a relevância das obras da Revolução, visando à produção de energia, que acabaram sendo reconhecidas até

pelos contrários. Tiveram que dar "a mão a palmatória", diante da importância das hidrelétricas construídas.

Dezenas de usinas, como as de Sobradinho, Xingó, Paulo Afonso IV, no Rio São Francisco; São Simão, Itumbiara e Emborcação, no Rio Paranaíba; e a grande hidrelétrica de Itaipu...

A maior obra de engenharia realizada em todo mundo durante o século XX, que começou a operar em 1984, ano, também, da inauguração da hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, a primeira grande usina amazônica.

A Revolução de 1964 modificou tudo. Mudou mesmo. Mudou o panorama econômico, político e psicossocial.

É, também, da Revolução o bem-sucedido Projeto Rondon que o último Governo manteve, mas o chamou de Comunidade Solidária para parecer que se tratava de uma iniciativa nova. Empenham-se na tentativa de apagar as realizações da Revolução.

A indústria bélica ou de materiais de interesse militar não pode ser esquecida, porque ofereceu uma contribuição efetiva e eficaz ao mercado de trabalho e à nossa balança comercial, sobretudo na década de 1970 e no primeiro lustro da década de 1980. No entanto, do Governo Collor em diante, a indústria de materiais de defesa perdeu todo o apoio que restava do Governo Federal. A maioria fechou as portas, como a nossa Engesa, que chegou a ser um dos orgulhos da indústria nacional, exportando blindados sobre rodas para uma gama respeitável de países, sobretudo da América Latina.

Felizmente, a Embraer, criada pelo Presidente Costa e Silva, em 1969, continua com um brilhante desempenho, tomando conta de uma fatia substantiva do mercado internacional de aviões. Tem vencido importantes concorrências, inclusive derrotando a Bombardier, do Canadá, a qual vem perdendo terreno para a nossa empresa.

Os portos também foram melhorados para facilitar as exportações em vários Estados do País, como no Rio, o Porto de Sepetiba e, no Espírito Santo, Tubarão.

Criou-se o Banco Central, que organizou e padronizou tudo, um verdadeiro salto adiante.

Ninguém falava com ninguém até a criação da Embratel, dando uma nova dimensão às telecomunicações no Brasil. Antes, para qualquer interurbano, tínhamos que solicitar e esperar, mas, muitas vezes, a ligação não era concretizada. Em Resende, na AMAN, quantas vezes esperei horas durante a noite e acabava indo dormir sem falar com o Rio de Janeiro.

Uma outra importante criação foi o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Foi importante, também, o chamado crédito educativo – o jovem na facul-

dade ia estudar bancado pelo Governo Federal e depois pagava. Agora, está suspenso. Dizem que não há dinheiro para esse encargo de tão grande alcance.

Uma outra obra relevante foi a relacionada, com a ocupação da Amazônia. Área que agora corre perigo de ser invadida inclusive de forma sutil, por meio dos mais diversos estratagemas, pelos países do G-7. Até os recursos do Projeto Calha Norte foram reduzidos a números insignificantes. Com Fernando Henrique Cardoso, não houve mais preocupação com a ocupação dos espaços vazios amazônicos. Há muita gente que pensa ser o Calha Norte um projeto militar, quando é um projeto brasileiro, de interesse nacional. Acontece que o civil não foi para lá, não assumiu a sua responsabilidade dentro do projeto. O Incra tinha que estar lá, o Ibama e assim por diante.

Coronel, a Revolução foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos Estados Unidos?

Estava em Uruguaiana e nunca ouvi falar nisso. Dizem que se houvesse guerra civil, o americano apoiaria. Mas o americano, embora só pense no seu próprio interesse, é muito fraco de política externa e não enxergava, corretamente, a escalada comunista em nosso País, nos anos de 1962 a 1964.

Nunca ouvi falar de ajuda estrangeira, de dinheiro, coisa nenhuma, embora fosse somente um capitão. No entanto, o Comandante do Grupo, homem bem informado e de largo conhecimento, nunca falou em apoio externo, nem ele nem nós aceitaríamos. A Revolução de 1964 foi feita somente por nacionais, pelo Carlos Lacerda, pelo Adhemar de Barros, pelo Magalhães Pinto e pelos brasileiros em geral que levaram os militares a interromper o Governo irresponsável de Jango Goulart.

Adhemar e Magalhães mobilizaram as polícias que eram fortes tanto em São Paulo como em Minas. Em Minas, se encontrava a melhor Polícia Militar do Brasil naquela época, a mais respeitada. Hoje, posso garantir que não houve nenhum auxílio externo.

Evidentemente, como diz o consagrado General Meira Mattos, o que acontece é que, a toda hora, a esquadra americana vai para um lado e para outro, porque eles têm a preocupação do campo estratégico. A esquadra americana, por causa da guerra fria, deveria estar de olho...

E, desde o término da Segunda Grande Guerra, o americano colocou o chapéu de xerife do mundo, quer mandar em tudo, interferir em tudo.

O que todos sabemos é que havia, na época, auxílio externo de Cuba e da União Soviética, que mandavam dinheiro para cá para fazer a subversão, a guerrilha – a revolução comunista. Até dizem que o pessoal de esquerda pegava o dinheiro e sumia com ele. Falavam que o Brizola era o Dom Raton, que desapareceu com parte do dinheiro mandado pelo Fidel Castro; por isso, ele nunca foi a Cuba, embora, com

parcela desse dinheiro, tenha procurado implantar a primeira revolta, uma guerrilha no Paraná, e, depois, em Caparaó, na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais. Não morreu ninguém, "caíram de podre". De lá de Cuba, viera muito dinheiro – é o que dizem, não sei. Cuba deve ter apenas repassado dinheiro da Rússia e de outros países da Cortina de Ferro.

Eles roubaram também o cofre do Adhemar de Barros, que tinha dois milhões de dólares, isso está comprovado. O dinheiro de fora veio se juntar ao do cofre do Adhemar – é o que todos diziam.

A que atribuir o rápido e incruento desmoronamento do chamado esquema militar do Goulart, do Assis Brasil, esquema que iria fazer a revolução na lei ou na marra? O que aconteceu com esse esquema?

O povo estava acompanhando o que estava acontecendo. Desde 1961 que eles começaram a colocar o pessoal de confiança do Jango e do Brizola nos principais cargos públicos. Os outros, que eram contra, desde 1954, eram mandados para a fronteira, para o interior, tirando da cidade grande, naquele tempo Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mais nada. Os que contavam com o respaldo deles, mesmo com certos comandos, sobretudo no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, não tinham liderança, eles não contavam com a tropa. Muitos dos homens do esquema ficaram, todo o tempo, em gabinetes.

O pessoal que foi transferido para interior, para locais distantes, possuía todas as condições de trabalhar, de doutrinar e mostrar à tropa a real situação, como aconteceu em Uruguaiana, com os Coronéis Amerino Raposo e Luís Sellman.

Como o senhor viu essa parte de chefia e liderança do lado da Revolução? Houve liderança?

Não há dúvida que houve, os chefes e a tropa eram um todo indivisível, coeso, mantendo um permanente relacionamento com a sociedade civil. Estavam todos unidos trabalhando juntos.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN foi importante?

Para mim, foi decisivo. Não vivi a situação, mas conversei com um companheiro que lá servia na ocasião e ele disse que os cadetes em posição face a tropa do Rio, com aquele espírito que só o cadete tem, impediram psicologicamente qualquer ação contra eles. Quem teria coragem de atirar nos cadetes do nosso Brasil?! O cadete, para nós, incorpora em si a própria Instituição! Muitos deles deviam ser, naquele tempo, filhos de oficial ou de sargento, então foi uma ação psicológica perfeita também.

E ali, o General Médici e seus cadetes, resolveram tudo, porque o Kruel tinha tentado, antes, convencer o presidente a uma mudança de rumo, mas João Goulart não respondeu às imposições feitas, porque acreditava no esquema militar montado pelo Governo, esquema que ruiu completamente.

Também está escrito o que o Kruel falou: "Presidente, estão esperando o senhor romper com esse pessoal". Mas ele não rompeu. Para o Kruel tinha acabado seu compromisso – levando-o a decidir pelo emprego do II Exército contra o I Exército que estaria com o Governo. A AMAN antecipou-se e, ao ser empregada, evitou o choque.

O pessoal de Minas, reforçado pela Polícia Militar, marchou para o Rio de Janeiro e para Brasília. No corte do Paraibuna (divisa MG/RJ), parou o pessoal que vinha do Rio, conversaram e eles aderiram. Mais adiante, no Belvedere, perto do Rio de Janeiro, a tropa do I Exército também aderiu. Puderam, então, prosseguir, até o Maracanã. Só faltou assistir a um jogo naquele belo estádio!

A verdade é que, com a Revolução, as Forças Armadas fortaleceram a união e a coesão. Pudemos trabalhar todos afinados, sem aquela preocupação de infiltrações dentro dos quartéis.

O Movimento de 31 de Março tinha alguma ideologia?

A ideologia do patriotismo que levou a grande maioria dos brasileiros a interromper a marcha da comunização do País.

Já falamos nos acertos da Revolução. E os erros, quais foram?

Depois que acontece, é fácil a gente comentar, criticar.

Em 1972, servia no Estado-Maior do Exército, e, naquele tempo, já havia gente que dizia que precisávamos passar o bastão e sair por cima.

O Médici era o ideal para fazer isso, porque o seu Governo foi, sem dúvida, um dos mais exitosos da história do Brasil. Era querido pelo povo. Era aquele Presidente que ia ao Maracanã e arrancava aplausos, de pé, das duas torcidas, de todo o estádio.

Havia, no entanto, a preocupação de que o inimigo ainda estivesse forte, que pudesse reverter.

Foi exatamente isso que aconteceu. O Médici saiu no final de 1973, passando para o Geisel, por receio de devolver o Poder a um civil.

Ainda estava muito recente aquele movimento todo dos terroristas, seqüestradores, da guerrilha das cidades – a chamada guerrilha urbana –, bem como da guerrilha rural, como a do Araguaia – a de Xambioá.

Assim, não se partiu para a democracia plena, porque o próprio inimigo, o próprio adversário obrigou que se levasse mais longe o período revolucionário.

Nessa transcrição, surge um outro problema. A partir de 1974, já no governo Geisel, ocorreu a primeira crise do petróleo, que trouxe um enorme tumulto para vida nacional, com conseqüências muito negativas na esfera econômico-financeira, interrompendo o ciclo vitorioso que chegara ao ápice no período do Presidente Médici, quando a economia brasileira crescia a mais de 10% ao ano.

Ele teve que partir para a energia nuclear e para o pró-álcool, alternativas encontradas para a crise que levou a números elevadíssimos o preço dos derivados do petróleo.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução têm sido destaque na Escola Superior de Guerra, por renomados professores civis de vários estabelecimentos universitários importantes. O Professor João Manuel, da Unicamp, diz que as duas décadas de maior progresso, em termos econômicos, no Brasil, foram as de 1960 e 1970, sendo que a década de 1970 foi a de maior desenvolvimento em toda a História do Brasil. Por isso, pergunto: "Por que isso não é divulgado? Por que isso não chega até nossa gente nos dias de hoje?"

Não chega porque a maioria dos professores, nas universidades, deturpam a verdade e só mostram um lado da moeda, por revanchismo, porque foram doutrinados pela esquerda empedernida, insensível, devido a derrota sofrida no embate com a Revolução. Está devidamente comprovado que o Brasil crescia a mais de 10% ao ano, sem desemprego, com uma inflação mínima de 6 a 7% ao ano no Governo Médici, crescimento que ocorrera também no Governo Costa e Silva em torno de 9% ao ano.

O Fernando Henrique, na semana passada, reconheceu, pela primeira vez, que o período de maior desenvolvimento da História do Brasil foi o do Governo Médici. Esse foi o primeiro sinal de que essa coisa não vai ficar escondida por muito tempo. As nossas realizações por eles sepultadas vão acabar conhecidas naturalmente. A ação da esquerda não será forte suficientemente para ocultar a grande obra da Revolução eternamente. Mais cedo ou mais tarde, a verdade prevalecerá.

Lembro-me de uma obra que não se fala nunca porque era até pequena diante de tantas realizações na época, mas muito representativa para o Vale do Paraíba – que foi a Usina do Funil, no Rio Paraíba. Um dos passeios obrigatórios dos tenentes instrutores da AMAN era a visita ao canteiro de obras da barragem do Funil, construída, para gáudio de todos nós, entre 1965 e 1967. Para permitir o seu funcionamento, foi construída paralelamente a barragem de Inhangapi, uma imensa barragem de terra, para impedir que as águas represadas inundassem a Via Dutra.

Os resultados alcançados com a obra foram relevantes para a economia da região, para o mercado de trabalho e para elevar a auto-estima daqueles que tiveram o privilégio de acompanhar sua construção e de vê-la concluída.

Há pouco tempo atrás, o Aureliano Chaves, que foi Vice-Presidente e Ministro, profundo conhecedor de energia, fez uma palestra muito interessante para nós, quando começaram a privatizar. Dizia ele: "Eu não sou contra a privatização, muita coisa tem que ser privatizada. Mas o que se está fazendo, em termos de energia, vai conduzir o País, daqui a uns três ou quatro anos, a grandes apagões, aumento de tarifas e racionamento, porque aqueles que vêm de fora – as multinacionais – só visam o lucro". E tudo aconteceu...

Claro, não vão se preocupar nem com a necessidade de uma manutenção acurada.

Para eles a base de tudo é a geração de energia para remunerá-los. Quem vai botar dinheiro para esperar vinte a trinta anos para começar a ter lucro? Eles são imediatistas!

Obras como Sobradinho, Ilha Solteira, Tucuruí e várias outras, realizadas pelo Governo da Revolução, para a geração de energia, criação de empregos, sobretudo industriais, precisam ser muito bem manutenidas e, para isso, têm que contar com um grande número de homens voltados para esse mister, a começar por zelosos engenheiros, única forma de garantir uma correta manutenção.

O nosso Aureliano viu direitinho, ao falar que as multinacionais vêm para cá e trazem o desemprego para o nosso pessoal.

Eles só fazem uma manutenção mínima.

Trazem técnicos de fora, o que não é necessário, porque o nosso pessoal está plenamente capacitado a fazer o que sempre fizeram. Essa política deles é que leva aos apagões. Já está acontecendo, a toda hora, em todo o País. E vai continuar assim, não é só a parte de hidrelétrica, não, é tudo. E vão aumentar os impostos...

É necessário um trabalho de manutenção muito grande, em vários pontos, para evitar determinadas fadigas do material que tem que ser trocado, como o são as peças de uma aeronave para um vôo seguro.

Segundo um funcionário de Furnas é preciso haver um grupo de engenheiros e técnicos atuantes, que mantenham um controle permanente da usina. Ele, engenheiro mecânico, e muitos outros especialistas foram mandados embora, porque não há preocupação com a manutenção. Foi deixado um técnico onde havia vários. Esse é um outro aspecto das privatizações, além de não se ver crescimento, a gente começa a se preocupar com o que existe e está deteriorando...

Quanto custa uma barragem ou uma usina? Eles vão querer botar dinheiro permanentemente para otimização de sua manutenção? Essa é a questão.

Volvendo ao período revolucionário, foi preciso haver cerceamento de liberdade? Por que razão? A guerrilha e a luta armada em geral fizeram com que se atuasse no campo da prevenção, da segurança, mexendo assim com a liberdade de imprensa e de expressão?

Claro que teve que acontecer, não vou negar que não houve censura com relação aos jornais, foi preciso, mas por quê? Porque foi provocado pelo outro lado, que não estava contente com a situação.

No entanto, não se viu nenhuma restrição às editoras, que produziram livros marxistas em quantidade, nem às livrarias que os venderam a vontade.

Enquanto isso, a esquerda, voltada para a luta armada, para a prática de atentados, através de estudantes que se transformaram em guerrilheiros, começou a praticar atentados, assaltos a bancos, assassinatos, crimes diversos.

Isso está comprovado. Em 1966, cometeram dois atentados violentíssimos, sendo o primeiro o do Aeroporto de Guararapes, em Recife, onde morreu um Almirante e um jornalista, e a ABI e a OAB nunca falaram nada, nunca mostraram preocupação com tais monstruosidades, que exigiram uma reação a altura por parte da Revolução, mas que só veio mesmo, em dezembro de 1968, através do Ato Institucional nº 5.

Esse jornalista que morreu, para eles da ABI, não existiu. Nenhuma palavra a respeito.

Era Secretário do Governo do Estado de Pernambuco. Depois, aconteceu aquele atentado violento, em que jogaram um caminhão, com uma bomba dentro, por um portão do Quartel-General do Ibirapuera, em São Paulo, e morreu o soldado Mário Kozel Filho, que estava na guarda do aquartelamento. Este atentado, ocorrido em 1968, foi um dos atos terroristas que ensejou a decretação do AI-5. O AI-5 foi uma defesa institucional contra essas coisas que vinham acontecendo a toda a hora. Isso o pessoal de esquerda não fala...

Ensinaram as suas formas de atuação ao bandido comum; eles foram os professores.

O próprio chefe da Casa Civil do Fernando Henrique foi assaltante de carro-forte e de trem-pagador; parece mentira, mas é a realidade; o presidente da Petrobras foi, também, guerrilheiro. Naquela ocasião ele era socialista, agora é capitalista. Eles mudam de lado de acordo com a conveniência...

Será que eram socialistas para inglês ver? Eles hoje estão mostrando o que realmente sempre foram e que gostam muito de dinheiro. São loucos por dinheiro!...

Eles nunca foram patriotas! Eles queriam entregar tudo para as esquerdas, agora querem entregar para as multinacionais...

São internacionalistas, embora muitos se digam nacionalistas.

Não têm compromisso com a Pátria, com o País, com a Nação.

Então, não há dúvida que o AI-5 foi necessário?

Para mim, não há dúvida nenhuma. Penso que, naquela ocasião, as Forças Armadas não estavam preparadas para esse tipo de guerra, nunca se aprendeu guerra de guerrilha, nem guerrilha urbana, nem guerrilha rural. Então, tiveram que se preparar para fazer frente a esses atentados, a esses assaltos, a tudo isso.

Foi necessária a criação de órgãos de informações e operações como o SNI e os DOI/ CODI?

Sem dúvida. Sem eles não havia como enfrentar a luta armada. Logicamente, foi feito um trabalho de planejamento, para poder combater essas ações terroristas, porque não havia nada a respeito na doutrina. Então, montaram novos órgãos, os Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna – os DOI/CODI. Estes CODI eram integrados por pessoal do Exército, da Marinha, Aeronáutica, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal, que foi criada na época da Revolução.

Os DOI começaram a trabalhar, vinculados a um comando combinado, porque antes era tudo independente. É interessante destacar que os DOI/CODI derrotaram esse pessoal da esquerda através das informações. Por isso, os familiares dos terroristas mortos vivem criticando, como se todos tivessem sido torturados. Grande mentira!...

O Professor Olavo de Carvalho mostra que o terrorista é pior que o torturador. O terrorista é pior porque suas ações são indiscriminadas, ele mata inocentes, além de torturar também. Então, o terrorista, quando necessário, transveste-se em torturador sem nenhuma cerimônia.

Quantos inocentes foram mortos estupidamente por esses terroristas que cismaram em implantar "na marra" um regime comunista no Brasil!

Muita gente morreu nos atentados, como em Guararapes, quem estava no local morria. Para mim, quem salvou o País foram os DOI/CODI. Nessa ocasião, estava na Escola de Estado-Maior e não sabia como aquela luta acontecia; era um trabalho diuturno, arriscado, contra mentes doentias, sempre dispostas a ações diabólicas.

Quantas famílias foram prejudicadas porque os seus chefes estavam naquela guerra difícil!

Guerra suja, difícil, imprevisível.

Guerra suja e com reflexo negativo para a família, porque a mulher não sabia onde estava o marido.

Não podia nem falar, e a família, quase sempre, prejudicada e ameaçada.

É por isso que seria interessante o Projeto História Oral ouvir integrantes dos DOI/CODI, que foram, arriscando a vida, os grandes defensores da democracia que temos hoje.

Vamos ouvi-los; porque entendemos, também, que o depoimento deles é de real valia.

Eles estavam na guerra, homens que arriscaram ou perderam a vida para salvarem o País.

Era a linha de frente, poucos na verdade; tem gente que convive ainda com seqüelas de ferimentos e outros perderam a vida.

E a carga psicológica que sofreram, juntamente com suas famílias.

As Forças Armadas durante a Revolução auferiram alguma vantagem?

As Forças Armadas certamente que não, mas em toda coletividade, em toda instituição tem gente que se beneficia. Pode ter um ou outro elemento que tenha se beneficiado de alguma forma, mas as Forças Armadas, muito pelo contrário.

O AI-5 foi importante, também, porque tirou do serviço ativo aqueles elementos nocivos às Forças Armadas, inclusive aqueles que se locupletaram em missões recebidas.

Por que houve o desengajamento dos governos revolucionários da condição política do País? Por que partimos para a abertura?

Porque já estava previsto. Fizemos a Revolução para chegar a democracia plena. Já estava se prolongando além do tempo desejado.

O maior legado da Revolução, dos governos dos presidentes generais, foi a democracia que temos aí, evitando que tivéssemos um regime totalitário tipo Cuba ou China. Isso, eles têm que reconhecer, foi o maior legado.

Qual a sua avaliação a respeito da abertura do Governo Geisel e, depois, do Governo Figueiredo? Este último Governo, com sua atuação política e os problemas econômicos, como a crise do petróleo, desgastou a imagem da Revolução?

A abertura foi conduzida como planejada, mas o último Governo creio que desgastou a Revolução, porque, quando a parte econômica não vai bem, tudo vai contra. Também começou a aumentar, de novo, a inflação, e a crise do petróleo, que se fez sentir a partir de 1980, foi danosa para a condução da economia, com reflexos negativos para a Revolução.

A condução política foi um tanto prejudicada em face da doença do Presidente Figueiredo, que veio numa hora que não podia e influiu no seu desempenho à frente do último Governo revolucionário.

Como falamos, se a gente soubesse teria encerrado no Governo Médici, sairíamos por cima e, quando precisasse de novo, chamariam as Forças Armadas como fizeram em 1964.

O Presidente Geisel iniciou a abertura, mas não a concluiu. Poderia, também, ter concluído o processo em 1979; era um Governo forte, fez a abertura econômica

e poderia ter feito, ainda, a abertura política. Ele deveria ter encerrado o ciclo revolucionário, já que o Médici não o fez.

E o "revanchismo" existe?

Cada vez maior, é impressionante.

Dia e noite, a mídia promove a indústria do "revanchismo".

A mídia e esse pessoal que foi beneficiado com a anistia. Estão na cátedra, na mídia, nos órgãos do Governo, e contam só um lado da história.

Então, o comunismo não desapareceu? Qual a situação do comunismo no Brasil?

Como falei no começo da entrevista, caiu o muro de Berlim em 1989, mas aqui no Brasil parece que o pessoal não sabe. Agora mesmo foram para Cuba 200 militantes do PT. O próprio Ministro da Justiça esteve em Cuba um pouco antes, para quê? Isso não saiu na imprensa. Ele foi lá para montar uma operação que chamei de "Operação Tucano", porque ele estava sempre criticando a Operação Condor. Foi para lá para estabelecer um esquema de informações entre todos os países ibero-americanos chefiados por governos esquerdistas. E critica a Operação Condor fazendo, hoje, exatamente a mesma coisa, nas suas ligações com Cuba. Também, nesse mês, foi a Cuba o Secretário da Presidência da República, o Aluísio Nunes Ferreira, fazer o quê? Ninguém sabe o que o homem do assalto ao trem-pagador no período revolucionário vai fazer em Cuba. Ele e vários outros extremistas de esquerda adoram o barbudo Fidel!

O comunismo definitivamente aqui não acabou. Ele está presente nos Partidos Políticos, na CUT, no MST, mas parece que o povo e os empresários, principalmente, ainda não pressentiram isso.

As pressões internacionalistas vêm dos dois lados – vêm dos comunistas e dos americanos estes, como donos do mundo, estão de olho na Amazônia, juntamente com os demais países integrantes do Grupo dos Sete. São pressões internacionalistas da esquerda e da direita, representadas, sobretudo, pelos republicanos nos Estados Unidos.

Exatamente, pressão dos dois lados, é o estado máximo e o estado mínimo, quando precisamos do estado necessário, um estado equilibrado, nem máximo nem mínimo.

Quem está aí para nos defender? As Forças Armadas e, ultimamente, além das Forças Armadas, acredito no Ministério Público. Estas são as duas instituições que merecem crédito, porque o governo está alheio aos dois tipos de pressão.

Apesar de tolhido, o Ministério Público tem tido um papel excepcional.

E ainda tem o seguinte: se contássemos com uma imprensa livre, independente, sem ser amestrada, poderíamos alertar sobre a situação que estamos viven-

do, tanto frente ao G7 como frente ao "socialismo" que, na verdade, é o comunismo que continua aqui, muito presente, no Brasil, representado, principalmente, pelo MST que quer afrontar a democracia, seguindo o exemplo das FARC na Colômbia.

A imagem das Forças Armadas tem sido mostrada em alto patamar com as pesquisas de opinião pública. Apesar do revanchismo, a nossa credibilidade chegou a 86%. O que o senhor acha disso?

É a pura verdade, pois o povo sempre acreditou e acredita nas Forças Armadas, principalmente, no Exército. Essa última pesquisa, encomendada pelo Centro de Comunicação Social do Exército para o IBOPE, que é neutro, acusou 86% de credibilidade do Exército. Essa é a verdade. As pesquisas mostram a Igreja, por exemplo, sempre abaixo. Mas não divulgam esses resultados para o público externo.

Hoje, não dá para acreditar na Igreja, que está completamente dividida, esfacelada, com os Boffs e os Bettos.

Que não são freis. Usam a Igreja para fazer proselitismo, para atrair pessoal para seu materialismo histórico. Adoram Fidel Castro. Betto substituiu a adoração a Deus pela adoração ao barbudo cubano que matou 17 mil, a maioria por delito de opinião. Boff continua enganando o povo com a sua Teologia da Libertação. Tem a sua disposição um espaço, semanalmente, no *Jornal do Brasil* para continuar fazendo prosélitos.

Meu Coronel, qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Quero principalmente cumprimentar a equipe de História Oral por esse trabalho que os senhores estão executando. Uma atividade que vai permitir contar a verdadeira História do nosso País, a História do Brasil que esse pessoal de esquerda está querendo modificar escrevendo a história com h minúsculo. A verdadeira História do Brasil de 1961 a 1985 precisa ser conhecida do povo brasileiro, para que a nossa gente possa cultuar os nossos reais valores. É isso que o Comandante do Exército determinou, muito oportunamente, que fosse feito. Temos que divulgar esta história para neutralizar a mentira que conta com uma enorme gama de meios de divulgação. Não adianta estar falando e ficar entre nós, temos que levar isso para a rua e já estamos fazendo isso em Belo Horizonte, quando realizamos as nossas reuniões no Grupo Inconfidência. Estamos convidando principalmente os cursos de história, e, quando podemos, escrevemos – quando os jornais aceitam – com a finalidade de que chegue ao leitor a palavra dos dois lados para ele pesar. É preciso continuar a luta para fazer prevalecer a verdade no lugar da fantasia.

Agradecemos essa oportunidade, que há muito tempo era aguardada e que nos permitiu contribuir para registrar o que aconteceu na realidade.

DEGRAVAÇÃO
Léa Carla Aleman Amaresco

TRANSCRIÇÃO
Geraldo Luiz Nery da Silva
José Luiz Leitão de Souza
Kátia Maria Borges Oliveira
Letícia Maria Lima Godinho
Maria Cristina Santiago da Silveira
Sérgio Ferreira de Albuquerque
Sinésio Ramos Martins

GRAVAÇÃO
Subseção de Audiovisuais da 5ª Seção
do Comando Militar do Leste

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*400*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Fevereiro de 2004*

Impresso nas oficinas da
Sermograf – Artes Gráficas e Editora Ltda.
Rua São Sebastião, 199 – Petrópolis – RJ
Tel.: (24) 2237-3769